
The background of the cover features a dramatic sunset or sunrise scene. The sky is a mix of orange, yellow, and light blue, with a few bright spots of light. In the foreground, the silhouettes of several medieval warriors are visible. Some are on horseback, while others are on foot. They are holding various weapons, including swords, spears, and axes, and appear to be in the middle of a battle or a significant event. The overall mood is one of historical action and drama.

*Sentidos e Sujeitos:
Elementos que dão
Consistência à História 2*

Denise Pereira
Janaína de Paula do Espírito Santo
(Organizadoras)

The background of the cover is a grayscale image showing the silhouettes of medieval warriors in a battle scene. The warriors are positioned across the lower half of the frame, some on horseback and some on foot. They are holding various weapons such as swords, spears, and axes, and some are holding shields. The scene is set against a bright, hazy sky, creating a dramatic and historical atmosphere. The entire cover is framed by a white border with a decorative corner element in the top-left and bottom-right.

*Sentidos e Sujeitos:
Elementos que dão
Consistência à História 2*

Denise Pereira
Janaína de Paula do Espírito Santo
(Organizadoras)

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás

Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lúvia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior

Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará

Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco

Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba

Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Luiza Alves Batista
Correção: Kimberlly Elisandra Gonçalves Carneiro
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadoras: Denise Pereira
Janaína de Paula do Espírito Santo

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S478 Sentidos e sujeitos: elementos que dão consistência à história 2 / Organizadoras Denise Pereira, Janaína de Paula do Espírito Santo. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-650-8

DOI 10.22533/at.ed.508201112

1. História. I. Pereira, Denise (Organizadora). II. Espírito Santo, Janaína de Paula do (Organizadora). III. Título.

CDD 901

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos.

APRESENTAÇÃO

Conhecer, é estabelecer sentido. O ato de viver, quando ultrapassa a esfera da sobrevivência, é portanto o ato de conhecer e dar sentido ao mundo e as pessoas. Esse conhecimento não é abstrato, visto que o modo com que nos relacionamos com o conhecimento tem um impacto direto no processo de ensino aprendizagem e também no modo como encaramos os espaços de construção do conhecimento como todo. Há, da mesma maneira uma diferença no tratamento que damos à tensão existente entre a informação produzida pela ciência e aquela a que temos acesso cotidianamente, que reside exatamente na conexão que estamos dispostos a reconhecer entre o conhecimento, a informação e a experiência cotidiana dos indivíduos. De maneira geral, essa relação é vista atualmente, como um elemento de embates e resistências, em uma dinâmica própria, que não é sempre harmônica. Essa espécie de tensão é particularmente visível no momento em que vivemos: há uma espécie de conservadorismo que está em crescimento no Brasil atualmente se alimenta dela, e que se coloca, muitas vezes como resistente a ciência de referência e aos consensos científicos reconhecidos. Há uma factualização das informações que passam a fazer sentido para o indivíduo validadas especialmente pela sua própria experiência com o real. Assim, os “espaços de domínio público” do conhecimento vem ganhando cada vez mais dimensão no processo da formação de opiniões, posicionamentos e referenciais das pessoas.

Esse movimento não é um fenômeno apenas nacional, mas se verifica em diferentes partes do globo, o que demonstram a necessidade uma reflexão constante sobre todo esse processo de construção de verdades e sentidos do pensamento humano sobre o mundo. Se pensamento é construído no espaço de relação entre as pessoas, no reconhecimento e na interação dos indivíduos, esse também é um espaço que deve ser foco de estudos e reflexões. É na relação, no reconhecimento e na exploração da construção de sentido dos grupos humanos e entendimento de que os sujeitos estão a todo momento dando sentido à sua realidade (que portanto, se está contido na maneira em que cada indivíduo constrói sua experiência de mundo e do conhecimento) que a história adquire profundidade, riqueza e forma. É dessa experiência que os saberes históricos constroem seus significados e sua relevância para as pessoas.

Esperamos que as leituras destes capítulos possam ampliar seus conhecimentos e instigar novas reflexões.

Boa leitura
Denise Pereira
Janaína de Paula do Espírito Santo

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

“NÃO FORAM OS DEUSES, NEM FOI A MORTE DE DEUS, NÃO FOI O JABÁ DA ACADEMIA QUE MATOU A POESIA”: CONSIDERAÇÕES SOBRE A JUVENTUDE NA PÓS-MODERNIDADE

Marlon Jose Gavlik Mendes

DOI 10.22533/at.ed.5082011121

CAPÍTULO 2..... 13

A CONTRIBUIÇÃO DA TEORIA MARXIANA NA EMANCIPAÇÃO DA MULHER NO CAMPO DE TRABALHO ANTE A OPRESSÃO DA SOCIEDADE CAPITALISTA

Renata Reis de Lima

Jenucy Espíndula Brasileiro

DOI 10.22533/at.ed.5082011122

CAPÍTULO 3..... 23

A FAMÍLIA COMO BASE: NACIONALISMO, EXÉRCITO E EDUCAÇÃO

Felipe Varzea Lott de Moraes Costa

DOI 10.22533/at.ed.5082011123

CAPÍTULO 4..... 33

EL FERROCARRIL, PARAJES DE LA HISTORIA EN EL NORTE DE MÉXICO, VILLA PASO DEL NORTE, 1880

Lidia G. Sandoval Rivas

Luis Herrera Terrazas

DOI 10.22533/at.ed.5082011124

CAPÍTULO 5..... 44

A MEMÓRIA AIKEWARA DO TEMPO DA GUERRA E OUTROS TEMPOS NO ARAGUAIA

Nadine Borges

Wilson Madeira Filho

Ana Motta Ribeiro

DOI 10.22533/at.ed.5082011125

CAPÍTULO 6..... 58

A MORADA NORDESTINA: A ARQUITETURA COMO PARTE DA PAISAGEM E INDENTIDADE

Gabriela de Sousa Vieira

Miriam Ferreira de Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.5082011126

CAPÍTULO 7..... 68

AS MARAVILHAS EM *EMBAIXADA A TAMERLÃO (1406)*

Jorge Luiz Voloski

Sofia Alves Cândido da Silva

Lucas Vieira dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.5082011127

CAPÍTULO 8	82
AS MARCAS DA DITADURA NO CONTEXTO SOCIAL DA HISTÓRIA E SUAS SOMBRAS NA CONTEMPORANEIDADE	
Daniel de Oliveira Perdigão	
DOI 10.22533/at.ed.5082011128	
CAPÍTULO 9	86
ASPECTOS DA HISTÓRIA CULTURAL E AS CONTRIBUIÇÕES DE ROGER CHARTIER	
Odair Vieira da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.5082011129	
CAPÍTULO 10	99
ASTRONOMIA CULTURAL: UM OLHAR DECOLONIAL SOBRE E SOB OS CÉUS DO BRASIL	
Flavia Pedroza Lima	
Rundsthen Vasques de Nader	
DOI 10.22533/at.ed.50820111210	
CAPÍTULO 11	106
BELEZA NAS ALTURAS: AEROMOÇAS E UNIFORMES NA ESTÉTICA DO BEM VESTIR	
Felipe Bastos Maranezi	
Natalia Scarabeli Zancanari	
DOI 10.22533/at.ed.50820111211	
CAPÍTULO 12	116
CAMINHOS DA MODERNIDADE: A AMAZÔNIA SOB OS SIGNOS DE UM TEMPO ACELERADO (1915-1940)	
Leticia Souto Pantoja	
DOI 10.22533/at.ed.50820111212	
CAPÍTULO 13	135
CHRISTINE DE PIZAN E A REPRESENTAÇÃO DA MULHER NA GUERRA	
Carmem Lúcia Druciak	
DOI 10.22533/at.ed.50820111213	
CAPÍTULO 14	146
CIDADE SINOP, MATO GROSSO: NO/PELO DISCURSO DO IMPRESSO JORNAL HOJE, A CONSTRUÇÃO DE UMA TERRA DE PROGRESSO E OPORTUNIDADE	
Leandro José do Nascimento	
DOI 10.22533/at.ed.50820111214	
CAPÍTULO 15	159
CINEMA, HISTÓRIA E CRÍTICA: APONTAMENTOS SOBRE ÉLIE FAURE	
Erivan Cassiano Karvat	
DOI 10.22533/at.ed.50820111215	

CAPÍTULO 16.....	171
CONSERVADORES X MODERNISTAS: OS EMBATES ENTRE OS CONCÍLIOS PROTESTANTES ESTADUNIDENSE NO SÉCULO XX	
José Roberto de Souza Paulo Julião da Silva Stefano Alves dos Santos Josielson Lira Matos	
DOI 10.22533/at.ed.50820111216	
CAPÍTULO 17.....	183
DIALÉTICA CULTURAL ESPIRALADA: <i>CONSTRUCTO</i> PARA AS CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS	
Nicolas Theodoridis	
DOI 10.22533/at.ed.50820111217	
CAPÍTULO 18.....	194
INFÂNCIAS TRADICIONAIS NEGRAS NA HISTÓRIA BRASILEIRA	
Mariane Oliveira Nunes Valéria Amim	
DOI 10.22533/at.ed.50820111218	
CAPÍTULO 19.....	203
MOVIMENTO EMANCIPACIONISTA NA DÉCADA DE 1980, MEMÓRIA E IDENTIDADE, A RECONSTRUÇÃO DO PASSADO NAS VOZES DA COMUNIDADE JAPERIENSE COMO UMA HISTÓRIA PÚBLICA	
Adna Gomes Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.50820111219	
CAPÍTULO 20.....	214
O CÉU DO INDÍGENA BRASILEIRO - UMA ASTRONOMIA CULTURAL	
Marcelo Augusto do Amaral Ferreira Rundsthen Vasques de Nader Luiz Carlos Borges	
DOI 10.22533/at.ed.50820111220	
CAPÍTULO 21.....	220
O COMÉRCIO E A EVOLUÇÃO ESPACIAL DAS ÁREAS CENTRAIS DAS PEQUENAS CIDADES: O CASO DE PORTALEGRE	
Miguel Castro	
DOI 10.22533/at.ed.50820111221	
CAPÍTULO 22.....	243
O SOL NASCENTE EM TERRA TUPINAMBÁ: A EXPERIÊNCIA DE IMIGRANTES JAPONESES DO MARANHÃO NA DÉCADA DE 1960	
Hemelita da Silva e Silva	
DOI 10.22533/at.ed.50820111222	

CAPÍTULO 23	255
ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DO ESTADO DE SÃO PAULO: ASPECTOS HISTÓRICOS (1980-2008)	
Odair Vieira da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.50820111223	
CAPÍTULO 24	268
PLURALISMO NA CIÊNCIA ECONÔMICA OU UM ESTADO TRANSITÓRIO EM DIREÇÃO A UM NOVO <i>MAINSTREAM</i> PÓS-NEOCLÁSSICO?	
Marcelo de Carvalho Azevedo Anache	
Luiz da Costa Laurencel	
Carlos Benevenuto Guisard Koehler	
DOI 10.22533/at.ed.50820111224	
CAPÍTULO 25	277
MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E SOCIOCULTURAIS NA FESTA DA SANTA CRUZ PADROEIRA DO MUNICÍPIO DE TAQUARANA-AL	
Ana Cristina de Lima Moreira	
DOI 10.22533/at.ed.50820111225	
CAPÍTULO 26	284
UNIDOS PELA DEMOCRACIA: AS ESCOLAS DE SAMBA DO RIO DE JANEIRO E OS ENREDOS POLÍTICOS NA DÉCADA DE 1980	
Guilherme José Motta Faria	
DOI 10.22533/at.ed.50820111226	
CAPÍTULO 27	299
VISITAÇÕES TUMULARES E SIGNOS DE COMUNICAÇÃO: UMA LEITURA ANTROPOLÓGICA E SENSÍVEL	
Marcia Regina de Oliveira Lupion	
DOI 10.22533/at.ed.50820111227	
SOBRE AS ORGANIZADORAS	310
ÍNDICE REMISSIVO	311

CAPÍTULO 1

“NÃO FORAM OS DEUSES, NEM FOI A MORTE DE DEUS, NÃO FOI O JABÁ DA ACADEMIA QUE MATOU A POESIA”: CONSIDERAÇÕES SOBRE A JUVENTUDE NA PÓS-MODERNIDADE

Data de aceite: 01/12/2020

Marlon Jose Gavlik Mendes

RESUMO: A sociedade viveu transformações a partir dos últimos séculos que influenciaram no modo como as pessoas vivem, interação e se apresentam. Essas transformações motivaram a passagem da modernidade para o que conhecemos atualmente como pós-modernidade. A pós-modernidade é permeada pelas efervescências coletivas, pelo devir grupal e pelo tribalismo pós-moderno. O objetivo deste artigo é apresentar uma reflexão teórica sobre a pós-modernidade e sua influência na vida de jovens. Na vida de jovens, o tribalismo pós-moderno se faz fortemente presente, o que motiva jovens a viverem diversas *personas* em seu cotidiano de acordo com o local, momento e grupo em que se encontram, e a circularem por estas identidades livremente. A própria noção de identidade está em decadência na vida de jovens, que circulam entre processos múltiplos de identificações. A pós-modernidade é uma época complexa e de diversas transformações, as quais influenciaram intensamente o modo como jovens vivem e se constituem, sendo um campo rico de estudos e reflexões.

PALAVRAS-CHAVE: Juventude, Sociologia, Pós-Modernidade.

ABSTRACT: Society has undergone transformations since the past centuries that

have influenced the way people live, interact and present themselves. These transformations motivated the passage from modernity to what we know today as postmodernity. Postmodernity is permeated by collective effervescences, group becoming and postmodern tribalism. The objective of this article is to present a theoretical reflection on postmodernity and its influence on the lives of young people. In the lives of young people, postmodern tribalism is strongly present, which motivates young people to live different personas in their daily lives according to the place, moment and group in which they find themselves, and to circulate through these identities freely. The very notion of identity is in decline in the lives of young people, who circulate between multiple processes of identification. Postmodernity is a complex time with several transformations, which have intensely influenced the way young people live and constitute themselves, being a rich field of studies and reflections.

KEYWORDS: Young people, Sociology, Postmodernity.

A sociedade apresentou grandes mudanças nos séculos XX e XXI. A grande circulação de informações, as mídias comunicativas, a internet, a televisão, as grandes revoltas sociais e as guerras vividas, assim como outros processos sociais, influenciaram o modo das pessoas se organizarem, pensarem e se comportarem. Todas as faixas etárias foram afetadas pelas transformações dos últimos anos, inclusive a juventude.

Este ensaio corresponde a parte de uma pesquisa de realizada no programa de pós-graduação *stricto sensu* em educação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, campus de Cascavel. Neste texto apresentamos uma discussão teórica sobre as transformações sociais e psicológicas ocorridas nos últimos anos, as quais configuram a sociedade atual entendida como pós-moderna, e suas implicações na vivência da juventude.

1 | PÓS-MODERNIDADE

Para Maffesoli (2007b), o momento que vivemos atualmente é marcado por transformações culturais, sociais, cotidianas e estruturais cujas compreensões estão sendo construídas por variados campos do conhecimento. Os imaginários impregnados de valores modernos estão se metamorfoseando para valores pós-modernos, influenciados pela explosão de informações e de símbolos arquetípicos presentes nas mídias.

A vida cotidiana sofreu significativas mudanças a partir do advento da internet. A facilidade de acesso à informação e a diversidade cultural disponível possibilitaram uma flexibilização do modo de viver em sociedade (CHANBERLAIN, 1993).

Na atualidade, para Maffesoli (2007b), é possível observarmos uma exacerbação da vivência grupal. Em oposição à época anterior, dominada pelo pensamento individualista, observa-se os dias atuais banhados por uma aura social que expressa a força do estar-junto. O autor vem observando que estamos retomando a importância dos agrupamentos e da partilha de emoções. É o estar-junto coletivo. Na pós-modernidade as pessoas estão vivendo suas vidas a partir da identificação com um ou mais grupos dentro da sociedade, grupos que se conectam através opiniões, comportamentos, símbolos ou significantes. A caracterização grupal manifesta-se através de roupas, hábitos, lugares que frequentam, modos de pensar e modos de encarar o mundo. Um símbolo ou signo é utilizado para as pessoas se organizarem ao redor. Esses fenômenos relacionados ao pertencimento a grupos o autor define como o tribalismo pós-moderno.

Para Maffesoli (1998), as relações sociais vividas na pós-modernidade são banhadas por esse acúmulo de diversidades. Imaginários, movimentos culturais, discursos, mitos e imagens se acumulam, caracterizando diversos excessos dentro da vida comunitária. Ao mesmo tempo que imaginários diferentes se influenciam, eles também mantem sua unicidade. Elementos diversos se unem, se misturam, se aglomeram, mas também permanecem visíveis em sua unicidade:

Basta, portanto, atentar para os sinais do tempo, para ver que nossas sociedades são animadas, de modo orgânico, pelo jogo das imagens, e que podemos caracterizá-las, de várias maneiras, por um estilo que acentua ao mesmo tempo a estética, o cotidiano e o comunicacional, ou, caso não se aprecie este termo um tanto bárbaro, o simbólico. (MAFFESOLI, 1998, p. 81).

A pós modernidade, segundo Maffesoli (1996), também é marcada por uma busca ao prazer e ao gozo. Busca essa que muitas vezes assume características arquetípicas de selvageria e de hedonismo. As grandes festas, as *raves*, as performances teatrais e os cultos religiosos modernos promovem várias histerias coletivas, fenômenos marcados pela busca grupal ao prazer e ao gozo. É o estar-junto coletivo sendo exacerbado até se transformar em um sentir-junto, um *devir* coletivo. Essas efervescências festivas, o culto ao corpo assim como a moda trazem pistas de que as relações sociais estão deixando um pouco de lado seus aspectos racionais e ganhando mais ênfase a partir de fenômenos sensoriais, sentimentais e até arquetípicos.

Em um mundo cada vez marcado pelo hedonismo e pelo narcisismo, de acordo com Maffesoli, essas características vão sustentar a vida social pós-moderna. As instancias da vida deixam de ser predominantemente regidas pelas instituições mecânicas, e passam a ser permeadas por uma dinâmica estética, onde as emoções, os sentidos e a sociabilidade presente no simples estar-junto se tornam proeminentes:

Como uma colcha de retalhos, a Pós-Modernidade é feita de um conjunto de elementos totalmente diversos que estabelecem entre si interações constantes feitas de agressividade ou de amabilidade, de amor ou de ódio, mas que não deixam de constituir uma solidariedade específica. (MAFFESOLI, 1996, p.15).

Na época atual, para Jung (1964), é possível observar uma abertura humana aos processos da inconsciência. Os conteúdos sombrios da psique individual e coletiva se manifestam à luz da consciência. A sombra da humanidade se apresenta de maneira pulsante e poderosa, influenciando os agrupamentos e a partilha de emoções características da pós-modernidade. Mesmo com essas transformações, algumas instituições sociais ainda permanecem estáticas frente aos fenômenos da atualidade, como observa o autor “o mundo sofre de esquizofrenia” (p. 93). O mundo dos símbolos, dos instintos e da sombra está aí, presente e pulsante.

Segundo Maffesoli:

[...] Por meio dos diversos elementos que a compõem, o sensível, a imagem, o corpo, o doméstico, a comunicação, o emocional, coisas que se enraízam na experiência, essa estética é essencialmente ética, ela permite a “religação” social. É talvez isso que faz dela um ângulo privilegiado para compreender a sociabilidade pós-moderna. (MAFFESOLI, 1996, p 107).

A pós-modernidade, como afirma Vattimo (2007), seria produto da nova relação com o divino, passando de referências únicas e rígidas às relações banhadas pelo niilismo e pela experiência do *devir*. O niilismo, para o autor, pode ser explicado pela morte de Deus. Essa morte representa o questionamento dos valores supremos, das grandes instituições e das regras totalitárias existentes. As forças dominantes passam a ser questionadas, o que gera transformações no modo de viver das pessoas, que passam a valorizar mais as experiências atuais e as regras dos pequenos grupos. Frente ao reconhecimento da

ausência dos grandes fundamentos para ditar a vida humana, passam a ganhar maior significado os sentimentos, o hedonismo e as efervescências coletivas. Deus morreu e o divino passou a invadir o cotidiano. Sobre isso, Vattimo afirma que:

A "desrealização" do mundo pode não caminhar apenas na direção da rigidez do imaginário, do estabelecimento de novos "valores supremos", mas dirigir-se, ao contrário, para a mobilidade do simbólico. (VATTIMO, 2007, p.14).

O divino, como discute Maffesoli (2007b), e os imaginários que circulam ao redor das ideias de divindades e forças sagradas, anteriormente unificadas e solidificadas, transmutam-se, passando a se dissolver e a infectar toda a malha social. É esse fenômeno que o autor chama de divino social. No qual o mundo idolatra a si mesmo, seus fenômenos e suas banalidades cotidianas. É uma religação, das pessoas com si mesmas e com os demais, ou seja, religação do mundo consigo mesmo.

Atualmente também é possível notar a emergência de uma relação diferente com a natureza. Na época moderna faziam-se dominantes os discursos sobre a dominação do espaço natural, sobre a separação entre pessoa e o meio, espírito e matéria. Na pós-modernidade percebe-se a volta do contato direto com o mundo natural e com o espaço, a relação intrínseca entre mente e forma. Esse movimento de reencontro do ser humano com a natureza, das ideias com as formas, e da mente com a matéria fica visível nas pinturas, nas esculturas e nas demais manifestações artísticas. (JUNG, 1964).

Além dos fenômenos anteriormente descritos, na pós-modernidade está havendo o deslize de um processo de identidade para um processo de identificação. A circulação de imaginários e a experimentação dos espaços grupais coloca em cheque as ideias de que as pessoas possuem identidades fixas e rígidas, pois vai levar as pessoas a se identificarem com signos, ideias e lugares diferentes, até contraditórios. Para Maffesoli (1996), os processos de identificação possibilitam uma vivência maior da complexidade humana, pois na medida que estamos em um grupo, nos comportamos de acordo com a ética desse local e momento, mas quando vamos para outro podemos experimentar novos comportamentos, novos modos de nos relacionar e de ser, em resumo, uma nova persona. O jogo de formas influencia diretamente o jogo de máscaras.

De acordo com Maffesoli (2007b), a cultura pós-moderna é tribal e nômade. Tribal devido ao tribalismo pós-moderno mas também, como observa o autor, é visível um nomadismo na atualidade. As pessoas estão cada vez mais recusando projetos de vida e modos de viver fixos, experimentando diversos comportamentos, estilos, ideias e lugares. As relações com os grupos também são flexíveis, uma mesma pessoa pode se identificar com diversas comunidades ao mesmo tempo e circular entre elas.

A partir desses fenômenos, Maffesoli (2002) vem assinalando o decréscimo das identidades fixas e, conseqüentemente, um aumento das identificações múltiplas. A pós-modernidade é marcada pelos processos de identificações, pelo contato com os conteúdos dos imaginários e pelo estar-junto:

Insisti frequentemente, como uma ideia de força, sobre a saturação do indivíduo e do individualismo modernos. A coisa é, empiricamente, evidente. Cada um de nós goza menos de uma identidade estável do que de uma série de identificações, pelas quais exprime as diversas possibilidades que o caracterizam. (MAFFESOLI, 2002, p 81).

O nomadismo pós-moderno se relaciona às tendências nômades características do início do desenvolvimento da raça humana. O nomadismo e o tribalismo pós-moderno são formas de exprimir o querer-viver e o estar-junto em sociedade. Maffesoli (1996) observa também um medo do vácuo, do nada e do vazio na atualidade. Frente a isso as pessoas, tanto por variados motivos ou por nenhum, se reúnem, se relacionam e se ligam umas às outras. As pessoas se identificam umas com as outras por meio dos sentimentos, das emoções e das experiências corporais, tanto compartilhados face-a-face quanto pela internet e celulares. São pequenos acasos cotidianos que podem ou não se estender. A identificação com os signos ou com as pessoas é ao mesmo tempo volátil e duradoura, podendo ser momentânea, transitar por diferentes espaços e grupos, ou até perdurar por longo períodos de tempo.

As regras e os padrões de vida continuam presentes, mas se flexibilizaram. Maffesoli (2007b) observou que as pessoas ainda se organizam visando modelos de conduta e referências sobre como comportar-se e apresentar-se. Os modelos se caracterizam como figuras estáticas em alguma medida. Mas, quando os modelos não correspondem mais ao estilo de vida das pessoas, elas o abandonam e buscam um novo modelo para se organizar. As relações entre as pessoas com os demais e entre as pessoas e seus signos aparentam estar mais flexíveis.

Como escreve Vattimo (2007), a vida pós-moderna é marcada por três processos visíveis: a fruição, a contaminação e o *Ge-Stell*. A fruição pode ser encontrada no pensamento e na vivência das pessoas da atualidade, que circulam entre os comportamentos, crenças, grupos e identificações. Como afirma o autor:

A re-memoração, ou, antes, a fruição (o reviver), também entendida em sentido "estético", das formas espirituais do passado não tem função de preparar alguma outra coisa, mas tem um efeito emancipador em si mesma. É a partir daqui, talvez, que uma ética pós-moderna poderia ser oposta às éticas, ainda metafísicas, do "desenvolvimento", do crescimento, do novum como valor último. (VATTIMO, 2007, p.185).

A contaminação é visível pelo mimetismo pós-moderno, ou seja, a tendência de viver sentimentos e emoções e se ligar a signos em conjunto. Viver e sentir em grupo. A experiência e o pensamento humano encontram continuidade a partir das vivências grupais e coletivas, todas banhadas pelos diversos tipos de linguagens. A contaminação também se faz presente quando os saberes contemporâneos, além dos passados já consolidados, se espalham por várias pessoas através da linguagem, da internet e da mídia, popularizando o conhecimento para grande parte da população. Ao mesmo tempo, o pensamento de *Ge-*

Stell engloba o fato de que a história e a produção humana acumulada ao longo da história está mais disponível ao acesso das pessoas.

As noções e processos observados pelos/as pensadores/as da pós-modernidade são importantes para se compreender os fenômenos sociais que estamos vivendo na atualidade. Nos deparamos com um mundo banhado pela sombra humana, pelo nomadismo e pelo tribalismo, que gera os excessos e as explosões cotidianas.

2 | JUVENTUDE PÓS-MODERNA

Tendo elencado quais foram as transformações que marcaram a transição da época moderna para o período atual, a pós-modernidade, aqui debatemos como as novas configurações sociais influenciam na vida dos/as jovens. Debater a respeito da juventude é um desafio teórico e metodológico, essa faixa etária vive processos psicológicos e sociais amplos, que englobam a sociedade inteira, mas, ao mesmo tempo, tem suas especificidades que são interessantes para se levar em consideração.

O conceito de juventude é algo relativamente recente, apenas começando a ser concebido em meados dos séculos XIX e XX. Anteriormente, a criança e o jovem eram vistas como adultos em miniatura, com os mesmos processos e desafios relativos a fase adulta. Nessa época, como afirmam Silva e Lopes (2010), houve um grande interesse de se realizar pesquisas científicas sobre esses períodos da vida, possibilitando a descoberta de processos e aspectos específicos a essa fase vital. Atualmente, de acordo com a legislação Brasileira, são entendidos como jovens as pessoas entre 15 e 29 anos de idade. (BRASIL, 2013).

É importante abordar a juventude levando em conta o dinamismo e a adaptabilidade do psiquismo. A personalidade humana, para Hillman (1983) não é estática. O ser humano é um aglomerado de possibilidades múltiplas sendo que, nos variados ambientes ou períodos de sua vida, irá se comportar de maneira diversa. Em diferentes períodos da vida ou lugares as/os jovens irão viver diferentes arquétipos, vivendo a partir de diferentes faces, vozes e nomes.

Sobre a dinâmica vivida pela juventude, Silva (2009) afirma que:

[...] A identidade não é uma essência; não é um dado ou um fato – seja da natureza, seja da cultura. A identidade não é fixa, estável, coerente, unificada, permanente. A identidade tampouco é homogênea, definitiva, acabada, idêntica, transcendental. Por outro lado, podemos dizer que a identidade é uma construção, um efeito, um processo de produção, uma relação, um ato performativo. A identidade é instável, contraditória, fragmentada, inconsistente, inacabada. A identidade está ligada a estruturas discursivas e narrativas. A identidade está ligada a sistemas de representação. A identidade tem estreitas conexões com relações de poder. (SILVA, 2009, p. 96-97).

O relacionamento do jovem com o mundo externo a ele, como a cultura, os imaginários e o inconsciente coletivo, são processos contínuos e dialéticos. Para Maffesoli (2001) o jovem vive sua vida através de identificações múltiplas. Dependendo do momento, grupo ou local em que se encontra, o jovem se comporta e se apresenta de maneira diferente. As pessoas são compostas por um variado arcabouço de *personas* que se fazem presentes em diferentes momentos com diferentes grupos, como afirma:

[...] A polissemia das situações e a polissemia das palavras participam de um balé sem fim, reenviam incessantemente uma a outra, e se inserem, em última instância, num vasto quadro cênico que não é outra coisa senão [...] *um imaginário social*. (MAFFESOLI, 2001, p. 213).

A sociabilidade juvenil, para Hall (2009), é um processo múltiplo: uma identificação se sobrepõe a outra, podendo se complementar, se contradizer ou até se subjugar. As identificações que os jovens vivem com os signos possuem forte carga emocional e inconsciente, as forças arquetípicas também se fazem presentes nas identificações. Para o autor, ao trabalhar com o conceito de identidade estamos falando de um ser humano fixo, estático e está automaticamente excluindo características da pessoa. Já, por outro lado, a lógica da identificação é diferente, ao abordar as diferentes identificações que o ser humano realiza abordamos a complexidade das pessoas, sem excluir características.

Os/as jovens, assim como as demais pessoas, constituem sua personalidade e sua sociabilidade através de várias *personas* e de demasiadas identificações. Para Freitas (2005) podemos entender *personas* como máscaras que colocamos ao nos relacionar com as outras pessoas. Diferentes ambientes, grupos ou momentos demandam diferentes *personas*. Para a autora essa instância da personalidade tem uma função importante de nos ligar aos outros, entrar em contato com as pessoas, viver o estar-junto coletivo.

Para Maffesoli (1996), a juventude, mais do que uma fase da vida, é um estilo de vida no qual as pessoas circulam entre os diversos espaços e grupos, vivendo intensamente a experiência de suas diversas *personas*. O mundo atual promove uma explosão de informações, ideias e signos à população juvenil, e essa rica dinâmica de imaginários possibilita transformações intrapsíquicas e relacionais peculiares. O hedonismo, a experimentação e o desejo de viver coletivamente, visíveis em todas as pessoas na pós-modernidade influenciam fortemente a vida de jovens, promovendo os fenômenos do tribalismo pós-moderno, intenso e fluente, e a circulação entre os grupos e as diferentes *personas*.

As tribos urbanas, como aborda Maffesoli (2007b), são fenômenos amplamente vividos pela juventude atual. As tribos juvenis se unem e se organizam utilizando de signos culturais como referência, formando uma dinâmica de funcionamento interno com regras próprias, uma ética coletiva. Os signos que possibilitam a união de jovens podem ser roupas, acessórios, tatuagens, características físicas, comportamentos, ideias, entre outros. Essas características não são aleatórias, elas são manifestações do todo

o imaginário social e do inconsciente coletivo em que as relações estão imersas. Uma vestimenta ou comportamento, por exemplo, transmite uma enorme carga simbólica construída historicamente que favorece a agregação de pessoas. Assim, os significantes do imaginário e da história humana servem como polos para as pessoas se organizarem ao redor.

As tribos atuais podem se organizar a partir de signos festivos também, compartilhando elementos orgásticos em seu seio, formando o que Maffesoli (2007b) chamou de *pathos* coletivo. Os fenômenos como as festas, as celebrações religiosas e os esportes carregam alta carga corporal, erótica e sensível. Esses locais são onde as tribos juvenis podem se reunir, compartilhando assim vivências orgiásticas, sentindo emoções coletivamente e realizando trocas simbólicas.

O jovem pós-moderno assim, para Maffesoli (2005), circula entre as diversas tribos e vive variadas *personas* ao longo de sua vida:

[...] parece que estamos diante de uma verdadeira avalanche instintiva, uma espécie de *vis a tergo*, que estimula por toda a parte e por qualquer motivo o gregarismo. Só interessa, na realidade, a atmosfera afetiva em que cada um se sente mergulhado. Daí o vaivém de um grupo a outro, o desengajamento e a irresponsabilidade que marcam esta época, [...] metáfora do neotribalismo. (MAFFESOLI, 2005, p. 16).

Woodward (2009) aponta que a identificação com diferentes signos, grupos e campos sociais simultaneamente ocorre a partir do contato físico e subjetivo com o mundo. O inconsciente humano é composto por diversos desejos, instintos e pulsões, uma verdadeira complexidade de ideias e sentimentos, muitas vezes contraditórios. Ao se relacionar com o mundo, a pessoa ira ser movida por esses desejos complexos e, para poder expressá-los, necessita utilizar de diversos signos e participar de vários grupos ao mesmo tempo. O jovem, assim, vai circular entre grupos, espaços e rituais, investindo em cada um deles.

É importante ressaltar, segundo Maffesoli (2007), que a sociedade sempre dispôs de signos para as pessoas se identificarem. E no mundo pós-moderno os signos estão se atualizando. As celebridades, as figuras da mídia e os meios de comunicação como a internet, *smartphones* e computadores são grandes processos de importante significância nos imaginários atuais, sendo que os/as jovens estão se organizando ao redor desses símbolos e se relacionando a partir deles. Os heróis da pós-modernidade passaram a ser as celebridades e as figuras em alta na internet e nas mídias comunicativas. Os deuses e a relação com o divino, tão presentes em imaginários de civilizações antigas como os gregos e romanos, continuam a se fazer presentes na atualidade com o culto ao corpo, à festa e às celebridades, constituindo assim um culto ao humano mundano, com suas fraquezas e defeitos. Todos esses imaginários presentes influenciam as tribos juvenis a se movimentar, se formando/dissolvendo a partir dos símbolos que estão em relevância.

Para Maffesoli (1996), as pessoas estão se organizando ao redor dos elementos frívolos da vida, como as emoções, o jogo de aparência e os elementos estéticos do mundo. As características supérfluas da vida são significantes no modo como as pessoas se relacionam consigo mesmas e com os outros. A mediação dos aspectos estéticos nas inter-relações sociais atualmente é denominada pelo autor como a ética da estética.

Os espaços também são significativos para as organizações das tribos juvenis. De acordo com Maffesoli (1996) os imaginários se manifestam nos diferentes lugares da sociedade, cada lugar possui uma carga simbólica diferente e possibilita sensações específicas às pessoas que nele estão. A carga simbólica dos imaginários e do inconsciente coletivo se manifestam através de lugares, como os bairros, as cidades e as comunidades, os lugares se caracterizam como signos nos quais as pessoas iram se organizar ao redor.

A sociabilidade pós-moderna se manifesta em espaços, como a praça, escola, a cidade, entre outros. As cidades exprimem toda a complexidade e ambiguidade da sociabilidade humana. Para Maffesoli (2007) a diversidade das cidades é um reflexo direto da diversidade de tribos e imaginários das pessoas que vivem lá. A cidade pós-moderna é uma máquina em constante transformação, um aglomerado de espaços tribais diferentes. Os diferentes territórios e bairros possuem cada um uma carga simbólica e imaginativa distintas, e ao mesmo tempo semelhantes. As tribos juvenis se desenvolvem nesse grande aglomerado de espaços e imaginários:

Em processos de massificação constante acontecem condensações e organizam-se tribos mais ou menos efêmeras que comungam valores minúsculos e, num balé sem fim, chocam-se, atraem-se e repelem-se numa constelação de contornos mal definidos e totalmente fluidos. Essa é a principal característica das sociedades pós-modernas. (MAFFESOLI, 2005, p. 18).

Assim como os lugares, os objetos exercem funções agregadoras para os/as jovens pós-modernos. Os objetos transmitem imaginários cristalizados e possuem carga simbólica e arquetípica. Além de possuir objetivos funcionais, Maffesoli (1996) aponta que muitos objetos simbolizam funções estéticas e de comunhão. As/os jovens se reúnem nos grandes templos dos objetos, como mercados, *shoppings centers* e lojas, e realizam a partilha de objetos. O fetiche e a teatralização dos objetos criam grupos, espaços, geram identificações e formam tribos.

As/os jovens se ligam e se organizam a partir de uma relação com o corpo, com os fenômenos eróticos e tácticos. Ao debater esse fenômeno, Maffesoli (2001) engloba tanto a relação com o corpo individual quanto com o corpo coletivo. Os corpos individuais, nas efervescências subjetivas, entram em contato entre si, constituindo assim um corpo social, coletivo, erótico em sua natureza. Esse corpo social carrega, além de simbologia eróticas, simbologias relacionadas ao místico, ao sagrado e ao profano.

A ética da estética, para Maffesoli (1996), é isso: a ligação com o outro ser humano através dos fenômenos não racionais, como as sensações, emoções, efervescências,

sentido, o erotismo, entre outros. A juventude atual vive intensamente as variadas éticas da estética. O corpo é visto como algo que liga ao outro, integrando as dimensões intelectuais e sentimentais. Esse “manto” sentimental, corpóreo, narcisista-hedonista e estético banha as relações juvenis hoje em dia. A estética vem a se tornar ética: vem a influenciar no modo como os/as jovens se relacionam:

As <<tribos>> pós-modernas são legiões. O seu denominador comum é a participação mágica de um <<gosto>> específico. Cultural: seitas, sincretismos religiosos, agrupamentos filosóficos. Cultural: arte, música, *hobbies* diversos. Desportivo: o número de associações declaradas dá que pensar. Sexual: reafirmação, e mesmo institucionalização, das preferências e perversões sexuais. O tribalismo não é comunitarismo. A adesão a tal tribo não é, com efeito, exclusiva de uma tal outra, podendo a mesma pessoa pertencer a várias delas. A sua característica é um fortíssimo <<sentimento de pertença>>, que faz com que, num momento determinado, todo e qualquer um comungue de um <<fundo>> colectivo. Talvez seja numa tal perspectiva que se deva compreender a acção terrorista, que escapa à lógica política e remete para uma emoção partilhada. (MAFFESOLI, 2002, p. 134-135).

Os fenômenos do tribalismo pós-moderno e da ética de estética se fazem presentes na juventude atual de maneira contraditória e paradoxal. Maffesoli (2007b) observa uma grande contradição vivida no modo como os/as jovens atuais agem: o autor observa que a juventude demonstra uma capacidade de tolerar e aceitar o que consideram diferentes de si, se relacionando com o que é considerado diferente e permitindo ser influenciado por este. Mas a juventude também se liga fortemente com as pessoas que aparentam terem características semelhantes ou com signos já conhecidos, podendo até demonstrar comportamentos agressivos frente ao que ou a quem consideram diferente.

Frente a todos esses processos da pós-modernidade, como a ética da estética, o tribalismo, as efervescências coletivas, a complexidade das relações, as vivências corporais e o retorno dos mitos e das imagens de adoração, as/os jovens se construíram jovens, vivendo sua vida a partir de variados agrupamentos, organizações e experiências nos mais diversos ambientes.

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

As mudanças ocorridas nos últimos séculos influenciaram a vida de todas as pessoas. O aumento na circulação de informação possibilitado pela internet, pelos computadores e pelos *smartphones* contribuiu para a flexibilização do modo de vida, facilitando o acesso a informação e questionando os deuses modernos dominantes até então, como as grandes instituições e os modelos únicos de vida, ciência e conhecimento, abrindo a porta para as emoções, as efervescências e o inconsciente.

Nessa complexidade de excessos, emoções e vivências que a juventude se faz presente, não apenas como uma fase da vida, mas também como um estilo de vida. Os/as

jovens pós-modernos circulam entre os diversos espaços e grupos, vivendo intensamente a experiência de suas diversas *personas*. Eles/as vivem e partilham de objetos, sentimentos e imaginários, se relacionando com processos arquetípicos, mas também produzindo o novo, influenciando e transformando a sociedade.

Importante ter em mente esses processos psicológicos e sociais que permeiam o vir-a-ser jovem na pós-modernidade, tanto para os/as profissionais da educação, saúde e assistência que atuam com esse público quanto para as demais pessoas. Trabalhar com/ viver a juventude é se deparar com o ser-humano em seu potencial dinâmico, complexo e contraditório.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei Nº 12.852/2013**. 2013. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm. Acesso em: 07 jul. 2017.

BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. **Construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes, 1978.

CHAMBERLAIN, B. J. Pós-modernidade e a ficção brasileira dos anos 70 e 80. **Revista Iberoamericana**, v. 59, n. 164, p. 593-604, 1993.

FREITAS, Laura Villares de. Grupos vivenciais sob uma perspectiva junguiana. **Psicologia Usp**, v. 16, n. 3, p. 45-69, 2005.

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade?. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes. 2009.

HILMAN, J. **Psicologia Arquetípica—Um Breve Relato**. São Paulo. Editora Cultrix. 1983.

JUNG, Carl Gustav. **O homem e seus símbolos**. Editora Nova Fronteira, 1964.

MAFFESOLI, M. **No fundo das aparências**. Vozes, 1996.

_____. **Elogio da razão sensível**. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. **A conquista do presente**. Por uma sociologia da vida cotidiana. Argos. 2001.

_____. **Entre o Bem e o Mal**. Compêndio de Subversão Pós-Moderna. Lisboa. Instituto Piaget. 2002.

_____. **O mistério da conjunção**. Ensaios sobre comunicação, corpo e sociabilidade. Porto Alegre: Sulina, 2005.

_____. **O conhecimento comum**: introdução à sociologia compreensiva. Porto Alegre. Sulina. 2007.

_____. **O ritmo da vida**. Variações sobre o imaginário pós-moderno. Rio de Janeiro: Record. 2007b.

SILVA, Carla Regina; LOPES, Roseli Esquerdo. Adolescência e juventude: entre conceitos e políticas públicas. **Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar**, v. 17, n. 2, 2010.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes. 2009.

VATTIMO, G. **O fim da modernidade**: niilismo e hermenêutica na cultura pós-moderna. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes. 2009.

CAPÍTULO 2

A CONTRIBUIÇÃO DA TEORIA MARXIANA NA EMANCIPAÇÃO DA MULHER NO CAMPO DE TRABALHO ANTE A OPRESSÃO DA SOCIEDADE CAPITALISTA

Data de aceite: 01/12/2020

Renata Reis de Lima

Programa de Pós Graduação em Direito Agrário na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Goiás (PPGDA/FD/UFG); Faculdade Brasileira de Educação e Cultura (FABEC); Escola Superior de Direito, FACAB; Advogada com OAB/GO 46.032; Revista REFLIONS; Centro Universitário UNIARAGUAIA; Observatório dos Direitos das Mulheres da UNIARAGUAIA; Núcleo de Práticas Jurídicas da Faculdade UNICAMPS

Jenucy Espíndula Brasileiro

Pontifícia Universidade Católica de Goiás (2015). Advogada inscrita na OAB-GO nº 51.492. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Faculdade Brasileira de Educação e Cultura (2016). Faculdade Alfredo Nasser (2018). Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

RESUMO: A teoria marxiana, enquanto epistemologia que visa compreender a realidade à partir de sua história e em uma perspectiva de conjunto, relaciona as lutas sociais produzidas pelo sistema capitalista frente às desigualdades travadas entre a classe burguesa e a classe proletária. Apesar desse contexto ter emergido na Revolução Industrial, no final do século XIX, os conflitos de exploração e discriminação social ainda se faz presente no sistema capitalista vigente. Malgrado a entrada massiva das mulheres no mercado de trabalho, a opressão,

a dominação no âmbito familiar e a sua exclusão da esfera pública persiste até os dias atuais, mesmo com a luta de classes na conquista por direitos igualitários e com a inserção efetiva da mulher no campo de trabalho. Neste contexto, o presente artigo visa analisar e historicizar as ações formuladas pelos membros da social-democracia, inclusive relatando o papel da mulher dentro do mercado de trabalho, a fim de questionar a possibilidade de articulação entre as categorias de gênero e a classe social para a teoria marxista.

PALAVRAS-CHAVE: Capitalismo, marxismo, social-democracia.

ABSTRACT: The Marxian theory, while epistemology that seeks to understand the reality from its history and an overall perspective, relates the social struggles produced by the capitalist system against inequalities fought between the bourgeoisie and the working class. This context have emerged in the Industrial Revolution in the late nineteenth century, conflicts of exploitation and social discrimination is still present in the current capitalist system. Despite the massive entry of women into the labor market, oppression, domination in the family and their exclusion from the public sphere persists to the present day, even with the class struggle in the conquest of equal rights and the effective integration of women in the work field. In this context, this article aims to analyze and historicizing the actions made by members of social democracy, including reporting the role of women in the labor market in order to question the possibility of links between the categories of gender and social class to Marxist theory.

KEYWORDS: Capitalism, marxism, social democracy.

1 | INTRODUÇÃO

As percepções atuais da sociedade capitalista sobre a figura da mulher foram construídas e alimentadas ao longo do tempo, tendo por base principalmente os discursos religiosos, que fomentou (e ainda fomenta) a relação de hierarquia dos homens às mulheres. Neste contexto, a mulher foi por muito tempo considerada apenas uma “costela de adão”, caracterizada por ser a parte mais fragilizada do homem e, portanto, por necessitarem de auxílios e cuidados permanentes.

O apego aos valores tradicionais da sociedade, cujo papel da mulher era enrijecer os laços familiares, refletiu inclusive no processo de incorporação das mulheres no meio operário, em um rebaixamento quase que generalizado dos salários. Neste diapasão, além da miséria e exploração reproduzidas pela sociedade burguesa, as trabalhadoras afrontavam ainda a tirania familiar e a dependência psíquica, econômica e política.

Malgrado a entrada massiva das mulheres no mercado de trabalho, a opressão e a dominação no âmbito familiar e sua exclusão da esfera pública não foi extinta com a luta de classes na conquista por direitos igualitários, nem mesmo com a inserção efetiva da mulher no campo de trabalho. Para Geoff Eley (2005, p.48) “a industrialização não subverteu tanto os velhos padrões de subordinação feminina, mas antes, os reproduziu sob novas formas”. O autor afirma que a presença das mulheres ainda é marginalizada em diferentes lugares, incluindo no mercado de trabalho, lugares públicos e de sociabilidade.

No final do século XVIII e nas primeiras décadas do século XIX, a Europa vivenciou o processo da primeira Revolução Industrial, quando criou-se condições para a produção de mercadorias em larga escala, culminando em uma concentração da classe operária e aumento da exploração da força de trabalho. Como consequência, o capitalismo passou a nos trazer transformações econômicas-sociais, com realidades como desemprego, miséria, exploração, salários baixo e jornadas intensas de trabalho.

Nesse contexto de expansão industrial e de predomínio de produção capitalista as lutas pela emancipação das mulheres começaram a ganhar força. Passou-se a vivenciar conflitos e quebras de paradigmas construídas sobre a figura da mulher e a sua inserção no movimento operário. As mulheres passaram a constituir grupos para discussão sobre as suas condições em um contexto social, político e econômico, buscando se engajar em órgãos e instituições de classe.

Neste sentido, Marx e Engels, através de diversas obras, como *A ideologia alemã* (1999), *O manifesto do partido comunista* (1998) e *Sobre a mulher* (1980), que contribuíram para o aprofundamento teórico dos partidos políticos sociais-democratas e elevaram o movimento feminista revolucionário a um papel de vanguarda dentro das organizações socialistas. Foram considerados os principais contribuintes na discussão quanto a relação

de desigualdade, culminando na atual (semi) libertação desses estigmas historicamente sedimentados e na conseqüente emancipação da mulher no campo de trabalho ante a opressão da sociedade capitalista.

Assim, a presente tese visa ponderar as atuações da social-democracia frente às feministas revolucionárias e, portanto, as conseqüentes repercussões das organizações socialistas em prol da emancipação da mulher no mercado de trabalho. Objetiva-se questionar se há possibilidade de articulação entre as categorias de gênero e classe social no domínio marxista.

2 I AS PRINCIPAIS LINHAS DE ABORDAGEM MARXIANA RELACIONADA À PROBLEMÁTICA DA OPRESSÃO FEMININA

De maneira corriqueira, teses “pós-modernas” criticam o marxismo pela sua suposta indiferença em relação a questões de gênero. Sob o argumento de que o marxismo possui uma teoria economicista, pondera-se que Engels e Marx acreditam que a dominação de gênero seria o resultado mecânico do modo de produção capitalista. Os chamados “pós-estruturalistas” acusam a teoria marxista de subsumir as relações hierárquicas entre gêneros à questão de exploração de classe, além de propagarem a ideia de que apenas as mulheres burguesas são oprimidas pelo capitalismo, apresentando uma visão simplista das relações gênero e a hierarquia vigente no quadro operário.

No entanto, essa posição pós-moderna resta-se equivocada, já que a teoria marxista contribuiu para indicar as origens históricas da opressão da mulher, criando condições para introduzi-la de forma ascendente no mercado de trabalho, desvencilhando-a cada vez mais dos vínculos enraizados estabelecidos em uma estrutura de família nuclear. Assim, desde o século XIX, os autores Engels e Marx cooperaram com o crescente rompimento de conceitos tradicionais da sociedade como forma de discriminação, de opressão, de desvalorização e, principalmente, de uma condição de sexo frágil.

Mais precisamente, Engels e Marx fizeram uso da concepção materialista da história para aplicar o conhecimento das formações econômico-sociais e para estudar o modo de produção capitalista e da sociedade burguesa a ele correspondente. A parceria entre ambos foi de profunda relevância para a superação do discurso idealista de Hegel que, conforme nos explica Jean Bethke Elshtain (1981):

Hegel, como Aristóteles, exclui as mulheres do envolvimento no “bem” do domínio público. Ao invés, as mulheres se definem pela família: a família é o início e o fim de uma mulher. Para o homem, a família é aquela relação ética que serve de base para todas as outras, incluindo a cidadania. Somente o homem pode se tornar um real e substancial cidadão. Caso ele ab-rogue de sua cidadania, afundando novamente uma família, torna-se meramente uma “sombra irreal e insubstancial”, um companheiro para aquelas incompletas e umbrosas formas femininas que chamam de “lar” a família. (ELSHTAIN, 1981, p. 174).

Destarte, a mudança da forma de tratamento que era dado ao papel das mulheres dentro da sociedade se deu, pela primeira vez, mesmo que de forma parcial, com a obra *A Sagrada Família* (1845). Diz-se “parcial” pois na obra ainda restam-se presentes opiniões que tratam às mulheres segundo seus “aspectos desumanos”, deixando de aceita-la como fator natural e atribuindo-as como portadoras exclusivas de desonra moral, adultério e sedução. No entanto, a obra merece destaque como pioneira para a discussão sobre a opressão da mulher, pois os autores procuraram a compreender os fatores históricos da opressão da mulher, tratando a condição da emancipação feminina, pela primeira vez, como possibilidade histórica viável e necessária.

Apesar dos autores afirmarem na referida obra que a divisão “natura” do trabalho na família teria um fundo biológico, justificado pela diferenciação de funções reprodutivas, a mudança de pensamento nutriu a obra *A ideologia Alemã* (1845-1846), quando começou, de fato, a trabalhar com as origens da divisão sexual do trabalho, ao afirmarem que a “escravidão da família, embora tosca e latente”, teria sido a primeira propriedade. *In verbis*:

“Encerra portanto a propriedade, cuja primeira forma, o seu germe, reside na família onde a mulher e os filhos são escravos do homem. A escravidão, certamente ainda muito rudimentar e latente na família, é a primeira propriedade, que aliás já corresponde perfeitamente aqui à definição dos economistas modernos segundo a qual ela é a livre disposição da força de trabalho de outrem”. (MARX, K.; ENGELS, F., 2001, p. 27).

Entretanto, o diagnóstico da família e a situação de submissão da mulher sob o modo de produção capitalista foi intentado de fato na obra *Manifesto do Partido Comunista* (1848). Quanto ao diagnóstico da família, os autores reforçaram a ideia de que a família burguesa repousa sobre o ganho individual e sobre interesses econômicos. Faz-se uma crítica sobre a instrumentalização da burguesia das relações afetivas e da condição socialmente imposta às mulheres.

Destarte, Marx e Engels afirmam que a família tem papel para com a reprodução da opressão da mulher, indicando a possibilidade e a necessidade de transformar essa instituição. Logo, a proposta foi o próprio processo de dissolução familiar visando tão somente a criação de novas formas familiares, desde que díspares à família burguesa. Vejamos:

Supressão da família! Até os mais radicais se indignam com esse propósito infame dos comunistas. Sobre que fundamento repousa a família atua, a família burguesa? Sobre o capital, sobre o ganho individual. A família, na sua plenitude, só existe para a burguesia, mas encontra seu complemento na ausência forçada da família entre os proletários e a prostituição pública. A família burguesa desvanece-se naturalmente com o desvanecer de seu complemento, e ambos desaparecem com o desaparecimento do capital. (MARX, K.; ENGELS, F., 2005, p. 55).

Por outro lado, a referida obra afirma ainda que somente a socialização da propriedade seria capaz de desfazer a condição de submissão da mulher. Deste ponto de vista, as analogias de gênero não deveriam obstaculizar o conflito de classes, nem mesmo a divisão da sociedade em dois campos opostos. Os autores concluem que as trabalhadoras, como parte do proletariado, deveriam participar do processo de simplificação dos antagonismos de classe, contrapondo-se às mulheres burguesas.

Para compreender melhor a posição defendida pela teoria Marxista, necessário se faz abordar sobre a diferença entre a emancipação política e a emancipação humana trazida pela obra *A questão judaica* (2005), que indica os limites da igualdade jurídica (formal) como instrumento de reversão vivida pelas mulheres. Neste diapasão, a condição de subordinação vivenciada pelas trabalhadoras não será cessada apenas com a abolição das distinções legais de gênero, mas também com a busca pela transformação de estruturas econômicas e políticas que viabilizam reduzir de fato essa condição de desigualdade.

A partir de então, descrição das condições de vida das trabalhadoras passou a ser representado como uma mudança sistematizada à concepção do papel desempenhado pelas mulheres sob o modo de produção capitalista. As mulheres passaram a avocar, de forma gradativa, por um papel ativo no aspecto social, político e econômico.

Com isso, à medida em que a teoria marxista propõe diagnosticar a família com um ponto de vista materialista histórico, levando em consideração a compreensão das relações de produção e das relações de reprodução da vida imediata, Marx e Engels começaram a abdicar cada vez mais do discurso eminentemente ético e idealista. Essa mudança de percepção às mulheres marcou a mudança de posição delas em relação à sociedade, deixando de serem “vítimas” e se tornando de fato “agentes” de sua emancipação. Essa nova abordagem foi fundamental para a defesa da incorporação das feministas revolucionárias nas organizações operárias e na participação à vida política ativa.

Insta esclarecer, no entanto, que apesar da grande contribuição da perspectiva histórica marxiana à emancipação feminina sob o contexto capitalista, a mudança de posicionamento quanto ao tratamento que deve ser dado às mulheres se deu de forma parcial, estando presentes ainda reminiscências dos primeiros escritos de Hegel, Engels e de Marx, principalmente no que tange à concepção acerca das origens da divisão social do trabalho, que continua sendo tratado como fundamento para uma divisão sexual do trabalho considerada como “natural”, ditada pela procriação.

Logo, a obra *As origens da família, da propriedade e do estado* (1884) analisa as diversas fases históricas do desenvolvimento da humanidade, visando comprovar que as mudanças da condição da mulher sempre corresponderam às grandes transformações sociais, ao desenvolvimento da ciência e da técnica. Assim, os autores atribuíram a involução da mulher, das condições de igualdade em um contexto tratado como “comunismo primitivo” até a condição de “civilização”. Para os autores, essa mudança se deu com a exclusão da mulher do processo produtivo social.

Portanto, a obra foi marcada principalmente pela cisão entre as esferas públicas e privadas, que seriam substituídas por uma separação entre a esfera da produção e da reprodução, conforme resta claro no prefácio da primeira edição da obra. Vejamos:

“Segundo a concepção materialista, o fator determinante, em última instância, na história é a produção e a reprodução da vida imediata que, no entanto, se apresentam sob duas formas. De um lado, a produção de meios de subsistência, de produtos alimentícios, habitação e instrumentos necessários para isso. De outro lado, a produção do mesmo homem, a reprodução da espécie. A ordem social em que vivem os homens de determinada época histórica e de determinado país está condicionada por esses dois tipos de produção: de um lado, pelo grau de desenvolvimento do trabalho e, de outro, pela família”. (MARX, K.; ENGELS, F., 2000, p. 11)

Destarte, Marx e Engels acabaram por estabelecer uma relação fundamental entre a dominação de classe e a dominação de gênero no âmbito do Estado, da sociedade e da família. Com a contribuição dos autores, a separação de ambas as dominações só poderia ocorrer com uma profunda transformação social, por meio da socialização dos meios de produção. Em outras palavras, somente a transformação revolucionária da sociedade, com a abolição da exploração capitalista e a construção de uma ordem social socialista, poderia originar um sistema igualitário, que confere validade e efetividade aos preceitos legais que na sociedade burguesa só possuem existência formal.

Assim, durante o século XX, a problemática quanto à pretensa inserção das mulheres na esfera reprodutiva apartada da produção originou a uma série de posicionamento divergentes por parte das feministas, tanto dentro como fora do campo marxista. Infundáveis discussões buscaram analisar a relação da família, do trabalho doméstico e o processo produtivo.

3 | A EMANCIPAÇÃO FEMININA E A LUTA PELA SOCIAL-DEMOCRACIA

Conforme anteriormente salientado, a análise da dinâmica luta de classes e a especificidade de funcionamento do modo de produção capitalista tornou-se contexto para as críticas desenvolvidas por Marx e Engels quanto a condição feminina, cuja posição deu ensejo a discussões aos partidos sociais-democratas em expansão. No entanto, o reconhecimento da emancipação feminina como movimento socialista enfrentou múltiplos obstáculos, sendo frequentemente desvalorizada por líderes proletários, por considerarem a causa irrelevante.

Augusto Bebel (1889), um dos fundadores da II internacional, possui o mesmo argumento que Marx e Engels, ao tratar da questão da mulher em sua obra *A mulher e o socialismo (1889)*, afirmando que:

“Todas as opressões sociais encontram sua raiz na dependência econômica do oprimido em sua relação com o opressor. Desde os tempos mais remotos, a mulher se

encontra nessa situação: a história do desenvolvimento da sociedade humana o ensina” (BEBEL, 1889, p.102).

Augusto Bebel (1889), no entanto, vai além dos argumentos de Marx e Engels, já que atribui a liberdade e a hierarquia do homem e relação à mulher proletária como resposta do fato de que todas as mulheres, apesar da classe social, possuem interesses em comum e, portanto, podem se unir em torno de demandas que estejam adequadas.

A II internacional, apesar da ação política de Klara Zetkin (1922), muito embora tenha sido marcada por almejar, entre os seus objetivos, a organização e a paridade entre os sexos e a defesa das condições de vida e trabalho da proletária, ignorou por completo a luta pelo direito ao voto. Klara Zetkin manifestou preocupação sobre o assunto:

“É claro que nós não desconsideramos a possibilidade de que alguma grande personalidade, homem ou mulher, possa ser capaz de fazer o mesmo trabalho em uma organização local ou distrital, mas a despeito de reconhecermos os feitos deste indivíduo no Partido, nós devemos nos perguntar quão maiores os benefícios seriam se ao invés do trabalho de um único indivíduo nós tivéssemos a cooperação de muitas forças. A ação unificada de muitos em direção a um objetivo comum deve ser nosso slogan no Partido, na Internacional e no nosso trabalho com as mulheres”. (ZETKIN, discurso realizado em novembro de 1922).

Assim, Klara Zetkin (1922) lutava não só pelo sufrágio feminino, como considerava também ser necessário a conquista de uma legislação mais humanizada no tratamento das condições de trabalho da mulher nas fábricas, e ainda de uma legislação que tratasse de forma mais específica a qualidade das operárias. Contudo, a posição defendida por Clara foi bastante criticada justamente por diferenciar a posição de classe na luta das mulheres. Apesar das críticas, a autora contribuiu para o entendimento da dimensão específica da opressão da mulher, já que demonstrou que mesmo um partido revolucionário, se não tiver a atuação das mulheres em suas demandas, não conseguirá contemplar por completo as suas problemáticas.

Embora essa “questão feminina” fosse objeto de controvérsias, a incorporação desse discurso nos partidos sociais-democratas se deu de forma generalizada no início do século XX, promovida inclusive pelos avanços dos movimentos feministas no interior da social-democracia. O surgimento desse novo paradigma feminino foi fundamental para a participação da mulher na vida política ativa e para a construção de um projeto emancipatório socialista tangível que leve em conta o ponto de vista e a particular inserção social das trabalhadoras no mercado.

Essa revolução proletária da emancipação da mulher se tornou mais clara com a contribuição de Lênin (1980), que afirmava que a principal tarefa do movimento operário feminino consistia na luta pela igualdade econômica e social da mulher, e não somente pela igualdade formal. Assim, o autor atribuía como tarefa principal a de incorporar a mulher ao trabalho social produtivo, libertando-a da imagem de subordinação. Vejamos:

"Logo, a emergência de um movimento feminista revolucionário de massas crítico, democrático e radical serviu de paradigma a inúmeras experiências revolucionárias e lutas políticas desencadeadas no século XX, conduzidas dentro ou fora dos partidos socialistas, em movimentos de massas, sindicatos ou organizações clandestinas. Embora, como Klara Zetkin reconheceria, o arsenal teórico marxista não houvesse oferecido respostas prontas à questão das mulheres, suscitando o aparecimento de diferentes pontos de vista acerca da opressão feminina e de sua superação, teria fornecido algo melhor: o método correto e preciso de estudo e compreensão da questão. Com efeito, "toda análise marxista relativa a uma parte importante da superestrutura ideológica da sociedade e a um relevante fenômeno social deve desembocar na análise do regime burguês e de sua base: a propriedade privada; e toda análise desse gênero deve levar à conclusão de que "é preciso destruir Cartago"". (LÊNIN, 1980, p. 104).

Vê-se que o materialismo histórico possibilitou a articulação da luta contra a opressão de gênero, raça, etnia, religião, opção sexual ou nacionalidade, já que o manto de uma universalidade abstrata se sobrepõe à todas as demais. Com Lênin (1980), as realidades sociais deixaram de serem encaradas como fenômenos isolados e começaram a serem tratadas como um complexo de relações ambíguas e dependentes, o que fez do movimento feminino socialista capaz de conjugar as lutas de todos os marginalizados. Na obra *Sobre a emancipação da mulher*, Lênin (1980) afirma:

"O movimento feminino comunista deve ser um movimento de massas, não somente do movimento dos proletários, mas de todos os explorados e oprimidos, de todas as vítimas do capitalismo. Nisto consiste a importância do movimento feminino para a luta de classes do proletariado e para a sua missão histórica: a organização da sociedade comunista". (1980, p. 105).

Importante se faz mencionar ainda o relevante papel de Alexandra Kollontai (2005), em sua obra *A nova mulher e a moral sexual*, que se destacou na crítica ao problema da mulher na sociedade burguesa. Mais precisamente, a autora afirmou que as características da nova mulher nasce:

"A autodisciplina, em vez de um sentimentalismo exagerado; a apreciação da liberdade e da independência em vez da submissão e da falta de personalidade; a afirmação de sua individualidade e não os esforços estúpidos para se adaptar ao homem amado; a afirmação do direito de gozar os prazeres terrenos e não a máscara hipócrita da 'pureza'; e, finalmente, a subordinação das aventuras do amor a um lugar secundário na vida. Diante de nós temos não uma fêmea, nem uma sombra do homem, mas uma mulher-individualidade". (KOLLONTAI, 2005, p. 39).

Kollontai (2005) combateu a marginalização da mulher no partido e reforçou a ideia de que a descriminalização da mulher possui uma dimensão ideológica enraizada, que exigia uma ação específica que fosse além das transformações no modo de produção econômica. Assim, a autora complementou a compreensão teórica sobre a questão específica da mulher, uma vez que ela foi a primeira a dirigir um gabinete ministerial. Afinal,

seu objetivo era justamente dar à mulher a completa independência legal e de igualdade (no casamento, no direito ao aborto e ao princípio de remuneração igual para o trabalho igual) na sociedade russa.

Por fim, ao defender novos ideais morais, o marxismo foi fundamental tanto para o trabalho prático de organização e mobilização das mulheres, como também para a formação de uma nova concepção de mundo. As feministas revolucionárias, ao considerarem ser plena a condição de igualdade social da mulher como um princípio indiscutível, mesmo em uma sociedade capitalista, são, apesar de tudo, ativas e transformadoras, que sabem que apenas a revolução social é autossuficiente para a construção de condições materiais que sustentam a superação das condições de exploração e de opressão enraizadas historicamente.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabe-se que o materialismo histórico da teoria marxista tem-se demonstrado útil não só na análise e compreensão das relações sociais como todo, inclusive em seus contextos produtivos e político, mas principalmente na emancipação da mulher no campo de trabalho ante a opressão da sociedade capitalista.

Ao ponderar a indissociabilidade das lutas contra a dominação de gênero e de classe, o feminismo materialista reconhece a importância do marxismo para a fundamentação estratégica de ação a fim de delinear os seus objetivos e moldar a sua luta frente aos demais movimentos sociais, que levem em consideração as relações de produção e de reprodução estabelecidas pelo regime capitalista, superando limitações e atribuindo uma visão mais ampla quanto à transformação social.

Neste sentido, a emancipação das mulheres fazem uso do marxismo para depositar nas mãos da classe trabalhadora, em sentido amplo, a responsabilidade de agente histórico da transformação social. Afinal, Para Marx e Engels, a exploração e alienação do trabalho é diretamente proporcional à destrutiva lógica do sistema capitalista, com os seus consequentes atributos de desigualdades e as suas diferentes formas de opressão.

Por conseguinte, as experiências feministas revolucionárias originadas no final do século XIX e início do século XX constituem-se como indispensáveis às atuais e futuras gerações feministas e socialistas.

A potência revolucionária das mulheres não se baseia somente nas concepções psicológicas individuais, mas depende também de seu engajamento na práxis revolucionária, na disposição para enfrentar a realidade de opressão e desigualdades, buscando constituir cada vez mais laços de solidariedade e cooperação. Afinal, resta-se demonstrado que a emancipação das mulheres com o uso de ideias marxistas possibilitou a articulação entre gênero e classe, sendo esta uma ferramenta indispensável à superação da passividade e do conformismo da realidade social no contexto capitalista.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodore W.; HORKHEIMER, Max. **Temas básicos de sociologia**. São Paulo: Cutrix, 1973.

ARAÚJO, Clara. **Marxismo, feminismo e o enfoque de gênero**. In: Crítica Marxista. n.11. São Paulo: Boitempo, 2000.

Discurso realizado em novembro de 1922 (ZETKIN, Klara. **“Organizing women”**. [On Line]. <<http://www.marxists.org/archive/zetkin/1922/ci/women.htm>>. Acesso em julho de 2016).

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Trad. de Renato Aguiar. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

ELEY, Geoff. **Forjando a democracia: a história da esquerda na Europa, 1850-2000**. São Paulo: Perseu Abramo, 2005, p.48.

ENGELS, Friedrich. **A origem da Família, da propriedade e do Estado**. São Paulo: Escala, 2000.

_____. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2008.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Princípios da filosofia do direito** (1821). São Paulo: Martins Fontes, 1997.

KOLLONTAI, Alexandra. **A nova mulher e a moral sexual**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

LENIN, Vladimir Ilitch. **“Igualdade completa para as mulheres!”** (1920). In: Textos marxistas-leninistas-maoístas sobre a questão da mulher. São Paulo: Seara Vermelha, 1999.

_____. **Sobre a emancipação da mulher**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____; _____. **A sagrada família**. São Paulo: Boitempo, 2003.

_____; _____. **O manifesto do partido comunista**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1998.

_____; _____. LENIN, V. I. **Sobre a mulher**. São Paulo: Global, 1980.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Emílio ou Da Educação**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

CAPÍTULO 3

A FAMÍLIA COMO BASE: NACIONALISMO, EXÉRCITO E EDUCAÇÃO

Data de aceite: 01/12/2020

Data de submissão: 05/10/2020

Felipe Varzea Lott de Moraes Costa

Universidade Federal Fluminense (UFF)

Niterói, Estado do Rio de Janeiro

<http://lattes.cnpq.br/4609450195451362>

Este artigo foi apresentado originalmente no 2º Encontro Internacional História & Parcerias, evento organizado pela seção fluminense da Associação Nacional de História (ANPUH-RJ), em outubro de 2019, na cidade do Rio de Janeiro.

RESUMO: Essa apresentação busca propor uma nova forma de entender o nacionalismo brasileiro, principalmente o mais vinculado ao Exército, no século XX. Pretendemos demonstrar como a crescente profissionalização do Exército, tanto em um nível institucional, quanto simbólico, a partir dos anos 1930 contribuiu para o fortalecimento e a consolidação do nacionalismo no Brasil. Além do desenvolvimento industrial que se registrou no período, o desenvolvimento da educação do país também foi responsável por engendrar um “espírito nacional”. Nesse sentido, a formação de um modelo de família militar, baseada em um militar e uma professora normalista, pode nos ajudar a entender a proporção e a capilaridade que o nacionalismo alcançou no Brasil, durante os anos 1930 a 1960.

PALAVRAS-CHAVE: Nacionalismo, família militar, exército, educação.

THE FAMILY AS A BASIS: NATIONALISM, ARMY AND EDUCATION

ABSTRACT: This presentation seeks to propose a new way of understanding Brazilian nationalism, especially the most closely linked to the Army, in the 20th century. We intend to demonstrate how the increasing professionalization of the Army, both at an institutional and symbolic level, from the 1930s contributed to the strengthening and consolidation of nationalism in Brazil. In addition to the industrial development that was registered in the period, the development of the country's education was also responsible for engendering a “national spirit”. In this sense, the formation of a military family model, based on a military officer and a teacher, can help us understand the proportion and capillarity that nationalism reached in Brazil during the 1930s and 1960s.

KEYWORDS: Nationalism, military Family, Army, education.

Esse artigo busca apresentar um primeiro esboço sobre um aspecto do funcionamento das Forças Armadas, em especial o Exército, que pude vislumbrar na minha dissertação de mestrado sobre a trajetória política de Edna Lott, ex-deputada estadual pelo estado da Guanabara, durante a década de 1960, mas que não tive espaço, nem tempo, para me aprofundar (LOTT, 2019). Para melhor situarmos o leitor, Edna Lott ingressou na política, pela primeira vez, no momento em que se começava a ventilar a candidatura presidencial de seu pai, então ministro da Guerra, marechal Lott,

dentro do Partido Social Democrático (PSD) no ano de 1959. Nesse ano de 1959, quando amadurecia a candidatura de Lott no PSD, e o início do ano de 1960, Edna Lott começou a participar da vida eleitoral e partidária do país a partir da mobilização da personagem da “filha do candidato”. Essa posição de “filha do candidato” não se resumia, em primeiro lugar, a uma filha genérica, ou seja, era filha de um candidato militar, e, em segundo lugar, Edna Lott também mobilizava outras personagens arquetípicas femininas para participar da política como (1) esposa/viúva, de modo geral, e de militar, em particular, (2) mãe e (3) professora normalista.

Todo esse emaranhado simbólico não era movimentado à toa, baseava-se em um largo campo simbólico civil, mas, sobretudo, militar. Encaixar-se na imagem que os militares faziam de “filha”, ou seja, fiel aos valores castrenses, casada com outro militar, mãe de muitos filhos e, caso exercesse uma profissão, professora normalista, como era o caso de Edna Lott, servia como grande munição para a campanha presidencial de Lott, que, em larga medida, apresentava-se como o candidato da caserna. Essa tática da campanha presidencial de Lott tinha como principal objetivo criar uma relação afetiva e simbólica com os seus eleitores. Lott seria o grande pai e Edna serviria como canal de conexão do povo com esse grande pai, como seus filhos. Buscava-se gerar, dessa forma, o sentimento de pertencimento a mesma família entre o candidato do PSD e o povo a partir dessa primeira dinâmica desempenhada por Edna Lott, promovendo uma relação de irmandade entre Edna e o povo, filhos do mesmo Pai. Essa família que a campanha buscava promover a partir de Edna Lott, no entanto, não era unicamente militar. Era, em pé de igualdade com o espírito da caserna, nacionalista. Na eleição presidencial de 1960, Lott era o grande candidato do nacionalismo (CARLONI, 2014) e a atuação de Edna Lott, fervorosa nacionalista, buscava gerar, justamente, o sentimento de pertencimento à mesma família brasileira, a família nacionalista.

Essa questão nos remete diretamente a conceituação de Benedict Anderson (2008) sobre nacionalismo, que prefere ver esse fenômeno “do mesmo modo que se trata o ‘parentesco’ ou a ‘religião’, em vez de colocá-lo ao lado do ‘liberalismo’ ou do ‘fascismo’.” (p. 32). Não pretendemos afirmar que o nacionalismo se restrinja apenas a definição de Anderson, mas como uma de suas dimensões. Assim, Anderson define o nacionalismo como “uma comunidade política imaginada – e imaginada como sendo intrinsecamente limitada e, ao mesmo tempo, soberana.” (2018, p. 32). Dentro dessa definição, cabe-nos colocar o questionamento de Chatterjee (2000), que dá título a seu artigo, a Anderson: comunidade imaginada por quem? Na dimensão que pretendemos trabalhar, a comunidade é imaginada pelo Exército. Por isso, propomos colocar o foco da imaginação do Exército, ou seja, de sua construção simbólica dentro da estrutura mais básica da sociedade, considerada desde os tempos de Aristóteles, a família. Ver como essa “família militar” se estrutura e se vê é fundamental para entendermos o tipo de nacionalismo que foi proposto pelo Exército no século XX, inclusive considerando os embates dentro dessa “família”.

O nacionalismo, como afirma Hobsbawm (2016), muito provavelmente foi o grande movimento político do século XX. As duas grandes guerras mundiais arrasaram as grandes potências europeias, proporcionando o surgimento de novos Estados-nação por todo o mundo. Na Europa, com o esfacelamento do absolutismo monárquico produzido pela I Guerra Mundial, principalmente da Áustria-Hungria, viu-se a emergência de uma série de nacionalidades antes suprimidas em um mesmo território e baixo um mesmo governo, sobretudo na Europa oriental. A destruição produzida pela II Guerra Mundial, por sua vez, desencadeou uma série de lutas anticoloniais e independentistas em África e Ásia, fazendo surgir novos Estados-nação onde antes haviam, basicamente, colônias de exploração das potências europeias. Essas lutas de independência, convulsionadas pela Guerra Fria, também encontraram reverberação em países da Europa ocidental, como Espanha e Irlanda aumentando a temperatura das lutas nacionalistas.

No continente americano, em especial na América Latina, os ventos nacionalistas do século passado também sopraram forte. Percebendo-se “autônomos” politicamente, mas completamente dependentes economicamente, agora de novas metrópoles coloniais, os países da América Latina assistiram a diversas lutas de emancipação em suas terras. O Brasil, apesar de frequentemente não se ver como país latino-americano, não foi exceção, tendo o nacionalismo brasileiro ganhado força crescente a partir, poderíamos considerar, da Proclamação da República e conquistando uma feição mais nítida e formal a partir dos anos 1920. Para sermos mais exatos, poderíamos firmar no ano de 1922 a data de um início oficial do nacionalismo mais visível e reivindicante, devido aos diferentes setores que começavam a se apropriar das pautas nacionais ou se preocupar com a identidade nacional. Esse ano foi importante não apenas pela decadência desenfreada da República Oligárquica, mas também devido ao centenário da Independência que colocava em questão se o Brasil havia, realmente, conquistado sua independência.

Dos diferentes eventos que galvanizaram o sentimento nacionalista naquele ano, em meio a um crescente processo de industrialização e urbanização do país, podemos citar três que serviram como centros de irradiação do nacionalismo brasileiro nas décadas vindouras até, poderíamos dizer, os anos 1980. São eles: (1) a Semana de Arte Moderna de São Paulo, realizada entre os dias 11 e 18 de fevereiro, que reuniu intelectuais para se pensar a identidade brasileira e expressá-la de maneira própria e autêntica; (2) a fundação do Partido Comunista do Brasil (PCB), em 25 de março, o primeiro partido brasileiro de caráter realmente nacional surgido no bojo das greves do final da década de 1910 e da Revolução Russa de 1917; e (3) o primeiro levante tenentista, no episódio dos 18 do Forte de Copacabana, em 5 de julho, que galvanizou o Exército pela década de 1920 adentro desembocando na Revolução de 1930. Desses três atores políticos principais apresentados acima, nosso texto se debruçará, como já dissemos anteriormente, apenas sobre as Forças Armadas.

Embora possamos, como faz Nelson Werneck Sodré (2010), atribuir ao florianismo um forte caráter nacionalista, o Exército ainda era uma instituição bastante frágil para sustentar suas posições políticas na disputa pela condução dos destinos do país. Além disso, as condições materiais, que poderiam sustentar o florianismo, só começariam a demonstrar maior musculatura nos finais da década de 1910, com o robustecimento da burguesia industrial brasileira (MCCAN, 2007, p. 276). Até o governo Hermes da Fonseca, que buscou modernizar a instituição, o Exército não possuía uma estrutura minimamente estabelecida aos moldes dos exércitos profissionais. Essa situação possuía relação direta com a disputa política entre Exército e oligarquias regionais, principalmente a paulista. Como forma de se proteger da ação dos militares, as oligarquias, que assumiram o poder a partir de Prudente de Moraes, trataram de desaparecer o Exército ao mesmo tempo em que melhor equiparam a Marinha e fortaleceram suas milícias regionais para fazer frente, justamente, ao Exército (WERNECK SODRÉ, 2010; MCCAN, 2007; CARVALHO, 2006).

Essa situação começaria a ser reparada a partir das primeiras tentativas de se contratar uma missão militar alemã, durante o governo Hermes da Fonseca, que acabou pelo envio de oficiais brasileiros, que ficariam conhecidos como Jovens Turcos, para realizarem treinamento militar na Alemanha. Devido às grandes disputas comerciais entre as potências europeias e os Estados Unidos, que desejavam que o Brasil contraísse acordos com a indústria bélica de seus respectivos países, e com a derrota da Alemanha na I Guerra Mundial, o Exército brasileiro acabaria por contratar uma missão militar francesa com a incumbência de modernizar a força terrestre do Brasil, em 1919. A partir desse momento, por influência dos Jovens Turcos, através do jornal *A Defesa Nacional*, e da Missão Militar Francesa, o Exército passaria por uma modernização institucional crescente. No entanto, os problemas materiais não eram os únicos a comprometer o bom funcionamento do Exército. Faltava a corporação, devido a suas debilidades estruturais, uma maior coesão que unificasse os efetivos militares espalhados pelo país. Se havia necessidade de uma centralização dos aspectos institucionais da corporação, também carecia bastante um complexo simbólico que pudesse gerar uma identidade militar própria que unificasse o Exército brasileiro.

Esse conjunto simbólico só começaria a ganhar forma a partir das reformas propostas pelo general José Pessoa, na segunda metade da década de 1920, principalmente no campo da educação militar (CASTRO, 2012 e 2002). Essa identidade militar, que começava a ser formalizada, não se estendia apenas ao corpo de oficiais e praças do Exército, passaria a abranger também as esposas, os filhos, isto é, a “família militar” um conceito nativo que “procura estender os laços parentais para além da família nuclear”, no caso os demais militares (CHINELLI, 2018, p. 77). Esse fenômeno ocorre devido ao “escasso contato com as famílias de origem”, tornando-se “muito comum que oficiais, esposas e filhos se voltem para seus pares” (CHINELLI, 2018, p. 77). Nesse sentido, o Exército, ao final da década de 1920, começava a rumar para a sua transformação em uma operante instituição totalizante

(CASTRO, 2004), abarcando, entre outros temas, a família dos militares. Até o início da década de 1920, não há muitas possibilidades em se falar em uma família militar, pois essas famílias ligadas à caserna viviam, majoritariamente, entre os civis (MCCAN, 2007, p. 276). Não havia instalações propriamente militares que pudessem promover uma interação entre os militares e suas famílias, formando, assim, um sentido de pertencimento social e simbólico. Essas instalações são desde lugares para treinamento e hospedagem, como a Vila Militar, até os diferentes clubes de recreação e igrejas dentro de áreas militares, que promovessem não somente o espírito de corpo entre os militares, mas também não os isolassem do convívio com as suas famílias.

De certa maneira, esse sentimento do Exército enquanto uma grande família já existia de maneira latente. O processo de conscrição do Exército sempre apresentou um forte traço endógeno (BARROS, 2018), ainda que, antes da República, a corporação tenha sido um local quase que exclusivamente privado para a reprodução de uma certa “nobreza das armas” (CARVALHO, 2006, p. 16-9; CASTRO, 1995). A ideia de família militar em estado latente, antes do início da popularização das Forças Armadas conforme o país se aproximava da Proclamação da República em diante, possuía um sentido mais aristocrático do que propriamente de uma profissão com a missão de servir ao público, no caso a defesa do país. Ainda que o Exército tenha conseguido se profissionalizar nesses anos, a corporação ainda esbarrava na debilidade de uma estrutura institucional que pudesse preparar a tropa e albergar essas relações sociais e simbólicas. Por isso, somente após um longo processo, começando com a reforma de promoções de 1850 (CASTRO, 1995, p. 27-8), o Exército conseguiria estabelecer um caráter mais institucional e formal à corporação com as reformas no campo educacional e simbólico, promovidas pelo general José Pessoa, e organizativo e estrutural, com a atuação destacada do general Góes Monteiro.

A partir dessa nova configuração, que só foi possível consolidar com a instauração do Estado Novo, o Exército pôde se organizar de modo a fazer, na frase célebre de Góes Monteiro, “a política do Exército e não no Exército”. Nesse longo processo, podemos colocar o nacionalismo como a principal bandeira adotada pela corporação, ainda que ela possa apresentar vários matizes que se mostraram, de maneira mais aberta, nas disputas político-militares das décadas de 1950 e início de 1960. Dentro desses partidos militares, como propõe Rouquié (1980), podemos identificar três correntes principais: (1) um nacionalismo conservador, composto por militares que apoiavam Getúlio Vargas pelo Estado Novo, mas que o defenestravam pela sua aproximação com a classe trabalhadora; (2) um nacionalismo mais progressista, que defendia a soberania nacional e mais próxima das organizações e interesses populares; (3) um internacionalismo, que, ao contrário dos outros dois partidos militares, defendia o investimento estrangeiro e a redução do papel do Estado na economia. Independente das disputas político-militares, podemos observar uma estrutura básica comum que unifica esses três partidos militares, além do pertencimento a uma mesma estrutura militar, isto é, a família militar.

Quando observamos a família militar encontramos um típico modelo formado por um militar casado com uma mulher que geralmente é filha de militar ou irmã de militar, ou com algum outro parentesco próximo. Desse casal, espera-se que a mulher tenha muitos filhos (SILVA & COSTA, 2018, p. 144) e, caso exerça uma profissão, a de professora normalista é vista como ideal. Esse é o modelo básico para a dita família militar, que possui um poder simbólico muito forte. A força colocada na relação entre Exército e família ganhou tal proporção que o casamento, principalmente nesses moldes, é visto como “uma forma de o militar reafirmar a eficácia da formação que recebeu e de exercer os valores do grupo.” (ADÃO, 2018, p. 32). Para não nos estendermos muito, podemos nos resumir às já famosas relações afetivas que ocorriam, e ainda ocorrem, entre os estudantes do Colégio Militar e as alunas do Instituto de Educação, ambos localizados no bairro da Tijuca no Rio de Janeiro (SILVA & COSTA, 2018, p. 139). O coronel Ivan Cavalcanti Proença, por exemplo, em entrevista concedida ao autor no dia 12 de janeiro de 2017, relembra que

nós (militares) temos uma relação muito afetiva com o Colégio Militar, e na época havia um relacionamento social muito interessante do Colégio Militar com o bairro e com a sociedade em geral, não era só com o bairro, não, mas muito com o Instituto de Educação que formava as normalistas, as professoras.

Havia bailes no Colégio Militar, todo sábado vinham as normalistas ou vice-versa, havia sessão de cinema sábado à noite, as moças iam também para o cinema, aquela coisa também da farda. Aí havia grande rivalidade com Pedro II, Escola Técnica, os jovens de outros colégios ficavam (ciosos), as moças sempre ficavam (interessadas), é o velho fascínio da farda, [...]; guardada as proporções, aluno do Colégio Militar tinha essa coisa com as alunas do Instituto Rabello de um lado, do Pedro II e, principalmente, com as moças do Instituto de Educação. Então, havia uma relação social, às vezes, conflitante, nesse caso, mas muito aconchegante sobre outros aspectos.

Havia, portanto, um encontro afetivo entre os alunos do Colégio Militar e as alunas do Instituto de Educação que acabavam, em muitos casos, em casamento. Com o tempo, poderíamos dizer que essa união formou uma espécie de modelo para as relações conjugais para os militares, inclusive aqueles que prestavam seu serviço fora do Rio de Janeiro. No entanto, somente isso não explica essa relação entre militares e professoras. Precisamos entender esse fenômeno pela configuração social brasileira do início do século XX, além da estabilidade que significava o casamento com um militar e com uma professora para seus cônjuges. A partir desse século, as mulheres, entendidas como “de família”, passaram gradualmente a participar mais efetivamente do mercado de trabalho (BASSANEZI, 2002; MALUF & MOTT, 1998). Entre as profissões disponíveis, destacavam-se as de enfermeira e de professora vistas como adequadas para o serviço feminino devido à sua “feminilidade”, ou seja, exigiam características e habilidades vistas como femininas, tais como “cuidado”, “afeto”, “amor”, “acolhimento”. Dentro dessas normas sociais, o magistério se apresentava como a representação ideal. Para a professora, a escola figurava como uma casa expandida

e os alunos, seus filhos por extensão (LOURO, 2002). A diferença entre espaço público, reservado aos homens, e espaço privado, local onde as mulheres deveriam se limitar, era mitigada, uma vez que o espaço público da escola, nessa situação, era visto e configurado como um espaço privado ampliado.

Se as mulheres puderam conquistar o mercado de trabalho e, por conseguinte, maior autonomia em relação aos seus maridos e pais através da educação, o Exército também se utilizaria da educação para conquistar seus objetivos. Em meio às disputas pela aprovação do serviço militar obrigatório, através de sorteio durante as duas primeiras décadas do século XX, o Exército se apresentou, recorrentemente, como uma “escola da nacionalidade” (MCCAN, 2007, p. 41). Seu argumento se baseava em ser a única instituição em conferir um caráter nacional ao povo brasileiro, tão carente, segundo a corporação, de uma identidade nacional e de modos mais aceitáveis socialmente. Para sanar a “balbúrdia” social, desatada, segundo as ideias dominantes da época, pela Abolição e pela Proclamação da República, o Exército se oferecia, na medida em que precisava de contingente para a tropa, como o instrutor e formador do povo brasileiro. Nesse sentido, vemos uma clara confluência entre a mulher educadora e o militar educador. O matrimônio entre os dois, poderíamos dizer, apresentava a união de um forte sentimento civilizador, ou pelo menos convergência de funções civilizadoras.

Essa dinâmica conjugal entre formadores do “caráter brasileiro” ganharia cada vez mais força nos anos 1930 em diante. Tomando alguns dos teóricos do nacionalismo, essa dinâmica pode ter ocorrido devido ao processo de industrialização mais substancial ocorrido a partir da década de 1930. Com a quebra da bolsa de valores em 1929, em Nova Iorque, a economia agroexportadora brasileira se viu em problemas insolúveis, que, por consequência, arrasou a estrutura política de dominação oligárquica baseada na política dos governadores e na alternância presidencial entre paulistas e mineiros. Voltada para o mercado externo, a economia brasileira foi obrigada a avançar no desenvolvimento das suas próprias forças produtivas internas, ou seja, teve que intensificar seu processo de industrialização (BIELSCHOWSKY, 2004). Para Bauer (2000) e Gellner (2000), o nacionalismo se engendra a partir da industrialização, que, gradualmente e crescentemente, passa a requerer mão-de-obra mais qualificada, que, por sua vez, promove um desenvolvimento e sofisticação nas normas e nas operações requisitadas para a produção. Cada vez mais, segundo eles, torna-se importante dispor de trabalhadores mais capacitados em realizar atividades mais complexas, exigindo aos trabalhadores uma formação educacional mais sofisticada.

Essas normas e operações cada vez mais sofisticadas são, ao mesmo tempo, cada vez mais generalizadas, sem espaço para as especificidades locais. Nesse sentido, as identidades locais vão sendo, segundo esses autores, suplantadas por identidades nacionais mais genéricas. Nessa visão de Bauer e Gellner, o nacionalismo surgiu como uma necessidade da indústria por trabalhadores melhor capacitados e mais homogêneos, formando, assim, identidades nacionais ao invés de identidades regionais e locais. Quando

nos debruçamos sobre o desenvolvimento brasileiro, podemos perceber essa dinâmica. Até 1930, o Brasil era um arremedo de estados que objetivavam satisfazer as necessidades de suas oligarquias regionais. Não havia propriamente uma identidade nacional. A partir da Revolução de 1930, o Estado brasileiro, gradualmente reformado, passaria a se preocupar em criar uma imagem de país, uma identidade nacional que suplantasse os interesses regionais.

Até o momento, não consegui me debruçar sobre a atuação do Estado brasileiro pós-1930, principalmente durante o Estado Novo, em relação à educação. Não obstante, a hipótese que buscamos desenvolver atribui uma importância grande da educação na construção da identidade nacional e, por conseguinte, no surgimento e desenvolvimento do nacionalismo. Que a atuação do governo de Vargas na educação foi substancial, nos anos 1930 e 1940, não restam dúvidas. Falta-nos pesquisar como era o projeto e a realização desse projeto no âmbito da educação, no sentido de construir uma identidade de Brasil em uma população ainda muito regionalizada. Também no mesmo período as Forças Armadas receberam um incremento substancial em seu orçamento, alcançado um patamar nunca antes visto pela corporação. O Exército, como também dissemos, também se enxergava como o formador do caráter nacional na população. Isso responde por que o Exército possui tamanha importância e legitimidade nas disputas políticas da IV República. Acreditamos, portanto, que podemos encontrar novas respostas para o funcionamento das Forças Armadas e o desenvolvimento do nacionalismo, no Brasil, a partir do estudo da família militar e de sua relação intrínseca ao sistema educacional do país.

REFERÊNCIAS

ADÃO, Maria Cecília de Oliveira. **Projeto e individualismo: considerações sobre a adesão das esposas ao projeto profissional dos oficiais do Exército brasileiro.** In: CASTRO, Celso. (org.). *A família militar no Brasil: transformações e permanências.* Rio de Janeiro: FGV, 2018.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo.** trad. Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BARROS, Alexandre de Souza Costa. **Parentesco entre membros das Forças Armadas brasileiras.** In: CASTRO, Celso. (org.). *A família militar no Brasil: transformações e permanências.* Rio de Janeiro: FGV, 2018.

BASSANEZI, Carla. **Mulheres nos anos dourados.** In: DEL PRIORI, Mary (org.). *História das mulheres no Brasil.* Carla Bassanezi (coord. De textos). 6. ed. São Paulo: Contexto, 2002.

BAUER, Otto. **A nação.** In: Gopal Balakrishnan (org.). *Um mapa da questão nacional.* introd. Benedict Anderson. trad. Vera Ribeiro. revis. trad. César Benjamin. 1.ed. 1.reimp. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. 5.ed. 4. reimp. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

CARLONI, Karla. **Marechal Lott, a opção das esquerdas: uma biografia política**. Rio de Janeiro: Garamond, 2014.

CARVALHO, José Murilo. **As Forças Armadas na Primeira República: o Poder Desestabilizador**. In: CARVALHO, José Murilo. *Forças Armadas e política no Brasil*. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

CASTRO, Celso. **Apresentação**. In: CASTRO, Celso (org.). *A família militar no Brasil: transformações e permanências*. Rio de Janeiro: FGV, 2018.

_____. **O espírito militar: um antropólogo na caserna**. 2.ed. revista. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

_____. **Inventando tradições no Exército brasileiro: José Pessoa e a reforma da Escola Militar**. In: CASTRO, Celso. *Exército e nação: estudos sobre a história do Exército brasileiro*. Rio de Janeiro: FGV, 2012.

_____. **José Pessoa e a reforma da Escola Militar**. In: CASTRO, Celso. *A invenção do Exército brasileiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

_____. **Os militares e a República: um estudo sobre cultura e ação política**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995.

CHARTEJEE, Partha. **Comunidade imaginada por quem?** In: Gopal Balakrishnan (org.) *Um mapa da questão nacional*. introd. Benedict Anderson. trad. Vera Ribeiro. revis. trad. César Benjamin. 1.ed. 1.reimp. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

CHINELLI, Fernanda. **Família militar: apontamentos sobre uma comunidade performada**. In: CASTRO, Celso (org.). *A família militar no Brasil: transformações e permanências*. Rio de Janeiro: FGV, 2018.

GELLNER, Ernst. **O advento do nacionalismo e sua interpretação: os mitos da nação e da classe**. In: Gopal Balakrishnan (org.) *Um mapa da questão nacional*. introd. Benedict Anderson. trad. Vera Ribeiro. revis. trad. César Benjamin. 1.ed. 1.reimp. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

HOBBSAWM, Eric. **Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade**. 7.ed. trad. Maria Celia Paoli e Anna Maria Quirino. São Paulo: Paz & Terra, 2016.

LOTT, Felipe. **Edna Lott, entre a democracia e a ditadura: 10 anos de luta política (1959-1969)**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.

LOURO, Guacira Lopes. **Mulheres na sala de aula**. In: DEL PRIORI, Mary (org.). *História das mulheres no Brasil*. Carla Bassanezi (coord. De textos). 6. ed. São Paulo: Contexto, 2002.

MALUF, Marina; MOTT, Maria Lúcia. **Recôndito do mundo feminino**. In: SEVCENKO, Nicolau (org.). *História da vida privada no Brasil*. vol. 3. República: da Belle Époque à Era do Rádio. Fernando A. Novais (coord.). 9. reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

MCCAN, Frank D. **Soldados da pátria: História do Exército brasileiro, 1889-1937**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

ROUQUIÉ, Alain. **Os processos políticos nos partidos militares do Brasil. Estratégia de pesquisa e dinâmica institucional**. In: Os partidos militares no Brasil. Rouquié, Alain. (org.). Rio de Janeiro: Record, 1980.

SILVA, Ester Nunes Praça da; COSTA, Livia Alessandra Fialho. **Mulheres casadas com militar: anotações sobre dinâmicas conjugais**. In: CASTRO, Celso. (org.). *A família militar no Brasil: transformações e permanências*. Rio de Janeiro: FGV, 2018.

WERNECK SODRÉ, Nelson. **História militar do Brasil**. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

CAPÍTULO 4

EL FERROCARRIL, PARAJES DE LA HISTORIA EN EL NORTE DE MÉXICO, VILLA PASO DEL NORTE, 1880

Data de aceite: 01/12/2020

Lidia G. Sandoval Rivas

Departamento de Arquitectura UACJ, Ciudad Juárez, Chihuahua, México
<https://orcid.org/0000-0002-8243-6726>

Luis Herrera Terrazas

Departamento de Arquitectura, UACJ, Ciudad Juárez, Chihuahua, México.
<https://orcid.org/0000-0003-4531-1315>

RESUMEN: En México, durante el gobierno del General Porfirio Díaz se dio auge al tendido de las vías del ferrocarril, se puede observar un interés por promover la integración del norte de país con el centro, con la formación de nuevas ciudades fronterizas, entre ellas Paso del Norte. El ferrocarril fue el detonador y transformador de las comunicaciones e intercambios sociales de los poblados, movibilidades de cosas, personas y formas de pensar y vivir a través de su arribo. Paso del Norte, hoy Ciudad Juárez, al embarcarse en el ferrocarril, entró en una época de prosperidad económica, la villa experimenta cambios sociales, políticos, económicos y demográficos para transformarse en una ciudad moderna y cosmopolita. El propósito de este trabajo es analizar los cambios en los parajes la historia de una villa que se convirtió en ciudad gracias al ferrocarril. Ya que, con este, llegaron migrantes de distintas nacionalidades, que vieron en esta región un lugar donde asentarse y desarrollarse.

PALABRAS CLAVE: Ferrocarril, frontera, modernidad, vida cotidiana.

A FERROVIA, TRANSFORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS NA HISTÓRIA NO NORTE DO MÉXICO, VILLA PASO DEL NORTE, 1880

RESUMO: No México, durante o Governo do General Porfirio Díaz, ocorreu o auge da instalação de trilhos ferroviários. Desta forma, pode-se observar o interesse em promover a integração norte-centro do país, através da criação de novas cidades fronteiriças, dentre elas, Paso Del Norte. A ferrovia foi a precursora na transformação das comunicações e do intercambio social entre povoados, alterou a mobilidade das pessoas e de coisas e mudou as formas de se pensar e viver. Paso del Norte, hoje denominada Ciudad Juárez, ao tomar o trem, embarcou em uma época de prosperidade econômica ao experimentar mudanças sociais, políticas, econômicas e demográficas, transformando-se em uma cidade moderna e cosmopolita. O objetivo deste trabalho é analisar as mudanças na configuração espacial provocadas pela implementação da ferrovia no povoado Paso del Norte, antigo ponto de parada e a sua conversão em uma cidade grande graças à chegada de migrantes de distintas nacionalidades, os quais viram nesta região um local para o seu estabelecimento e desenvolvimento.

PALAVRAS-CHAVE: Ferrovia, fronteira, modernidade, vida cotidiana.

THE RAILROAD, LANDSCAPES OF HISTORY IN NORTHERN MEXICO, VILLA PASO DEL NORTE, 1880

ABSTRACT: In Mexico, during the government of General Porfirio Díaz, there was a boom in laying railroad tracks, an interest in promoting the integration of northern and central regions of the country can be observed, with the formation of new border cities, including Paso del Norte. The railway was the detonator and transformer of communications and social exchanges of towns, mobility of things and people, ways of thinking and living through its arrival. Paso del Norte, today, Ciudad Juárez, when embarking on the railroad, entered an era of economic prosperity, the town undergoes social, political, economic and demographic changes to transform itself into a modern and cosmopolitan city. The purpose of this work is to analyze changes in places of history of the town that became a city thanks to the railroad. Thanks to this, migrants of different nationalities arrived, who saw in this region a place to settle and develop.

KEYWORDS: Railroad, border, modernity, everyday life.

1 | INTRODUCCIÓN

La Villa Paso del Norte se localizaba en lo que hoy ocupa la región fronteriza de Ciudad Juárez / El Paso Texas. En los albores del siglo XIX la vida cotidiana se desarrollaba de una manera simple, los habitantes se dedicaban principalmente a la agricultura. “...A diferencia de las grandes extensiones que caracterizaron a otras regiones del septentrión novohispano, en la de El Paso crecieron una gran cantidad de pequeñas y minúsculas propiedades, en virtud de que estaban dedicadas a la agricultura intensiva, principalmente de uvas y árboles frutales.” (OROZCO, 2011, p. 718). Por estos parajes cruzaba el “Camino Real” o “Camino a Santa Fe”, Paso del Norte era una estación de descanso para los viajeros y comerciantes.

“El trajín de las recuas compuestas por unos pocos animales o varias decenas no cesaba en todo el año, llevando los productos regionales a la villa de Chihuahua, por ejemplo, y luego de allí tomando flete para la ciudad de México, en donde se cargaban de nuevo para otra entrega en Guadalajara, en un recorrido que duraba largos meses, para regresar a El Paso con los cascotes de los caldos y una gran variedad de mercaderías que se llevaban hasta las poblaciones del norte del Nuevo México.”(OROZCO, 2011, p. 732).

La región continuó creciendo, ahora llegaban viajeros del norte de Estados Unidos, “...cuando se aproximaba la mitad del siglo XIX algunos norteamericanos se establecieron al otro lado del río, frente a Paso del Norte alrededor de la pequeña comunidad fundada por Ponce de León”. (MARTÍNEZ, 1982, p. 21). Los primeros colonos anglos que se asentaron eran comerciantes ligados a la ruta de Santa Fe o Camino real, quienes de inmediato buscaron unirse con la elite mexicana de la región, ellos tenían la solidez económica y los mexicanos las “buenas costumbres” heredadas por los españoles. “...cuatro comerciantes extranjeros, los norteamericanos James Magoffin, Robert McKnight, Hugh Stephenson y

Stephen Courcier; se asentaron en la región y un par de ellos (Magoffin y Stephenson) se casaron con paseñas y formaron familias de gran arraigo local” (GONZÁLEZ, 2009, p. 73).

En 1948 después de la guerra entre México y Estados Unidos, la región queda dividida. Al establecerse la frontera, así quedó constituida: al sur la Villa Paso del Norte y al norte la Villa Franklin, donde se destacaban casas segregadas, con trazas regulares y hacia el sur el río Bravo el nuevo límite. El aspecto del lugar era de caseríos dotados de huertas, con áreas para el cultivo de árboles frutales, especialmente de la vid, para la elaboración de vino artesanal. Es en la parte baja, junto a la nueva línea limítrofe, donde se desarrolla el eje de la vida social, política y comercial de la región paseña. Entre los viajeros describían la villa de El Paso del Norte de la siguiente manera: “... las casas están hechas de adobe y tienen un solo piso con su techo plano. Son muy cómodas tanto en verano como en invierno y se dice que son muy duraderas.” (GONZÁLEZ, 2009, p. 93).

La nueva demarcación formalmente ya asentada en tratados y mapas tampoco trajo una verdadera integración del norte de México con el resto del país. En 1849 se da un impulso agrícola e industrial, pero debido a que esta región en su espacio geográfico se encontraba a una distancia muy grande hacia los mercados del centro, la deficiencia e inseguridad en el transporte, obligaron a los pobladores a buscar de nuevo su autosuficiencia ahora entre las dos ciudades.

2 | EL FERROCARRIL Y LA MODERNIDAD

“La modernidad es el producto de una transformación de la civilización que trae como consecuencia nuevas ideas, instituciones, discursos y formas de vida.” (GUZMÁN, 2009. P. 108).

El ferrocarril transformó las comunicaciones, además de la vida de las personas y de los lugares por donde pasaba. El ferrocarril era todo un símbolo de progreso, era un medio de transporte cómodo y barato. Permitía una velocidad desconocida hasta la fecha. Facilitó los desplazamientos de las personas y los intercambios comerciales.

Un nuevo paisaje representado por lo dinámico, en el que sobresalen las máquinas de vapor, las fábricas, las áreas industriales, los desplazamientos migratorios, las ciudades, los servicios como el teléfono, el telégrafo, la radio, el ferrocarril y el mercado internacional.

El ferrocarril, además, supuso una transformación en la forma de vida; modificó incluso los hábitos alimenticios, porque llegaron a los mercados nuevos productos procedentes de lugares lejanos. Las ciudades se modernizaron, el ferrocarril trajo consigo materiales modernos, nuevas tendencias, inclusive el espacio urbano sufrió cambios muy importantes en las trazas de las calles donde se establecían las vías férreas, además favoreció la revolución industrial. Comenzaba así, una época de grandes cambios.

La historia de los ferrocarriles mexicanos toma vigencia cuando la modernización como fenómeno socio histórico cobra forma instaurándose y desplegándose a través de todo el territorio.

“Es durante el Porfiriato cuando México empieza a vivir su modernidad, con un modelo capitalista, paradigma del presidente Porfirio Díaz, sustentado en el libre comercio, en el ingreso del capital extranjero y en el valor de la propiedad privada, y sostenido en una infraestructura que recién inicia su crecimiento y cuyo símbolo será el desarrollo del ferrocarril...” (GUZMÁN, 2009, p. 107).

Fue durante el gobierno del General Porfirio Díaz que se dio auge al tendido de las vías del ferrocarril, al terminar el primer periodo en 1880 se otorgó permiso a los inversionistas norteamericanos para construir líneas férreas en México. “... se otorgaron las dos primeras concesiones a empresas constructoras norteamericanas, la primera el 8 de septiembre de 1880, al Ferrocarril Central Mexicano, una compañía constituida en Boston, Mass., en Estados Unidos, para construir una línea de vía ancha, entre México y Paso del Norte” (MARTÍNEZ, 1982, p. 39). Al terminar el primer periodo de gobierno del General Díaz los ferrocarriles tenían una extensión de 1,079.577 Km.

Durante este régimen de gobierno, se puede observar un interés por promover la integración del norte de país con el centro, con la formación de nuevas ciudades fronterizas. El nacimiento de nuevas ciudades y el dinamismo económico, principalmente de la región norte del país, suscitó que creciera el número de habitantes en algunas ciudades como Ciudad Juárez, Piedras Negras y Nuevo Laredo, todas ciudades fronterizas colindantes con el estado de Texas, en Estados Unidos. La economía mexicana tuvo la oportunidad de integrarse por medio del ferrocarril a una sociedad que estaba protagonizando una segunda revolución industrial. Su posición geográfica facilitó los vínculos con el área de mayor desarrollo de los Estados Unidos.

El acceso desde el norte de México hacia Estados Unidos se podía efectuar por cuatro puntos:

1. Ciudad Juárez/El Paso;
2. Piedras Negras/Eagle Pass;
3. Nuevo Laredo/Laredo
4. Matamoros / Brownsville.

El norte de México vivió grandes transformaciones entre 1880 y 1910. Los vestigios más claros de esta dinámica fueron la construcción de vías férreas, el crecimiento económico y el incremento de la población. Estos hechos impulsaron la creación de un nuevo norte mexicano, que es el que conocemos en nuestros días. Con la construcción del ferrocarril en Ciudad Juárez, se contribuyó para conectar el mercado nacional con el internacional; este fue concebido como un sustituto de los caminos, que en algunas ocasiones tuvieron tramos paralelos a las vías.

El hecho fundamental que beneficio a la zona fronteriza de Paso del Norte y El Paso, Texas, fue, sin duda alguna, la llegada del ferrocarril durante la época Porfirista. En 1881 llegó a Paso del Norte y, para la década de 1890, esta población se comunicaba con los principales centros urbanos del país; desde entonces se convirtió en importante polo

de atracción de trabajadores. “Desde mediados de la década de 1880 Paso del Norte y El Paso, Texas, aunque en condiciones diferentes y desiguales, quedaron unidas a la red económica internacional”. (SANTIAGO, 2002, p. 35).

En México, el uso del ferrocarril logró para unificar al territorio, la comunicación y el transporte de personas, viajeros, visitantes, soldados, animales y mercancías; esto permitió la expansión de un nuevo mercado que marco la economía del país. Alrededor de las vías férreas se fundaron estaciones, pueblos, villas, etcétera, además favoreció a la apertura de la producción industrial, empresas mineras y comercializadoras.

En Estados Unidos el desarrollo del ferrocarril se hizo posible por el deseo de llegar al interior del país desde las ciudades de la costa Este, fundadas por los primeros colonos británicos. Tras la inauguración en 1830, en Charleston, Carolina del Sur, del primer ferrocarril de vapor para pasajeros, la construcción de vías férreas pronto avanzó hacia el Oeste desde todos los rincones de la costa Este, desde Quebec, en Canadá, hasta el Golfo de México.

“... después de la guerra civil de Estados Unidos se presenta en este país el crecimiento industrial y el desarrollo del transporte por vía férrea: en 1850 había 14,516 kilómetros de vías, en 1860 aumentan a 49,293, en 1870 a 85,937 y en 1880 a 135,814; los ferrocarriles norteamericanos se extienden inicialmente hacia el oeste y poco después a la frontera sur, de manera que a principios de la década de 1880 varios ferrocarriles norteamericanos tocas la frontera mexicana...” (GARCÍA, 1996, p. 63).

Los ferrocarriles convencieron a los comerciantes norteamericanos de su superioridad sobre los canales, no sólo por velocidad y por ser más directos, sino porque funcionaban en cualquier clima. “... las vías férreas se construyeron atravesando zonas todavía no colonizadas, y siguiendo un trazado se crearon pueblos para atender las necesidades de las empresas ferroviarias y de sus clientes. El ferrocarril desempeñó un importante papel en la exploración y el desarrollo de gran parte del país y su expansión.” (GARCÍA, 1996, p. 63).

La estabilidad económica que se logró en este período en México, después de décadas de un crecimiento desacelerado, permitió al país integrarse, aunque con una clara situación de dependencia, a una economía capitalista. Los monopolios de los países ricos, comenzaron a expandirse invirtiendo en diversos países. Esto no estaba exento el poblado de la Villa Paso del Norte. En este sentido, Estados Unidos, por su localización geográfica, ejerció una influencia definitiva, y la villa Paso del Norte por la vecindad, se convirtió en el objetivo más inmediato.

Las inversiones llegaron rápidamente y sin restricciones, el mismo régimen del General Porfirio Díaz las alentó, un ejemplo de ello es el proyecto del ferrocarril que servía a las necesidades de Estados Unidos. Se puso en servicio el ferrocarril desde Paso del Norte hacia el norte del vecino país; y hacia el sur del mismo México. Esta región quedo

ligada a la capital, pero aún más hacia el país vecino; la entrada del ferrocarril a la región fronteriza permitió que terminara el aislamiento en el que estaba, se acortó la comunicación hacia los territorios del norte de Estados Unidos, así como una conexión hacia el sur de México, al mismo tiempo permitió un enlace entre las ciudades aledañas al área limítrofe entre ambos países.

“En 1881 llegó el ferrocarril a El Paso Texas, que sustituyó el centenario camino de caballos y carretas hacia Santa Fe, y más tarde conectó a la población fronteriza con California por la ruta que se había trazado desde treinta años antes...” (OROZCO, 2012, p. 15). Al embarcarse en el ferrocarril, Paso del Norte y El Paso Texas, también entraron en una nueva época de prosperidad económica, ahora las dos ciudades experimentan cambios sociales, políticos, económicos y demográficos para transformarse en ciudades modernas y cosmopolitas.

El primer ferrocarril llegó a región de Paso del Norte-El Paso en mayo de 1881. “El Southern Pacific” llegó del oeste, el Atchison-Topeka-Santa Fe del norte, y el Texas-Pacífico y el Galveston-Harrisburg-San Antonio del este, y entraron en El Paso en este orden...” (MARTÍNEZ, 1982, p. 36).

Ambas ciudades se vieron profundamente beneficiadas por estos desarrollos ferroviarios, pero sobre todo por encontrarse en las rutas claves de los ferrocarriles. Antes de 1880 en Paso del Norte y en el vecino poblado de El Paso Texas, predominaban ranchos agrícolas, y a la orilla solo se observaba un conjunto de caseríos. Pero ahora, el nuevo transporte dio paso a la transformación, en una de las ciudades más prósperas del suroeste de los Estados Unidos.

Aquí hay que recalcar que las líneas férreas mexicanas, en su origen fueron utilizadas principalmente como ramales de las líneas intercontinentales de Estados Unidos, ya que la infraestructura ferroviaria desarrollada entre 1880 y 1912, tanto la mexicana como la estadounidense “... estuvo determinada en una gran medida por las necesidades de conexión e intercambio de los mercados regionales de las compañías estadounidenses, principalmente de las mineras y ganaderas”. (SANTIAGO, 2002, p. 28).

La ciudad de El Paso Texas fue escogida como el punto de unión por parte de varias compañías ferroviarias. La construcción de las líneas Southern Pacific y Texas & Pacific compitieron por llegar a este lugar, las dos compañías lo lograron durante el año de 1881. “En los cuatro meses que fueron de diciembre de 1880 a marzo de 1881 la población de El Paso se había duplicado únicamente esperando la llegada del promisorio ferrocarril”. (GONZÁLEZ, 2009: 112).

Como un dato anecdótico es el testimonio del Archivo Histórico de Ciudad Juárez (AHCJ) de la escritura pública otorgada a el Sr. Geo J. Anthony, Superintendente de la Compañía Limitada del Ferrocarril Central Mexicano asegurando los perjuicios que puedan resultar por la concesión que le hizo el Ayuntamiento de esa villa para que pasara el ferrocarril por el centro de la población. Donde dejaba muy en claro la necesidad de

introducir el ferrocarril por el centro para conectarlo con el vecino poblado; generando un parte aguas de oriente a poniente en el trazado de la ciudad. Cuestión que traspaso hasta nuestros días y que cambió el rumbo de la ciudad.

La vía más importante de la red ferroviaria, que se construyó entre 1882 y 1884, iba desde Ciudad Juárez hasta la ciudad de México y se conectó con la vía internacional. La limitación de este proyecto fue que se considerara a Ciudad Juárez exclusivamente como un centro de distribución de bienes hacia el mercado internacional. El establecimiento del ferrocarril y la apertura de la zona libre en 1885 transformaron por completo la dinámica económica del Villa Paso del Norte, sobre todo el área cercana al puente internacional. “... dos calles, la Del Comercio y Juárez, constituían el centro del poblado y en ellas se desarrolló la mayor actividad comercial.” (SANTIAGO, 2002, p. 60).

Con el ferrocarril llegaron miles de migrantes de distintas nacionalidades, que vieron en esta región un lugar donde asentarse y desarrollarse. La sociedad emigrante, establece comunidades haciendo alusión a sus lugares de origen aun frescos en su memoria; conformando el espacio habitable con su propia historia y la del lugar que los acoge.

También llegaron muchas otras cuestiones que impactaron la vida cotidiana en ambas ciudades. Desde su fundación habían permanecido alejadas de sus respectivos centros hegemónicos, ahora estaban conectadas con el resto de sus respectivos países. De tener una vocación agrícola, ahora las personas se dedican al comercio, cambiando las tierras para sembrar en áreas comerciales. Ya por estas tierras pasaban artículos de todo el mundo, pero con el ferrocarril esta actividad aumento en gran medida.

El ferrocarril propició una reorganización en el espacio urbano de ambas ciudades fronterizas; además del desarrollo económico, ofreció ciertas ventajas a las zonas que contaban con vías férreas, en contraparte a las que carecían de ella. Ahora había que aprovechar la innovación en este nuevo transporte y convertirlo en un impulso para el desarrollo de la región.

Entre 1881 y 1884, El Paso comenzó a convertirse en una verdadera ciudad y en el corazón económico de toda la región. En ese breve periodo se establecieron varios bancos, el hotel más grande de Texas, tres periódicos –entre ellos El Paso Herald y El Paso Times, fundados ambos en 1884, un servicio de transporte público de tranvías, algunas escuelas públicas y se construyeron las primeras iglesias de la población.

La transformación de las actividades económicas durante la última década del siglo XIX, dio como resultado el origen de la estructura y el ordenamiento espacial de Ciudad Juárez y El Paso Texas. Esas actividades propiciaron, además, la concentración de la propiedad de la tierra en grupos elitistas que impactaron el espacio territorial de la zona que hoy es el centro de Ciudad Juárez. La demanda de espacios en las zonas comerciales tuvo un auge en el centro de la ciudad. Se podía observar una discontinuidad, no existía una regla para el tamaño de calles ni de banquetas, esto daba una sensación de confusión y desorden, “...para 1910, Ciudad Juárez contaba con una estructura vial primaria de

calles bien definidas, que se constituirían en los ejes para nuevos diseños de avenidas y caminos". (SANTIAGO, 2002, p. 77).

La infraestructura del Ferrocarril fue fundamental para el movimiento de mercancías y desarrollo comercial de la región. Su impacto fue contundente en todos sentidos, aun en el trazado de calles y conformación urbana pero también se intensificó el título de la región como un lugar de paso.

Ahora la ciudad de El Paso, Texas, es un punto de convergencia de los ferrocarriles del Southwest; pero esto ha hecho posible que haya pasado del pequeño pueblo de adobe a las dimensiones de una ciudad, con electricidad, alumbrado con gas, provista con una calle internacional, la primera en el mundo, y una demanda de población la cual tiene un ideal de progreso. La ciudad ensancha sus límites, y es entonces que la demanda de trabajo se incrementa día con día.

"El Paso fue en este tiempo un escenario importante del ferrocarril, este era la mitad del camino a Saint Louis y New Orleans en el este, y a San Francisco en el oeste y entre Chihuahua y el sur de Santa Fe en el Norte" (RACKLIFF & WAINEY, 1885, p. 4).

De regreso a México, después de 1911 el sistema ferroviario mexicano se desplomó en su crecimiento, en casi todos los aspectos: tecnológicos, productivos y operacionales. Durante los últimos años de gobierno del General Porfirio Díaz llegó al tope del desarrollo de la construcción de las vías férreas; fue el punto más alto del desempeño en la economía de México, y por consiguiente de la frontera.

3 I VIDA COTIDIANA EN LA VILLA PASO DEL NORTE

Según Gonsalbo (2006), son precisamente las costumbres las que conforman la vida cotidiana, costumbres que determinan la vida de los individuos, costumbres que se convirtieron en leyes y que se imponen en la conciencia, o más bien constituyen la conciencia de las personas. La expresión vida cotidiana, se sugiere en la relación entre el espacio que se vive, tanto en el medio público como en la intimidad. Por ello radica la importancia de este artículo, ya que ese juego entre lo público y lo privado es el que da la esencia de la cotidianidad y de sus preceptos, sus flexiones y sus formas de actuar, en los distintos ámbitos en los que se pretende estudiar. Además, lo cotidiano es una muestra de la manifestación cultural en un punto determinado y así como en ese mismo adelanto progresivo cultural.

Al hablar de lo cotidiano es, además, pensar y reflexionar en un proceso largo donde las conductas cotidianas fueron tomando forma, se asentaron, los sujetos las fueron asimilando y al final se formaron como códigos del lugar; lo que las asume únicas, porque tienen su propia esencia. Es singular su manifestación en cada lugar porque son obtenidas

de escenarios distintos, los sujetos que la conforman, y como efecto las actitudes colectivas que se forman.

A lo largo del siglo XIX, la sociedad se fue disociando para formar la estructura de las clases sociales que se conserva hasta el día de hoy. Esta surge de nuevas formas de convivencia, donde asume el poder la nueva clase: “la elite”. Estos nuevos personajes vieron un negocio en la movilidad de un poblado hacia otro, por medio de diligencias y luego con el ferrocarril. Esto da paso a la nueva clase burguesa, surgida por la visión del desplazamiento del individuo llevando mercancías.

Con la tecnología que se estaba gestando en la época, surge el ferrocarril que marca el inicio de la Revolución Industrial; que también provocó el nacimiento del proletariado obrero. Atrás queda ya la esclavitud, el siglo XIX está marcado por los cambios, principalmente por las independencias de los países latinoamericanos; fue el siglo de los grandes inventos como la locomotora, el fonógrafo, la lámpara incandescente, el cinematógrafo, etcétera; estos y muchos otros acontecimientos fueron marcando esta época como la entrada a la modernidad.

La región de Paso del Norte, aunque, aislada, también entro en esta modernidad y fue el ferrocarril el que trasformó no solo el espacio urbano de los dos poblados sino también a la sociedad y la economía. La villa Paso del Norte y la villa Franklin tuvieron un rápido desarrollo, con el ferrocarril se inicia la industrialización y se intensifica el comercio. El ferrocarril produce una base económica que rápidamente se expande a la población, que ahora está compuesta por una gran variedad de personas de diferentes etnias, orígenes y niveles sociales.

Empieza un nuevo siglo, el ferrocarril ha transformado las dos ciudades, El Paso ya con una imagen de ciudad moderna que ya contaba con todos los servicios como agua potable, electricidad, teléfono, etcétera; mientras que su vecina Ciudad Juárez antes Paso del Norte, apenas empieza esta modernización.

4 | CONCLUSIONES

El final del siglo XIX marco una época de cambios fundamentales en la región fronteriza de Ciudad Juárez / El Paso Texas, en Estados Unidos se vivieron los años de reconstrucción, que culminarían en una revolución industrial; lo mismo estaba sucediendo en México, que ya había pasado por una independencia, además de varias invasiones extranjeras. Los dos países estaban conformando el Estado-nación; la Guerra Civil había reunificado a los Estados Unidos, en México las reformas liberales y el gobierno de Porfirio Díaz conducía la sociedad, el territorio y el poder político mexicanos.

Mario Cerruti (1988) menciona que el siglo XIX, como el siglo de transición entre lo colonial y la entrada al estado-nación. Donde los dominantes se consolidaron para constituirse en un nodo de un poder central, donde se sometía al resto, en lo político y lo

territorial. El estado-nación ha sido producto de la modernidad y del capitalismo, en tanto la atribución de los mercados locales frente al mercado mundial presente, en el que se producía y se reproducían las identidades correspondientes asumidas como identidades “nacionales”. Al norte y al sur del río Bravo, a su vez, los nuevos capitales formados en tiempos de guerra apuntaron hacia otros objetivos: el crédito, la apropiación de la tierra y la creación de nuevos mercados.

Uno de los acontecimientos más llamativos del siglo XIX, fue el tendido de las vías del ferrocarril, más de la mitad del kilometraje de rieles instalado se realizó entre 1875 y 1885. Para 1882, la longitud de las vías del ferrocarril se había incrementado en más de un mil por ciento respecto a 1870. Con el arribo a Texas de las líneas que bajaban del norte, su territorio quedó incorporado al enorme mercado nacional estadounidense. Esto prepararía las condiciones que se perfilaban desde mediados de la década de 1880, cuando los ferrocarriles descendieron más hacia el sur y cubrieron el norte de México.

Durante este periodo, la industrialización y la modernización se dispersaron en la región fronteriza México-Estados Unidos, envolviendo a Ciudad Juárez / El Paso Texas, en una interdependencia ineludible que perdura hasta la actualidad. La inversión de capital a finales del siglo XIX fue un elemento decisivo en la expansión del comercio binacional.

REFERENCIAS

CERUTTI, M. Autonomía Regional y Estado Nacional en México a Medios del siglo XIX”, **Revista de Historias das Ideas**, Vol. 10. México. 1988

GARCÍA LUNA, M. **El movimiento obrero en el Estado de México: primeras fábricas, obreros y obreros y huelgas (1830-1910)**. Universidad Autónoma del Estado de México. México, 1996.

GONZALBO AIZPURU, P. **Introducción a la Historia de la vida Cotidiana**, El Colegio de México, México. 2006.

GUZMÁN SEPÚLVEDA, N. **Todos los caminos conducen al Norte**: Narrativa de Ricardo Elizondo Elizondo y Eduardo Antonio Parra. Fondo Editorial de Nuevo León. Mexico, 2009.

MARTÍNEZ, O. J. **Ciudad Juárez: El auge de una ciudad fronteriza a partir de 1848**, Fondo de cultura Económica, México, 1982.

OROZCO, V. Vida cotidiana en las postrimerías de El Paso colonial. **Revista de Indias**, 2012, vol. LXXII, núm. 256 Págs. 717-742, ISSN: 0034-8341 doi:10.3989/revindias.2012.23, 2011

OROZCO, V. **Ciudad Juárez, La Nombraría Varia. Desde sus orígenes hasta la actualidad**. Tomo II. Víctor Orozco (Coordinador). Grupo Milenio. México. 2012.

RACKLIFF & WAINEY. **El Paso, Paso del Norte Business Directory, El Paso Texas., 1885**, Colecciones Especiales de la Universidad de Texas en El Paso.

SANTIAGO QUIJADA, G. **Propiedad de la tierra en Ciudad Juárez, 1888 a 1935**. Ediciones y Gráficos Eon, S.A. de C.V. México, 2002.

CAPÍTULO 5

A MEMÓRIA AIKEWARA DO TEMPO DA GUERRA E OUTROS TEMPOS NO ARAGUAIA

Data de aceite: 01/12/2020

Nadine Borges

Programa de Pós-Graduação em sociologia e
Direito da Universidade Federal Fluminense
(PPGSD_UFF)

Wilson Madeira Filho

Faculdade de Direito e do PPGSD/UFF

Ana Motta Ribeiro

Professora Associada do Curso de Sociologia e
do PPGSD/UFF

RESUMO: A proposta desse trabalho é apresentar ao leitor aspectos narrativos e vivências da aldeia indígena Surui-Sororó no Sul do Pará, que, assim como outras aldeias, sobreviveram à inúmeras guerras e seguem existindo como uma contraprova dos limites da expansão do agronegócio em uma sociedade moldada pelo capitalismo estampado no extermínio de povos indígenas. Os índios que vivem próximo às margens do Araguaia trazem após algumas décadas da Guerrilha do Araguaia uma narrativa capaz de alcançar um tempo histórico de encontro com antepassados que vivenciaram outras guerrilhas, ora com os camarás (brancos), ora com outros povos indígenas, a exemplo dos caiapós, lembrados como responsáveis pela dispersão de parte do povo Aikewara em muitas das memórias presentes até hoje nas aldeias. Assim surgem nas narrativas a figura dos homens brancos

como a maior ameaça permanente em suas vidas, já que são os maiores responsáveis pelas mortes dos Aikewara.

PALAVRAS-CHAVE: Guerrilha do Araguaia, Sururí Sororó, Comissão da Verdade, Memória, Aikewara.

ABSTRACT: This article purpose is to present the reader narrative aspects and experiences from the indigenous tribe Surui Sororó in the South of Pará state, which, like the other tribes from there, have survived many conflicts and remain existing as an example of the limits concerning the agrobusiness expansion in a capitalist Society based on indigenous extermination. The indigenous people living in the shore of Araguaia river bring, a few decades after the Araguaia guerrilla, a narrative capable of reaching an historical time of meeting with ancestors that have survived trough other conflicts; sometimes against the camarás (whites), sometimes against another tribes, like the caiapós – until today remembered in Suruí Sororó tribe as the responsible of Aikewara people dispersion. Therefore, emerge in the Stories the figure of the White men as the biggest and permanent threat to their lives, once they are the main Aikewara killers.

KEYWORDS: Araguaia guerrilla, Suruí Sororó, Truth Comission, Memory, Aikewara.

1 | INTRODUÇÃO

A proposta desse trabalho é apresentar ao leitor aspectos narrativos e vivências da aldeia indígena Surui-Sororó no Sul do Pará, que, assim como outras aldeias, sobreviveram à inúmeras guerras e seguem existindo como uma contraprova dos limites da expansão do agronegócio em uma sociedade moldada pelo capitalismo estampado no extermínio de povos indígenas¹. Os índios que vivem próximo às margens do Araguaia trazem após algumas décadas da Guerrilha do Araguaia uma narrativa capaz de alcançar um tempo histórico de encontro com antepassados que vivenciaram outras guerrilhas, ora com os camarás (brancos), ora com outros povos indígenas, a exemplo dos caiapós, lembrados como responsáveis pela dispersão de parte do povo Aikewara em muitas das memórias presentes até hoje na Terra Indígena Surui Sororó. Assim surgem nas narrativas a figura dos homens brancos como a maior ameaça permanente em suas vidas, já que são os maiores responsáveis pelas mortes dos Aikewaras.

As memórias do período da Guerrilha do Araguaia despertam um olhar sobre outros períodos de guerra, alguns que só são conhecidos porque os antepassados contaram e a memória oral atravessou décadas sem ter sido apagada pela presença das Forças Armadas ou por qualquer outra força do Estado.

Neste contexto, nosso objetivo é apresentar elementos que problematizem a condição legítima da produção de verdade a partir da memória dos afetados, quando o Estado promoveu ato de omissão sistemática e real quanto aos acontecimentos que afetaram negativamente a comunidade indígena Aikewara. Cabe questionar essa ausência de registro estatal como intencional, mas que pode ser compensada pelo direito de fala e de testemunho dos fatos do ponto de vista de quem sofreu o dolo, sob pena da justiça não ser praticada.

2 | SURUI-SORORÓ

A Terra Indígena Surui-Sororó está localizada entre os municípios de Brejo Grande, Marabá, São Geraldo e São Domingos do Araguaia com 26 mil hectares. A aldeia dista 110 Km de Marabá, 40 Km de São Domingos e 55km de São Geraldo do Araguaia e o acesso à terra se dá na altura do Km 90 na BR -153. Na entrada da aldeia tem um muro de alvenaria com uma guarita e uma placa, onde está escrito, Terra Indígena Surui-Sororó, além de um portão de ferro e uma vigilância permanente armada para controlar o acesso à terra indígena. Uns 2 Km após o portão começam as primeiras casas da aldeia.

Os Aikewaras vivem na região há muito tempo e sua história é marcada por conflitos de sobrevivência e na busca incessante pelo direito de saber e o dever de lembrar. Nossa

1. Esse texto não existiria sem o esforço incomensurável de décadas por Iara Ferraz, antropóloga que nos apresentou os Aikewara. Ela é autora, ao lado de Orlando Calheiros, do livro: *O tempo da guerra: os Aikewara e a Guerrilha do Araguaia* (no prelo). Aos dois e aos Aikewaras todo nosso agradecimento.

análise pretende gerar uma reflexão que sirva de instrumento para entendermos a relação entre o não reconhecimento das violações cometidas na região diante da ausência de arquivos da repressão somadas à memória oral dos afetados. No tocante aos Aikewara trazemos o trabalho de Luiza Lima para ilustrar a resistência e a luta por sobrevivência desse povo, vejamos:

Mairá, liderança tradicional do povo Aikewára, contou-me um pouco dos caminhos que o grupo percorreu até ter suas terras demarcadas e como ele se tornou cacique. Mairá disse que os Aikewára fugiam dos Kayapó, seus inimigos tradicionais, pela floresta. Quando nascia alguma criança, eles a matavam para o choro dela não denunciar aos perseguidores o paradeiro deles. Segundo Mairá, seu pai havia sido cacique, morreu quando ele ainda era pequeno, e a comunidade o escolheu para substituir o pai. O que Mairá também fez questão de deixar claro foi que eles têm os deuses deles, mas também acreditam em Deus (o de alguns não indígenas), o “Deus de vocês” como disse ele. O crescimento do povo Aikewára é uma forma de eles mostrarem a superação da extinção e do etnocídio (LIMA, 2015, p. 22).

Para isso traremos exemplos de entrevistas em trabalho de campo em setembro de 2017 com o povo Aikewara, nas quais identificamos que a história da Guerra é narrada com a capacidade de encurtar o decurso do tempo preenchendo esse espaço com memórias tristes e tragédias, mas também com músicas e lembranças de um tempo que apesar de áspero fez com que a aldeia sobrevivesse às proibições do período da guerra, quando o exército não permitia a saída da aldeia para caçar e colher batatas, inhame ou qualquer outro alimento.

3 | A GUERRA INFINITA

O dia na casa da Arihera começava por volta de 06:00h e, despertávamos com os primeiros ruídos da casa. Arihera colocava a água no fogão à lenha feito de barro e depois passava o café em um coador de pano, adoçava e enchia a garrafa térmica. Enquanto tomávamos café, sentados pelo pátio, ou na cozinha em pequenos banquinhos de madeira, as crianças se arrumavam para escola, os mais velhos iam para mata ou para guarita da entrada trabalhar como vigias e o Umassu, marido da Arihera, ficava acompanhando cada movimento em seu entorno e de vez em quando puxava assunto conosco.



Figura 1 – Umassu e Arihera
Foto de Nadine Borges

Nadine já havia estado ali, quando, em 2013, estivera em uma das aldeias dos Aikewara como representante da Comissão da Verdade (BORGES, 2016) e participara de uma escavação em busca de restos mortais de desaparecidos políticos da guerrilha do Araguaia. Wilson também estivera lá, cerca de dez anos antes, quando coordenara a participação de uma equipe da UFF junto ao Projeto Rondon, ocasião em que levantara aspectos sobre os conflitos socioambientais locais (MADEIRA FILHO, 2006). Para Ana Maria Motta Ribeiro aquela era a primeira experiência na Terra Indígena.

Embora a opção de entrevista com o Umassu fosse a mais fácil porque estávamos na mesma casa, acabamos o entrevistando formalmente apenas no último dia e, mesmo assim, obtivemos alguns fragmentos daquela memória da guerra que ele demonstrava preservar com muito sentimento de desgosto. Todo dia ele observava nosso movimento lavando a louça do jantar do dia anterior e as canecas do café. A louça era lavada com esponja de aço em uma mesa que ficava no pátio cercada por patos e galinhas que ficavam por ali ciscando e comendo os restinhos que apareciam. Nesse dia último Umassu nos avisou que estaria nos fundos da casa, ali pelo pátio, o que queria dizer, aberto para falar.

As conversas, as risadas da Arihera, tudo aquilo estava prestes a terminar. Nesse dia que sentamos com Umassu, para conversar nos fundos da casa, pela primeira vez, ligamos o gravador. Ele cantou em Tupi uma canção sobre o Rio Araguaia e os Aikewaras. Era um hino de luta com todos os significados que lhe são inerentes. A conversa não durou muito, mas o suficiente para que pudéssemos ouvir as histórias de Umassu, de seus ancestrais e o ciclo de luta por sobrevivência daquele povo.

Sem que perguntássemos muito, ele começou a falar do tempo da guerra, enquanto as crianças e outros moradores passavam pelo pátio após o café da manhã. Umassu lembrou de quando o Frei Gil pediu que ele fosse até São Domingos do Araguaia, por volta de 1972. Frei Gil foi um dos primeiros religiosos que trabalhou na aldeia, estabelecendo uma relação muito próxima com o povo Aikewara.

Conforme relatado por Umassu, durante o percurso a São Domingos, ele viu aviões sobrevoando os arredores e ao chegar na cidade percebeu que os soldados à paisana entravam nos comércios e pediam comidas básicas para Valquiria e Osvaldão, dois guerrilheiros bem conhecidos e respeitados na região, reconhecidas lideranças da Guerrilha do Araguaia, ela porque ajudou em vários partos entre os índios e os camponeses, e ele porque ajudava nas tarefas diárias.

A memória presente no relato de Umassu sugeria que era tática dos soldados saírem disfarçados de camponeses como uma armadilha para identificar os comerciantes que abasteciam e ou ajudavam os guerrilheiros. Ele dizia que todos, sem exceção, tiveram suas vidas devastadas pela guerra por terem sido identificados, a revelia dos fatos, como aliados dos guerrilheiros. Chamava atenção sua observação acerca da estratégia do serviço de inteligência das Forças Armadas na ação com os comerciantes. E ao questioná-lo como ele percebeu essa simulação, Umassu nos contou que conhecia Osvaldão e que nunca tinha visto aquelas pessoas terem qualquer relação com ele.

Umassu voltou para a aldeia em um jumento e percebeu que estava sendo seguido por soldados na mata. Não tardou muito para ser capturado e apeado à força. Durante essa emboscada os soldados perguntavam sobre os “terroristas” e Umassu afirmava que não sabia quem eram. O tenente reconheceu que ele era Aikewara e pediu que falasse na língua tupi. Ele lembra que o alertaram para ficar longe dos terroristas porque eles roubariam a terra dos índios, daí a associação já mencionada do termo terrorista com a disputa pela terra na região.

A cena descrita por Umassu revela o contingente de homens das Forças Armadas à disposição na região, pois segundo seu relato eram mais de 200 soldados enfileirados na mata no momento que o abordaram para retirá-lo à força de cima do animal.

Nas canções entremeadas na fala de Umassu, haviam novas referências ao massacre que os caiapó haviam perpetrado contra o povo dele, em retalhos de memória passados por sua mãe, em tempos de fuga. O incêndio da véspera, não de todo acidental, resultado da ampliação da fronteira agrícola e da política de pressão dos fazendeiros do entorno, parecia sinalizar mais um período de instabilidade e tensão.

Dentre as conversas que tivemos com Umassu, nos chamou particularmente a atenção o alerta dele para evitarmos falar sobre a guerrilha em grupos e para priorizar as conversas individuais nesse assunto.

Nadine já tivera esse cuidado ao encontrar Arikassu em Marabá alguns dias antes. O encontro foi impactante, pois sabia que ele era um dos índios que serviu como escudo

humano para encontrar os guerrilheiros na mata durante o período da guerra, maneira que eles se referem a Guerrilha do Araguaia. Nadine seguira com o cacique Mairá. O trajeto entre Marabá e Sororó foi permeado por uma conversa de aproximação. O assunto foi dominado pela seca e não poderia ser diferente porque falar da devastação do incêndio em toda a terra indígena era falar da sobrevivência do povo Aikewara e dos ciclos de perdas que os afeta a cada verão com o avanço do agronegócio e da mineração na região. O assunto da seca era o mais importante, mas não o único. A preocupação de Mairá com a política governamental da FUNAI o incomodava porque sequer havia um administrador naquele momento e, segundo ele, tudo estava a cargo de um estagiário, sem qualquer poder de decisão. No caminho pararam para almoçar e abastecer o carro. Já na estrada, rumo à São Domingos do Araguaia, reencontraram a família do Arikassu.

O acesso à Terra Indígena Surui-Sororó se dá na altura do Km 90 na BR -153. Na entrada da aldeia tem um muro de alvenaria com uma guarita e uma placa, onde está escrito **Terra Indígena Surui-Sororó**, além de um portão de ferro e uma vigilância permanente armada para controlar o acesso. Uns 2 Km após o portão começam as primeiras casas da aldeia. Nas entradas das casas, agora todas de alvenaria, resultado de projeto institucional, os pisos eram de estilo porcelanato, com louças nos banheiros (nem sempre utilizados), e com janelas de ferro que já não fechavam mais. Com o passar dos dias foi possível perceber que todo o aparato de metais, alvenaria e porcelanato que compunham as casas, demandavam gastos e cuidados incompatíveis com a renda e os costumes locais de moradia do povo Aikewara. Estes, por sua vez, optavam por ficar a maior parte do tempo nos fundos, longe da alvenaria, local mais fresco da casa, e principalmente na cozinha, perto das galinhas que não deixavam passar um cisco no chão.

À noite, Nadine recebera um convite do cacique Mairá Surui para participar de uma reunião em frente à sua casa. Ao atravessar o campinho percebera que havia muita gente em círculo à espera da conversa. A convocatória da reunião era em um alto-falante e se dava da seguinte forma: o cacique registrava em áudio no Whatsapp e depois inseria o fio na caixa de som para reprodução, já que o microfone não funcionava.

Naquele momento o assunto mais premente e praticamente o único era o incêndio na mata. Tratava-se da sobrevivência de todos da Terra Indígena. Explicou brevemente como se deu o trabalho dos brigadistas naquele dia, reforçou o pedido para que outros voluntários ajudassem no sábado, depois dessa mescla de tragédia com esperança, ela foi apresentada. Estava tensa porque não sabia como seria a reação de todos ali, então deu boa noite e prontamente ouviu comentários de que parecia com a lara falando. Tratava-se do seu primeiro dia na aldeia e optou por mencionar brevemente assuntos que imaginava que seriam do interesse deles, como por exemplo, a necessidade de desvio da estrada que corta a Terra Indígena, a regulamentação/regulação da escola e, especialmente, sua vontade de conversar com os mais velhos sobre seu interesse em ouvir a narrativa deles acerca da presença do Governo durante os trabalhos da Comissão da Anistia e Comissão

Nacional da Verdade. Sentia que pisava em um terreno movediço, já que muitos pareciam não reconhecer essas instâncias governamentais, exceto no tocante à reparação recebida da Comissão de Anistia.

Depois dessas trocas o Tiapé Surui, que também era professor na escola da aldeia e havia feito parte da turma de formandos da Universidade do Sul do Pará, disse que os jovens conhecem pouco da história da Guerrilha. Quando retomou sua fala comentou o quão importante era o conhecimento do passado recente, já que essa é uma das formas de evitar e, ao mesmo tempo, se preparar para enfrentar e resistir no futuro. Falou ainda do governo Michel Temer e dos desdobramentos das violações e retrocessos aos direitos indígenas.

4 | O CAMINHO DA ANTA

Na manhã seguinte Nadine encontrou Murué, professora, que explicava a história da aldeia para as crianças. Segundo Murué, o contato dos Aikewara com os “kamará” (brancos) se deu nos anos 1960. Os Aikewaras vivem na região há muito tempo e sua história é marcada por conflitos de sobrevivência. Antes da aldeia estar nesse local chamado de Queimada, eles viviam pro lado do Rio no sentido Marabá em constante fuga dos caiapós e quando faleceu o pai do cacique Mairá, todos mudaram. A morte de Sawarapy, pai do Mairá, fez o povo mudar de lugar. Hoje, com as casas de alvenaria, já não mudam mais quando morre alguém, mas é comum diante da morte deixarem as casas por um período de um mês, e algumas vezes as pessoas saem e não voltam mais. Murué explicou para as crianças que todos se chamam Suruí, apesar de se sentirem Aikewaras e a reserva se chama Sororó, em razão do nome do rio. O nome Suruí foi criado pelo missionário Frei Gil ainda na década de 1970 e todos recebem esse sobrenome no registro civil de nascimento. Atualmente vivem quase 400 suruís na aldeia, diferentemente da época da Guerra, quando não passavam de 40. A preocupação com a sobrevivência resultou nessa política de continuidade do grupo através do casamento entre indígenas. As meninas, assim que menstruam, casam com meninos mais ou menos da mesma idade. O sistema de moradia na aldeia reproduz uma linhagem patrilinear, já que após os casamentos os filhos moram ou na casa do pai ou constroem suas casas ao redor e a vizinhança é sempre familiar com um portão entre os pátios.

Ficar ali sentada na mureta da escola, no vão central de uma construção em alvenaria no formato hexagonal, concentrava os olhares e a atenção em volta de Murué, que contou brevemente o que ela chamava de narrativa do caminho da anta ou da noite, que era mais ou menos assim: havia uma casa com um guardião e dentro da casa um vaso continha a noite e outro vaso continha o fogo. Um menino levado abriu o vaso com a noite e ficou tudo escuro. Diante da escuridão ele abriu outro vaso que tinha luz, era o fogo. Quando o guardião encontrou a criança ela virou muriçoca, ele pegou a noite e foi guardar nas ocas, já o fogo ele guardou no céu. Assim, foi criado o dia e a noite.

5 | VIVER É MUITO PERIGOSO

Wilson e Ana Motta ainda estavam em Marabá, em visita à Fazenda Cabaceiras, desapropriada para reforma agrária pela ocorrência de trabalho escravo, objeto de estudo de Emmaniel Oguri Freitas (2018), quando Nadine ligou. Estava aflita. O cacique Mairá a convocara novamente e pedira para ela explicar o que estava fazendo ali. O grupo era de aproximadamente umas cem pessoas, incluindo técnicos do IBAMA. Depois que falou do seu objetivo como pesquisadora, Mairá a interrompeu. Mairá falou na frente de todos os presentes que o Seu Raimundo, um ex-soldado da guerrilha, naquela altura um desconhecido para nós, havia estado na aldeia e alertara para que não confiassem nela, já que a pesquisa tinha como objeto investigar os crimes da ditadura. Nadine ficou receosa, mas reagiu dizendo que gostaria de conversar com esse Seu Raimundo pessoalmente, pois se tinha alguém ali com motivo para desconfiar, esse alguém não era ela.

Naquela noite mal conseguiu dormir e cada barulho gerava sensações de desassossego. Logo pela manhã correu a ligar. A chegada de Wilson e Ana coincidiu com novo incêndio.

Entrar na aldeia, para além da autorização do cacique, implicava contribuir com alimentação, ainda mais em um período de estiagem tão severo e esse pedido foi formalmente feito e os professores prontamente fizeram uma compra de fardos de arroz, feijão, carne, açúcar, café e óleo. A chegada à aldeia foi tranquila e a recepção de Umassu e Arihera refletia a aproximação que estava sendo construída. “Os Professores”, como eles se referiam, estavam visitando a aldeia. Alguns lembraram de Wilson – alto e careca – de anos antes, que recordou a todos que haviam disputado partida de futebol e que os Aikewara ganharam de sua equipe de 7 a 1, mesmo placar da derrota da seleção brasileira para a Alemanha. A anedota auxiliou a tranquilizar os ânimos.

Almoçamos juntos por ali, acompanhados das galinhas e de um pequeno jabuti que a filha de Irene, nora de Umassu e filha de Arikassu, estava cuidando. No meio da tarde fomos até a casa do cacique e acompanhamos a conversa com o fazendeiro, ou melhor, o filho do fazendeiro. Já no primeiro contato percebemos que se tratava de um incêndio criminoso e depois de uma longa conversa acabamos sugerindo uma espécie de acordo de cooperação, uma vez que o filho do fazendeiro reconheceu a responsabilidade pelo incêndio, somada à indisposição de negociar com o IBAMA. O resultado rápido nos aproximou ainda mais e elaboramos no dia posterior um documento que sintetizava as demandas a partir da nossa conversa.

Entrementes o fogo não fora totalmente debelado e as chamas voltaram a arder de madrugada. Wilson levantou da rede onde dormia ao escutar o alarde. Viu quando um menino de 14 anos colocava a bota da brigada de incêndio e tentou entender porque uma riança iria participar da contenção do fogo. Soube que não era considerado criança, pois era marido da neta de Umassu, a quem víamos brincando de boneca na tarde anterior.

6 | VOZES NA NOITE DOS TEMPOS

Mais ou menos na hora do Jornal Nacional da Rede Globo de televisão é ligado o gerador. A luz liga permite que se ligue os aparelhos de televisão já presentes em muitas as casas. O hábito de ver o Jornal televisivo é dos homens e se complementa com a saída destes, dando lugar às mulheres que assistem a novela das 21h.

Wilson assistiu com Umassu o Jornal, que falava de corrupção e lava-jato. Perguntou a Umassu o que ele achava daquelas denúncias. Sabia, por conversas anteriores, que Umassu demorava a responder, preparando mentalmente e vagarosamente as respostas. De fato, apenas cerca de cinco minutos depois Umassu falou. Contou que fora há muitos anos levado pelo Frei para Belo Horizonte, que fora a primeira vez que vira uma cidade grande, que dormira em cama, que vira coisas diferentes, como vitrola, fogão, privada e armário de guardar roupa. Contou ainda do medo que tinha da fuga dos caiapó, do perigo do fogo e quando vira o cunhado pendurado vivo para sangrar e morrer pelos soldados no Araguaia, e ele cortara a corda salvando o cunhado. Era uma mistura de foco narrativos, fragmento de conversas tidas naqueles dias, mas que respondiam mais e vividamente que um roteiro convencionado.

Quando saíram da sala, as mulheres acorreram a ver um capítulo de *A força do querer*, onde uma personagem “piriguete” dançava em lingerie sensual para seduzir o personagem líder do tráfico de drogas.

Entrementes, Nadine fora para a outra aldeia com Mairá e conhecera outras mulheres de destaque. Umassu e seu genro Api haviam conversado mais cedo, contando que ambos foram usados como escudos humanos durante a Guerra e falaram de um lugar na mata, na aldeia onde vivia Tiremé, aonde tinham encontrado uma rede em tom verde oliva e suspeitavam ser um cemitério da época da matança. O objetivo deles era que conhecessemos o lugar, mas isso dependeria de uma ida nossa a outra aldeia dentro da terra Sororó e também da autorização do cacique local.

A aldeia não tinha luz, nem água encanada e as poucas casas eram de palha e algumas de madeira. Ao chegar, Nadine reconheceu o lugar, próximo ao local da escavação feita em 2013 pelo Grupo de Trabalho Araguaia. A esposa do cacique, Tiremé, os recebeu e ficaram aguardando por ele. Porém, Umassu e Api queriam mostrar a área antes de escurecer. Foram então pelo meio da mata fechada e com alguns algodoeiros que destoavam na paisagem da trilha. Mas durante a caminhada, o assunto da guerrilha veio à tona e eles comentaram que o exército esteve duas vezes na área antes da escavação. Dentre vários assuntos mencionaram o episódio de participação do Arikassu, que viu os soldados degolarem um guerrilheiro. Encontramos um cós bem antigo, alguns recipientes de vidro de remédio e uma garrafa datada em relevo no próprio vidro de 1973. Tudo parecia ter subido à terra com a raiz da árvore, mas além desses itens não encontramos mais nada. O material achado foi embrulhado em uma folha de bananeira para ser entregue ao Ministério Público Federal de Marabá.

No domingo saímos cedo, com Mairá, Sueli, Umassu e Arikassu para uma das aldeias mais distantes, para o lado de São Geraldo do Araguaia, a da cacique Teriweri Suruí, a primeira mulher cacique entre os Aikewaras. Ela vive com todos os seus filhos, com exceção de uma filha mulher que morava em outra aldeia pequena, no sentido de São Domingos. O percurso entre as aldeias era sempre difícil por estradas de chão, com pontes de madeira em condições precárias sobre igarapés secos devido ao período de estiagem. A cena que encontramos ao cruzar a última cancela que separava a terra deles das fazendas terra dos kamarás, era desoladora. O incêndio que ainda mantinha o chão com calor das brasas deixou marcas em toda a aldeia, eram troncos gigantes de amendoeira, babaçu e outras árvores queimadas caídas no solo. Tudo cinza. Todo o entorno da aldeia estava queimado e por muito pouco as casas não foram atingidas.



Figura 2 – Queimada
Foto de Nadine Borges

Teriwere estava prestes a iniciar o preparo do almoço. O fogão era de barro e ficava no lado externo da casa que Teriwere dormia com seus netos em redes. A separação das moradias na aldeia eram casais em suas casas e a cacique com suas netas e netos em outra casa, onde todos ficavam, com uma área coletiva externa com bancos de madeira e teto de palha.

O relato de Teriwere sobre a guerra parecia encurtar o curso do tempo. Lembrava com detalhes sua chegada na região, em 1972, quando voltou de São Paulo com seus dois filhos. A cacique tinha sido levada junto com outros três aikewaras para morar e estudar fora da aldeia pelo Frei Gil.

Durante o tempo fora da aldeia, Teriwere morou em Poços de Caldas e também em São Paulo, onde nasceram Ana Paula Surui e Alex Surui. Ela conta que se assustou quando viu tantos soldados na travessia do Rio Araguaia. Dizia, “parecia uma guerra”. Segundo Teriwere, a explicação do Frei Gil era que os soldados estavam atrás dos terroristas.

Sentamos todos na área externa e conversamos mesmo depois de anoitecer, apenas entrevendo-nos à luz de algumas velas.



Figura 3- Conversa na área coletiva

Foto de Nadine Borges

Teriwere chegou a conviver e encontrar com os guerrilheiros na mata e lembrava da ajuda que recebiam com insumos como cartuchos e comidas entregues ao Frei Gil. Ela voltou para viver na aldeia e pela sua lembrança havia cerca de trinta a quarenta indígenas. Não tardou para que a presença do Exército se fizesse sentir com toda carga de violência. A pista de avião feita no meio da mata, contava Terewere, foi a rota da desgraça Aikewara. Sua memória revelava detalhes de um período de fome e miséria, o maior de todos vividos pelo cacique e sua família.

Durante o período da Guerra o exército proibia a saída da aldeia para caçar e colher batatas, inhame ou qualquer outro alimento. No meio da tragédia Teriwere lembrou de uma vez que estava com seu marido à época, o Tibaku, hoje cacique de outra aldeia na terra indígena, e que encontraram guerrilheiros na mata enquanto faziam farinha. Segundo Teriwere, quando se aproximaram pensou tratar-se de caçadores, mas percebeu que estavam com muita fome e acabaram comendo a farinha sem sequer estar pronta. Eles agradeceram e partiram, nos contou.

Os soldados, ao contrário, não pediram licença e chegaram na aldeia em centenas de homens levando os índios à força para a mata com vistas a identificar os esconderijos dos guerrilheiros. Teriwere ao relatar esse episódio parecia novamente vivenciar tudo aquilo, tamanha era a carga emocional que investia em sua narrativa.

Na época da Guerra os índios ficaram três anos presos na própria aldeia e apenas os homens saíam forçados a entrar na mata, enquanto as crianças e as mulheres ficavam expostas à fome e à violência. Os dias, os meses e os anos foram abaixo de tiros e metralhadoras. Mas de todos os sofrimentos, sua lembrança mais dolorida foi a perda dos gêmeos no meio da mata em 1974, no ápice da guerra.

Em outra noite quando saiu com Tibaku para obter alguma caça próxima a aldeia, sentiu dores fortes na barriga. As dores se intensificaram depois de ter perdido muito líquido e não sabia que estava grávida de gêmeos. No momento do parto os pés do bebê saíram primeiro e ele morreu logo depois. As dores não cessavam e achava que era algo relacionado a placenta, mas depois de se espremer tanto de dor nasceu o segundo. O marido subiu em uma árvore e começou a gritar desesperado pedindo ajuda. Não tardou e vieram com um carrinho de mão para resgatá-la. Ela levou os dois bebês, um vivo, outro morto e teve medo de morrer de tanta dor. Passaram três dias até a morte do segundo bebê.

Disse que a única certeza que tem na vida é que depois de tanto tiro e rajada de metralhadora, não teve um minuto de sossego na gestação. E foi por aquela vida de fome, violência e miséria, sob o terror imposto pelos soldados do exército, que perdeu seus filhos. Ela não foi a primeira, nem a única mulher na aldeia que perdeu filhos durante e após a guerra do Araguaia. Teriwere hoje tem seis filhos, mas afirma que se não fosse o exército brasileiro teria tido nove, mas os soldados não deram trégua e ela perdeu outra filha de malária durante a guerra.

Teriwere tem orgulho por ter criado seus filhos em sua terra e ser a primeira cacique mulher Suruí. Ela sabe que a ditadura matou e desapareceu com centenas de pessoas e em seu relato demonstrava um desapontamento com o Estado brasileiro, pois as indenizações da Comissão da Anistia, por mais importante que tenham sido, não foram capazes de reparar a incompletude da sua família e da história do seu povo. Alguma esperança em sua fala era o fato de valorizar a importância da memória oral. E fez questão de conversar na frente de todos seus filhos e frisava que eles precisavam conhecer a história vivida.

No escuro da noite, Arikassu fala algumas palavras em Tupi e mistura muito com português, mas sua esposa Maria e seu filho Siá estavam por ali para ajudar em eventuais traduções. Ele começou lembrando da chegada dos soldados na terra Sororó e disse que estava na mata caçando e foi surpreendido ao retornar para aldeia. Naquele momento não entendeu a presença do exército, mas foi recrutado à força para andar na mata em busca dos terroristas. Cabe frisar que ele era um dos poucos homens na aldeia e serviu de escudo humano junto com Marahy, Warini, Umassu e Api. Lembra que nunca antes havia tido

contato com soldados porque não saía da terra e ficou surpreso quando chegou um avião e o obrigaram a entrar juntamente com Marahy. Eles foram levados para sobrevoar a Serra das Andorinhas e sentia muito medo porque não conseguia entender qual era o objetivo de tudo aquilo. Mesmo perguntando aos soldados do que se tratava a única resposta é que andariam na mata.

Marahy, mais velho que Arikassu, está hoje bem debilitado e nosso único contato com ele foi no dia que já estava saindo da aldeia. Ele é a testemunha mais velha dentre os índios recrutados à força pelo Exército. Na narrativa de Arikassu há muita menção ao Marahy, já que ele ia sempre na frente e Arikassu o seguia pela mata, juntamente com os soldados.

Durante esses dias de sequestro sofreram com o tratamento recebido porque estavam em situação análoga a de escravo com requintes de crueldade e tortura. Foram dias sem fim com chuva, frio, dormindo na mata sem sequer um pedaço de palha para se recostar, sem comida e raramente recebiam água e um pouco de farinha. Arikassu fala muito do medo que sentia e menciona que os soldados o chamavam de macaco.

Quando deixaram a aldeia recorda que as mulheres foram orientadas a não sair de suas casas e que os soldados proibiram a caça, nem mesmo até a roça buscar macaxeira ou cará. Importante mencionar que os Aikewaras cultivam alguns alimentos para consumo próprio em pequenas roças no entorno da aldeia até os dias atuais. Arikassu insistia em seu desconhecimento sobre a presença dos soldados e reproduzia o som do helicóptero sobrevoando a aldeia, bem como o barulho das rajadas de metralhadora durante nossa conversa.

Outra lembrança que veio à tona enquanto conversávamos foi o incêndio criminoso provocado pelos soldados na roça deles, com o argumento de que era para os terroristas não comerem. Em outro momento mencionou que pediu aos soldados para dar de comer aos seus filhos, mas nem um pedaço de cará era oferecido e a fome os fazia chorar durante todo o período dos soldados na aldeia.

Nossa conversa recheada de memórias e de sofrimento foi permeada por um episódio específico que Arikassu viveu na mata, quando encontrou um casal enquanto amassava farinha. Pensou ser uma anta quando ouviu o barulho se aproximando, mas eram guerrilheiros que estavam com um jabuti. Ele já os conhecia e até mencionou o nome de ambos em nossa conversa: Walquíria e Raul.

Ainda sobre a ida forçada para a mata falou que Warini o acompanhava juntamente com Marahy, que era mais velho. Sua emoção foi grande e começou a chorar quando falou que viu uma cabeça espetada com um cipó atravessado no pescoço e que os soldados diziam que eram os índios que haviam cortado a cabeça para amedrontá-los ainda mais.

7 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os enfrentamentos, a luta por sobrevivência cotidiana do povo Aikewara explicita também em que medida desenvolveram formas de resistência à violência policial do Estado brasileiro que sobre eles não se esgotou com o término da ditadura civil militar. Reconstruir essas narrativas, falar sobre essas dores e traumas exige mais tempo, mais empatia, mas sobretudo, mais compromisso com a verdade histórica ali vivida. O povo Aikewara foi inegavelmente vítima de tortura, de maus tratos e de uma gama imensa de arbitrariedades que imputaram de modo canhestro a eles a condição de “subversivos” para o Estado e, simultaneamente, de modo contraditório, também sofreram o estigma de “apoiadores do regime” tendo em vista o envolvimento compulsório imposto pelo Exército, ficando, assim, desprestigiados por pessoas que nunca os escutaram, mas que reproduzem narrativas de um Estado policial e autoritário em regime de exceção ao longo de uma “Guerra” implantada com o pretexto de garantir a segurança nacional.

REFERÊNCIAS

BORGES, Nadine. Direito à memória e à verdade. Em: WESTHROP, Amy Jo (org.). *As recomendações da Comissão Nacional da Verdade: balanços sobre a sua implementação dois anos depois*. Rio de Janeiro, 2016.

FREITAS, Emmanuel Oguri. *A libertação da terra: a desapropriação da fazenda Cabaceiras por trabalho escravo no Sudeste do Pará*. Tese de doutorado. Niterói: Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense, 2018

LIMA, Luiza. De “fraquinhos” a Aikewára: construção de identidade e resistência de um povo tupi na Amazônia. *Tellus*, ano 15, n. 29, p. 19-47, jul./dez. 2015 Campo Grande, MS

MADEIRA FILHO, Wilson. Novas vozes no Araguaia. In: *XV Congresso Nacional do CONPEDI - Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito*. Manaus: Fundação Boiteux, 2006. v. 1.

CAPÍTULO 6

A MORADA NORDESTINA: A ARQUITETURA COMO PARTE DA PAISAGEM E IDENTIDADE

Data de aceite: 01/12/2020

Data de submissão: 15/10/2020

Gabriela de Sousa Vieira

Universidade Federal Rural do Semi-árido -
UFERSA
Fortaleza – CE
<http://lattes.cnpq.br/5337487496317182>

Miriam Ferreira de Oliveira

Universidade Federal Rural do Semi-árido -
UFERSA
Mossoró – RN
<http://lattes.cnpq.br/1820004483863100>

RESUMO: Esse artigo procura relacionar o estudo do clima na arquitetura com as alterações no modo de construir e morar do semiárido, buscando entender do ponto de vista do conforto ambiental os impactos que as atuais práticas construtivas trazem para a região. Além disso, gera um debate acerca dos efeitos que tais alterações provocam nos indivíduos. É nesse contexto que a pesquisa se constitui, buscando verificar se as técnicas utilizadas se assemelham às tradicionais construções avaliando o conforto, a cultura local e a identidade cultural. O objeto de estudo dessa pesquisa é o bloco de professores da UFERSA localizado no Campus Pau dos Ferros/RN, comparou-se o edifício com o modo de construir da arquitetura vernacular, por meio das características construtivas das casas de fazenda, buscando mostrar que a inserção de elementos não pertencentes à região e a não

utilização de materiais encontrados nela faz com que se tenha início um processo de perda de identidade. Também foi aplicada a NBR 15220 como respaldo para analisar se o edifício está dentro dos parâmetros do conforto térmico, imprescindível para habitar a região de clima quente e seco.

PALAVRAS-CHAVE: Arquitetura bioclimática, clima quente e seco, conforto térmico.

THE NORTHEASTERN ADDRESS: ARCHITECTURE AS PART OF LANDSCAPE AND INDENTITY

ABSTRATC: This article seeks to relate the study of the climate in architecture with the changes in the way of building and living in the semi-arid region, seeking to understand from the point of view of environmental comfort the impacts that the current constructive practices bring to the region. Moreover, it generates a debate about the effects that such changes provoke in individuals. It is in this context that the research is constituted, seeking to verify if the techniques used are similar to traditional constructions by evaluating comfort, local culture and cultural identity. The object of this research is the block of professors of UFERSA located in the Campus Pau dos Ferros/RN, compared the building with the way of constructing the vernacular architecture, through the constructive characteristics of the farm houses, trying to show that the insertion of elements not belonging to the region and the non-use of materials found in it causes a process of loss of identity. NBR 15220 was also applied as a support to analyze if the building is within the

parameters of thermal comfort, essential to inhabit the region of hot and dry climate.

KEYWORDS: Bioclimatic architecture, hot and dry climate, thermal comfort.

1 | INTRODUÇÃO

O estudo do clima surge como meio de proporcionar um melhor entendimento acerca das características locais onde será implantada alguma edificação/projeto. Com isso, a arquitetura busca agregar e aproximar a relação homem/clima utilizando os conceitos de clima e conforto ambiental. A ideia de conforto térmico está relacionada à maneira na qual o usuário se sente bem e confortável no interior de um edifício. Esse bem-estar é proporcionado por estratégias de conforto utilizando técnicas artificiais e naturais para a satisfação do usuário. Em alguns lugares as técnicas naturais são mais recomendadas e quando isso acontece deve-se aplicar os conceitos da bioclimatologia que busca uma interação entre clima e seres vivos. Buscando atender à essas necessidades, na década de 70, os irmãos Olgay aplicaram a bioclimatologia na arquitetura criando o termo “projeto bioclimático”. De maneira geral, tal técnica busca implantar os benefícios das variáveis climáticas como forma de proporcionar conforto aos moradores. A partir disso, foram desenvolvidos estudos onde são sugeridas formas ou maneiras de adaptar a arquitetura ao clima local.

Cada região ou cidade apresenta variações climáticas diferentes, portanto, para cada local é necessário fazer um estudo sobre a influência das variáveis climáticas. Apesar de pertencerem à mesma região, um estado ou até mesmo uma cidade podem apresentar diferenças climáticas significativas. Desse modo, não é possível aplicar as mesmas técnicas em locais diferentes, portanto, cada município requer um estudo sobre suas características climáticas. Em contrapartida a situações e lugares em que não há maneiras de avaliar as características climáticas, são utilizados dados de uma cidade próxima e que apresenta características semelhantes e por meio de aproximações obtêm-se os dados esperados. (Eficiência energética na arquitetura, 3º edição).

O modo de construção utilizado no semiárido busca técnicas que aperfeiçoem as moradas, porém a alteração de materiais, tanto construtivos quanto decorativos é feita sem ter como base o estudo do local, do clima e da cultura. Essa inserção de elementos como materiais e técnicas não pertencentes à região corrobora com a sensação de desconforto, bem como com o aumento da perda de identidade local, processo que desestimula a diversidade cultural do País.

2 | OBJETIVO

Esta pesquisa tem como principal objetivo relacionar o modo de construção do semiárido como parte integrante de sua identidade e paisagem, servindo, também, como base para aprofundar o debate acerca de um tema indispensável para a afirmação cultural

da identidade do sertão. O prédio avaliado é um modelo das atuais construções que se destacam na região semiárida, portanto, esse estudo também tem o intuito de averiguar se as técnicas utilizadas possuem os mesmos resultados das construções tradicionais quanto ao clima, conforto e identidade cultural uma vez que houveram alterações no material e no modo de construção ao longo dos anos.

3 | METODOLOGIA

A metodologia aplicada nessa pesquisa se deu inicialmente pela análise a planta baixa do bloco de sala dos professores, da Universidade Federal Rural do Semi-Árido, campus Pau dos Ferros, pela facilidade ao acesso às plantas do edifício e que esse foi construído com materiais e técnicas tradicionais, podendo ser utilizado como modelo para o método comparativo com as características construtivas e representativas das edificações vernaculares. A partir da NBR 15220, norma que trata do desempenho térmico das edificações foi analisado o bloco dos professores, a fim de verificar se o material utilizado em sua construção, a espessura da cobertura e paredes bem como o tamanho das aberturas das janelas estavam de acordo com as normas especificadas pela NBR 15220 para a região onde ela está inserida (Zona Bioclimática 7). Foram utilizados métodos comparativos como meio de analisar se os critérios de construção foram pensados visando o clima da região do oeste potiguar. A da pesquisa consistiu-se em revisões bibliográficas acerca das casas de fazenda, bem como análises dos materiais que foram utilizados para a construção, se respaldando na NBR 15220, e ainda a planta baixa do bloco dos professores com o intuito de obter informações sobre o método construtivo e se o projeto continha características que proporcionam conforto térmico aos seus usuários.

4 | DESENVOLVIMENTO

4.1 A arquitetura como parte da formação da paisagem do semiárido

A paisagem é o conjunto de elementos que formam o espaço, dos quais fauna e flora e ainda as edificações fazem parte, uma vez que a interação entre homem e o meio natural se dá pela materialização da morada, ou seja, “A paisagem é, evidentemente, uma produção humana, caracterizando-se como um conjunto de elementos/objetos interligados” (SERPA, 2010).

Para (Mascaró, 2010), define-se como paisagem um espaço aberto que se abrange com um só olhar. A paisagem é entendida como uma realidade ecológica, materializada fisicamente num espaço que se poderia chamar natural (se considerado antes de qualquer intervenção humana), no qual se inscrevem os elementos e as estruturas construídas pelos homens, com determinada cultura, designada também como “paisagem cultural”.

O conceito de paisagem então pode ser dividido entre paisagem natural e paisagem cultural, a primeira são os elementos naturais e geográficos como relevo, vegetação entre outros, já a paisagem cultural diz respeito as alterações e inserções que homem realiza no meio natural resultando no surgimento dos espaços urbanos.

O surgimento desses espaços pode ser melhor compreendido quando caracterizamos essas paisagens culturais no âmbito mais regional, de maneira a proporcionar um melhor entendimento sobre como as transformações no meio natural influenciam no surgimento da identidade de um lugar e no modo de viver e morar de cada região.

No semiárido, o modo de morar é caracterizado pelo clima seco, pela falta ambulância de água/chuva e pela vegetação rala. Essas características locais proporcionaram algumas tipologias de habitação ao longo dos anos, passando por diversas influências e modificações.

“Ao visitar algumas cidades do interior nordestino encontramos problemas muito comuns em diversos lugares, mesmo nos casarios mais antigos vemos uma cópia dos casarios antigos do Recife e nos atuais cópias de modelos de diversas regiões aqui para a região sem qualquer adaptação a situação local da edificação.” (CARVALHO, 2013).

Hoje, com mais preocupação o modo de construir e de morar é ainda mais distante do que seria ideal para o semiárido, a facilidade de acesso a materiais não convencionais da região aliado ao desejo das novas tendências e modos de viver entre outros quesitos que parecem de primeira vista positivos corroboram para uma arquitetura paisagística ilegítima que não condiz com as necessidades de conforto para a região.

Nesse sentido de aliar conforto ao clima quente e seco do semiárido entende-se a necessidade de retomar o modo de construir das antigas casas de fazenda, estas que foram os modelos de casas que mais se adaptaram aos conceitos de conforto para a região em estudo.

4.2 As tradicionais casas de fazenda

As casas de fazenda utilizam elementos tradicionais do interior do semiárido, datam do século XIX e XX, em que a construção era baseada na observação das características do clima local. Tal tipo de residências eram erguidas utilizando materiais da região a qual estavam inseridas atribuindo-lhes um caráter local. Esse modo de construção é conhecido como arquitetura vernacular, esta que utiliza os recursos do próprio ambiente em que a edificação será construída.

Esses tipos de habitação possuem atributos que amenizam a sensação de desconforto térmico. Isso se deve ao tipo de material empregado em sua construção e aos elementos construtivos inseridos, tais como: varandas que auxiliavam no sombreamento e esfriamento das paredes externas, pé direito mais alto que fazia com que houvesse uma maior circulação de ar, entre outros. Os tipos de materiais usados nesses edifícios apresentavam espessuras maiores, tanto nas paredes quanto nas coberturas. Essas

características atrasavam a entrada de calor na casa, pois serviam como barreiras, o chamado atraso térmico.

Durante o dia, período em que as temperaturas eram mais altas, a espessa camada das paredes impedia que o calor entrasse rápido no interior da edificação, retardando assim a sua chegada e fazendo com que a parte interna se mantivesse mais confortável. A mesma técnica era utilizada no telhado e apresentava o mesmo efeito, aliado ainda a altura do pé direito da casa que permitia uma maior ventilação e diminuía o desconforto.

Durante a noite, quando as temperaturas são mais amenas, e o calor da parede já tem chegado ao interior, é necessário utilizar a ventilação cruzada, isso faz com que ocorra a circulação do vento e a retirada do ar quente, porém esse tipo de ventilação deve ser seletiva, ou seja, só deve ser usada durante a noite porque o vento é mais frio, caso ocorra durante o dia, entrará mais calor na edificação, proporcionando a sensação inversa

As varandas das casas de fazenda são ótimos meios de proporcionam a interação do homem com a paisagem natural do sertão, também serviam como grandes sombreamentos, pois impedia que o calor tivesse contato direto com a fachada das casas, além de serem altas, aumentando a circulação do ar na residência. As características empregadas na construção desses tipos de casas eram baseadas na observação do clima local de forma a criar um ambiente termicamente confortável, tornando a casa de fazenda a típica e mais antiga arquitetura residencial a apresentar técnicas de conforto.



Imagem 01 – Casas de Fazenda

Fonte: Nascimento Et al (2013).

5 | RESULTADOS E ANÁLISES

As tradicionais casas do sertão nordestino estão sendo modificadas, o modo de morar que agrega identidade e características regionais estão cada vez mais se aliando à novas técnicas construtivas e que se diferem das antigas moradas. Residências que eram feitas a partir da observação do clima e da valorização da paisagem para a sua

construção, hoje dão lugar à técnicas de conforto que utilizam a tecnologia como uma forma de melhorar a relação clima-usuário.

Determinadas mudanças agregam na construção da cultura local, no entanto, a perda de identidade se dá com a disposição da forma, a não utilização de materiais regionais e no modo de construção. As mudanças nos métodos construtivos ficam visíveis através da dificuldade em encontrar semelhanças com as antigas casas de fazenda no quesito ambiente-conforto, pois elas utilizavam materiais da região e a partir da observação determinavam o modo construtivo.

5.1 Tamanho das aberturas

A região onde está inserida a UFERSA, campus Pau dos Ferros, onde, de acordo com as condições de conforto térmico, são indicadas, para as edificações, pequenas, aberturas sombreadas durante todo o ano, além de paredes e coberturas grossas e pesadas.

A NBR 15220 detalha as estratégias de condicionamento térmico exclusivas para cada zona, que são separadas por códigos. As letras H e J mencionam o resfriamento evaporativo e ventilação seletiva, respectivamente, como formas de estratégias para amenizar a sensação de calor. A letra K, também um código de estratégias, menciona o uso de resfriamento artificial como forma de amenizar o desconforto quanto ao clima.

De acordo com a NBR 15220, onde são apresentados os critérios para a classificação bioclimática é obrigatório o uso da estratégia H para o conforto térmico na zona 7. Ela determina que os prédios devem ser construídos com aberturas pequenas e paredes e coberturas pesadas para haver atraso térmico fazendo com que o calor armazenado durante o dia seja devolvido para o exterior a noite, quando as temperaturas estiverem mais baixas.

Edificações que desconsideram o clima local tendem a gerar desconforto ao usuário e um consequente aumento no gasto de energia. Uma boa arquitetura deve considerar uma análise climática de tal maneira que o projeto responda às necessidades de conforto. Tal estudo deve considerar as variáveis ambientais e climáticas que consistem em: radiação solar; temperatura do ar; vento e umidade.

A relação de compreensão entre o meio/clima e o edifício construído não pode ser deixada de lado, o fato de evoluirmos tecnologicamente e podermos construir a partir de novas técnicas e materiais modernos é bastante positivo, contanto que se saiba aliar tais avanços com o estudo da bioclimatologia de forma a gerar edificações com eficiência energética e que condizem com o contexto cultural da região.

As salas possuem 17,12m² e área e as aberturas pertencentes à elas de 17,12m² possuem 26,8604% da área de piso e as de 16,75m², 27,5820%. No entanto, o tamanho das janelas estão fora do parâmetro, pois ultrapassam 25% da área total, ficando um pouco acima da porcentagem para aberturas médias, não estando de acordo com os critérios estabelecidos pela norma para adequação da edificação quanto ao clima local.



Imagem 02 – Bloco de salas dos professores da UFERSA, campus Pau dos Ferros

Fonte: Autores (2018).

Em locais de clima semiárido, no verão, deve-se adotar a ventilação cruzada, porém de maneira seletiva, devido a temperatura diurna ultrapassar 32°C , para não armazenar calor. A ventilação noturna é mais indicada. Portanto, para amenizar a sensação de desconforto, a porta, também, deve permanecer aberta para que haja a circulação do ar. Outra forma de aumentar a sensação de conforto, caso a ventilação natural não seja suficiente, seria a climatização artificial o local. As salas do bloco dos professores possuem ar-condicionado melhorando a sensação térmica.

5.2 Espessura das paredes

Analisou-se as paredes, a fim de avaliar a transmitância térmica. Os dados colhidos sobre as especificações dos materiais utilizados na construção do bloco foram tijolos de 8 furos assentados na menor dimensão e argamassa de 2,5 em cada lado. Com isso, os demais dados foram retirados do Manual PB edifica e da NBR 15220 para conclusão dos cálculos com o intuito de saber se o local atende aos parâmetros de conforto estabelecidos pela norma. Os valores podem apresentar um percentual mínimo de erro, levando em consideração que as medidas utilizadas não foram aproximações, já que não foi possível o acesso total a especificação dos materiais, logo contou-se com valores aproximados para a análise. Além do material cerâmico, encontram-se, também, pastilhas cerâmicas em algumas áreas, porém elas não foram contabilizadas para o cálculo da transmitância porque não cobrem toda a superfície da parede em suas dimensões horizontal e vertical.

Para a zona bioclimática 7, o recomendado pela norma são paredes pesadas que possuam transmitância térmica mínima para que ocorra um atraso do calor e consequentemente a demora do aquecimento interno do edifício. Para obter o resultado final é necessário saber primeiro a resistência térmica da parede e a total e, posteriormente, é calculada a transmitância.

Para o cálculo, foram utilizadas as dimensões dos tijolos usados na construção do bloco, além de valores específicos dos coeficientes de cada material (Os dados referentes aos coeficientes dos materiais também foram retirados da norma 15220). Calculou-se, inicialmente, a resistência térmica da parede seccionando o tijolo e o material que estava vinculado à ele em 3 partes e realizado o cálculo da área de cada seção. A partir desses valores, foi possível obter a resistência total da parede e a transmitância térmica como produto final dessa avaliação.

O valor obtido da transmitância térmica está acima do estabelecido, implicando que o prédio não está de acordo com os parâmetros impostos pela norma para a zona em que está inserido. A transmitância está relacionada ao atraso térmico, que é o tempo, em horas, que o calor demora para chegar no interior do edifício.

5.3 Espessura das coberturas

Na análise da cobertura não foram fornecidas informações a respeito do material utilizado, portanto será feita apenas uma análise, de acordo com a NBR 15220, do tipo de cobertura apropriada para prédios da zona bioclimática 7, onde está inserido o bloco avaliado.

Os telhados ou coberturas mais espessas na região do semiárido permitem não atraso do calor para área interna, assim como um pé direito alto que proporciona uma maior circulação de ar dentro do local.

A cobertura (considerando todo o conjunto de telhas, forro e ático, como estabelecido pela norma) deve ser pesada ou mais grossa para proporcionar um atraso térmico.

5.4 Análise do prédio como meio modificador da paisagem

A forma do bloco segue linhas mais retas, e um padrão de matérias e acabamentos estabelecido pela universidade em todos os campos, estes que não dialogam com o entorno e demais blocos. Há uma separação da paisagem e do usuário, ficando este último isolado das demais construções locais, diferente do conceito de integração das antigas construções vernaculares que tinham contato direto com o meio através das longas varandas que cercavam toda a edificação.

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

As alterações nas técnicas de construção e suas conseqüentes transformações na maneira de ver o meio em que vive o homem do sertão são perceptíveis devido à estrutura dos novos prédios, materiais utilizados, bem como de uma visível perda da identidade e cultural de uma região.

No entanto, essas mudanças podem, também, agregar à cultura local, sem modificá-la, desde que na concepção do projeto seja considerado a unificação da forma com o meio de modo a manter a identidade local. Resgatando assim a chamada arquitetura vernacular

que vem com técnicas passadas de geração em geração nos ensinando que mais do que nunca precisamos praticar a arquitetura sustentável, utilizando materiais orgânicos e locais, respeitando a singularidade de cada região para obtermos o máximo de eficiência energética e conforto possíveis.

A análise no bloco dos professores serviu para que possamos entender a importância da aplicabilidade da NBR 15220 e constatar que o conforto térmico assim como as técnicas de construção tem impacto direto na vida do homem, fazendo-se necessária essa relação entre arquitetura e clima.

A sensação de bem-estar no ambiente construído e o que ele agrega para a comunidade deve ter uma relação harmônica, podendo a falta desse gerar interferência na identidade e cultura local. Desde os modos mais convencionais até as novas maneiras de se construir, tendo como aliada a tecnologia, o homem busca estreitar os laços entre o meio em que se vive, porém algumas características do modo de construir do semiárido vem sendo perdidas, devido a não utilização de materiais da própria região, a quebra de relação com a paisagem, entre outros fatores.

Ressalta-se então a importância do arquiteto, engenheiro ou construtor de se informar e conhecer a região, para que ao projetarem no semiárido possam atender as necessidades de habitabilidade da região, as suas potencialidades naturais e assim elaborem propostas ideais de residências, com inovações construtivas de baixo impacto ambiental e materiais adequados para o clima da região, sendo possível assim habitações verdadeiramente sustentáveis no contexto do semiárido.

Apartir do exposto entende-se que a morada nordestina está além de paredes levantadas, a morada nordestina é feita do conjunto de características que formam sua identidade. A relação do nordestino com o clima, a seca e os hábitos cria a paisagem do sertão. Uma paisagem que precisa resistir para existir.

A partir do exposto nas análises o valor obtido da transmitância térmica está acima do estabelecido as análises do objeto de estudo deste trabalho mostraram que o mesmo apresenta valores que o aproximam de uma construção que não foi pensada para a região, sendo preciso o uso de aparelhos que melhorem a sensação de bem-estar como aparelhos de ar condicionado, bem como cortinas que controlem a entrada de iluminação intensa.

Frisa-se ainda a que o edifício estudado é mais um exemplo de construção modificadora da paisagem, tanto quando ao uso dos materiais e métodos como da sua relevância visual para a região onde o mesmo está inserido.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 15220: Desempenho térmico de edificações. Parte 2: Métodos de cálculo da transmitância térmica, da capacidade térmica, do atraso térmico e do fator solar de elementos e componentes de edificações.** Rio de Janeiro, 2003.

BRASIL. **Portaria nº 372, de 17 de setembro de 2010.** Requisitos Técnicos da Qualidade para o Nível de Eficiência Energética de Edifícios Comerciais, de Serviços e Públicos. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, I. E. C. E.: Inmetro 2010.

CARVALHO, Vito Cantarelli De. **Habitar o semiárido: análise das características para implantação de residências no interior do nordeste**. Especialize, Recife, v. 01, n. 006, p. 04-14, dez. 2013.

LAMBERTS, Roberto; DUTRA, Luciano; PEREIRA, Fernando R. **Eficiência Energética na Arquitetura**. 3ª ed. 2014.

MEDEIROS, D; NOME, C; ELALI, G. **Construindo no clima quente e seco do Brasil: conforto térmico e eficiência energética para a zona bioclimática 7**. 15f. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

NASCIMENTO, J.A; BORGES, A.M; MEDEIROS, C.O; PEDRINI, A. **Avaliação do conforto térmico em antiga casa de fazenda no clima quente e seco, no interior do Rio Grande do Norte**. 2013. 10 f. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2013.

CAPÍTULO 7

AS MARAVILHAS EM *EMBAIXADA A TAMERLÃO* (1406)

Data de aceite: 01/12/2020

Data de submissão: 06/11/2020

Jorge Luiz Voloski

Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual de Maringá - UEM. Membro do LEM - Laboratório de Estudos Medievais.
<http://lattes.cnpq.br/1633673237623138>

Sofia Alves Cândido da Silva

Universidade Estadual de Maringá - UEM. Membro do LEM - Laboratório de Estudos Medievais.
<http://lattes.cnpq.br/5130423258258279>

Lucas Vieira dos Santos

Universidade Estadual de Maringá - UEM. Membro do LEM - Laboratório de Estudos Medievais.
<http://lattes.cnpq.br/9621649896074681>

RESUMO: Neste capítulo buscamos discutir o conceito de maravilha no livro *Embaixada a Tamerlão*, redigido em 1406. Nosso intuito é o de compreender de que forma as maravilhas, comuns nas obras que tratam das viagens e viajantes medievais, são descritas no relato elaborado por Ruy González de Clavijo, autor do livro. Para atingirmos este objetivo, comparamos três edições diferentes, uma produzida em 1582, outra em 1782 e, por fim, uma organizada em 2004.

PALAVRAS-CHAVE: Embaixada, Maravilha, Tamerlão.

THE WONDERS IN *EMBASSY TO TAMERLANE* (1406)

ABSTRACT: In this chapter we seek to discuss the concept of wonder in the book *Embassy to Tamerlane*, written in 1406. Our aim is to understand how the wonders, common in the works that deal with travels and medieval travelers, are described in the account prepared by Ruy González de Clavijo, author of the book. To achieve this goal, we compared three different editions, one produced in 1582, another in 1782 and, finally, one organized in 2004.

KEYWORDS: Embassy, Wonder, Tamerlane.

1 | INTRODUÇÃO: O CONCEITO DE MARAVILHA

De maneira assertiva Paul Veyne (1995) coloca a História como construída de forma conceitual. Entretanto, Henri-Irénée Marrou é quem melhor apresenta a importância dos conceitos para a construção do conhecimento histórico. Para o autor, haja vista a impossibilidade de uma clareza total dos fatos decorridos, os conceitos, elaborados “pelo espírito humano”, mutilam a realidade e possibilitam, conseqüentemente, sua apreensão. Assim, compreender historicamente o passado implica na substituição de um dado bruto, incompreensível, por um sistema elaborado de conceitos, os quais qualificam o acontecimento estudado sem lhe dar forma ou rosto (MARROU, 1978).

Referidos acontecimentos alcançados do passado, sendo excepcionais, de acordo com Reinhart Koselleck, faz com que todo conceito só possa, enquanto tal, uma única vez ser expressado e falado, levando toda formulação teórica e abstrata a relacionar-se a uma ação concreta que é exclusiva. Buscando melhor esboçar sua perspectiva, o autor apresenta o exemplo de Aristóteles e sua conceitualização de *Koinonia Politike*, pensada e utilizada na realidade de seu formulador, ou seja, Atenas do século IV a. C. Quando o termo é posteriormente traduzido, como *Res Publica*, ou *Societas Civitas*, na forma de Cicero, altera-se o quadro histórico. O autor conclui então que,

A palavra pode permanecer a mesma (a tradução do conceito), no entanto, o conteúdo por ela designado altera-se substancialmente. O que, portanto, é uma *societas civilis* depende do momento em que o termo é empregado, se no primeiro ou quarto século depois de Cristo. Isso significa assumir sua variação temporal, por isso mesmo histórica, donde seu caráter único (*einmalig*) articulado ao momento de sua utilização (KOSELLECK, 1992, p.138)¹.

A problemática apresentada por Reinhart Koselleck (1992) certamente pode ser direcionada ao debate do “maravilhoso” na Idade Média, assim como faz Jacques Le Goff, ao afirmar que a principal dificuldade de estudar as *mirabilia* em uma sociedade está no vocabulário. Para o autor, é impossível fazer uma análise aprofundada do tema sem fazer o reconhecimento semântico da palavra. Direcionando tais estudos, o pesquisador destaca dois pontos: primeiramente, a compreensão atual de maravilha; em segundo, “como é que os homens da Idade Média entendiam e exprimiam aquilo a que nós hoje chamamos maravilhoso” (LE GOFF, 1985, p.19).

Sobre a percepção atual de “maravilhoso”, Leonardo Meliani Velloso aponta um universo de elementos, os quais consistem no que era considerado não usual, que causava, tanto no observador quanto no leitor ou ouvinte, uma sensação de fascínio, deslumbramento, estranhamento, estupefação (VELLOSO, 2017, p. 30). Porém, há nesta definição uma problemática relacionada ao vocabulário, que pode ser visualizada no momento em que partimos das afirmações de Cyril Aslanov, as quais apontam que toda tradução é uma manipulação, posto a nunca equivalência “perfeita entre os termos de duas línguas, assim como em uma mesma língua a sinonímia absoluta não existe” (ASLANOV, 2015, p.104).

Leonardo Meliani Velloso (2017) parte dos escritos de Le Goff (1985), nos quais o autor utiliza termos do francês, como *merveilleux* e *merveilleable*, não levando em consideração as adições e substituições de sentido que o termo recebe em outros idiomas com o passar dos séculos.

Nesta direção, David Nogales Rincón ao falar do maravilhoso como uma emoção coloca que

1. Importante destacar também que, para Reinhart Koselleck, “a questão irá certamente complexificar-se quando pensarmos no emprego do mesmo termo *societas civitas* em nossas sociedades modernas” (KOSELLECK, 1992, p. 138). Isso também vai ao encontro do estudo do “maravilhoso”.

Neste sentido, o castelhano medieval prescinde ou atribui a termos presentes no espanhol atual expressões desta emoção umas nuances semânticas muito específicas, afastado dos perfis de maravilha medieval, como os termos *pasmo/pasmar*, que tem em castelhano medieval uma preferente dimensão médica, ou *surpresa/surpreendente*, *galicismo* só incorporado ao castelhano em fins do século XVII com o significado de ataques militares imprevistos² (NOGALES RINCÓN, 2017, p. 3-4, tradução nossa).

Já quando pretendemos entender o que os homens do medievo compreendiam e exprimiam como maravilhoso, um caminho possível a ser seguido é a partir da raiz etimológica do termo. Nesta direção, Maria Cristina Azuela Bernal afirma que está na própria raiz da palavra latina, *mirari*, a ideia de admirar e surpreender. Assim, ao longo do medievo, o maravilhoso se sustenta na mirada maravilhada que o contempla. Isso implica a reação visual do espanto, mas não unicamente, já que envolve uma gama de emoções no receptor, as quais incluem desde o terror da condenação ao encantamento místico. Além do mais,

É curioso que o verbo *mirari* ao princípio não se relaciona com os verbos ligados a mirada, que nem sequer compartiam [a mesma] raiz (como 'ver', 'observar' ou 'contemplar'); e que seja só posteriormente quando se vinculam ambas as ideias. Sem embargo, já foi que cativaram ou horrorizaram a quem as via, as maravilhas, ainda que dotadas de existência por si mesma, se oferecem como espetáculo através das palavras que pretendiam representá-las, de feito as produzindo (como há notado Dubost)³ (BERNAL, 2015, p.17, tradução nossa).

Podemos definir que, etimologicamente, o entendimento amplo do indivíduo medieval de *mirabilia*, e suas derivações, como *mira res* e *mira admirationis*, na qualidade daquilo incomum, que causava admiração, espanto, fascínio, por parte de quem via ou escutava (AMORIM, 2015, p.139).

Em suma, a partir dos elementos supracitados, podemos perceber três diferentes percepções do maravilhoso. Na primeira, observamos a maravilha como conceito, excepcional, expressado uma única vez nas fontes, por exemplo, conforme as discussões de Kosellek. Já na segunda, a partir dos estudos de Le Goff, temos a percepção atual de maravilha, a qual recebe influência, dentre outras coisas, dos diferentes idiomas. Por fim, perceberemos a percepção ampla do maravilhoso em determinado momento, no caso específico desse artigo, na Idade Média.

2. En este sentido, el castellano medieval prescinde o atribuye a términos presentes en el español actual expresión de esta emoción unos matices semánticos muy específicos, alejados de los perfiles de la maravilla medieval, como los términos *pasmo/pasmar*, que tiene en castellano medieval una preferente dimensión médica, o *sorpresa/surprender*, *galicismo* solo incorporado al castellano a fines del siglo XVII con el significado de ataque militar imprevisto (NOGALES RINCÓN, 2017, p. 3-4).

3. Aunque es curioso que el verbo *mirari* al principio no se relaciona con los verbos ligados a la mirada, que ni siquiera compartían esa raíz (como 'ver', 'observar' o 'contemplar'); y que sea solo posteriormente cuando se vinculan ambas ideas. Sin embargo, ya fuera que cautivan o que horrorizaron a quien la veía, las maravillas, aunque dotadas de existencia por sí misma, se ofrecen como espectáculos a través de las palabras que pretendiendo representárlas, de hecho las producen (como ha notado Dubost) (BERNAL, 2015, p.17).

Com essas conjunturas em perspectiva, objetivamos adicionar alguns pontos ao estudo referente àquilo que os homens da Idade Média entendiam e exprimiam como “maravilha”. Ao selecionarmos para a análise uma única fonte, não pretendemos fazer de modo semelhante a Tim Geelhaar no escrito intitulado *Talking about christianitas at the Time of Innocent III (1198-1216): What does word use contribute to the History of Concepts?* (2015), no qual há uma análise semântica da palavra “Christianitas”. Em contraste, buscaremos perceber o que provoca a maravilha no autor da obra *Embajada a Tamorlán* (2004), por meio do estudo do uso da palavra⁴.

Utilizaremos três versões da obra escrita por Ruy González de Clavijo, cada qual redigida em diferentes contextos: *Historia del gran Tamorlan e itinerário y enarracion del viaje, y relacion de la embaxada que Ruy Gonçalez de Clavijo le hizo, por mandado del muy poderoso Señor Rey Don Henrique el Tercero de Caftilla. Y um breve discurso fecho por Gonçalo Argote de Molina, para mayor inteligênciã deste libro*, organizada por Gonçalo Argote de Molina e publicado em 1582; a versão *Historia del Gran Tamorlan, e itinerário y enarracion del viagem, y relacion de la Embajada que Ruy Gonzalez de Clavijo le hizo por mandado del muy poderoso señor Rey Don Henrique el Tercero de Castilla: y um breve discurso fecho por Gonzalo Argote de Molina para mayor inteligênciã deste Libro. Segunda impresion, a que se há añadido la vida del Gran Tamorlan sacada de los comentários, que escribió Don Garcia de Silva y Figueroa, de su Embajada al Rey de Persia*, publicada em 1782; por fim, *Embajada a Tamorlán*, versão em castelhano moderno, traduzida por Francisco López Estrada do ano de 2004.

Assim, tendo em vista a pretensão de analisar o maravilhoso medieval, teremos como principal base a versão impressa de 1582. Em contra partida, devido as questões semânticas, morfossintáticas, entre outras, apresentaremos aos leitores frases da versão moderna da obra, tendo o cuidado para que não existam, nos trechos selecionados, grandes mudanças no sentido.

2 | EMBAIXADA A TAMERLÃO

O livro *Embajada a Tamerlão*, redigido, supostamente, por Ruy González de Clavijo, descreve o itinerário percorrido por um grupo de indivíduos, os quais conformavam uma embaixada, entre os anos de 1403 e 1406. O trajeto teve início na cidade de Cádiz, em Castela e possuía como objetivo o encontro com Tamerlão, imperador dos Mongóis. De começo incerto, visto incerteza da localização de Tamerlão, a viagem tem seu destino confirmado ao longo do deslocamento, no momento em que a notícia da permanência do imperador em Samarcanda é recebida. Tal cidade configurava-se enquanto capital do Império e tornou-se o destino da embaixada castelhana.

4. Em outras palavras, ao termo a “maravilha” como conceito, faremos conforme defendido por José D’ Assunção Barros, analisando o “primeiro ambiente do qual provém os conceitos historiográficos: as próprias fontes históricas” (BARROS, 2016, p.152).

A viagem foi proposta por Enrique III, rei de Castela e Leão, com o objetivo de estabelecer contatos diplomáticos com o imperador mongol. A elaboração desta empresa ocorreu no momento em que dois cavaleiros castelhanos, Payo Gómez de Sotomayor e Hernán Sánchez de Palazuelos, regressaram à corte de seu soberano, trazendo junto a eles um enviado de Tamerlão, Mohamad Alcagi. Estes três homens portavam notícias acerca do líder mongol, pois, estavam presentes na Batalha de Ankara (1402), na qual o imperador timúrida enfrentou e derrotou o líder turco, Bajazeto I.

Dessa forma, o rei ocidental propôs a formação de uma embaixada, na qual Ruy González de Clavijo (cavaleiro madrilenho) era participante. Além do autor do livro, compunham o grupo de embaixadores: Frade Alonso Páez de Santa María e Gómez de Salazar (mestre de armas), o enviado de Tamerlão, além de aproximadamente catorze ajudantes, que auxiliavam no transporte dos objetos e presentes, elementos característicos às viagens diplomáticas.

Ademais, a obra possuía o objetivo de informar Enrique III acerca dos acontecimentos do Oriente, bem como, a respeito de Tamerlão. Por este motivo, *Embaixada a Tamerlão* tem um caráter amplamente descritivo e, por esta razão, é possível observarmos, por exemplo, as diferentes regiões pelas quais a embaixada perpassou. Em um primeiro momento, o autor nos demonstra que o percurso foi realizado por vias navegáveis e, em um segundo momento, a empreitada passou a ser realizada por terra, tanto a pé e, bem como, com o auxílio de equinos.

Devido à distância que deveria ser percorrida entre Cádiz e Samarcanda, os viajantes se depararam com diversas problemáticas, dentre estas, um naufrágio, o calor e algumas dificuldades envolvendo práticas culturais distintas dos embaixadores. Além disso, a duração da viagem também relaciona-se com as diferentes localidades pelas quais os embaixadores atravessaram⁵, sendo que o autor confere à Constantinopla e à Samarcanda papéis de destaque, conforme o usual, já que as cidades nos livros de viagem medievais constituem-se enquanto elementos centrais dos relatos.

Outra característica da obra é a ausência de demarcações autorais, fato comum na Idade Média. Contudo, a partir de diversos estudos, como o de Francisco Lopéz Estrada (1999), tem-se a definição de que Ruy González de Clavijo é o autor do livro. Isto se deve à alguns fatores, como por exemplo, a existência de três homens na embaixada que teriam os conhecimentos necessários para redigir uma obra. Um destes é Gómez de Salazar, contudo, este mestre de armas falece durante o percurso, não sendo possível que ele seja o autor.

Os outros dois são: Ruy González de Clavijo e Frade Alonso Páez de Santa María. Porém, Francisco López Estrada nos argumenta que o autor mais provável é o cavaleiro madrilenho,

5. Dentre as regiões visitadas pelos viajantes, destacamos o Império Bizantino, a rota realizada no Mar Negro e o trajeto percorrido nos domínios de Tamerlão (atualmente as regiões percorridas estão situadas na Turquia, Irã, Turcomenistão e Uzbequistão).

[...] sabemos que Clavijo havia sido escritor e tinha condições e obras como poeta no gênero cancionero. Pela sua idade, o que supõe uma experiência no uso da escritura, podemos considerar também como autor de prosa castelhana, conforme exigido pelo manuscrito, ou como inspirador decisivo do mesmo. Portanto, ele é tido como autor da obra⁶ (LÓPEZ ESTRADA, 2005, p. 520, tradução nossa).

Redigida inicialmente em Castelhamo, a produção ocorreu assim que os viajantes retornaram, em março de 1406. Essa demarcação temporal se deve a ausência no final do livro de comentários a respeito da morte do soberano castelhamo, Enrique III, falecido em 25 de dezembro de 1406 (FALASCO, 2012).

Contudo, os pesquisadores que se debruçam no estudo da obra castelhamo não encontraram o manuscrito original do livro. Sendo que, a produção mais antiga que possuímos acesso, é um manuscrito datado do século XV e está disponível na Biblioteca Nacional da Espanha, em Madri. Outro manuscrito, acondicionado na mesma instituição, possui características do século XVI, sendo anterior a primeira edição impressa da obra. Esta primeira impressão foi produzida em 1582, por Gonçalo Argote de Molina, na casa de Andrea Pescioni, possui uma “introdução” de seu impressor e encontra-se digitalizada no site da Biblioteca Complutense⁷.

A princípio, intitulado *Historia del gran Tamorlan e itinerario y enarracion del viaje, y relacion de la embaxada que Ruy Gonçalez de Clavijo le hizo, por mandado del muy poderoso Señor Rey Don Henrique el Tercero de Castilla*, o livro sofreu alterações em seu título. Sendo que, atualmente, a denominação utilizada majoritariamente são as variações e traduções de “*Embajada a Tamorlán*”, conforme, utilizado em algumas ocasiões no decorrer do capítulo, a tradução “*Embaixada a Tamerlão*”.

3 | O MARAVILHOSO EM *EMBAIXADA A TAMERLÃO*

Conforme explorado anteriormente, enquanto os indivíduos da Idade Média pensavam o maravilhoso como um universo de objetos e coisas, nós, da atualidade, vemos uma categoria do espírito ou da literatura. Esse conjunto de manifestações é inventariado da seguinte maneira pelo pesquisador Jacques Le Goff: “as terras e os lugares”, como os penhascos, montanhas, cidades, castelos, torres, túmulos; “os seres humanos e antropomórficos”, homens e mulheres com particularidades físicas; “os animais”, os quais podiam ser tanto reais e nunca vistos antes pelo narrador, como as girafas e elefantes, quanto irrealis, entre eles, por exemplo, os dragões e unicórnios; “*Mischwesen*”, que eram os seres metade homem e animal; por fim, os “objetos”, como anéis protetores e espadas mágicas (LE GOFF, 1985, p. 32-33).

6. [...] sabemos que Clavijo había sido escritor, y tenía condiciones y obra de poeta en el género cancioneril. Por su edad, que le supone experiencia en el uso de la escritura, puede considerársele también como autor de prosa castellana, según requiere el manuscrito, o como inspirador decisivo del mismo. De ahí que se le tenga el como autor de la obra (LÓPEZ ESTRADA, 2005, p. 520).

7. Francisco López Estrada na edição de 1999 do livro *Embajada a Tamorlán* descreve aos leitores as diversas versões da obra, desde o manuscrito mais antigo às produções mais recentes, bem como as traduções realizadas.

Dentro dessa categoria, Vladimir Acosta ressalta algumas maravilhas presentes no livro *Embaixada a Tamerlão*. Destas, além da árvore seca e dos feitos milagrosos associados as relíquias,

Clavijo fala, além do mais, de outros prodígios: menciona os rios do Paraíso Terrestre; descreve, ainda que [só] ouvidas, as riquezas do Catay e indica que seu soberano é Cristão, o que pode fazer pensar em algum ponto da lenda de Preste João; descreve os barcos do porto Persa de Ormuz, desprovidos de prego para evitar as ilhas próximas ou montanhas magnéticas (...); faz uma descrição muito exata da girafa, a que sem embargo chama de jornufa; menciona uma espécie de mar de areia; e descreve com precisão o reino das amazonas, guerreiras cristãs de fé grega, súditas de Tamerlão como antes foram do senhorio de Catay, e descendentes das heroínas que combateram na guerra de Troia ao lado dos vencidos troianos⁸ (ACOSTA, 1992, p. 258, tradução nossa).

Importante destacar que atualmente não somente categorizamos as manifestações maravilhosas da Idade Média, mas também associamos outros termos a tais ocorrências. Francisco López Estrada, na versão moderna do livro *Embajada a Tamorlán*, faz o uso de sinônimos, quando, por exemplo, utiliza sete diferentes palavras no lugar das locuções “maravillosa”, “maravilla”, “maravillosas”, “maravillosamente”. Os vocábulos utilizados pelo autor são: “admirable”, “asombro”, “sorprendente”⁹, “asombrosa”, “admirablemente”, “excelentemente”, “admiración”.

Ao utilizar referidos sinônimos, Francisco López Estrada demonstra como entendemos o maravilhoso atualmente, ou seja, como algo admirável, surpreendente, assombroso. As excepcionalidades do uso do termo, além do mais, são justificadas pelo autor com a afirmação de que a edição “é uma livre versão do texto medieval em espanhol moderno, escrita para que se possa ler sem problemas linguísticos”¹⁰ (LÓPEZ ESTRADA, 2004, p. 24, tradução nossa).

Entretanto, algumas questões controversas podem surgir no momento que López Estrada (2004) não segue fielmente o sentido do relato do texto medieval, falsificando de forma abrupta a tradução¹¹. Observamos isso em duas ocasiões distintas: em primeiro lugar,

8. Clavijo habla, además, de otros prodígios: menciona los ríos del Paraíso Terrenal; describe, aunque oídas, las riquezas de Catay e indica que su soberano es Cristiano, lo que puede hacer pensar en algún remanente de la leyenda del Preste Juan; describe los barcos del puerto persa de Ormuz, desprovidos de clavos para evitar las cercanas islas o montañas magnéticas (...); hace una muy exacta descripción de la jirafa, a la que sin embargo llama jornufa; menciona una suerte de mar de arena; y describe con precisión el reino de las amazonas, guerreras cristianas de fe griega, súbditas de Tamerlán como antes lo fueron del señorío de Catay, y descendientes de las heroínas que combatieron en la guerra de Troya del lado de los vencidos troyanos (ACOSTA, 1992, p. 258).

9. Sobre o termo “sorprendente”, é importante relembrar o já exposto anteriormente, que somente no século XVII é incorporado ao castelhano com o sentido de ataque militar imprevisto.

10. “es una libre versión del texto medieval en español moderno, estrita para que pueda leerse sin problemas lingüísticos” (LÓPEZ ESTRADA, 2004, p. 24)

11. Sobre a tentativa de ser “fiel” a versão moderna López Estrada aponta que sua versão “sólo procura seguir fielmente el sentido del relato de un texto medieval, y el lector que quiera conocer em el castellano antiguo la obra original y mis notas aclaratorias, puede acudir a mi edición de 1999 en la que me he basado para redactar esta versión” (LÓPEZ ESTRADA, 2004, p. 24).

no momento em que o autor ignora a palavra, e nem utiliza seus sinônimos, resultando no diferente efeito entre o leitor moderno e do medievo, assim, por exemplo, uma estátua de cavaleiro, sozinha, não causa mais o maravilhamento¹². A outra ocasião está ligada com o entorno do maravilhoso, o qual transforma, por exemplo, a maravilha causada pelo “ouvir”, na versão de 1582, que passa a ser promovida pelo “ver”, na versão atual¹³.

Entre tantas diferenças das versões, é importante lembrar que Francisco López Estrada no começo de sua obra alerta o leitor que não conservou “nem as palavras nem a organização sintática do texto antigo” (LÓPEZ ESTRADA, 2004, p. 24)¹⁴. A comparação entre as edições se justifica ao elucidarmos o contexto em que está sendo produzida. Visto que o nosso intuito não é o de estudar a contemporaneidade, focamos na versão impressa de 1582, na qual percebemos um maior número de ocorrências da palavra “maravilha” e suas derivações. Isso se explica, em partes, pelo fato de que naquele momento, os leitores cada vez mais buscavam escritos de viagens que causassem o “maravilhamento”, a “admiração e o “assombro”¹⁵.

Tais maravilhas, presentes nos escritos de viagens e procuradas pelos leitores, recebiam diferentes mutações de acordo, por exemplo, com o destino do viajante, o grupo social do itinerante e o objetivo do deslocamento. Além do mais, como aponta Claude Kappler (1986), os pontos de vista e interesses descritivos variavam de acordo com o contexto histórico. Assim, percebemos obras que fazem um conglomerado de maravilhas, como o livro de Jean de Mandeville, em contraste à outras, possuidoras de menos admiração, como a obra de João de Pian del Carpini.

Em suma, podemos apontar que o maravilhamento apresenta variações conforme o viajante, de acordo com o contexto e também em concordância ao destino do itinerário. Fato é que, tal qual um plano de fundo em uma peça de teatro, percebemos uma noção ampla do maravilhoso entre os viajantes, ligado sobretudo aquilo que é diferente, podendo ser, por exemplo, terras e lugares, seres humanos ou antropomórficos, homens e mulheres

12. Na versão de 1582: “(...) el qual cauallo e cauallero es tan grande y la coluna tan alta que es una marauillofa cofa de ver, y esta figura de cauallero, que encima desta coluna estava dizefte que era del Emperador luftiniano” (p.12). Já na versão moderna observamos: “El caballero y el caballo son tan grandes, y la coluna, tan alta, que el conjunto es algo maravilloso de ver. Y esta imagen dicen que fue del emperador Justiniano, que edificó esta iglesia y hizo grandes hechos en su tempo contra los que eran los turcos de su tierra y su época” (GONZÁLEZ DE CLAVIJO, 1582, p. 77).

13. Na versão de 1582: “(...) e la gente de la caraca que avia escapado, que estava en la dicha Yfla bien pensaban que la galeota era anegada, e perecida la gente dela e **ouieron** a marauilla quando a la galeota vieron fazer vela segun despues contauan (...)” (GONZÁLEZ DE CLAVIJO, 1582, p.18, grifo nosso). Já na versão moderna observamos: “Los genoveses que habían escapado del naufragio y que estaban en la dicha isla pensaban que la gente de la otra nave se había perdido, y se maravillaron al **verlos**, pues al anegarse su nave pensaban que la otra había naufragado y habían hecho oración por ellos” (GONZÁLEZ DE CLAVIJO, 2004, p. 99, grifo nosso). A versão de 1782 segue a mesma linha da 1582: “(...) e la gente de la carraca que avia escapado que estaban en la dicha isla, bien pensaban, que la galeota era anegada e parecida la gente della, e ovieron á maravilla, quando á la galeota vieron facer vela, segun despues contaban (...)” (GONZÁLEZ DE CLAVIJO, 1782, p. 75).

14. “ni las palabras ni la organización sintáctica del texto antiguo” (LÓPEZ ESTRADA, 2004, p. 24)

15. CRISTÓVÃO, Fernando. Introdução. Para uma teoria da Literatura de Viagens. In: CRISTÓVÃO, Colombo. **Condicionalistas culturais da Literatura de Viagens**: estudos e Bibliografias. Coimbra: Almeida e Centro de Literaturas de Expressão Portuguesa da Universidade de Lisboa, 2002, p.15-52.

com particularidades físicas, animais, *mischwesen*, ou objetos. A diferença está naquilo que provoca a maravilha, não na sua essência.

Nesta direção, pretendemos guiar nossa narrativa rumo ao esboço daquilo que provocou a maravilha em Ruy González de Clavijo, partindo da utilização do termo “maravilha” e suas derivações semânticas. Seguiremos a divisão em capítulos elaborada por Francisco López Estrada, visando direcionar e situar o leitor no deslocamento da embaixada castelhana.

A primeira ocorrência acontece já no início, no trecho que recebe o nome “De Sanlúcar a Rodas” e apresenta a descrição dos dias iniciais de navegação pelas ilhas mais próximas a Castela. Neste momento aparece somente uma manifestação maravilhosa, descrita entre a cidade de Gaeta e um lugar denominado Mota, cuja necessidade de locomoção de uma localidade a outra leva a travessia por uma estrada muito povoada e cheia de pedras. “E isso é tão prazeroso [de ver] desde a cidade, que é uma maravilha o ver”¹⁶ (GONZÁLEZ DE CLAVIJO, 2004, p. 42, tradução nossa).

Já as duas maravilhas do segundo capítulo, intitulado “De Rodas a Constantinopla”, são formadas diferentemente do primeiro, visto estarem ligadas a algo que os viajantes ouviram falar. Assim, estando eles na ilha Metellin, lhes contam que há muito tempo, aproximadamente vinte anos, aconteceu uma grande “maravilha”: um terremoto matou todos os que estavam no castelo, menos Micer Juan de Catalus, sendo “uma grande maravilha que [ele] conseguiu escapar”¹⁷ (GONZÁLEZ DE CLAVIJO, 2004, p. 59, tradução nossa).

O espriar esteta dos viajantes ocorre no terceiro capítulo o qual recebe o nome de “La ciudad de Constantinopla”. Neste momento podemos encontrar a subjetividade do que causa a admiração nos viajantes¹⁸. De acordo com López Estrada, os membros da embaixada formavam um grupo de diferentes condições, no qual “havia conhecedores da geografia e ainda das Bellas Artes, em especial da arquitetura”¹⁹ (LÓPEZ ESTRADA, 2004, p. 15, tradução nossa). Não é de se estranhar, portanto, que das 15 manifestações maravilhosas do terceiro capítulo, treze estão relacionadas às obras de arte. Dentre estas, quatro mosaicos, sete ligadas às colunas de pedras, esculturas de cavaleiros e igrejas, enquanto uma relaciona-se a uma imagem localizada em uma pedra.

Por fim, o maravilhamento no autor é ocasionado por dois fatos separados: o primeiro, no qual um homem levanta sozinho uma estátua, fato que antes eram necessários quatro homens para levantá-la. Não podendo explicar tal feito, o viajante justifica como uma linhagem de indivíduos que agradam a Deus. O segundo momento está ligado a uma

16. “Y todo es tan placentero desde la ciudad, que es una maravilla verlo” (GONZÁLEZ DE CLAVIJO, 2004, p. 42)

17. “una gran maravilla que conseguiera escapar” (GONZÁLEZ DE CLAVIJO, 2004, p. 59).

18. Aqui destacamos o fato dos embaixadores se maravilharem com a beleza de algumas obras, como por exemplo, a representação, “muy hermosa”, em mosaico, da genealogia de Jessé localizada na igreja de Santa Maria.

19. “había conocedores de la Geografía y aun de las Bellas Artes, en especial de la arquitectura” (LÓPEZ ESTRADA, 2004, p.15).

história, narrada aos embaixadores, de um homem que matou uma cobra, “muito grande a maravilha”, utilizando a própria mão.

O capítulo quatro, intitulado “De Pera a Constantinopla”, descreve os últimos deslocamentos dos viajantes por mar durante o trajeto de ida. Neste trajeto, tal qual enfrentado por outros viajantes, há a narração de um dos principais eventos que causavam medo aos itinerantes medievais: as tormentas²⁰. O acontecimento da tempestade é descrito em pormenores. Era impossível para os viajantes ultrapassar as altas ondas provocadas pelo mar, que geravam danos ao barco, pois não conseguiam enxergar, devido ausência de claridade. No momento em que a comitiva consegue sobreviver à tal intempere, é possível visualizar a maravilha, não só causada nos genoveses que viajavam junto aos embaixadores e estavam em outro barco, mas também naqueles que estavam em terra e presenciaram a atribulação.

Com o fim do deslocamento por mar durante a ida, observamos o surgimento de novas dificuldades aos viajantes, tal como montanhas, rios e cerras caídas. Novas formas de locomoção passam a ser utilizadas e o uso do cavalo passa a ser predominante, resultando em uma maior interação dos embaixadores com diferentes culturas. O capítulo “Trebisonda a Arzinga”, exemplifica de que maneira a relação com o diferente pode espantar, ao descrever o maravilhamento dos viajantes diante da quantidade de açoitados dados nos que deviam servir os viajantes, caso a realização da tarefa demorasse²¹.

Os embaixadores são envolvidos na maravilha causada pelo exagero, mas não se delimitam exclusivamente ao âmbito cultural, pois também se admiram em relação ao tamanho e a quantidade das coisas observadas. Assim, no sexto capítulo, no qual há a descrição do itinerário “De Arzinga a Soltania”, elementos como um campo abundante em ervas, a girafa e o tamanho de seu pescoço, bem como a exuberante erupção de sangue das bestas, ocasionada pelas mordidas de insetos, são descritos como manifestações maravilhosas.

Por outro lado, o capítulo seis continua demonstrando o espanto diante das construções. A presença de um castelo, tanto em cima de pedras, quanto sendo controlado por cristão em meio aos mulçumanos, são os exemplos, juntamente com a narração das mesquitas e casa feitas com “maravilhosas” obras de azulejos azul e cor de ouro, resultado da competição entre os homens mais ricos da cidade para qual construía mais maravilhosamente.

Pouco depois, o sétimo capítulo apresenta os últimos deslocamentos dos viajantes até chegarem ao seu objetivo final, o encontro com Tamerlão. A saída de “Soltania a

20, Cf. DELUMEAU, Jean. **História do medo no Ocidente: 1300-1800**. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1996.

21. No capítulo 5 observamos mais duas ocorrências da palavra “maravilha”, ambas relacionadas a narração dos contatos problemáticos entre Tamerlão e o turco Bayaceto: “El turco, que no sabia de Tamorlán, sino por aquel mensaje, y considerando que no había en el mundo quien fuese más poderoso que él, le entró um tal furor que fue maravilla. Escribió al punto sus cartas a Tamorlán diciéndole que se maravillaba que hubiese hombre tan loco y que se atrevese a enviarle decir tan gran insensatez (...)” (GONZÁLEZ DE CLAVIJO, 2004, p.123).

Samarcanda” é iniciada em um domingo, 29 de junho, e conforme López Estrada (2004), os embaixadores já se encontravam em terras do Império de Tamerlão. Ao serem muito bem recebidos nas localidades, se maravilham com um falcão que lhes é oferecido para entregarem ao imperador.

No sábado, dia 12 de julho, visto alguns membros da embaixada estarem doentes, ocorre uma divisão dos membros da comitiva. Ruy González de Clavijo continua a viagem e no domingo, junto aos demais, dorme no campo. Na segunda feira, 14 de julho, ao meio dia, chegam ao castelo de Perescote, localidade em que Tamerlão estava, dois dias antes. Ao deixar o castelã, o Imperador solicitou que avisassem os embaixadores que fossem o mais rápido possível ao seu encontro. O calor e o vento de algumas cidades no decorrer do caminho “maravilha” os viajantes.

Tamerlão tinha pressa em ver os embaixadores e, após mais alguns dias de viagem, envia cavalos descansados para que fossem ainda mais rápidos “que se pudessem, [andassem] tanto de dia como de noite”²² (GONZÁLEZ DE CLAVIJO, 2004, p.158, tradução nossa). Tanta precipitação, entretanto, não impossibilita os itinerantes de se maravilharem durante a trajetória até Samarcanda. Dentre os espantos, destacamos a quantidade de cavalos mortos, o elevado número de açoites dados na demora em servir, o medo que uma região possuía do senhor, o rio do Paraíso, casas e construções com obras em azul e ouro e de muitas outras cores.

O capítulo oito não difere dos demais e, para além disso, há um maior número de ocorrências da palavra “maravilha” e suas derivações semânticas: são dezenove ocorrências. Nesta direção, muitos elementos no contato com Tamerlão assombram os embaixadores, os costumes na mesa, por exemplo, com a grande quantidade de comida, ou as grandes festas na corte, repletas de barulho excessivo, ruídos e alegria.

Já nas andanças por Samarcanda, os viajantes descrevem em pormenores as tendas que os maravilham, por sua quantidade e arquitetura. A cidade era muito bem abastecida, com bastantes melões e uvas, possuía admirável quantidade de pessoas, com isso, havia mão-de-obra disponível, que poderia ser utilizada para construir grandes obras arquitetônicas, em dez ou vinte dias.

Durante a permanência em Samarcanda, são contadas histórias referentes a Tamerlão²³. Igualmente, os embaixadores escutam descrições maravilhosas do elevado número de pessoas e riquezas da corte do Grande Cã. Entretanto, não só em outras regiões havia riqueza, a admiração surge em Samarcanda quando uma árvore, repleta de ouro e pedras preciosas, é vista pelos itinerantes.

Por fim, os viajantes se maravilham com a forma que são ordenados a regressarem. Ao receberem a notícia de que teriam que ir deixar a capital do Império no dia seguinte, sem resposta à carta enviada pelo Rei de Castela,

22. “y que fusen detrás de él lo más aprisa que pudiesen, tanto de día como de noche” (CLAVIJO, 2004, p.158)

23. Neste trecho há duas maravilhas, momento em que determinados personagens se “maravilham” por não terem sido mortos e na ocasião em que Tamerlão se finge de morto e “maravilha” seus inimigos.

Os embaixadores foram logo ao palácio do senhor e estiveram com os mirazes os dizendo que bem sabiam que o senhor, de sua boca, os havia dito na segunda-feira anterior que foram a ele, que queria falar com eles e os despedir e que agora havia ido a eles um chacatí [o qual] os havia dito de sua parte que se preparassem para ir dali no outro dia, do qual estavam maravilhados²⁴ (GONZÁLEZ DE CLAVIJO, 2004 p. 233, tradução nossa).

Tal fato ocorreu devido à fraqueza de Tamerlão, o que impossibilitava o imperador de responder os viajantes. A volta a Castela se faz nos últimos dois capítulos, denominados, respectivamente, “De Samarcanda a Trebisonda” e “De Trebisonda a Alcalá de Henares”, com duas manifestações maravilhosas no primeiro, relacionadas ao grande vento e ao frio.

4 I CONCLUSÃO

Na direção dos estudos de Jacques Le Goff, compreendemos o principal problema do estudo das maravilhas na Idade Média relacionado com o vocabulário. Assim, destacamos a existência do maravilhoso em três âmbitos diferentes, os quais devem ser compreendidos em conjunto. Em primeiro lugar, há a questão circundante ao entendimento contemporâneo do termo; em seguida, a perspectiva ampla do conceito na época em estudo; por fim, a individualidade na relação com a palavra presente em cada fonte.

Fragmentando esses três pontos e os unindo na análise da obra *Embajada a Tamorlán*, percebemos que o maravilhamento não estava relacionado unicamente a magia, aos monstros ou aos milagres. Ao contrário, a admiração ocorre sobretudo diante do diferente, este podendo ser, por exemplo, uma grande obra arquitetônica, o exagerado número de açoites, a sobrevivência a uma grande tormenta, a quantidade de cavalos mortos, ao elevado calor ou frio, entre outros elementos.

O nunca visto antes é o que causa no diferente a admiração, como bem explica Clavijo ao falar sobre a girafa: “Assim, [para] quem ainda não a havia visto, vê-la se parecia com uma maravilha”²⁵ (GONZÁLEZ DE CLAVIJO, 2004, p. 137, tradução nossa). Mas não é tudo no dissemelhante que espanta. Jean de Mandeville, por exemplo, ao fazer um acoplado das maravilhas do Oriente não demonstra tanto assombro diante das obras arquitetônicas e dos mosaicos de Constantinopla tal qual os embaixadores neste escrito analisado.

Há, então, uma subjetividade no maravilhamento que exclui certas formas de generalidade como a defendida por Claude Kappler (1986), referente ao gosto pelo novo e o extraordinário na Cristandade não ligado ao belo²⁶. Em contraste a isso, Clavijo demonstra

24. Los embajadores fueron luego al palácio del señor y estuvieron con los mirazes diciéndoles que bien sabían que el señor, de su boca, les había dicho el jueves antes que vinieran a él, que quería hablar con ellos y despedirlos y que ahora había ido a ellos un chacatí que les había dicho de su parte que se preparasen para irse de allí el otro día, de lo cual estaban maravillados (GONZÁLEZ DE CLAVIJO, 2004, p. 233).

25. “Así que quien no la hubiese visto, verla le parecía una maravilla” (GONZÁLEZ DE CLAVIJO, 2004, p. 137).

26. Claude Kappler quando fala do sentido do maravilhoso na Idade Média pontua que: “Su sentido sigue siendo el del verbo latino *mirari*, que indica admiración, sorpresa, gusto por lo nuevo y extraordinario, no por lo bello” (KAPPLER, 1986, p. 55-56).

se maravilhar diante às “hermosas obras mosaicas” presentes em Constantinopla. Por ser apreciador das “Bellas Artes”, o embaixador dedica também especial atenção as cores, como o azul e o dourado.

Por fim, podemos concluir também que o “maravilhoso” pode ser observado como uma sensibilidade, ligado a subjetividade. Analisado de forma individual nas fontes, por meio do uso do termo, é possível atingirmos uma ampliação dos diferentes sentidos que cada indivíduo dava as coisas diferentes deslumbradas nas viagens ao Oriente.

REFERÊNCIAS

Fontes

GONZÁLEZ DE CLAVIJO, Ruy. **Historia del gran Tamorlan e itinerário y enarracion del viaje, y relación de la Embaxada que Ruy Gonçalez de Clavijo le hizo, por mandado del muy poderoso Señor Rey Don Henrique el Tercero de Caftilla**. Y un discurso fecho por Gonçalo Argote de Molina, para mayor inteligéncia deste libro. Sevilla, en casa de Andrea Pescioni, 1582.

GONZÁLEZ DE CLAVIJO, Ruy. **Historia del gran Tamorlan, e itinerário y enarracion del viagem, y relacion de la Embajada que Ruy Gonzalez de Clavijo le hizo por mandado del muy poderoso señor Rey Don Henrique el Tercero de Castilla**: y um breve discurso fecho por Gonzalo Argote de Molina para mayor inteligéncia deste Libro. Segunda impresion, a que se ha añadido la vida del Gran Tamorlan sacada de los comentários, que escribió Don Garcia de Silva y Figueroa, de su Embajada al Rey de Persia. Madrid, Imprenta de don Antonio Sancha, 1782.

GONZÁLEZ DE CLAVIJO, Ruy. **Embajada a Tamorlán**. Tradução de Francisco López Estrada. Madrid: Editorial Castalia, 2004.

Bibliografia

ACOSTA, Vladimir. **Viajeros y maravillas**. Tomo III. Venezuela: Monte Avila Editores Latinoamericana, 1992.

AMORIM, Maria Adelina. Viagem e *mirabilia*: monstros, espantos e prodígios. In: CRISTÓVÃO, Fernando (org.). **Condicionantes culturais da Literatura de Viagens**: estudos e bibliografias. Coimbra: Almeida e Centro de Literaturas de Expressão portuguesa da Universidade de Lisboa, 2002, p. 127-155.

ASLANOV, Cyril. **A tradução como manipulação**. São Paulo: Perspectiva: Casa Guilherme de Almeida, 2015.

AZUELA BERNAL, María Cristina. Lo maravilloso entre el paganismo y el cristianismo: la materia de Bretaña y la herencia celta. In: ALAVEZ, I.; GUITIÉRREZ, D. **História y literatura**: maravilhas, magia y milagros en el Occidente Medieval. México: UNAM, 2015, p.15-33.

BARROS, José D'Assunção. **Os conceitos**: seus usos nas ciências humanas. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

CRISTÓVÃO, Fernando. Introdução. Para uma teoria da Literatura de Viagens. In: CRISTÓVÃO, Fernando. **Condicionantes culturais da Literatura de Viagens: estudos e Bibliografias**. Coimbra: Almeida e Centro de Literaturas de Expressão Portuguesa da Universidade de Lisboa, 2002, p.15-52.

DELUMEAU, Jean. **História do medo no Ocidente: 1300-1800**. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1996.

FALASCO, Rafael de Oliveira. **A expressão da cultura nobiliárquica nos livros de viagens medievais**. 2012. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca, 2012.

GEELHAAR, Tim. Talking about christianistas at the time of Innocent III (1198-1216): what does word use contribute to the History of concepts?. **Contributions to the History of Concepts**, vol. 10, 2015, p.7-28.

KAPPLER, Claude. **Monstruos, demônios y maravillas a fines de la Edad Media**. Madrid, España: Ediciones Akal, 1986.

KOSELLECK, Reinhart. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol.5, n.10, 1992, p. 134-146.

LE GOFF, Jacques. **O maravilhoso e o quotidiano no Ocidente Medieval**. Lisboa: Edições 70, 1985.

LÓPEZ ESTRADA, Francisco. Introdução. In: GONZÁLEZ DE CLAVIJO, Ruy. **Embajada a Tamorlán**. Madrid: Editorial Castalia, 2004.

_____. Introdução. In: GONZÁLEZ DE CLAVIJO, Ruy. **Embajada a Tamorlán**. Madrid: Editorial Castalia, 1999.

_____. Ruy González de Clavijo: La Embajada a Tamorlán. Relato del viaje hasta Samarcanda y regreso (1403 – 1406). **Arbor**, Espanha, 2005, p. 515-535.

MARROU, Henri-Iréné. **Sobre o conhecimento histórico**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1978.

NOGALES RINCÓN, David. Admiración, extrañeza y construcción del discurso narrativo de la crónica real: Emoción de la maravilla y representación política em la Castilla bajomedieval. **e-Spania: revue interdisciplinaire d'études hispaniques médiévales et modernes**, n. 27, 2017.

VELLOSO, Leonardo Meliani. **Um maravilhoso imaginário: cartografia e literatura na Baixa Idade Média e no Renascimento**. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2017.

VEYNE, Paul. A história conceitual. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. **História: novos problemas**. Rio de Janeiro: Francisco Alves editora S. A., 1995. p. 64-88.

CAPÍTULO 8

AS MARCAS DA DITADURA NO CONTEXTO SOCIAL DA HISTÓRIA E SUAS SOMBRAS NA CONTEMPORANEIDADE

Data de aceite: 01/12/2020

Daniel de Oliveira Perdigão

Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA. Centro Universitário UNIGRANDE. UNIATENEU, Universidade Cândido Mêndes - UCAM. CECAP. Câmara Municipal de Fortaleza (CMFORT)

RESUMO: As marcas deixadas pelo período da Ditadura Militar no Brasil são inesquecíveis e irreparáveis. Foi um período marcado por violação dos direitos humanos e muita violência contra os direitos civis e políticos. Este artigo tem como objetivo analisar o período da ditadura militar na história do Brasil, com enfoque nas marcas da ditadura, os rompimentos com os direitos humanos e suas sombras nos dias atuais reverberadas através de falas, movimentos, manifestações e comportamentos que afrontam a Constituição.

PALAVRAS-CHAVE: Ditadura militar, Violação dos direitos, Contemporaneidade.

1 | INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como objetivo refletir sobre o período da ditadura militar no Brasil com enfoque na violação dos direitos humanos, na cassação dos direitos civis e na reverberação na contemporaneidade.

Na construção deste artigo usamos a metodologia de abordagem qualitativa,

bibliográfica. Foram consultados livros que tratam dessa temática, além de dissertações e trabalhos acadêmicos. Tomamos por base autores como Barroso e Azevedo, dentre outros.

A vontade de trilhar nessa temática nasceu de meu olhar como acadêmico de direito e estudante do curso de pós-graduação em História Social e Contemporânea. O tema dialoga com ambas as áreas e é atualíssimo se considerarmos que as marcas desse momento ainda ecoam em nossa história e, também, por vivenciarmos tempos na política brasileira que em manifestações pedem a volta do AI-5 e práticas consideradas antidemocráticas, portanto, inconstitucionais.

Neste artigo abordaremos sobre o período da ditadura militar, trazendo fatos ocorridos no país; as principais afrontas à Constituição ocorridas à época e o que ainda ecoa hoje no Brasil.

O regime militar assumiu o controle político, econômico e social de 1964 a 1985, impondo os mais severos acontecimentos. Podemos citar: a censura, a perseguição àqueles que discordavam do governo, repressão, exílio e prisão. O objetivo do Estado era criar um sistema de controle de maneira que pudesse exercer seu monopólio intelectual sobre a população. Uma parte da sociedade foi atingida por esse controle e a outra parte, que não se rendia, sofria a repressão.

Outro alvo dessa época eram os livros, considerados subversivos, entendidos como contra o governo. A música, os filmes, as peças teatrais e toda uma cadeia cultural sofreu perseguição e censura nessa época. Todos aqueles que exerciam função influenciadora eram perseguidos, conforme cita:

A propaganda trouxe componentes terríveis em torno do fantasma do comunismo, cada indivíduo era pressionado por uma carga dupla, induzindo não apenas a temer o que os comunistas poderiam fazer, como também ser confundido como um deles e punido severamente (DE OLIVEIRA, 2003, p. 27).

Assassinatos, tortura e outras formas de violência física e psicológica foram cometidas em profusão nessa época por órgãos do governo. Outra prática constante nessa época eram os desaparecimentos daqueles que se manifestavam contrários ao governo. A história registra muitos desaparecidos nesse período.

2 | O AI-5

Decretado em 1968 para ser mais cruel do que os mecanismos já utilizados pelo governo. Dentre as inúmeras disposições arbitrárias foi a competência atribuída ao Presidente da República, em seu art.2º, para decretar, forçosamente, o recesso parlamentar, nos três níveis federativos, mediante a edição de ato complementar, passando, por conseguinte, a legislar sobre qualquer matéria e a exercer as atribuições até então conferidas aos membros do Poder Legislativo. Percebe-se, portanto, uma afronta ao artigo 6º da Constituição de 1967, onde encontrava-se previsto o Princípio da Separação dos poderes, afirmando serem as funções governamentais dependentes e harmônicas entre si.

3 | O CENÁRIO BRASILEIRO ATUALMENTE

O Direito à liberdade de expressão, fruto de um pensar, E sobre o Pensar, Descartes e Platão dizia que *“com a palavra “pensar” entendo tudo o que acontece em nós, de tal modo que o percebamos imediatamente por nós mesmos; por isso, não só entender, querer e imaginar, mas também sentir é o mesmo que pensar.”* Platão conclui que *“quando a alma não pensa faz outra coisa senão discutir consigo mesma por meio de perguntas e respostas, afirmações e negações; e, quando, mais cedo ou mais tarde, ou então de repente, decide-se, assevera e não duvida mais.”*

Nos dias atuais assistimos ao presidente da república dizer à imprensa à porta do Palácio do Planalto: “Cale a boca”. Isso nos faz lembrar a música Cálice, de Chico Buarque, escrita à época da ditadura militar em que o governo direcionava um “cala a boca” àqueles que criticavam ou faziam oposição às suas ideias.

Outra música da época foi “Para não dizer que não falei das flores”, um hino contra a ditadura. Nessa canção, Geraldo Vandré enfatizava as injustiças (pelos campos há fome

em grandes plantações), destacava a presença do exército nas ruas (Há soldados armados, amados ou não) e convocava as pessoas a se unirem na luta contra a ditadura (Vem, vamos embora, que esperar não é saber. Quem sabe faz a hora, não espera acontecer). Geraldo foi preso, torturado e exilado. À época foram feitas cartilhas, material elaborado para embasar as atividades dos censores, no sentido de interditar as produções culturais naquela época. Esta cartilha servia para nortear a análise dos censores quando fossem avaliar filmes ou outra linguagem artística. Cabiam a eles detectar se eram:

1. Portadoras de mensagem política, incompatível com o regime vigente no país;
2. Se feriam a dignidade brasileira ou representasse riscos à Segurança Nacional;
3. Se faziam promoção pessoal de indivíduos;
4. Se continham mensagens depreciativas às Forças Armadas;
5. Se desencorajavam sentimentos de amor à pátria; entre outras.

Outro ponto digno de nota nesse artigo, na contemporaneidade, são os comportamentos escusos do atual governo e seu apoio a atos com pedidos anticonstitucionais como fechamento do Supremo e a volta do AI-5, sempre tão presentes nas manifestações de seus apoiadores e aplaudido pelo presidente.

Outro ponto constante no cenário contemporâneo do Brasil é a proliferação das fake News. Em um mundo virtual muita mentira é disseminada por aqueles que se escondem por trás desse cyber espaço. Enquanto isso, assistimos as notícias sobre a condução de linhas de investigação criminal contra a disseminação dessas Fake News e que tem como alvo o Palácio do Governo, em uma célula que se convencionou chamar de “Gabinete do Ódio” responsável pela disseminação de notícias falsas e com comentários odiosos.

Portanto, as marcas da ditadura ficaram na história do Brasil como um período que deixou consequências políticas, sociais, econômicas e comportamentais à população. Outra grande marca deixada na memória do país foi a retirada da voz das pessoas tão necessária e vital às convivências. A intimidação a que presenciamos hoje traz de volta a lembrança desses tempos sombrios sobre os quais precisamos estar alertas.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste artigo foi analisar, ainda que forma breve, o período da ditadura militar como marca na história do Brasil e um pouco do que ainda ecoa em nossa contemporaneidade. O período analisado nos mostra as peculiaridades de ser um período de nossa história que traz as marcas de uma repressão institucionalizada. Os livros nos

revelam, a partir de seus registros, o papel de uma polícia que não protegia o que fazia era reprimir. Vimos aqui nesta pesquisa as violações à Constituição ocorridas nesse período, em especial, na criação do AI-5 que no dizer popular “rasgou páginas da CF”.

Outro ponto focado nesse artigo é a liberdade de expressão, como direito assegurado pela Constituição e que no período da ditadura foi frontalmente violado. A regra era calar-se sob pena de ser perseguido, exilado, torturado. E fica aqui a pergunta: esse tempo já foi para nunca mais voltar? Ou ainda reverbera em nós? As leituras, a mídia e nosso contexto atual nos mostra que, ainda que tenhamos estruturas de poder judicialmente bem definidas, a democracia, vez por outra, parece ser testada. E concluímos dizendo que este artigo não esgota a questão. Do contrário, abre espaço para futuras pesquisas mais aprofundadas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). *Emenda Constitucional nº. 64*, de 4 de fevereiro de 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc64.htm. Acesso em: 15 set. 2019.

_____. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1988.

_____. *Das Nações Unidas*, 1948. Disponível em: https://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR_Translations/pr.pdf. Acesso em: 20 outubro 2019.

BONAVIDES, Paulo; ANDRADE, Paes. *História Constitucional do Brasil*: 3. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

BONFIM, Edilson Mougnot. *Curso de Processo Penal*. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

GASPARI, Elio. *A ditadura derrotada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

DE OLIVEIRA, Cristiane Costa Bicunha. *Ditadura no Brasil: da violência a coerção social*. Lins: Faculdade Auxilium de Filosofia, Ciências e Letras, 2003.

SOUZA, Miliandre Garcia de. “OU vocês mudam ou acabam”: aspectos políticos da censura teatral (1964-1985). *Topoi*, V. 11, nº. 21, jul-dez 2010, p. 235-259.

ASPECTOS DA HISTÓRIA CULTURAL E AS CONTRIBUIÇÕES DE ROGER CHARTIER

Data de aceite: 01/12/2020

Data de submissão: 06/10/2020

Odair Vieira da Silva

Universidade Estadual Paulista (UNESP) “Júlio de Mesquita Filho”
Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC),
campus de Marília/SP
<https://orcid.org/0000-0002-3538-5743>

RESUMO: Este artigo pretende apresentar algumas considerações sobre os paradigmas da historiografia atual, especialmente aqueles relacionados à Escola dos *Annales*. Para tanto, procura-se analisar as práticas historiográficas da história cultural na atualidade, à luz das contribuições do historiador francês Roger Chartier. Nesse sentido, aspira-se refletir acerca da crise geral dos paradigmas das ciências sociais e da história denunciados pela publicação do editorial de primavera da Revista *Annales* de 1988. Afora essas questões, procura-se, ainda, examinar os conceitos de “práticas” e “representações” elaborados por Roger Chartier.
PALAVRAS-CHAVE: Escola dos *Annales*, História Cultural, Práticas, Representações.

ASPECTS OF CULTURAL HISTORY AND THE CONTRIBUTIONS OF ROGER CHARTIER

ABSTRACT: This article intends to present some considerations about the paradigms of current historiography, especially those related to the

Annales School. To this end, we seek to analyze the historiographical practices of cultural history today, in the light of the contributions of the French historian Roger Chartier. In this sense, we aspire to reflect on the general crisis of the paradigms of social sciences and history denounced by the publication of the spring editorial of the *Annales* Magazine of 1988. Apart from these questions, we also seek to examine the concepts of “practices” and “Representations” by Roger Chartier.

KEYWORDS: *Annales* School, Cultural history, Practices Representations.

1 | INTRODUÇÃO

Neste texto, proponho apresentar algumas considerações sobre a história cultural, e as contribuições do historiador francês Roger Chartier. Para tanto, a princípio, identifico aspectos da formação desse historiador e seu interesse pela história cultural, a partir da década de 1960.

Roger Chartier nasceu em Lyon, na França, no ano de 1945, e teve em sua formação forte influência da leitura dos clássicos da Escola dos *Annales* Lucien Febvre (1878-1956), March Bloch (1886-1944) e Fernand Braudel (1902-1985). Em seus trabalhos de investigação, Chartier sempre procurou situar suas “[...] reflexões metodológicas no contexto da disciplina histórica” (MAGALHÃES, 2014, p. 419).

Formado pela Escola Normal Superior de *Saint-Cloud* e pela Universidade de Sorbone na

França, Chartier foi diretor do departamento de estudos e investigações históricas da *École des Hautes Études em Sciences Sociales*, em Paris, onde lecionou a disciplina “Escrita e cultura na Europa Moderna”, no tradicional *Collège de France*, sendo, também, vinculado à atual historiografia da Escola dos *Annales* (CHARTIER, 2007); assinalado historiador francês realizou pesquisas sobre a história da cultura, história dos livros e da leitura na Europa, além da trajetória da leitura e da escrita como práticas sociais.

Dando sequência ao texto, apresento alguns tópicos da trajetória dos paradigmas historiográficos iniciados com a fundação da Escola dos *Annales*, desde o seu surgimento, em 1929, até a sua retomada nos últimos decênios do século XX. Desse modo, busco refletir sobre a crise geral dos paradigmas das ciências sociais e da história denunciados pela publicação do editorial de primavera da Revista dos *Annales* de 1988.

Por fim, apresento aspectos atinentes aos conceitos de “práticas” e “representações” elaborados por Roger Chartier.

2 I ROGER CHARTIER E A HISTÓRIA CULTURAL

De acordo com Chartier (2007), seu interesse pela história cultural se deu no final da década de 1960. Para o autor, nesse período, a historiografia francesa utilizava as técnicas da estatística para a quantificação dos fenômenos culturais e a literatura tinha pouca importância para esses estudos. À vista disso, a história da cultura operava com as mesmas técnicas e fontes baseadas em dados objetivos da história demográfica social e econômica, tendência essa que incapacitava a história cultural de responder a questões importantes.

Nesse contexto, Barros (2011) evoca que, entre os anos 1950 e 1970, a História Econômica ocupava um lugar destacado nas pesquisas historiográficas. Todavia, nas últimas décadas do século XX, a emergência da Nova História Cultural e da História Política fez com que os objetos e as temáticas historiográficas voltassem sua atenção para essas duas dimensões historiográficas, a Cultura e a Política, de tal forma que, desde o último quartel do século XX, a história cultural e suas diversas correntes relacionavam-se a “[...] diálogos interdisciplinares mais específicos, envolvendo as relações da História com outros campos de saber, como a antropologia, a linguística, a psicologia ou a ciência política” (BARROS, 2011, p. 39).

Do mesmo modo, de acordo com Magalhães (2014), Chartier defendia a ideia de que “[...] a história deve entrar em diálogo com as outras ciências sociais, a filosofia ou a crítica literária” (p. 419). Assim, o historiador francês inicia uma interlocução com diversos escritores, dentre os quais os sociólogos Pierre Bourdieu (1930-2002) e Norbert Elias (1897-1990), os filósofos Michel Foucault (1926-1984) e Paul Ricoeur (1913-2005), bem como outros autores como Louis Marin (1931-1992) e Michel de Certeau (1925-1986). Magalhães (2014) ainda segue analisando que, em seu campo de estudos, Chartier privilegiava as

[...] disciplinas ligadas ao estudo dos textos (filologia, crítica literária, análise do discurso), ao estudo dos objetos escritos, manuscritos ou impressos (história da escrita, bibliografia material, história do livro e da edição) ou ao estudo das práticas culturais. (p. 420)

Ao lado de Michel de Certeau, Roger Chartier foi um dos grandes reafirmadores das noções complementares de “práticas” e “representações”; ambos estudiosos ponderavam que

[...] a Cultura (ou as diversas formações culturais) poderia ser examinada no âmbito produzido pela relação interativa entre estes dois pólos. Tanto os objetos culturais seriam produzidos “entre práticas e representações”, como os sujeitos produtores e receptores de cultura circulariam entre estes dois pólos, que de certo modo corresponderiam respectivamente aos “modos de fazer” e aos “modos de ver”. (BARROS, 2011, p. 46)

Assim, as práticas culturais devem ser pensadas “[...] não apenas em relação às instâncias oficiais de produção cultural, às instituições várias, às técnicas e às realizações – por exemplo, os objetos culturais produzidos por uma sociedade” (BARROS, 2005, p. 131). Para este fim, as “práticas culturais” necessitam levar em conta os usos e costumes de uma dada sociedade, as formas como “[...] os homens falam e se calam, comem e bebem, sentam-se e andam, conversam ou discutem, solidarizam-se ou hostilizam-se, morrem ou adoecem, tratam seus loucos ou recebem os estrangeiros” (BARROS, 2011, 46-47).

Dessa forma, em Chartier (2002), a História Cultural tem seu principal alicerce na noção de “representação”, objetivando “[...] identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler” (p. 16-17). Ressalte-se, também, que tais “representações” inserem-se “[...] em um campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação” (CHARTIER, 2002, p. 17), conduzindo à produção de “lutas de representações”, que, conforme o autor, “[...] têm tanta importância como as lutas económicas para compreender os mecanismos pelos quais se impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio” (p. 17).

Em suas investigações, Chartier tem plena convicção de que

[...] o trabalho dos historiadores pode ajudar a compreender melhor as mudanças do nosso presente, em particular a revolução digital, cuja especificidade é melhor entendida quando comparada com outras revoluções na cultura escrita: o aparecimento do *códex*, a invenção da imprensa, as transformações das práticas de leitura, na Idade Média, no século XVIII ou nas sociedades do século XIX. São sem dúvida estas convicções, traduzidas em investigações ou reflexões, que explicam a diversidade dos meus leitores e ouvintes. (CHARTIER, 2014 *apud* MAGALHÃES, 2014, p. 419)

3 | A ESCOLA DOS ANNALES

Na primeira metade do século XX, surge, na França, um movimento intelectual no campo da historiografia, que, de certa maneira, revolucionou e promoveu “[...] uma nova espécie de história e continua, ainda hoje, a encorajar inovações” (BURKE, 1992, p. 07). Esse movimento historiográfico é resultado da associação de um grupo de historiadores ligados à Revista *Annales*, fundada em 1929¹, e se popularizou ao propor novas fontes, novos temas e o uso de diferentes disciplinas no estudo da História.

Para Le Goff (2003), a idealização dessa revista, por meio da obra de Marc Bloch e Lucien Febvre, foi “[...] um ato que fez nascer a nova história” (p. 129). A Revista *Annales*, foi, inicialmente, intitulada *Annales d'Histoire Économique et Sociale* e suas ideias propagadas inspiraram Lucien Febvre, em 1947, a consolidar “[...] uma instituição de investigação e de ensino em ciências humanas e sociais [...] da École Pratique des Hautes Études” (p. 129). Tal instituição foi transformada, em 1975, na

[...] École des Hautes Études em Sciences Sociales, este estabelecimento em que a história tinha lugar importante, ao lado da geografia, economia, sociologia, antropologia, psicologia, lingüística e semiologia, assegurou a difusão, na França e no estrangeiro, das ideias que tinham estado na origem dos *Annales*. (LE GOFF, 2003, p. 129)

Le Goff (2003) salienta, igualmente, ser possível sintetizar as ideias dos *Annales* “[...] como crítica do fato histórico, da história événementielle e, em especial, política; a procura de uma colaboração com outras ciências sociais” (p. 129). O autor ainda afiança que, em 1903, o economista francês François Simiand (1873-1935) publicou um artigo denominado “*Méthode historique et science sociale*”, produção em que denunciava

[...] os “ídolos” “políticos”, “individuais” e “cronológicos”, o qual inspirou o programa dos *Annales*, cujo espírito foi inspirado pelo sociólogo Émile Durkheim e pelo sociólogo e antropólogo Marcel Mauss; substituição da história-conto pela história-problema, a atenção pela história do presente. (LE GOFF, 2003, p. 129)

Todavia, Burke (1992) assevera que, devido “[...] às divergências individuais entre seus membros quanto seu desenvolvimento no tempo, talvez seja preferível falar num movimento dos *Annales*, não numa ‘escola’” (p. 08). Nesse caso, as normas da revista *Annales* podem ser apresentadas em três aspectos:

[e]m primeiro lugar, a substituição da tradicional narrativa de acontecimentos por uma história-problema. Em segundo lugar, a história de todas as atividades humanas e não apenas história política. Em terceiro lugar, visando completar os dois primeiros objetivos, a colaboração com outras disciplinas, tais como a geografia, a sociologia, a psicologia, a economia, a lingüística, a antropologia social, e tantas outras. (BURKE, 1992, p. 07)

1. A revista teve quatro títulos: *Annales d'histoire économique et sociale* (1929-39); *Annales d'histoire sociale* (1939-1942, 45); *Mélanges d'histoire sociale* (1942-4); *Annales: économies, sociétés, civilisations* (1946) (BURKE, 1992, p. 07, grifos do autor).

Além desses fatores, o movimento pode ser dividido em três fases:

[e]m sua primeira fase, de 1920 a 1945, caracterizou-se por ser pequeno, radical e subversivo, conduzindo uma guerra de guerrilhas contra a história tradicional, a história política e a história dos eventos. Depois da Segunda Guerra Mundial, os rebeldes apoderaram-se do *establishment* histórico. Essa segunda fase do movimento, que mais se aproxima verdadeiramente de uma “escola”, com conceitos diferentes (particularmente estrutura e conjuntura) e novos métodos (especialmente a “história serial” das mudanças na longa duração), foi dominada pela presença de Fernand Braudel. Na história do movimento, uma terceira fase se inicia por volta de 1968. É profundamente marcada pela fragmentação. A influência do movimento, especialmente na França, já era tão grande que perdera muito das especificidades anteriores. Era uma “escola” unificada apenas aos olhos de seus admiradores externos e seus críticos domésticos, que perseveravam em reprovar-lhe a pouca importância atribuída à política e à história dos eventos. (BURKE, 1992, p. 08)

Le Goff (2003) considera que o historiador francês Fernand Braudel (1902-1985) formulou “[...] uma tese revolucionária sobre *La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II* (1966), na qual a história era decomposta em três planos sobrepostos, o ‘tempo geográfico’, ‘o tempo social’ e o ‘tempo individual’ (p. 129). Para além dessa obra, Braudel “[...] publicou nos *Annales* o artigo sobre ‘longa duração’ (1958), que viria a inspirar uma parte importante da investigação histórica subsequente” (LE GOFF, 2003, p. 129). A propósito, na década de 1970, ocorreram vários colóquios e publicações de obras sobre as novas orientações historiográficas. Em 1974, Jacques Le Goff (1924-2014) e Pierre Nora (1931-2012) apresentam um trabalho conjunto “[...] com o título *Faire de l'histoire*, os ‘novos problemas’, as ‘novas abordagens’ e os ‘novos objetivos’ da história” (LE GOFF, 2003, p. 129-130); e, em 1978, Jacques Le Goff, Roger Chartier e Jacques Revel lançam um dicionário intitulado *La nouvelle histoire*

[...] dirigindo-se a um público ainda mais vasto, dava testemunho dos progressos da vulgarização da nova história e das rápidas deslocções de interesses no interior do seu campo, destacando também alguns temas: antropologia histórica, cultura material, imaginário, história imediata, longa duração, marginais, mentalidades, estruturas. O diálogo com as outras ciências prosseguia, aprofundava-se, concentrava-se e alargava-se simultaneamente. (LE GOFF, 2003, p. 130)

Nessa perspectiva, as relações entre a história e as demais ciências, como a economia, a sociologia e antropologia, tornaram-se ainda mais intensas. Contudo, a relação entre a história e a antropologia tornou-se mais privilegiada. Nesse ponto, evidencia-se a contribuição de Roger Chartier, ao trabalhar sobre a história do livro; logo, a importância dos trabalhos de Chartier está em que eles

[...] exemplificam e discutem uma mudança na abordagem, como ele diz, “da história social da cultura para a história cultural da sociedade”. Isto é, os ensaios sugerem que o que os historiadores anteriores, pertencentes ou não à

tradição dos *Annales*, geralmente aceitavam como estruturas objetivas, devem ser vistas como culturalmente “constituídas” ou “construídas”. A sociedade em si mesma é uma representação coletiva. (BURKE, 1992, p. 69)

Em suas obras, Chartier “[...] opta por estudar não tanto os camponeses ou os vagabundos, mas a imagem que deles têm as classes superiores, imagens do ‘outro’” (BURKE, 1992, p. 69). Desse modo, distancia-se “[...] dos chamados fatores ‘objetivos’, Chartier está de acordo com a antropologia corrente, com os trabalhos recentes sobre ‘o imaginário’ (discutidos acima) e também com o falecido Michel Foucault” (BURKE, 1992, p. 69). Em linhas gerais, em seus estudos sobre a história do livro, Chartier demonstra “[...] sua crescente insatisfação com a história das mentalidades e com a história serial do terceiro nível” (BURKE, 1992, p. 69). Para Burke (1992), em seus escritos, Chartier segue enfatizando que

[...] é impossível “estabelecer relações exclusivas entre formas culturais específicas e grupos sociais particulares”. Isto claramente torna a história da cultura serial bem mais difícil, se não mesmo impossível. Chartier mudou, portanto, sua atenção, seguindo Pierre Bourdieu e Michel De Certeau, para as “práticas” culturais compartilhadas por vários grupos [...]. Em sua análise dos folhetos e outros textos, o termo central é “apropriação”. O popular não deve, ele sugere, ser identificado com um *corpus* particular de textos, objetos, crenças, ou seja, o que for. O popular está na “maneira de usar os produtos culturais”, tais como festivais ou matéria impressa. Os ensaios de Chartier estão, portanto, profundamente preocupados com a re-escritura, com as transformações sofridas pelos textos particulares quando adaptados às necessidades do público, ou mais exatamente de públicos sucessivos. (BURKE, 1992, p. 70)

Particularmente para Chartier, seus ensaios constituem uma “[...] resposta à insatisfação sentida face à história cultural francesa dos anos 60 e 70, entendida na sua dupla vertente de história das mentalidades e de história serial, quantitativa” (CHARTIER, 2002, p. 13). Para Barros (2011), “[a] perspectiva cultural desenvolvida por autores como Roger Chartier e Michel de Certeau, constitui uma das alternativas teóricas mais influentes para o atual desenvolvimento de uma História Cultural” (p. 56).

4 | O MUNDO COMO REPRESENTAÇÃO: ROGER CHARTIER

Em 1988, o editorial de primavera dos *Annales* “[...] convida os historiadores para uma reflexão comum a partir de uma dupla constatação” (CHARTIER, 1991, p. 173). Por um lado,

[...] a existência de uma “crise geral das ciências sociais”, que se nota tanto no abandono dos sistemas globais de interpretação, destes “paradigmas dominantes” que foram, durante certo tempo, o estruturalismo ou o marxismo, quanto da rejeição proclamada das ideologias que lhe haviam garantido sucesso (ou seja, a adesão a um modelo de transformação radical, socialista, das sociedades ocidentais capitalistas e liberais). (CHARTIER, 1991, p. 173)

Já em contrapartida, o artigo conclui que não se trata, exatamente, de uma crise da história, uma vez que a história

[...] é vista como uma disciplina ainda sadia e vigorosa, no entanto atravessada por incertezas devidas ao esgotamento de suas alianças tradicionais (com a geografia, a etnologia, a sociologia), e à obliteração das técnicas de tratamento, bem como dos modos de inteligibilidade que davam unidade a seus objetos e a seus encaminhamentos. (CHARTIER, 1991, p. 173)

O trabalho de Chartier (1991), portanto, colocou em dúvida o diagnóstico da simultaneidade de uma crise das ciências sociais e da vitalidade da história, devido ao fato do “[...] cuidado de preservar a disciplina numa conjuntura que se percebe como a marca do declínio radical das teorias e saberes sobre os quais a história tinha fundamentado seus avanços nas décadas de sessenta e setenta” (p. 174). O desafio foi lançado pelas disciplinas recentemente institucionalizadas: “[...] a linguística, a sociologia ou a etnologia” (p. 174). Sendo assim, em suas análises, Chartier (2014 apud MAGALHAES, 2014) assevera que a história foi seduzida por duas vertentes, dentre as quais – por um lado – há o enclausuramento

[...] nos seus próprios objetos e hábitos disciplinares, evitando, desta forma, um debate intelectual mais vasto; por outro lado, satisfazer-se com as discussões metodológicas ou epistemológicas, esquecendo-se de que deve ser acima de tudo produção de novos conhecimentos, a partir da construção de objetos novos e da análise rigorosa dos documentos. Para se proteger destes dois perigos, um bom método será apoiar-se nas contribuições teóricas fundamentais das outras ciências humanas e sociais, e mobilizá-las para uma interpretação mais forte, mais densa, dos problemas históricos. É essa a razão de ser do cruzamento entre disciplinas que durante muito tempo se ignoraram. (CHARTIER, 2014 apud MAGALHÃES, 2014, p. 420)

Todavia, a investida contra a história assumia diversas formas, questionando seus objetos e o “[...] primado conferido ao estudo das conjunturas, econômicas ou demográficas, e das estruturas sociais - e nas certezas metodológicas, tidas como pouco seguras à vista das novas exigências teóricas” (CHARTIER, 1991, p. 174). Logo, ao propor normas de cientificidade “[...] e modos de trabalho imitados das ciências exatas (por exemplo, a formalização e a modelização, a explicação das hipóteses, a pesquisa em grupo), as ciências sociais minavam a posição dominante ocupada pela história no campo universitário” (CHARTIER, 1991, p. 174).

A resposta dos historiadores a essa situação foi dupla; de um lado, buscaram “[...] constituir novos territórios do historiador pela anexação de territórios alheios (de etnólogos, sociólogos, demógrafos)” (p. 174), já, de outro, sondavam

[...] o retorno maciço a uma das inspirações fundadoras dos primeiros *Annales*, dos anos trinta: o estudo dos utensílios mentais que o domínio da história das sociedades havia relegado um tanto a segundo plano. Sob a designação de *história das mentalidades* ou, por vezes, de psicologia histórica delimitava-

se ao predomínio da pesquisa, distinto tanto da velha história das ideias quanto da das conjunturas e estruturas. Sobre esses objetos novos (ou reencontrados) podiam ser postos à prova modos de tratamento inéditos, tomados de empréstimo às disciplinas vizinhas: tais como as técnicas de análise linguística e semântica, os instrumentos estatísticos da sociologia ou certos modelos da antropologia. (CHARTIER, 1991, p. 174)

O diagnóstico aventado pelo editorial da Escola dos *Annales*, no final da década de 1980, propunha um “[...] tratamento diferenciado da história, que viveria uma ‘guinada crítica’, e das ciências sociais, que viveriam numa ‘crise geral’” (CHARTIER, 1991, p. 175). Na visão de Chartier, o refluxo do marxismo e do estruturalismo não significa, em si, uma crise das ciências sociais, pois

[...] é justamente a distância das representações objetivistas propostas por estas duas teorias referenciais que se constroem as pesquisas fundamentais, invocando contra as determinações imediatas das estruturas as capacidades inventivas dos agentes, e contra a submissão mecânica à regra as estratégias próprias da prática. A mesma observação vale a *fortiori* para a história, obstinadamente refratária (salvo notórias exceções) ao emprego dos modelos de compreensão forjadas pelo marxismo ou pelo estruturalismo. (CHARTIER, 1991, p. 176)

Chartier (1991), aliás, compreende que as verdadeiras mutações do trabalho histórico “[...] não foram produzidas por uma ‘crise geral das ciências sociais’ [...] nem por uma ‘mudança de paradigma’” (CHARTIER, 1991, p. 176). Para ele, “[...] estão ligadas à distância tomada, nas próprias práticas de pesquisa, em relação aos princípios de inteligibilidade que tinham governado o procedimento historiador há vinte ou trinta anos” (CHARTIER, 1991, p. 176). Assim, operavam-se os três deslocamentos essenciais:

[...] o primado de uma história global, capaz de articular num mesmo apanhado os diferentes níveis da totalidade social; a definição territorial dos objetos de pesquisa, geralmente identificados com a descrição de uma sociedade instalada num espaço particular (uma cidade, uma província, uma região) – que era a condição de possibilidade da coleta e do tratamento dos dados exigidos pela história oral; o primado conferido ao recorte social considerado capaz de organizar a compreensão das diferenciações e das partilhas culturais. Ora, este conjunto de certezas abalou-se progressivamente, deixando o campo livre a uma pluralidade de abordagens e de compreensões. (CHARTIER, 1991, p. 176)

Sob a perspectiva do historiador francês, os três deslocamentos anteriores são libertadores em relação à tradição instituída, “[...] mas também produtores de incerteza por não constituírem em si um sistema unificado de compreensão” (CHARTIER, 1991, p. 177). A reflexão metodológica de Chartier (1991) enraíza-se numa prática histórica particular e se organiza em torno de três polos:

[...] de um lado, o estudo crítico dos textos, literários ou não, canônicos ou esquecidos, decifrados nos seus agenciamentos e estratégias; de outro, a

história dos livros e, para além, de todos os objetos que contém a comunicação do escrito; por fim, a análise das práticas que, diversamente, se apreendem dos bens simbólicos, produzindo assim usos e significações diferentes. (CHARTIER, 1991, p. 178)

O historiador francês procurou compreender como a circulação de textos escritos e impressos, durante os séculos XVI e XVIII, nas sociedades do Antigo Regime, “[...] modificou as formas de sociabilidade, autorizou novos pensamentos, transformou as relações com o poder” (CHARTIER, 1991, p. 178).

Consequentemente, o autor volta sua atenção para a matéria do encontro entre “o mundo do texto” e o “mundo do leitor” e levanta duas hipóteses: a primeira “[...] sustenta a operação de construção de sentido efetuada na leitura (ou na escuta) como um processo historicamente determinado cujos modelos variam de acordo com os tempos, os lugares, as comunidades” (CHARTIER, 1991, p. 178), já a segunda hipótese “[...] considera que as significações múltiplas e móveis de um texto dependem das formas por meio das quais é recebido por seus leitores (ou ouvintes)” (CHARTIER, 1991, p. 178). Para ele, portanto,

[...] voltar a atenção para as condições e os processos que, muito constantemente, sustentam as operações de produção do sentido (na relação de leitura, mas em tantos outros também) é reconhecer, contra a antiga história intelectual, que nem as inteligências nem as idéias são desencarnadas, e, contra os pensamentos do universal, que as categorias dadas como invariantes, sejam elas filosóficas ou fenomenológicas, devem ser construídas na descontinuidade das trajetórias históricas. (CHARTIER, 1991, p. 180)

De igual maneira, segue propondo um procedimento que “[...] supõe uma tomada de distância em relação aos princípios que fundavam a história social da cultura na sua acepção clássica” (CHARTIER, 1991, p. 180). Destarte, o primeiro distanciamento estabeleceu-se “[...] face a uma concepção estreitamente sociográfica que postula que as clivagens culturais estão forçosamente organizadas segundo um recorte social previamente construído” (CHARTIER, 1991, p. 180). Para Chartier (1991), ao se privilegiar as clivagens culturais sociográficas e socioprofissionais, esqueceu-se de que

[...] outros princípios de diferenciação, igualmente sociais podiam dar conta, com maior pertinência, dos desvios culturais. Assim sendo, as pertenças sexuais ou geracionais, as adesões religiosas, as tradições educativas, as solidariedades territoriais, os hábitos de ofício. (CHARTIER, 1991, p. 180-181)

O autor apresenta, ainda, um segundo deslocamento relacionado “[...] às redes de prática que organizam os modos, histórica e socialmente diferenciados, da relação aos textos” (CHARTIER, 1991, p. 181). Com isso, a leitura

[...] não é somente uma operação abstrata de intelecção: é por em jogo o corpo, é inscrição num espaço, relação consigo ou com o outro. Por isso devem ser reconstruídas as maneiras de ler próprias a cada comunidade de leitores [...]. Uma história da leitura não pode se limitar unicamente à genealogia de nossos

modos de ler, em silêncio ou com os olhos, mas tem a tarefa de redescobrir os gestos esquecidos, os hábitos desaparecidos. (CHARTIER, 1991, p. 181)

Igualmente, a partir do enredamento entre “[...] o texto, o livro e a leitura, podem-se formular várias proposições que articulam de maneira nova os recortes sociais e as práticas culturais” (CHARTIER, 1991, p. 182). E o historiador segue enfatizando que a primeira proposição pretende “[...] levantar os falsos debates em torno da divisão, dada como universal entre as objetividades das estruturas. [...] e a subjetividade das representações” (CHARTIER, 1991, p. 182-183). No que tange às objetividades das estruturas, o autor relata que seria o território “[...] da história mais segura, que, ao manipular documentos maciços, seriais, quantificáveis, reconstrói as sociedades tais como verdadeiramente eram” (CHARTIER, 1991, p. 182-183).

Já quanto à subjetividade das representações, Chartier (1991) acrescenta que “[...] se ligaria a outra história dedicada aos discursos e situada à distância do real. [...] privilegiando o estudo dos valores e dos comportamentos de comunidades mais restritas, muitas vezes tidos como homogêneos” (CHARTIER, 1991, p. 183), também trabalhando a noção de representação coletiva, por ele concebida “[...] como as matrizes de práticas construtoras do próprio mundo social” (CHARTIER, 1991, p. 183). Por conseguinte, apresenta, então, duas vias de representação,

[...] uma que pensa a construção das identidades sociais como resultando sempre de uma relação de força entre as representações impostas pelos que detêm o poder de classificar e de nomear e a definição, de aceitação ou de resistência, que cada comunidade produz de si mesma. (CHARTIER, 1991, p. 183)

E outra que “[...] considera o recorte social objetivado como a tradução do crédito conferido à representação que cada grupo dá de si mesmo, logo a sua capacidade de fazer reconhecer sua existência a partir de uma demonstração de unidade” (CHARTIER, 1991, p. 183). Também Chartier (1991) enseja definições antigas do termo representação como aquelas contidas no *Dicionário Universal de Furetière*, de 1727, em que as acepções de representação se manifestam sob dois enfoques contraditórios; o primeiro alude que

[...] a representação faz ver uma ausência, o que supõe uma distinção clara entre o que representa e o que é representado. [...] a representação é o instrumento de um conhecimento mediato que faz ver um objeto ausente substituindo-lhe uma “imagem” capaz de repô-lo em memória e de “pintá-lo” tal como é. (CHARTIER, 1991, p. 184)

Enquanto, no segundo entendimento, “[...] é a apresentação de uma presença, a apresentação pública de uma coisa ou de uma pessoa” (CHARTIER, 1991, p. 184). No que se refere ao alcance das formas, Chartier (1991) identifica uma segunda proposição “[...] que visa a identificar os desvios mais socialmente enraizados nas diferenças mais formais” (p. 186). Assim, o autor explicita duas razões divergentes: na primeira relata que

[...] os dispositivos formais – textuais ou materiais – inscrevem em suas próprias estruturas as expectativas e as competências do público a que visam organizando-se, portanto, a partir de uma representação da diferenciação social. (CHARTIER, 1991, p. 186)

E, ainda, salienta que “[...] as obras e os objetos produzem sua área social de recepção, muito mais do que as divisões cristalizadas ou prévias o fazem” (CHARTIER, 1991, p. 186). Portanto, Chartier evoca que a trajetória do livro no antigo regime francês testemunhava o fato de que

[...] a simples posse do livro, durante muito tempo tinha significado por si mesma uma superioridade cultural, são os usos do livro, legítimos ou selvagens, e a qualidade dos objetos tipográficos, finos ou vulgares, que se encontram progressivamente investidos de uma tal função. (CHARTIER, 1991, p. 187)

Segundo o historiador, a atenção às formalidades das práticas “[...] ao lado da produção ou do da recepção que mais prejudicou uma maneira clássica de escrever a história das mentalidades” (CHARTIER, 1991, p. 187). No âmbito das figuras do poder e das práticas culturais, ele visa a rearticular tais práticas sobre as formas de exercício do poder:

[...] a perspectiva supõe um distanciamento em relação ao “retorno do político”, que parece ter tomado uma parte da historiografia francesa. Fundada sobre o primado da liberdade do sujeito, pensado como livre de toda e qualquer determinação, e privilegiando a oferta de ideias e a parte refletida da ação, uma tal posição obstina-se numa dupla importância: ignora as exigências não sabidas pelos indivíduos e que no entanto regulam – aquém dos pensamentos claros e muitas vezes apesar deles – as representações e as ações; supõe uma eficácia própria às ideias e aos discursos, separados das formas que os comunicam, destacados das práticas que, ao se apropriarem deles, os investem de significações plurais e concorrentes. (CHARTIER, 1991, p. 188)

Ao passo que, para Le Goff (2003), “[...] a crise do mundo dos historiadores nasce dos limites e das incertezas da nova história, do desencanto dos homens em face da dureza da história vivida” (p. 145). E prossegue constatando que “[...] todo esforço para racionalizar a história, oferecer-lhe melhores pontos de vista sobre seu desenvolvimento, choca-se com a incoerência e a tragicidade dos fatos, das situações e das evoluções aparentes” (LE GOFF, 2003, p. 145).

5 I CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com Cambi (1999), na segunda metade do século XX, especialmente a partir de 1968, ocorreu uma série de movimentos estudantis, políticos e culturais que

[...] ativaram um processo que foi, ao mesmo tempo, uma 'revolução cultural' e uma 'revolução juvenil', que invadiram a sociedade, atravessaram as ideologias, envolveram as instituições, bem como os saberes e, sobretudo, os lugares onde estes se elaboram e se aprendem (as escolas, as universidades). (p. 617)

Para o autor em questão, esses movimentos iniciaram-se nas universidades americanas e, em seguida, foram “[...] disseminados na Europa, na Alemanha, na Itália e, sobretudo, na França, tais movimentos deram lugar a uma fogueira ideológico-cultural inspirada nos pensamentos do ‘três M’ (Marx, Mao, Marcuse)” (CAMBI, 1999, p. 617). Tais movimentos, além de volverem uma crítica à ideologia dos saberes e das instituições sociais, difundiram “[...] comportamentos de extremismo contrários tanto aos reformismos social-democratas quanto aos comunismos bloqueados dos países do Leste” (p. 617).

Corroborando com essa análise, Hobsbawm (1995) assevera que o terceiro quartel do século XX foi marcado por uma dupla revolução social e cultural. Sobre a revolução social, o historiador britânico evoca que esse processo se tornou mais acentuado por meio das publicações dos intelectuais do Ocidente, que passaram a utilizar a pequena preposição “após” como palavra-chave, “[...] geralmente usada na forma latinizada ‘pós’ ou ‘post’ como prefixo para qualquer dos inúmeros termos que durante algumas gerações foram usadas para assinalar o território mental da vida no século XX” (p. 282). Logo,

[o] mundo, ou seus aspectos relevantes, tornou-se pós-industrial, pós-imperial, pós-moderno, pós-estruturalista, pós-marxista, pós-Gutenberg, qualquer coisa. Como os funerais, esses prefixos tomaram conhecimento da morte sem implicar qualquer consenso, ou na verdade certeza, sobre a natureza da vida após morte. Assim a transformação mais sensacional, rápida e universal na história humana entrou na consciência das mentes pensadoras que a viveram. (p. 282)

Nesse contexto, Le Goff (2003) depreende que os territórios mentais da modernidade do século XX anunciaram-se apenas no plano das “superestruturas”, definindo-se, “[...] daqui em diante, em todos os planos considerados importantes pelos homens do século XX: a economia, a política, a vida cotidiana, a mentalidade” (p. 197).

É, assim, que o trabalho de Roger Chartier emerge carregado de significado, pois defende a vinculação das modalidades do agir e do pensar: ambas “[...] devem ser sempre remetidas para laços de interdependência que regulam as relações entre indivíduos e que são moldados, de diferentes maneiras e diferentes situações, pelas estruturas de poder” (CHARTIER, 2002, p. 25).

Todo esse debate em torno dos paradigmas e das práticas historiográficas da atualidade desenvolveu “[...] um novo setor especialmente rico da historiografia: a história da história” (LE GOFF, 2003, p. 135). Afora essa questão, esse novo olhar proporcionado pela historiografia da história tem provocado um “[...] alargamento do horizonte histórico que deve trazer uma verdadeira revolução da ciência histórica, devido à necessidade de por fim ao etnocentrismo e de deseuropeizar a história” (LE GOFF, 2003, p. 136).

REFERÊNCIAS

BARROS, José D'Assunção. A história cultural e a contribuição de Roger Chartier. **Revista Diálogos**. DHI/PPH/UEM, v. 9, n. 1, p. 125-141, 2005. Disponível em: <https://document.onl/documents/a-historia-cultural-e-a-contribuicao-de-roger-chartier-barros-jose-dassuncao.html>. Acesso em: 26 nov. 2019.

BARROS, José D'Assunção. A Nova História Cultural – considerações sobre o seu universo conceitual e seus diálogos com outros campos históricos. **Cadernos de História**. PUC Minas, v. 12, n. 16 (2011). Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/cadernohistoria/article/view/P.2237-8871.2011v12n16p38/2958>. Acesso em: 27 nov. 2019.

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales 1929-1989: a Revolução francesa da historiografia**. Trad. Nilo Adália. 2. ed. São Paulo: UNESP, 1992.

CAMBI, Franco. **História da Pedagogia**. Trad. Álvaro Lorencini. São Paulo: UNESP, 1999.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Trad. Maria Manuela Galhardo. 2. ed. Lisboa: DIFEL, 2002.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos avançados**. n. 05, p. 173-91, abr. 1991. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v5n11/v5n11a10.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2019.

CHARTIER, Roger. Entrevista – Roger Chartier. **Revista de História**. n. 122, nov. 2007. Disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/entrevista/entrevista-roger-chartier>. Acesso em 26 mar. 2016.

HOBSBAWN, Eric J. **Era dos extremos: breve século XX 1914-1991**. Trad. Marcos Satarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Trad. Bernardo Leitão. 5. ed. Campinas: Ed. Unicamp, 2003.

MAGALHÃES, Justino. Cinco questões a Roger Chartier. **Cadernos de História da Educação**. Trad. Mariana Gomes da Costa. v. 13, n. 2, jul./dez. 2014. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/viewFile/29082/16120>. Acesso em: 28 de nov. 2019.

CAPÍTULO 10

ASTRONOMIA CULTURAL: UM OLHAR DECOLONIAL SOBRE E SOB OS CÉUS DO BRASIL

Data de aceite: 01/12/2020

Data de submissão: 07/09/2020

Flavia Pedroza Lima

Universidade Federal do Rio de Janeiro,
Programa de Pós-graduação em História das
Ciências e das Técnicas e Epistemologia.
Fundação Planetário da Cidade do Rio de
Janeiro.
Rio de Janeiro, RJ.
<http://lattes.cnpq.br/0371976596263745>

Rundsthen Vasques de Nader

Universidade Federal do Rio de Janeiro,
Programa de Pós-graduação em História das
Ciências e das Técnicas e Epistemologia e
Observatório do Valongo.
Rio de Janeiro, RJ.
lattes.cnpq.br/6760674416473979

Este artigo foi originalmente publicado na Revista Scientiarum Historia XII, vol. 2, 2019. Disponível em: <http://revistas.hcte.ufrj.br/index.php/RevistaSH/article/view/89>

RESUMO: Este trabalho traz uma reflexão sobre o estudo da Astronomia nas Culturas como uma forma de contribuição a um pensar decolonial sobre as formas de observar e interpretar o céu e os fenômenos astronômicos. Com o intuito de valorizar e dar visibilidade às epistemologias do Sul e como forma de contrariar a lógica dominante da episteme eurocêntrica, apontamos caminhos para novos olhares sobre e sob os céus do Brasil, a partir dos conhecimentos indígenas.

1. De acordo com o site da União Astronômica Internacional, onde também pode ser vista a lista com as 88 constelações: <https://www.iau.org/public/themes/constellations/>

PALAVRAS-CHAVE: Astronomia nas Culturas, Povos indígenas, Decolonialidade.

CULTURAL ASTRONOMY: A DECOLONIAL LOOK AT AND UNDER THE SKIES OF BRAZIL

ABSTRACT: This paper brings a reflection on the study of Astronomy in Cultures as a way of contributing to a decolonial thinking about the ways of observing and interpreting the sky and astronomical phenomena. In order to value and give visibility to the epistemologies of the South and as a way of counteracting the dominant logic of the Eurocentric episteme, we point out ways for new perspectives on and under the skies of Brazil, from indigenous knowledge.

KEYWORDS: Astronomy in Cultures, Indigenous people, Decoloniality.

1 | INTRODUÇÃO

Crescemos ouvindo falar nas constelações do Touro, do Escorpião, do Centauro, do Órion, do Cruzeiro do Sul, entre outras. Estas visões celestes chegaram até nós por milenares e tortuosos caminhos, desde os Babilônios, Egípcios e Assírios, passando pelos antigos Gregos e por astrônomos e cartógrafos celestes europeus dos séculos XVI e XVII¹, até finalmente serem reconhecidas pela União Astronômica Internacional em 1922 (FRANK, 2015). O que poucos sabem é que este panteão celeste que herdamos da nossa

colonização europeia é apenas uma das múltiplas formas de se olhar e conhecer o céu. Se perguntarmos a um Guarani o que ele vê na região do céu em torno do Cruzeiro do Sul, ele provavelmente nos dirá que vê uma Ema. Se perguntado a um Ticuna, ele poderá lhe falar sobre o Tamanduá e a Onça celestes. De cada povo ouviremos novos nomes de constelações e mitos que narram seus feitos e histórias, que muitas vezes estão refletidos também em seus artefatos e em suas manifestações artísticas, como cantos e pinturas (LIMA, 2004; LIMA, 2005; LIMA et al, 2014).

Todas as culturas humanas, antigas e atuais, têm o seu próprio céu. Ao longo da história da humanidade, diversos povos perceberam os ciclos e fenômenos celestes e os interpretaram, relacionando-os com suas atividades sociais. Essa busca por conhecimento e entendimento do Cosmos foi utilizada para manter os ciclos de subsistência sazonal, mas em alguns casos também ajudaram a manter ideologias dominantes e hierarquias sociais complexas. Percepções do céu muito diferentes, em natureza, daquela oferecida pela ciência moderna Ocidental são encontradas em muitas culturas indígenas ao redor do mundo. Desta forma, a Astronomia nas Culturas, uma área de pesquisa interdisciplinar, procura entender as percepções e conhecimentos sobre os fenômenos astronômicos, através da história da humanidade e entre as várias culturas (RUGGLES, 2015).

Para Peter Burke (2018), a história do conhecimento difere da história da ciência (conceito ocidental do século XIX). A primeira abrange um leque mais variado de tipos de conhecimento, entre eles habilidades práticas (conhecimento implícito). Segundo Burke, há duas imensas lacunas aqui no Brasil: estudos sobre o conhecimentos indígenas e, em menor escala, estudos sobre as universidades.

Os conhecimentos indígenas têm atraído cada vez mais a atenção de antropólogos, além de geógrafos e economistas, porém não de historiadores (...). No entanto, esses conhecimentos possuem uma história, ainda que muito difícil de ser reconstruída, sobretudo nos anos anteriores a 1900. Por outro lado, as mudanças no passado recente são bastante claras. Embora a Convenção sobre Diversidade Biológica, sediada no Rio de Janeiro em 1992, tenha reconhecido a importância dos conhecimentos indígenas e sugerido medidas voltadas para sua proteção, em artigo publicado 15 anos mais tarde, um pesquisador trabalhando no Nordeste do Brasil observou uma “crise no conhecimento de etnobotânica”, na verdade, sua possível extinção, pois membros mais jovens das comunidades tradicionais estavam perdendo o interesse no assunto (...). (BURKE, 2018, p. 3)

Tendo em vista a necessidade de uma investigação ampla e urgente da história dos conhecimentos indígenas no Brasil e constatando a prevalência de uma historiografia oficial que inferiorizou e oprimiu os povos indígenas, precisamos sulear nossas experiências e narrativas, no sentido proposto por Márcio D’Oliveira Campos no editorial da Revista Interdisciplinar Sulear (2019). A seguir mostraremos sucintamente esse percurso investigativo em direção ao pensamento decolonial, tendo como base as epistemologias do Sul e a interculturalidade crítica, como veremos adiante.

21 DECOLONIZANDO OS CÉUS DO BRASIL

O Brasil é rico em diversidade cultural e epistemológica, porém estes conhecimentos foram silenciados e invisibilizados ao longo dos séculos de colonização. Como nos lembra Peter Burke:

Sem dúvida, não é por acaso que o interesse no conhecimento local está quase sempre associado a uma preocupação com o imperialismo e com conhecimentos subjugados ou subalternos, e é mais forte hoje no que costumávamos chamar de 'Terceiro Mundo', sobretudo na África e na América do Sul. Em Bamako, no Mali, por exemplo, foi fundado um Centro de Pesquisas sobre o Conhecimento Local, enquanto estudiosos da América espanhola que debatem o tema incluem Walter Mignolo e Luis Tapia (BURKE, 2016, p. 29).

Neste trabalho, discutiremos a Astronomia nas Culturas sob a perspectiva das epistemologias do Sul, conjunto de intervenções epistemológicas que denunciam a supressão de muitas formas de saber dos povos e nações colonizados, valorizam os saberes que resistiram com êxito e investigam as condições de um diálogo horizontal entre conhecimentos (SANTOS; MENESES, 2010, p. 19). Esta supressão dos conhecimentos locais perpetrada por um conhecimento alienígena, sob pretexto da “missão colonizadora”, chamada por Santos de epistemicídio, procurou homogeneizar o mundo, obliterando as diferenças culturais (SANTOS; MENESES, 2010, p. 16 e 17).

Temos também por influência teórica o pensamento do grupo Modernidade/Colonialidade (M/C), constituído no final da década de 1990, o grupo defende a “opção decolonial” – epistêmica, teórica e política – para compreender e atuar no mundo marcado pela permanência da colonialidade global nos diferentes níveis da vida pessoal e coletiva (BALLESTRIN, 2013, p. 89). O grupo é formado predominantemente por intelectuais da América Latina situados em universidades das Américas, apresentando caráter heterogêneo e transdisciplinar. As figuras centrais desse grupo são o filósofo argentino Enrique Dussel, o sociólogo peruano Aníbal Quijano, o semiólogo e teórico cultural argentino-norte-americano Walter Mignolo, o sociólogo porto-riquenho Ramón Grosfoguel, a linguista norte-americana radicada no Equador Catherine Walsh, o filósofo porto-riquenho Nelson Maldonado Torres, o antropólogo colombiano Arturo Escobar, entre outros (OLIVEIRA; CANDAU, 2010).

Grosfoguel (2007) fala do racismo epistêmico, um dos racismos mais invisibilizados no “sistema-mundo capitalista/ patriarcal/ moderno/ colonial”. O racismo em nível social, político e econômico é muito mais reconhecido e visível que o racismo epistemológico. Segundo este autor:

O privilégio epistêmico dos brancos foi consagrado e normalizado com a colonização das Américas no final do século XV. Desde renomear o mundo com a cosmologia cristã (Europa, África, Ásia e, mais tarde, América), caracterizando todo conhecimento ou saber não-cristão como produto do demônio, até assumir, a partir de seu provincianismo europeu, que somente pela tradição greco-romana, passando pelo renascimento,

o iluminismo e as ciências ocidentais, é que se pode atingir a “verdade” e “universalidade”, inferiorizando todas as tradições “outras” (que no século XVI foram caracterizadas como “bárbaras”, convertidas no século XIX em “primitivas”, no século XX em “subdesenvolvidas” e no início do século XXI em “antidemocráticas”), o privilégio epistêmico das *identity politics* brancas eurocentradas foi normalizado ao ponto invisibilizar-se como *identity politics* hegemônicas. Por isso os estudos étnicos, desde sua formação até fins dos anos sessenta nos Estados Unidos, foram sempre objeto de ataque por parte do racismo epistêmico das disciplinas das ciências humanas ocidentais (ciências sociais e humanidades), argumentando a inferioridade, parcialidade, e falta de objetividade de seus saberes e da produção de conhecimentos. (GROSGUÉL, 2007, p. 33)

Segundo Oliveira e Candau (2010), Catherine Walsh vai refletir sobre conceitos como: pensamento-outro, decolonialidade e pensamento crítico de fronteira. O pensamento-outro é a possibilidade do pensamento a partir da decolonização, ou seja, a luta contra a não existência, a existência dominada e a desumanização. Por outro lado, O pensamento de fronteira significa tornar visíveis outras lógicas e formas de pensar, diferentes da lógica eurocêntrica dominante. O pensamento de fronteira se preocupa com o pensamento dominante, mantendo-o como referência, mas sujeitando-o ao constante questionamento e à introdução de outras histórias e modos de pensar. Walsh considera essa perspectiva como parte de um projeto intercultural e decolonizador, permitindo uma nova relação entre os conhecimentos útil e necessário na luta pela decolonização epistêmica. Outro conceito importante é o de interculturalidade crítica, um processo dinâmico de interação, comunicação e aprendizagem entre culturas em condições de respeito, simetria e igualdade (OLIVEIRA; CANDAU, 2010).

Tendo em mente a discussão teórica sobre decolonialidade apresentada acima, sulearemos nosso trabalho partindo do princípio de que não há uma visão melhor, ou privilegiada, apenas visões distintas. Contudo, nas sociedades de tradição científica ainda se encontra um sistema valorativo mediante o qual a forma de construir conhecimentos, reconhecida como válida por nosso sistema cultural, é vista por muitos como epistemologicamente superior. É necessário, então, superar esse tipo de etnocentrismo, como condição para ter uma melhor compreensão de como, em outras culturas, estabelecem-se relações das pessoas umas com as outras, ou com outros povos, ou, ainda, com a realidade que as cerca. Desta perspectiva, portanto, não tem sentido analisar como outras culturas veem o céu, se restringirmos a “céu” nossa própria concepção e construção astronômica (LIMA et al., 2014).

3 | OS MUITOS CÉUS DO BRASIL

No artigo sobre o estado da arte dos estudos da Astronomia Indígena no Brasil (LIMA et al., 2014), os cinco autores fazem uma revisão historiográfica sobre os conhecimentos indígenas acerca das relações Céu-Terra, e relatam suas próprias experiências em aldeias

indígenas, onde puderam observar o céu e ouvir suas histórias sobre ele. O artigo apresenta uma pequena amostra da diversidade sociocultural do Brasil, onde cada sociedade vê e interpreta o mundo a partir de sua própria perspectiva ou modelo cognitivo. Fica evidente também, pela análise das fontes documentais sobre povos indígenas no Brasil, o prazer, a diligência e o tempo dedicado a perscrutar o céu e interpretar seus fenômenos.

Para aqueles que vêm de uma formação acadêmica em Astronomia, ou mesmo escolar, que se limitam a transmitir uma visão hegemônica de céu como se fosse a única, é surpreendente descobrir que até mesmo o céu foi colonizado. Não apenas nos livros didáticos escolares, que insistem em ensinar um método de orientação espacial que faz o aluno procurar impropriamente o Norte, em vez do Sul (CAMPOS, 2019), mas também por nos ensinar a identificar as constelações de culturas do hemisfério Norte ou constelações criadas pelos colonizadores para o hemisfério celeste Sul, em detrimento das constelações dos povos do Sul. Os céus do Brasil estão povoados por animais da fauna brasileira, como Antas, Onças, Veados e Emas, porém desconhecemos a existência dessas constelações e de seus mitos, passados de geração em geração pela tradição oral dos Guarani e Ticunas, apenas para citar alguns exemplos (LIMA et al, 2014).

Além do encantamento de se reconhecer estes animais celestes nos céus do Brasil, estas constelações também anunciam períodos de chuva, de seca, cheias de rios, frio, mosquitos e a época certa para se plantar certos alimentos, como o milho. Este calendário celeste é utilizado para organizar atividades sociais, agrícolas e religiosas. Da mesma forma, o movimento do Sol e a Lua também são utilizados para a organização e encaminhamento da vida dos membros destas comunidades (LIMA, 2004; LIMA et al, 2014.)

Outra questão relevante que surge dos céus indígenas: a importância da Via-Láctea para as suas cosmologias e constelações, uma vez que a parte mais rica da Via-Láctea se encontra alta no céu e se torna uma das principais referências das noites tropicais. Esta característica levou ao aparecimento de constelações escuras e claras, que são formadas pelas manchas da Via-Láctea, em claro contraste com as constelações de estrela a estrela ocidentais. (LIMA, 2004, p. 52; 2005, p. 15)

É necessário dizer que não se trata de uma negação das contribuições das epistemologias do Norte, mas de defender um sistema de “intercâmbio que se constrói entre pessoas, conhecimentos, saberes e práticas culturalmente diferentes, buscando desenvolver um novo sentido entre elas na sua diferença”, como escreve Catherine Walsh (WALSH, 2001, *apud* OLIVEIRA; CANDAU, 2010). Sendo assim, a perspectiva da interculturalidade crítica como uma forma da pedagogia decolonial vai propor:

(...) uma construção de e a partir das pessoas que sofreram uma experiência histórica de submissão e subalternização. Uma proposta e um projeto político que também poderia expandir-se e abarcar uma aliança com pessoas que também buscam construir alternativas à globalização neoliberal e à racionalidade ocidental, e que lutam tanto pela transformação social como

pela criação de condições de poder, saber e ser muito diferentes. (WALSH, 2007, p. 8 apud OLIVEIRA; CANDAU, 2010, p. 28)

4 | CONCLUSÕES

Do ponto de vista epistemológico, há muita diversidade para ser analisada e compreendida em todo o território brasileiro, apontando-nos um painel étnico e epistemológico muito mais complexo e rico do que se pensaria à primeira vista. Estes conhecimentos, porém, não estão na escola, nem nos livros, pois foram silenciados e invisibilizados pelo racismo epistêmico. Neste trabalho, propomos um olhar decolonial para os céus do Brasil, numa proposta de valorização dos conhecimentos indígenas sobre o céu, colocando-os nas discussões epistêmicas dos espaços de ensino e nos centros acadêmicos.

FINANCIAMENTO

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

REFERÊNCIAS

BALLESTRIN, L. América Latina e o Giro Decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, No. 11, Brasília, maio - agosto de 2013, pp. 89-117.

BURKE, P. **O que é história do conhecimento?** São Paulo: Editora Unesp, 2016.

BURKE, Peter. Escrevendo a história do conhecimento no Brasil. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.25, n.3, jul.-set. 2018. Disponível em: <<http://www.scielo.br/hcsm>>.

CAMPOS, M.D'O. Por que SULEar? Marcas do Norte sobre o Sul, da escola à geopolítica. **Revista Interdisciplinar Sulear**. Ano 2, n.2 (Setembro/2019). Belo Horizonte, MG: EdUEMG, 2019.

FRANK, R. M. Origins of the Western Constellations. In: RUGGLES, C.L.N. (Ed.). **Handbook of Archaeoastronomy and Ethnoastronomy**. New York: Springer, 2015.

GROSGOQUEL, R. Dilemas dos estudos étnicos norte-americanos: multiculturalismo identitário, colonização disciplinar e epistemologias decoloniais. In: **Ciência e cultura**. São Paulo: v. 59, n. 2, p. 32-35, 2007.

LIMA, F.P. **Observações e descrições astronômicas de indígenas brasileiros - A visão dos missionários, colonizadores, viajantes e naturalistas**. Dissertação de Mestrado em História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia. Rio de Janeiro: COPPE/UFRJ, 2004.

LIMA, F.P.; MOREIRA, I.C. Tradições astronômicas tupinambás na visão de Claude d'Abbeville, **Revista da SBHC**, 3, 4-19, 2005.

LIMA, F.P.; BARBOSA, P.F.; CAMPOS, M.D.; JAFELICE, L.C.; BORGES, L.C. Relações Céu-Terra entre os Indígenas do Brasil: distintos céus, diferentes olhares. In: **História da Astronomia no Brasil (2013)** / organizador: Oscar T. Matsuura; comissão editorial: Alfredo Tiomno Tolmasquim [et al.]. Recife: Cepe, 2014, p. 86-128.

OLIVEIRA, L.F.; CANDAU, V.M.F. Pedagogia decolonial e educação antirracista e intercultural no Brasil. **Educação em Revista**. Belo Horizonte, vol. 26, No. 1, pp. 15-40, Abril/2010.

REVISTA INTERDISCIPLINAR SULEAR. **Revista Interdisciplinar Sulear**. Ano 2, n.2 (Setembro/2019). Belo Horizonte, MG: EdUEMG, 2019.

RUGGLES, C.L.N. (Ed.). **Handbook of Archaeoastronomy and Ethnoastronomy**. New York: Springer, 2015.

SANTOS, B. de S.; MENESES, M. P. (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2020.

CAPÍTULO 11

BELEZA NAS ALTURAS: AEROMOÇAS E UNIFORMES NA ESTÉTICA DO BEM VESTIR

Data de aceite: 01/12/2020

Felipe Bastos Maranezi

Universidade Estadual de Maringá - UEM
<http://lattes.cnpq.br/5671790036330765>

Natalia Scarabeli Zancanari

<http://lattes.cnpq.br/4172270958869101>

RESUMO: Normalmente, a palavra moda é associada a roupas, vestimentas e acessórios. Embora válida, não é este seu único significado. Conforme explica Lipovetsky (2009), moda engloba os mais diversos aspectos de uma cultura, como os objetos de decoração, a língua, o agir, as obras culturais e seus autores, as ideias e os gostos, contagiando-os com seus entusiasmos e seus movimentos velozes. Diante disso, a pesquisa tem como objetivo, entender, por meio da análise das propagandas, notícias e reportagens veiculados pelas revistas brasileiras O Cruzeiro, Manchete, de que maneira, as aeromoças foram transformadas em vetores de comunicação dos conceitos de moda, elegância e beleza, que ao serem difundidas em suas aparências e nos modos de vestir e de se apresentar, contribuíram para incrementar o setor aéreo nacional, como também a moda e os padrões de beleza no período escolhido pela pesquisa.

PALAVRAS-CHAVE: Aeromoças, uniforme, beleza.

ABSTRACT: Usually, the word fashion is associated with clothes, clothing and accessories. Although valid, this is not its only meaning. As Lipovetsky (2009) explains, fashion encompasses the most diverse aspects of a culture, such as decorative objects, language, acting, cultural works and their authors, ideas and tastes, infecting them with their enthusiasms and their fast movements. Therefore, the research aims to understand, through the analysis of advertisements, news and reports published by Brazilian magazines O Cruzeiro, Manchete, how the flight attendants were transformed into vectors of communication of the concepts of fashion, elegance and beauty, which, when disseminated in their appearances and in the ways of dressing and presenting themselves, contributed to increase the national airline sector, as well as fashion and beauty standards in the period chosen by the research.

KEYWORDS: Stewardesses, uniform, beauty.

1 | INTRODUÇÃO

Com a ideia difundida pela Escola de Annales, de que história merecia novos objetos e novas abordagens, e dentro de uma visão que atinge os fenômenos culturais, um novo objeto surge diante dos historiadores: a moda. Ela nos provoca diariamente, nas bancas de revistas, nas ruas, na internet, na televisão, no cinema, em nossos ambientes de trabalho, enfim, em todos os lugares que nossa visão alcance. Desde que existam cultura e sociedade, a indumentária se torna presente.

Para que possamos dissertar sobre o nosso objeto “uniformes das comissárias de bordo”, é relevante salientar que a Cultura tem um papel importante nas realizações do homem, sendo que a mesma diz respeito a todo um comportamento aprendido e transmitido do convívio humano. A cultura é uma “invenção” que só pode vir a ser alcançada e entendida diante das experiências e do choque cultural entre indivíduos ou situações (WAGNER, 2010).

Segundo o autor Wagner (2010), a cultura é um conjunto de crenças, hábitos, formas de vestir e pensar, agir e falar. É tudo aquilo que é passado, adquirido, vivido e compartilhado entre as pessoas, sendo que a civilização é um reflexo de um longo processo de acumulação que permite invenções, inovações, melhoras e avanços tecnológicos. As culturas não são imutáveis, elas estão ao tempo todo em conexão no mundo globalizado em que vivemos, modificando-se o tempo todo em contato com o diferente, contudo sem perder sua essência.

De acordo com Elias (1992), a sociedade começou a entender como civilização, o processo de afastamento cada vez maior da “naturalidade”, ou seja, uma caminhada ao controle dos impulsos primitivos. Com isso, percebe-se que algumas práticas comuns em um determinado momento da história, se transformaram em práticas espantosas, enquanto outras passaram a se tornar cada vez mais comuns e a fazerem parte de nossas vidas até os dias atuais, como é o caso dos vestiários e da moda. Elias também menciona que o termo cultura vai se firmar como aquilo que valoriza o que é único e está sempre em uma esfera intelectual, porém também cobre estruturas políticas, econômicas e tecnológicas.

As mudanças de comportamento das pessoas fazem parte do processo da estrutura emocional analisada pelo psicanalista Sigmund Freud (ed, ego e superego) que acreditava que conforme o “homem” vai tomando consciência de seus atos e de suas conseqüências diante da sociedade, ele vai se atentando no que diz respeito a sua fala, suas escolhas, e a seus comportamentos como um todo (ELIAS, 1992).

Elias (1992) descreve que no passado o fato de falar com a boca cheia, comer utilizando as mãos, a prática sexual sem algum pudor, são alguns dos comportamentos que foram sofrendo transformações e deixando de existir com o passar do tempo e da tomada da consciência conforme a estrutura emocional mencionada por Freud analisou. Diante do nosso objeto de pesquisa, podemos entender que a roupa, o uniforme de comissária, como traje utilizado por mulheres em um espaço de tempo onde o trabalho feminino fora de casa era algo raro e limitado e que o poder simbólico que tal traje acarreta, influenciou mulheres de muitas gerações, seus comportamentos, a busca por conquista, sendo o seu uso, o sinônimo de poder, elegância e independência, quesitos almejados por mulheres que admiravam a figura da mulher “alada” a mulher que está nas alturas, à aeromoça.

Ao trabalhar com o processo de civilização do homem desde os primórdios da sociedade, Elias nos faz estabelecer relação ao trabalho do historiador italiano Carlo Ginzburg (1989) que trata em sua metodologia de pesquisa a análise de fontes, as pistas,

os indícios, tal método é chamado de “Paradigma Indiciário”. Essa linha de raciocínio emergiu quando o historiador analisou três estudiosos e será utilizada para pensar em nosso objeto de pesquisa.

O primeiro é Freud, médico que tinha em sua metodologia de investigação, os sintomas de pacientes e do seu histórico clínico para diagnosticar enfermidades, o segundo é Morelli, pintor que estabeleceu um método de atribuição a veracidade e falsidade a obras de arte, e o terceiro é Arthur Conan Doyle, escritor que juntamente ao seu personagem Sherlock Homes, atribuiu as pistas, as minúcias, ao investigar casos policiais que eram despercebidas pela maioria.

A pista, o indício, a minúcia, é um método de trabalho, uma ferramenta utilizada pelos três estudiosos que tinham sua formação acadêmica em medicina (semiótica médica), porém tal metodologia pode ser aplicada a várias ciências, tais como a história, geografia, criminalística, antropologia entre outros. Carlo Ginzburg (1989) relata que o pensamento é aplicado desde o início da humanidade, pois se pensarmos no que os primatas procuravam nas pegadas, nos rastros a serem deixados por sua caça, é o mesmo raciocínio da atualidade, pois o cérebro do ser humano faz a todo o momento a pensar de forma a buscar pistas e indícios sobre o que está acontecendo ao nosso redor, sendo em nosso ambiente de trabalho, em nossa casa, ou em convívio com outras pessoas.

Ao pensar nos uniformes das comissárias de bordo, os mesmos são ricos em detalhes, de pistas e de indícios que se fazem presentes para transmitir algo para quem o vê, seja, respeito, admiração, desejo, entre outros sentimentos subjetivos do nosso ser.

Carlo Ginzburg em relação a nossos textos historiográficos nos chama a atenção aos filtros, onde menciona que toda fonte de pesquisa é fruto da ideologia de quem o produz, sendo ela escrita, oral, material ou imagética. É enfatizando tal questão que Sandra Pesavento (2008) trabalha o conceito de representação em fontes visuais, para a autora, seu interesse pelas fontes visuais vem desde o período asteca, bizantino até a atualidade e afirma que quem produz algo, tem o interesse de direcionar o olhar à determinada fonte visual. Sua linha de pesquisa está inserida na História Cultural e suas fontes de pesquisa podem ser fotográficas, textos literários, peças de teatros, roupas, cinemas entre outros. Pesavento (2008) afirma que as imagens como representação vieram dar um refinamento e complexificação nas pesquisas historiográficas, sendo um novo modelo epistemológico e uma nova estratégia metodológica.

As revistas foram grandes divulgadoras das imagens de comissárias de bordo, dotando a profissão de valores como o glamour e a elegância. No Brasil, entre as décadas de 1950 a 1970, as revistas O Cruzeiro e Manchete – presente nos lares da classe média urbana e voltada para toda a família – produzia e construía valores, trazia suas versões e propostas sobre a juventude e os significados de gênero do seu tempo (BASSANEZI, 1992). Ao divulgar e discursar sobre as imagens das aeromoças na “era de ouro” da aviação comercial brasileira, as revistas citadas contribuem para a percepção tradicional do papel

das mulheres no campo do trabalho, além de fortalecer a aproximação entre os uniformes das comissárias e a moda, fazendo transitar os ideais de beleza feminina entre o mundo profissional e o seu exterior.

A partir desses preceitos, podemos compreender que a problemática do objeto estudado “uniformes das comissárias de bordo” está centrado na análise das imagens das mesmas, remetidas pelas empresas Varig, Transbrasil e Vasp, veiculadas pelas revistas nos anos decorridos entre 1950 e 1970, a fim de identificar como a moda se incorporou a essas indumentárias e, ainda, como tal vinculação contribuiu para as noções de feminilidade ao fornecer representações de mulher elegante, moderna, sexy e protetora.

Dessa forma, as fontes imagéticas no contexto das companhias aéreas espalhadas pelo mundo, inclusive no Brasil, têm trabalhado juntamente com nomes de grandes estilistas como Cristian Dior e Cristóbal Balenciaga na criação de uniformes modernos, que sigam as últimas tendências da moda, provando que desde os primeiros anos da aviação os uniformes têm mantido um grande poder de comunicação e influência na sociedade, em especial, no que tange aos códigos vestimentares femininos.

O salto, a maquiagem, a roupa com corte social e ajustada ao corpo e os acessórios como lenços e meias ainda compõem o uniforme de muitas mulheres que trabalham ou não como comissárias. Em aviões, lojas, empresas, consultórios ou salas de aula, cobra-se das mulheres um estilo indumentário semelhante e pautado pelos códigos da moda, levando, muitas vezes, a horas de preparação de um visual “impecável”, aumentando, de certa maneira, as horas de trabalho das mulheres em suas profissões.

Ainda, para Pesavento (2008), as roupas, uniformes e acessórios como imagens são relevantes para a pesquisa em história, a partir do momento que possuem o poder da “presentificação de uma ausência”, ou seja, o que não está dito, mas que precisa ser decifrado e que mostra o mundo das imagens como parte do território da história cultural e, com isso, amplia a diversidade de fontes e a maneira de se abordar os documentos estudados.



Imagem 01: Aeroçoças Pan Am. Revista “O Cruzeiro” ano 1971, edição: 34. Acervo: Hemeroteca Digital.

Os uniformes dizem respeito ao controle do eu social segundo a autora Craik (2003) menciona, mas também do eu interno e de sua formação. Há vários sentidos no seu uso, tais como o de “[...] compreender e obedecer às regras relativas ao exercício do uniforme, transformando as peças de roupa em manifestações comunicativas” (CRAIK, 2003, p. 6). Assim, uma dimensão a ser buscada na pesquisa, é a que diz respeito ao ritmo do corpo ditado pelos uniformes, os comportamentos condizentes aos elementos de moda presentes nessas indumentárias, entre eles os cortes, as cores, os tecidos, as costuras e os elementos acessórios que, por sua capacidade de comunicação, produzem sentidos para as mulheres no trabalho e os que com esses elementos se relacionam.

Conforme elencado por Castilho (2004), a moda é uma instância sociocultural que desempenha um papel significativo na modelagem de comportamentos, das ideologias, dos gostos, dos estilos de vida e das interações sociais. As aparências dos sujeitos se constituíriam em fragmentos daquela instância sociocultural, permitindo entrever os limites da liberdade sob a qual é concebida como o conjunto formado pelos trajes, adornos e acessórios, os quais são sinônimos de indumentária.

Acerca do assunto, Lima (2009) argumenta ainda:

Então se aceitarmos que a verdade é aparente e que a razão não precisa negar as sensações estamos reconhecendo a moda como uma forma de conhecimento. Porque ela é aparência e expressão sensorial. Portanto, é uma forma de conhecer o mundo e o passado, a história de homens e mulheres que a criaram, vestiram e foram por elas moldados. A moda pode finalmente ser categorizada como um fenômeno histórico (LIMA, 2009, p. 29).

Diante de sua capacidade de revelar novas identidades e estilos de vida, a moda é um dos produtos da cultura que melhor podem espelhar transformações, pois seu caráter não verbal e a criação de um quase imediato reconhecimento de novas identidades a transformam em um dos produtos da cultura privilegiados para construção de uma reflexão sobre vários temas. Para Lipovetsky (1991), a indumentária utilizada em uma determinada época reflete os hábitos e os costumes da sociedade em questão, atuando como uma espécie de espelho da cultura. Na figura a baixo podemos ver as comissárias de bordo da empresa aérea brasileira Vasp, “desfilando” com seus novos uniformes desenhados especialmente para combinar com a decoração interna das aeronaves Super- Boeing- 373;



Aeromoças da Vasp com novos uniformes. Revista Manchete, ano 1975, edição 1193. Acervo: Hemeroteca Digital.

Uma das mais notáveis e representativas áreas da teoria contemporânea a cultura popular é a moda. Embora permaneça desorganizado em todos os sentidos institucionais, o estudo da moda como prática cultural tem produzido algumas análises significativas dos efeitos do que é lido por alguns autores como pós-modernismo a mais íntima, geral e disseminada dimensão da vida sociocultural. (CONNOR, 2000, p. 154). Cabe, portanto, destacar que o conceito de identidade deve aqui ser tomado algo impresso pela cultura, na medida em que as identidades são nomeadas a partir de um determinado contexto, e de expectativas que se criam em torno delas, por exemplo, ser homem ou mulher, ser homossexual ou heterossexual.

Desta forma, é possível afirmar que as identidades são constituídas culturalmente e estão fortemente vinculadas às práticas sociais. Para Hall (1997, p. 33) toda prática social depende e tem relação com o significado: “consequentemente, a cultura é uma das condições constitutivas de existência dessa prática, que toda prática social tem uma dimensão cultural” e ainda, que ela tem um caráter discursivo.

Segundo Lipovetsky (1991), a moda e a indumentária fazem parte de uma estrutura social centrada no presente, já que a moda é preciso sempre mudar, sendo assim, a moda está constituída nas sociedades como um fenômeno social e cultural, mais do que um elemento periférico.

Já o uniforme tem como principal sentido o poder de transformar peças de roupa em manifestações comunicativas e culturais. Os uniformes, em relação a um determinado grupo ou sociedade, têm um tipo de linguagem específico na historicidade, elas são cheias de representações dotadas de um sentido (CRAIK, 2003).

Junto ao conceito de representação, passa a existir o conceito de memória, sendo a história a narrativa que recupera algo ou alguém no tempo, já a memória evoca através da imagem do vivido, sendo a memória responsável pelas identidades das pessoas, já que ela tem o poder de legitimar ou deslegitimar comportamentos, anseios, conflitos sociais, econômicos e religiosos.

Segundo Guarinello (1994) a memória é uma reflexão sobre o passado, um debruçar-se sobre vestígios presentes para selecioná-los, agregá-los, condensá-los, destrinchando a espessura temporal do agora, para dar sentido, não tanto ao passado, como ao próprio presente. A memória é, assim, uma forma de ação, uma ação representativa, parte da atividade auto-representativa que uma sociedade, grupo ou indivíduo produzem de si, para assumirem e defenderem sua identidade e para orientarem sua ação individual ou coletiva. A memória é, no fundo, um jogo dos sentidos possíveis nos quadros, mais ou menos indefinidos, do tempo. Um jogo que se altera entre duas dimensões distintas do ato de rememorar.

A memória é um fenômeno construído social e individualmente, quando se trata da memória herdada, podemos também dizer que há uma ligação fenomenológica muito estreita entre a memória e o sentimento de identidade. Aqui o sentimento de identidade está sendo tomado no seu sentido mais superficial, mas que nos basta no momento, que é o sentido da imagem de si, para si e para os outros. Isto é, a imagem que uma pessoa adquire ao longo da vida referente a ela própria, a imagem que ela constrói e apresenta aos outros e a si própria, para acreditar na sua própria representação, mas também para ser percebida da maneira como quer ser percebida pelos outros (POLLAK, 1992).

Para Portelli (2016) cada pessoa tem uma memória, de alguma forma, diferente de todas as outras, então, mais do que memórias coletivas, é que há um horizonte de memórias possíveis. Quando pensamos em memórias individuais, há uma parte disso que se pode tratar como uma ferramenta comparativa e estatística, porque há situações que são compartilhadas e que podem ser relatadas, mas há outras que são qualitativas, no sentido em que há o encontro entre um acontecimento, um lugar e uma subjetividade individual, um passado e um futuro individual.

Ao tratar de memórias individuais, Portelli, verbaliza que conseqüentemente é abrir uma porta para trabalhar com a História Oral, pois ela consegue trabalhar em pontos onde

os arquivos e a história convencional não vêem, e é precisamente na vida cotidiana onde podemos ter o contato com a história das mulheres, da relação com as roupas e com a moda (PORTELLI, 2016).

Para Portelli (1997), as fontes históricas orais são fontes narrativas. Daí a análise dos materiais da história oral dever se avaliar a partir de algumas categorias gerais desenvolvidas pela teoria narrativa na literatura e no folclore. Isso é tão verdadeiro no testemunho recolhido em entrevistas livres quanto nos matérias de folclore organizados de modo mais formal.

A primeira coisa que torna a história oral diferente, portanto, é aquela que nos conta menos sobre eventos que sobre significados. Isso não implica que a história oral não tenha validade factual. Entrevistas sempre revelam eventos desconhecidos ou aspectos desconhecidos de eventos conhecidos: elas sempre lançam nova luz sobre áreas inexploradas da vida diária das classes não hegemônicas. Deste ponto de vista, o único problema colocado pelas fontes orais é aquele de verificação (PORTELLI, 1997).

Mas o único e precioso elemento que as fontes orais têm sobre o historiador, e que nenhuma outra fonte possui em medida igual, é a subjetividade do expositor. Se a aproximação para a busca é suficientemente ampla e articulada, uma secção contrária da subjetividade de um grupo ou classe pode emergir. Fontes orais contam-nos não apenas o que o povo fez, mas o que queria fazer, o que acreditava estar fazendo e o que agora pensa que fez (PORTELLI, 1997).

O estudo da moda traduz muito da vida e cultura da história de um povo, então, estudá-la através dos uniformes é considerado um elemento integrante e expressivo, seu estudo precisa estar embasado em pesquisas antropológicas que possam suprir esse universo tão amplo, pois são muitos os tipos físicos, estilos, pensamentos, filosofias de vida e hábitos. Os comportamentos a serem analisados no uso dos uniformes, partem, portanto, da observação que converge às narrativas de antropólogos, sociólogos e historiadores acerca da inscrição de homens e mulheres na sociedade, evidenciada pelos arranjos desarmônicos de suas relações.

A análise com as fontes escritas, ou seja, com as revistas *O Cruzeiro* e *Manchete*, favorecem a observação do processo de maturação ou de evolução de indivíduos, grupos, conceitos, conhecimentos, comportamentos, mentalidades, práticas, entre outros. Porém, para a pesquisa acerca dos uniformes, as fontes orais surgem como uma alternativa a ser, Portelli (2006) pondera que a História Oral busca transformar as entrevistas gravadas em fontes para se compreender o passado, complementando assim as fontes documentais escritas, imagéticas e outros registros técnicos, como memórias, biografias, autobiografias, sempre procurando expressar como os indivíduos vivenciam e interpretam os acontecimentos e as situações das quais foram testemunhas ou participantes diretos.

Diante do que foi mencionado, podemos verificar que o reconhecimento das fontes orais, como importante fonte histórica da História Cultural tem nos apresentado com a

possibilidade de historiar momentos passados do cenário da nossa vida cotidiana. A consciência dessa riqueza de fonte histórica fez aumentar a quantidade de estudos que usam as entrevistas como suporte, o que está sempre em pauta na proposta de Portelli é exatamente o relevante papel que a subjetividade desempenha na reconstrução do evento histórico.

Apesar de na atualidade o uso dos uniformes em alguns ambientes de trabalho como em ambientes escolares, foram com o passar dos anos perdendo o significado inicial, não podemos deixar de mencionar o quanto as roupas, os uniformes e acessórios comportam um rico potencial de análise, por serem objetos que revestem o corpo, estão no dia a dia da sociedade, participando de momentos felizes e tristes, e por estar atuando de maneira tão próxima das pessoas, esse tipo de indumentária se torna um elemento relevante aos estudos de uma sociedade que está em constante mudança.

REFERÊNCIAS

BASSANEZI, Carla. Virando as Páginas, **Revendo as Mulheres :revistas femininas e relações homem-mulher (1945-1964)**. Dissertação de mestrado em História Social. USP, São Paulo, 1992.

CASTILHO, Kathia. **Moda e linguagem**. São Paulo: Editora Anhembi Morumbi, 2004.

CONNOR, Steven. **Cultura pós-moderna: introdução às teorias do contemporâneo**. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

CRAIK, Jennifer. **A política cultural do uniforme**. Fashion Theory, .2,n.2, p.5-26, jun.2003.

ELIAS, Norbert. **O Processo civilizador: Uma história dos costumes**, trad. Ruy Jungmann, revisão e apresentação Renato J. Ribeiro, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1992: Traduzido de Uber den Prozess der Zivilisation vol.I, publicado originalmente em 1939 na Basileia, Suíça.

GINZBURG, Carlo. "Sinais: raízes de um paradigma indiciário" IN **Mitos, emblemas, sinais: Morfologia e História**. 1 reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GUARINELLO, Norberto Luiz. **Memória coletiva e história científica**. Revista Brasileira de História, v. 14, n. 28, p. 180-193, 1994.

HALL, Stuart. **Identidades culturais na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 1997.

LIMA, Laura Ferrazza de. **Vestida de frivolidades: a moda feminina em suas visões estrangeira e nacional na revista O Cruzeiro de 1929 a 1948**. Dissertação de Mestrado em História. UFRGS, Porto Alegre, 2009. LIPOVETSKY, Gilles. O império do efêmero. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. O mundo da imagem: território da história cultural. In: ROSSINI, Miriam de Souza; SANTOS, Nádia Maria Weber; PESAVENTO, Sandra Jatahy (Orgs.). **Narrativas, imagens e práticas sociais: percursos em história cultural**. Porto Alegre: Asterisco, 2008.

POLLAK, Michael. **Memória e identidade social**. Revista Estudos Históricos, v. 5, n. 10, p. 200-215, 1992.

PORTELLI, Alessandro. **História oral como arte da escrita**. Tradução: Ricardo Santhiago, São Paulo; Letras e Voz, 2016.

PORTELLI, Alessandro et al. **O que faz a história oral diferente**. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, v. 14, 1997.

WAGNER, Roy. “**A pressunção da cultura**” in: **A invenção da cultura**. São Paulo: Cosac-Naify, 2010, PP.27-28.

CAPÍTULO 12

CAMINHOS DA MODERNIDADE: A AMAZÔNIA SOB OS SIGNOS DE UM TEMPO ACELERADO (1915-1940)

Data de aceite: 01/12/2020

Leticia Souto Pantoja

Unifesspa. Faced. Belém. Pará.
<http://lattes.cnpq.br/6196152127043816>

RESUMO: São investigadas diferentes vertentes do processo de ocupação e expansão territorial da cidade de Belém, ocorrido entre 1915 e 1940, a saber: as interferências ocasionadas pela nova conjuntura econômica instaurada após a perda da hegemonia no comércio internacional da borracha no Pará sobre a constituição da paisagem cidadina; as questões demográficas que envolveram a continuidade dos fluxos de imigrantes para a capital do Estado do Pará, o movimento crescente da especulação imobiliária decorrente da ocupação de áreas urbanas anteriormente classificadas como periferias e / ou periferias. Ao mesmo tempo, discute-se a incorporação de alguns indícios da modernidade brasileira ao cenário belemite, muitos deles decorrentes da intensificação do movimento de industrialização nacional. Nesse sentido, destaca-se a introdução de artefatos tecnológicos na área de transporte, mídia e fontes de energia que subsidiavam a vida urbana. Paralelamente, analisa-se as relações quotidianas que os munícipes estabeleceram em face da consolidação do uso desses artefatos, especialmente dos bondes elétricos e automóveis, bem como, os múltiplos impactos do consumo de uma cultura de massa veiculada

pela sociabilidade dos cinemas, teatros e rádio.
PALAVRAS-CHAVE: Amazônia, Belém, urbanização, modernidade, sociedade.

PATHS OF MODERNITY: THE AMAZON UNDER THE SIGNS OF AN ACCELERATED TIME

ABSTRACT: Different areas of the process of occupation and territorial expansion of the city of Belém, which occurred between 1915 and 1940, are investigated, namely: the interference caused by the new economic situation established after the loss of the hegemony in the international rubber trade in Para, demographic issues that involved the continuity of the immigrant flows to the capital of the State of Pará, the movement of real estate speculation resulting from the occupation of the urban areas previously classified as suburbs and / or suburbs. At the same time, the incorporation of some signs of Brazilian modernity from 1920 to 1940 into the Belemite city scenario is discussed, many of which stem from the intensification of the national industrialization movement. In this sense, emphasis is placed on the introduction of technological artifacts in the area of transportation, the media and energy sources that subsidized urban life. Nonetheless, we analyze the daily relationship that the citizens have developed with the consolidation of the use of trams and automobiles, as well as the consumption of a mass culture conveyed by the sociability of cinemas, theaters and radio.

KEYWORDS: Amazonia, urbanization, Belém, modernity, Society.

1 | BELÉM DO PARÁ, ENTRE OS ANOS DE 1920 E 1940

Os anos que se seguiram ao apogeu do comércio extrativista do látex na Amazônia são considerados pela historiografia, décadas em que a região esteve imersa em um lento e agonizante quadro de decadência. Seja no âmbito econômico, político ou social, os diferentes discursos historiográficos apontam as nefastas consequências para a sociedade amazônica, da perda da hegemonia na produção e na comercialização internacional da *herbea brasilienses*. Tais estudos, majoritariamente realizados com base em pesquisas de documentos governamentais, dados censitários e registros comerciais, possibilitam a compreensão de algumas das diferentes dimensões que compuseram as realidades das principais cidades da região, destacando-se nesse quadro, Belém e Manaus, durante as décadas de 1920 a 1940.

Penteado (1968), Rocque (1973), Cruz (1974) e Santos (1980) compuseram os primeiros trabalhos que defenderam a tese da completa decadência regional, em razão do declínio do chamado “ciclo gomífero”, considerando-se o ano de 1912 como marco inicial desse processo, pelo fato de ter ocorrido aí o *crack* dos preços de venda da borracha nativa.

Referindo-se ao Pará e sua capital, Penteado (1968: 156) aponta os dez primeiros anos da grande crise como sendo uma década em que Belém viveu sob os efeitos imediatos do ciclo que se findara; ainda que conseguisse sobreviver, nos momentos de maiores dificuldades à custa de seu porto, de onde saíam poucas exportações.

“(…) Este aspecto que Belém apresentava era exatamente o resultado da evolução de que estamos tratando; a cidade se ressentia da falta de solução de inúmeros problemas insolúveis, como a falta de higiene de várias de suas áreas, onde junto a baía do Guajará, a linha do cais não completada permitia que, nos igarapés, durante a maré baixa, ficassem a mostra detritos de toda a sorte; ressentia-se ainda a capital paraense de uma série de outras deficiências, tais como a má qualidade da água potável, da limpeza pública, da rede de esgotos, etc.”

Nessa perspectiva, os problemas sanitários e de infra-estrutura urbana não solucionados no período entre-guerras ilustravam a condição geral da economia da região: desorganizada, em termos fiscais e administrativos, com baixa arrecadação de impostos, insolvência no setor comercial, desempregos e proliferação da pobreza.

Santos (1980: 239) postula que houve um grande colapso econômico em toda a região amazônica, o qual pôde ser observado de forma mais intensa no período de 1911 a 1914, no Pará e Amazonas. Nesses anos ocorreram sucessivas falências de casas comerciais em Manaus e Belém, desativaram-se seringais em diversas regiões do interior dos estados e caiu vertiginosamente o preço da borracha.

Com a queda dos preços e a diminuição das exportações, os prejuízos desencadeados foram múltiplos, abrangendo desde o crescimento do êxodo populacional,

em virtude do fechamento de seringais, a crise de abastecimento de certos gêneros, o aumento de doenças diretamente vinculadas aos níveis de nutrição da população urbana até a desvalorização de bens diversos, tais como lanchas e vapores que se tornaram ociosos, por não terem mais o que transportar.

De forma enfática Santos (1980: 240) afirma que os segmentos que sofreram maior impacto com esse processo foram compostos pelos grupos mais ligados ao mercado de exportação e à vida urbana (seringalistas, acionistas de bancos, exportadores e trabalhadores do comércio, em particular), os quais teriam sido profundamente abalados pelas mudanças econômicas.

Especialmente a elite tradicional gomífera, com suas extensas famílias e seu poderio sustentado pelo sistema de aviamento, perderam prestígio político e econômico, cedendo espaço para os grandes comerciantes de castanha, exploradores de madeiras e pecuaristas do Marajó, preservando-se o sistema de aviamento, mas com outros personagens e não nas mesmas proporções da fase gomífera.

Já o setor terciário, predominantemente formado por sub-empregos, passou a receber a maior parte da população ativa e desempregada, sofrendo uma expansão negativa, por agregar grandes contingentes de egressos dos seringais e desempregados urbanos oriundos das inúmeras falências ocorridas no comércio local.

Sob esta ótica, os efeitos da crise foram sentidos de maneira bastante pontual nas duas principais capitais da Amazônia, Manaus e Belém. Portanto, seria coerente afirmar que a desestruturação do comércio extrativista da borracha afetou em diferentes níveis tanto as áreas sertanejas diretamente conectadas com os seringais nativos quanto as *urbes* amazônicas, especialmente entre 1912 e 1930, quando ainda se vivia a expectativa de redinamizar o comércio do látex.

Sem desconsiderar a relevância de tal produção historiográfica importa reconhecer paralelamente, que no cenário específico da capital paraense durante as décadas de 1920 e 1930, certos processos históricos se construíram a partir da lógica contraditória da prevalência/continuidade da modernidade sob o que se poderia chamar de 'escombros da economia gomífera'.

Desta feita, é possível afirmar que o aumento da densidade demográfica a partir do crescimento do mercado informal de trabalho e a diminuição de ofertas de emprego no setor formal-comercial, posteriores ao declínio do extrativismo do látex, implicaram tanto na rearticulação das lutas dos trabalhadores citadinos pela sobrevivência quanto, e principalmente, na construção de novas formas de ocupação do espaço urbano, as quais perpassaram por conflitos entre o 'novo' e o 'velho'; e pelo enfrentamento de tensões de viver num espaço múltiplo de territorialidades e pessoas.

Assim, a capital paraense passa a representar para todos que nela aportam um espaço de variadas possibilidades. *Lócus* que –pretensamente- oportuniza: trabalho e mais ganhos, a construção de novas relações de sociabilidade, a apreensão de novos hábitos

e modos de viver mais coletivos e cada vez mais públicos, além do acesso a produtos e formas de consumo antes pouco conhecidas daqueles que migraram para a urbe; ainda que sob as sombras dos discursos saudosistas da elite que queixava-se a crise econômica sinalizada pela perda da hegemonia no comércio de exportação extrativista.

“Belém. Civiliza-se. O “chá das cinco” no espelhado recinto da Confeitaria Central vae se tornando numa nota obrigatória de elegância e bom gosto à aristocracia da cidade.

Diariamente as nossas gentes compatriças ao avizinhar do crepúsculo correm ao elegante estabelecimento, para satisfazer o suavíssimo tributo da vaidade e da graça, enquanto os nossos elegantes e almofadinhas, lá estão firmes para os torneios mudos dos olhares, dos sorrisos e dos cumprimentos, às vezes, precursores de ‘flirts’ deliciosamente tentadores.”¹

Um celeiro de experiências que são construídas cotidianamente e a partir do diálogo entre diversos sujeitos históricos; os quais elaboravam suas formas de viver na cidade, mediados por suas condições de trabalho, gênero, renda e cultura. E como elemento comum a todos, a própria paisagem urbana com seus ícones e signos; que se pretendia sedutora, cosmopolita e moderna

21 OS SÍMBOLOS DE UM TEMPO ACELERADO: A ELETRICIDADE, OS BONDES E O AUTOMÓVEL

“Belém é uma cidade progressiva, Magestade. O mecanismo do progresso metteu o bedelho em tudo: escreve-se a machina, anda-se a machina, toca-se piano a electricidade, ouve-se Caruso e Tamagno por manivela, come-se no restaurante um bife com harmonia, baila-se ao som de discos simples e duplos, sobe-se por elevador, namora-se pelo telegrapho sem fio e por telefone, choca-se pintos em machinas, realizam-se profundas e abracadabantes prophecias de horóscopos e astrólogos, lavam-se chapeos de palha em dez minutos, vai-se de automóvel a casamento e a enterro, as duas ultimas tolices que se fazem nesta vida, consequências da primeira – ter nascido...Ouve-se falar inglêz, francêz, alemão, italiano, turco, chinês e syrio, como se estivéssemos na torre de Babel; á tarde; n’A Brazileira, principia a invasão dessa multidão elegante e frívola, iniciando um demorado ataque aos sorvetes, aos doces, às gulodices, trocando-se a todo o passo cumprimentos affáveis com as pessoas conhecidas, que se encontram naquele procurado e distinto *rende vouz*.”²

O bonde, o automóvel, a electricidade, o cinema e os teatros constituíram-se instrumentos das novas técnicas que marcaram as primeiras décadas do século XX, em várias capitais brasileiras, incluindo Belém do Pará.

1. Belém Nova. Ano IV. Nº 73. 30 de agosto de 1927. Relâmpagos.

2. SOLENNE, Agapito. *Entre o rapé e o paraty: sensacional entrevista sobre assuntos paraenses sérios e de atualidade*. Typografia de (sic), Belém, 1924. Capítulo V. A cidade de Belém. Pp. 49-50

Novas visualidades e formas de perceber e de sentir a cidade foram construídas, sinalizando a emergência de um *tempo* mais ritmado, sob a cadência dos turnos de trabalho das fábricas, da velocidade do trânsito, da rotação das fitas cinematográficas e da transitoriedade dos desejos de consumo. (Carneiro, 2011; Correa, 2010)

Pinto (2002) utiliza-se da expressão “os fluxos irresistíveis da modernidade” para discorrer a respeito da influência que a emergente realidade urbano-industrial paulistana exerceu sobre os demais estados brasileiros, não se podendo excluir o Pará.

Em Belém, a modernização assinalada nos anos de 1920 e 1930 dialogou com múltiplas linguagens, sonoridades e artefatos técnicos que passaram a fazer parte do *locus* citadino. Daí as intempéries da economia terem convivido lado a lado com a expansão da cidade e com a incorporação de elementos que reafirmavam as conquistas científicas do progresso urbano. (Padilha, 2001:106)

Para as camadas populares, o cotidiano de trabalho e a busca por meios de sobrevivência emergiram de forma complexa, abrigando em si mesmos sinais de um evidente cosmopolitismo e traços de uma urbanidade pautada em valores, práticas e manifestações próprias da cultura tradicional da região.

As relações que inúmeros segmentos de municípios estabeleceram com os valores, as tecnologias e os artefatos da vida moderna desnudam os impactos sofridos pelas formas mais tradicionais de vida e de trabalho da população local, bem como as resistências à assimilação de alguns desses elementos e usos no dia a dia dos habitantes de Belém.

“Na ocasião em que Manoel Saraiva de Lima, anteontem, às 10 e ½ horas da manhã, **esgalhava uma árvore de murucy, no quintal de sua residência à travessa Loma Valentina**, feriu-se com um golpe de terçado, no pé esquerdo, de que lhe veio abundando hemorragia. A vítima recolheu-se à Santa Casa.”³ (grifos nossos)

A paisagem citadina tornou-se o ambiente propício para as tensões e os enfrentamentos dos novos modelos de ser e existir na urbe, os quais perpassavam não somente pela apropriação das recentes tecnologias mecânicas e recursos do industrialismo moderno, mas também pelo abandono de certos costumes e hábitos há muito tempo vigentes na sociedade local.⁴

Mudanças no âmbito da vida doméstica pela introdução de novas fontes de energia, pelas emergentes criações de utensílios e objetos de comodidade, pelas alterações no fluxo de pessoas e de veículos que circulavam pelas cidades, pela crescente primazia dos conhecimentos científicos sobre aqueles produzidos por meio da transmissão oral, dentre outras questões, sobressaem nas fontes pesquisadas, levando-se a refletir acerca dos caminhos percorridos pela modernidade parauara nos anos 1920 e 1930.

3. Folha do Norte. 03 de julho de 1920. Fls. 02. Coluna 03. Feriu-se com um terçado.

4. “**Quando se achava a colher assahy na matta próxima ao acampamento da Pedreira**, sábado retrasado, foi vítima de uma queda o popular Lourenço Barbosa, residente a travessa 14 de Março, 8.” Folha do Norte. 22 de agosto de 1920. Fls. 06. Col. 01/02. Na polícia e nas ruas. *Cahiu do saahyseiro*.

Relatos a respeito de crimes envolvendo práticas de pajelança e de medicina popular, pautadas pelo uso de recursos das matas e rios abundantes que existiam na região, denunciam a existência de outros modos de se viver, que confrontavam o modelo de modernidade disciplinadora, científica e mecanizada, proposto pelos discursos oriundos dos poderes públicos e das camadas burguesas cidadinas.

“Numa barraca, na Travessa José Bonifácio, próximo ao Guamá, faleceu, ante-hontem, ao meio dia, Pulcheria Maria da Costa, paraense, preta, viúva, de 40 anos de idade, em consequência de uma beberagem que lhe fora ministrada por um indivíduo, seu vizinho.

Diante desse facto o médico verificador de óbitos determinou que fosse o cadáver removido para o necrotério, onde o dr. Renato Chaves procedeu a autópsia, enviando as vísceras para o laboratório de análises do estado, para o competente exame.

O enterramento da infeliz efetuou-se as expensas da família.

O cadáver apresentava os lábios queimados pelo efeito corrosivo da beberagem e, segundo nos informaram, o individuo que a preparara ao saber da morte da infeliz e querendo mostrar a sua inocência, tomou certa quantidade, ficando também com a boca e lábios seriamente queimados.”⁵

Por isso, em Belém, o surgimento de novidades técnicas e tecnológicas, como o cinematógrafo, o telefone e o rádio, não extinguiu do cotidiano de diversas famílias o hábito de manipular plantas, fazer unguentos e beberagens com vistas à cura de doenças e ao alívio de dores. Tampouco se deixou de encontrar áreas em que nuances de metropolização conviviam com elementos típicos de espaços agrários.

Na verdade, nas décadas de 1920 e 1930 ainda se podiam encontrar bairros onde as matas e reminiscências de florestas coexistiam com áreas descampadas e residenciais. Nesses territórios, o rural e o urbano se confundiam e se mesclavam nas formas pelas quais seus moradores procuravam extrair dos recursos naturais disponíveis alimento, trabalho e diversão.

É nessa paisagem ambivalente que novos ritmos de viver procuram se impor, sustentados pelo fascínio causado pelas novidades tecnológicas e hábitos de consumo de massa, pela descoberta de novas e potentes fontes de energia e pelo aprimoramento dos meios de locomoção e de transporte.

2.1 A eletricidade

A luz elétrica passou a fazer parte da paisagem belemita, ainda no final do século XIX (1896), mas foi a introdução dos bondes elétricos a partir de 15 de agosto de 1907, que ampliou sua importância, tornando-a elemento primordial da vida cotidiana paraense,

5. Folha do Norte. 19 de março de 1915, fls. 03. Col.03. As victimas da pajelança.

especialmente no que se refere às elites econômicas da capital do Estado. (Lemos, 2007:96; Lima, 2008:10)

De fato, desde a aprovação da Lei Municipal nº391, em 1904, que autorizou a transferência dos contratos entre a *Companhia Urbana de Estrada de Ferro Paraense* para o Sr. C.H Christopher Moller ou a firma por ele constituída em Londres, o predomínio do uso da eletricidade como fonte de energia em Belém estava assegurado, ainda que se mantivesse a opção pela iluminação à gas.

Conforme explicita Lemos (2007:145) essa concessão tinha a finalidade de explorar com o uso da eletricidade, os seguintes serviços: transporte de passageiros, cargas e mercadorias; iluminação pública com lâmpadas incandescentes ou de arco voltaico nas ruas, travessas, praças, passeios, jardins, cais, avenidas, edifícios municipais e estaduais, exceto naquelas vias públicas em que a intendência municipal determinasse o uso de outro sistema de iluminação ou iluminação privada, sem prejuízo de concessões anteriores e sem embaraços para a livre concorrência para o serviço das casas comerciais e particulares.

Por isso, nos anos trinta, a eletricidade já era constitutiva do dia a dia dos moradores de Belém, tanto na esfera dos espaços públicos quanto na dos privados. Era o fornecimento de energia elétrica para os diferentes territórios da cidade que assegurava a muitos munícipes, o acesso a uma série de serviços e recursos da modernidade, como por exemplo, o próprio transporte público, os circuitos de lazer noturno em cinemas e teatros, as emergentes possibilidades de consumo facilitadas pelos horários estendidos de funcionamento das lojas e das casas comerciais, além do contato com novos meios de comunicações e com novos utensílios domésticos, tais como geladeiras, máquinas de sorvete, ventiladores, ferros de passar.

“Estavamos no popularíssimo e elegante Largo da Pólvora, o ‘pivot’ do grande movimento citadino belenense. Fazia noite. Os focos elétricos derramavam, em todas as direções, a alegria de sua luz intensa. Pelos espaçosos passeios, uma multidão heteróclita, movimentava-se congestionando o trânsito.

Cortando os espaços, um vago ‘brouhaha’ de um borburinho. A avalanche parecia crescer em cada estante que passava.

O Olimpia, o Éden, o Palace, com as suas fachadas brilhantes de luz, despejavam na rua o som barulhento dos seus jazz bands.”⁶

A eletricidade foi incorporada rapidamente à paisagem urbana e quanto mais dependente da energia elétrica a cidade ficava, mais cresciam as reivindicações da população local pelo fornecimento regular daquele recurso.

“Reclamam - da Rua Cezário Alvim contra a escuridão reinante por falta de lâmpadas nos postes de iluminação. Dizem os moradores que não vêm um

6. Revista Fon Fon. Rio de Janeiro, 1938. Edição 38. O Largo da Pólvora.

palmo diante do nariz, quando sobe a noite, principalmente se é chuvosa, porque dão trombolhões e quedas a cada passo.

O fiscal de luz, segundo acrescentam os reclamantes, nunca por ali se perdeu e talvez acredite que não exista tal trecho urbano. Idêntica reclamação fazem os moradores da travessa D. Pedro, entre o Largo do Esquadrão e o Largo Santa Luzia."⁷

Embora a distribuição de energia pela urbe fizesse parte do rol de serviços de caráter estatal, dava-se com fulcro em concessões cedidas pelos governos a empresas privadas, que visavam primordialmente obter lucros com seu fornecimento, independentemente dos interesses da população.

Historicamente, desde o século XIX, não só no Pará mas também no Amazonas, Acre e Amapá, os capitais estrangeiros de grandes conglomerados controlavam a prestação de serviços de abastecimento de água, esgotos, luz e transportes coletivos, gerando descompassos entre os anseios dos moradores das cidades e as finalidades econômicas das concessionárias. Por isso, havia reclamações cotidianas nos jornais denunciando os problemas enfrentados com ruas escuras, falta de iluminação nos postes e falta de rede de iluminação em certos bairros e vias, dentre outros.

Na perspectiva dos munícipes, o fornecimento de eletricidade deveria se basear em critérios de equidade social e não de mercado. Portanto, impunha-se estar alheio a questões econômicas, não se subordinar ao poder aquisitivo dos diferentes segmentos de moradores ou às características geo sociais que diferenciavam os inúmeros bairros da cidade; critérios que não parecem ter sido respeitados pelas concessionárias do serviço.

Dos textos examinados, depreende-se que a questão do acesso ao consumo da eletricidade, especialmente por meio de ligações domiciliares e iluminação de ruas, gerava maior ou menor sensação de pertença ao *locus* de urbanidade da capital. Assim, não usufruir com regularidade e com qualidade dos serviços de eletrificação significava tornar-se uma espécie de munícipe de segunda categoria, alguém que vivia na cidade, mas que não estava sintonizado plenamente com a cultura urbana e com os benefícios proporcionados pela vida moderna.

Nesse tocante, os petítórios veiculados nos jornais da metrópole paraense representam mais que simples reclamações, constituindo-se textos que desnudam as impressões que alguns segmentos sociais nutriam acerca da forma como o poder público administrava as necessidades dos diferentes espaços e grupos de munícipes.

Sob este enfoque, se extrai das falas dos reclamantes que havia áreas preteridas pela administração municipal ou simplesmente que eram menos valorizadas e pouco atendidas pelas empresas concessionárias dos serviços públicos; certos territórios que, embora geograficamente fizessem parte do nicho urbano, não recebiam a mesma atenção que os outros espaços da cidade.

7. Folha do Norte. 09 de fevereiro de 1920. Fls. 03. Reclamam.

Do teor das denúncias, tem-se que nos bairros mais centralizados e próximos do circuito financeiro-cultural tradicional da capital paraouara, como por exemplo, Nazaré, Cidade Velha, Batista Campos, Reduto e Comércio, havia melhor provimento de serviços urbanos básicos, especialmente se tratando de energia elétrica, rede de esgotos, asfaltamento e coleta de lixo. Outros perímetros pertencentes a bairros como o Umarizal, Telégrafo-sem-fio, Cremação, Jurunas, Guamá e Pedreira, dentre outros, eram constantemente citados nas reclamações, possibilitando refletir-se sobre as dificuldades enfrentadas cotidianamente por seus moradores, no afã de usufruir de algumas facilidades de se viver em uma cidade considerada moderna e desenvolvida.

“Moradores da Avenida Francisco Monteiro (Canudos) solicitam por nosso intermédio, a atenção do sr. Prefeito municipal, para o estado lastimável em que se encontra o ponto final da junção da travessa Curuzú com aquela avenida, onde o mato esta crescendo assustadoramente, na iminência de invadir as habitações circunvizinhas e tornar intransitável aquele trecho.”⁸

Importa assim questionar como se construía essa diferenciação geo espacial da oferta de energia elétrica e de outros serviços públicos pela cidade. Se derivava da aplicação de critérios exclusivamente econômicos por parte das empresas concessionárias, a partir dos quais avaliava-se a capacidade de consumo de um determinado grupo de pessoas; e até que ponto a composição demográfica-social dos moradores dos diferentes bairros da urbe interferia na estruturação da rede de distribuição domiciliária de eletricidade.

Nessa perspectiva, talvez o potencial de retorno de investimentos fosse maior em bairros com menor densidade demográfica, porém com maior circulação de capitais e de pessoas, justificando-se assim certa preferência pelos distritos mais comerciais, onde se localizavam lojas e fábricas; bem como pelas zonas citadinas que faziam parte dos itinerários de sociabilidade burguesa, nos quais havia significativa presença de bares, cinemas, casas de espetáculo e hotéis, que proporcionavam intenso fluxo de munícipes, ainda em que horários determinados e, por conseguinte, maior consumo de eletricidade.

Outro aspecto relevante acerca da incorporação da eletricidade ao cotidiano de vida e de trabalho dos munícipes belemitas (especialmente os mais pobres) se refere ao fato que a mesma veio acompanhada de várias situações que destoavam dos discursos ufanistas de modernidade, recorrentes em outras regiões do Brasil.

Daí que, além da irregularidade do serviço de fornecimento, acidentes envolvendo choques elétricos e quedas de fiação, queimas de maquinários nas fábricas, interrupções de fornecimento que geravam atrasos de bondes, dentre outras situações, tornaram-se fatos quase rotineiros do processo de assimilação da eletricidade à vida urbana paraouara.

Portanto, ao mesmo tempo em que podia fascinar e possibilitar novas experimentações da vida citadina, a eletricidade também podia ocasionar enormes prejuízos, principalmente se considerarmos que sua manipulação exigia uma série de conhecimentos técnicos e cuidados que não eram dominados pela maioria da população.

8. Folha do Norte. 10 de janeiro de 1939. Pág. 02. O povo reclama.

“Um homem fulminado por um fio elétrico- a morte do infeliz

Hontem, cerca de 7 horas e ½ da noite, **quando o horteleiro Justino do Espirito Santo Lopes, residente à rua dos Tymbiras, nº03, concertava um fio da iluminação elétrica que não dava luz a sua residência, foi victima de um formidável choque, que o prostrou mortalmente ao solo.**

A morte do infeliz horteleiro foi instantânea não lhe valendo o imediato socorro que lhe prestou seu sobrinho de nome Bernardino Gomes da Silva, o qual fora atraído pelos gritos dos filhos da victima.

A polícia teve conhecimento do facto, tendo comparecido ao local do mesmo, o sub-Prefeito José Ferreira de Souza, que em companhia do dr. Hermogenes Pinheiro, médico legista e do escrivão Philemon Assunção, procedeu ao levantamento do cadáver. (...)

O enterro do infeliz horteleiro, que será feito as expensas da família, realiza-se hoje, pela manhã.”⁹ (grifo nosso)

O risco de mortes por causa de choques elétricos era constante, apesar de não impedir que os municípios tentassem vários meios para garantir que a luz chegasse às suas casas, trazendo mais comodidade aos seus domicílios e maior segurança contra larápios, principalmente no período noturno, como no caso ilustrado acima.

Por isso, é possível se compreenderem as razões que impeliram o horteleiro Justino Lopes tentar ‘concertar’ a fiação elétrica que vinha do poste em frente a sua casa; afinal era noite e caso não conseguisse resolver o problema teria que se utilizar de outras fontes para iluminar a casa, como por exemplo, candeieiros a querosene ou velas, utensílios que normalmente provocavam incêndios e intoxicações.

Outrossim, a eletricidade passou a ser tratada não só como fator de comodidade, mas como bem necessário que viabilizava o acesso a outros recursos da vida moderna. Ter eletricidade em casa valorizava o imóvel, possibilitava a utilização de diversos utensílios - se o residente tivesse poder aquisitivo para isso-, além de trazer em inúmeros casos, maior segurança ao local de habitação.¹⁰

Aluga-se. “Uma casa moderna toda encerada, com optimas acomodações para familia de tratamento. Sala de banho completa, **luz**, gaz, agua e telefone ligados. Gentil Bittencourt, 37, entre Padre Prudencio e av. Serzedello Correa. Chaves no número 33.” (grifos nosso)

Nesse sentido, são corriqueiras as situações que exemplificam as formas como as camadas de trabalhadores pobres urbanos estiveram expostas a essa dicotomia da modernidade. Ou seja, se por um lado foram apresentadas as benesses da presença da luz

9. Folha do Norte. 10 de agosto de 1920. Fls. 04. Na polícia e nas ruas.

10. Folha do Norte. 08 de Janeiro de 1939. Pg 2.

elétrica na cidade, por outro lado se viram, na maioria das vezes, alijadas de usufruir desse recurso de modo ostensivo, quer fosse porque suas ruas não eram abastecidas pela rede de iluminação ou porque não possuíam condições pecuniárias para garantir a compra dos utensílios e/ou ferramentas modernas movidas por esse tipo de energia.

2.2 Bondes elétricos e automóveis transformam a paisagem da urbes

“Um cidadão muito farrista mas casado, procurava por meios e modos enganar a consorte que ficava em casa. Tudo era pretexto para ele se demorar na rua. (...)

Quando foi decretada a lotação para os bonds o nosso amigo ficou radiante. Chegou em casa depois da meia noite, de volta da Repartição para o jantar. Tinha feito uma farra do outro mundo.

Mas isso são horas, Gervásio? Perguntou-lhe a metade com uma cara de front em dia de bombardeio.

E Gervásio encolhido...

Ai filha. Os bonds...são umas pragas...todos cheios...tu sabes a lotação... esperei que viesse um bond vasio, até agora...E assim mesmo vim no cara dura.(...)”¹¹

A introdução dos bondes elétricos na Amazônia surgiu vinculada a outros implementos de infra-estrutura urbana, na virada do século XIX para o XX, justificando-se em função da necessidade de promover o crescimento das cidades da região, especialmente durante o processo de comercialização da borracha no mercado internacional, que criou grandes receitas para os poderes públicos locais e carregou recursos para a modernização de capitais como Manaus e Belém. (SARGES: 2002)

Inicialmente os serviços haviam compreendido os carros de tração animal, sendo estes substituídos pelos vagões elétricos a partir de 1907, em razão da necessidade de transportar mais pessoas e percorrer maiores distâncias em menor tempo.

Como signo do progresso que chegava à cidade, o bonde fascinava pela possibilidade de encurtar as distâncias geográficas e proporcionar outro olhar sobre a paisagem cidadina - bem mais acelerado e amplo. Nesse sentido, andar de bonde transcendia a simples vivência do deslocamento pelo espaço, tornando-se uma experiência eminentemente cultural, ao fomentar o contato diário com um número cada vez maior de pessoas, com as quais se poderiam estabelecer novas conexões, construindo-se teias de relações ainda mais complexas na urbe.

Ao transitar de bonde pela cidade, o munícipe se expunha aos olhares alheios, ao contato físico (pelo toque involuntário) com estranhos, ao respiro de odores não familiares,

11. A Semana. Anno XIV, nº 735. 21 de janeiro de 1933. Levi...andades.

à audição inevitável de conversas e sonoridades exógenas; enfim, à experimentação de situações do cotidiano da cidade que não havia escolhido ver, ouvir ou sentir. Nessa perspectiva, o bonde excedia a condição de artefato de tráfego, revelando-se como objeto icônico que remetia à consolidação de uma representação da Amazônia, como sendo uma região moderna e desenvolvida.

Como espaço social, o bonde apresentava variadas funções na dinâmica de vida dos habitantes de Belém, podendo se tornar lugar propício para a prática do *flirt* ou namoro, para fazer amizades, para se trabalhar e até para se cometerem pequenos delitos. Ou seja, ao compartilhar os espaços citadinos com pedestres, carroças, automóveis e outros instrumentos de locomoção, os bondes se impunham na paisagem belemita, tanto pela dimensão física que apresentavam quanto pelos impactos que causavam nas sensibilidades espaço-temporais dos munícipes.

Observe-se que serviço de bondes envolvia uma multidão de pessoas que precisavam trabalhar dioturnamente para que a cidade estivesse regularmente abastecida por esse meio de transporte. Nos processos por acidente de trabalho, autos criminais de ferimentos por imprudência e notícias de atropelamento pôde-se mapear algumas das profissões diretamente vinculadas aos transportes coletivos, quais fossem: condutor, motorneiro, cobrador, engraxador de vias, caldeireiro, mecânico, revisor, manobrista, dentre outras funções.

Para esses sujeitos, o serviço de bondes lhes propiciava renda e acesso a uma modalidade de trabalho formal, cuja demanda por profissionais era constante e possibilitava articular algumas reivindicações que não eram comuns à maioria dos trabalhadores belemitas.

Ainda que subordinados a extensas jornadas de trabalho ou punidos constantemente com multas por atrasos nas corridas, os funcionários do serviço de bondes forjaram sua identidade como munícipes de Belém, a partir da posição que ocupavam como trabalhadores da cidade, responsáveis pela prestação de um serviço de interesse público e muito relevante para a vida cidadina.

O fragmento de uma notícia veiculada em 02 de maio de 1930, a respeito da greve deflagrada pelo pessoal de tráfego da *Pará Electric Railways & Cia* dá conta da dimensão dos problemas enfrentados por esses indivíduos, no exercício de seu trabalho, e o impacto que tais questões exerciam sobre os modos como experimentavam a vida na capital:

“Temos razão de sobra para este movimento ou outros de caráter violento, que este absolutamente não tem nem lhe queremos dar. Os insultos que recebemos diariamente já vão sem conta; os carros em que trabalhamos estão estragadíssimos, o que nos expõe diariamente a uma desgraça, ameaçando a vida dos transeuntes e abrindo-nos as portas de São José, como criminosos sem querermos: somos obrigados a entregar após o serviço, uma renda diária, superior a importância estipulada pela gerência da companhia. (...)”

Como vê a Folha não são descabidos os motivos da nossa greve, que temos a certeza de ser olhada com *sympathia* pelo povo, que também, isto não se pode negar é muito mal ser vido."¹²

Sem nos aprofundar nos aspectos relacionados às formas de organização dos trabalhadores brasileiros, nas décadas de 1920 e 1940, deve-se reconhecer que assim como outros grupos do período, os funcionários da *companhia de bonde* tinham a percepção clara da importância de sua atividade para o andamento da vida cidadina e do que precisavam fazer para que esse trabalho fosse reconhecido pelos patrões e pelo poder público, obtendo a retribuição financeira e moral que julgavam ser justa.

De fato, diferentemente de muitos sujeitos ligados ao mercado informal, os empregados da *Pará Electric Railways* executavam um trabalho especializado e arriscado, o qual exigia certos conhecimentos e preparo para lidar com o maquinário dos carros-vagões e a eletricidade da rede de fios condutores; assumindo assim o risco de sofrer acidentes que inúmeras vezes, causavam lesões físicas permanentes ou até a morte.

Não obstante, o serviço de transportes gerava outra rede secundária de ocupações que se organizavam com base no tráfego e no fluxo desses veículos. Desse modo, engraxates, jornaleiros, vendedores dos mais diversos objetos e quitutes, pedintes e carregadores tinham no transporte por bondes uma boa fonte de renda e de trabalho.

Nos vagões podiam se vender os mais diversos produtos, desde jornais e revistas até doces, flores e bilhetes de loteria. Os bondes possibilitavam a esses trabalhadores informais alcançar em um mesmo espaço, um número considerável de pessoas, as quais no curso de suas viagens poderiam ficar enfadadas com a paisagem, cansadas com o tempo decorrido, com fome ou com sede, tornando-se consumidores potenciais das bugigangas e novidades que diariamente circulavam pelas ruas.

Por outro lado, engraxates e carregadores se espalhavam nas imediações das principais estações e pontos de parada, à procura de clientes e serviços. Nesses espaços, homens desempregados ou moleques de entrega podiam oferecer seus préstimos a senhoras que voltavam cheias de sacolas das lojas, mercados e feiras da cidade; engraxates podiam polir os sapatos dos trabalhadores do comércio ou dos jovens *almofadinhas*, que se utilizavam dos vagões, para flertar com as operárias das fábricas situadas no bairro do Reduto e/ou simplesmente, flunar pela urbe.

Havia ainda, os jornaleiros que conforme se viu acima, faziam dos vagões dos bondes, locais para o pregão das publicações que vendiam, gerando incômodos em alguns usuários dos transportes coletivos, sem mencionar as contendas e brigas em que se envolviam nas proximidades das estações e paradas.

Os bondes também oportunizavam a circulação de um grande número de pessoas de variados extratos sociais pela cidade; e apesar da *The Light & Co* oferecer mais de um modelo de vagão, visando a suprir as diferenças sociais existentes entre seus usuários, na

12. Folha do Norte, 02 de maio de 1930. Fls, 02. Movimento Paredista do pessoal do tráfego da Pará-eletric.

prática, andar de bonde em Belém, nos meados da década de 1920 e 1930, se constituía um desafio à superlotação e uma interessante experiência social.

“Dois quarteirões. O bonde só não leva mais gente porque a aglomeração na plataforma e no estribo impede a subida de novos passageiros. O condutor súa, e cobra sem vontade a passagem do pessoal. Eu vou sentado no penúltimo banco, e posso apreciar gostosamente a maior parte dos passageiros. Lá na frente, um velho de óculos dana-se porque o vento não lhe permite virar a página do jornal. Aquela senhora parece ser muito boa pessoa, mas pela sugeira acumulada na sua respectiva nuca, garanto que a há quinze dias, pelo menos, não sabe o que é um banho. Em pé, viajam alguns sujeitos que tanto podem ser bacharéis, como malandros de subúrbio. (Definições: bacharéis são bacharéis mesmo; malandros do subúrbio segundo os granfinos, são os operários). Os sujeitos, porém, não prendem tanto a minha atenção. Mas estas duas mocinhas, bem aqui, sim. Viajam em pé, apesar de haverem vários cavalheiros aparentemente bem educados, que poderiam oferecer seus lugares. As mocinhas são bem bonitas e eu adoro as mulheres. (Deus queira que a Jeny não leia esta crônica). Porém, não é nada conveniente um rapaz como eu, trocar comodidade por mal-estar. Demais a mais estimo os calos que enfeitam meus pés. As moças também podem ter calos, mas que hei de fazer?...Olho, sem maldade, as pernas delas. Convenço-me então, definitivamente, de que as mocinhas podem muito bem viajar em pé. Oh! As mocinhas....”¹³

Assim, além das brigas que se forjavam no interior dos coletivos, pode-se verificar a ocorrência de encontros entre munícipes de diferentes origens sociais, jovens e idosos, estudantes, operários e almofadinhas, mocinhas e mulheres, gerando-se inusitadas situações, como aproximações físicas e até *flirts*, namoros ou outras experiências afetivas, que tornavam esse meio de transporte um espaço socialmente relevante na dinâmica cidadina.

Chama a atenção, nesse contexto, a presença de mulheres das camadas populares, operárias, trabalhadoras pobres, vendedoras e costureiras, que se envolviam tanto com homens de mesma condição social quanto com os chamados “almofadinhas”, rapazes oriundos dos segmentos mais refinados da urbe, filhos de comerciantes, profissionais liberais e estudantes que tinham por prática utilizar-se dos transportes públicos como espaço de diversão e conquista.

“A Rozinha ‘princesa rouge’ da fábrica de cordas, brigava em uma tarde destas, com o namorado em um bonde Circular, por este ter pago a passagem da sua rival, empregada da mesma fábrica.(...)”¹⁴

Portanto, pode-se afirmar que os bondes belemitas extrapolaram sua função primária, tornando-se territórios sociais, no interior dos quais foram articuladas práticas de vida e trabalho, definidas certas regras de convivência e entretecidos determinados comportamentos sociais.

13. Terra Imatura. Ano I. Nº 05. Belém. Outubro. 1938. Conversa Fiada.

14. A Pirralha. Belém, domingo, 04 de maio de 1930.

Isto porque o avanço da ciência dos transportes, materializado pela implantação de serviços regulares de trens e bondes na cidade, bem como a incorporação progressiva desses meios de locomoção ao cotidiano dos munícipes, possibilitou que paulatinamente o estranhamento inicial com a nova tecnologia fosse substituído pela familiaridade na sua utilização diária e pela construção de novas sensibilidades em relação ao artefato.

Os automóveis, assim como os bondes, contribuíram para as mudanças que se processaram na paisagem citadina ao longo das décadas de 1920 e 1930. Nessa perspectiva, a circulação crescente de automóveis pela urbe mudou a concepção do uso das ruas e das vias públicas, as quais deixaram de ser espaços exclusivos para tráfego de pessoas e se tornaram também trilhas privilegiadas para o transporte de cargas e bens.

Diferentemente do que ocorria com os bondes, o automóvel destinava-se ao transporte de um número bem reduzido de passageiros, os quais geralmente se conheciam por terem vínculos específicos entre si, que poderiam ser de parentesco, amizade ou trabalho. Paralelamente, não era somente um meio de transporte, mas um bem social e patrimonial que trazia certo status para aqueles que podiam utilizá-lo.

“Desciam, hontem, pela manhã, em seu automóvel, o Dr. Chaves Netto, conhecido advogado em nosso fôro, quando ao chegar o veículo em frente à vacaria Camaleão, à avenida da Independência, se chocou violentamente com o auto nº165, guiado pelo chauffeur João Pereira Valente, que levava o carro em grande velocidade.

Resultou o carro do Dr. Chaves ficar seriamente avariado.

Foi então o imprudente chauffeur conduzido para a polícia, aonde o aludido advogado apresentou queixa sobre o caso.

O chauffeur ficou detido a ordem do 1º Prefeito.”¹⁵

Percebe-se que andavam de automóvel principalmente aqueles que pertenciam às camadas mais abastadas da urbe, homens e mulheres de famílias conhecidas e de condição econômica remediada, que possuíam condições financeiras de arcar com o custo da compra do veículo ou do aluguel dos carros de passeio.

Associados ao avanço tecnológico e ao conforto proporcionado pela vida moderna, os automóveis progressivamente tomaram conta da paisagem das ruas belemitas, disputando espaço com bondes, pessoas e carroças, o que também gerava conflitos e tensões cotidianas.

Desastres desencadeados pelo excesso de velocidade empregada pelos chauffeurs em relação à pouca agilidade dos pedestres para atravessar ruas ou perceber a aproximação dos veículos, somavam-se a acidentes provocados pela falta de atenção dos transeuntes, pela lentidão de idosos ou bêbados, que perambulavam pelas vias públicas, além dos

15. Folha do Norte. 01 de maio de 1930. Fls. 04. Colisão de autos – continuam as disparadas.

casos motivados pelo pouco conhecimento que os chauffeurs possuíam dos aspectos mecânicos do artefato.

“Mais um lamentável desastre, devido a imperícia e imprudência de um chauffeur, temos hoje a registrar. As 10 horas e 20 minutos da noite de ontem, o sr. Manoel Vianna, empregado do River Plate Bank, viajava num bonde da linha do Souza, em direção ao Sport Club, apeando-se no ponto de parada que fica em frente aquela sociedade. Ao atravessar a avenida Nazaré para entrar no *sport*, foi aquele moço apanhado inopinadamente por um automóvel, que em vertiginosa carreira, seguia da Praça da República para o Largo de São Braz. Atirando-o violentamente ao solo, o auto passou por cima do corpo da vítima, ao tempo em que o chauffeur, percebendo o desastre que causara, imprimiu maior força ao veículo, de modo que foi impossível reconhecê-lo. O sr. Vianna, sem sentidos, foi socorrido por vários amigos seus que se achavam no Sport Club, entre eles os srs. José Maria Macdowell, Guilher La Rocque e Henrique Dumont, os quais trataram de conduzir a vítima para a Pharmacia Moderna, que demora perto do local do desastre, onde lhe foram prestados os primeiros curativos.(...)”¹⁶

Participe de um ilustre círculo de amizades, devidamente listadas pela reportagem que noticiou o seu atropelamento, o Sr. Manoel Vianna, ao que tudo indica, foi apanhado por um automóvel em razão de dois aspectos, a saber: primeiramente porque saltou do bonde e não percebeu a aproximação do veículo; e em segundo lugar, porque o próprio automóvel estava sendo conduzido em alta velocidade, prática comum entre os *chauffeurs* de Belém e que representava perigo constante para os transeuntes não acostumados com essas novas temporalidades da vida urbana.¹⁷

A velocidade do deslocamento dos automóveis (mais leves e com maior aceleração do que os bondes), a ousadia de seus condutores (que não costumavam parar e prestar socorro a eventuais vítimas de atropelamentos) e a aparente banalização dos acidentes no cotidiano da cidade parecem ter assustado os articulistas dos jornais belemitas, indiciando que talvez as relações entre pedestres e automóveis tenham se instituído, por um certo período, a partir de sentimentos de medo e vulnerabilidade.

Sob outro ângulo de análise, essa relação tensa e conflituosa estabelecida entre carros e transeuntes expõe a própria ruptura com o modo de vida citadino que existia antes da introdução dos carros e dos bondes, em que os ritmos e os tempos da cidade correspondiam às temporalidades sensoriais dos seus habitantes, respeitando-se as sensibilizações do espaço e do movimento de trânsito humano pela urbe.

Com a difusão do uso do automóvel como meio de locomoção na cidade, as pessoas passam a ter suas formas de circulação pela urbe ditadas pelos tempos das máquinas e não mais pelos ritmos individuais e pessoais de movimentação. E nesse processo, muitos trabalhadores urbanos que faziam das ruas seus espaços de trabalho e de sociabilidade

16. Folha do Norte. 24 de fevereiro de 1915. Fls. 02. As Vítimas dos automóveis. Um empregado do River Plate Bank apanhado por um auto. O chauffeur põe-se em fuga. O estado da victima.

17. Folha do Norte. 26 de março de 1915. Fls. 03. Os automóveis da Napier. Celebram-se. O auto 28 vai sobre uma carrocinha, parte-lhe dez garrações de cachaça e pouco depois atropela uma senhora.

sentiram o impacto dessas mudanças, na medida em que se viram obrigados a mudar a forma de se comportar e de se deslocar pelas vias públicas.

Pedro Lopes da Silva, residente á rua Domingos Marreiros, n.140, queixou-se a polícia contra o Chauffeur do automóvel n.190P, por ter colidido este seu vehiculo com um carrinho de vísceras, de propriedade do queixoso, avariando-o, bem assim uma balança que o mesmo conduzia. O facto ocorreu á travessa 22 de Junho.¹⁸

Assim, passam a ter que se preocupar em andar exclusivamente pelas calçadas, evitando o meio fio das ruas, a se deslocar rápido e com atenção no movimento do trânsito de veículos, e a ter cuidado com utensílios, ferramentas e outros instrumentos de trabalho, que tornavam-se alvos corriqueiros dos desastres envolvendo automóveis.

Essa nova dinâmica urbana, pautada no movimento e no deslocamento contínuo de pessoas, imagens e objetos, aliada à introdução de outras novidades tecnológicas no cenário citadino, impôs a articulação de novas posturas e comportamentos frente às transformações que se processavam.

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conhecimento de alguns aspectos que influíram nas formas de ocupação e de uso dos espaços citadinos belemitas, entre 1915 e 1940, possibilitou a reflexão sobre as significativas contradições econômicas, culturais e sociais que permearam a história da capital paraense no período referido.

Oscilante entre os discursos melancólicos que denunciavam os efeitos dos reveses econômicos sobre a urbe (evocando seu passado faustoso) e a presença de uma cotidianidade cosmopolita, sustentada pela assimilação de hábitos, de valores e de bens de consumo ditos modernos, Belém atravessou décadas de agitação, durante as quais a riqueza coexistiu com sinais de extrema pobreza e o luxuoso consumo de artefatos de modernidade sustentou-se, apesar das altas taxas de desemprego e da diminuição do poder de compra dos segmentos de trabalhadores urbanos.

Nesse contexto, homens, mulheres e crianças pertencentes às camadas empobrecidas urdiram modos de viver e de sobreviver na cidade, nem sempre fundamentados nos padrões de civilidade e de urbanidade propagados pelos segmentos mais endinheirados e letrados da capital.

As principais expressões do avanço da modernidade sobre os espaços urbanos amazônidas puderam ser sentidas pela introdução de artefatos técnicos e tecnológicos que impactaram as formas como os munícipes se relacionavam com a cidade e, também, entre si mesmos.

18. Folha do Norte. 07 de janeiro de 1939. Queixou-se contra o “Chauffeur”.

A cultura de massa propagandeada pelo cinema e circulante nos teatros, as transformações dos transportes públicos trazidas pelos bondes elétricos e automóveis, além das emergentes formas de geração de energia consubstanciadas pela iluminação elétrica indicam que a par dos discursos melancólicos da elite econômica, a capital do Pará assistiu a continuidade dos projetos de modernização urbana e social.

REFERÊNCIAS

CARNEIRO, Eva Dayana Felix. *Belém entre filmes e fitas: a experiência do cinema, do cotidiano das salas às representações sociais nos anos 1920*. Belém: UFPA, 2011. Dissertação de Mestrado.

CORREA, Angela Tereza de Oliveira. *História, Cultura e Música em Belém: décadas de 1920 a 1940*. São Paulo: PUC/SP, 2010. Tese de Doutorado em História.

CRUZ, Ernesto. *História de Belém*. Belém: UFPA, 1974

LEMOS, Chelen Fisher. *O processo sociotécnico de eletrificação na Amazônia: articulações entre estado, capital e território (1890-1990)*. Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR, 2007. Tese de Doutorado.

LIMA, Alexandre Martins de. *Pelos Trilhos dos Tramways: Modernidade e Urbanidade em Belém do Pará de 1869 à 1947*. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL - AMAZÔNIA E FRONTEIRAS DO CONHECIMENTO. NAEA.UFPA, 2008.

PADILHA, Marcia. *A cidade como espetáculo: publicidade e vida urbana na São Paulo dos anos 20*. São Paulo: Annablume, 2001.

PANTOJA, Leticia Souto. *“Au jour, le jour: cotidiano, moradia e trabalho em Belém (1890-1910)*. Dissertação de Mestrado, PUC, SP, 2005.

PENTEADO, Antonio Rocha. *BELÉM – Estudo de Geografia Urbana*. Belém: UFPA, 1968. Coleção Amazônica. 2º volume.

PINTO, Maria Inez Machado Borges. *Encantos e dissonâncias da modernidade: urbanização, cinema e literatura em São Paulo-1920 a 1930*. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da USP. Tese de Livre Docência. 2002.

PINHEIRO, Andréa. LIMA, José Julio. SÁ, Maria Elvira de. PARACAMPO, Maria Vitória. *A questão habitacional na região metropolitana de Belém*. In: Uma avaliação das políticas habitacionais em Belém, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo no final do século XX. Capítulo 5. & SUDAM. DNOS. Governo do Estado do Pará. Monografias das baixadas de Belém: subsídios para um projeto de recuperação. 1968.

ROCQUE, Carlos. *Antonio Lemos e sua época*. Belém: Amazônia Ed. Culturais, 1973

SANTOS, Roberto Araújo de Oliveira. *História Econômica da Amazônia: 1800-1920*. São Paulo: T. A Queiroz, 1980.

SARGES, Maria de Nazaré. *Belém: riquezas produzindo a Belle Époque (1870-1912)*. 2. ed. Belém: Pakatatu, 2002.

WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade. Na história e na Literatura*. São Paulo: Cia das Letras, 2011.

CAPÍTULO 13

CHRISTINE DE PIZAN E A REPRESENTAÇÃO DA MULHER NA GUERRA

Data de aceite: 01/12/2020

Data de submissão: 05/10/2020

Carmem Lúcia Druciak

Universidade Federal da Bahia
Instituto de Letras – Área de francês
Salvador - Bahia
<http://lattes.cnpq.br/3181459169481888>
orcid.org/0000-0003-1384-5080

RESUMO: Neste trabalho, veremos de que forma Christine de Pizan (séc. XV) representou a mulher guerreira em seu discurso, tanto na lírica quanto na prosa. Apoiam nossas reflexões, as discussões de Paul Ricoeur sobre identidade narrativa e memória, bem como as de Jacques Le Goff sobre objetividade e manipulação do passado. Não deixaremos de referir igualmente estudos recentes para entender o modo de construção do discurso cristiniano. Com isso, esperamos avançar no pensamento da autora que atribuía à mulher tantas realizações quanto ao homem; nas batalhas, com o exemplo de Jeanne d'Arc, e nas letras, tomando a si mesma como modelo ao construir sua identidade narrativa.

PALAVRAS-CHAVE: Christine de Pizan, Representação, Mulher, Guerra.

CHRISTINE DE PIZAN AND THE REPRESENTATION OF WOMAN IN WAR

ABSTRACT: In this work, we will see how Christine de Pizan (15th century) represented the warrior woman in her speech, both in lyric and prose. Paul Ricoeur's discussions on narrative identity and memory, as well as Jacques Le Goff's on objectivity and manipulation of the past support our reflections. We will not fail to refer also to recent studies to understand the way of constructing the Christinian discourse. With this, we hope to advance in the author's thinking that attributed to women as many achievements as to men; in battles, with the example of Jeanne d'Arc, and in letters, taking herself as a model when building a narrative identity.

KEYWORDS: Christine de Pizan, Representation, Woman, War.

1 | INTRODUÇÃO

A voz profética que Christine de Pizan assume em sua última composição conhecida, o *Ditié de Jehanne d'Arc*, encerra um ciclo muito profícuo de produções escritas que vão do poema lírico ao tratado político e passam pela biografia. A mulher de letras por excelência da França da Baixa Idade Média, vinda da península Itálica, de Pizzano, intriga e atrai pesquisadores que buscam investigar as formas literárias e discursivas de seu acervo, bem como elementos que informam sobre a história do reino francês entre os séculos XIV e XV.

Neste capítulo, veremos de que forma Christine de Pizan representa e se refere à mulher em um contexto de guerra. Para isso, apresentamos um breve estudo de seu poema em homenagem à donzela de Orléans quando esta, ainda em atividade, suscitava nos habitantes do reino um levante que lhes garantiria a sucessão dinástica da casa dos Valois. Antes, porém, vejamos alguns pontos referenciais na obra de Christine.

2 | ALGUNS REFERENCIAIS

Christine já havia afirmado em 1403, em seu *Le chemin de longue étude*, que o bom cavaleiro seria aquele que “empregará todos os seus esforços/ para proteger a lei Católica,/ o povo, o bem comum,/ os órfãos, as mulheres,/ e os direitos das viúvas” (CHRISTINE DE PIZAN, 2000 [1402-03], v. 4227 sq., p. 335-359, tradução nossa). Por bem público, ou comum, entenda-se o bom governo de um rei respeitoso da fé católica, capaz de evitar o mal que os homens de poder empreendem por sua ganância, isso, segundo a autora, não seria possível sem o auxílio de um corpo militar dedicado ao rei e ao reino. São ideais como esse que Christine vai também defender na biografia que realizou, no ano seguinte, do rei Charles V, *Le livre des fais et bonnes meurs du sage roi Charles V*.

É interessante observar que a voz da autora chega a seu público através de figuras femininas que encarnam as alegorias de Razão, Sabedoria, Riqueza, Nobreza e Cavalaria. E mesmo na biografia de Charles V, em que essas figuras não aparecem sob forma de alegoria, é a própria Christine que se impõe e defende o ponto de vista segundo o qual exaltar o rei sábio, quando da *faiblesse* do filho que coloca o povo francês em situação de enfraquecimento político, é algo a ser trabalhado. Já em 1410, quando os problemas somente apontados na biografia de Charles V se tornam reais, a mulher de letras empreende o tratado de arte e de direito militar, *Le Livre des Faits d'armes et de chevalerie*, para a instrução dos príncipes de seu tempo. Realizando a tarefa em um contexto bastante conturbado política e militarmente durante o reinado de Charles VI, o *Bien-Aimé*, mas acometido de demência e por isso, ausente do comando de seu povo, Christine atribuía mais uma vez a uma cavalaria bem organizada e submetida ao controle de seu rei a manutenção do bem-comum (DEMARTINI *et al*, 2016, p. 10). A guerra entre *Armagnacs* e *Bourguignons* se desenrolava, após o assassinato de Louis d'Orléans, em novembro de 1407, fazendo com que os ingleses, encabeçados por Henrique V, avançassem sobre o reino da flor de lis e tivessem êxito com a vitória em Azincourt alguns anos mais adiante.

Como recurso retórico, claro, Christine se serviu de alegorias femininas e lançou mão igualmente da autoridade de escritos que versaram sobre o tema da guerra, como Vegécio, Valério Máximo e Gilles de Rome, e assim como esses mestres, Christine soube aconselhar sobre empreendimentos militares no espaço da escrita. Era necessário que ela se impusesse diante de seus detratores, por ser mulher, versando sobre política e guerra e que fizesse um grande esforço de leituras e as usasse em seus escritos, em um intento

correlato de conservação da memória, mas falaremos sobre isso mais adiante. Assim, o fato de ser mulher e estar afastada do campo de batalha não intimidou Christine, mas fez com que seu método e seu discurso fosse construído de modo muito razoável apoiando-se nas autoridades conhecidas e “plagiadas” por todos. Firmar-se em um meio masculino e clerical, em sua maioria, não foi tarefa fácil.

Podemos dizer que a experiência como secretária de seu esposo, copista e poeta lhe deu uma base sólida que lhe garantiu a sabedoria necessária para manejar as obras a que recorreu e ter um lugar no espaço tão restrito da corte. Se com suas obras líricas de temas leves, Christine pôde conquistar uma posição e financiamentos para adentrar no caminho das letras, foi com sua obra moral e didática, em prosa na maior parte, que pôde sustentar sua atuação ao longo de quarenta anos, a partir de sua viuvez, aos vinte e cinco anos até sua morte por volta de 1430.

A primeira objeção que poderiam fazer é a seguinte: ‘Aquela mulher não tem nenhum conhecimento pessoal do que expõe em seu livro; apenas copia literalmente o que autoridades escreveram’. Posso responder a isso dizendo que aquele que constrói ou levanta uma construção não fabricou nenhuma das pedras, nenhum material que utiliza na construção de um castelo ou de uma casa; isso não o impede, no trabalho que faz e que se esforça para terminar, de agenciar os diferentes elementos, cada um em seu lugar, segundo o plano elaborado. Os bordadores que, ao grado de sua imaginação fecunda, executam tantos desenhos, não fabricam os fios de seda, de ouro nem os tecidos. O mesmo ocorre em várias outras ocupações. E eu, que não componho obra original na compilação de minhas fontes, posso me felicitar em tê-las agenciado de modo a construir uma obra de acordo com meus pensamentos. Outra objeção que poderiam fazer seria esta: ‘Que presunção dessa pobre ignorante! Ela se mete com algo tão nobre como é a arte da guerra, como se fosse capaz de ensinar essa matéria masculina!’ Responderia a isso lembrando o que já afirmei anteriormente, e que convém novamente, retomando as palavras de Hugues de Saint-Victor: ‘O sábio ama aprender. Convenhamos que uma criança o interpele, ele não se fiará à pessoa, mas ao que ela disse: se o ensino é bom, ele guardará a lição, mas se o que se diz não vale nada, fará pouco caso’. Ouso retomar essa frase nesta ocasião. Quanto ao fato de uma mulher se aventurar em falar do *métier* das armas, vamos nos lembrar de que na Antiguidade, como já disse em outro momento, foi uma mulher grega cheia de sabedoria, de nome Minerva, que concebeu a arte e a técnica de fabricar armaduras de ferro ou aço; foi ela também, a primeira, que fez os vários equipamentos que se usam nos combates. Desta forma, não importa de onde vem o conhecimento, mas que ele seja bom e salutar. (CHRISTINE DE PIZAN, 1997 [1404], p. 158-159. Tradução nossa).

No trecho acima, além de defender o método de trabalho, a compilação, a glosa e o comentário, Christine se defende por sua natureza de mulher ao versar sobre assuntos tratados anteriormente apenas por homens e o faz recorrendo à figura de uma outra mulher: Minerva. Na mitologia, a deusa-*virgem* romana dos trabalhos manuais foi assimilada às competências de Atena, e por isso, na explanação de Christine, ela também representa a sabedoria, a inteligência estratégica e o pensamento elevado direcionado, no caso,

ao métier da guerra. Desse modo, a autora afirma sua legitimidade ao dizer estar apta a discorrer sobre combates já que sabe onde procurar suas referências, ou seja, fazer o que qualquer letrado faria, e além disso, pois mulher, recorre a figuras que antes dela evocaram o tema para ensinar algo proveitoso.

Quando a letrada realiza tal esforço, acaba por incluir-se ela mesma em uma tradição, ou seja, realiza o que podemos chamar de sua própria *identidade narrativa*, segundo o que Paul Ricoeur coloca em *Temps et récit*. Vejamos como podemos aplicar a noção do filósofo ao texto de Christine.

3 | A IDENTIDADE NARRATIVA DE CHRISTINE DE PIZAN E DE SUAS MULHERES EXEMPLARES

Nas conclusões do tomo 3 de *Temps et récit*, Paul Ricoeur desenvolve seus argumentos sobre as aporias da temporalidade, sem claro, como o termo designa, chegar a uma resposta completa, nem tampouco perfeita. No entanto, o que diz sobre a primeira aporia, a *identidade narrativa*, interessa em nossa análise do discurso christiniano no que se refere à voz que conta quem realizou as ações que a autora coloca como fundamentais, tanto para sustentar sua capacidade como autora, como para atribuir ao papel feminino um lugar entre os atores da guerra, como no caso de Jeanne d'Arc a ser visto nas próximas linhas.

Destarte, em todos os momentos de seus escritos em que Christine deve se defender ou reafirmar sua habilidade em discorrer sobre temas até ali tratados somente por homens, ela constrói o que Ricoeur vai colocar como “resolução poética do círculo hermenêutico” (RICOEUR, 1985, p. 446). Isso quer dizer que, em suas várias colocações, ao longo de sua obra, sobretudo nos volumes de caráter moral ou histórico, Christine retifica e ratifica sem fim seu discurso anterior, ampliando a cada exercício de escrita seus exemplos e mostrando-se cada vez mais segura em seu intento. Aliás, esse trabalho de glosa, de compilação, é a essência da atividade letrada da época, Christine adentra dessa forma no círculo, ainda que restrito, dos “intelectuais” da Baixa Idade Média. Ao justificar ao leitor que suas palavras são tão salutares quanto as de qualquer outro, Christine se autodefine, pois:

Uma vida examinada é, em boa parte, uma vida apurada, clarificada pelos efeitos catárticos das narrativas tanto históricas como fictícias veiculadas por nossa cultura [...]. A história de uma vida se constitui por uma sequência de retificações aplicadas a narrativas anteriores, do mesmo modo que a história de um povo, de uma coletividade, de uma instituição [...]: um sujeito se reconhece na história que ele conta a si mesmo sobre si mesmo” (RICOEUR, 1985, p. 444-445. Tradução nossa).

A autora, portanto, ao retomar a cultura escrita, de que tem conhecimento, a reforça colocando-se agora como agente do prosseguimento e da memória dessa cultura. Igualmente, já que a noção de Ricoeur pode ser também aplicada ao texto autobiográfico,

não podemos deixar de mencionar que o discurso christiniano pode ser visto sob esse viés, já que o estudo dos prólogos medievais permite verificar a afirmação de um “eu” autor desde muito antes do período em que a autora viveu, um “eu” que “reivindica sua arte e seu saber” (GALDERISI, 2006, p. 670). O exemplo dado por Ricoeur é a obra de Proust, *À la recherche du temps perdu*, em que o sujeito aparece como leitor e como escritor de sua própria vida. Obviamente, guardadas as devidas distâncias temporais e de gênero textual, mas quase que flertando com anacronismos, podemos analisar a escrita autobiográfica de Christine da mesma forma como Ricoeur analisou a escrita de Proust: uma construção, no espaço da letra, que mescla real e ficção de si, e que culmina em uma identidade narrativa. Além disso, para nos servir do texto e da cultura própria ao tempo de Christine de Pizan, podemos dizer que as interferências de um “eu” no texto de Christine não se limitam aos prólogos de suas obras, como vimos no exemplo acima. O que pode revelar uma importante ratificação na história de uma coletividade letrada realizada pela mulher de letras, no esteio de escritos cronísticos, como por exemplo, os de Jean Froissart ou de Commines, o que “denota uma consciência plena da *auctoritas* literária, do poder do narrador em dizer ou não dizer segundo seu *vueil* [sua vontade]” (GALDERISI, 2006, p. 675).

É possível averiguar tal intento na construção de sua persona de autor e que levou Christine a expor em *Advisio Christine* de 1404 o porquê da passagem da lírica para obras em prosa de cunho moral e didático:

Então, empreendi forjar coisas belas, no início mais leves, e assim como o artesão que aprimora mais e mais sua obra ao exercitá-la, estudando várias matérias, meu senso, então, se embebia de coisas novas, aperfeiçoando meu estilo sutilmente nas mais altas disciplinas. (CHRISTINE DE PIZAN, 1404, n.p. Tradução nossa).

Devemos salientar, entretanto, que nos referimos ao espaço do texto, que é o que nos resta desses autores. Não queremos aqui, de forma anacrônica, atribuir a eles uma reflexão teórica sobre seus discursos tal qual nos é possível realizar hoje. Mesmo assim, não podemos considerar Christine e seus pares como simples compiladores sem consciência alguma do que eram as diferentes formas ou gêneros de escrita, nem sobre sua alteridade. Christine

inova ao permanecer no maior respeito a seus predecessores, já que continua a se referir, nos prólogos das obras citadas acima, ao Cristo, aos profetas, a São João, São Paulo, Santo Agostinho, São Bernardo, no campo religioso; aos filósofos antigos Plutarco e Sêneca; aos autores como Beda, Boccace, Boécio; enfim, a Sibila, Fama, Minerva e Merlin nos domínios alegórico, mitológico e maravilhoso. Nesse sentido, Christine é perfeito *auctor*; não interfere em nenhuma ordem, mas ‘aumenta’ a herança recebida (SCHERTZ, 2013, p. 13. Grifo do autor. Tradução nossa).

4 | MANIPULAÇÃO DO PASSADO?

Se Christine, ao recorrer às autoridades do passado conservadas por meio da escrita, construiu sua própria história literária, poderíamos dizer que ela mesma relacionava sua atividade à conservação de uma memória digna de ser passada adiante:

E assim, eu, Christine, um tanto cansada da longa escrita, mas me felicitando da digna beleza desta obra [...], resolvi difundir suas cópias pelo mundo, a qualquer custo, a fim de que ela seja conhecida em diferentes lugares pelas rainhas, princesas e outras damas, para que ela receba as honras e os elogios que merece, e que a tornem conhecida de outras mulheres. E quando esse projeto a que aspiro for realizado – e que está em vias de ser –, esta obra será difundida, espalhada e publicada em todas as regiões do mundo, ainda que em língua francesa [...]. Dessa forma, as mais excelentes damas e mulheres de autoridade, tanto do presente quanto do porvir, poderão vê-la e lê-la, e pedirão a Deus por sua serva Christine, lamentando por ela não ter vivido em seu tempo. (CHRISTINE DE PIZAN, 1989 [1405], p. 225. Tradução nossa)

A citação foi extraída da obra *Le Livre des Trois Vertus*, composta entre 1405 e 1406 e oferecida à Marguerite de Bourgogne, delfina da França e primeira filha de Jean Sans Peur, duque da Bourgogne. Não se trata de um simples desejo de posteridade, mas talvez de um intuito de construir no discurso argumentos contra a “maledicência masculina e clerical” (MOREAU, 2003, p. 22) que ora usufruía de prestígio entre vários nobres potenciais financiadores de letrados como Christine. E como naquele contexto, o poder do reino da França era disputado pelos irmãos de Charles VI e seus descendentes, Christine mais uma vez se beneficiou da importância da casa da Bourgogne para a composição de uma obra sua. Viriam outras obras da autora oferecidas a princesas e senhoras da corte até a batalha de Azincourt. Então, se na Baixa Idade Média, a memória dos mortos era considerada, a arte da memória passaria a ocupar dali em diante um grande espaço nas letras, a memória ligava-se assim “à atenção e à intenção”, como declara Jacques Le Goff (1988, 146). Sob esse aspecto, é possível afirmar que Christine pode ter sido influenciada pela Suma teológica de Thomas de Aquino, em sua maneira de formular seu ensino e de construir a argumentação, mas também em suas considerações sobre a memória associada à virtude da prudência.

O medievalista francês afirma que a “história deve esclarecer a memória e ajudá-la a retificar seus erros”. Certamente, não intentamos aqui dizer que Christine foi uma historiadora, até mesmo porque a disciplina não era vista de modo objetivo no medievo em que os eventos imaginários eram tão portadores de autenticidade quanto os eventos reais. Mesmo assim, seus métodos, sua busca por clareza e sobretudo sua consciência da passagem do tempo, fazem-nos respeitá-la como uma distante colega, ainda que a imparcialidade não tenha sido sequer cogitada pela autora ao contar seus dias, atitude deveras comum naquele contexto.

Desse modo, podemos dizer que Christine manejava com habilidade seus referenciais do passado tendo em vista sua autoafirmação, ou como colocamos aqui, a construção de sua *identidade narrativa*: “Eu, Christine, que chorei/ [...] Ora, agora estou a rir” (Tradução nossa). Nesses dois versos da primeira estrofe do *Ditié*, Christine mostra consciência do tempo histórico, dos acontecimentos que anteriormente a fizeram chorar, mas que agora, no presente, pelo surgimento da *pucelle*, ela teria algo a celebrar. Celebração coletiva da memória de um povo que gostaria de registrar no espaço da escrita, uma memória que também era a sua própria.

5 | O LUGAR DO DITIÉ DE JEHANNE D’ARC NA OBRA CHRISTINIANA

Em silêncio, no claustro, depois de quase uma década, Christine volta à pena em julho de 1429 para cantar os feitos de guerra de uma jovem donzela, Jeanne d’Arc, a *pucelle* de Domrémy e a responsável pelo levante do exército francês diante dos ingleses. Christine de Pizan, após consolar as damas da corte com a *Épître de la Passion de Vie Humaine*, versando sobre as perdas humanas da batalha de Azincourt, havia se refugiado de um convento para outro tentando escapar da fúria bourguigonne, de 1418 até sua morte por volta de 1430. Nesse tempo, voltou ao gênero religioso, com as *Heures de la contemplation de la Passion*, de 1420. Vejamos, a seguir, alguns trechos do poema, ao lado de nossa tradução que, aliás, se apresenta mais próxima da semântica do original do que de sua forma poética.

Supondo que tenham chegado até Christine cópias das cartas de Jeanne d’Arc ou ao menos notícias sobre elas e sobre o grande feito realizado pela jovem chefe de tropas até ali, isto é, a sagração de Charles VII, naquele mesmo mês de julho de 1429, como rei da França em Reims, podemos dizer que a letrada, mesmo afastada de Paris, continuava atenta aos movimentos militares e políticos do reino. Para romper seu silêncio, é certo que Christine considerou as notícias em alta conta. Ao menos é o que podemos inferir, já que não nos restam vestígios de outras obras que possa ter composto no isolamento.

O poema, significado de *ditié*, é de cunho narrativo e épico, estendendo-se ao longo de 61 *huitains* (estrofes) de octossílabos rimados em *ababbcbc* em que a autora louva os empreendimentos guerreiros de Jeanne evocando dois temas que defendeu ao longo de sua trajetória literária, o bom governo em prol do bem comum apoiado pela cavalaria e o sexo feminino.

Ora, foi pela espada de Jeanne d’Arc, segundo Christine, que a monarquia francesa havia sido restabelecida “segundo a graça de Deus”. Nos versos de Christine, Jeanne foi o instrumento divino para que o rei, anteriormente fugido, afastado, detratado recebesse dos céus a coroa e pudesse encabeçar a reconquista de seu reino tão maltratado pelos inimigos ingleses e devolver ao povo a esperança de tornar a viver em paz:

Et comment pourras-tu jamais
 Dieu mercier à souffisance,
 Servir, doubter en tous tes fais,
 Que de si grant contrariance
 T'a mis à paix, et toute France
 Relevée de tel ruïne,
 Quant sa très grant saint providence
 T'a fait de si grant honneur digne ?

Como não poderás jamais
 Agradecer a Deus assaz
 Servir e temer em tudo
 Mesmo com tão grande revés
 Chegou à paz, toda a França
 Salva foi da decadência
 Quando sua providência
 Fez-te digno de tal honra?

Era necessário que Charles VII reconhecesse o favor divino que repousava sobre ele e fosse grato, ou seja, um bom rei que mantivesse agora a conquista vinda pelas mãos de uma mulher:

Tu, Johanne, de bonne heure née,
 Benoist soit cil qui te créa
 Pucelle de Dieu ordonnée,
 En qui le Saint-Esprit réa
 Sa grant grâce et qui ot et a
 Toute largesse de hault don,
 N'onc requeste ne te véa
 Que te rendront assez guerdon ?

Tu, Joana, bem nascida,
 Bendito seja quem te criou,
 Donzela de Deus ordenada,
 Em quem o Espírito brilhou
 Sua grande graça eterna
 E generosidade de alto dom
 Jamais um pedido te negará
 Para recompensar-te bem?

A estrofe é a de número 22, e ali Jeanne é chamada pelo nome pela primeira vez no poema, antes apenas *vierge* e *pucelle*. Aqui Christine inicia a série de comparações com outros personagens, bíblicos principalmente. Primeiramente Moisés, Josué e Gideão, evocando os feitos para libertar o povo de Israel. Em seguida, a autora recorre a figuras femininas, Esther, Judith e Débora, todas colocadas em situações perigosas e que exigiram muito mais do que se esperava de mulheres. Mas até mesmo as forças de Heitor e de Aquiles, Jeanne teria ultrapassado! Porque recebera o favor divino:

Hée ! quel honneur au féminin
 Sexe ! Que [Dieu] l'ayme, il appert.
 Quant tout ce grant peuple chenin
 Par qui tout le règne ert désert,
 Par femme est sours et recouvert,
 Ce que pas hommes fait n'eüssent,
 Et les traittres mis à désert
 A peine devant ne crussent.

Que honra ao feminino
 Sexo! Como Deus o ama.
 Quando esse povo maligno
 Enxotou todo o reino que
 Por uma mulher foi salvo,
 O que homens não fizeram,
 E traidores arruinaram,
 Por não terem acreditado.

O contentamento evidente de Christine lega à Jeanne a capacidade de salvar e ressuscitar o povo francês antes amortecido e enxotado pelas forças inglesas. Por isso, a *pucelle* será contada entre as *preuses*, correlatas aos *neuf preux*, tradição literária que elencava personagens da antiguidade clássica, personagens bíblicos e heróis da cristandade latina. Agora, a França tinha uma figura feminina que podia ladear Du Guesclin, exaltado por Eustache Deschamps como um dos valentes, o décimo (DRUCIAK, 2018, p. 105-123). E como o condestável, a *pucelle* deveria empreender uma guerra santa, uma cruzada contra os ingleses recebendo o direito de estar no paraíso. Aqui também se percebe que Christine subleva o conceito da boa morte muito discutido anteriormente e que

condenava a morte violenta. Tal ensinamento, a letrada deve a Honoré Bovet e sua *Arbre des batailles*. Nela é possível compreender como Bovet explica, segundo seu entendimento de guerra justa, os conflitos entre reinos cristãos: as gentes de armas seriam nada mais do que o flagelo de Deus para punir os pecadores, e se as guerras atingiam os bons e os justos, isso seria creditado para sua glória quando recebidos nos céus (BOVET, 1883, p. 150).

O tom laudatório e feliz, primaveril até, do poema sobre a *pucele* poderia explicar o retorno de Christine não só à atividade letrada ligada aos acontecimentos de seu tempo, mas também seu retorno ao verso. Como vimos acima, Christine dizia que suas obras anteriores, líricas, tratavam de temas leves. Que lamento ao perceber que o poema talvez espelhasse o sentimento de todo um povo que acompanhava os feitos de Jeanne: encontro com o rei em fevereiro de 1429, março em Chinon, início de maio a vitória em Orléans, em 17 de julho a sagração do rei e as expectativas de sua entrada em Paris, como ela mesma prometera em uma de suas cartas. Mas, obviamente, Christine não sabia de nada do que viria em seguida a ser um verdadeiro calvário para a heroína, prisioneira em maio de 1430 e morta um ano depois pelas mãos de seus inimigos, e o próprio Charles VII impedido de entrar em Paris até 1437.

A última palavra do poema “*lumière*”, como afirma Liliane Dulac, é a luz da verdade que a autora pretende fazer resplandecer aos olhos de todos: evocando os mais recentes acontecimentos o “poema esboça uma história que está sendo feita” (DULAC, 2007, p. 83) cujo herói será Charles VII se seguir o que lhe pede a *pucele* e, porque não, apoiar o que Christine de Pizan, naquele último dia de julho de 1429, declara nos versos do *Ditié*:

Si rabaissez, Anglois, vos cornes,
Car jamais n'aurez beau gibier
En France, ne menez vos sornes
Matez estes en l'eschiquier,
Vous ne pensiez pas l'autrier
Où tant vous monstriez perilleux ;
Mais n'estiez encour ou sentier
Où Dieu abat les orgueilleux.

Abaixai, ingleses, os cornos
Pois jamais tereis boa caça
Na França, não, não avançai
Ao querer por em cheque
Não pensais em nada mais
Mostrai-vos tão perigosos
Mas paraís, não insistais
Deus abate os orgulhosos.

6 | BREVES CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pela última vez, Christine coloca uma pedra na construção de sua *identidade narrativa* ao reconhecer em Jeanne d'Arc uma mulher que agia fora das convenções sociais, mas que se mostrava observadora dos princípios da igreja, assim como ela própria. Porém, Jeanne foi a campo, tinha a experiência vivida da guerra, o que talvez também tenha fascinado Christine. Não que isso significasse sentir-se diminuída, não, pois era preciso pensar sobre a guerra, ensinar aos príncipes como dirigi-la e incluí-la na reflexão política (DEMARTINI *et al*, 2016, p. 13) e tal tarefa, a letrada sabia bem realizar e conscientemente.

Somente com uma obra digna de memória, como Christine mesma afirma, devem ser contados os feitos de Jeanne, pois eles ultrapassam muitas crônicas e histórias:

Mais or veuil raconter comment
Dieu a tout ce fait de sa grâce,
A qui je pri qu'avisement
Me doint que rien je n'y trespasse.
Raconte soit en toute place,
Car ce est digne de mémoire
Et escript, à qui que desplace,
En mainte cronique et histoire.

Agora quero contar como
Deus em sua graça tudo fez
E dele tomo conselho
Para que em nada exagere
E conte tudo como foi
Pois é digno de memória
E sua escrita ultrapassa
Muitas crônicas e histórias.

Jeanne, além disso, permitia a Christine trazer para uma realidade muito próxima a referência a Hypsicratéia, citada por Valério Máximo (séc. I), mulher do rei do Ponto (atual Turquia), Mithridate, e que o protegeu e acompanhou em combate. Guardadas as devidas diferenças entre uma rainha e a *bergère*, Jeanne, em seu *Livre de la Cité des Dames*, Christine descreve a nobre desta forma:

Como as vestimentas femininas não eram práticas em tais circunstâncias e como não convinha a uma mulher se mostrar na batalha ao lado de tão poderoso rei e guerreiro tão valente, cortou seus longos cabelos dourados como o ouro a fim de se passar por um homem, e, no entanto, eram eles o seu mais belo ornamento da beleza feminina. Não se preocupando com o frescor de sua tez, revestiu-a com o elmo, sob o qual estava sempre suja, corbelta de suor e de poeira. Fez dobrar seu delicado corpo sob o peso das armas e da malha de ferro; deixou os anéis preciosos e as ricas joias que ornavam suas mãos para tomar o machado cortante, a lança, o arco e as flechas; no lugar de seus ricos cintos, cingiu por fim a espada. (CHRISTINE DE PIZAN, 1986 [1405], 148-149. Tradução nossa)

Assim como a rainha, Christine afirma, em outros momentos de suas obras, ter se transformado em homem para suportar e sustentar seu ofício e sua família, após ter ficado viúva, como afirma em *Le Livre de la Mutation de Fortune* (1403). Para a autora, talvez, a escrita representasse bem o combate a que as mulheres de seu tempo estavam fadadas para ter uma vida de paz. Christine de Pizan elenca mulheres valorosas, corajosas e piedosas ao longo de sua obra, em Jeanne d'Arc ela pôde (feliz providência!) encontrar a Minerva de carne e osso que tanto a guiou no terreno dos combates e que a instruiu em sabedoria para disso versar no caminho das letras.

REFERÊNCIAS

BOVET, H. *L'Arbre des batailles*. Paris : Ed. Ernest Nys, 1883, p. 150.

CHRISTINE DE PIZAN. *L'advison Christine*. Manuscrit Fr 1176, f 62r. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b8448970d/f131.image>. Acesso em: 3 set. 2019.

CHRISTINE DE PIZAN. *Le chemin de longue étude*. Éd. et trad. A. Tarnowski. Coll. Lettres Gothiques, Paris : Le Livre de Poche , 2000.

CHRISTINE DE PIZAN. **Le Livre de la Cité des Dames**. Texte traduit et présenté par T. Moreau et É. Hicks. Paris : Stock/ Moyen Âge, 1986.

CHRISTINE DE PIZAN. **Le Livre des Faits et Bonnes Moeurs du Roi Charles V le Sage**. Trad. Éric Hicks et Thérèse Moreau. Paris : Stock/ Moyen Âge, 1997.

CHRISTINE DE PIZAN. **Le Livre des Trois Vertus**. Éd. Charity Cannon Willard avec la collaboration d'Éric Hicks. Paris : Champion, 1989.

DEMARTINI, D. ; LE NINAN, C. ; PAUPERT, A.; SZKILNIK, M. **Une femme et la guerre à la fin du Moyen Âge**. Paris : Honoré Champion, 2016.

DULAC, L. Un poème de combat : Le Ditié de Jehanne d'Arc de Christine de Pizan (juillet 1429). **Synergies Inde** n° 2, 2007, p. 81-95.

DRUCIAK, C. L. Os versos de Eustache Deschamps como fonte para a história cultural da França da Baixa Idade Média. **Saeculum – Revista de História**, n. 38, João Pessoa, jan./jun. 2018, p. 105-123.

GALDERISI, C. Conscience littéraire et émergence de l'individu au Moyen Âge. In : LESTRINGANT, F. ; ZINK, M. (dir.). **Histoire de la France littéraire – Naissances et Renaissances – Moyen Âge-XVI^e siècle**. Paris : PUF, 2006, p. 667-677.

MOREAU, T. Promenade en Féminie: Christine de Pizan, un imaginaire au féminin. **Nouvelles Questions Féministes**. Vol. 22, n. 2, 2003, p. 14-27.

LE GOFF, J. **Histoire et mémoire**. Paris : Folio, 1988.

RICOEUR, P. **Temps et récit**. Tome 3. Paris : Ed. du Seuil, 1985.

SCHERTZ, M.C. Autour de Christine de Pizan : entre lyrisme courtois et engagement politique, **COnTEXTES**. n. 13, 2013, p. 1-25. Disponível em: <http://journals.openedition.org/contextes/5798> ; DOI : 10.4000/contextes.5798. Acesso em: 14 mar. 2018.

CAPÍTULO 14

CIDADE SINOP, MATO GROSSO: NO/PELO DISCURSO DO IMPRESSO JORNAL HOJE, A CONSTRUÇÃO DE UMA TERRA DE PROGRESSO E OPORTUNIDADE

Data de aceite: 01/12/2020

Leandro José do Nascimento

Universidade Federal de Mato Grosso
Cuiabá- Mato Grosso
<http://lattes.cnpq.br/3460877534297270>

RESUMO: O presente trabalho corresponde a um recorte da pesquisa realizada em âmbito de mestrado pelo Programa de Pós-graduação em Letras (PPGLEtras), da Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat), *campus* de Sinop, e que versou sobre o estudo do funcionamento do discurso jornalístico sobre a cidade de Sinop, Mato Grosso, procurando compreender os efeitos de sentidos atrelados a esse espaço urbano e que, desde sua fundação, em 1974, pela empresa Colonizadora SINOP S/A, foi significado como terra de progresso e oportunidade. O *corpus* de pesquisa foi constituído por um conjunto de Editoriais veiculados pelo impresso Jornal Hoje, uma publicação da imprensa local com circulação entre 1988 e 1998. Os procedimentos teóricos e metodológicos foram aqueles do domínio da Análise de Discurso Materialista Histórica, caracterizando-se o estudo como de via arquivista. As análises indicaram que no/pelo discurso jornalístico os sentidos sobre a cidade foram ressignificados, construindo-se um espaço simbólico e imaginário. Por meio de um retorno à memória da colonização, isto é, do movimento migratório na Amazônia brasileira, delineado ainda na década de 1970, sustentaram-se os

efeitos de sentidos de um projeto no qual Sinop é produto discursivo e marca ideal da colonização.

PALAVRAS-CHAVE: Análise de Discurso, Terra de Progresso e Oportunidade, Sinop.

SINOP CITY, MATO GROSSO: IN/ THROUGH THE DISCOURSE OF THE NEWSPAPER JORNAL HOJE, THE CONSTRUCTION OF A LAND OF PROGRESS AND OPPORTUNITY

ABSTRACT: The present work corresponds to an excerpt of the research carried out in the scope of a master's degree by the Postgraduate Program in Letters (PPGLEtras), from the State University of Mato Grosso (Unemat), Sinop campus, and which dealt with the study of the functioning of the journalistic discourse about the city of Sinop, Mato Grosso, seeking to understand the effects of meanings linked to this urban space and which, since its founding in 1974, by the company Colonizadora SINOP S / A, has been meant as a land of progress and opportunity. The research corpus consisted of a set of Editorials published by the newspaper Jornal Hoje, a publication of the local press with circulation between 1988 and 1998. The theoretical and methodological procedures were those in the domain of Historical Materialist Discourse Analysis, characterizing the study as via archivist. The analyzes indicated that in/ through the journalistic discourse, the meanings about the city were reframed, building a symbolic and imaginary space. Through a return to the memory of colonization, that is, of the migratory movement in the Brazilian Amazon, outlined in

the 1970s, the effects of meanings of a project were sustained in which Sinop is a discursive product and the ideal brand of colonization.

KEYWORDS: Discourse analysis, land of progress and opportunity, Sinop.

1 | UM LÓCUS DENOMINADO SINOP: PRIMEIROS PERCURSOS

Localizada na região Norte do Estado de Mato Grosso, Sinop foi fundada em setembro de 1974 e emancipada em dezembro de 1979. Respectivamente, a criação do então distrito de Sinop e sua elevação à categoria de município dão-se via Lei número 3.754, de 29 de junho de 1976, e a Lei 4.156, de 17 de dezembro de 1979, nesta ordem. O nome deriva da abreviação de Sociedade Imobiliária Noroeste do Paraná e que designa a empresa privada que planejou e fundou a cidade em meio à floresta norte-mato-grossense. Ao falar sobre a história oficial de Sinop, Arruda (1997, p. 89) expõe que começou a ser concebida ainda na década de 1970, quando iniciaram os primeiros estudos e incursões pelo grupo privado na região. Inicialmente, por “via aérea, o reconhecimento do local para implantação da Gleba Celeste” correspondeu à primeira ação implementada.

Por Gleba Celeste compreende-se o projeto de colonização instituído pela Colonizadora Sinop, dos empresários Enio Pipino (1917-1995) e João Pedro Moreira de Carvalho (1910-1995), em aproximadamente 645 mil hectares e a partir do qual fundaram-se quatro núcleos: Vera, Sinop, Cláudia e Santa Carmem.

De acordo com Souza (2015, p. 128), até 1976 Sinop era associada tal qual a um “‘povoado no Nortão’ de Mato Grosso e pouco conhecida pelo seu potencial, principalmente o madeireiro que a tornou conhecida nacionalmente, e como maior polo industrial do setor no estado”. Por sua vez, a partir de 1979, ano em que ocorre o desmembramento administrativo em relação ao município de Chapada dos Guimarães, “Sinop passou a emergir no cenário mato-grossense, incluindo-se no rol dos povoados pioneiros, que passam a alterar a configuração espacial da área” (SOUZA, 2015, p. 128).

Desde sua concepção, ainda na década de 1970 do século passado, Sinop recebeu migrantes de vários lugares do Brasil, especialmente da região Sul (Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina), dando início a um movimento migratório que, com o passar dos anos, alternou-se quanto à forma como se consolidou. Assim, a história de seu povo e o cotidiano de sua população foram sendo construídos com o passar dos anos e coube à mídia, especialmente a imprensa, retratar tais transformações. A mídia em questão, segundo Pitombo-Oliveira et al. (2013, p. 04), “se apresenta com a possibilidade de registro de sentidos variados na temporalidade histórica, significando a sociedade”.

Mariani (1996, p. 33) lembra-nos de que a área jornalística também atua tal qual uma “prática social produtora de sentidos” e capaz de integrar a sociedade, “sua história”. Dessa maneira, o discurso jornalístico “também é história, ou melhor, ele está entranhado de historicidade”. É nesse discurso jornalístico que o cotidiano e a história se fazem presentes,

mediante definição dos assuntos que serão colocados em pauta e explorados pelos jornais em suas seções diversas.

Neste trabalho, que corresponde a um recorte da pesquisa construída à fase de mestrado acadêmico em Letras, na Unemat Sinop, e defendida em 2018, o funcionamento discursivo-jornalístico é peça central no papel de analisar como as práticas discursivas foram se configurando sobre este espaço urbano e como os efeitos de sentidos atuaram na construção de um imaginário sobre Sinop no curso de 1980 a 1990. Vislumbramos a cidade inserindo-a na mesma cena teórica descrita por Orlandi (2012a, p. 200), que a considera enquanto sinônimo de um espaço de significação, visto que nela os sujeitos, bem como as “práticas sociais, relações entre o indivíduo e a sociedade têm uma forma material, resultante da simbolização da relação do espaço, cidadão, com os sujeitos que nela existem, transitam, habitam, politicamente significados” (ORLANDI, 2012a, p. 200).

Ao se estudar Sinop perante a ótica do discurso, atravessando-a pela teoria e o método da Análise de Discurso, procuramos realizar as reflexões que sejam convergentes ao pressuposto de cidade “enquanto espaço material (histórico, social, significativo) e não abstrato ou empírico” (ORLANDI, 2012a, p. 201).

Temos, portanto, uma pesquisa cuja temática versou sobre o discurso jornalístico sobre a cidade de Sinop e que se dedicou ao estudo dos processos que fizeram parte da construção da imagem deste espaço como uma terra de progresso e oportunidade a partir de textos Editoriais veiculados no impresso local **Jornal Hoje** entre os anos de 1988 e 1998. Mediante seleção e análise de um *corpus* discursivo de Editoriais e sequências discursivas, isto é, “sequências orais ou escritas de dimensão superior à frase” (COURTINE, 2014, p. 55), realizou-se, originalmente, um gesto de leitura sobre a prática discursiva engendrada sobre a cidade e que, por meio do discurso jornalístico, operou na produção de sentidos. Assim, evidenciou-se a constituição do cotidiano de uma cidade e de seus moradores no curso de uma década. Frise que, neste trabalho, não foram trazidas as totalidades de Editoriais e suas sequências para a discussão e análise, mas realizado um recorte, conforme explicado no item metodológico.

Nesta perspectiva, a decisão em se analisar a cobertura deste veículo de imprensa acerca de Sinop deveu-se, em especial, pela existência de um acervo jornalístico disponível quase que em sua totalidade e, por meio do qual, vislumbrou-se o contexto sócio-histórico de formação deste território.

Em se tratando do contexto sócio-histórico, este tem papel fundamental na maneira como se articula a linguagem na produção dos discursos, criando e recriando os significados. É pelo discurso, como apresenta Orlandi (2015a, p. 13), que se observa homem falando, com “capacidade de significar e significar-se”. Para se estudar o discurso abandonamos a perspectiva do conceito enquanto uma ação necessária para a interação humana. O que nos interessa é possibilidade de se realizar um gesto de leitura não linear. Pêcheux (2014a, p. 81) define o discurso como “efeito de sentidos” entre interlocutores e diz ser preciso,

ao serem reparados estes sentidos, superar a visão retilínea e superficial de um único domínio, como o do locutor, por não ser apenas este quem opera no jogo dos sentidos.

Está-se, pois, diante do discurso objeto da Análise de Discurso Materialista Histórica, isto é, “uma teoria da interpretação no sentido forte” (ORLANDI, 2012b, p. 21), uma vez que coloca em questão “a interpretação, ou melhor, a interpretação é colocada em questão”. Ao trabalhar na articulação entre os terrenos da língua, do sujeito e da história, o que vai interessar à AD é o modo como os sentidos não se colocam de forma transparente, ou são dados *a priori*, pois estão relacionados aos mecanismos da linguagem, ao funcionamento do texto e aos processos de significação.

Ao se observar o discurso deve-se colocar em cena, também, o interlocutor e sua capacidade de leitura de mundo, as posições ideológicas, o espaço discursivo da produção e reprodução, as condições necessárias, as Formações Discursivas e demais. Acerca das condições de produção de um discurso Pêcheux (2014a, p. 74) as chama de “o papel dado ao contexto ou à situação, como pano de fundo específico dos discursos, que torna possível sua formulação e sua compreensão”. Este elemento teórico opera como um mecanismo que se coloca entre os protagonistas de um discurso, ou seus sujeitos, e o objeto deste discurso.

Conforme Pêcheux (2014a, p. 78), os discursos são produzidos “a partir de um estado definido das condições de produção”. Ao tecer uma exposição quanto à esta noção teórica de condições de produção, Orlandi (2015a, p. 28) complementa que elas compreendem, de forma fundamental, “os sujeitos e a situação. Também a memória faz parte da produção do discurso, ou seja, a maneira como a memória ‘aciona’, faz valer, as condições de produção [...]”.

Para a teoria materialista, todo discurso pressupõe-se a partir de uma Formação Discursiva (FD) determinada pelo Interdiscurso (Memória Discursiva). Em se tratando da FD, noção teórica que se tomou emprestada do filósofo Michel Foucault, Pêcheux (2014b, p. 147) conceitua-a como “[...] aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado de luta de classes, determina o que pode e deve ser dito”. Conforme compreende o autor, os sentidos circulam no interior de uma Formação Discursiva, podendo variar de acordo com a FD a qual tais sentidos inscrevem-se.

Nesta relação expressa com a Formação Discursiva e que designa o jogo de palavras para com palavras, Orlandi (2015a, p. 41) pontua que “as palavras falam com outras palavras. Toda palavra é sempre parte de um discurso. E todo discurso se delinea na relação com outros: dizeres presentes e dizeres que se alojam na memória”. A memória em questão compreende a Memória Discursiva/Interdiscurso e que significará:

Este é definido como aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente. Ou seja, é o que chamamos memória discursiva: o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que

está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra. O interdiscurso disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada (ORLANDI, 2015a, p. 29).

Traçando-se um paralelo entre esta noção teórica de Interdiscurso/Memória Discursiva com Sinop, diremos que o discurso jornalístico construído sobre Sinop retoma a um outro discurso já concebido em dada conjuntura sócio-histórica. Isto é, evocam-se outras ‘vozes’, como aquela da Colonização, a da empresa privada, a do colonizador e que se são retomadas no discurso do agora para também produzirem sentidos sobre este espaço urbano. Como pondera Orlandi (2015b, p. 21), “é pelo funcionamento do interdiscurso que o sujeito não pode reconhecer sua subordinação-assujeitamento ao Outro (inconsciente), pois, pelo efeito de transparência, esse assujeitamento se apresenta sob a forma de autonomia”.

No que versa a construção de um imaginário sobre a cidade de Sinop, tratemo-lo por outra das noções teóricas do arcaouço da AD: a Formação Imaginária. Ou seja, que faz referência à imagem que construímos sobre o outro, este sobre nós mesmos, sobre o ambiente ao qual estamos inseridos, do objeto do discurso. Michel Pêcheux cita que as Formações Imaginárias “designam o lugar que A e B se atribuem cada um a *si* e ao *outro* [...]” (PÊCHEUX, 2014a, p. 82, grifos do autor). São essas regras de projeção que “estabelecem as relações entre as *situações* (objetivamente definíveis) e as *posições* (representações dessas situações)” (PÊCHEUX, 2014a, p. 82, grifo do autor). Em suma, a Formação Imaginária, no caso deste município, coloca-nos diante de questões como: qual a imagem atribuída a Sinop pelo discurso jornalístico? Qual imagem que Sinop constrói para o veículo jornalístico, por exemplo?

Dessa forma, para investigar o papel do discurso sobre Sinop e compreender como o discurso jornalístico presente no **Jornal Hoje**, entre os anos de 1988 e 1998, atuou na construção de um imaginário sobre a cidade de Sinop, privilegiamos o olhar sobre o processo discursivo realizado. Refere-se, essa noção teórica em âmbito da Análise de Discurso, àquilo que, segundo Pêcheux e Fuchs (2014, p. 171), está na “fonte da produção dos efeitos de sentidos”. Também Pêcheux (2014b, p. 148) lembra que o processo discursivo compreende não apenas o discurso, mas um sistema maior e mais amplo, designando, por exemplo, as “relações de substituição, paráfrases, sinônimas, etc., que funcionam entre elementos lingüísticos –“significantes”- em uma formação discursiva dada”. Ou seja, delinea-se um gesto de leitura muito mais amplo que apenas observar um ou mais dizer e de forma isolada.

2 | O PERCURSO METODOLÓGICO

A pesquisa apresentou natureza qualitativa, regida pelo aporte teórico-metodológico da Análise de Discurso Materialista Histórica. De forma a reconstituir o trajeto de atuação

e operação do **Jornal Hoje**, recorreu-se ao procedimento da entrevista, possuindo como informante principal o fundador Alair Antônio Elgert e com o qual se buscou compreender a dinâmica produtiva da empresa. Todo o acervo disponível e acessado durante a pesquisa de mestrado fora localizado na casa do fundador do jornal impresso. Tratou-se de um material que se encontrava armazenado em caixas de papelão e guardadas em cômodos da casa desde 1998, ano em que a empresa jornalística deixou de operar nesta cidade. Desde então, estes exemplares permaneceram nestes espaços sujeitos à ação do tempo.

Durante a fase inicial de elaboração do *corpus* empírico e no que concerne às edições disponíveis, mapeou-se o total de edições que circulou entre os anos de 1988 e 1998, sendo 86. Desse conjunto, 83 ainda estavam fisicamente disponíveis no acervo da extinta empresa, enquanto outras três edições, por razões desconhecidas, não foram localizadas. Em um segundo momento, procedeu-se à contagem dos Editoriais veiculados tradicionalmente à página 2 e designados por esta nomeação própria. Portanto, 69 textos foram localizados ainda durante a fase de observação; três desses foram excluídos da contagem porque, embora estivessem designados como Editoriais, tratavam-se de artigos de opinião assinados por terceiros e não correspondiam à fala institucionalizada da empresa. A partir dessa perspectiva, considerou-se que o **Jornal Hoje** veiculou, em seus dez anos de atividades, um total de 66 Editoriais.

Após a localização das amostras empíricas, foi necessário empreender novos gestos de leitura sobre os documentos brutos, em consonância com as inquietações e os propósitos iniciais da pesquisa – observar os processos discursivos que fizeram parte da construção de Sinop como terra de progresso e oportunidade –, e a proposta teórico-metodológica da AD.

A partir de pistas fornecidas pelos Editoriais quanto aos seus funcionamentos discursivos em consonância com a Formação Discursiva vigente, ao se empreender diferentes gestos de leitura sobre o material empírico, mensuramos os recortes discursivos para compor a prática de análise. De tal maneira, 44 sequências discursivas obtidas após a leitura e seleção de 30 Editoriais foram elegidas para a análise na pesquisa de mestrado, estando agrupadas em quatro respectivos grupos, de acordo com suas Formações Discursivas vigentes: a Formação Discursiva Política, a Econômica, a da Colonização e a realização de uma Projeção de Futuro. No presente trabalho, no qual se faz um recorte, trazemos para a seção de Resultados e Discussões uma amostra de sequências analisadas em cada um dos grandes grupos.

Ao partilharmos do entendimento de Oliveira (2012, p. 139), frisamos que a escolha por textos Editoriais decorreu de serem eles espaços privilegiados por constarem preponderantemente “a opinião institucionalizada do jornal e, assim, possibilitar uma primeira perspectiva do lugar ocupado pela organização jornalística em relação aos variados temas que aborda”. Destaque-se que o lugar ocupado pela organização jornalística é sintetizado pelo dizer do jornalista, que, nos termos da AD, é afetado pela exterioridade e, a partir

da conjuntura dada, expressa um dizer essencialmente “heterogêneo, já que abriga, na sua materialidade, diferentes sujeitos e, conseqüentemente, diferentes vozes, diferentes ordens de saberes” (GRIGOLETTO, 2005, p. 01).

JORNAL HOJE (1988-1998)
↓
Totalidade de Edições Publicadas
86
Totalidade de Edições Localizadas no Acervo
83
Universo de Editoriais Publicados em 83 Edições
69 no corpus empírico
Exclusões por não pertencimento ao gênero Editorial (Exemplo: artigos de opinião)
Três textos assinados por terceiros
↓
Totalidade de Sequências Discursivas do <i>corpus</i> discursivo
44 SDs extraídas de 30 Editoriais

Quadro 1 – Composição do *Corpus* de Pesquisa de Mestrado (Totalidade)

Fonte: Elaborado pelo autor, 2018.

3 I POR ENTRE FORMAÇÕES DISCURSIVAS E A PROJEÇÃO DE FUTURO: BREVES DISCUSSÕES

Parte das análises elencadas nesta seção e suas respectivas discussões tomam como base o desenho das Formações Discursivas identificadas durante observação dos textos Editoriais. A Formação Discursiva, então, aparece como parte dos sentidos sobre a cidade, pois é ela quem determina o que pode e o que não pode ser dito dada a uma conjuntura específica. Vejamos, pois, as seguintes formações que se apresentaram pelo discurso jornalístico do **Jornal Hoje**. Nesta etapa, observam-se oito recortes para a discussão. A intenção é, ao mesmo em que se expõe os grandes grupos de Formações Discursivas e a Projeção de Futuro que regem a discursividade dos Editoriais e produzem sentidos sobre Sinop, trabalhar com amostras de, ao menos, uma sequência discursiva para grande grupo.

3.1 Formação Discursiva Política

A Formação Discursiva Política propõe uma maneira de interpretação dos fatos que coloca a política como necessária ao trajeto sócio-histórico da cidade. São essas relações que irão reger e que serão determinantes ao sucesso ou ao fracasso da área, visto que,

predominantemente, a combinação município + cooperação + representatividade política condicionaria ao progresso, às transformações; a não cooperação, por sua vez, desloca a cidade para um campo desconhecido e a isola. Ou seja:

- 1) Sinop + (com) Representatividade política = promoção do progresso;
- 2) Sinop + (sem) Representatividade política = cidade deslocada;
- 3) Sinop + (Cooperação) Política = Progresso ao município;
- 4) A política que emerge de Sinop = aguerrida.

Tomemos o seguinte excerto para análise:

Sinop + (cooperação) política = Progresso ao município

Sequência Discursiva: Sinop destaca-se pela exuberância, beleza e progresso. Aliás, progresso é o que temos que rever alguns pontos de vista, em função de necessidades e adequações. **Primeiro lugar, o Governo Municipal, e demais políticos, devem repensar, novas formas de atrair novos investimentos para Sinop.** [...] A poesia de que **Sinop, é a futura capital do Nortão** é muito bonita, mas requer uma concentração de trabalho em várias frentes, e não somente no embelezamento das avenidas e canteiros centrais. (JORNAL HOJE, Edição nº 82, 01 a 30 de junho de 1996, p. 02 – Editorial Sinop na era da verticalização econômica).

Como indica a formulação, manifestando o sentido de serem necessários ajustes, não bastaria apenas programar medidas caseiras no que diz respeito à política de condução da cidade, mas seria preciso haver decisões por meio das quais fosse possível atrair novos investimentos, instalar órgãos e autarquias públicas para atuar nessa mesma direção, objetivando ampliar negócios já existentes na cidade por meio da cooperação com o setor empresarial.

Na mesma sequência discursiva, o Editorial já situa Sinop como a “futura capital do Nortão”, estabelecendo uma projeção que é exterior ao discurso sobre a cidade, isto é, “independente, por oposição ao que é ‘construído’ pelo enunciado” (BRANDÃO, 2012, p. 48). Estamos, pois, diante do pré-construído e que, conforme mensura o dispositivo teórico de Pêcheux (2014c), faz referência a algo que é anterior ao discurso. O sentido de futura capital do Nortão, que surge como elemento pré-construído no discurso jornalístico, vinculando-se à esfera de projeção de futuro, mostra-se como uma possibilidade ao município caso, diante da cooperação política, todos os esforços forem direcionados para se alcançar tal *status*.

3.2 Formação Discursiva Econômica

Questões de ordem econômica e atreladas ao processo de significação de Sinop também se colocaram em meio ao discurso jornalístico. Contempla, de acordo com o dizer do veículo de imprensa, uma série de iniciativas que, direta ou indiretamente, mostravam-

se necessárias à cidade e sua evolução. À lista soma-se, por exemplo, a chegada de fontes permanentes de energia elétrica, novas possibilidades ao setor empresarial, instalação de indústrias, novos investimentos.

Sequência Discursiva: Em meio a definições de quem será, o futuro governador de MT, existe a grande promessa ao povo do Nortão, é a “ENERGIA ELÉTRICA”, **elemento básico do desenvolvimento industrial, é também a redenção ou o fim de algumas indústrias na região**. Digo porque, a matéria prima já está distante, ou melhor, busca-se nos municípios vizinhos, e para o industrial ter alguma margem, tem que beneficiar a madeira pelo menos uma vez se não da **empate entre lucros & despesas**. [...] Falta de energia. [...] **linhão já!** (JORNAL HOJE, Edição nº 60, 15 de fevereiro a 15 de março de 1994, p. 02 – Editorial A Política de Luz).

Observamos um movimento discursivo que atrela a energia elétrica à garantia de mais chances à cidade, ao maior grau de confiança dos empresários locais, à possibilidade de se planejar os seus investimentos e equilibrar a relação lucros e despesas da atividade comercial. De acordo com os efeitos de sentidos, a energia elétrica funcionaria tal qual um gatilho, um elemento básico “do desenvolvimento industrial, é também a redenção ou o fim de algumas indústrias na região”, favorável à consolidação de novas estratégias empresariais na área, bem como responsável pelo conforto e bem-estar local.

Se o alcance da energia elétrica é a redenção passível de se obter, sem ela o caminho é o oposto: o fim de algumas indústrias, o que demonstra uma condicionalidade ao efeito de sentido produzido quanto à presença da energia na cidade. No dizer jornalístico, afirmações como “Linhão Já” expressam tanto o desejo pela obra quanto o sentido de ter a energia elétrica como objeto natural nesse processo evolutivo da cidade, de suas empresas e da população.

3.3 Formação Discursiva da Colonização

Em se tratando dos Editoriais do **Jornal Hoje**, o processo de interpelação ao discurso desenvolvimentista dos anos de 1970 também incide sobre a prática discursiva. Os discursos produzidos, então, fixam-se como memórias de repetição. O retorno ao colonizador Enio Pipino parece dar sustentação à marca da colonização privada em Sinop. Esta, por sua vez, serve como esteio à cidade, pois é diante da manutenção dos ideais de um fundador que parece se manter na rota daquilo pretendido desde o passado.

Sequência Discursiva: Voltando as vistas para **um passado recente (cerca de 17 anos)**, vamos encontrar um **grupo de pioneiros, liderados por Ulrich Grabert, o “Uli”, abrindo uma clareira no limiar da floresta amazônica, para implantar uma cidade** eu, na visão do seu idealizador, **o colonizador Ênio Pipino, teria o destino de “irradiadora do progresso” na região**. [...] um pensamento logo nos assalta: **Ênio Pipino tinha razão**. [...] (JORNAL HOJE, Edição nº 40, 15 de dezembro de 1991 – p. 02, Editorial Política: a arte de conquistar).

Na sequência discursiva, ao anunciar um retorno a um “passado recente (cerca de 17 anos)”, o Editorial jornalístico remete à retomada histórica da fundação de Sinop, isto é, a chegada do grupo de pioneiros liderado por Ulrich Grabert. Este aparece como um dos protagonistas da história de Sinop, ao ser destacado pela empresa Colonizadora SINOP para realizar as incursões em meio à floresta responsáveis pela abertura deste núcleo urbano. Ao inscrever-se nesta Formação Discursiva da Colonização, o discurso jornalístico igualmente parece dar sustentação ao projeto de futuro da cidade. Ele coloca em cena a vontade do colonizador e seus planos em relação ao que se esperava sobre o município. Tais ideais a serem alcançados e projetados serão frequentemente atualizados no processo discursivo.

3.4 Projeção de futuro

O futuro pela marca Capital(is): Capital do Nortão, Futura Capital do Estado, Capital da Madeira, Capital Política passa a ser observado dentro dos Editoriais jornalísticos, aludindo ao sentido de efeito de progresso. “Capital(is)” expõe traços de uma projeção de futuro sobre a cidade, despontando-a como um lugar de qualidades propícias ao seu crescimento, verticalização. Capitais como projeção pré-estabelecida e que se mantém pelo recurso das chamadas paráfrases, isto é, um “retorno aos mesmos espaços do dizer. Produzem-se diferentes formulações do mesmo dizer sedimentado” (ORLANDI, 2015a, p. 34).

Sequência Discursiva: Estamos com o lema “**SINOP RUMO AO PROGRESSO**”. (JORNAL HOJE, Edição nº 35, 01 a 15 de maio de 1991, p. 02 – Editorial Sem Título).

Sequência Discursiva: [...] **E se há um precipício pela frente, que seja o alto dos prédios, de onde se possa ver o negro do asfalto se estendendo por largas ruas e avenidas bem traçadas, ou então as chaminés das indústrias que dão emprego para mais de 15 mil trabalhadores.** [...] (JORNAL HOJE, Edição nº 36, 15 de maio a 15 de junho de 1991, p. 02 – Editorial O Nortão está em outra).

Sequência Discursiva: [...] um meio de **promover ainda mais o progresso de Sinop.** (JORNAL HOJE, Edição nº 41, 15 de fevereiro a 15 de março de 1992, p. 02 – Editorial Campus é uma realidade em Sinop).

Sequência Discursiva: [...] No caso do prefeito a situação é a mesma. É necessário que seja uma pessoa capaz, de confiança, em condições de executar as leis e **trabalhar pelo progresso da cidade.** (JORNAL HOJE, Edição 47, 20 de junho a 20 de julho de 1992, p. 02, Editorial Sem Título).

Sequência Discursiva: Atualmente **Sinop vive em clima de euforia, progresso e principalmente muita expectativa de um futuro melhor e mais “iluminado” para todos.** (JORNAL HOJE, Edição nº 68, 01 a 30 de novembro de 1994, p. 02 – Editorial Ame-a ou Deixe-a).

O progresso é significado enquanto uma direção a ser perseguida e sobre a qual incide a realização de obras infraestruturais. Advém do asfaltamento de ruas, pela energia elétrica, rede de esgoto, pela construção de prédios, instalação de indústrias e a geração de postos de trabalho. Tratá-lo é promover um reencontro com a memória histórica da colonização, quando, ainda durante a busca de moradores para a cidade, a ordem e o progresso eram utilizados como chamarizes. No caso do periódico jornalístico, o primeiro movimento para produção do sentido de progresso disponibilizado é o regresso à memória da colonização.

Retornar ao processo sócio-histórico de constituição do município equivale trazer para o fio do discurso a volta da figura do colonizador, dos pioneiros, a própria representação imaginária construída sobre o espaço amazônico antes de sua ocupação pelo homem (“desbravamento”, “vila perdida”, “mata”, “marcha”, “clareira”, “floresta amazônica”, “selva amazônica”) e, a partir dela, seus papéis na idealização de projeção de futuro e de progresso. O regresso à memória da colonização se justifica tal qual uma necessidade, pois, no dizer jornalístico, parece ser um fio condutor para o progresso e os resultados advindos deste.

4 | CONCLUSÃO

A partir da discussão promovida, conclui-se que Sinop portou-se, desde cedo, como produto de uma construção discursiva com sentidos carregados na/pela imprensa. O discurso jornalístico tratou de gerar sentidos sobre essa cidade, mesmo que estes não se filiassem ao discurso do agora, mas à ordem de uma Memória ou produto pré-construído discursivo. Igualmente, pelo discurso deste jornal, atualizaram-se esses sentidos e, assim, falou-se de um mesmo, mas de diferentes formas. Progresso e oportunidade, em relação ao discurso jornalístico, são materializados sob a forma de obras infraestruturais, educacionais, de saúde, de serviços públicos e, conseqüentemente, da transformação da vida do sujeito residente. Mesmo com as intercorrências que viessem a surgir – a exemplo dos problemas sociais e estruturais –, pelo discurso jornalístico, elas adquiriram o sentido de necessárias. Isto é, há um efeito de necessidade que coloca os contrastes como provações.

Sinop terra de progresso e oportunidade representa-se tal qual uma construção institucionalizada, ou seja, oficial, uma marca ou uma espécie de selo para esta cidade. Esses sentidos retornam ao discurso em diferentes conjunturas, apenas ressignificando-se tal qual uma reciclagem. Sentidos de progresso e oportunidade são significados, igualmente, por novos empreendimentos empresariais, sendo sede para universidades, escolas, para um sistema energético que transmitiria energia para toda uma região. Um espaço que, para o discurso jornalístico, seu desenvolvimento se via a partir das iniciativas tanto empresariais quanto públicas, mediante implementação de propostas econômicas, políticas.

O sentido de Sinop como uma terra de progresso e oportunidades tanto produz e se reproduz a partir de outros discursos já estabelecidos sobre esse espaço porque os sentidos do discurso não se manifestam de forma pura, mas sempre a partir de outros com os quais nos identificamos. Vão se atualizando, mas sem se deixarem romper. Os sentidos sobre Sinop não se portaram como novos frente àqueles já forjados, por exemplo, pelo discurso da colonização ou mesmo o que toma como base uma Formação Discursiva da empresa fundadora, pois o próprio dizer jornalístico também permaneceu identificado com esta memória.

Os processos discursivos sobre a cidade resultaram de uma relação com outros ditos sempre já aqui, pelo movimento de paráfrases, do inter-relacionamento com múltiplas Formações Discursivas que se colocaram predominantes. A partir dos Editoriais, Sinop é retratada como produto de uma representação simbólica. Predomina a história da cidade que, no exercício diário, enfrentava desafios em âmbitos político, econômico ou social para se constituir e firmar enquanto centro urbano. Porém, frente à projeção que se pré-estabelecia, tais contratempos apresentavam-se de forma natural, sendo mesmo necessários para alcançar o *status* desejado. Nesse percurso, o discurso jornalístico, ao mesmo tempo em que produzia sentidos sobre a cidade, materializada a história desse espaço sob a forma de textos, fotos e outros materiais veiculados no Jornal Hoje. As páginas do período, igualmente, servem como um acesso à memória sobre esse espaço urbano.

REFERÊNCIAS

- ARRUDA, Zuleika Alves. **Sinop**: território(s) de múltiplas e incompletas reflexões. 1997. 183 f. Dissertação (Mestrado em Geografia)–Universidade Federal de Pernambuco, Pernambuco, 1997.
- BRANDÃO, Helena. **Introdução à análise do discurso**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.
- COURTINE, Jean-Jacques. **Análise do discurso político**: o discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos: EdUFSCar, 2014.
- MARIANI, Bethania Sampaio Corrêa. **O Comunismo Imaginário**: práticas discursivas da Imprensa sobre o PCB (1922 -1989). 1996. 278 f. Tese (Doutorado em Linguística)–Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, 1996.
- OLIVEIRA, Cândida. **Credibilidade no discurso jornalístico**: tradição e autoridade nos editoriais da Folha de S.Paulo no marco de seus 90 anos. 2012. 257 f. Dissertação (Mestrado em Jornalismo)–Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.
- ORLANDI, Eni. A casa e a rua: uma relação política e social. *In*: ORLANDI, Eni. **Discurso em análise**: sujeito, sentido e ideologia. 2.ed. Campinas: Pontes, 2012a. p. 199-212.
- ORLANDI, Eni. Análise de Discurso e Interpretação. *In*: ORLANDI, Eni. **Discurso e Texto**: formação e circulação dos sentidos. Campinas: Pontes Editores, 2012b. p. 19-29.

ORLANDI, Eni. **Análise do Discurso**: princípios e procedimentos. 12. ed. Campinas: Pontes Editores, 2015a.

ORLANDI, Eni. Análise de Discurso. *In*: ORLANDI, Eni; LAGAZZI-RODRIGUES, Suzy (org). **Discurso e Textualidade**. 3. ed. Campinas: Pontes Editores, 2015b. p. 13-35.

PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas (1975). *In*: GADET, Françoise; HAK, Tony (org.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 5. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2014. p. 159-249.

PÊCHEUX, Michel. Análise automática do discurso (AAD-69). *In*: GADET, Françoise; HAK, Tony (org.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 5. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2014a. p. 59-158.

PÊCHEUX, Michel. A forma do sujeito do discurso. *In*: PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 4. ed. Campinas: Unicamp, 2014b. p. 145-168.

PÊCHEUX, Michel. Determinação, formação do nome e encaixe. *In*: PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Editora da Unicamp, 2014c. p. 85-94.

PITOMBO-OLIVEIRA, Tânia; STRAUB, Sandra Luzia Wrobel; TOMÉ, Cristinne. Leus.; SODRÉ, Kênya Karoline Ribeiro. Discurso e identidade: o papel do jornal o sinopeano na construção de um imaginário do município de Sinop e da posição sujeito sinopense. *In*: V SEMINÁRIO DE INFORMÁTICA NA EDUC@ÇÃO, 2013, Sinop. **Anais...** Sinop: Unemat, 2013. p. 01-12. Disponível em: < <http://sinop.unemat.br/v-semi-info-edu/anais-do-evento/#comments>>. Acesso em: 19 abr. 2019.

SOUZA, Edison Antônio de. Sinop: Espaço e Memória. *In*: DIAS, Marieta Prata Lima; PHILIPPSSEN, Neusa Inês; PITOMBO-OLIVEIRA, Tânia (org.). **Amazônia**: visão caleidoscópica. Recife: Pipa Comunicação, 2015, p. 121-145.

CINEMA, HISTÓRIA E CRÍTICA: APONTAMENTOS SOBRE ÉLIE FAURE

Data de aceite: 01/12/2020

Data de submissão: 04/11/2020

Erivan Cassiano Karvat

Departamento de História
Universidade Estadual de Ponta Grossa,
Ponta Grossa, PR
<http://lattes.cnpq.br/5402450216386778>

Este artigo é uma versão ligeiramente modificada de texto homônimo publicado nos *Anais do III Congresso Internacional de Linguagem* (UEPG, 2019).

RESUMO: Diferentes reflexões (e *ensaios*) sobre o Cinema parecem acompanhar a própria história do fenômeno cinematográfico desde seus inícios. Autores os mais diversos, ao longo das décadas, pensaram – por variadas vias e formas – aspectos relacionados, entre outros, às características, às funções e às possibilidades do cinema; reflexões que ainda hoje parecem assinalar para a vitalidade/potencialidade de tais *ensaios*, principalmente exemplificadas nas intersecções contemporâneas entre Cinema e Filosofia e em autores como Michel Foucault e Gilles Deleuze. Este texto – instigado pelas discussões, entre outros, de David Bordwell e Thomas Elsaesser acerca das relações entre História e Cinema – procura apontar aspectos da historicidade destas indagações focando-se em um autor nem sempre lembrado: o crítico de arte Élie Faure (1873-1937). Faure, escrevendo seus textos nos anos 1920-1930, no mesmo contexto que o filósofo

Walter Benjamin (1892-1940) desenvolvia ideias seminais acerca da arte/técnica cinematográficas, permite questionamentos sobre o lugar do cinema no conjunto das artes e, mais, acerca das relações entre técnica, arte e sensibilidades contemporâneas, sugerindo questionamentos acerca da própria constituição da crítica e estética cinematográfica e de sua história.

PALAVRAS-CHAVE: Cinema, história, crítica, história do cinema.

CINEMA, HISTORY AND CRITICISM: NOTES ABOUT ÉLIE FAURE

ABSTRACT: Different reflections (and essays) on cinema seem to follow the very history of the cinematic phenomenon since its beginnings. Authors, the most diverse, over the decades, have thought – by various paths and forms – aspects related, among others, to the characteristics, functions and possibilities of cinema; reflections that still seem to point to the vitality/potentiality of such essays, mainly exemplified in the contemporary intersections between Cinema and Philosophy and in authors such as Michel Foucault and Gilles Deleuze. This text – instigated by the discussions, among others, by David Bordwell and Thomas Elsaesser about the relations between History and Cinema – seeks to point out aspects of the historicity of these questions focusing on an author not always remembered: the art critic Élie Faure (1873-1937). Faure, writing his texts in the years 1920-1930, in the same context as the philosopher Walter Benjamin (1892-1940) developed seminal ideas about cinematographic art/technique, allows questions about the place of cinema in the set of arts and, more, about the

relations between technique, art and contemporary sensibilities, suggesting questions about the very constitution of film criticism and aesthetics and its history.

KEYWORDS: Cinema, history, criticism, history of cinema.

Sim, há produção de diferença e oposição ao mundo, mas há também a produção de uma experiência referida ao mundo, pois quando hoje se diz que o filme pensa, que a imagem em movimento é pensamento, está aí implicada uma transitividade como “imagem de” que não precisa supor a idéia de profundidade nos termos da clássica oposição entre aparência e essência.

Ismail XAVIER (2008: p. 20).

Indiscutivelmente o conhecimento acerca do cinema deve passar pelo conhecimento em torno das obras produzidas, pelo próprio (ou apropriado) conhecimento dos filmes realizados. Contudo, pouco se pode questionar que o enfronhar-se pela amplíssima produção bibliográfica que também focaliza o tema é, de mesmo modo, uma possibilidade de aproximação e *problematização* do assunto. Isto porque tal produção parece acompanhar a própria história do cinema e de seus feitos, num movimento em que a *arte da imagem em movimento* supõe, desde os seus albores, o desenvolvimento de uma experiência e de tradição de escrita ensaística que também merece ser observada.

Tal experiência e tradição parecem acenar, mesmo, para a própria importância da arte cinematográfica e de seu lugar e papel para a cultura da *modernidade*, uma vez que esta elabora e define novas formas de linguagem – ou, mais especificamente, a *linguagem cinematográfica* – dimensão que parece extrapolar o próprio âmbito de um campo meramente artístico. Talvez, por isto, o interesse motivador desta tradição ensaística, que se reflete, por exemplo, nas aproximações com discussões filosóficas, perpassando, ao longo do século 20, a obra de autores de diferentes matizes e perspectivas.

Assim, desde seu advento, desde fins do século XIX, o cinema passaria a ser objeto de reflexão, fosse a partir de comentários jornalísticos ou de análises mais criticamente apuradas.

Neste sentido, sempre cabe lembrar do texto de Máximo Górkí, quando de sua visita a uma feira cinematográfica, em Nizhni Novgorod, em julho de 1896:

Ontem à noite eu estive no Reino das Sombras.

Se você soubesse o quão estranho é estar lá... É um mundo sem som, sem cor. Cada coisa lá — a terra, as árvores, as pessoas, a água e o ar — estão mergulhadas em um monótono cinza. Os raios acinzentados do sol cortam o céu acinzentado, olhos acinzentados em caras acinzentadas, e as folhas das árvores são semelhantes ao cinza. Não é vida e sim sombra, não é o movimento e sim um espectro sem som.

Aqui, eu devo me explicar para que não seja um símbolo de loucura ou indulgência. Estive em Aumont¹ e vi na cinematografia de Lumière uma fotografia que se move. A impressão extraordinária que ele cria é tão única e complexa que duvido da minha habilidade de descrevê-la com todas as suas nuances. Contudo, tentarei transmitir o que é fundamental. Quando as luzes saem na sala onde a invenção da Lumière está exposta, repentinamente aparece na tela uma grande imagem cinzenta, “Uma rua em Paris” - as sombras de uma gravura ruim. Quando fixamos o olhar nela, vemos as carruagens, os edifícios e as pessoas em várias poses, todos congelados na imobilidade.

Tudo é cinza, até o céu acima — você não antecipa nada de novo nessa cena demasiadamente familiar, uma vez que já viu outras vezes quadros de ruas parisienses.

Porém, de repente, um tremor estranho passa pela tela e o quadro se mistura à vida. Carruagens vindas de algum lugar se movem diretamente na sua direção (...).

E tudo isso em um silêncio estranho onde não são ouvidos o barulho das rodas e o som dos passos ou das vozes. (...)

É horrível ver isso, mas é o movimento das sombras, só das sombras...

Repentinamente, há um estalo, tudo desaparece e um trem, que surge na tela, vai diretamente em sua direção — cuidado! Dá a impressão que vai precipitar-se na escuridão sobre o espectador, convertendo-lhe num monte de carne dilacerada e ossos estilhaçados e reduzindo a pó e fragmentos esta sala e todo o edifício, cheio como está de mulheres, vinho, música e vício.

Mas também este é um trem das sombras.

Sem um ruído, a locomotiva desaparece pelo lado da tela. (...) Esqueça onde se encontra. Estranhos pensamentos invadem a mente, e a consciência começa a se debilitar e a desaparecer (...) e recordas que estás no Aumont, no local de Charles Aumont ... Por que entre tantos lugares este notável invento de Lumière havia de abrir caminho para ser exibido aqui. Este invento que afirma uma vez mais a energia e a curiosidade da mente humana, desenvolvendo-a e atrapalhando-a e que... em seu intento de aprofundar o mistério da vida, ajuda por tabela a construir a fortuna de Aumont? Não percebo ainda a importância científica do invento de Lumière, mas não há dúvida que a tem e provavelmente será útil aos fins gerais da ciência, ou seja melhorar a vida do homem e desenvolver seu pensamento. Não é isto o que encontramos no Aumont (...). Por que entre todos os locais escolheram este para a exibição da última conquista científica? É provável que o descobrimento de Lumière se aperfeiçoe rapidamente, mas o fará no espírito da Aumont-Toulon and Company.

1. Referência a Charles Aumont, francês-argelino, que estabeleceu um afamado *Théâtre Concerto Parisienne* em Moscou – que na verdade se tratava de um bordel de luxo. Em 1896 apresentou o Cinematógrafo Lumière como atração na abertura da Feira de Indústria e Arte de Nizhny-Novogorod. Cf. TSIVIAN (2014, p. 36).

(...) se projeta *Le Déjeuner de Bébé*, onde aparece um trio idílico. Uma jovem esposa com seu gorducho filhinho senta-se na mesa para o café da manhã. (...) Esta cena familiar tem sentido no Aumont? (...) Por que lembrar aqui a possibilidade de uma vida limpa, de trabalho? Não tem nenhum sentido (...). Estou persuadido de que estas imagens serão logo trocadas por outras mais de acordo com o tom geral do *Concert Parisien*. Por exemplo, projetando um filme intitulado: O nu, ou A dama no banho, ou Uma mulher na intimidade. Também poderão filmar uma sórdida briga entre marido e mulher e oferecê-la ao público com o título *Os benefícios da vida em família*.

Sim, indubitavelmente se farão este tipo de filmes. Nem o bucólico nem o idílico têm futuro algum no mercado russo, sedento de coisas picantes e extravagantes. Também posso sugerir alguns temas para desenvolver na cinematografia, para diversão do público. Por exemplo: empalar um parasita da atualidade sobre uma estaca, conforme o costume turco, fotografá-lo e exibi-lo depois. Não é exatamente picante, mas é muito edificante².

Deve-se lembrar de que a *visita* de Górkí ocorria apenas meio ano após as primeiras projeções públicas dos irmãos Lumière, realizadas, em Paris, em 28 de dezembro de 1895.

O arrebatamento – manifestado na diversidade de posições tomadas, pró ou contra a nova invenção e manifestadas através de diferentes impressos – deve ser compreendido a partir da própria complexidade que cerca a criação, institucionalização e, enfim, a *historicidade* do fenômeno *cinema*.

Como fenômeno – histórico – complexo, o cinema supõe diferentes dimensões e problemas. Em razão desta complexidade, qualquer *problematização* em torno do fenômeno deve levar em conta os vários aspectos que o caracterizam; aspectos que se referem, por exemplo, ao seu caráter como arte, como indústria ou negócio ou como técnica, uma vez que podemos concordar, com Georges Sadoul (1951, p. 11), que o cinema representaria, simultaneamente, “distração, meio de cultura, arte, indústria, comércio e técnica”.

Veja-se que isto pode ser vislumbrado nas próprias observações de Górkí, ou a partir delas, como expostas acima. O literato russo, antes de qualquer coisa, aponta para a estranheza do novo invento, estranheza em função do “monótono cinza” e do estranho silêncio; estranheza que resulta de sombras que se movem ou do “movimento das sombras”. Contudo, também se indaga o porquê do invento, “uma conquista científica” – que Górkí ainda não conseguira perceber a importância – estar sendo exibida num espaço de licenciosidade, como era o do Aumont. Para além de sua irônica pouca expectativa em relação ao público russo – que “sedento de coisas picantes e extravagantes” – não apreciaria os filmes então apresentados, as observações finais do artigo permitem que pensemos questões ainda caras às discussões sobre a dimensão artística, a linguagem, o alcance e a indústria cinematográficas. Os comentários *da visita* de Górkí são sugestivos,

2. Górkí, **Sobre uma visita ao reino das sombras**, publicado em *Nizhnerogorodski Listok*, em 04 de julho de 1896. Não tendo sido localizada a obra – em português – com tal texto, foram utilizadas as traduções de BARROS (2013, p. 162) (parcial) e de J. D. BRITO, que aparece no site *Tiro de Letra. Disponível em* <<http://www.tirodeletra.com.br/curiosidades/RelatodeMaximoGorkiaoverocinema.htm>>. Acesso em: 01 ago. 2019.

pois assinalam para discussões que se fizeram presentes desde os inícios do cinema (e ainda se fazem reverberar) e sobre as quais, em certo sentido, se assentou todo um conjunto de debates sobre o qual se fundamenta a tradição (ou tradições) da crítica de cinema e o ensaísmo que lhe acompanha – discussões e debates que, por exemplo, tacharam ao cinema uma natureza de mero entretenimento ou de mera atividade comercial ou, ainda, de arte menor, *popularesca*, se comparada com as, então consideradas, *artes superiores*, como o teatro ou a pintura. Assim, se durante o percurso de institucionalização da própria crítica cinematográfica viu-se a ênfase em distinções entre entretenimento e arte ou arte e negócio, novamente cabe lembrar a observação de Sadoul: o cinema “representa simultaneamente, distração, meio de cultura, arte, indústria, comércio e técnica”. A chave de compreensão está nesta simultaneidade, o que lhe caracteriza, já dito antes, como um fenômeno complexo. Complexo e marcadamente *moderno*, vinculado a uma nova configuração histórica na qual agem (novos) agentes e (novas) circunstâncias sociais, econômicas, políticas, culturais, etc.

Ainda que devamos lembrar que tais distinções empobrecem uma melhor compreensão acerca do que é o cinema, pois tais separações ou oposições (entre arte e entretenimento ou entre arte do cinema e cinema como negócio) são sempre superficiais – como reiteram BORDWELL e THOMPSON (2013, p. 29-31), – ainda assim é fundamental lembrar que tais leituras produziram, em determinados contextos passados, a própria compreensão acerca do fenômeno chamado cinema, de sua razão de ser e de sua história.

Neste sentido, entende-se que a devida atenção à própria *historicidade* do fenômeno pode balizar uma melhor compreensão de seu lugar social (cultural e histórico) e dos aspectos que lhe conformaram/conformam ou caracterizam/caracterizaram, lembrando-se, principalmente, que “o cinema não nasceu pronto”, mas, sim, foi se “construindo aos poucos” levando “tempo para encontrar a sua localização na sociedade, suas formas de produção, sua ou suas linguagens” (BERNARDET, 1990, p. 132). Em outros termos se quer dizer que a preocupação em torno dos debates que se voltaram sobre o cinema, em seus diferentes aspectos e questões, permite uma melhor compreensão de sua própria história, de sua constituição e institucionalização e do lugar que passou a ocupar ao longo do século XX, em relação à chamada *vida moderna*, em um processo que supõe, entre outros, a formulação de diferentes *ideias de cinema*, a elaboração de diferentes posturas estéticas e ideológicas e a fundamentação de diferentes perspectivas teóricas, que parecem subjacentes ao próprio movimento formativo do cinema. Atentar para a tradição da discussão crítica, que se fundamentou ao longo da própria constituição do cinema, permite perceber aspectos fundamentais deste processo.

Assim, se é possível pensar a *historicidade* de questões referentes às divisões já citadas sobre o cinema – entre arte, entretenimento e negócio, por exemplo – com o foco sobre o que poderíamos chamar de uma história intelectual da *crítica* cinematográfica, também, se revelam aspectos *internos* a esta própria constituição, fundamentadores de

uma *experiência do cinema*, acerca de elementos vinculados, entre outros, aos problemas técnicos vinculados à montagem cinematográfica ou em relação ao aspecto *representacional* da realidade (oriundo da imagem e do discurso fílmicos) e, ainda, em relação à chamada *impressão de realidade* no discurso cinematográfico ou, mesmo, acerca dos debates em torno da própria *natureza da arte cinematográfica* (XAVIER, 1977).

Para ater-se ainda neste aspecto – de apontamentos de história intelectual da crítica – podemos recorrer a um texto paradigmático acerca da relação entre Cinema e Modernidade: *A obra de arte na época de sua reprodutibilidade técnica*, de Walter Benjamin. Escrito entre 1935 e 1936, portanto quarenta anos depois das observações de Górkí, o ensaio de Benjamin “é importante para diversas questões que surgem nas fronteiras entre a história do cinema, a teoria do cinema e a crítica cinematográfica”, conforme observou Miriam Hansen (2012, p. 206)³. Concedendo um lugar fundamental ao cinema ao romper com determinados valores então vigentes, como, por exemplo, a ideia da unicidade da obra (ou a distinção entre *original* e *cópia*) e de sua “aura”. Com as possibilidades técnicas (da reprodutibilidade) que se colocavam e a par do cinema, uma nova estética também se impunha, pautada numa nova sensibilidade – moderna e urbana – fundamentando novas ideias de arte e de suas funções, alterando a própria relação entre arte e público:

O filme serve para exercitar o homem nas novas percepções e reações exigidas por um aparelho técnico cujo papel cresce cada vez mais em sua vida cotidiana. Fazer do gigantesco aparelho técnico do nosso tempo o objeto das inerações humanas – é essa a tarefa histórica cuja realização dá ao cinema o seu verdadeiro sentido. (...)

A reprodutibilidade técnica da obra de arte modifica a relação da massa com a arte. Retrógrada diante de Picasso, ela se torna progressista diante de Chaplin (BENJAMIN, 1996, p. 174 e 187).

Benjamin percebe e enfatiza as mudanças nas percepções sensoriais – e não menos em relação à dinâmica do tempo – na *modernidade* e a partir do cinema:

3 Tem-se usado ao longo do texto – sem fazer distinção entre crítica, teoria ou história – a ideia de uma tradição de escrita sobre o cinema, que acompanha sua trajetória e contribuiu para sua efetivação. Para fins de uma melhor caracterização, contudo, podemos utilizar das definições de AUMONT e MARIE (2003, p. 68-69): “Crítica é o exercício que consiste em examinar uma obra para determinar seu valor em relação a um fim (a verdade, a beleza etc.) (...) o termo designa também os próprios julgamentos e comentários, além da pessoa que se entrega à crítica”. Seu objetivo “é esclarecer o funcionamento e propor uma interpretação da obra artística”. Em relação à Teoria, cabe salientar, conforme lembram ELSAESSER e HAGENER (2018, p. 9), que “a teoria do cinema e quase tão antiga quanto o cinema propriamente dito”, caracterizando-se por um amplo leque de “preocupações muito diversas” (AUMONT e MARIE, 2003, p. 289). Estes mesmos autores sugerem como as principais orientações teóricas aquelas que problematizam o cinema como “reprodução ou substituto do olhar”, “o cinema como arte”, “O cinema como escritura”, “O cinema como modo de pensamento”, “O cinema como produção de afetos e simbolização do desejo” (AUMONT e MARIE, 2003, p. 289-291). É forçoso, todavia, lembrar, que a própria noção de Crítica e de Teoria e, não menos, de História (tomada aqui como Historiografia) são também definições eivadas de historicidade e que sofreram modificações ao longo do tempo, sendo pensadas e representadas diferentemente conforme os contextos que se avalie. Para uma leitura pormenorizada acerca da crítica e da teoria e seu processo histórico, ver: (AGEL, 1982; ANDREW, 2002; XAVIER, 2017, p. 27-122 e XAVIER, 2018).

Veio então o cinema, que fez explodir esse universo carcerário com a dinamite dos seus décimos de segundo, permitindo-nos empreender viagens aventurosas entre as ruínas arremessadas à distância. O espaço se amplia com o grande plano, o movimento se torna mais vagaroso com a câmara lenta. É evidente, pois, que a natureza que se dirige à câmara não é a mesma que a que se dirige ao olhar.

(...) as tarefas impostas ao aparelho perceptivo do homem, em momentos históricos decisivos, são insolúveis na perspectiva puramente ótica: pela contemplação. Elas se tornam realizáveis gradualmente, pela recepção tátil, através do hábito. (...) realizar certas tarefas, quando estamos distraídos, prova que realizá-las se tornou para nós um hábito. Através da distração, como ela nos é oferecida pela arte, podemos avaliar, indiretamente, até que ponto nossa percepção está apta a responder a novas tarefas. E, como os indivíduos se sentem tentados a esquivar-se a tais tarefas, a arte conseguirá resolver as mais difíceis e importantes sempre que possa mobilizar as massas. É o que ela faz, hoje em dia, no cinema (BENJAMIN, 1996, p. 189 e 193-194).

A menção ao texto seminal de Benjamin parece-nos sugestivo por diferentes motivos: por se encontrar numa região fronteira entre a teoria, a crítica e a história do cinema, a concordar com Miriam Hansen, e neste sentido, possibilitar uma reflexão sobre o próprio tempo de sua elaboração e o debate com outras perspectivas que tocavam estas mesmas *regiões*; depois, por possibilitar, também, pensar sua efetiva vitalidade para os desdobramentos desta *região fronteira* e, por exemplo, como reverbera em estudos recentes, como aqueles voltados à chamada *arqueologia das mídias* (ELSAESSER, 2018; PARIKKA, 2017) e sobre as novas leituras, daí decorrentes, acerca da tradição da crítica⁴.

Neste quadro – novamente lembrando, de uma espécie de história intelectual da crítica – um nome nos chama atenção: Élie Faure (1873-1937), autor que interessa à medida que escreveu breves reflexões sobre o cinema e não se dedicou exclusivamente a isto: Faure, sobrinho de Élie e Élisée Reclus, geógrafos e referências fundamentais do pensamento anarquista francês, médico de formação e profissão, notabilizou-se pela produção de uma significativa História da Arte – da arte antiga ao século XX –, publicada entre 1909 e 1920 e que se encerrou, em 1927, com um estudo intitulado *O Espírito das Formas*⁵. Entre os anos 1920 e 1930 publicou, de forma dispersa, uma série de textos

4. Não há, aqui, como não nos referimos ao também seminal artigo de Roman Jakobson, **Decadência do Cinema?**, de 1933. Se por um lado se aproxima, contextualmente, de Benjamin, por outro critica o descaso com a *nova arte* e, principalmente, com as “generalizações prematuras”, que insistiam em comparar o nascente cinema sonoro com últimos filmes mudos: “Não se considera o fato de que na história do cinema os fenômenos singulares têm um caráter exclusivamente ligado ao tempo, estreitamente limitado do ponto de vista histórico” (JAKOBSON, 2007, p. 156). Surpreendentemente, em sua crítica de 1933, parece antever as vertentes da arqueologia a que nos referimos acima: “(...) não é impossível que logo a pesquisa dos testemunhos cinematográficos de hoje transforme-se numa tarefa digna de arqueólogo: os primeiros decênios do cinema já se tornaram uma *era de fragmentos* (...)” (JAKOBSON, 2007, p. 154).

5. Vale lembrar que Élie Faure é citado no filme *Pierre Le Fou*, de Jean-Luc Godard (*O demônio das onze horas*) (1965). Logo no início da trama a personagem Ferdinand Griffon (Jean-Paul Belmondo), em uma banheira, lê para sua filha passagens da *História da Arte*, de Faure, a respeito de Velásquez, artista que foi também objeto da primeira obra de Faure, *Velázquez*, publicada em 1904. Ainda sobre a relação de Godard com a obra de Faure, ver: RANCIÈRE (2012) e AUMONT (2004).

sobre o cinema, que seriam reunidos, postumamente, em 1953, na coletânea *Fonction du Cinéma*, editada pela Plon.

Faure é apontado como um dos primeiros nomes da crítica a perceber a riqueza e a importância do cinema (ANGEL, 1982, p. 14) e, principalmente, como um dos primeiros a caracterizar o cinema como “arte plástica” (KUHN, 2016, p. 64), ainda que não tenha sido referido em sua monumental *História da Arte*; importância que se manifesta não em tomá-lo como uma mera novidade, mas, mais, em percebê-lo como uma “nova linguagem” que poderia “expressar todas as artes” (KUHN, idem.). Neste ponto residem duas das bandeiras de Faure: a recusa de comparações entre teatro e cinema ou de vinculações, do tipo filial, do cinema com o teatro e o caráter *plástico* do cinema:

O cinema nada tem em comum com o teatro, a não ser isto, que é apenas aparência, e a mais exterior e comum das aparências: é, como o teatro, mas também como a dança, os jogos de estádio ou as procissões, um espetáculo colectivo que tem como intermediário um actor (FAURE, 2010a, p. 26).

A distância entre cinema e teatro proviria, mesmo, da distância entre “autor e público”, uma vez que o cinema apresentaria três intermediários nesta relação: “a ator (...), o aparelho do fotógrafo e o próprio fotógrafo”, diferente do teatro, que suporia apenas a intermediação do ator ou da música, que necessita a presença dos músicos e dos instrumentos (FAURE, 2010a, p. 26).

Outra diferença entre uma arte e outra estaria relacionada com o sentido *plástico* do cinema ou, como Faure denomina, com *cinoplástica*.

O filme é, antes de mais, plástico: ele representa, de algum modo, uma arquitectura em movimento que deve permanecer em constante acordo, num equilíbrio dinamicamente continuado na relação com o meio e com paisagens onde se eleva e mergulha. (...) A plástica é a arte de expressar a forma em repouso ou em movimento, por todos os meios ao alcance do homem, a escultura em relevo, o baixo-relevo, a gravura na parede, em cobre, em madeira, ou em pedra, todos os processos de desenho, pintura, fresco, dança (...) (FAURE, 2010a, p. 27).

Conforme sugere Eva Kuhn, a *cinoplástica* em Faure não supõe uma “síntese dialética” de todas as artes, mas, sim, um “espace de jeu dans le quel se rencontrent les caractéristiques de tous les arts – non pas pour s’équivaloir, mais pour se renforcer les uns les autres dans l’expression de toute leur hétérogénéité” (KUHN, 2016, p. 65). Assim, a relação da expressão do cinema com as demais artes – questão que acompanha a ensaística de Faure – é das mais relevantes para situar a nova linguagem no sistema das artes, uma vez que, com isto, são apresentadas observações sobre o passado e o futuro do cinema ou, melhor, sobre as articulações deste em relação ao (seu) passado e (seu) futuro. Faure, em 1922, invocava a memória, recordando-se de ter assistido, “sete ou oito anos antes da guerra”, filmes franceses de argumento “incrivelmente tolo”. Tais filmes possibilitaram “a revelação do que pode ser o cinema do futuro”:

Lembro-me bem, da emoção que senti ao constatar, de um momento para outro, a magnificência que adquiriu o plano de um vestido preto com a parede cinzenta de um edifício (...). Descobri cada vez mais maravilhado que, graças às relações de tons que transformavam o filme num sistema de valores que variando entre o branco e o preto e, continuamente, misturados, alterando a superfície e a profundidade do ecrã, assistia a uma repentina animação, a um reencontro com a multidão de personagens que já antes tinha visto imóveis nas telas de El Greco, de Franz Hals, de Rembrandt, de Velásquez, de Vermeer, de Courbet ou de Manet (FAURE, 2010a, p. 27-28).

A noção de *cinelástica* remete, ainda, aos elementos materiais que participam da produção imagética, sugerindo o trabalho de imaginação e, com isto, amenizando a relação habitual da imagem como referência de real – que parece instaurar-se desde os primórdios da cinematografia. Com isto Faure parece indicar a insurgência de uma nova sensibilidade promovida pela *imagem em movimento*.

(...) não parece haver dúvidas de que o princípio desta arte seja, antes de mais, plástico. A qualquer forma de expressão ainda apenas suspeitada que ele possa conduzir, será através dos volumes, dos arabescos, dos gestos, das atitudes, das relações, das associações, dos contrastes, das mudanças de tons, tudo isso animado, imperceptivelmente modificado numa fracção de segundo, que vai impressionar a nossa sensibilidade e agir sobre a nossa inteligência por intermédio de nossos olhos. Arte, digo bem, e não ciência (FAURE, 2010a, p. 30).

A temática ainda seria retomada, em 1934, em sua Introdução à Mística do Cinema:

Não é pelo exterior, mas pelo “sujeito” *em si* que pedimos ao cinema que faça a nossa educação. É da sua própria natureza que esperamos essa dádiva. O cinema é em primeiro lugar um revelador *inesgotável* de passagens novas, de arabescos novos e de harmonias novas entre os tons e os valores, as luzes e as sombras, as formas e os movimentos, a vontade e os seus gestos, o espírito e suas encarnações. (...)

O cinema liberta-nos duma infinidade de ilusões, ou até de mentiras, para nos dirigir com uma rapidez maior ou menor, segundo o nosso poder pessoal de compreensão, até à apropriação dum mundo menos ilusório e dum sonho ainda por definir. Ensina-nos uma língua nova, de riqueza e complexidade tais, aliás, que – creio poder dizê-lo – todo o futuro não esgotará seu tesouro (FAURE, 2010b, p. 52 e 55).

Tal sensibilidade é indicativa tanto em relação às necessidades de novas formas de expressão – de elaboração de um novo *olhar* – adequadas ao contexto de transformações do período, bem como em relação às possibilidades da nova forma de arte:

Poderei atrever-me a sonhar, num futuro sem dúvida ainda distante, com o desaparecimento, ou pelo menos com a especialização, do cinemimo⁶ e com o domínio absoluto do cineplasta sobre o drama formal precipitado no tempo? (FAURE, 2010a, p. 34).

Este caráter de inovação/invenção da arte cinematográfica também se revela na própria forma de produção/realização dos filmes. Assim, se é diferente do teatro, também o é da pintura, na medida em que resulta de um “processo de concentração difundida”, típica de uma “civilização mecânica” (FAURE, 2010c, p. 69) e que estaria sucedendo “perante nossos olhos ao reinado ainda ontem legítimo dos métodos individualistas instaurados pelo Renascimento” (FAURE, 2010b, p. 49), caracterizando, então, a nova arte como um fenômeno marcadamente coletivo. Esta natureza – coletiva ou de coletivização – também se expressa, para Faure, numa espécie de comunhão, seja para a sua produção, que faz submergir a “capacidade do indivíduo”, seja “universalidade da linguagem” (e seu efeito) que singularizaria a obra fílmica (FAURE, 2010c, p. 70).

Vale reiterar que a visão de Faure – principalmente em relação ao papel do cinema e seu futuro – pode ser encarada como otimista. O que não deixa de ser interessante de se pensar, por se tratar de um historiador da arte escrevendo em um momento em que havia detrações em torno do valor do cinema e de sua dimensão artística.

Não conheço pior preconceito estético do que aquele que consiste em acreditar que, uma vez encontrado o instrumento, a obra-prima deve necessária e imediatamente seguir-se-lhe. A preparação lenta e complexa do meio histórico é pelo menos igualmente necessária. É estranho ver que tantos espíritos desgostosos censuram ao cinema, que tem quarenta anos de existência, que não tenha ainda realizado a obra-prima definitiva, precisamente quando ele realiza no interior de si próprio um trabalho complexo e difícil para desenvolver os seus meios (...) (FAURE, 2010c, p. 87-88).

Contudo, ainda que se possa ver certo otimismo, nem por isto, deixava de pensar criticamente acerca deste *futuro*, principalmente naquilo que se referia às relações entre produção e capital e que poderia se tornar “um instrumento de dominação e estupidificação ao serviço de grandes interesses e dos simulacros políticos que os representam no poder” (FAURE, 2010c, p. 90).

Por fim, como último “apontamento” – que é, apenas, a intenção deste escrito – não se pode deixar de lembrar as observações de Faure acerca da relação, motivada pelo cinema, entre *tempo*, *espaço* e *movimento*. O cinema, “arquitetura em movimento” que, “na primeira vez na história”, despertava “sensações musicais que se solidarizam no espaço, por meio de sensações visuais que se solidarizam no tempo” – numa espécie de

6. Cinemimo (*cinémime*), em Faure, se refere ao trabalho/atuação do ator, ao artista “inventado pelo cinema”: Faure supunha que o cinema, enquanto arte nova, exigia uma nova espécie de ator (Faure, 2010 a, p. 30). Para o autor, Chaplin (Charlot) encarnava este novo artista, sendo que já em 1922 escreveria uma belíssima crítica ao artista, sendo um dos primeiros a reconhecer a “genialidade” de seu cinema (FAURE, 2010d). Observe-se, ainda, que Chaplin fez o Prefácio da edição de 1953 de *Funcions du Cinéma*.

música que “nos toca por intermédio do olhar” (FAURE, 2010b, p. 62), fazendo da duração uma dimensão do próprio espaço e a própria *força* desta nova arte:

O cinema incorpora o tempo no espaço. Melhor. Através do cinema, o tempo torna-se na realidade uma dimensão do espaço. Descobre-se no cinema a realização concreta das intuições filosóficas que o fim do século XIX aflorava. Ele projecta o tempo nos limites planos do espaço (...) faz do tempo uma dimensão do espaço, o que confere ao espaço uma nova e imensa significação de colaborador activo e já não passivo do espírito. Depois do cinema, espaço cartesiano já tem apenas um valor, se posso dizê-lo topográfico (...). Aí está o que dá a esta arte uma dignidade incomparável. (...) o cinema é função do espaço. (FAURE, 2010a, p. 35 e 2010c, p. 60-61).

Pode-se questionar a efetividade desta “realização concreta das intuições filosóficas” no cinema. Contudo, não se pode deixar de perceber que Faure, reconhecendo a própria importância do cinema, parecia inaugurar – ou intermediar – uma nova e *potente* forma de reflexão que não mais deixaria de vicejar, reverberando em autores como Deleuze ou mesmo Rancière, transformando o cinema também numa forma de pensamento.

REFERÊNCIAS

AGEL, Henri. **Estética do cinema**. São Paulo: Cultrix, 1982.

ANDREW, J. Dudley. **As principais teorias do cinema**: uma introdução. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

AUMONT, Jacques ; MARIE, Michel. **Dicionário teórico e crítico de cinema**. Campinas: Papyrus, 2003.

AUMONT, Jacques. **O olho interminável**: cinema e pintura. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.

BARROS, Luciana Oliveira de. **Pelas águas do Volga, o curso da vida**. Ficção e realidade na trilogia autobiográfica de Maksim Górkí. Tese de Doutorado, Ciência da Literatura/Literatura Comparada, UFRJ, 2013.

BENJAMIN, Walter. A obra de arte na época de sua reprodutibilidade técnica. In. _____. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. 3. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 165-196.

BENSMAÏA, Réda. Cineplástica(s): Deleuze, leitor de **Élie Faure**. **Devires** – cinema e humanidades. Belo Horizonte, v. 1, n. 1, 65-75, jul./dez. 2003.

BERNARDET, Jean-Claude. **O que é cinema**. São Paulo: Círculo do Livro, 1990.

BORDWELL, David ; THOMPSON, Kristin. **A arte do cinema**: uma introdução. Campinas: Unicamp, 2013.

ELSAESSER, Thomas. **Cinema como arqueologia das mídias**. São Paulo: Sesc, 2018.

ELSAESSER, Thomas ; HAGENER, Malte. **Teoria do cinema**: uma introdução através dos sentidos. Campinas: Papirus, 2018.

FAURE, Élie. Da cineplástica (1922). In. _____. **Função do cinema e das outras artes**. Lisboa: Texto & Grafia, 2010a. p. 19-38.

FAURE, Élie. Introdução à Mística do Cinema (1934). In. _____. **Função do cinema e das outras artes**. Lisboa: Texto & Grafia, 2010b. p. 49-68.

FAURE, Élie. Vocação do cinema (1937). In. _____. **Função do cinema e das outras artes**. Lisboa: Texto & Grafia, 2010c. p. 69-91.

FAURE, Élie. Charlot (1922). In. _____. **Função do cinema e das outras artes**. Lisboa: Texto & Grafia, 2010d. p. 39-48.

G RKI, M. **Sobre uma visita ao reino das sombras**. *Disponível em* <<http://www.tirodeletra.com.br/curiosidades/RelatodeMaximoGorkiaoverocinema.htm>>. Acesso em: 01 ago. 2019.

HANSEN, Miriam. Benjamin, cinema e experiência: *a flor azul na terra da tecnologia*. In. BENJAMIN, W. et al. **Benjamin e a obra de arte**: técnica, imagem, percep o. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012. p. 205-255.

JAKOBSON, Roman. Decadência do cinema? In. _____. **Linguística, poética, cinema**: Roman Jakobson no Brasil. 2. Ed. São Paulo: Perspectiva, 2007. p. 153-161.

KUHN, Eva. La Cin plastique d' lie Faure ou Du cinéma et de la plasticit  des arts. **Regards crois s**: revue franco-allemande de recensions d'histoire de l'art et d'esthétique, Paris, n. 5, p. 62-73, 2016. (Dossier **Élie Faure**). Disponível em <http://hicsa.univ-paris1.fr/documents/pdf/Regards%20croises/Ragards%20croises_5/08_160628_RC_No5_Eva_Kuhn_fr.pdf>. Acesso em 01 ago. 2019.

PARIKKA, Jussi. Arqueologia da m dia: interrogando o novo na artm dia. **Intexto**, Porto Alegre, UFRGS, n. 39, p. 201-214, maio/ago. 2017. Disponível em <<https://seer.ufrgs.br/intexto/article/view/71569>>. Acesso em 01 ago. 2019.

RANCI RE, Jacques. **O destino das imagens**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

SADOUL, Georges. **O cinema**: sua arte, sua técnica, sua economia. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1951.

TSIVIAN, Yuri. **Early cinema in Russia and its cultural reception**. New York: Routledge, 2014.

XAVIER, Ismail. **O discurso cinematográfico**: a opacidade e a transparência. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

XAVIER, Ismail. Um cinema que "educa"   um cinema que nos faz pensar: entrevista com Ismail Xavier. **Educa o & Realidade**, Porto Alegre, v. 331, n. 1, p. 13- 20, jan./jun. 2008

XAVIER, Ismail. **Sétima arte**: o idealismo est tico e o cinema. São Paulo: Sesc, 2017.

XAVIER, Ismail (org.). **A experiência do cinema**: antologia. São Paulo: Paz e Terra, 2018.

CAPÍTULO 16

CONSERVADORES X MODERNISTAS: OS EMBATES ENTRE OS CONCÍLIOS PROTESTANTES ESTADUNIDENSE NO SÉCULO XX

Data de aceite: 01/12/2020

José Roberto de Souza

Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP). UNIT, Laboratório de Estudos da História das Religiões - LEHR (UPE). Faculdade de Teologia Integrada (FATIN); Seminário Presbiteriano do Norte (SPN)

Paulo Julião da Silva

Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP-2016). Departamento de Fundamentos Sócio-Filosóficos da Educação, no Centro de Educação da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Grupo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinar em Formação Humana, Representações e Identidades

Stefano Alves dos Santos

Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Seminário Presbiteriano do Norte (SPN-Recife-PE), Departamento de Cultura Geral. UPE, UVA e na FATIN

Josielson Lira Matos

Faculdade Batista do Paraná. Universidade Cândido Mendes Caixa Econômica Federal

RESUMO: A presente pesquisa tem como objetivo relatar o surgimento e a reação do movimento fundamentalista protestante estadunidense, liderado pelo Rev. Carl McIntire, na primeira metade do século XX. Para isso, foram organizados alguns concílios fundamentalistas

que tinham como objetivo combater outros concílios que foram denominados de liberais.

PALAVRAS-CHAVE: Identidade e Religião, Fundamentalismo Protestante, Protestantes Liberais, Conservadores, Modernistas.

ABSTRACT: This paper aims to report the advent and reaction of the American fundamentalist Protestant movement, led by Rev. Carl McIntire, in the first half of the 20th century. For that, this movement arranged some fundamentalist councils to fight other ones that were called liberals.

KEYWORDS: Identity and Religion, Protestant Fundamentalism, Liberal, Conservative and Modernist Protestants.

1 | INTRODUÇÃO

O fundamentalismo protestante, que é fruto do início do século XX, “nasceu em meio à controvérsia doutrinária entre cristianismo conservador e o liberalismo”. (HINDSON, 2009, p. 26). Referindo-se a esse contexto nebuloso, em relação aos embates entre os fundamentalistas e os liberais que ocorrera nos Estados Unidos, bem como à saída de alguns professores do seminário de Princeton e abertura do novo seminário de Westminster, Gondim relembra:

Nesse tempo, a Igreja Presbiteriana sofreu duros abalos. Em maio de 1922, Henry Emerson Fosdick pregou um sermão liberal: “Vencerão os fundamentalistas?” Depois de transcrito e impresso, sob o patrocínio da Fundação John Rockefeller, 130 mil cópias circularam pelos redutos presbiterianos. Pouco tempo depois os fundamentalistas deu o troco. Proclamou um sermão não menos cáustico: “Vencerá a incredulidade?” De repente, os crentes presbiterianos viram-se diante de uma situação paradoxal: ou se tornavam “liberais incrédulos”, ou passavam para o lado dos “fundamentalistas reacionários”. Centenas de milhares de crentes partiram para igrejas independentes. Quatro membros do Seminário de Princeton saíram para formar o Westminster Theological Seminary. Já não havia retorno para o divórcio entre os liberais e os fundamentalistas. Esse cisma passou subitamente para muitas denominações protestantes históricas. Obrigados por escolher lados, muitos preferiram sair em busca de uma opção até então inexistente. Com igrejas rachadas, posições entrincheiradas, o mundo protestante experimentou um clima separatista sufocante. (GONDIM, 2003, p. 85).

Aparentando ter perdido a batalha contra o liberalismo teológico que tinha se infiltrado nos seus seminários, alguns professores chegaram à conclusão de que a melhor opção que restava era se retirar e formar um novo seminário. E foi o que aconteceu:

Incapaz de abalar a estrutura de Princeton para permanecer firme em sua herança bíblica, Machen¹ liderou uma retirada da faculdade, juntamente com estudantes que o seguiram, estabelecendo o Seminário Teológico Westminster, na cidade de Filadélfia, no ano de 1929. Ele e outros presbiterianos conservadores organizaram um programa de missões mundiais para contrabalançar o trabalho de missionários liberais enviados por suas respectivas denominações. Em um irônico movimento, a Igreja Presbiteriana do Norte examinou e exonerou Machen e seus colegas, classificando-os de heréticos e cismáticos, causadores de divisões (COUCH, 2009, p. 24).

O Rev. Carl McIntire, que estudou no Seminário de Princeton, chegando a ser aluno do Dr. J. Gresham Machen, relembra esse contexto histórico:

Quando eu ainda era estudante no Seminário Teológico de Princeton, em 1928, tive meu primeiro encontro na luta que então se fazia e fiquei certo da existência do problema e da luta. O Dr. Pugh é membro da Junta de Diretores do Seminário Teológico de Princeton. O falecido Dr. J. Gresham Machen, professor do Novo Testamento, estava à frente da luta nas igrejas pela preservação do bom nome de Princeton. Conformar-se-ia o seminário com o programa liberal e inclusivista na igreja, ou permanecería fiel ao

1. John Gresham Machen (1881-1937) é tido por alguns historiadores como um dos últimos grandes defensores da teologia de Princeton. Cf. sua obra clássica em português, **Cristianismo e Liberalismo** publicada pelo Projeto Os Puritanos (2001). Ver ainda uma homenagem feita por esse mesmo projeto, num exemplar de 2006. Olson diz que, “um dos principais teólogos da reação fundamentalista foi J. Gresham Machen (1881-1937), presbiteriano conservador, leal à Confissão de fé de Westminster e às verdades atemporais descobertas e consagradas pelos teólogos protestantes ortodoxos dos séculos XVI e XVII. Além disso, havia forte ênfase à inerrância e verdade literal do registro bíblico e à falsidade da ciência e filosofia modernas, que eram céticas e evolucionistas. Machen deu seu grito de guerra com *Christianity and liberalism* [Cristianismo e liberalismo], publicado quando o fundamentalismo estava no auge da sua influência. Nesse livro, Machen se esforçou para desmascarar a teologia liberal, apresentando-a como falso evangelho e religião alternativa ao cristianismo”. (OLSON, 2001, p. 545-546).

seu padrão histórico? O Dr. Pugh uniu-se logo às forças que finalmente levaram à reorganização de Princeton de modo a colocá-lo em linha com tendências e correntes modernistas da época. O Dr. Machen era o autor do livro “O nascimento virginal”, “A origem da religião de Paulo”, “Cristianismo e liberalismo”, obras que se tornaram defesas eruditas da fé cristã. O seu livreto “Que é a fé?” levou-me à decisão de ir estudar em Princeton, de modo que eu pudesse estudar sob a orientação de um homem de tão grandes conhecimentos. Quando descobrir o que era a controvérsia e os seus problemas, e quando o Dr. Machen e o Dr. Robert Dick Wilson, professor do Velho Testamento, abandonaram Princeton para organizar um novo seminário, também fui com eles. (MCINTIRE, 1952, p. 156).

A criação de um novo seminário não foi suficiente para cessar os embates entre os fundamentalistas e os liberais. Santos (2004) lembra que:

A fundação do Seminário Westminster não colocou ponto final à controvérsia doutrinária dentro da Igreja Presbiteriana dos Estados Unidos e, conseqüentemente, não extinguiu a inquietação interior de Machen. Diante de indícios de que as tendências liberais haviam atingido até a Junta de Missões Estrangeiras, Machen passou a se preocupar com a condição doutrinária dos campos onde os alunos graduados em Westminster haviam de servir. Machen protestou veementemente contra o fato de a junta de Missões Estrangeiras ter apoiado um relatório intitulado *Rethinking Missions* [Repensando Missões], o qual, na opinião de Machen, era um ataque, do começo ao fim, à fé cristã histórica [...]. Juntamente com outros vinte e quatro líderes conservadores, Machen formou a Junta Independente de Missões Estrangeiras para acolher missionários conservadores e comprometidos com a doutrina calvinista. Mas os seus oponentes não deixariam isso por menos e, após várias articulações, a organização da Junta Independente de Missões foi declarada inconstitucional pela Assembléia Geral de 1934 [...]. Os membros da Junta Independente foram intimados a suspender suas atividades sob ameaças de sanções disciplinares. Como consequência, Machen foi levado a julgamento no seu presbitério, o qual se recusou a receber quaisquer justificativas que apresentassem questões doutrinárias. Machen foi assim despojado do ministério (p. 155).

Apesar de todas as dificuldades e resultados contrários aos seus esforços, Machen e os seus aliados não se deram por vencidos. Pelo contrário, eles continuaram com seus objetivos, dessa vez através da abertura de uma nova denominação:

Machen apelou à Assembléia Geral, onde seu recurso mais uma vez foi indeferido. A única opção deixada a Machen e a outros 5.000 conservadores foi a formação de uma nova denominação em 1936, a Igreja Presbiteriana da América, que mais tarde veio a chamar-se Igreja Presbiteriana Ortodoxa – OPC. Machen foi eleito o seu primeiro moderador (SANTOS, 2004, p. 156).

Todavia, como se não bastasse, essa nova denominação, apesar de tão pouco tempo da sua fundação, sofreu com disputas internas em função de aspirações políticas, opiniões divergentes em relação às interpretações escatológicas e também perspectivas diferentes quanto aos limites da liberdade cristã. Diante de tudo isso, o grupo se rompeu:

As tensões internas na nova denominação cresceram a tal ponto que, durante a segunda Assembléia Geral da OPC em 1936, Carl McIntire articulou a saída de Machen da presidência da Junta Independente de Missões e assumiu o posto [...]. Meses mais tarde, McIntire e alguns amigos deixariam a OPC para fundar o Sínodo Presbiteriano da Bíblia (ou Bíblico) (SANTOS. 2004, p. 156).

O grupo que saiu com McIntire, além de fundar a *The Bible Presbyterian Church* [Igreja Presbiteriana da Bíblia], criou também o Seminário Teológico da Fé (1938). McIntire organizou ainda o Concílio Americano de Igrejas Cristãs (1941)², o qual tinha a função de representar os fundamentalistas e a Associação Nacional de Evangélicos (1942). Todas as denominações, igrejas e indivíduos que se identificavam com a causa fundamentalista, sendo esses liderados por McIntire, criaram em 1948 o Concílio Internacional de Igrejas Cristãs (CIIC), o qual servia como oposição ao Concílio Mundial de Igrejas (CMI), acusado de ser ecumênico e liberal. O CIIC foi fundado pelo Dr. McIntire “em Amsterdam, Holanda, filiando-se ao mesmo 111 denominações” (MACHADO, 1979, p. 5). Neste concílio, McIntire foi presidente desde a sua fundação, sendo reeleito consecutivamente até a sua morte em 2002.

2 | OS EMBATES ENTRE OS CONCÍLIOS FUNDAMENTALISTAS E OS LIBERAIS

Relatando o surgimento do Concílio Americano de Igrejas Cristãs, em oposição ao Concílio (ou Conselho, como alguns queiram chamar) Federal de Igrejas, McIntire expressa a sua alegria. Isso porque, mesmo diante das dificuldades, os fundamentalistas estavam alcançando o seu espaço:

Voltando, contudo, ao ano de 1941, nos Estados Unidos, vemos que alguns grupos de crentes na Bíblia, havendo recuperado as forças após tremenda perseguição e grandes sofrimentos, resolveram fazer alguma coisa para salvar a situação. Compreenderam logo que o meio eficiente de enfrentar o programa do Concílio Federal era organizar outro concílio de igrejas que tivesse por denominador comum as grandes doutrinas evangélicas, saísse a campo, levantasse bem alto o seu estandarte e confiasse a Deus o seu testemunho, para que Ele mesmo o abençoasse e defendesse. Em 1941, portanto, foi organizado o Concílio Americano de Igreja Cristãs. Os problemas que o criaram e algo sobre a sua história estão registrados minuciosamente em outro trabalho nosso – *A Reforma do Século Vinte*. Deus fez aparecer o Concílio Americano. Onde quer que o Concílio Federal fosse com o seu testemunho falso, o Concílio Americano ia logo levar o testemunho verdadeiro, segundo as Escrituras. Quebrou-se o monopólio do rádio pelo Concílio Federal; o domínio que ele exercia em Washington até para exclusividade de nomeações de capelães para o exército e a armada foi desafiado. Constantemente, e através de todo o país, o testemunho do Concílio Americano foi ouvido na defesa da Bíblia Sagrada e da fé cristã e

2. Este concílio era formado por 17 grupos religiosos, dos quais somente a Igreja da Bíblia era declaradamente presbiteriana (MACHADO, 1979, p. 5). Teve como objetivo também fazer oposição ao Conselho Federal de Igrejas, o qual possuía ideais ecumênicos.

histórica, em oposição ao pacifismo radical e a aproximação do comunismo por parte dos líderes do Concílio Federal. [...] Uma das últimas ilustrações da eficácia do testemunho do Concílio Americano foi visto na primavera de 1948. No dia 30 de abril de 1948, o Presidente dos Estados Unidos, Harry S. Truman, recebeu uma delegação do Concílio Federal de Igrejas de Cristo na América que lhe apresentou um “Programa Positivo pela Paz”. O programa declarava os princípios pacifistas do Concílio e também dava expressão a alguns dos seus princípios socialistas. Imediatamente após aquela reunião em 13 de maio de 1948, uma delegação do Concílio Americano foi também recebida pelo Presidente dos Estados Unidos e lhe entregou um “Programa para a Liberdade e a Paz”. Deu primazia à liberdade; individual, deu ênfase ao ensino da Bíblia concernente ao direito e a responsabilidade do povo para estar preparado para defender-se contra o agressor. O presidente disse que estava satisfeito por haver encontrado um grupo de pregadores que não eram pacifistas. (MCINTIRE, 1952, p. 192-193).

Todavia, a “batalha” que estava acontecendo dentro de um espaço aparentemente restrito, ou seja, regional, ou no máximo nacional, não tardou para que os ventos do liberalismo protestante teológico soprassem noutros territórios fora do contexto norte-americano, fazendo com que os fundamentalistas não tardassem para reagir. É dentro desse contexto que surge o Concílio Internacional de Igrejas Cristãs, como reação ao Concílio Mundial de Igrejas. Além de ecumênico, tratava-se de um concílio que já tinha representantes do “mundo inteiro”³. McIntire menciona esse momento histórico:

O Concílio Americano de Igrejas Cristãs, portanto, na dependência de Deus, com a convicção de que esta é a sua vontade, na sua sessão anual em Detroit, Michigan 18 de outubro de 1947, faz aqui a seguinte convocação: Pedimos a todas as organizações eclesíásticas que creem na Bíblia e verdadeira sucessão protestante através do mundo a enviar ao menos um representante devidamente credenciado (mais de um, se assim desejarem) para esta convocação com o fim de organizar e estabelecer um concílio internacional de igrejas cristãs. A finalidade de semelhante assembleia seria adotar um nome, firmar um padrão expressivo das doutrinas evangélicas comuns, apresentar uma organização democrática representativa para dar testemunho construtivo do nosso adorável Salvador Jesus e, ao mesmo tempo, tomar posição contra o Concílio Mundial de Igrejas. Esperando no Senhor para promover e guiar os nossos passos em tudo, e entregando todo nosso destino nas suas mãos, indicamos a cidade de Amsterdam, na Holanda, como o lugar para a nossa primeira assembleia, a reunir-se de 12 a 19 de agosto de 1948. [...] A primeira resposta à convocação veio num editorial do *Christian Century*, intitulado “Tentando ainda fazer perecer o Movimento Ecumênico”. Trechos da convocação foram citados, e assim se exprime o artigo de fundo: “O Concílio Americano de Igrejas Cristãs tem procurado há anos destruir o Concílio Federal. Agora propõe levantar as suas intenções malévolas até o plano universal e tentar exterminar o Concílio Mundial no seu nascedouro, simplesmente porque as igrejas que são membros do Concílio

3. McIntire lista os representantes do Concílio Mundial de Igrejas, mostrando assim, além das denominações desses representantes, as suas múltiplas nacionalidades. Diz ele: “O Concílio Mundial de Igrejas organizou uma comissão de noventa membros, a qual será o corpo executivo do Concílio no interregno das sessões da Assembleia de cinco em cinco anos. Os membros desta comissão, segundo a lista organizada pelo escritório central em Genebra, em fevereiro de 1949, são os seguintes: [...]. Cf. a lista completa em MCINTIRE, Carl. **A Moderna Torre de Babel**, 1952, p. 175-178.

Federal declararam a sua intenção de unir-se ao Concílio Mundial. O fato de 25 denominações no Concílio Federal formarem apenas pequena percentagem das 124 contidas na organização, o fato de o Concílio Mundial ter no seu seio membros de organizações de fundo teológico conservador, o fato de toda agremiação no Concílio Mundial ter afirmado que aceita nosso Senhor Jesus Cristo como Deus e Salvador – todos estes fatos não têm significação alguma para este pequenino grupo de fundamentalistas americanos, resolvidos no seu propósito de destruição calculada. Tal esforço para destruir o movimento ecumênico nesta conjuntura crítica na história cristã não é testemunho construtivo em favor do Senhor Jesus Cristo. Pelo contrário, é o testemunho da habilidade contínua do demônio para seduzir os homens, cujos olhos ficam cegos pelas suas próprias imaginações vãs para fazer a obra dele”. (MCINTIRE, 1952, p. 199-201).

Pelo fato desses concílios terem nomes parecidos, era comum (e às vezes ainda é) pessoas se confundirem entre eles, como também questionarem as diferenças. Foi o que ocorreu certa ocasião quando o Rev. McIntire procurou saber a possibilidade de um espaço no rádio para realização de programações que tinham o intuito de propagar a mensagem fundamentalista:

Em uma manhã quente e úmida de julho de 1948, entrei no escritório da National Broadcasting Company, Radio Center, em Nova York, EUA, para uma entrevista, já marcada com a sra. Doris Corwith, encarregada de assuntos públicos. Eu fora perguntar-lhes se a N. B. C. disporia de tempo livre para fazer irradiação transoceânica de Amsterdão, Holanda, da reunião destinada a formar o Concílio Internacional de Igrejas Cristãs. Sua primeira resposta foi: “Eu falei com seu grupo, seus representantes, na semana passada, não foi?” ‘Não’, disse eu. Ela então mencionou seus nomes. ‘A senhora refere-se decerto ao Concílio Mundial de Igrejas’, sugeri. Ela desceu os olhos ao programa e folheto que eu lhe pusera nas mãos e leu o nome, Concílio Internacional de Igrejas Cristãs. ‘Dois Concílios?’ perguntou. ‘Que é que há com os senhores? Por que não podem unir-se? Qual é a diferença?’ ‘Os denominadores comuns sobre os quais se erguerão ambos são muito diferentes’ respondi. ‘Um é amplo bastante para conter os católicos gregos e também os católicos romanos. Alguns católicos gregos já se uniram mesmo ao Concílio Mundial’, expus. ‘O outro possui um denominador comum sobre o qual somente igrejas protestantes, que sustentem o princípio histórico da Reforma, podem unir-se’. ‘Oh’, disse ela, ‘já compreendo. Os senhores são os fundamentalistas’. ‘Sim, alguns nos chamam assim; defendemos os fundamentos da fé’, repliquei. A sra. Corwith garantiu-me então que, se fosse concedido tempo ao Concílio Mundial de Igrejas, também o seria ao Concílio Internacional de Igrejas Cristãs. Mais tarde, quando já estávamos em Amsterdã, chegou um telegrama que nos informava ter sido reservado tempo para uma transmissão do Concílio Internacional de Igrejas Cristãs. (MCINTIRE, 1952, p. 11).

McIntire, respondendo à pergunta, que segundo ele é feita por milhões de pessoas, sobre o porquê da existência desses dois concílios, diz:

[...] Milhões de pessoas as fazem. Neste mundo que clama por unidade e paz, pergunta-se “Por que não há de existir divisões nas forças cristãs?” Mas que são “forças cristãs”? Quais são as suas divisões? E quais as bases de

união e cooperação? Oh, há tantas questões de que nos cumprirá tratar! Não há praticamente diferença entre o Concílio Mundial de Igrejas, e o Concílio Internacional de Igrejas Cristãs, no que diz respeito à estrutura de sua organização. São ambos concílios de igrejas no plano mundial. Nenhum deles pretende ser uma super-igreja e ambos repudiam tal ideia. O Concílio Mundial de Igrejas foi constituído formalmente em Amsterdam, de 24 de agosto a 4 de setembro de 1948, quando representantes de 146 denominações e igrejas ortodoxas adotaram a resolução de constituição. Um retrato íntimo do Concílio Mundial, dado pelo Departamento de Relações Públicas do Concílio, em Genebra, Suíça, diz: "A comunidade do Concílio não é feita de congregações locais, ou paróquias, ou de cristãos individuais, mas antes de cooperações nacionais de igrejas, credos ou denominações tais como a Igreja da Inglaterra, A Igreja Reformada dos Países Baixos, A Igreja Metodista do Brasil, A Igreja Presbiteriana de Nova Zelândia, o Patriarcado de Jerusalém que é ortodoxo oriental, a Convenção Batista do Norte dos Estados Unidos da América, a Igreja Luterana Evangélica da Finlândia, para mencionar apenas algumas". Do mesmo modo, pode-se dizer que a comunidade do Concílio Internacional de Igrejas Cristãs não é feita de congregações locais, paróquias, ou de igrejas individuais, mas antes de corporações nacionais de igrejas. Há uma diferença entre os dois, entretanto, quanto às corporações admitidas em seu seio. O Concílio Mundial falou de si como representando "igrejas não-romanas". No boletim há pouco citado, lemos: "Estima-se, todavia, que oito de cada dez cristãos das igrejas protestantes e ortodoxas estão no Concílio Mundial em virtude de sua qualidade de membros". O Concílio Internacional de Igrejas Cristãs, por outro lado, não inclui nenhuma igreja ortodoxa oriental, mas confina-se às igrejas que são protestantes e de sucessão cristã histórica. O concílio Internacional de Igrejas Cristãs, portanto, é o único e real concílio protestante. [...] Há outras coisas que os dois concílios têm em comum, dentro de certos limites, mas há também muita coisa em que diferem vitalmente. Seus clamores, seus propósitos, seus programas, suas crenças, mesmo suas reuniões são diferentes; tão diferentes, na verdade, que vão em direção opostas. (MCINTIRE, 1952, p. 12-13).

Há uma interessante observação feita pelo professor Pedro Vasconcelos em relação aos esforços e a militância por parte dos fundamentalistas:

A certeza era de que se estava a defender os fundamentos da fé cristã e a identidade cristã da nação, de tantas formas ameaçados. Além disso, o cenário apocalíptico vivido na Primeira Guerra induziu os protestantes conservadores a adotar posturas mais radicais. Para eles, de um lado, a grande guerra era sinalização do Apocalipse, por outro, a América era como um novo Israel, 'uma nova nação messiânica eleita para manifestar a guardar a verdade no mundo'⁴. (VASCONCELOS, 2008, p. 31).

Ainda criticando o procedimento do Concílio Mundial de Igrejas, além das suas práticas ecumênicas, McIntire relembra uma declaração oficial que foi adicionada à constituição desse mesmo concílio, que nos seus termos alega o seguinte:

4. Cf. **Ação dos Cristãos pela Abolição da Tortura**: Fundamentalismo, integrista; uma ameaça aos direitos humanos. São Paulo, Paulinas, 2001. p. 35.

a. O fundamento não é a pedra de toque pela qual a fé das igrejas ou das pessoas possa ser julgadas; b. Que o Concílio Mundial não se interessa em que as igrejas interpretam este fundamento; c. Que a reponsabilidade recai sobre cada igreja para decidir se quer cooperar nesta base. (MCINTIRE, 1952, p. 61).

Devido à exposição desses termos supracitados, McIntire levanta alguns questionamentos e ataca-os, mostrando haver uma mensagem contraditória, proporcionando uma abertura para o que ele identifica como “crentes” e “descrentes” comungarem da mesma doutrina:

Ora, isto levanta a questão de integridade, honestidade e moralidade. Se o fundamento não é uma declaração pela qual a fé das igrejas ou dos indivíduos possa ser julgada, torna-se claramente coisa sem significado alguma. Contradiz diretamente a declaração de que o Concílio “é a comunhão de igrejas que aceitam Nosso Senhor Jesus Cristo como Deus e Salvador”. A comunhão firmada na aceitação de Nosso Senhor Jesus Cristo só terá significado verdadeiro se as igrejas que entram nessa comunhão possam ser julgadas por ela. É a presença de Cristo que determina a presença delas na organização. Se não é esta a significação, não há sentido nas palavras. Logo, a declaração deve ser e é pedra de toque. Colocar as duas declarações uma ao lado da outra é ridículo. Uma nega a outra. As autoridades que redigiram o ponto “a” foram bastante sagazes e compreenderam que não era suficiente para os seus fins, mas o que está na letra “b” satisfaz os seus propósitos na construção do seu idealizado Concílio Mundial. A batalha final será travada não no terreno do que as igrejas ou indivíduos “aceitam” – todos aceitam – mas no terreno da espécie do Cristo que aceitam. Assim que, o ponto “b” indicando que o Concílio não se interessava pela interpretação que as igrejas dessem ao termo “Deus e Salvador” se tornou necessidade imperiosa. Imaginemos um Concílio que se desinteressa sobre o que os homens creem a respeito de Cristo! Será possível! *Sursum corda!* Não será este o fato supremo que deve interessar às igrejas, pois diz respeito à salvação dos homens? Qual é a consequência disto? Abre as portas para os “descrentes” se unirem aos “crentes” é o fundamento para a igreja universal e apóstata. Destrói a unidade do testemunho em favor de um grande Deus e Salvador, nosso Senhor Jesus Cristo. Oferece a diversidade de testemunhos a favor de vários cristos e um testemunho unido para nenhum cristo particular ou seja para uma confusão de cristos. Que pensará Cristo desta atitude? É uma ofensa a Ele: é um insulto a sua pessoa. É a negação de tudo o que Ele é e de tudo o que Ele fez. A carne e o sangue revelaram esta fórmula e a declaração oficial aos planejadores do Concílio Mundial e nunca o Espírito do Nosso Pai que está nos céus. Aqui está o ponto crucial de todas as dificuldades e heresias do Concílio Mundial. Poderá pretender as bênçãos de Deus quando assim desrespeita o Filho? É aqui que começa o desvio do Concílio Mundial da fé cristã histórica. (MCINTIRE, 1952, p. 61-62).

McIntire, criticando a atitude de alguns que se dizem conservadores, mas que comungam com os adeptos do Concílio Mundial de Igrejas, chega a dizer que a doutrina proferida por esse concílio é proveniente dos demônios:

Os modernistas assumem o comando, enquanto os crentes na Bíblia pagam as contas. Os modernistas ajudam a determinar a natureza e o destino do ônibus; então eles arranjam o motorista e o condutor, enquanto os conservadores se satisfazem em ser os passageiros que pagam a passagem. [...] A Palavra de Deus não só nos proíbe sustentar e ter comunhão com a incredulidade, mas nos ordena a separarmos-nos deles e até a expormos e denunciarmos os falsos líderes. [...] As doutrinas dos modernistas no Concílio Mundial são doutrinas de demônios. (MCINTIRE, 1952, p. 179).

Tendo acusado o Concílio Mundial de Igrejas de ser não apenas ecumênico, mas também herético, o Rev. McIntire menciona a necessidade da existência de um novo concílio que sirva para contrapor. Eis, portanto, o motivo pelo qual McIntire justifica o surgimento do Concílio Internacional das Igrejas Cristãs:

Daí o aparecimento do Concílio Internacional das Igrejas Cristãs para insistir na “única interpretação” do Cristo apresentado nas Escrituras – e dar o seu testemunho claro, positivo, sólido e sem compromissos de sua fé naquele que morreu na cruz para nos salvar. O que se depreende ainda de tudo isso é que os homens se interessam mais em união do que em Cristo. Desde que não concordam sobre Ele, querem unir-se de qualquer modo, e usam o seu nome precioso apenas como pretexto e para esconder a desunião entre eles. Aí está a maldade. Em vez de se unirem pela fé no nome de Cristo, vão unir-se com a incredulidade e a confusão, e, para isto, tomam o nome de Cristo. Desde que para conseguir um movimento ecumênico não se podem unir pela crença no Cristo das Escrituras, vão unir-se de qualquer jeito e usarão “Cristo” para alcançar o seu alvo à sombra do prestígio do grande nome do “Deus e Salvador”, Usei o termo maldade acima: não o posso evitar. Há algo na alma crente que grita contra este esforço de tomar o nome precioso do nosso Salvador para traficar com ele e fundar organizações cujos alicerces contrariam tudo o que Ele ensinou a respeito de si mesmo. Ele há de julgar os homens por isto. A seção “b” contudo, destrói qualquer unidade de compreensão. Apresentar uma declaração em uma constituição e depois contrariá-la por meio de outras afirmações oficiais é formular um conceito de honestidade que até um pagão rejeitará. Os cérebros brilhantes que redigiam as letras “a” e “b” compreenderam que a sua tarefa não estava completa. Aqueles que não “acreditavam” e tinham “interpretação” diferente necessitavam de ter alguma certeza de que não seriam molestados e que gozariam de completa liberdade e igualdade. Para conforto dele foi escrito, então, o seguinte: “Cabe a cada igreja a responsabilidade de decidir se deseja cooperar nesta base”. A base é que não há base. O que se diz na constituição não quer dizer o que está escrito lá e assim a “declaração oficial” protege uma variedade de pontos de vista. É irracional isto. O ponto “c”, entretanto, trata do termo “comunhão” na constituição. O concílio é a comunhão de igrejas que têm pontos de vista diferentes a respeito de Jesus Cristo como Deus e Salvador. Chamaremos isto comunhão, na perspectiva de variedades doutrinárias? A responsabilidade está com cada igreja para decidir se deseja tal mistura. Este fato completa o quadro. A porta está escancarada e este é o fundamento da organização que pretende salvar o mundo! (MCINTIRE, 1952, p. 62-63).

31 O CONTEXTO HISTÓRICO DO SURGIMENTO DO CONCÍLIO INTERNACIONAL DE IGREJAS CRISTÃS

McIntire narra com detalhes a fundação histórica do Congresso que fez surgir: a escolha do nome do Concílio Internacional de Igrejas Cristãs; sua Declaração Doutrinária; a citação de um dos preâmbulos da sua constituição; e as funções do próprio Concílio⁵:

Na tarde de 11 de agosto de 1948, entrei na Igreja Reformada Inglesa de Amsterdam, Holanda. Ali deveriam unir-se as sessões de negócios do Congresso convocado para organizar um concílio internacional de igrejas cristãs. A comissão de organização pedira que a instalação fosse no dia 11 de agosto de 1948, de modo que algumas providências preliminares fossem tomadas. A pequena igreja estava repleta; 150 pessoas estavam presentes, representando diversos países. [...] Na noite daquele dia, no templo da igreja reformada cristã, houve culto devocional e pregação. Duas mil pessoas enchiam o templo, espalhando-se até pelos corredores. [...] Na manhã seguinte, de volta na igreja inglesa reformada, fez-se a chamada dos delegados, cuidadoso exame das suas credenciais e só então foram reconhecidos. O nome de “Concílio Internacional de Igrejas Cristãs” foi adotado por unanimidade. Foi um ato simples; cantou-se um hino e fez-se uma oração. A organização nascente, fazia uso de cinco línguas estrangeiras e assim logo se entregou à tarefa de dar seu testemunho. Foi uma semana inteira de trabalho árduo. (MCINTIRE, 1952, p. 203-204).

Segundo McIntire, houve quatro classes de pessoas que participaram do congresso, as quais exerceriam funções distintas:

[...] primeiro, delegados oficiais, eleitos pelas respectivas denominações; segundo, observadores, também eleitos e enviados pelas suas igrejas como observadores; terceiro, conselheiros oficiais líderes nas igrejas que não tiveram oportunidades de escolher delegados, mas obreiros que concordavam com os fins e os planos do congresso e desejavam ter parte na organização do testemunho cristão perante o mundo. O privilégio de votar, todavia, foi limitado aos delegados oficiais. Os outros serviam em comissões e tomavam parte nas discussões e deliberações, mas sem direito ao voto. A quarta classe era composta de convidados especiais. Estes pertenciam a vários grupos, não estavam devidamente credenciados, mas estavam vivamente interessados no testemunho e no programa. Havia delegados oficiais de 47 igrejas, observadores oficiais de sete igrejas, perfazendo um total de 71 grupos, com os 11 convidados. (MCINTIRE, 1952, p. 210).

Para a formação do Concílio Internacional de Igrejas Cristãs, eis a lista das igrejas que foram representadas pelos seus respectivos delegados oficiais:

Igrejas e os seus delegados oficiais: Igreja Evangélica Boliviana (Bolívia); Federação de Igrejas Batistas (nordeste do Brasil); Igreja Presbiteriana Conservadora (sul do Brasil); Igreja Batista do Canadá; União das Igrejas Batistas Regulares de Ontário e Quebec; Igreja Presbiteriana Nacional do Chile; Igreja Presbiteriana de Cristo (China); Igreja do Evangelho de Cristo

5. Quanto a sua Declaração Doutrinária, o preâmbulo citado e as funções do Concílio Internacional de Igrejas Cristãs, Cf. em McIntire, Carl. **A Moderna Torre de Babel**, 1952, p. 204-208.

(China); Igreja de Cristo de Ch'ing Chie (China); Igreja de Cristo de Honan, Shansi, Kiangsi, Anhwei (China); Igreja Missionária (China); Igreja de Hsuan Sheng, Hwei (China); Igreja Metodista Livre (China); Igreja de Ling Liang (China); Igreja Betel (China); Igreja de Cristo no Noroeste (China); Igreja Batista do Sul Tsinan (China); Igrejas da Missão Quaker (China); Igreja de Cristo Chinesa (China); Igreja de Cristo Presbiteriana Conservadora (China); Igreja Cristã da Aliança Chinesa (China); Igreja Protestante Evangélica (Inglaterra, Igreja episcopal); Igreja Metodista Sião (Nigéria); Igreja Sião (Nigéria); Associação de Igrejas Batistas das Selvas (Peru); Associação de Igrejas Batistas de Bukidnon (Filipinas); Igrejas Batistas de Luzon (Filipinas); Conselho de Igrejas Batistas de Palawan (Filipinas); Comunidade de Visayan de Batistas Fundamentalistas (Filipinas); O Defensor das Igrejas da Fé (Porto Rico); Igrejas do Evangelho Associadas (Est. Unidos); Comunidade de Batistas da Bíblia (Est. Unidos); Igreja Presbiteriana da Bíblia (Est. Unidos); Igreja Protestante da Bíblia (E.U.A.); Conferência de Igrejas Fundamentalistas (E.U.A.); Igreja Católica Evangélica (E.U.A.); Igreja Metodista Evangélica (E.U.A.); Associação Geral de Igrejas Batistas Regulares (E.U.A.); Igrejas Fundamentalistas Independentes (E.U.A.); Igreja Metodista Protestante (E.U.A.); Igreja Presbiteriana Ortodoxa (E.U.A.); Igreja Metodista do Sul (E.U.A.); Conferência Cristã do Rio Tioga (E.U.A.); Igreja Cristã Unida (E.U.A.).

Observadores oficiais: Igreja Metodista (Áustria); Igreja Metodista da França (França); Comunidades de Igrejas Evangélicas Independentes (Grã Bretanha); Igrejas Evangélicas Luteranas Livre da Noruega (Noruega); Igreja Reformada da África do Sul (África do Sul); Igrejas Reformadas Cristãs e Igrejas Reformadas (Holanda). **Admitidos por conselheiros:** União de Defesa Protestante (França); Liga Britânica da Suécia (Suécia); Igrejas Reformadas e a Associação Reformada da Igreja Reformada Holandesa (Holanda). **Além destes foram conselheiros e hóspedes especiais:** Igreja Evangélica Livre e Igreja Batista da Alemanha (Alemanha); Igreja Evangélica Livre e Igrejas da Missão Bíblica Francesa (França); Igreja Luterana Latviana; Igreja Livre da Escócia; Igreja Mennonita dos E.U.A.; Igreja Mennonita da Europa. **Outras organizações representadas:** Missões – Sociedade de Evangelização do Alasca; Associação de Batistas para Evangelismo Universal; Batistas pelas Missões Nacionais; Missão Geral de Ceilão e da Índia; As Crianças para Cristo; Missão Cristã Europeia; Missão Fundamentalista Universal, Congo Belga; Comunidade de Cristãos hebraicos; Junta Independente de Missões Presbiterianas; Missão Liebenzell; Missão Mino do Japão; Missão das Igrejas Cristãs Reformadas, Celebes; Comunidade Missionária para o Rádio Mundial. Instituições de Educação Cristã: Seminário Batista da Bíblia, Johnson City, N.Y.; Instituto Batista da Bíblia, Grand Rapids, Mich; Seminário Teológico da Fé, Wilmington, Del; Instituto Nacional da Bíblia, Nova York; Seminário Teológico do Norte da China; Seminário Teológico de Treinamento Espiritual – Nankin, China. Mais de cem visitantes especiais da Holanda e bom número de outros países estiveram presentes também. **Oficiais eleitos:** Presidente: Rev. Carl McIntire; Vice- Presidentes: Prof. J. J. van Dr. Schult; Rev. T. T. Shields; Rev. W. O. H. Garman; Dr. David Hedegard; Dr. Chia Yu Ming. Secretário Geral: Embaixador Arie Kok. Secretário Executivo: Rev. Henri F. M. Pol. Secretários: Rev. Francis A. Scheffer; Prefeito: A. Warnaar, Jr.; Rev. Rolf Lein. Tesoureiro: Rev. Ray F. Hamilton. (MCINTIRE, 1952, p. 211-213, grifo nosso).

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ficou acertado no final do primeiro congresso do Concílio Internacional de Igrejas Cristãs que o segundo congresso aconteceria nos dias 16 a 23 de agosto de 1950. Houve também sugestões para que o terceiro congresso se reunisse nos Estados Unidos em 1953, quando na ocasião haveria a segunda assembleia do Concílio Mundial. Como bem podemos perceber, os fundamentalistas uniram forças para o combate em prol dos seus ideais. Em outras palavras, um contra-ataque à proliferação dos ensinamentos promovidos pelo liberalismo teológico, agora não mais num ambiente localizado, mas no mundo inteiro. Justificando o progresso do fundamentalismo, em reunir vários segmentos ao redor do mundo, McIntire afirma: “Quando os homens se unem pela crença comum e resolvem honrar a Deus e a Sua Palavra, a Bíblia, há feliz comunhão vinda do céu, abençoada do Espírito” (MCINTIRE, 1952, p. 215).

REFERÊNCIAS

COUCH, Mal. **Os fundamentos para o século XXI**: Examinando os principais temas da fé cristã. São Paulo: Hagnos, 2009.

HINDSON, Edward E. O Significado histórico de Os fundamentos. In: **Os fundamentos para o século XXI**: Examinando os principais temas da fé cristã. São Paulo: Hagnos, 2009.

GONDIM, Ricardo. **Orgulho de ser Evangélico**: Porque continuar na igreja. Viçosa: Ultimato, 2003.

MACHADO, Jonas da Silva. **A Igreja Presbiteriana Fundamentalista do Brasil**: Origem e Expansão (Trabalho da cadeira de História da Igreja Brasileira, T. 3. Prof. Francisco L. Schalkwijk). Recife: SPN, 1979.

McINTIRE, Carl. **A Moderna Torre de Babel**. Recife: 1952.

OLSON, Roger. **História da Teologia Cristã**. São Paulo: Editora Vida, 2001.

SANTOS, Valdeci da Silva. **John Gresham Machen contra o liberalismo**: em defesa da fé cristã. In: Fides Reformata, Vol. IX, n. 1. São Paulo: CPAJ, 2004.

VASCONCELOS, Pedro. **Ação dos Cristãos pela Abolição da Tortura**: Fundamentalismo, integrista; uma ameaça aos direitos humanos. São Paulo, Paulinas, 2001. p. 31 - 35.

CAPÍTULO 17

DIALÉTICA CULTURAL ESPIRALADA: CONSTRUCTO PARA AS CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

Data de aceite: 01/12/2020

Data da submissão: 21/09/2020

Nicolas Theodoridis

Doutorando na Universidade Salgado de
Oliveira
Niterói – Rio de Janeiro
<http://lattes.cnpq.br/8329038544535649>

RESUMO: O presente estudo tem como preocupação principal explicitar a necessidade da criação do constructo “dialética cultural espiralada” com intuito de melhor adequação das ideias trabalhadas na tese de doutoramento, assim como sua utilização em outras pesquisas das ciências humanas e sociais. Para tal desiderato, exponho nas páginas iniciais, formulações sobre o conceito de *conceito*. Em seguida, ter-se-á a decomposição dos termos no intuito de melhor esclarecê-los, ou seja, historicizar os conceitos efetuando, ao final, a argamassa metodológica da explanação teórica.

PALAVRAS-CHAVE: Conceito, Dialética, Cultura, Espiral e Espiritismo.

SPIRALED CULTURAL DIALECTIC: CONSTRUCT FOR HUMAN SCIENCE AND SOCIAL

ABSTRACT: The present study has the main concern to explain the need to create the construct “cultural spiral dialectic” with the purpose of better matching the ideas worked in the doctoral thesis, as well as its use in other researches of

the human sciences and social. To that end, I present in the opening pages, formulations about the concept of *concept*. Then, the terms will be decomposed in order to better clarify them, that is, to historicize the concepts, making, in the end, the methodological mortar of the theoretical explanation.

KEYWORDS: Concept, Dialectic, Culture, Spiral and Spiritualism.

1 | INTRODUÇÃO

O que é um conceito? Para que servem? Eles nos ajudam em que? Perguntam deste tipo nos rodeiam. Ao mergulharmos no meio acadêmico, a palavra conceito é constantemente citada e cobrada, seja nos trabalhos de *Stricto Sensu*, seja em artigos ou qualquer outra produção a qual venhamos a produzir. Bem, sua importância é inegável para quem almeja trilhar os caminhos de pesquisa, não somente em história, mas em todos os ramos do conhecimento humano. Paul Veyne (1983, p.30) tem uma citação da qual eu aprecio e que pode dar um pouco da dimensão de seu uso quando ele diz que “(...) cada conceito que conquistamos refina e enriquece nossa percepção do mundo (...)”.

Portanto, os conceitos servem para melhorar nosso arcabouço mental, ao estudioso de qualquer área, aumentar seu conhecimento procurando agregar elementos diversos ao campo que atua, não se dando por satisfeito

com o conhecimento adquirido numa formação universitária e ao leigo em buscar algo além do senso comum. Barros (2016, p.09), por exemplo, começa seu livro sobre conceitos com uma descrição na qual, ele diz que “(...) todas as ciências os têm (...)” sendo que alguns mais emplumados do que os outros, mas em todos, se faz necessário à busca de seu reconhecimento.

Em História, sem dúvida, eles fazem parte importante do trabalho do historiador, tanto que foi publicado um dicionário de conceitos históricos (2009) para dar luz aos neófitos e, também, a aqueles que já possuem alguns quilômetros de rodagem. Mais uma vez me aproprio de Veyne (1983, p. 43) quando o ele afirma que “os fatos históricos não se organizam por período ou povos, mas por noções”; é exatamente aí onde se encaixam os conceitos, mas também alerta em outra obra o mesmo autor de que o uso inadequado dos conceitos “provocam no historiador um mal-estar característico que constitui um dos episódios consagrados da dramaticidade da sua profissão” (VEYNE, 1976, p. 121) que seria a questão do conceito não estar devidamente inserido no contexto da obra.

Os conceitos são abstrações utilizadas para explicar determinada realidade construída pelo pesquisador no intuito de melhor elucidar seu trabalho acadêmico. Com isso em mente, vejamos o entendimento de *constructo* nas linhas que se seguem...

2 | CONCEITO DOS CONCEITOS

A denominação de *constructo* que aqui é utilizado se refere ao tipo de conceito construído possuidor de um nível mais elevado de abstração, diferente do conceito propriamente dito que tem os seus elementos mais facilmente observados ou mensurados, vindo, portanto, a ser construído mediante a utilização de outros conceitos menores. José D’Assunção Barros se debruça sobre o assunto reiteradas vezes em seus livros e artigos. Segundo Barros (2005, p. 131),

Em alguns casos, o pesquisador não deve hesitar em reformular ele mesmo algumas definições, já refletidas a partir do que dizem os textos especializados, mas adaptando-os a partir do seu próprio senso crítico. Também ocorre com alguma frequência a necessidade de criar um conceito inédito, e consequentemente de defini-lo da maneira mais apropriada possível para o leitor.

Assunção postula que o termo conceito designa formulações abstratas e gerais que os indivíduos se utilizam no intuito de tornar alguma coisa inteligível aos seus aspectos essenciais e cotidianos. Ao formularmos os conceitos observamos que estes respondem a noções gerais no sentido de defini-los, através da representação ou de características que os identificam.

Utilizamos constantemente diversos conceitos no cotidiano sem atentar, por exemplo, que ao dialogarmos sobre família, estabelecemos formulações abstratas e

gerais para explicarmos sobre seu significado. Para tanto, observar-se-á que os conceitos são instrumentos que atendem não somente a comunidade científica como também são fundamentais na própria vida cotidiana. Contudo,

(...) o conhecimento científico exige um vocabulário de segundo nível, ou seja, um vocabulário técnico. Para o pensamento teórico da ciência ou da filosofia, não bastam os significados imediatos da linguagem comum. Conceitos e termos adquirem um significado unívoco, bem preciso e bem delimitado. Às vezes são mantidos os mesmos termos, mas as significações são alteradas para uma compreensão bem definida (SEVERINO, 1978, p. 145).

Tais pressupostos estão ligados às representações que trazemos do meio social ao qual estamos inseridos, sem que, com isso, possamos perceber que a definição atende somente ao período histórico em que vivemos, desconsiderando as realidades anteriores e outros modelos não ocidentais.

Geralmente trabalhamos com conceitos “importados”, ou seja, gerados por intelectuais estrangeiros e os adaptamos as nossas realidades e necessidades, objetivando por meio de uma proposta teórica, formular um objeto. Segundo Antônio Severino, “o conceito é a imagem mental por meio do qual se representa um objeto, sinal imediato do objeto representado. O conceito garante uma referência direta ao objeto real” (1978, p. 144). Por serem abstratos, os conceitos fazem referência a uma teoria, sendo por isso, uma construção lógica objetivando a construção de um determinado conhecimento da realidade. Tem-se aqui a clareza de que sem ele uma pesquisa não poderia ser erigida. É a teoria que nos permite explicar realidades históricas diferentes daquela que vivemos. Conforme explicita Prost, “os conceitos históricos têm um alcance maior: eles incorporam uma argumentação e referem-se a uma teoria” (2008, p. 121). Dentro desta mesma linha de raciocínio Koselleck (2012, p. 109) postula que

Sob um conceito, a multiplicidade da experiência histórica, assim como uma soma de relações teóricas e práticas, são subsumidas em um único conjunto que, como tal, é dado e objeto de experiência somente por meio desse conceito.

Os dois autores são uníssonos em afirmar que uma palavra para se transformar em um conceito é necessário que ela venha a possuir uma gama de significações e de experiências, tornando-se, portanto, polissêmico.

As teorias fazem parte do grande arcabouço de evolução¹ do pensamento humano, passando por diferentes fases caracterizadas por paradigmas (KUHN, 2000) diversos que reinaram nos mais diversos campos do conhecimento humano, acumulando o saber

1. O conceito de evolução suscita diversas críticas e interpretações desde o propalado por Charles Darwin, mas o que postulo é o evolucionismo espiritualista, principalmente pelo objeto de estudo, no caso, o espiritismo, teoria que une o darwinismo com o espiritualismo, a crença na existência de um ser imaterial e imortal, o espírito como responsável pela condução das formas biológicas. Para maiores esclarecimentos sobre o assunto recomendam-se os seguintes livros; (ANDRÉA, 1977), (ELGIN, 2003), (FREIRE, 2006), (PINHEIRO, 2009), (PIRES, 2005), (UBALDI, 2001). Sobre o aspecto propriamente cultural pode-se indicar: (CHILDE, 1966) e (FONTANA, 2004).

das anteriores (mesmo que com rupturas e permanências) e fazendo com que este conhecimento se reestruture gradativamente, reformulando as hipóteses antigas, as quais são expressas numa nova linguagem, mais adequadas à época em questão. Destarte, as bases que formulam novas ideias são aquelas que antes sustentavam o saber humano, porém compreendidas sob a luz de novos paradigmas.

Cada época tem os seus teóricos, que organizam os conhecimentos acumulados em novos terrenos e que com isso, provocam rupturas com os “velhos”. Conforme expressa Tarnas (1999, p. 13), “cada geração deve examinar e repensar, sob uma perspectiva privilegiada própria, as ideias que moldaram sua concepção de mundo”. Todo período histórico, por mais “estático” que pareça foi caracterizado por determinada mudança no seu clima intelectual (TRATTNER, 1956). Isso propicia constantemente não a um simples perpassar de novidades, mas a profunda transformação do pensamento, de como o homem se vê e enxerga o mundo que o rodeia.

A história do homem é, portanto, marcada por diversas transformações ideológicas² que mudaram e moldaram para sempre o rumo de sua evolução. Ao voltar o olhar para trás, propõe-se, com isso, entender o que levou o homem a repensar sua maneira de viver, traçando novas rotas, vislumbrando novas convicções, estabelecendo novas ideias, conceitos e teorias. Tais proposições são essenciais a uma visão de mundo que visa abarcar todos os interesses cardinais do homem, transportando-nos através de um universo de inconcebível riqueza cultural criada por ele.

Com isso, o conceito que proponho parte da junção da dialética, da cultura e da forma espiral. Para melhor explicitá-los, ter-se-á a decomposição dos termos no intuito de melhor esclarecê-los, ou seja, historicizar os conceitos (PROST, 2008, p. 128), tendo consciência de que para cada um deles existe uma pluralidade de definições, não sendo passível de examiná-los em sua totalidade, mas segundo o melhor entendimento do *constructo* e a posteriori, sua utilização no desenvolvimento de trabalhos nas ciências humanas e sociais.

3 | DIALÉTICA

Etimologicamente, dialética (GORBY, 2007) vem do grego *dia*, que expressa a ideia de dualidade, troca e *lektikós* significa *apto a palavra*, dando o entendimento de diálogo, pois no diálogo sempre há mais de uma opinião, mas que transcurso ao longo da história assumiu vários sentidos³.

Vindo desde os pré-socráticos como Heráclito de Éfeso (século VI a.C.) e Zenão de Eléia (V a.C.), passando pelos sofistas, Sócrates, Platão, a dialética acabou ficando esquecida na Idade Média, vindo a ressurgir no período do Renascimento. A noção de dialética chega ao mundo contemporâneo através de Georg Wilhelm Friedrich Hegel

2. Para maiores informações sobre o tema verificar; (CHAU, 1995) e (GEERTZ, 2008, cap. IV).

3. Para uma melhor apreciação dessas mudanças aconselham-se os seguintes trabalhos: (LUCE, 1994), (ARANHA, 1988, pp. 49/50) e (KONDER, 1987).

(1770-1831) que formulou a questão em torno de três movimentos. Esta estrutura do real, entendido como processo, envolve o do dado, da tese, o da negação, da antítese e por fim o de negação da negação, da síntese. Denominada de dialética idealista, ou seja, “(...) em certo momento da maturação nervosa, que em sua totalidade, encontra sua causa na etapa precedente e que, apesar de tudo, a ultrapassa e instaura uma nova maneira de ser” (CHATELET, 1972, pp. 22 e 23), por se tratar do conjunto de conhecimentos, ideias e conceitos elaborado e reelaborado pelo homem, cada qual adequado ao seu momento histórico. Conforme Mesquita (1985, p.19),

O idealismo é a corrente de pensamento que, dando primazia à consciência, reduz o real à ideia, ao pensamento, ou, por outras palavras, que considera a ideia, o pensamento, como sendo a essência da realidade.

Hegel foi muito influenciado pelo cristianismo e sua interpretação demonstra a revelação do Deus dialético, uno e trino ao mesmo tempo (GRINGS, 1981). A dialética hegeliana embora sendo idealista, deu origem à dialética materialista do materialismo histórico criada pelo economista e filósofo alemão Karl Marx (1818-1883), em colaboração com o político e pensador alemão Friedrich Engels (1820-1895). Segundo Marcondes (1997, p.228),

a interpretação hegeliana do processo histórico e da formação da consciência restringe-se ao plano das ideias e representações, do saber e da cultura, não levando em conta as bases materiais da sociedade em que este saber esta cultura são produzidos e em que a consciência individual é formada.

Diferente da proposta efetuada por Hegel, a dialética materialista histórica passa a ter o cerne central de análise no trabalho (MARX & ENGELS, 2001) “o processo autotransformador da espécie humana é condicionado, o que vai contra a ideia hegeliana de um movimento do Absoluto” (MARCONDES, 1997, p.229) dando a dialética um constante movimento no transcurso da humanidade. Mesquita (1981, p. 61) também enfoca que a dialética materialista

é a aplicação da dialética, sob o ponto de vista materialista, na análise da evolução da matéria (natureza), bem como no desenvolvimento da consciência e da sociedade humana, análise essa em que se funda o materialismo dialético, da teoria marxista.

Uma última análise sobre a dialética é a de Karel Kosik (1926-2003), filósofo checo de tradição marxista, onde o mesmo postula que o pensamento dialético efetua uma distinção entre representação (aparência) e conceito (essência) da “coisa” (realidade). A “coisa em si”, de que trata a dialética, não se manifesta imediatamente ao homem, à sua compreensão, pois, sua primeira atitude frente à realidade não é investigativa ou examinatória, mas sim, um exercício prático-sensível, fazendo com que o indivíduo crie “suas próprias representações das coisas (pensamento comum) e elabore um sistema correlativo de noções, que capta e fixe o aspecto fenomênico da realidade” (1976, p. 14).

Concluindo, a dialética é a concepção da realidade que como um todo está em permanente transformação, sendo sua contradição determinante no movimento que condiciona todo o processo do desenvolvimento humano.

4 | CULTURA

Já o termo cultura foi “emprestado” da antropologia, vindo a definir o conjunto de atitudes e códigos de comportamento próprios, sendo que a primeira definição de cultura foi formulada por E. Tylor, no primeiro parágrafo do seu livro *Primitive Culture* (1871). Segundo Geertz (2008, p. 123),

Os padrões culturais – religioso, filosófico, estético, científico, ideológico - são “programas”; eles fornecem um gabarito ou diagrama para a organização dos processos sociais e psicológicos, de forma semelhante aos sistemas genéticos que fornecem tal gabarito para a organização dos processos orgânicos.

Clifford Geertz defende o conceito de cultura essencialmente semiótico, estando o homem amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu. Através de um conjunto de “sistemas entrelaçados de símbolos interpretáveis”, vindo a serem construídos historicamente os acontecimentos sociais, os comportamentos, as instituições ou os processos, remodelando “o padrão das relações sociais” estabelecidos.

Já segundo Marshall Sahlins (2011), a cultura é historicamente reproduzida e alterada na ação de seus interlocutores. Assim sendo, a cultura inserida na História está em constante movimento, fazendo com que esse movimento produza uma “transformação estrutural”, pois a alteração de alguns sentidos muda a relação de posição entre as categorias culturais, havendo assim “uma mudança sistêmica”, sendo este processo histórico denominado pelo autor de “reavaliação funcional de categorias”. Com isso, à medida que há o contato entre diferentes culturas, elas reproduzem-se a partir do encontro de uma com a outra, efetuando inúmeras variações ao longo do tempo e do espaço em que se conheceram.

Ruth Benedict (1972) explicita que a cultura é como uma lente através da qual o homem vê e enxerga o mundo que o rodeia. Homens de culturas diferenciadas usam lentes diversas e, por isso, têm visões díspares das realidades das coisas.

Segundo Roque Laraia (1997, p. 70),

O modo de ver o mundo, as apreciações de ordem moral e valorativa, os diferentes comportamentos sociais e mesmo as posturas corporais são assim produtos de uma herança cultural, ou seja, o resultado da operação de uma determina cultura.

Para finalizar o entendimento do conceito de cultura (sem querer fechar o assunto), Cassirer expressa que

a característica mais notável do homem, a marca que o distingue, não é sua natureza metafísica ou física – mas seu trabalho. É este trabalho, o sistema das atividades humanas, que define e determina o círculo de humanidade. A linguagem, o mito, a religião, a arte, a ciência, a história são os constituintes, os vários setores desse círculo.

Portanto, todo o arcabouço construído pelo homem faz parte de sua cultura e neste bojo incluímos os esquemas de vida familiar, debates políticos, observâncias religiosas, inovações científicas, literatura, artes, linguagem, enfim, aspectos de criação humana em oposição aos processos físicos e biológicos.

5 | ESPIRAL

Por fim, a forma espiral⁴. Apoiado no conceito de “circularidade” propalado por Ginzburg (2011) e Bakhtin (2010), onde ambos os historiadores visam demonstrar a movimentação das ideias tanto na cultura popular quanto na erudita, vejo que embora as ideias circulem, a forma espiral designa de que maneira estas mesmas ideias atingem patamares diferenciados na compreensão do ser humano, criando e ampliando os novos conceitos encaixados nas proposições de seu tempo.

A espiral é um símbolo de evolução e de movimento ascendente, progressivo, normalmente positivo, encontrada em todas as culturas, relacionada à própria progressão da existência. Sua forma está associada à base da vida (MOORE, 1961) sendo encontrada desde o macro (galáxias) ao micro (DNA).

Portanto, a espiral está presente em todo o Universo, sendo responsável pelo fenômeno simétrico da natureza, sejam nas flores, árvores, ondas, conchas, furacões, no do rosto simétrico do ser humano, em suas articulações, seus batimentos cardíacos e em seu DNA. Também na refração da luz proporcionada pelos elétrons dos átomos, nas vibrações e em outras mais manifestações como nas galáxias do universo imensurável.

6 | APLICABILIDADE DO CONCEITO

Ao propor o referido *constructo*, vislumbro que sua aplicabilidade não tem que ficar necessariamente somente atrelado a pesquisa em si, ou seja, ao espiritismo, mas que também terá serventia para que outros pesquisadores o utilizem de maneira profícua.

Conforme explanado, a Dialética Cultural Espiralada visa demonstrar como as ideias foram retrabalhas dialeticamente criando todo um novo universo conceitual. Toda esta mudança é fruto do processo cultural em que o homem está inserido e a forma como este interpreta o ambiente em que vive. A forma geométrica espiral visa somente dar a

4. Quando utilizo a forma geométrica da espiral em detrimento da forma circular, não pretendo estabelecer o entendimento de modo a posicionar como positivo/negativo, ascendente/descendente ou qualquer outra designação, pois ela não tem conotação valorativa mas, para explicar o próprio movimento das rupturas e permanências que se sucedem na história e que com isso abrem novos horizontes conceituais aos homens.

visão de que estas mudanças paradigmáticas levam o conhecimento a novos patamares de entendimento do pensamento humano, estabelecendo novas sinapses e ampliando seus horizontes conceituais.

A constante dialética cultural visa elucidar as diferentes construções arquitetônicas das ideias elaboradas dentro do corte temporal proposto até a formulação do Pentateuco espírita, comparando-as entre si, ou melhor, estabelecendo as conectivas históricas⁵ que se comunicam entre si e acabam estabelecendo novos olhares, sendo estas constantemente retrabalhadas pela circularidade num movimento espiralado do saber (UBALDI, 2001), pois além de circular, as ideias acabam se transformando em algo novo, mediante uma curva plana que gira em torno de um ponto central (chamado pólo), dele se afastando ou se aproximando, num constante reagrupar das ideias, efetuando as transformações estruturais no interior da sociedade ocidental, levando o homem a tecer o entrelaçamento das ideias com a cultura numa constante simbiose.

Para dar a argamassa metodológica, utilizarei o “Paradigma Indiciário”, termo cunhado pelo historiador italiano Carlo Ginzburg (1990, pp. 143 a 179), que mediante indícios e sinais é possível à reconstrução de elementos culturais e/ou sociais, resultando, assim, num paradigma epistemológico, permitindo, do ponto de vista científico, (re) construir elementos interpretativos da cultura do qual emergem. Além disso, a atividade comparativista (CARDOSO e BRIGNOLI, 1979) é uma excelente ferramenta metodológica que permite, conforme explicita Detienne (2004, p. 65), “não para encontrar ou impor leis gerais que nos explicariam finalmente a variabilidade das invenções culturais da espécie humana, (...) mas para construir comparáveis (...)”, efetuar as análises comparatórias entre as diferentes ideias que contextualizaram o ambiente europeu e seus encadeamentos com a proposta espírita, vendo a conectividade entre elas e do encontro das mesmas (dialética) o nascedouro da visão ocasionada deste encontro.

Além disso, a metáfora do tapete propicia compreender o entrelaçamento da circularidade das ideias com a cultura que é historicamente alterada, pois analogamente aos fios vertical e horizontal, que dão forma total à peça, assim também os sinais ou indícios da investigação histórica são assumidos como elementos reveladores de fenômenos socioculturais que afloraram na sociedade cristã latina europeia, focados especificamente no período compreendido entre a segunda metade do século XVIII até o advento da proposta espírita, sua transposição para o Brasil e influência das suas ideias no intenso e prolixo debate que ocorreu no país entre 1870 a 1889, enfocando a troca do regime político e do fim da escravidão.

5. Expressão adotada pelo historiador Sanjay Subrahmanyam onde o mesmo visa demonstrar que estas histórias estão ligadas e que se comunicam entre si.

71 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, dialética cultural espiralada, diferente das proposições anteriores, cria um novo universo de entendimento, um novo tipo de diálogo através de uma “tensão cultural”, geratriz de processos de transformações estruturais que levam o homem a procura de novos arcabouços simbólicos, efetuando este mesmo homem releituras da realidade em que está inserido.

A costura das ideias nos diferentes campos de saber do homem é acompanhada, portanto, com a base conceitual da dialética cultural espiralada, pois, ao retrabalhar a forma de pensar, estas ideias vão tecendo todo um arcabouço ideológico, num movimento contínuo, criando um conjunto arquitetônico de incomparável beleza que é o próprio caminhar do ser humano na busca da sua autossuperação.

REFERÊNCIAS

ANDRÉA, Jorge. *Dinâmica Espiritual da Evolução*. Rio de Janeiro: Editora Caminho da Libertação, 1977.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda e MARTINS, Maria Helena Pires. *Filosofando. Introdução a Filosofia*. São Paulo: Moderna, 1988.

ARÓSTEGUI, Julio. *A Pesquisa Histórica – Teoria e Método*. São Paulo: EDUSC, 2006.

BAKHTIN, Mikhail. *A cultura popular na idade Média e no Renascimento. O contexto de François Rabelais*. São Paulo: Hucitec, 2010.

BARROS, José D'Assunção. *O projeto de pesquisa em história*. Petrópolis: Vozes, 2005.

_____. *Os Conceitos*. Seus usos nas ciências humanas. Petrópolis: Vozes, 2016.

BENEDICT, Ruth. *O Crisântemo e a Espada*. São Paulo: Perspectiva, 1972.

CARDOSO, Ciro Flamarion e BRIGNOLI, Héctor Pérez. *Os Métodos da História*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

CASSIRER, Ernst. *Antropologia Filosófica*. São Paulo: Mestre Jou, 1972.

CHATELET, François. *Logos e Práxis*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.

CHAUÍ, Marilena. *O que é Ideologia*. São Paulo: Brasiliense, 1995.

CHILDE, Vere Gordon. *A Evolução Cultural do Homem*. Rio de Janeiro: Zahar, 1966.

COLOMBO, Cleusa Beraldi. *Ideias Sociais Espíritas*. São Paulo: Comenius, 1998.

- DETIENNE, Marcel. *Comparar o Incomparável*. São Paulo: Ideias e Letras, 2004.
- ELGIN, Duane. *A Dinâmica da Evolução Humana*. São Paulo: Cultrix, 2003.
- FONTANA, Josep. *A História dos Homens*. São Paulo: EDUSC, 2004.
- FREIRE, Gilson. *Arquitetura Cósmica vols 1 e 2. Dos Mitos da criação à visão unitária do Universo*. Belo Horizonte: Inede, 2006.
- GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 2008.
- GINZBURG, Carlo. *Mitos, Emblemas e Sinais. Morfologia e História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- _____. *O Queijo e os Vermes*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2011.
- GORBY, Ivan. *Vocabulário grego da Filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- GRINGS, Dadeus. *História Dialética do Cristianismo*. Porto Alegre: EST, 1981.
- KONDER, Leandro. *O que é Dialética*. Coleção Primeiros Passos nº23. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- KOSSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado – Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: PUC, 2012.
- KOSIK, Karel. *A dialética do concreto*. Petrópolis: Paz e Terra, 1976.
- KUHN, Thomas. *A Estrutura das Revoluções Científicas*. São Paulo: Perspectiva, 2000.
- LARAIA, Roque de Barros. *Cultura – Um Conceito Antropológico*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.
- LUCE, J.V. *Curso de Filosofia Grega – do séc. VI a.C. ao séc. II d.C.* Rio de Janeiro: Zahar, 1994.
- MARCONDES, Danilo. *Iniciação à História da Filosofia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.
- MARX & ENGELS. *Manifesto do Partido Comunista – 1848*. São Paulo: L&PM Pocket, 2001.
- MESQUITA, José Marques. *A Dialética Espiritualista*. Rio de Janeiro: Mandarin, 1985.
- MOORE, Ruth. *A Espiral da Vida*. São Paulo: Cultrix, 1961.
- PINHEIRO, Luiz Gonzaga. *O Perispirito e suas Modelações*. São Paulo: Editora EME, 2009.
- PIRES, J. Herculano. *O Espírito e o Tempo. Introdução Antropológica ao Espiritismo*. São Paulo: Paidéia, 2005.
- PROST, Antoine. *Doze lições sobre a História*. São Paulo: Autêntica, 2008.

SEVERINO, Antônio Joaquim. *Metodologia do Trabalho Científico*. São Paulo: Cortez & Moraes, 1978.

SAHLINS, Marshall. *Ilhas de História*. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

SCHILING, Kurt. *História das Ideias Sociais*. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

SILVA, Kalina Vanderlei e SILVA, Maciel Henrique. *Dicionário de Conceitos Históricos*. São Paulo: Contexto, 2009.

TARNAS, Richard. *A Epopeia do Pensamento Ocidental*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

TRATTNER, Ernest B. *Arquitetos de Ideias. As Grandes Teorias da Humanidade*. Porto Alegre: Globo, 1956.

UBALDI, Pietro. *A Grande Síntese. Síntese e solução dos problemas da ciência e do espírito*. Rio de Janeiro: Lake, 2001.

VÁRIOS AUTORES. *Em torno de Rivail. O mundo em que viveu Allan Kardec*. São Paulo: Lachâtre, 2004.

VEYNE, Paul. *O Inventário das Diferenças*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

_____. Os Conceitos em História. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Teoria da História*. São Paulo: Cultrix, 1976.

INFÂNCIAS TRADICIONAIS NEGRAS NA HISTÓRIA BRASILEIRA

Data de aceite: 01/12/2020

Data de submissão: 21/10/2020

Mariane Oliveira Nunes

Universidade Estadual de Santa Cruz.

Ilhéus – Bahia.

<http://lattes.cnpq.br/6482313594872253>

Valéria Amim

Universidade Estadual de Santa Cruz.

Ilhéus – Bahia.

<http://lattes.cnpq.br/9397293014699124>

RESUMO: Ao olharmos para a história do Brasil é possível compreender que as mudanças que acompanharam sua sociedade enredaram-se à construção da história da infância ao longo dos anos, com suas respectivas particularidades e nuances. Junto a isso, nota-se também a necessidade de construção de um projeto nacional em muitos momentos da história brasileira, incluindo àqueles que voltavam seus olhos para um país com um número considerável de menores abandonados, utilizando as infâncias para projetar-se. Tudo isso nos permite ter noção do que significa abordar infâncias específicas, construídas e desenvolvidas em território brasileiro, desde o Brasil Colonial até o século XXI. Assim, será perceptível compreender a construção de inúmeros discursos acerca do que são infâncias, bem como o que é ser criança, a partir da compreensão das narrativas reproduzidas ao longo da história da humanidade, que se reflete no que é construído em território

brasileiro. Aqui trabalhamos corpos específicos, que através de suas histórias carregam elementos próprios do que é ser negro no Brasil. Durante muito tempo a criança negra relegou-se a uma história sem muitos registros e isso possui ligação direta com a história de um país marcado pelo processo escravagista, que durou mais de trezentos anos. Para tanto, utilizamos nesta pesquisa qualitativa, de caráter bibliográfico, e amparada em um recorte historiográfico sobre as várias infâncias que coexistiram desde o período colonial até recentemente, cujas vicissitudes retiraram da juventude negra o acesso aos direitos básicos e as oportunidades.

PALAVRAS-CHAVE: Infâncias negras, escravidão, infâncias tradicionais.

TRADITIONAL BLACK CHILDHOODS IN BRAZILIAN HISTORY

ABSTRACT: When looking at the history of Brazil, it is possible to understand that the changes that accompany its society are directly linked to the construction of the history of childhood over the years, with their respective particularities. Along with this, we also note the need to build a country project at many times in Brazilian history, which uses childhoods to project itself to those who turned their eyes to a country with a considerable number of abandoned minors. All this allows us to have a notion of what it means to work with the study of specific childhoods, built and developed in Brazilian territory, from Colonial Brazil to the 21st century. Thus, it will be noticeable to understand the construction of countless discourses about what childhoods are, as well as what it is like to

be a child, from the understanding of the narratives reproduced throughout the history of humanity, which is reflected in what is built in Brazilian territory. Here we work specific bodies, which through their stories carry elements of what it is to be black in Brazil. For a long time the black child relegated himself to a story without many records and this has a direct connection with the history of a country marked by slavery, which lasted more than three hundred years.

KEYWORDS: Black childhoods, slavery, traditional childhoods.

“Embora diga-se que entre as crianças africanas a adaptação às novas realidades culturais era menos penosa do que entre adultos, é certo que a experiência do tráfico atlântico marcava suas vítimas. Todavia, uma vez no Brasil, todas as crianças escravizadas, africanas ou crioulas, viviam a infância como uma miragem passageira. O trabalho era constante, o afastamento familiar também. Educação não constituía item que lhes atendessem - ao menos não a educação escolar, mesmo que precária, nos cálculos e primeiras letras.”

(Marcus J. M. de Carvalho).

O conceito de infância construiu-se como uma categoria social, a partir de uma ligação direta com a construção de um modelo específico de família, considerado enquanto “tradicional” e nuclear (e idealizado), sendo assim compreendido, de maneira bem geral, como uma representação da “fase inicial” da vida de uma pessoa. Alguns autores como Philippe Ariès¹ destacam que durante certo tempo, especificamente na Idade Média, essa concepção do “ser criança” não se distinguia de forma direta do “ser adulto”. Neste período estes personagens eram encarados como “adultos menores”. Portanto, por mais que se cultivasse um amor ao indivíduo enquanto uma pessoa menor, as mesmas não eram vistas com todas as particularidades das quais se constituíram o conceito de criança em outros períodos da história da humanidade, muito menos da forma como se perpetua até os dias atuais.

Um sentimento diferente surgirá quando, na Modernidade, temos a atenção voltada aos cuidados e a relação que essas crianças estabelecem com a sociedade, em especial, cumprindo um papel dentro de um modelo de família nucleada, estruturada, monogâmica e burguesa, cuja relação se ancora aos preceitos do Cristianismo. Entretanto, cabe salientar que nem todas as infâncias receberam a mesma atenção em torno da compreensão e valorização das especificidades e identidades construídas por estes indivíduos e seus

1. Philippe Ariès foi um importante historiador e medievalista francês da família e infância, no estilo de Georges Duby. Ariès escreveu vários livros sobre a vida diária comum. Seu mais proeminente trabalho rendeu um brilhante estudo sobre a morte.

pares. No caso do Brasil, se tornam perceptíveis as diferentes infâncias a partir das classes sociais estabelecidas no país.

Atualmente, essas infâncias ainda se constituem como foco de preocupação, principalmente por compreendermos que tudo o que elas irão vivenciar dependerá diretamente de sua condição econômica e social. A criança é assim compreendida como um ser social, podendo ser protegida ou abandonada pela sociedade. As crianças negras, possuem uma história marcada por muitas tragédias sociais, abusos, exploração e crueldade que até os dias de hoje se reverberam, dentro de um sistema capitalista e marcadamente racista. Sendo assim, é de fundamental importância que, ao pensarmos em infâncias nos questionemos: o que de fato deveria se projetar enquanto infância? Como as infâncias tradicionais se encaixam dentro do atual modelo existente e reproduzido, principalmente no Brasil?

Durante muito tempo à criança negra relegou-se a uma história sem muitos registros. No período colonial tivemos uma forte presença de crianças escravizadas, com seus corpos sendo utilizados enquanto mercadorias e, por vezes, distanciadas de suas respectivas famílias. A criança escrava, era assim invisibilizada e projetada enquanto uma propriedade, seja dos senhores de escravos ou até mesmo para Igreja, que ao se colocar enquanto cumpridora de uma evangelização “necessária”, também cumpria um papel colonizador, destruindo por vezes aspectos característicos da cultura negra diaspórica.

A condição de negro escravo pesou sobre a criança como um decreto de exclusão. Compreender as distorções a que esteve submetida, juntamente com o processo político, econômico e social que se desenvolveu até os dias de hoje, nos dará condições de traçar um paralelo entre a infância de negros escravos e a realidade vivenciada hoje, pelos afro-descendentes. Desta forma, a busca do papel infantil na sociedade nos permite perceber as oscilações e os vários momentos de sua história de escravo, passando do anonimato à condição de cidadão com direitos e deveres (AMIM, 2017, p. 1).

Na era colonialista, o escravo não era valorizado perante a sociedade, ao menos enquanto ser representativo. A criança negra quando muito era citada, era vista com olhares que a marginalizavam. A partir dos sete, oito anos estas crianças já eram entregues aos senhores de suas mães como escravos, se tornando assim mão de obra barata ou mesmo se tornando um brinquedinho para os filhos de seus senhores. Mesmo com o processo de abolição da escravidão, no ano de 1888, o trabalho escravo e, principalmente, o infantil não foi extinto de uma única vez. Ao passo que, a maioria das famílias negras desamparadas pelo Estado continuaram pobres, tendo a necessidade de buscar inúmeras formas de sobrevivência.

A existência do sistema escravagista nos deixou consequências que forneceram a base para a perpetuação da desigualdade racial e social a partir da violência, exclusão, discriminação e a naturalização da exploração do homem pelo homem. Apesar de tudo isso, cabe lembrar que a população negra, mesmo diante de um cenário ainda tão latente,

não se manteve passiva diante destes acontecimentos. A história do Brasil também é constituída por movimentos importantes de lutas e resistências, sejam eles individuais, mas principalmente coletivos, contra o cativoiro.

Ainda no sistema escravista, o relacionamento entre pessoas negras era muito comum. Entretanto, a criança que advinha de um relacionamento entre uma pessoa negra e uma branca abalava ainda mais o seu processo de rejeição e, ao ser chamada de “mestiça”, carregava o fardo de ser considerada ilegítima. A discussão do reconhecimento, do registro e do processo de inserção de crianças negras em famílias brancas fez com que muitas destas fossem afastadas de suas mães, que engravidavam principalmente devido a estupros durante o período da escravidão. O abuso sexual era uma prática comum, apesar de ser muito comum presenciarmos nas novelas, filmes e outros materiais digitais uma constante naturalização deste tipo de relação e dos abusos cometidos nas mesmas. Nem todas as mulheres possuíam o apoio necessário para garantir uma condição básica e segura para estes “mestiços”.

Cruel contradição, a separação de mães e filhos dava-se, muitas vezes, para que elas servissem como amas de leite a outros bebês famintos - especialmente nas cidades onde florescia um mercado de venda e aluguel de amas no fim do século XIX. Também por essa razão, muitos recém-nascidos enfrentavam o abandono nas rodas dos expostos. Herança portuguesa disseminada na Colônia e sobretudo no Império, as rodas eram cilindros de madeira instalados em muros de hospitais de caridade, dentro dos quais se depositavam as crianças indesejadas para que fossem criadas nos asilos religiosos. Apropriando-se das finalidades cristãs dessa invenção, senhores livraram-se dos filhos de escravas puérperas entregando-os ao triste fim dos vínculos familiares e da própria vida, uma vez que a morte dos bebês era a regra em tais instituições. (CARVALHO, 2018, p. 180).

Cabe lembrar que muitas meninas, desde muito jovens, já se tornavam alvos de seus senhores. O trabalho infantil de crianças do sexo feminino sempre foi muito comum e ligado diretamente aos afazeres domésticos, aos cuidados. Até hoje nota-se que boa parte das crianças que precisam sair para trabalhar se direcionam a casas de famílias que as contratam quando as mesmas ainda são menores. Muitas nem alfabetizadas são e é neste espaço doméstico que elas se projetam sem muitas perspectivas de um futuro para além desta realidade, onde inclusive, realizam uma atividade que por vezes nem chegam a ser valorizadas.

As tarefas domésticas são, afinal de contas, praticamente invisíveis: “Ninguém as percebe, exceto quando não são feitas – notamos a cama desfeita, não o chão esfregado e lustrado”. Invisíveis, repetitivas, exaustivas, improdutivas e nada criativas – esses são os adjetivos que melhor capturam a natureza das tarefas domésticas. (DAVIS, 2016, p. 236).

E assim:

Embora as tarefas domésticas, como as conhecemos hoje, possam vir a se tornar velhas relíquias históricas, as atitudes sociais predominantes continuam a associar a eterna condição feminina a imagens de vassouras e pás de lixo, esfregões e baldes, aventais e fogões, vasilhas e panelas. E é verdade que o trabalho da mulher, de uma era histórica a outra, tem sido geralmente associado ao ambiente doméstico. (DAVIS, 2016, p. 238).

Essa é uma reflexão importante que nos dá base para compreender como a condição de escravo ainda se reflete na vida de inúmeras crianças, principalmente as meninas, durante vários períodos da história brasileira, mesmo com a conquista da dita liberdade, perante a lei. E mesmo possuindo, em meados do século XIX muitos senhores com preferência em libertar estes escravos a terem que de alguma forma sustentá-los, essa atitude também se configurou como uma forma de violência, já que tivemos naturalizado o discurso de que muitas crianças, principalmente sendo elas filhas “bastardas” abalariam a estrutura de uma família já estruturada e naturalizada.

Nas cidades, as crianças estavam no interior das casas de famílias abastadas, das meramente remediadas, e por vezes nos lares pobres, nos quais eram mão de obra mais acessível, por ser mais barata que a de escravos adultos. No espaço doméstico, meninos e sobretudo meninas desempenhavam toda sorte de tarefas: servir a mesa, varrer, costurar, recolher cinzas do fogão, carregar água, limpar urinóis, banhar senhores e seus filhos, ajudá-los a se vestir, espantar as moscas que os atormentavam, embalá-los no vaivém das redes, tudo aquilo, enfim, que seus braços de força ainda modesta pudessem suportar - e, não raro, até mais do que isso. (CARVALHO, 2018, p. 178).

Vale lembrar que no Brasil, algumas leis foram aprovadas, como a denominada “*Lei do Ventre Livre*”², que declarava de condição livre os filhos das mulheres escravas que nascessem a partir desta data, que de alguma forma possuiu contato com o movimento abolicionista que se formara e contribuiu para o aparecimento de outras leis que almejavam a abolição da escravidão no país, como a própria “*Lei do Sexagenário*”³, que concedia liberdade aos escravos com idade superior a 60 anos. Estas leis só foram revogadas quando em 1888 é declarada a “*Lei Áurea*”⁴, que infelizmente não modificou a condição precária de vida destas crianças e demais libertos. Relegadas a uma condição de marginalidade, a maior herança da população negra brasileira foi à intensificação do estereótipo de “marginal” e a condição de pobreza no país.

2. Lei n.º 2.040, declara de condição livre os filhos de mulher escrava que nascerem desde a data desta lei, libertos os escravos da Nação e outros, e providencia sobre a criação e tratamento daqueles filhos menores e, sobre a libertação anual de escravos.

3. A Lei dos Sexagenários, também conhecida como Lei Saraiva-Cotegipe ou Lei n.º 3.270, foi promulgada 28 de setembro de 1885 que garantia liberdade aos escravos com 60 anos de idade ou mais, cabendo aos proprietários de escravos indenização.

4. Lei Imperial n.º 3.353, sancionada em 13 de maio de 1888, foi o diploma legal que extinguiu a escravidão no Brasil. Foi votada e aprovada em definitivo, um pouco antes das treze horas, no dia 13 de maio de 1888, e, no mesmo dia, levada à sanção da princesa regente do Brasil Dona Isabel.

Nas décadas seguintes à abolição, a movimentação dos libertos e também dos descendentes dos quilombolas ampliou o campesinato negro e a proliferação de comunidades negras rurais. As formações rurais do pós-emancipação foram caracterizadas como um “campesinato itinerante”, marcado por famílias negras organizadas por parentesco, culturas ancestrais e uso comum do território. Ali se mesclaram as antigas e reformadas comunidades de fugitivos da escravidão, expandindo-se ainda mais as dimensões dos quilombolas e seus remanescentes, presentes no fim do século XIX, mas também no XX e no XXI. (GOMES, 2018, p. 392).

Com o intuito de demonstrar as legislações que vigoravam e interpelavam a infância negra brasileira, citamos no quadro abaixo as principais leis que afetaram diretamente a população (em especial as crianças negras) no Brasil. Tais leis condicionaram essas infâncias às desigualdades e exclusões sociais latentes, ainda hoje, em nossa sociedade.

ANO / LEI	DESCRIÇÃO
1824 – 1891 – Constituição.	A educação era direito de todo cidadão, exceto os escravos.
1850 – Surgiu a nova legislação que tratava a respeito da educação dos negros.	O Decreto tornou gratuitas, na Corte, as escolas primária e secundária e a primeira delas era obrigatória aos maiores de sete anos, mas estabeleceu que os escravos não seriam admitidos nas escolas públicas, em nenhum dos níveis de ensino.
1850 – Lei Eusébio de Queiróz.	Pôs fim ao tráfico de escravos transportados nos navios negreiros.
1871 – Lei do Ventre Livre.	Libertou, a partir daquele ano, as crianças nascidas de mães escravas.
1878 – Decreto que permitiu a matrícula de negros libertos maiores de quatorze anos nos cursos noturnos.	Alguns escravizados passaram a frequentar escolas profissionais e, a partir daí, tornaram-se aptos a promover o letramento de outros negros em espaços informais.
1885 – Lei do Sexagenário.	Beneficiou escravos com mais de 60 anos.
1888 – Lei Áurea.	Extinguiu o trabalho escravo no Brasil.
1911 – Reforma Rivadávia Correia.	Implantou a realização de exames admissionais e a cobrança de taxas nas escolas, impossibilitando o ingresso de grandes parcelas da população nas instituições oficiais de ensino.

Tabela 1: Principais leis que afetaram diretamente a vida da população negra.

No âmbito do espaço público construiu-se a imagem de *vadiagem*, que também atingiu essa infância. Quem era “vadio” praticava (ou estava apto a praticar) desordem. Neste período já tínhamos crianças/jovens conhecidos como “moleques”, que ao tomarem as vias públicas, sejam desenvolvendo trabalhos informais ou realizando outras atividades se encaixavam no que a sociedade criminalizava e julgava enquanto incorreto. A repressão contra essas crianças se dava de maneira forte, e à medida que se passava o século XIX isso se intensificou em punições severas, incluindo castigos corporais e a criação das casas de recolhimento (FEBENS, FUNABENS etc.), que ao tirar muitas crianças das ruas possuíam também como foco limpar as ruas brasileiras, para não gerar uma “visão negativa” que o menor de rua poderia imputar aos que aqui chegassem.

O chamado problema do menor foi inserido nos aspectos psicossociais da política de segurança. O menor foi pensado como um dos objetivos nacionais permanentes, isto é, aqueles que se realizam em “longo processo histórico através da definição dos elementos fundamentais da nacionalidade como a terra, o homem e as instituições”. Num país como o Brasil, que, sob a ótica, se enquadraria num regime democrático... a FUNABEM teria por função exercer a vigilância sobre os menores, principalmente a partir de sua condição, de carenciado, isto é, próximo a situação de marginalização social. (PASSETTI, 2018, p. 151).

Dito isto, a condição de sobrevivência enfrentada pela criança negra dentro da sociedade brasileira, inseriu-as em atividades que contribuíram para a naturalização do trabalho infantil. O discurso de que “o trabalho dignifica o homem” e “é melhor estar trabalhando do que roubando” se reproduziu em meio a uma sociedade elitizada, branca e estruturalmente racista e preconceituosa. Assim, era comum encontrá-las em alfaiatarias, sapatarias, igrejas, carpintarias e até mesmo na Marinha. Junto a isso, teremos também a articulação entre o processo de abolição e a educação, direcionada de forma diferente a corpos específicos cujos papéis já estavam delineados dentro da sociedade brasileira.

A educação projetada à infância negra não era sinônimo de proteção, mas utilizada e pensada como forma de controle social. O direito a educação para estas crianças, quando escravizadas, era negado ou extremamente limitado, já enquanto “livres” se configurou em um processo de exclusão, a exemplo da lei nº 1, de 14 de janeiro de 1837 que apontava “*São proibidos de frequentar as escolas públicas: Primeiro: pessoas que padecem de moléstias contagiosas. Segundo: os escravos e os pretos africanos, ainda que sejam livres ou libertos*”, tornando-se necessário o estabelecimento de estratégias voltadas à construção de leis e políticas públicas de reparação que tornassem obrigatório o ensino gratuito e que fosse contrário ao modelo de educação que convergia com o processo de branqueamento ao qual a sociedade almejava.

A organização negra, possui assim raízes no período escravista e atualmente se reflete através de coletivos e movimentos que pautam, principalmente, a luta antirracista e anticapitalista, discutindo sobre a estruturação das famílias negras, das relações que envolvem estas pessoas e sobre a criança negra em meio a um mundo onde a escravidão se reconfigura, por meio da exploração e do extermínio da juventude negra.

Nas décadas seguintes à abolição, a movimentação dos libertos e também dos descendentes dos quilombolas ampliou o campesinato negro e a proliferação de comunidades negras rurais. As formações rurais do pós-emancipação foram caracterizadas como um “campesinato itinerante”, marcado por famílias negras organizadas por parentesco, culturas ancestrais e uso comum do território. Ali se mesclaram as antigas e reformadas comunidades de fugitivos da escravidão, expandindo-se ainda mais as dimensões dos quilombolas e seus remanescentes, presentes no fim do século XIX, mas também no XX e no XXI. (GOMES, 2018, p. 392).

Na Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988 já podemos perceber elencados elementos que garantem ao povo brasileiro, direitos e deveres, com o intuito de acabar ou ao menos diminuir com alguns preconceitos no país. Obviamente, na prática nem tudo se deu de maneira perfeita e as desigualdades são existentes até os dias de hoje em nosso país. Não é à toa que o racismo se reproduz nos mais variados espaços. Mas essa Constituição vem propor que as entidades do país elaborem políticas sociais de liberdade e igualdade, bem como a gratuidade em programas para que se garantam esses direitos. Como consequência, foram elaborados alguns documentos e leis, principalmente nas últimas décadas dos séculos XX e XXI que objetivavam trabalhar fundamentalmente com os direitos das crianças. Os mais conhecidos são: Critérios para um Atendimento em Creches que Respeite os Direitos Fundamentais das Crianças de 1995; Educação Infantil, Igualdade Racial e Diversidade: Aspectos Políticos, Jurídicos, Conceituais de 2011 e Educação Infantil e práticas promotoras de igualdade racial de 2012; Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) que tem como objetivo a proteção integral da criança e do adolescente, bem como o marco legal e regulatório dos direitos humanos de crianças e adolescentes, sancionado no dia 13 de julho de 1990; além de trabalhos desenvolvidos tendo como foco a elaboração de políticas voltadas às questões já pontuadas anteriormente.

Todos esses pontos nos confirmam a existência de uma hierarquia binária, sempre violenta: infâncias brancas/infâncias negras, cuja oposição está sempre à custa da supressão de algum “outro”, nesse caso, as crianças negras, postas em uma condição de inferioridade e subordinação. Estas crianças e suas famílias continuarão a sentir o que é ser negro mesmo pós-abolição, em 1888. Os estudos desenvolvidos acerca da temática ainda mostram a ligação que estas infâncias ainda possuem com a servidão e o mundo do trabalho. Passados alguns séculos, o Brasil é o país que possui mais de 70% de sua população composta por pessoas negras, sendo que aproximadamente 62,7% fazem parte da mão de obra precoce no país, realizada em sua maioria por meninas, o que mostra que pouca coisa mudou em nossa história. Sendo assim, estudar as infâncias negras no Brasil é compreender a construção deste território, bem como a necessidade de superar todas as contradições existentes.

REFERÊNCIAS

AMIM, Valéria. Imagens da Infância Negra no Brasil. In: II Encontro com a África, 2001, Ilhéus. II Encontro com a África, 2001.

AMIM, Valéria; NUNES, M. O. **Infâncias tradicionais negras na história brasileira**. *Jornal Politeknik Portugues*, v. 1, p. 5-5, 2020.

DARWIN, Charles. **A origem das espécies**. São Paulo: Editora Hemus, 1981.

DAVIS, Angéla. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo. 2016.

DEL PRIORE, Mary. O cotidiano da criança livre no Brasil entre a Colônia e o Império. In: **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto. 2000. P. 84 – 106.

CARVALHO, Marcus J. M. Crianças / Ventre Livre. In: GOMES, Flávio dos; SCHWARCZ, Lília Moritz. **Dicionário da escravidão e liberdade**. São Paulo: Companhia das letras. 2018. P. 180.

GOMES, Flávio dos Santos. Quilombos / Remanescentes de quilombos. In: GOMES, Flávio dos; SCHWARCZ, Lília Moritz. **Dicionário da escravidão e liberdade**. São Paulo: Companhia das letras. 2018. P. 180.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. São Paulo: Lafonte, 2017.

FRAGA FILHO, Walter. **Mendigos, moleques e vadios na Bahia no século XIX**. São Paulo: Hucitec; Salvador: EDUFBA, 1996.

GÓES, José R, DE; FLORENTINO, Manolo. Crianças escravos, crianças dos escravos. In: DEL PRIORE, Mary. **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto. 2000. P. 177 – 191.

IANNI, Octávio. **Raças e classes no Brasil**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1962.

MATTOSO, Kátia Queiroz. **O filho da escrava. Em torno da Lei do Ventre Livre**. Revista Brasileira de História. São Paulo. Vol. 8, n. 16, março-agosto 1988, p. 37 – 55.

PASSETTI, Edson. O menor no Brasil republicano. In: DEL PRIORE, Mary. **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto. 2000. P. 151.

MOVIMENTO EMANCIPACIONISTA NA DÉCADA DE 1980, MEMÓRIA E IDENTIDADE, A RECONSTRUÇÃO DO PASSADO NAS VOZES DA COMUNIDADE JAPERIENSE COMO UMA HISTÓRIA PÚBLICA

Data de aceite: 01/12/2020

Data de submissão: 05/11/2020

Adna Gomes Oliveira

Universidade Salgado de Oliveira
Niterói- RJ

<http://lattes.cnpq.br/3157623743495698>

O artigo originado a partir da pesquisa em desenvolvimento no curso de Doutorado no PPH-Universo, foi apresentado primeiramente na disciplina História pública, linguagem e cultura digital na pesquisa e docência em História, oferecido pela Prof. Dra. Vivian Zampa, apresentado também no evento: 2º Encontro Internacional História e Parceria.

RESUMO: O presente artigo apresenta uma discussão prévia do projeto de pesquisa, “De Morgado de Belém à cidade de Japeri, RJ: o movimento emancipacionista pelas vozes de seus habitantes de 1989 a 1993”, a partir da perspectiva da história pública. Para tanto como metodologia de estudo foram mobilizados aportes conceituais-teóricos e metodológicos sobre fonte oral, memória, história local, identidade e tempo, dialogando com a abordagem da micro-história. Objetivando analisar a atuação do historiador diante dessa interface historiográfica, entendendo que se podem visualizar as dimensões possíveis através da observação das discussões sobre o lugar da história pública.

PALAVRAS-CHAVE: História local, Memória, História Pública.

EMANCIPATIONIST MOVEMENT IN THE 1980S, MEMORY AND IDENTITY, THE RECONSTRUCTION OF THE PAST IN THE VOICES OF THE JAPERIENSE COMMUNITY AS A PUBLIC HISTORY

ABSTRACT: This article presents a previous discussion of the research project, “From Morgado de Belém to the city of Japeri, RJ: the emancipationist movement through the voices of its inhabitants from 1989 to 1993”, from the perspective of public history. For both as a study methodology, conceptual-theoretical and methodological contributions about oral source, memory, local history, identity and time were mobilized, dialoguing with the microhistory approach. Intending to analyze the historian’s performance in the face of this historiographic interface, understanding that the possible dimensions can be visualized through the observation of discussions about the place of public history.

KEYWORD: Local history, memory, Public History.

1 | INTRODUÇÃO

A interface oral e história dos movimentos sociais apresentam aspectos dos debates sobre as dimensões dos públicos na história. As práticas de história pública são expressas nas construções dialógicas da memória social – produzidas e difundidas entre os saberes acadêmicos e não acadêmicos (ALMEIDA, 2016, p. 7).

Pensando no objeto desta pesquisa e visualizando as dimensões que podem alcançar ao observar as discussões sobre o lugar da história pública, vejo que trazer ao conhecimento, a história dos sujeitos e dos lugares comuns, precisamente, necessita-se do lugar de fala desses sujeitos para a disciplina de História. E a possibilidade de se fazer presente e a sua divulgação se dá perfeitamente no enquadramento da história pública.

Assim, propõe-se neste trabalho localizar de onde os sujeitos falam, pensando nos conceitos e métodos historiográficos. Tais sujeitos, que de alguma forma, se encontram nas margens da História¹, que muitas vezes privilegia a investigação dos grandes acontecimentos e de seus agentes. Nessa perspectiva, empreenderemos uma discussão da possibilidade de fazer uma pesquisa histórica, que prevê a construção de um acervo de narrativas utilizando os seus próprios atores coletivos, com o auxílio da história oral.

Sendo assim, inicialmente, buscaremos contextualizar nosso objeto de estudo, a fim do entendimento do evento em si. Em 1980, no Brasil, em detrimento da abertura política e a nova Constituição de 1988, após um longo período do regime da ditadura militar de 1964 a 1982, cria-se um cenário favorável às manifestações sociais e políticas. Nesse bojo, surgem lideranças locais, que aproveitam esse contexto, para além da visão de status de poder, reivindicar melhorias básicas às suas localidades, respaldadas pela construção do novo arranjo político administrativo brasileiro.

De acordo com Tomio (2002) esse novo arranjo institucional político-administrativo, a partir de então passa a permitir maior autonomia, de forma plena aos municípios, dando-lhes a elevação de status de ente federativo com prerrogativas “invioláveis por qualquer nível mais abrangente de governo” (TOMIO, 2002, p. 1). Com isso abre-se o leque de oportunidades àqueles distritos, que insatisfeitos com os seus governos municipais, põem em prática projetos de emancipação político-administrativa, a fim de instituir um novo município pleno e autônomo.

A partir disto, em diversas localidades do Estado do Rio de Janeiro as emancipações constituíram um fenômeno que foi apropriado pela cultura política dos diversos grupos políticos e seus matizes ideológicos, que associou democratização à descentralização de poder (TOMIO, 2002). Termos estes que foram tratados como sinônimos e veio na esteira

1. Quando nos referimos a esse termo pensamos no modo inverso da perspectiva a historiográfica tradicional que busca dar lugar ao poder dominante, do poder central, dos grandes acontecimentos como: a formação dos estados nacionais, os regimes políticos, a economia, e tudo enfim. No entanto após o advento da Escola dos Annales, a Historiografia amplia a perspectiva, visando outros aspectos da sociedade como um todo.

dessa associação, o que muitos estudiosos da Ciência Política, Ciências Sociais e da Geopolítica chamam de “fragmentação” dos municípios.

Nesse contexto, especialmente, na Baixada Fluminense-RJ ocorreu uma onda de emancipações que culminou com a autonomia de muitos distritos pertencentes ao município de Nova Iguaçu. As lideranças, dos então distritos de Belford Roxo, Queimados, Japeri e Mesquita, com demandas sociais e políticas, emergidas de associações de bairros e de órgãos de poder público do município de origem, imbuídos de forte identidade local, se mobilizaram para a criação de municípios. Além disso, havia ainda inquietações relativas ao sentimento de não pertencimento a cidade de Nova Iguaçu, pois de modo geral, não se sentiam representados pelo poder público².

2 | JAPERI E O MOVIMENTO PELA EMANCIPAÇÃO

Com um panorama muito breve, retratamos o contexto daquele evento, mas queremos destacar, especificamente, o processo do atual município de Japeri, que outrora distrito, também ensejou sua autonomia político-administrativa³. Em 1991, sob a liderança de grupos sociais e político, reunidos em campanha de conscientização popular, reivindicaram a sua autonomia sobre a cidade de Nova Iguaçu. O movimento pró-emancipação política inicia pela insatisfação dos habitantes japerienses, por entenderem que a localidade permanecia abandonada pelos governos de Nova Iguaçu. Inicia também pela mobilização de agentes públicos e privados, em torno de ideais que possam ser contrastantes à situação vivida pela comunidade, no seu contexto e perante a cidade gestora, mas o que parecia prevalecer era a oportunidade vista por tal liderança em torno da ideia da separação da cidade.

O interesse maior da ideia de separação está, sobretudo, ancorado no desejo de desenvolvimento econômico e social local, por isso, o conjunto de liderança encontra-se tendo em comum tal aspecto. Podendo destacar tanto comerciantes, profissionais liberais, professores e agentes públicos, todos reunidos em torno do crescimento da localidade. Sendo assim, interessavam concentrar mais o comércio na região, visto que a maioria da população se deslocava para ir ao polo comercial de Nova Iguaçu, principalmente, mas também à outras regiões como, Duque de Caxias e Queimados, além de se deslocar também para outros tipos de serviços, deixando de gerar receitas fiscais ao então distrito.

2. Esse debate pode ser visto na tese de doutoramento de Manoel Ricardo Simões (2006), na qual ele faz uma análise geopolítica das emancipações dos distritos da Baixada Fluminense. Costa (2014) recentemente fez uma pesquisa de mestrado sobre a emancipação de Queimados também.

3. Esse estudo parte do princípio de que não há ainda produções sobre o evento, neste caso, ainda no início, planejamos a partir da história oral estabelecer uma metodologia de trabalho e produção de acervo documental, que possa dar voz ao dito acontecimento, e assim fazer conhecido o processo de emancipação de Japeri.

3 | HISTÓRIA LOCAL: UMA ABORDAGEM DE HISTÓRIA ORAL E DA MICRO-HISTÓRIA

Como o movimento pela emancipação político-administrativa do então distrito de Japeri ocorreu numa localidade pequena, conduz a compreensão de que se trata de um evento produzido por sujeitos das manifestações sociais, emergidos como pequenos líderes locais, da “história vista de baixo” (BARROS, 2004, p. 23), além da classificação de história recente. Assim, acreditamos que o procedimento da história oral irá contemplar nosso estudo. Além de pensarmos em fazer público pelos próprios atores, que até então, não registraram de modo analítico aquele acontecimento histórico.

No projeto de investigação apoiado em aportes teóricos e metodológicos da História, verificamos que nosso objeto possui articulação dialógica, interconexa com mais de uma modalidade no campo da história. José Barros D’ Assunção (2004) captura os campos da história, no qual põe o historiador a analisar sua produção historiográfica e a situar-se, diante de diversas possibilidades de temas de investigação, que muitas vezes estão inseridos em mais de uma modalidade de estudo na história.

Barros (2014) ao apontar os vários campos da história divide-os em três: dimensão, abordagem e domínios, e dentre esses três, o que mais abarca uma infinidade de temas de estudos se refere ao dos domínios. Pois, são “divisões intermináveis” onde acolhe “áreas de concentração em torno de certa temática e objetos possíveis” (BARROS, 2004, p. 17-18).

Nessa perspectiva o autor propõe aos que se comprometem com a investigação histórica, que reconheça antes de tudo, o campo de investigação ou da combinação de campos em que se insere um estudo, para não se manter paralisado num só, como faz alguns. Por exemplo, historiadores econômicos e outros. Barros (2014) também aconselha que o historiador tenha cuidado para que essa paralisação não sirva de pretextos a omissões. Mas, sim ao “definir o ambiente intra-disciplinar em que florescerá a pesquisa ou na qual se consolidará uma atuação historiográfica, deve ser encarada como um esforço de autoconhecimento [...]” (BARROS, 2004, p. 23).

A partir da lógica de Barros (2004) podemos associar nosso objeto de estudo inserido no enfoque teórico da história social, pois se refere ao modo de como projetar o objeto. Já na discussão relativo à abordagem, se fará através da história oral e da micro-história, a ênfase é ao tratamento da fonte de pesquisa, diz respeito ao modo como fazer a investigação – a metodologia. E por fim, a divisão do campo dos domínios que está inscrito na história das representações e movimentos sociais.

Nessa perspectiva, pensando a história oral e nos movimentos sociais, observamos que tal abordagem e domínio apresentam aspectos das discussões no âmbito da história pública. Almeida (2016) menciona que, “no horizonte dos saberes dos movimentos sociais e da história oral as práticas da história pública são evidenciadas nas interpretações

dialógicas desse conhecimento histórico, produzido e difundido” (ALMEIDA, 2016, p. 47). Nesse sentido, a produção do conhecimento ocorrido no bojo dos movimentos sociais, expressa a participação histórica dos sujeitos no plano da história pública.

Almeida (2016) faz uma associação entre a história oral e história pública ao reconhecer que ambas dialogam nos espaços entre a academia e os movimentos sociais. Sua metodologia de análise parte do dimensionamento dos procedimentos da história oral e do papel social da história, a dinâmica dos debates públicos no interior dos movimentos sociais e os interesses, com vistas à promoção de políticas públicas.

A opção pela coleta de fonte no exercício do fazer história, a consulta nos acervos de história oral, no qual contém entrevistas de lideranças e integrante de movimentos sociais, se dá a partir do mapeamento e através da trajetória de vida. Bem como dos estudos temáticos, das representações e das práticas desses “sujeitos coletivos referentes ao trabalho de base, aos debates partidários, a organização interna e as estratégias de ações” (ALMEIDA, 2016, p. 47).

Thompson (1992) afirma que as pessoas comuns buscam compreender os eventos sociais, transformações e enfim, através da história, e a história social aceita o desafio de relacionar-se em parte com essa finalidade importante da história. Nesse sentido, “quando não existe história alguma disponível, ela é criada” (THOMPSON, 1992, p. 21). Desse modo, a História Oral ampara essas pessoas comuns e eventos, que não estão nos grandes manuais da “História vista de cima”, do mundo, dos grandes acontecimentos e seus atores.

Bloch (2002) durante a sua reflexão sobre o ofício do historiador, menciona sobre a captação do relato presente e a sua observação histórica, ao utilizar os relatos do presente, quase sempre um instrumento que amplia um pouco o campo de visão do observador. O autor já reconhecia, mas sem nomear, o valor da metodologia da história oral e a funcionalidade da história pública, ao afirmar ser um “explorador da crista da atualidade, ponho-me a sondar a opinião pública sobre os grandes problemas do momento; faço perguntas; anoto; confronto, recenseio respostas”(BLOCH, 2002, p. 70). Assim como relata Almeida (2016, p. 49), ao dar lugar a fala dos sujeitos, que promovem o movimento social, ao ampliar o campo de visão do observador histórico, na prática da história oral, fazendo as perguntas ao acervo oral.

Bloch (2002) expõe a questão sobre o conteúdo fornecido da fonte oral – dos seus interlocutores, que podem não ter uma capacidade de expressar a imagem que formam daquilo que acreditam eles mesmos pensar, ou que pretendem apresentar seus pensamentos – memória. Porque, “Eles são os sujeitos de minha experiência” (BLOCH, 2002, p. 70). Desse modo, sobre a questão da análise da fonte, o historiador precisa analisar a informação, olhando para o contexto, confrontando as informações fornecidas pelas fontes vivas.

A exemplo dado pelo historiador, que comparando o trabalho de um fisiologista ao dissecar uma cobaia e percebendo a lesão ou anomalia buscada, “com seus próprios olhos”,

não conhece a situação de seus ‘homens de rua’ a não ser através do panorama fornecidos por eles mesmos (BLOCH, 2002, p. 70). Assim é o trabalho do historiador, que ao explorar as informações dadas por sua fonte, observa o quadro apresentado para conhecer de fato sob que circunstâncias ocorreu aquele evento.

No caso do nosso objeto de investigação: o movimento emancipacionista de Japeri, nosso olhar está submetido à ampliação do contexto nacional brasileiro, para entender como ocorreu o evento no local. Como já mencionado, houve um momento propício e, as condições eram favoráveis, sendo assim, se faz necessário o diálogo com a micro-história, mas submetendo o estudo na ampliação do micro para chegar no macro, buscando compreender o contexto nacional, que está inserido no campo da história universal, dos grandes eventos e seus sujeitos, até chegar no nosso “pequeno contexto local”.

Nessa perspectiva, para exemplificar a relação do trabalho no enfoque da micro-história, na dimensão com a história local, Figueiredo, Reznik e Gonçalves (2000) submeteram-se a uma visão muito próxima da relação entre a escala do micro para o macro. Ao remeter-se a uma brincadeira infantil com um microscópio, na qual a criança ao observar insetos pela lente os enxerga “monstros” de tão grande, surgidos atrás das lentes. Sua análise se debruça sobre o Município de São Gonçalo-RJ, com objetivo de refletir sob a perspectiva conceitual da micro-história na dimensão da história local.

Pensar na história local, nos remetemos obrigatoriamente a uma ligação com a micro-história e seus teóricos; Carlo Guinzburg e Geovani Levi, autores que iniciaram a reflexão sobre a história particular de sujeitos, lugares pequenos, grupos específicos, instituições, associações e classes que passaram a ter relevância entre os objetos e objetivos por aqueles que buscaram valorizar o micro (FIGUEIREDO, REZNIK, GONÇALVES, 2000).

Guinzburg (2006), em sua obra “O queijo e os vermes”, enfoca a biografia de Menocchio, um moleiro do século XVI, acusado pela inquisição de cometer heresias e ter dito não acreditar no espírito santo, o autor se propôs a narrar a história daquele sujeito com objetivo de reconstrução analítica da cultura e o contexto social da cidade.

A partir desta obra, a micro-história tomou contornos legítimos e seguiu os caminhos da história social e cultural, mas com foco nas relações sociais. Além disso, a micro-história também se destaca por ser um método de pesquisa que torna o objeto visível e o explicita, especialmente, a partir da escala do microscópico, ao identificar os sistemas de contextos dos jogos sociais. Esta escala se correlaciona entre a realidade e sua imagem, propondo uma medida proporcional entre as partes do real local e da observação.

Dessa forma, escolher uma escala é selecionar o nível de informação de acordo com o nível de organização a ser estudado, pois segundo Lepetit (1988, p. 78) a apreensão do real é impossível sem a escolha de uma escala. Porque ela cria uma orientação para informar o recorte de tempo, espaço e objeto, conforme a narrativa vai sendo construída. Assim, permite que as experiências individuais, concretas, locais e particulares, ganhem relevância com relação ao geral, partindo da premissa do micro para o macro. O teor do

detalhe fazendo-se importante no entendimento das relações entre espaço, tempo e sujeito, configurando uma grande teia de relações sociais, a partir da microanálise da construção do social (LEPETIT, 1998, p. 101).

Portanto, como é considerada uma história recente, reconhecemos que a história oral e a micro-história, juntas, podem instituir uma metodologia, apta para nosso trabalho, devido a cobertura que ela proporciona. Se tratando de um tema ligado a movimentos sociais e político.

Conforme aponta Santana e Estevez (2016) a história oral como metodologia de pesquisa vem apresentando desde o seu surgimento uma forte aliada na reconstituição histórica da memória, e, em termos políticos mais ainda, principalmente para os movimentos operários e populares. “Os depoimentos e testemunhos ocupam lugar de destaque entre as possibilidades de construção e reconstrução de memória e identidades sociais” (SANTANA e ESTEVEZ, 2016, p. 95). No entanto, mesmo dentro desta perspectiva de priorizar o testemunho oral em nossa pesquisa, não descartamos, obviamente, o apoio da fonte documental, pois vislumbramos que no decorrer das entrevistas que nossa fonte sinalize esses documentos, que foram produzidos durante o evento.

Como salienta Thompson (1992), espera-se, que as entrevistas sejam uma forma de proporcionar o encontro de documentos escritos que, até então, conjecturamos possam estar “guardados” com algum sujeito comum, que de outra maneira não teria sido localizado. Também nos valem do entrecruzamento dos já existentes em mãos como: jornais, arquivos documentais oficiais produzidos no momento do evento.

Almeida (2016) também aborda esse método, ao buscar “negociar” o acesso do material produzido durante as mobilizações sociais. Uma vasta documentação, organizada em catálogos ou avulsas, além do acervo dos entrevistados como: reportagens publicadas na imprensa, atas de reuniões, registros oficiais, fotografias, relatórios, projetos, planos, mapas, panfletos, cartazes, programas, manifestos, cartas e outros. Projetamos levantar essa tipologia de fonte em nossa investigação.

A pesquisadora observou que os estímulos documentais promoveram narrativas, utilizando referências a objetos biográficos, nos quais ela explica que “foram projetadas experiências de vida, a partir do contato com esses objetos para construção biográfica do mundo material” (ALMEIDA, 2016, p. 48-49).

Santiago (2016) tem a concepção sobre uma forma de história como área de estudo em quatro engajamentos essenciais, que estão entrecruzados: (1) a história feita para o público com o propósito de divulgação ampla, (2) história feita com o público, a exemplo do trabalho de Almeida (2016, 49) – mencionado acima, feita com a colaboração do público, onde predomina o compartilhamento do “senhor” da história, a sua história- revelada e divulgada por si; (3) a história feita pelo público, relativo ao modo de fazer, desligado das tradicionais instituições, é a metodologia instituída e incorporada mediante o ato da investigação, diante do “celeiro” de informações. (4) A história e público – refere-se a análise

do campo de estudo, esse tipo revela as diferentes predominâncias e exclusividades dentro do campo de investigação (SANTIAGO, 2016, 28).

A partir do apoio dessa bibliografia, associamos nosso projeto de pesquisa a essa tipologia de história, pois o diálogo se dá por meio do contato com sujeitos emergidos do movimento social, na prática da entrevista. Sendo assim, percebemos que a proposta esbarra na história pública, na qual pretendemos nos debruçar, através da memória, a participação nesses quatro engajamentos de trabalho.

Nosso objeto de pesquisa é o processo de emancipação de Japeri, iniciado em 1989 e consolidado nas eleições municipais em 1993. Nossa fonte, a priori, se baseia na oralidade, em segundo, pretende-se o confronto com a documentação: imprensa, panfletos, imagens, áudio de comícios e/ou vídeos - campanha pró-emancipação e outros que possam surgir no desenvolvimento do trabalho. Em terceiro plano utilizaremos fontes bibliográficas, já produzidas sobre o processo de emancipação ocorrido na Baixada Fluminense em outros então distritos, existem algumas produções nesse sentido.

Conforme Montenegro (1994), o objeto histórico quando definido por “meio da problemática epistemológica” se volta a própria tarefa da história oral, focada no processo de rememoração. Nesse sentido, o elemento da narrativa e sua forma se torna reveladora ao encontrar o elemento que determina a fonte documental “que se está construindo” (MONTENEGRO, 1994, p. 21). Para o autor, a autobiografia, narrativa ou o testemunho individual estão sempre presentes em tela como variante do trabalho de história oral. “Quanto às fontes são intrinsecamente diferentes das fontes escritas, mas são do mesmo modo úteis” (VILANOVA, 1994, p. 45).

Nesse sentido, o papel do testemunho oral se faz presente, pela possibilidade de apreender as vivências diretas ou indiretas dos personagens, que irão informar, bem como perceber os valores tradições e possíveis em torno do tema estudado. Sendo assim, Vilanova (1994) em uma de suas apresentações de palestras, falava sobre a legitimidade da história oral, por conseguinte a fonte oral, e, advertia que a história sem fonte oral era uma história incompleta, a fonte oral mensurava ser viva e inacabada, que nunca exaurida, a história bem feita se define como uma história inacabada.

Mas o que é que história oral? Alguns autores nos explicam: Meihy (2000, p. 25), define como “um recurso moderno usado para a elaboração de documentos, arquivamento e estudos referentes à experiência social de pessoas e de grupos. Ela é sempre uma história do tempo presente e também reconhecida como história viva”.

De acordo com Queiroz (1988, p. 19) história oral se constitui no termo,

[...] amplo que recobre uma quantidade de relatos a respeito de fatos não registrados por outros tipos de documentação, ou cuja documentação se quer completar. Colhida por meio de entrevistas de variada forma, ela registra a experiência de um só indivíduo ou de diversos de mesma coletividade. Neste último caso, busca-se uma convergência de relatos sobre um mesmo acontecimento ou sobre um período de tempo (QUEIROZ, 1988, p. 19).

A partir da coleta “memorial” de dados, pode-se estabelecer uma mediação que é permitida através da história oral, que, portanto, nos leva ao encontro do conceito teórico principal da pesquisa. Que é característica fundamental do debate, bem como se confirma ter a história oral e ser o elo entre a teoria e a prática. A partir das lembranças que surgirão das entrevistas também aparecerão questões relacionadas aos acontecimentos, que pode vir acompanhadas de ressalvas ou omissões, mas que deve ser analisada pelo pesquisador a luz das teorias, desse modo, lhe servindo de fundamentação.

Nesse sentido, a teoria possibilita fazer a comparação entre a interpretação do pesquisador-historiador e o acontecimento em si, e, do que é feito pelo ator envolvido no processo histórico. Por conseguinte, a tarefa histórica se baseia na coleta e hermenêutica da sua fonte, de forma a problematizar o acontecimento a sua luz, dimensionado pela teoria conceitual. Assim, não se reduz apenas ao manuseio da documentação, no caso da história oral – apenas a coleta da entrevista-narrativa.

Montenegro (1994) defende que a operacionalização da história ocorre sempre com o que está dito e com o que está exposto “para e pela sociedade”, em algum momento e, em algum lugar. O historiador, a partir desses elementos, constrói sua narrativa, sua versão, seu mosaico, “este fato evidente se apresenta bastante distinto do que foi vivido; no entanto, ele se ancora nos elementos resgatados da realidade, em outras histórias” (MONTENEGRO, 1994, p. 19). Nesse sentido, o testemunho serve de prova documental, é fonte e, é o meio de se fazer a busca desses elementos que será operacionalizado pelo processo historiográfico. Neste caso, “o testemunho é originalmente oral; ele é escutado, ouvido”(RICCEUR, 2007), com finalidade de produção de arquivo.

Assim, conforme explica Meihy,

Documentação oral é mais que história oral, é todo e qualquer recursos que guarda vestígios de manifestação de oralidade. Entrevista esporádica, gravação de música, registros sonoros de ruídos, absolutamente tudo o que é gravado e preservado se constitui em documento oral (MEIHY, 2000, p. 12).

Documentação oral é registro memorial produzido das lembranças dos acontecimentos, presenciados e/ou vivenciados. Nesse sentido, tal registro serve à produção do conhecimento, considerando o seu valor para a historiografia. Ainda que seja fragmentado, pois refletindo a partir da perspectiva de que o detentor da fonte, na sua lembrança, adote a memória seletiva como forma de sua narrativa para descrever aquilo que lhe convém. Dessa forma, também há, em muitos casos, fontes documentais que o historiador encontra fragmentado por lacunas, que muitas vezes precisa preencher. Nesse sentido pode ser considerada a oralidade expressão das lembranças e esquecimentos que se constitui uma fonte histórica importante.

Sobre as testemunhas, Bloch (2002) expõe sobre o primeiro trabalho feito com testemunhas, ao mencionar Heródoto de Túrio – o pai da História, que considerou a

testemunha como primeiro ato da escrita da história, ao expor sua pesquisa para que “as coisas feitas” pelos homens não fossem esquecidas com o tempo.

De acordo com Bloch (2002) quando aceitamos registrar as palavras de nossas testemunhas é pertinente que se formule um questionário, sendo dessa forma uma prioridade e necessária para uma boa condução de uma pesquisa histórica. Considerando nessa premissa a construção do passado através de relatos testemunhais, mas não deixando de lado as fontes documentais.

O trabalho de coleta de informação com testemunhos orais deve receber do pesquisador-historiador o aceite para registrar as suas palavras, pois deles tendem a fala e o lugar de onde vem, de forma livre, sobre os acontecimentos guardados em sua memória.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história oral como metodologia e suporte para fazer uma história pública foi expressa neste artigo, na tentativa de fazer conhecidos, eventos e atores que estão às margens da Grande História – “história vista de cima”. Neste sentido, foi uma discussão sucinta, verticalizada, entre as dimensões, a teoria e os campos da história, assim, colocamos no centro da discussão o testemunho oral, que se faz presente, pela possibilidade de apreender as vivências diretas ou indiretas dos personagens que irão informar, bem como perceber os valores, tradições possíveis em torno do tema estudado.

Pensando também sobre a História local, nos remetemos, de forma breve, ao contexto do movimento pró-emancipação do município de Japeri, como objeto da pesquisa em andamento, ainda em processo inicial, com a finalidade de refletir sobre o lugar, na História, desse evento, que se traduz pequeno diante da amplitude e a dimensão que possui o Brasil. Nesse contexto, mesclarmos o arcabouço da história oral com a micro-história, pois acreditamos que ambas contemplam a reconstrução da historicidade dos pequenos eventos.

Entendendo que, dessa forma, a História oral, além de servir na produção de conhecimento, gera documentação, extraída da fonte; a memória, mesmo que seja fragmentada. Considerando a verificação de que há fonte documental que muitas vezes o historiador encontra pedaços e com lacunas, podemos assim compreender que, embora a oralidade se expresse com lembranças e esquecimentos, se constitui uma fonte histórica, por vários embasamentos, até então aqui já explicitados.

Abordamos também sobre a transversalidade da história pública com a história oral, ambas se entrecruzam no ponto central da pesquisa historiográfica, quando põe o sujeito a narrar oralmente acerca do evento. Sendo assim, a metodologia produz o conhecimento e faz público através dos sujeitos da história ao mesmo tempo.

Com isso, objetivamos nesse artigo dimensionar a importância da história pública, dando oportunidade de destacar parte introdutória do processo de emancipação de Japeri, objeto este que contempla história, sujeitos e processos que estão às margens da História.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J. R. **Práticas de História Pública: o movimento social e o trabalho de História oral.** In: MAUAD, M.; ALMEIDA, J. R.; SANTIAGO, R. (org.) *História Pública no Brasil: sentidos e itinerários.* São Paulo: Letra e Voz, 2016. p. 47-53.

BARROS, J. D. A. **Os campos da História: uma introdução às especialidades da História.** HISTEDBR on-line, Campinas, n. 16, p. 17-35, dez 2004.

BLOCH, M. **Apologia da História, ou ofício de historiador.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

RICCEUR, P. **A memória, a história, o esquecimento.** Tradução de Alain François. Campinas -SP: Unicamp, 2007.

FIGUEIREDO, H.; REZNIK, L.; GONÇALVES, M. A. **Entre moscas e monstros, refletindo sobre história local.** disponível em: http://www.historiadesaogoncalo.pro.br/hp_hsg_lista_artigos.htm. Acessado em: 01 de jul. 2019.

GUINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes. O cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição.** São Paulo: Companhia das letras, 2006.

LEPETIT, Bernad. **Sobre a escala na história.** In: *Jogos de escalas: a experiência da microanálise.* Jacques Revel (org), Rio de Janeiro: FGV, 1998, p.77-102

LIDDINGTON, J. **O que é História Pública.** In: ALMEIDA, J. R.; ROVAI, M. G. O. (Org.) *Introdução à História Pública.* São Paulo: Letra e Voz, 2011. p. 31-52.

SANTIAGO, R. **Dois palavras, muitos significados: alguns comentários sobre a história pública no Brasil.** In: ALMEIDA, J. R.; MAUAD, A. M.; SANTIAGO, R. *História Pública no Brasil: sentidos e itinerários.* São Paulo: Letras e Voz, 2016. p. 23-35.

TOMIO, R. D. L. **Instituições, processos decisórios e relações Executivo-Legislativo nos Estados: estudo comparativo sobre o processo de criação de Municípios após a Constituição de 1988.** Universidade Estadual de Campinas. Campinas, p. 308. 2002.

O CÉU DO INDÍGENA BRASILEIRO - UMA ASTRONOMIA CULTURAL

Data de aceite: 01/12/2020

Data da submissão: 03/09/2020

Marcelo Augusto do Amaral Ferreira

Programa de Pós-Graduação em Histórias das Ciências e das Técnicas e Epistemologia (HCTE), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).
Rio de Janeiro – RJ
<http://lattes.cnpq.br/6975761226459955>

Rundsthen Vasques de Nader

Histórias das Ciências e das Técnicas e Epistemologia (HCTE), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).
Rio de Janeiro – RJ
<http://lattes.cnpq.br/6760674416473979>

Luiz Carlos Borges

Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST).
Rio de Janeiro – RJ
<http://lattes.cnpq.br/4452796093237238>

RESUMO: O texto trata do conceito Astronomia e o que essa palavra dá a entender, o seu diferente olhar em alguns povos citados, mostrando a mudança na ciência e como ela evolui de maneira tão rápida. Assim notamos que existem tantos céus quanto forem os olhos que os perscrutam. Com isso, vemos que a Astronomia na Cultura tem sua parte importante em seus métodos para preservar e transmitir o conhecimento dos céus.

PALAVRAS-CHAVE: Astronomia Cultural, Divulgação, Ensino, História das Ciências.

ABSTRACT: The text deals with the concept Astronomy, what this word implies, its different look in some peoples mentioned, showing the change in science and how it evolves so quickly. Thus we notice that there are as many heavens as there are eyes that search them. As a result, we see that astronomy in culture plays an important part in its methods for preserving and imparting knowledge of the skies.

KEYWORDS: Cultural Astronomy, Dissemination, teaching, History of Sciences.

1 | INTRODUÇÃO

Pensar Astronomia significa, para muitos, observar o céu e entender os objetos celestes desde o seu surgimento, seus movimentos até o seu desaparecimento. Algo entre estrutura e a evolução do universo. Porém, ao nos debruçarmos sobre o termo astronomia, tal como ele pode ser aplicado em diferentes contextos socioculturais, poderemos notar diferenças.

A ciência dita astronomia é considerada uma das mais antigas formas de observação, interpretação, produção e sistematização de conhecimento, considerando-se que desde a pré-história o homem já observava as variações do clima ao longo do ano, bem como a relação que os animais e os vegetais mantinham com as diferentes estações do ano. Assim, ele, além de observar, começou também a registrar os fenômenos celestes perceptíveis a olho nu, principalmente aqueles relativos ao Sol, à Lua e às estrelas. Podemos inferir que, em

seus primórdios, a astronomia estava voltada para o dia a dia uma vez que a observação dos astros tinha objetivos práticos (plantio e colheita, por exemplo) e também religiosos (celebração de rituais).

2 | DIFERENTES CULTURAS, DIFERENTES CÉUS

Os registros históricos mais antigos das observações astronômicas que delimitam regiões do céu como uma forma de constelação são de origem chinesa e dividem o zodíaco em doze constelações. Os movimentos dos planetas Mercúrio, Marte, Júpiter e Saturno, e mais a obliquidade da eclíptica e dos eclipses na qual forneciam elementos importantes para a elaboração dos calendários chineses (TOURINHO, 1950).

A região da antiga Mesopotâmia (atual Iraque), abrigou a civilização suméria e serviu como base para os Babilônios, Assírios e Caldeus, sendo estes últimos os responsáveis por apresentarem os registros mais antigos, depois dos chineses. Suas contribuições estão relacionadas às observações de cinco planetas, ao calendário lunar de 29 dias e ao movimento do planeta Vênus (HORVATH, 2008; TOURINHO, 1950).

O Egito também contribuiu fortemente para a Astronomia, uma vez que foi um grande centro de ensinamento, desenvolvendo estudos acerca das relações dos planetas e estrelas com os deuses. Para os egípcios, o estudo da Astronomia tinha objetivos práticos, visava principalmente a predição de fatos de importância capital para eles como, por exemplo, as enchentes do Rio Nilo, bem como para a construção das pirâmides, visto estarem orientadas tanto para os pontos cardeais, como para as constelações - principalmente Órion (HORVATH, 2008; TOURINHO, 1950; KEYS, 1994).

Os Maias tiveram uma vida científica e cultural muito rica, na qual centrava-se em astronomia, matemática e no cálculo de tempo e calendários. Seus calendários eram baseados no Sol, na Lua e no nascer e por do planeta Vênus.

Para os Incas o ouro representava as lágrimas de choro do Sol, com isso utilizavam desse metal para uma conexão sagrada com o astro. Coricancha (lugar do ouro) é um templo sagrado do Sol (deus Inti), com isso, este lugar está coberto de ouro. Sendo assim, sua construção foi realizada com o alinhamento do Sol para captação da luz vinda do ocidente, permitindo a iluminação da parede feita em ouro. Nas proximidades do templo, construíram pilares para servir de relógio de Sol e na época dos solstícios, quando o Sol estava a pino e não produzia sombra, declaravam que Inti estava sentado com toda a sua luz sobre a coluna. (BHATNAGAR, A; LIVINGSTON, W.)

Os nórdicos (escandinavos ou vikings) realizavam navegações e para isso utilizavam o céu para auxiliar em suas viagens, para isso, algumas constelações tinham sua importância. Seus mitos, crenças e estilo de navegação, estavam todos presentes no céu.

A partir de anotações sobre uma pedra rúnica que existiu na Suécia e análise de outros pesquisadores, LANGER (2013) nos mostra que a mancha esbranquiçada observada no céu (a Via Láctea) ser representada pelos nórdicos como a árvore sagrada Yggdrasil. Esta árvore geralmente é retratada com um pássaro em seu topo e uma serpente-dragão em suas raízes.

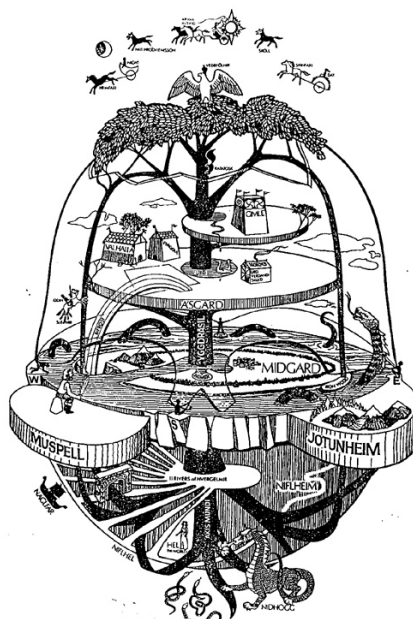


Figura 1. Árvore Yggdrasil

Fonte: <http://parquedaciencia.blogspot.com/2014/08/astronomia-viking.html>

Acredita-se que o pássaro (uma águia) seria observada no local onde vemos a constelação do Cisne; por sua vez, a serpente-dragão Nidhogg estaria no mesmo local em que os gregos imaginavam o Escorpião. Simulando o céu visível aos vikings, percebe-se que a águia é uma constelação nórdica presente próxima ao zênite nos meses de maio a julho. Mas Nidhogg surge somente próximo ao horizonte e nos meses de janeiro a julho. Isto favorece a ideia dos nórdicos de que a águia se situaria acima de Yggdrassill e Nidhogg abaixo da árvore.

A constelação de Coroa Boreal pode ser interpretada como o anel do anão Andvari ou mesmo o dedo do gigante Aurvándil. A Águia seria um pássaro da mitologia nórdica (um dos corvos de Odin, por exemplo) ou um galo, anunciador de presságios. E a constelação da Ursa Maior pode ser correlacionada à carroça do deus Odin (Odin vagn).

As constelações da Ursa Maior e Ursa Menor certamente tiveram grande importância para os vikings, auxiliando-os na arte da navegação.

A visão de céu para os Greco-romanos se tornou bem conhecido por nós ocidentais, já que esta forma de observar o céu acabou se tornando popular de alguma forma. Centros de ciências, museus, escolas, etc, quando falam de astronomia, mais específico, a identificação do céu, costuma ser apresentada o céu visto pelos povos greco-romanos. Tal popularidade acabou se tornando referência para quando nos referimos sobre as diferentes constelações, assim, facilitando a identificação da região do astro onde se encontra o céu deste povo na qual venhamos mencionar.

Os povos indígenas brasileiros também têm as suas formas de observar o céu com os seus respectivos significados e motivos, os quais, obviamente, estão organicamente associados aos seus sistemas socioculturais. Os Kayapó (família Jê, tronco Macro-Jê), por exemplo, costumam fazer observação deitados e usar o corpo como referência ao movimento do astro observado. O registro mais antigo sobre o sistema astronômico de um povo indígena brasileiro feito de forma sistemática e no qual estão listados diversos asterismos, além de outros fenômenos astronômicos, foi realizado por Claude d'Abbeville quando esteve circulando entre os Tupinambá (família Tupi-Guarani, tronco Tupi) do Maranhão, no século XVII.

Podemos dizer que o missionário capuchinho francês Claude d'Abbeville foi o primeiro autor-viajante a registrar etnograficamente o conhecimento astronômico dos Tupinambá. Isso porque, embora outros viajantes (missionários ou não) tenham tido contato com esse grupo étnico – espalhando desde o norte de São Paulo até o Estado do Grão Pará e Maranhão e dividido em diversas aldeias autônomas e com denominações locais – o registro astronômico fica restrito, em geral, à denominação que os Tupinambá davam a Sol, Lua e estrela. D'Abbeville, em 1612, passou quatro meses entre os Tupinambá do Maranhão, cujas aldeias estavam localizadas perto da linha do equador. Seu livro “Histoire de la mission de pères capucins en l'Isle de Maragnan et terres circonvoisines”, publicado em Paris em 1614, é considerado uma das mais importantes fontes da etnografia dos indígenas do tronco Tupi, no que concerne à astronomia. Além da descrição dos asterismos tupinambá, nesse livro, publicado dezoito anos antes do livro “Diálogo”¹ de Galileu, D'Abbeville indica que esses índios tinham uma teoria para explicar o fenômeno das marés. Segundo ele: “os tupinambá atribuem à Lua o fluxo e o refluxo do mar e distinguem muito bem as duas marés cheias que se verificam na lua cheia e na lua nova ou poucos dias depois” (D'Abbeville. 1874. p. 44). Além disso, a maioria dos antigos mitos indígenas sobre o fenômeno da pororoca, que ocorre quando do encontro do Atlântico com o Amazonas e que provoca grandes ondas de até seis metros de altura, as quais se deslocam a velocidade

1. Em 1632, Galileu Galilei publicou o livro: “Diálogo sobre os dois máximos sistemas do mundo; ptolomaico e copernicano”, onde afirmava que a principal causa do fenômeno das marés seriam os dois movimentos circulares da Terra: o de rotação em torno de seu eixo (diurno) e o de translação em torno do Sol (anual), desconsiderando a influência da Lua.

de cerca de 30 km/hora, mostra que a pororoca ocorre perto da lua cheia e da lua nova, demonstrando o conhecimento, por esses povos, da relação entre as marés e as fases da Lua.

Somente em 1687, setenta e três anos após a publicação de D'Abbeville, Isaac Newton demonstrou que a causa das marés é a atração gravitacional do Sol e, principalmente, da Lua sobre a superfície da Terra. Esses fatos mostram que, muito antes da Teoria de Galileu, que não considerava a Lua, os Tupinambá já sabiam que ela é a principal causadora das marés.

De acordo com Afonso, para os Guarani (família Tupi-Guarani, tronco Tupi), do sul do Brasil, até o ritual do “batismo”, ocasião em que as crianças recebem seu nome – ou, em termos Guarani, assumem seu ser verdadeiro, uma vez que esse nome está associado ao domínio cosmológico das divindades, depende de um calendário lunissolar e está relacionado, igualmente, ao ciclo do milho (uma das plantas mais importantes na cultura guarani), o plantio principal do milho ocorre, geralmente, na primeira lua minguante de agosto. É somente após a colheita do milho plantado nessa época que realiza o batismo das crianças. Esse evento deve coincidir com a época do máximo do “tempo novo” (em Guarani, ‘ara pyau’), caracterizada pelos fortes temporais de verão, geralmente o mês de janeiro, quando, então, os Guarani celebram a colheita do milho e o ritual de nomeação.

3 | CONCLUSÃO

As observações do céu tiveram e têm grande importância para diversos povos ao redor do mundo. A análise destas informações tem sido relevante para melhor compreensão acerca das relações céu-terra. Diversos relatos são exemplo do pensamento científico e das correntes interpretativas dos respectivos períodos em que a relação céu-terra foi registrada e culminam com as discussões sistemáticas relativas a áreas interdisciplinares e/ou transdisciplinares como a Astronomia Cultural.

[...] o foco tradicional da história interna da ciência no conteúdo intelectual das ciências de outros tempos e lugares também é importante para nosso estudo das astronomias nas culturas. Os conceitos, métodos e preocupações das astronomias tradicionais diferem substancialmente daqueles da astronomia moderna. Nós precisamos esclarecer a estrutura e o significado desses sistemas astronômicos, se quisermos entender como eles relacionaram-se com as culturas nas quais se desenvolveram (COHEN, 1994 apud MCCLUSKEY, 2016, p.21).

Em relação às demais astronomias, o que deve ser enfatizado a respeito delas é que também se trata de uma maneira de, a partir de diferentes referenciais culturais, ver, descrever e entender sistematicamente o cosmos. Razão pela qual, ainda hoje, povos das diversas partes do mundo desenvolveram e se utilizam de uma grande variedade de sistemas astronômicos. Apesar dessa variedade, há alguns traços que são comuns a

esses sistemas, como observação do Sol e/ ou da Lua para determinação da hora e/ ou calendários.

Contudo, quando investigamos as astronomias em culturas tradicionais, nós precisamos abandonar uma suposição comum sobre a astronomia, segundo a qual a mudança rápida da ciência acadêmica é normal, e que outras astronomias deveriam ser avaliadas de acordo com algum padrão de progresso, ou seja, tendo como referência a ciência tal qual se desenvolve em universidades e centros de pesquisa. Isso porque o progresso é apenas metade do quadro que caracteriza a ciência; o objetivo desta não é apenas expandir o domínio do conhecido, mas também preservar o que é conhecido contra o erro. Afinal, como disse McCluskey, “os métodos para preservar e transmitir o conhecimento dos céus são uma parte importante do estudo das astronomias na cultura. (McCluskey, 2016, p.21).

REFERÊNCIAS

AFONSO, G.B. **Astronomia Indígena**. 61ª REUNIÃO ANUAL DA SBPC, 2009. Manaus, AM. 07/2009.

BHATNAGAR, A; LIVINGSTON, W. Fundamentals of Solar Astronomy **World Scientific Series in Astronomy and Astrophysics**, v.6

D'Abbeville, C. **História da Missão dos Padres Capuchinhos na Ilha do Maranhão e suas Circunvizinhanças**. 1874. Maranhão.

HORVATH, J. E. **O ABCD da Astronomia e Astrofísica**. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2008.

KEYS, D. **Pirâmides são mapas do céu, sugere pesquisador**. Folha de São Paulo, p. 1-10, 01.02.1994.

LANGER, J. **O Céu dos Vinkings: Uma Interpretação Etnoastronômica da Pedra Rúnica de Ockelbo (GS 19)**. Domínios da Imagem, Londrina, v. 6, no. 12, p. 97-112, maio 2013

MCCLUSKEY, Stephen. Olhando para outras Astronomias como se elas fossem ciências. In: FAULHABER, Priscila; BORGES, Luiz C. (Orgs.). **Perspectivas etnográficas e históricas sobre as astronomias**. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2016. Pg 18-34.

TOURINHO, P. A. M. **Tratado de Astronomia**. Curitiba: Gráfica Mundial Limitada, 1950.

CAPÍTULO 21

O COMÉRCIO E A EVOLUÇÃO ESPACIAL DAS ÁREAS CENTRAIS DAS PEQUENAS CIDADES: O CASO DE PORTALEGRE

Data de aceite: 01/12/2020

Data de submissão: 24/09/2020

Miguel Castro

Instituto Politécnico de Portalegre. Portugal
Centro de Estudos Geográficos e Planeamento
do Território. Un. Coimbra
ORCID: 000000029219242X
Ciênvia Vitae: F711-A4A9-9D7A

RESUMO: A vida urbana depende do comércio; esta atividade promove contatos e trocas que vão além do simples ato de comprar produtos - é interativa e produz uma relação social mais ampla. Os centros das cidades tem sido objeto de estudo e hoje em dia esta área passa por processos de gentrificação, nobilitação, renovação, reabilitação e animação que procuram devolver a estas áreas o papel de comando económico e de vida social que dá sentido e razão de ser à cidade. Como exemplo, apresentamos a zona central e a dinâmica comercial de uma pequena localidade (Portalegre), como ela se alterou para responder, mais ou menos eficazmente, às transformações mencionadas. Devido à vulgarização do acesso à informação e ao aumento da mobilidade, as populações, direta ou indiretamente, induziram à expansão comercial e à contração da dinâmica espacial do centro histórico desta localidade. Acompanhamos as mudanças cartograficamente, mas também justificamos como os aspetos demográficos e as pressões da sociedade pós-moderna, globalizada e marcadamente ocidental,

se refletem no espaço urbano e como a atividade comercial é o fulcro dessas mudanças.

PALAVRAS-CHAVE: Comércio, áreas centrais, centros urbanos, Portalegre.

COMMERCE AND SPACE DEVELOPMENTS IN THE CENTRAL AREAS OF SMALL CITIES: THE CASE OF PORTALEGRE

ABSTRACT: Urban life depends on commerce; this activity promotes contacts and exchanges that go beyond the simple act of buying products - it is interactive and produces a broader social relationship. The town center has been the object of study, and nowadays it goes through processes of gentrification, nobilitation, renovation, rehabilitation and animation that seek out to return to these areas the role of economic command and social life that brings meaning and reason for being to the urban center. As an example, we present the central area and its commerce dynamics, in a small town (Portalegre), and how it has been changed, giving more or less effective answers to the transformations mentioned above. Due to widespread access to information and increased mobility, populations, directly or indirectly, induced commercial expansion and contraction of the spatial dynamics of the historical center of this locality. We follow the changes cartographically, but we also justify how the demographic aspects and pressures of postmodern society, globalized and markedly western one are reflected in urban space and how commercial activity is the fulcrum of these changes.

KEYWORDS: Commerce, central areas, urban centers, Portalegre.

1 | INTRODUÇÃO E BREVE ENQUADRAMENTO TEÓRICO

Os meios urbanos são notáveis concretizações do Homem; nestes espaços podem realizar-se as necessidades sociais, políticas, culturais e económicas do ser humano. Porém, sofrem evoluções que vão acompanhando as necessidades que os ritmos de vida vão exigindo. Desta forma, a cidade medieval dificilmente se compara com a da Revolução Industrial, nem esta apresenta a mesma realidade que a cidade moderna ou pós-moderna.

A vivência social, embora diferente de época para época, é sempre potenciada nos centros urbanos; a sua função como polo económico e organizador do território é uma constante. Também questões políticas e de governança fazem da cidade um espaço privilegiado para a sociabilidade, nas suas diferentes formas, o que se reflete na suas distintas configurações. Assim, os governos da cidade vão de encontro às necessidades das suas populações, quer por pressão destes, quer por antecipação das mudanças estruturais que se vão operando no tecido social e económico.

Não sendo o comércio a única função que deu origem aos núcleos urbanos, esteve presente, refletindo a capacidade de um centro organizar um *hinterland*, maior ou menor, conforme a vitalidade que a atividade comercial apresenta. Fortuna refere, utilizando o pensamento de LeGates e Stout (1996), que:

“À medida que enriquecem e se autonomizam perante a aristocracia e o clero, mercadores e comerciantes, residentes na *sub-urbe*, ou seja, literalmente, nas vertentes “abaixo da cidade”, situada estratégica e simbolicamente, no alto do monte, transmitem à esfera urbana um sentido público de uma comunidade construída em redor do comércio e troca de mercadorias. O mercado converte-se no elemento central da vida urbana e as cidades medievais passam a constituir verdadeiros oásis de promessas de liberdade num mundo de obrigações feudais.” (Fortuna, 2001:6)

Ainda sobre este tema Fortuna escreve no parágrafo seguinte:

“O dinamismo daquela classe média, de feição mercantil e comercial, foi responsável não apenas pelas alterações das relações sociais, políticas e económicas da cidade, mas igualmente, como testemunham os trabalhos de Braudel ou Wallerstein, induziu a expansão do capitalismo e, com ele, a preponderância crescente das relações cidade-cidade, em consequência do comércio a longa distância e das relações cidade-campo.” (Fortuna, 2001:6)

Não é a cidade medieval e a sua evolução que nos interessa; porém, aspetos marcantes como as atividades comerciais foram marca do urbano. A partir do fim da segunda Guerra Mundial o fenómeno urbano torna-se evidente à escala global. “Em 1950, 29% da população mundial habitava as áreas urbanas. Em 1965, essa população já era de 36%; em 1990, 50% e até 2025 poderia ser pelo menos de 60%. A taxa anual de crescimento da população urbana no mundo entre 1965 e 1980 foi de 2,6%, mas entre 1980 e 1990 essa taxa foi de 4,5%.” (Rogers *apud* Tickell, 1997: iii)

Na atualidade, a revitalização das cidades e dos seus centros têm vindo a tomar cada vez maior relevo; este interesse parte, em larga medida, da crise que os espaços urbanos têm sofrido, e da conseqüente, fraca qualidade de vida oferecida às suas populações. O centro da cidade, anteriormente o fulcro da sociabilização e refletindo o poder económico da cidade, por contraditório que pareça, vai ser vítima do seu elevado grau de acessibilidade, da vulgarização do transporte particular e da transformação e invasão do comércio e serviços nestes espaços limitados. O seu despovoamento conduziu ao abandono e degradação destes espaços. O interesse pelos centros das cidades e pelos seus problemas sobreveio, ainda que paradoxalmente, do seu abandono, termos humanos e de edificado.

A partir da segunda metade do século XX, devido à pressão exercida sobre o tecido urbano pelo êxodo rural, imigração e industrialização modelo tradicional de cidade se transformou. O desenvolvimento suburbano acentuou-se e incluiu também as atividades comerciais e de lazer, que se adaptaram às novas localizações; concomitantemente, os centros terciarizaram-se e devido à concentração de serviços a alternância de densidades populacionais entre o dia e a noite leva a um decréscimo da segurança, e habitabilidade e degradação da qualidade do ambiente.

Os problemas fundamentais que levaram à situação descrita atrás estão relacionados com pressões gerais relacionadas com a passagem de uma economia de cariz fordista-taylorista, massificada, para a chamada “nova economia”, suportada pelo desenvolvimento rápido dos serviços e relacionada com o desenvolvimento das novas tecnologias da informação e comunicação de uma forma globalizada, conseguem satisfazer, cada vez mais, segmentos diferenciados das populações.

A “nova economia” permitindo a expansão da globalização, tanto económica como de estilos de vida – induziu diferentes formas de estar e de sociabilização, às quais os modos de comércio mais moderno conseguem adaptar-se e dar resposta, ao contrário do que se verifica no comércio tradicional, onde, no geral, existe um ambiente de degradação e descoordenação dos seus atores, aparentemente incapazes de dar solução à nova concorrência.

Aquilo que podemos designar como a passagem da cidade moderna para a cidade pós-moderna fez-se à custa de uma modificação dos estilos de vida, massificados, para outros, mais baseados em valores hedonísticos e segmentados que se orientam para um novo “tribalismo urbano”, muito centrado na busca do prazer e do consumo como fim em si mesmo. “

A era do consumo tende a reduzir as diferenças desde sempre instituídas entre os sexos e as gerações e isso em proveito de uma hiperdiferenciação dos comportamentos individuais hoje libertados dos papéis e convenções rígidas.” (Lipovetsky, 1989:101)

De uma cidade zonada e segregada passamos hoje para uma cidade que embora cada vez mais contínua, espacialmente, se apresenta socialmente fragmentada. Como Barata Salgueiro refere relativamente à metrópole moderna:

“Com o aumento da dimensão e complexidade funcional a cidade tornou-se, portanto, metrópole e o espaço urbano foi-se especializando o que deu como resultado a formação de áreas relativamente homogéneas, quer em termos de ocupação funcional, quer pelo nível social dos habitantes, naquilo que Lipietz (1974) chama a divisão tecnoeconómica do espaço, por um lado, e a divisão social do espaço, por outro. A cidade do capitalismo industrial é uma cidade segregada e zonada, polarizada por um centro” (Barata Salgueiro,2001:52).

Mais à frente, relativamente a esta mudança, a autora escreve ainda:

“Nas últimas décadas (*século passado*) assistimos de novo a profundas alterações que conduzem ao aumento das fragmentações do tecido social, bem como da organização espacial. A fragmentação social refere-se ao aumento da diversidade da estrutura social cuja estratificação é hoje mais fina e complexa do que a divisão em classes baseada na posição dos indivíduos relativamente à produção, enquanto a fragmentação espacial respeita aos processos que fazem explodir territórios e constroem a metrópole policêntrica.” (Barata Salgueiro,2001:53)

A cidade policentrada é a cidade da era pós-moderna com princípios de gestão e organização de território diferentes daqueles que regiam as metrópoles modernas. Na cidade atual, a “explosão de territórios” não se compadece com metanarrativas que, não são capazes de responder à diversidade de modos de vida e de consumo. À fragmentação social corresponde a fragmentação espacial e à lógica do centro único opõe-se a cidade policentrada. Desta forma, ao surgimento de vários centros contrapõe-se o centro único, que pelas pressões que sofre vai perdendo importância e influência.

Devido ao ambiente de degradação e insegurança, o centro tradicional das cidades entrou em declínio e os problemas sociais e económicos daí emergentes conduziram a que, a partir da década de 80 e fundamentalmente nos anos 90 do século passado, nascesse um novo interesse pelo centro das cidades e pela sua revitalização. O crescimento urbano em mancha e a suburbanização conduzem a uma situação incomportável a nível de custos económicos e sociais que deterioram a qualidade de vida urbana. Assim, conceitos como “cidade compacta” e 24 hours city” acompanham uma vaga de intervenções nos centros das cidades com o objetivo de devolver qualidade à vida cidadina. Para além da recuperação do edificado, histórico ou não, a revitalização do comércio tradicional do centro das cidades passa a ter um papel fulcral no reanimar destas áreas. Novas formas de gestão e de imagem surgem e vários programas específicos pretendem fazer do centro da cidade, não só o seu coração comercial, mas também locais públicos de lazer, identitários e sinónimos de vida e comunidade urbana.

Atualmente a geografia dos espaços urbanos já não se confina a uma cidade, mas a grandes áreas metropolitanas fortemente interligadas por redes de comunicações e transportes. As ligações afetivas e a pertença aos espaços são mais fluidas, acentuando-se fenómenos de pluripertença e a pluripresença, onde os papéis do indivíduo podem ser diferentes numa mesma jornada diária. A ligação passa a ser a vários espaços ou grupos, a realidades diversas, que exigem do indivíduo pós-moderno a constante busca de uma pertença social que já não depende só do enquadramento espacial, mas de fatores sociais relacionados com a construção de uma identidade simbólica.

O consumo na pós-modernidade dá respostas às novas necessidades de construção do indivíduo. O que se consome, onde se consome e a forma como se consome passam a ser elas mesmas realidades construídas (de certa forma virtuais) que vão para além da satisfação de necessidades ou desejos e se afirmam como uma forma de estar fragmentada, tal como as próprias personalidades, formadas em contextos de pluripresença e pluripertença. Consumir é relacionarmo-nos.

Da parte do comércio, a realidade adotou novos formatos (centros comerciais, hipermercados generalistas ou especializados) e como criou as condições necessárias para a realização do modo de vida pós-moderno e em particular na sua forma de consumir. Criam-se ambientes e realidades, suficientemente diversificados para que cada indivíduo, ou grupo, possa fazer do consumo uma atividade que corresponda à sua própria imagem identitária (quase um *alter ego*), construída num espaço geográfico e social, nem sempre coincidentes e cada vez mais fragmentados. Recorre-se muitas vezes à recriação artificial dos espaços urbanos característicos da cidade moderna, sem os inconvenientes que estes na realidade apresentam. A proteção contra os elementos climáticos, a sensação de segurança, a conservação dos espaços edificados, o ambiente acolhedor e supostamente personalizado, são recriados de várias formas, de acordo com as necessidades de individualização dos consumidores, face ao todo social.

Fragmenta-se o espaço, tornando-o socialmente descontínuo, mas espacialmente conectado, criando novas centralidades, que a partir do fenómeno do consumo integram lazer e trabalho e vão de encontro às diversas imagens sociais das novas tribos urbanas, criando muitas vezes fenómenos de pertença a espaços virtuais. Grandes áreas que combinam consumo, lazer e emprego, localizados em espaços urbanos recuperados ou nobilitados, permitem às populações o enquadramento em realidades de acordo com a variedade de estilos de vida pós-modernos; um exemplo português que se pode referir é a área do Parque das Nações.

A expansão e popularidade dos novos formatos comerciais e das realidades por eles criadas, ou recriadas, levou a que o centro tradicional começasse a aparecer aos olhos dos planeadores e outros atores, produtores de espaço urbano, como áreas problema, às quais seria urgente dar resposta. Mais de que intervir numa área degradada, com problemas sociais, a defesa de património histórico e cultural, bem como a importância destas áreas

para a identificação da cidade com as suas populações e a promoção da própria imagem da cidade a nível regional e mesmo global, gerou um impulso na requalificação e um renovado interesse pelas áreas centrais.

Assim, centrámos a nossa análise a área central de comércio da típica da cidade moderna de pequena ou média dimensão. Embora sem a dimensão dos grandes centros estes núcleos também se fazem sentir pressões que advêm da globalização da economia e das transformações ocorridas no comportamento e tecido social. O comércio retalhista tradicional, com uma forma de venda pouco apelativa parece não conseguir ir ao encontro das novas posturas e necessidades de consumo.

2 | O CASO DE PORTALEGRE

2.1 Breve enquadramento e apresentação

Pertencente ao Alentejo (NUT2), o Concelho e a cidade de Portalegre encontram-se situados no Alto-Alentejo (NUT3). Com uma área de 447,9Km², o Concelho, situado aproximadamente a sudeste do centro geodésico de Portugal, faz fronteira com os concelhos de Marvão e Castelo de Vide, a Norte, a Sul com Monforte e Arronches, a Oeste com Crato e finalmente a Este com a fronteira espanhola.

Portalegre, capital de Distrito, foi desde sempre uma cidade de fronteira, que se estende desde a encosta da serra até ao vale, antigo ponto de passagem e portagem entre Portugal e Espanha. Também teve funções defensivas, como o demonstra o castelo e as (re)construção das muralhas, iniciadas por D. Afonso III, que concedeu a Portalegre o foral de vila em 1259, concluídas por D. Dinis e reconstruídas por D. Fernando.

Por se encontrar numa serra com abundância de água e, simultaneamente, num vale, a cidade medieval constituía um local de concentração de produções agrícolas, em grande quantidade e qualidade. Esta situação, de centralização do desenvolvimento concelhio, acentuou-se após a elevação a cidade, por foral de D. João III, em 1533; no próprio documento, o Rei refere-se a Portalegre como:

“...muito opulenta e notável pela fertilidade dos seus campos, pela multidão, nobreza e afluência do clero e do povo...” (Laranjo Coelho, 1954: 23).

Portalegre aparece, desde as suas origens, como polo aglutinador das atividades rurais e económicas do concelho. Diogo Sotto Maior no *Tratado da Cidade de Portalegre* (1696) diz que:

“Outros dizem que esta cidade foi primeiro situada em duas vendas que estavam por cima de Portellos, junto à ermida de Sam Bertolameu e contra a porta da Deveza, que se chamavam as vendas dos Portellos e que daqui tomou depois o nome de Portalegre, ajuntando a isto um porto que divide a Pena ou Monte de Sam Tomé da Cabeça do Mouro, por onde se vai a

caminho de Marvão e Castelo de Vide, contra o norte; o qual se deixa ver mui claramente do sítio onde estavam estas vendas dos Portellos" (Sotto Maior,1984:46).

Portalegre constitui-se, desta forma, a partir de um porto interior, sem mar ou rio, isto é, um porto seco! O epíteto de alegre provém, ainda segundo Sotto Maior e Frei Amador Arrais, da riqueza natural da sua área envolvente marcada pela serra e pela planície. Esta diversidade permitia a produção de variados produtos que eram centralizados pela, então, vila de Portalegre.

"Cresceu a Vila no seio de uma riqueza arbórea que lhe deu identidade – *alacer* (alegre). Frei Amador Arrais pintara a paisagem com as mais formosas cores, plantas, árvores, suavidade dos ares, ervas, flores, sons, bosques e águas..." uma das melhores da Lusitânia", encómio alto, colocada a atribuição lendária, a sua génese nas mãos das Lisias "residindo nas faldas da fresca e formosa serra de Portalegre, depois de feito o dito forte, nele acabasse a sua vida..."

Não deixa de enaltecer a suavidade dos ares aprazíveis, com flores e cheiros campestres..., "coberta de sombrios soutos, pomares, vinhas, oliveiras e de mui altos castanheiros e outras árvores tecidas por obra da natureza..." e com boa madeira." (Patrão,2002:10)

Esta situação, de centralização do desenvolvimento concelhio, acentuou-se após a elevação a cidade, por foral de D. João III, em 1533; no próprio documento, o Rei refere-se a Portalegre como:

"...muito opulenta e notável pela fertilidade dos seus campos, pela multidão, nobreza e afluência do clero e do povo..." (Laranjo Coelho,1954:23).

O desenvolvimento urbano, assente na centralização de produtos provindos de uma economia agrícola, embora importante num contexto ruralizado, numa economia industrial, perde valor. Apesar do impulso industrial ligado ao têxtil, no período Pombalino, a cidade nunca se conseguiu afirmar como centro industrial. Sempre foi um polo de concentração de produtos do mundo rural e de prestação de serviços públicos, em função da sua categoria de cidade, e mais tarde de capital de Distrito.

O crescimento do país, muito litoralizado, relegou o interior raiano ao esquecimento político. Afastado dos centros decisórios nacionais, a cidade viu o seu desenvolvimento parado no tempo, acentuando-se, assim, o seu papel de centro periférico e distante das poucas inovações industriais que foram surgindo no âmbito nacional. A este panorama veio ainda juntar-se o despovoamento que se acentuou a partir da década de 1960, com o desenvolvimento de grandes áreas industriais no litoral, fundamentalmente na península de Setúbal. A população do concelho inicia um êxodo; por um lado, em direção às novas bacias de emprego nacionais; por outro, rumo a uma Europa em crescimento rápido e necessitando de grandes contingentes de mão-de-obra barata e pouco especializada. A

fraca carga demográfica desta área fê-la entrar num ciclo de desinvestimento, em que as poucas unidades fabris e uma agricultura virada para a subsistência (onde o comércio de produtos agrícolas se resumia, praticamente, ao mercado local) não conseguiam nem atrair investimentos capazes de fixar ou chamar população, nem inovar a nível do sector agrícola que se continuava a reger por práticas desadequadas aos contextos de modernização que se verificavam no resto do continente.

No passado recente tem-se verificado um aprofundar do papel da cidade como centro de comércio e serviços no concelho, com uma área de influência que extravasa os limites administrativos. Porém, o desenvolvimento dos meios de comunicação e informação tendem a igualizar os comportamentos e padrões de vida.

Sem massa crítica demográfica, a cidade entrou num ciclo de desinvestimento, em que as poucas unidades fabris e uma agricultura virada para a subsistência (onde o comércio de produtos agrícolas se resumia, praticamente, ao mercado local) não conseguiam atrair investimentos capazes de fixar ou aliciar população, nem pelo menos inovar a nível do sector agrícola.

No passado recente tem-se verificado um aprofundar do papel da cidade como centro de comércio e serviços no concelho, com uma área de influência que extravasa os limites administrativos, embora em termos demográficos tenha vindo a perder sistematicamente população.

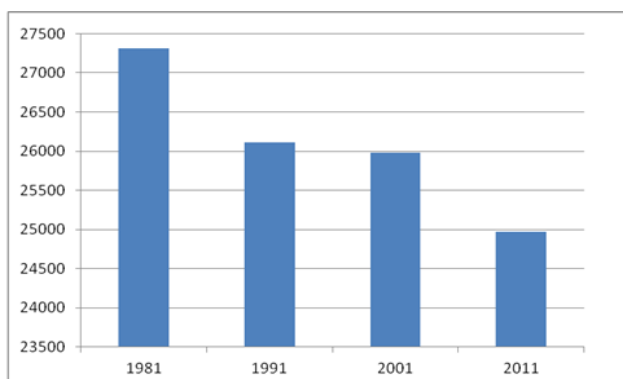


Fig.: 1 - Portalegre - Evolução da população

Fonte – INE Elaboração própria

O elevar da qualidade de vida nacional, essencialmente a partir de 1986 e devido ao estatuto de capital de distrito, a cidade aprofundou a especialização como centro de serviços e educação. Vários equipamentos e serviços públicos fixaram-se em Portalegre: Segurança Social, Hospital Distrital e centros de saúde, tribunal (sede de Comarca), ARS,

Comando Distrital da GNR, Centro de Instrução de Praças da GNR, IEFP, Centro de Formação do IEFP, principais bancos e seguradoras.

Na educação, para além de duas escolas de 2 e 3º Ciclos e duas secundárias, a cidade é sede do Instituto Politécnico de Portalegre, possuindo no perímetro urbano três escolas superiores (Educação, Tecnologia e Gestão e Saúde). A população estudantil constitui um dos grandes trunfos para a vivência urbana. As escolas Superiores possuem perto de 2000 alunos, na sua maioria originários de fora do concelho, e mesmo do distrito, que constituem uma população flutuante importante para o comércio, restauração e outras atividades económicas, algumas delas entrando na economia paralela, como é o exemplo do aluguer de quartos a estudantes.

Com o programa Polis, a cidade não apenas transformou a sua aparência, como adquiriu infraestruturas relevantes para a sua afirmação, tais como o centro de Artes e Espetáculos e a recuperação de algum património arquitetónico, também dedicado ao suporte de eventos culturais.

O comércio e, essencialmente, os serviços são as atividades de maior capacidade de atração. O facto de Portalegre ser capital de Distrito, faz com que nesta localidade se situem serviços administrativos de nível superior (fundamentalmente ligados à máquina administrativa, fiscal e judicial de cada Estado e também a nível de educação e saúde).

A nível comercial, a cidade é também um polo de referência para as populações do concelho e dos concelhos vizinhos mais a norte, bem como para parte dos concelhos a oeste – Castelo de Vide, Marvão, Crato, Alter do Chão, Monforte e Arronches. Para além destas, também as localidades raianas, situadas a norte da área considerada (Valência de Alcântara, San Vicente de Alcântara, Albuquerque e La Codosera) representam uma percentagem importante dos consumidores do comércio de Portalegre.

No entanto, o comércio da área central de Portalegre demonstra uma decadência progressiva e uma falta de aproveitamento das possibilidades quer internas, quer transfronteiriças. O comércio que subsiste continua a ser antiquado, não apelativo e com produtos, na sua generalidade, de qualidade inferior à disponibilizada pelos hipermercados.

Os hipermercados em Portalegre são uma realidade de certa maneira inexplicável face à carga demográfica do concelho, mesmo sendo as populações limítrofes, nacionais e espanholas um suplemento muito importante. Numa área de poucas centenas de metros reúnem-se quase todas as cadeias de distribuição presentes em Portugal: Continente, Intermarché, E. Leclerck, Minipreço, Lidl e Aldi. Estão também presentes as suas sucursais mais especializadas: Worten, SportZone, Modalfa, Maxmat, Bricomarché.

Independentemente do dia ou da hora, estas superfícies comerciais apresentam uma afluência apreciável de consumidores, contrastante com a área central da cidade. Os diretores de loja estão satisfeitos com os resultados e com a falta de concorrência da área central de comércio tradicional.

Assim, os hipermercados funcionam como pontos de encontro e lazer. Ir ao hipermercado representa conviver, ver movimento, fazer compras num ambiente mais moderno e atual e ter acesso a algumas das últimas novidades em livros, CDs ou DVDs. As pessoas param para falar umas com as outras, encontram-se, reencontram-se, comentam as novidades do jornal, 'entopem' corredores com os carrinhos vazios a falar com os conhecidos sobre preços e a crise. Fora este ambiente convivial, apenas os cafés, o cinema aos domingos e segundas-feiras e um espetáculo semanal se apresentam como alternativa de sociabilidade.

2.2 O Centro Tradicional da Cidade e a sua dinâmica



Figura 2 Fonte: Planta Municipal 1:5000 - CMPortalegre
Elaboração própria

A área sobre a qual vai incidir o nosso estudo e análise das dinâmicas do comércio tradicional corresponde “grosso modo” àquilo que comumente, em geografia e para as grandes cidades, se designa por C.B.D., isto é, a área de maior concentração de comércio a retalho, serviços e outras atividades terciárias. O período de tempo considerado é de aproximadamente 100 anos, mais concretamente desde o início da década de 20 do século passado, até à atualidade.

A área de maior concentração de comércio a retalho, serviços e outras atividades terciárias, estende-se da entrada sul da cidade, conhecida pelo nome de Semeador, pela principal artéria comercial, a chamada “Rua Direita” (Esta artéria estende-se ao longo de aproximadamente 530 metros), que não corresponde a uma só, mas sim a três ruas ligadas: *do Comércio, Luís de Camões e 5 de Outubro*. Chegando ao Rossio, deriva depois em duas ruas que delimitam um triângulo, um correspondente à Avenida da Liberdade e Jardim do Tarro, e outra, mais para oeste, a Rua Alexandre Herculano. Na parte sul desenha-se ainda um eixo transversal que se inicia na atual Praça do Município e se prolonga até ao final da praça da República.

Não obstante Portalegre ser a capital de distrito e centralizar funções administrativas de nível superior na região, a vivência comercial foi marcada por uma atividade de proximidade, semelhante aquela que se pode encontrar num meio rural; mesmo o comércio ocasional de artigos mais raros não apresentava qualidade semelhante à que se encontrava nos meios de maior dimensão do litoral. Justificava-se esta característica quer pelo facto da população urbana estar ainda marcado por uma ruralidade remanescente das suas origens e portanto com necessidades de consumo muito restritas e orientada para bens de primeira necessidade. Acresce ainda a cidade constituir o único centro urbano de um *hinterland* relativamente vasto e, como tal, o comércio orientava-se para os tipos de procura que o meio rural buscava.

A indústria, que apresentava um certo crescimento, era um polo de atracção para as populações rurais que afluíam à cidade; no entanto, o tipo de atividade industrial não era tecnologicamente muito evoluído, não necessitando de uma mão-de-obra com grande formação. As duas principais unidades industriais eram a Robinson (fábrica de transformação de cortiça) e a Fábrica de Lanifícios (fundamentalmente dedicada a manufatura de panos de lã). Desta forma, o “êxodo rural” determinado pela indústria da cidade era constituído por campesinato, que transportava modos de vida e de consumo ruralizados para o núcleo urbano, não induzindo por isso modificações significativas no comércio local.

A situação descrita não seria, certamente, exclusiva de Portalegre. Todo o interior continental estava ainda muito marcado por uma forte ruralidade, por um lado fruto de um isolamento não só geográfico como também a nível de acessibilidades, por outro, a nível político, as virtudes de uma nação ligada à terra e com um padrão muito rural (pouco diferente do séc. XIX), onde aspetos como a poupança, a frugalidade e o trabalho físico

eram vistos como virtude, o que induzia as populações a vivências pouco consumistas ou viradas para a vida cidadina.

Desta forma, em Portalegre o comércio traduzia o ambiente social de isolamento do país. A sua área comercial mais densa estava articulada com a área de maior densidade de população. Embora a “rua Direita” já existisse, era na parte sul do núcleo urbano que se verificava a maior concentração de unidades comerciais, bem como o espaço dedicado à realização do mercado semanal – a Praça da República (comummente designada por “corro” devido a realização de largadas e corridas de toiros).

Este tipo de realidade pode ser constatado pela toponímia que ainda se verifica; por exemplo, Rua do Mercado, artéria que conduz à praça da República e onde hoje se podem observar unidades comerciais de pequena dimensão e ligadas ao comércio diário de proximidade, ou ainda Rua da Cooperativa, onde se localizava a cooperativa operária da cidade e que dispunha de uma unidade comercial que fornecia bens de primeira necessidade, não só aos associados, mas também à população local.



Figura 3 - Delimitação aproximada do centro tradicional de Portalegre (1940)

Fonte: Planta Municipal - CMPortalegre. Elaboração própria

Assim, a vivência comercial urbana mais intensa estava centrada na área sul da cidade; porém, a entrada norte da cidade, onde se localiza o Plátano e o atual Rossio, era o palco da realização das feiras anuais (a dos Porcos, das Cebolas e das Cerejas) sendo a ligação a sul feita pela “Rua direita”, tornando-se esta artéria um elo que ainda hoje é o fulcro da vida urbana.

A realidade descrita vai começar a alterar-se a partir do fim da 2ª Guerra Mundial. A expansão da cidade para norte, com novos bairros destinados a uma classe média emergente e a construção de edifícios ligados à administração pública, provoca, por um lado, a decadência do centro localizado entre a Praça do Município e a Praça da República e por outro a consolidação definitiva do eixo constituído pelas ruas do Comércio, 5 de Outubro e Luís de Camões (a “Rua Direita”), como centro de comércio tradicional da cidade.

O norte da cidade vai continuar a sofrer grandes modificações. Numa área praticamente sem ocupação urbana vão ser construídos os prédios da avenida Pio XII (anos 50), a praça Heróis da Índia (1955), o Mercado Novo (1954), o Seminário Maior de Portalegre (1955), o Palácio da Justiça (década de 60), ainda nos anos 60 os edifícios que dão origem ao Bairro do Bonfim; ligando toda esta área de expansão ao Rossio, foi implantado o jardim da Avenida da Liberdade (atualmente conhecido por Jardim do Tarro). Estes edifícios e equipamentos responderam à procura de uma classe média ligada à capacidade de atracção de população, que o desenvolvimento dos serviços e a modernização industrial trouxeram à cidade. Para além das unidades industriais já referidas, que, entretanto, se modernizavam e possuíam maior capacidade de emprego, também novas indústrias se implantaram e desenvolveram – a Adega Cooperativa de Portalegre, a Moagem de Portalegre, a Cooperativa Agrícola (muito ligada à produção de azeite), a Finicisa (detentora da patente Terilene), as Tapeçarias de Portalegre, para além de outras pequenas ou microunidades ligadas às necessidades de consumo das populações urbanas).

No entanto, a localização a norte de novas áreas residenciais não dava condições para a criação de um novo centro de comércio na cidade. Era uma época em que o paradigma do planeamento urbano advinha dos princípios da “Carta de Atenas”, onde o zonamento das cidades era visto como a opção correta para uma maior qualidade de vida das populações. Este tipo de planeamento, definindo e segregando áreas dentro do tecido urbano, não criava condições, em cidades de pequena dimensão, para o aparecimento de centros de comércio alternativos. Desta forma, no caso concreto da cidade de Portalegre, consolidou-se a artéria principal da cidade, como centro único do chamado comércio tradicional, entrando em declínio o centro mais antigo, que já não podia responder às necessidades da vida moderna; este facto é bem visível no decréscimo de população na freguesia da Sé, a sul, (à qual corresponde o local original de assentamento) e no aumento da freguesia de São Lourenço, a norte (no período de 1960 a 1975).

O centro de comércio tradicional fica, assim, confinado à rua direita. No entanto, o comércio existente pauta-se por uma relativa apatia, de acordo com a interioridade da região; um desenvolvimento industrial do litoral, fundamentalmente a península de Setúbal e a área da grande Lisboa, correspondia no interior a um forte abandono pelo poder político central a nível de acessibilidades, investimento produtivo e autonomia autárquica. Como exemplo desta situação, já em 1957, escrevia Marcello Caetano sobre a descentralização territorial: “a entrega de numerosas e complexas atribuições às autarquias locais requereria, a par de avultados recursos financeiros e de serviços técnicos bem montados, a existência de um escol dirigente capaz de orientar sob todos os aspetos a administração autárquica: ora a verdade é que nas localidades de província sente-se cada vez mais a tendência dos elementos de maior valia para se deslocarem para as grandes cidades; os valores que ficam são funcionários públicos, já que a antiga nobreza decaiu ou desapareceu e os grandes proprietários rurais lutam com dificuldades económicas impeditivas de um esforço absorvente e desinteressado na gestão administrativa local” (Gonçalves *apud* Caetano – 1986:12).



Figura 4 - Delimitação aproximada do centro tradicional de Portalegre (1980/90)

Fonte: Planta Municipal - CMPortalegre. Elaboração própria

A interioridade e a fraca condição económica nacional provocaram um despovoamento, quer em direção ao litoral (península de Setúbal), quer para a Europa, levando a um ciclo de desinvestimento; não se investia por não existir população e mão-de-obra suficientes para compensar o capital investido e não existindo condições de fixação de população, esta abandonava a cidade. Este ciclo provocou, também no comércio, uma inércia e acomodação dos comerciantes a um limiar de inovação praticamente nulo.

A necessidade de modernizar a atividade comercial provém, na maior parte dos casos, de uma necessidade da oferta ir de encontro aos seus potenciais clientes, alargando o leque, ou de pressões induzidas pela procura que estando a par de inovações e apresentando novas necessidades, “força” uma alteração nos produtos disponíveis e nas formas de venda. No interior, e no caso particular de Portalegre, o contacto com novas formas de comércio e as necessidades apresentadas pela procura eram relativamente modestas; as facilidades de mobilidade e de acesso à informação estavam ainda num estágio bastante rudimentar e confinadas às classes médias e mais favorecidas e estas recorriam a Lisboa ou a Espanha (Badajoz) para adquirir os bens ocasionais e mais raros, socorrendo-se do comércio local para bens mais vulgares e de uso corrente.

A partir da década de 80, o país inicia a sua modernização e as ondas desse desenvolvimento atingem também o interior. No caso da cidade de Portalegre, vai usufruir de uma melhoria nos acessos, particularmente em direção à capital, mas também ao sul e ao interior norte (IP2). A sociedade de informação facilita o acesso ao conhecimento e fundamentalmente os Mass Media, tendem a equalizar os modos de vida e conseqüentemente as necessidades de consumo, não obstante uma cada vez maior “desmassificação” da oferta.

Concomitantemente a esta conjuntura que enquadra o país, a cidade vai sofrer alterações a vários níveis. Demograficamente verifica-se um aumento de cerca de 3685 habitantes (1970-81), provocado fundamentalmente pela chegada dos “retornados” das ex-colónias, bem como pelo desenvolvimento dos serviços e da indústria que provocam a atracção de populações vindas da área do concelho e dos concelhos limítrofes. A distribuição desta população dentro do perímetro urbano é desigual; a criação do bairro dos Assentos e a expansão do Bairro do Atalaião, ambos na freguesia da Sé, levam a um significativo aumento dos seus habitantes; porém, o fundamental desta população é constituído por classes relativamente desfavorecidas, com baixo índice de formação e como tal com capacidades e hábitos de consumo relativamente modestos que, por si só, não causam pressão sobre o comércio tradicional com vista a uma modernização. No extremo oposto da cidade, na freguesia de São Lourenço, também se vai verificar um aumento populacional, se bem que mais pequeno; no entanto, esta população é caracterizada por quadros médios e altos, profissionais liberais, professores, médicos, enfermeiros, etc, isto é, classe média ou média alta. Com maior acesso à informação, facilidade de mobilidade e de contacto com outras realidades distintas e mais complexas e essencialmente com maior capacidade

de consumo, vão começar a induzir (ou “exigir”), dos atores relacionados com o comércio tradicional, uma transformação na forma de dar resposta às novas procuras.

Simultaneamente, também a nível do ensino, ocorre uma alteração significativa – a criação do Instituto Politécnico de Portalegre (1985). Com a criação deste instituto, que arrancou no início com a Escola Superior de Educação, mas que rapidamente criou a Escola Superior de Tecnologia e Gestão, a Escola Superior Agrária e integrou a Escola Superior de Enfermagem de Portalegre, novas populações com hábitos e apetência para o consumo invadiram o espaço urbano de Portalegre. Atualmente, o Instituto Politécnico acolhe cerca de 1500 alunos, sendo a maior parte proveniente de fora da cidade. Esta nova população, se bem que flutuante, mudou a vivência urbana; numa cidade de cerca de 1500 residentes, durante o período escolar a população aumenta entre 15 a 20%. Só por si este facto já é de grande importância em termos de gestão do espaço urbano, mas as características desta população podem, quanto a nós, provocar pressões muito significativas a nível do comércio tradicional.

A população estudantil, de nível superior, possui características muito viradas para o consumo de produtos e serviços em que o comércio tradicional pode ter um papel relevante. Com alguma capacidade económica e com forte abertura a um consumo virado para aspetos sensíveis que advêm da publicidade mediática, esta população induz a oferta a investir nos seus gostos e necessidades. A propensão e disponibilidade para o consumo destes clientes potenciais fazem com que seja compensatório o investimento na atualização e desenvolvimento do comércio tradicional, tornando-o mais atrativo para este público-alvo.

A nível de comércio também se verificaram alterações; a abertura de dois hipermercados, com localizações periféricas (se bem que dentro do perímetro urbano) e dois centros comerciais (embora apenas um com sucesso visível) localizados na freguesia de São Lourenço: um no topo norte do jardim da Avenida da Liberdade e outro no final da avenida Alexandre Herculano, bem localizados face à área ocupada pelas classes média e média alta, facilitando o acesso das populações a um tipo de bens e formas de consumo às quais não estavam habituadas.

Em termos espaciais a área dedicada ao comércio tradicional inicia uma expansão rumo a norte, em dois braços que se dirigem aos dois centros comerciais e à localização das populações com maior capacidade económica e apetência para o consumo. Para além desta aproximação aos clientes aqui residentes, também a localização das escolas secundárias e do 3º Ciclo constituem um fator de expansão, uma vez que os estudantes são igualmente um grupo de clientes potenciais com apetência para o consumo de algumas atividades comerciais e de lazer. Porém, a “Rua Direita” mantém o seu papel de centro de comércio tradicional e a localização da Escola Superior de Educação na Praça da República (entretanto recuperada para uma vivência social, não só estudantil, mas também urbana num sentido mais lato), revitaliza o antigo centro comercial da cidade que tinha perdido a sua importância com a migração das populações para a parte nova. Assim, temos um

centro de comércio tradicional que se estende como uma espinha dorsal ao longo do tecido urbano e que é, de facto, o coração e a imagem da cidade.

Concomitantemente e a complementar e impulsionar estas transformações, o facto do Programa Polis de Portalegre ter sido implementado a partir de 2002, vai sustentar e alavancar uma nova interpretação da cidade e do seu centro tradicional.

As intervenções Polis para além da recuperação de património e a reorganização do trânsito criaram, em termos de espaços públicos, duas grandes áreas: uma a norte, ligando os dois grandes jardins da cidade por uma área pedonal de ligação e outra, mais a sudoeste, que vai ligar duas praças de estar e passagem.

Relativamente à primeira área, a norte, a Câmara adquiriu um edifício histórico (antiga Fábrica Real das Manufacturas de Portalegre - Pombalina) que se situa mais ou menos entre os dois jardins e uma das mais movimentadas entradas da cidade. Ficando o acesso dos fluxos automóveis a este espaço cortados, pretende-se tornar esta área numa zona de terciário superior e simultaneamente num espaço de lazer, passagem e de estar, que a autarquia pretende dinamizar, sobretudo à custa da promoção e realização de eventos culturais que liguem os cidadãos ao espaço e promovam uma cultura de vivência e usufruto destes espaços públicos. A nobilitação deste espaço, a norte da principal área comercial da cidade, potencia o número de clientes do comércio tradicional. Se este conseguir responder às procuras das populações, esta intervenção pode ser considerada uma forte mais-valia face à concorrência das grandes superfícies.

Na área mais a sudoeste, a intervenção nas praças e a ligação pedonal entre ambas constitui uma tentativa de nobilitação de uma parte da cidade que já revela um forte dinamismo a nível de vivência, fundamentalmente devido aos alunos da Escola Superior de Educação e à concentração de museus que cercam esse espaço. Deste modo estas duas praças – a Praça de República e a atual Praça do Município – limitam um espaço onde se situam um vasto património histórico (a Sé Catedral, alguns palácios setecentistas e uma das antigas portas da cidade, a Porta de Alegrete) e cultural (Museu da Cidade, Casa Museu José Régio, futuro Centro de Artes e Espetáculos, Convento de São Francisco, sede da Companhia de Teatro de Portalegre – O Semeador, a biblioteca municipal, Escola Superior de Educação, futura Escola de Hotelaria e Turismo e Museu, proveniente do legado da Fábrica Robinson e ainda, um pouco mais distante, mas suficientemente perto, o Museu das Tapeçarias de Portalegre). Para além deste património ainda podemos acrescentar que alguns serviços públicos se encontram nesta área, como o Governo Civil, a Polícia de Segurança Pública, a Junta de Freguesia da Sé e a Caixa Geral de Depósitos. Todas estas atividades conferem a estes espaços públicos uma centralidade de nível superior e enquadram o final da área sul do centro histórico da cidade. Neste espaço existem ainda várias unidades de comércio e serviços relativamente raros para uma cidade pequena, como Portalegre, que lhe conferem uma boa atratividade turística e das populações autóctones. Estes espaços têm sido dinamizados pela autarquia com a realização de eventos culturais,

mais ou menos duradouros, como teatros de rua, feiras do livro, concertos e manifestações desportivas. Portalegre ficará, assim, dotada de espaços públicos de qualidade, que poderão desenvolver a ligação das populações à cidade, fomentar a participação cívica e tornar-se polos de alguma atratividade regional e turística, com repercussões evidentes no tecido comercial. Sendo estas infraestruturas orientadas para sectores de população e mercado bastante específicos e com maior poder de compra, deverão os comerciantes corresponder a estas procuras e com isto potenciar os seus negócios. O tipo de populações que poderá ser atraído procura produtos menos estandardizados, sendo esta uma resposta aos hipermercados que são vistos pelos comerciantes como a sua principal ameaça.



Figura 5 - Delimitação aproximada do centro tradicional de Portalegre (1980/90)

Fonte: Planta Municipal - CMPortalegre. Elaboração própria

Paralelamente às intervenções Polis, a Autarquia iniciou uma série de obras ao redor do centro histórico, fundamentalmente parques de estacionamento e acessos pedonais à área, que promovem uma maior mobilidade pedestre e acessibilidade automóvel e que vão constituir, igualmente, uma mais-valia para o comércio do centro.

2.3 O Cento de Comércio Tradicional na atualidade

O centro de comércio tradicional a que nos referimos é o espaço constituído pelas três ruas – Comércio, Luís de Camões, 5 de Outubro- ou seja a “Rua Direita” que não sendo direita, existe em quase todas as cidades que surgiram na era medieval. Esta rua, ao longo de aproximadamente 530 metros, possui 117 espaços comerciais, 29 dos quais (24,8%) estão fechados e 88 abertos; 9 são *franchising* de moda e vestuário, na maioria de baixo status. O que melhor subsiste são as lojas de marcas franchisadas e as (uma papelaria/livraria e outra de produtos regionais e de proximidade) que apresentam produtos claramente diferenciados dos oferecidos pelos hipermercados.

O restante comércio é de fraca qualidade e não é compatível com as preferências dos consumidores, que apresentam um comportamento similar ao padrão, cada vez mais próximo de uma atitude pós-moderna. Mesmo em relação ao *franchising*, a exiguidade da procura urbana e a proximidade com Badajoz (onde existe mais variedade de marcas e de status mais elevado) leva a que subsistam nos limites do economicamente viável.

A variedade e estrutura de consumo desta rua apresentam-se no quadro seguinte (58), onde se nota a pulverização e a fraca representação de quase todos os ramos, à exceção da moda.

Ramo de atividade	Nº de Estabelecimentos	Ramo de atividade	Nº de Estabelecimentos
Sede Política	1	Seguradoras	2
Banco	4	Produtos ortopédicos	1
Eletrrodomésticos	3	Padarias	1
Vestuário/pronto a vestir	21	Fotografia	1
Vestuário infantil	5	Acústica	1
Vestuário e acessórios	2	Decoração	2
Florista	1	Clube Desportivo	1
<i>Fast-Food</i>	1	Ass. Comercial	1
Sapataria	7	Informática	1
Loja de Conveniência	1	Retrosaria	1
Cosmética/perfumaria	3	Bazar	1
Cabeleireiro	1	Mercearia/Produtos regionais	1
Ótica	2	<i>Piercing e tatuagens</i>	1
Papelaria/livraria	2	Limpeza a seco	1
Ourivesaria/relojoaria	3	Decoração	1

Artigos para o lar	5	Reparação de eletrodomésticos	1
Farmácia	2	Café/pastelaria	4
Ervanárias	1	Quiosque	1
Galeria Comercial	1	Espaços vagos	29

Fig.: 6 – Quadro com a Estrutura Comercial da “Rua Direita”

Elaboração própria

As lojas mais tradicionais e antigas dedicam-se a vários ramos, desde a florista até ao vestuário e papelarias, passando por lojas de comércio de proximidade, como é o caso das padarias. Estes estabelecimentos funcionam de forma tradicional, sem autosserviço; os produtos não estão acessíveis aos clientes, apresentando sortidos pouco variados e de fraca qualidade e os preços não são competitivos com os praticados pelas grandes superfícies. Estas lojas revelam uma fraca capacidade de inovação e de subsistência, permanecendo de portas abertas por inércia e pelo facto dos seus empresários terem idades avançadas, pelo que o grau de reconversão profissional é difícil, para além de estarem inseridos num concelho onde a oferta de emprego é diminuta.

Por parte dos comerciantes também não existe uma cultura de associação, inovação ou comportamento que permita uma resposta à concorrência dos vários hipermercados. Segundo a Associação Comercial, os projetos mais arrojados são a implantação de *outdoors* de informação e plantas de localização. Não existem ações de divulgação ou animação para atrair a procura, nem a nível nacional nem transfronteiriça. Os horários são inadequados e os comerciantes não mostram, devido à estrutura familiar dos estabelecimentos, capacidade de responder às necessidades dos potenciais consumidores. A falta de capacidade de organização e associação, e a postura individualista é de tal forma prevalente, que a Associação Comercial e Industrial de Portalegre e Elvas está sem direção há mais de ano e meio. A Presidente (Vice-Presidente da antiga Direção) está em gestão e não existem listas de candidatos. As queixas são dirigidas aos hipermercados, à autarquia e às desavenças entre os proprietários dos estabelecimentos.

A segunda realidade do comércio em Portalegre é dada pelas grandes superfícies. Sem concorrência regional, mesmo a nível transfronteiriço, relativamente às localidades espanholas que se situam na parte norte desta área estudada, estas unidades veem a sua atividade assegurada pela procura de praticamente todo o distrito, bem como das populações espanholas que particularmente ao fim-de-semana, são uma presença muito significativa. Sem quantificar, os gerentes das lojas revelam que a procura espanhola, não sendo determinante para a viabilidade das unidades, é uma mais-valia muito significativa. No entanto, mesmo sabendo deste mercado transfronteiriço, bastante apetecível, não se promovem junto das localidades; nem mesmo na feira mensal de Portalegre, onde

a presença de espanhóis é extremamente expressiva. Uma das justificações destes comerciantes e gerentes para não aplicar ao mercado espanhol os mesmos benefícios que ao mercado português são a distância e passagem da fronteira, o que parece pouco sustentável, uma vez que já não existe controlo alfandegário.

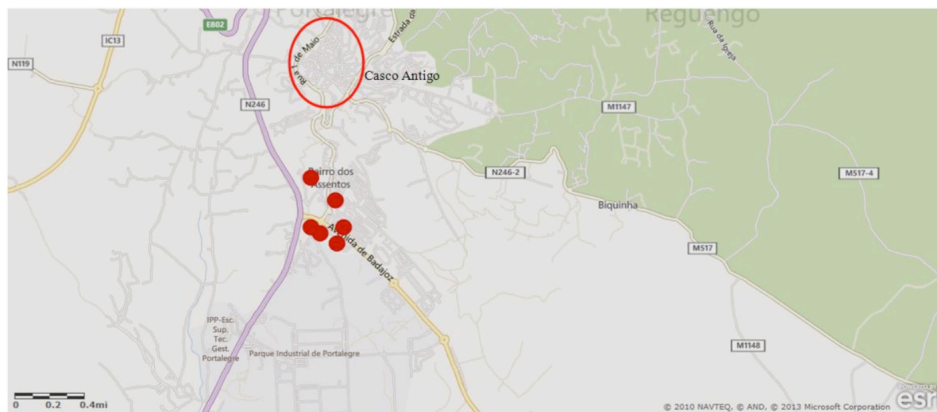


Fig.: 7 - Localização das grandes superfícies - Portalegre

Elaboração própria

3 I NOTAS FINAIS

De uma forma global, podemos tirar algumas conclusões sobre a forma como ocorreu a evolução espacial da área de comércio e serviços da cidade de Portalegre. Este espaço sofreu modificações na sua localização, expandindo-se, contraindo-se ou consolidando espaços tradicionalmente dedicados a estas actividades. No caso em estudo, verifica-se que a expansão recente do C.B.D. e fundamentalmente das actividades ligadas ao comércio tradicional, restauração e lazer, têm tido a sua expansão em direcção às localizações preferidas pelas classes sociais mais consumistas (média e média alta) e aos estabelecimentos de ensino secundário.

Nos últimos 10 a 15 anos constata-se, por observação, que os actores responsáveis pelo comércio tradicional, públicos e privados têm autonomamente tentado dar resposta às solicitações da procura, tanto a nível de modernização dos estabelecimentos e da sua apresentação, como também no tipo e leque de produtos disponíveis. Assim, verificamos um aumento substancial do número de estabelecimentos de marcas internacionais ou nacionais, por sistema de franchising, bem como uma actualização das unidades comerciais relativamente ao sistema de vendas, apresentação e qualidade dos produtos.

Enquanto nas décadas de 60 e 70 as actividades ligadas ao comércio tradicional pareciam condenadas ao marasmo e à estagnação, a partir de meados da década de 80 ocorrem transformações providas tanto da oferta como da procura.

Do lado da oferta, constata-se dois movimentos que não parecem coordenados; por um lado, por parte dos actores públicos, fundamentalmente a autarquia, assiste-se a iniciativas que dão resposta a algumas necessidades sentidas pelo comércio tradicional – pavimentação da principal artéria de comércio e simultaneamente o fechar da rua ao trânsito automóvel, devolvendo-a aos pedestres, bem como estacionamento pago, de forma a garantir uma maior rotatividade e disponibilidade nos locais de estacionamento de acesso à área comercial central. Por outro lado, por parte dos privados, para além das actualizações atrás referidas, algumas iniciativas de animação de rua em épocas de maior consumo (Natal, Carnaval ou Páscoa) tentam dinamizar e atrair cada vez maior número de potenciais clientes ao comércio tradicional e de alguma forma combater a concorrência exercida pelas novas grandes unidades comerciais que se implantaram com sucesso em Portalegre.

Se algumas das modificações que as unidades de comércio tradicional sofreram, foram fruto de pressões induzidas pela procura, outro aspecto que seguramente terá pressionado a sua evolução foi a concorrência que os hipermercados provocaram. Estas unidades, de grande dimensão e com uma lógica de mercado nacional, puseram à disposição da população local produtos e formas de venda não existentes na cidade e as quais só podiam ser adquiridas nos centros urbanos de maior dimensão. Uma vez que implicava deslocações, as populações tendiam a reduzir o consumo desses produtos, numa lógica de racionalidade de custos, cingindo-se à oferta existente no local. Quando a concorrência das grandes superfícies surgiu e pôs à disposição um leque mais vasto de produtos em quantidade e qualidade, permitiu à procura dispensar a oferta do comércio do centro. Para obviar esta situação, os actores privados responsáveis pelo pequeno comércio tentam encontrar um novo caminho que lhes permita suportar a recente concorrência.

O que se tenta demonstrar é que as cidades de pequena e média dimensão também sofrem as pressões sentidas nos grandes centros urbanos, se bem que numa escala reduzida e com impactos de menor dimensão. Porém, se por um lado as transformações que se observam são fruto de pressões e dinâmicas próprias das actividades comerciais, por outro, em centros de menor dimensão, as modificações do lado da procura são mais determinantes na transformação, actualização e desenvolvimento do comércio tradicional.

REFERÊNCIAS

Barata Salgueiro, Teresa (2001). **Lisboa, Periferia e Centralidades**. Oeiras: Celta Editora.

Fortuna, Carlos (2001). **Cidade, Cultura e Globalização**. Oeiras: Celta

Gonçalves, Fernando(1984). **A propósito dos Planos de Urbanização do Estado Novo: projectos urbanísticos ou regulamentos policiais?**. Sociedade e Território, Nº 4, 92-115.

Laranjo Coelho, P.M.(1957). **Uma Data Notável nos Anais de Portalegre. A Nova Cidade - A Nova Diocese, (Séc. XVI)**. Coimbra: Instituto de Educação

Lipovetsky, Gilles (1989). **A Era do Vazio**. Lisboa: Relógio D'Água.

Patrão, José Dias Heitor (2002). **Portalegre, Fundação da Cidade e do Bispado. Levantamento e Progresso da Catedral**. Lisboa: Ed. Colibri

ROGERS, Richard (2001). **Cidades para um pequeno planeta**. Barcelona: Editorial Gustavo Gili.

Sotto Maior, Diogo(1984). **Tratado da Cidade de Portalegre**. Lisboa: Co-edição Imprensa Nacional Casa da Moeda – Câmara Municipal de Portalegre.

CAPÍTULO 22

O SOL NASCENTE EM TERRA TUPINAMBÁ: A EXPERIÊNCIA DE IMIGRANTES JAPONESES DO MARANHÃO NA DÉCADA DE 1960

Data de aceite: 01/12/2020

Hemelita da Silva e Silva

Universidade Federal do Maranhão - São Luís
/ MA
<http://lattes.cnpq.br/2116997163409341>

RESUMO: O presente artigo é uma releitura de um dos capítulos de minha pesquisa de monografia que teve como objeto de estudo a experiência imigratória ocorrida no Maranhão na década de 1960 com a entrada de duas levadas de famílias japonesas que formaram duas colônias agrícolas no estado: uma intitulada Morro de Alcântara, instalada na cidade de Rosário e uma segunda situada em Pedrinhas, povoada na zona rural de São Luís. Neste texto que vos apresento é possível entender o processo de atração, instalação e acomodação dos imigrantes nipônicos. Esta pesquisa faz parte de um campo ainda pouco estudado pela historiografia e continua a ser analisado para dissertação de mestrado, uma vez que há muitas lacunas que precisam ser preenchidas e compreendidas. Portanto, o texto a seguir é um breve apanhado de um estudo que está se aprofundando acerca da imigração japonesa no Maranhão e que tem como principal metodologia a História Oral e tem como fontes a memória oral e os jornais de circulação no estado a época.

PALAVRAS-CHAVE: Imigração japonesa, Maranhão, Memória.

THE SUN RISING IN LAND TUPINAMBÁ: AN EXPERIENCE OF JAPANESE IMMIGRANTS FROM MARANHÃO IN THE 1960S

ABSTRACT: This article is a rereading of one of the chapters of my monograph research that had as object of study the immigration experience occurred in Maranhão in the 1960s with the entry of two Japanese families that formed two agricultural colonies in the state: one entitled Morro de Alcântara, installed in the city of Rosário and a second located in Pedrinhas, populated in rural São Luís. In this text you can understand the process of attraction, installation and accommodation of Japanese immigrants. This research is part of a field still little studied by historiography and continues to be analyzed for master's dissertation, since there are many gaps that need to be filled and understood. Therefore, the following text is a brief overview of a study that is deepening about Japanese immigration in Maranhão and whose main methodology is oral history and has as sources the oral memory and newspapers circulating in the state at the time.

KEYWORDS: Japanese Immigration, Maranhão, Memory.

1 | COLÔNIA MORRO DE ALCÂNTARA

Na segunda metade do século XX, quando aportou no Maranhão o navio América Maru que trouxe a primeira leva oficial de imigrantes japoneses para o estado, já havia um número significativo de nipônicos por todo o Brasil.

São Paulo, em 1908, depois de contatos e negociações que iniciaram em 1906, recebeu 793 imigrantes contratados através da empresa japonesa de imigração e colonização Kokoku Shokumin Kaisha (CARDOSO, 1995). Depois da Segunda Guerra Mundial o Estado japonês aumentou o incentivo a emigração de seu povo, sobretudo, nas primeiras décadas do pós-guerra devido a dificuldade de manter a população devido a crise no país.

O Maranhão do início da década de 1960 tinha dificuldade no abastecimento da capital de produtos hortifrutugranjeiros, muito por conta do atraso agrícola que havia no estado. O então governador do Maranhão, Newton de Barros Bello articulado ao governo japonês deu abertura ao movimento de imigração nipônica no estado que veio a se concretizar um pouco. A imprensa de São Luís noticiava: “Chegarão a São Luís as primeiras vinte famílias japonesas constituídas por 137 pessoas que se destinam a colônia ora organizada em Rosário sob os auspícios da Secretaria de Agricultura do Maranhão” (O IMPARCIAL, São Luís, p. 14. 07 junho, 1960.)

Chegaram em 10 de julho de 1960 no navio América Maru que encostou a certa distância do Porto do Itaqui e os tripulantes levados ao continente por embarcações menores.

A presença japonesa no Maranhão se comparada a outras partes do Brasil pode ser considerada tardia. Um parâmetro é que em julho de 1929 teve saída do porto de Kobe, no navio Montevidêu Maru, chegando ao Rio de Janeiro em 7/9. Foram transferidos para o navio Manila Maru, os 189 imigrantes japoneses para a Amazônia (HOMMA; FERREIRA; 2011, p. 181) que depois foram destinados a Tomé Açú no estado do Pará. Portanto, o estado vizinho recebeu o primeiro grupo de imigrantes nipônicos trinta e um anos mais cedo.

Quando o Maranhão deu início ao seu movimento migratório japonês, na região amazônica já havia uma dinâmica de imigração com grande contribuição dos nipônicos na produção de juta, forte atividade econômica da região naquele momento. Além de tardia, a entrada dos nipônicos no Maranhão corresponde a um período de retração da imigração que vinha ocorrendo no país desde o Estado Novo de Vargas em que japoneses foram considerados, por sua diferença física e cultural, *inassimiláveis*. Porém, ainda que em ritmo moderado a entrada de nipônicos no Brasil não cessou.

O fluxo migratório japonês, que estancou durante a Segunda Guerra, foi retomado a partir de 1950, estendendo-se até os anos de 1960. Neste momento, é possível identificar uma nova fase de reconstrução após o término da guerra, obteve concessões para trazer novas famílias de imigrantes, reatando o acordo migratório com o governo brasileiro. Estes novos trabalhadores japoneses dispunham de condições já bem diferentes daquela dos primeiros imigrantes japoneses estavam associados à competência e aos avanços do trabalho no campo (KODAMA, 2007, p. 206).

Muitas partes do Japão ainda estavam arrasadas no pós-guerra quando viera para o Maranhão o primeiro contingente de imigrantes, haja vista a descrição do nissei Roberto Kumihito Tasaka, que diz: *Lá tava tudo acabado, o país ainda tava querendo se levantar.*

A família Tasaka é oriunda de Nagasaki, uma das partes do Japão mais arrasadas pela guerra, foi alvo de bomba atômica em 1941, uma resposta americana ao ataque japonês a sua base naval no Havaí. O Japão era uma potência militar e naval do Oriente que tinha apetites imperiais no Extremo Oriente. O ataque a Pearl Harbor tornou a guerra mundial. Embargos americanos ao comércio japonês provocaram uma profunda crise, pois, o país dependia da ecominuaçãoção marítima na realização de importações oceânicas (HOBSBAWN, 1995).

Os Tasaka partiram para o Maranhão em busca de um lugar onde tivessem oportunidade de trabalhar e construir vida nova. Símil ao desejo dos Tanabe, família de Sadame que ao falar de como estava a situação de sua família em Kochi-Ken, no Japão, declarou: *Aquele tempo não estava muito bom não, porque é logo depois da guerra, né? Segunda guerra mundial, e até a comida era difícil.*

A imigração japonesa no Maranhão seguiu a política que já vinha sendo adotada no Brasil desde a abertura do país para os nipônicos de um padrão familiar. Tal imposição do governo brasileiro fez com que alguns japoneses ávidos por sair de seu país que passava por dificuldades e cuja única esperança de dias mais próximos era emigrar para terras distantes do cenário pós-guerra recorressem ao artifício de casamentos fictícios ou arranjos.

A família Tanabe desembarcou no Porto do Itaqui em 1960 e viveu na colônia Morro de Alcântara, em Rosário, valeu-se desse recurso. O chefe da família, Isamu Tanabe, e a esposa, Tamano, não entraram em acordo quanto a deixar Kochi-Ken no Japão e partir para um país diferente. O filho Sadame, único da família que ainda vive no Maranhão, explica a dissidência entre os pais:

Minha mãe legítimo ficou no Japão. Eu acha que teve algum problema entre eles dois. Meu mamãe não sabia se vai ou não vai. Vai ou não vai. Ela ficou lá. Aí meu papai tinha de arranjar uma mulher pra poder vir pra cá. Tinha que vir casa.

Os Tanabe e os Tasaka, os quais foram representantes de suas respectivas famílias os senhores Sadame e Roberto Kumihito, cujas memórias serviram de vislumbre para o entendimento do processo de chegada, acomodamento e dispersão dos imigrantes japoneses no Maranhão, fazem parte do primeiro agrupamento de famílias que chegaram ao estado no navio America Maru.

A embarcação que partiu da cidade japonesa de Kobe na data de 06 de junho e fez caminho pelo Oceano Pacífico, passando por cidades como Yokohama, São Francisco (EUA), transpôs o canal do Panamá até chegar à costa litorânea maranhense. Tinha capacidade de 10.000 toneladas e transportava

para o Maranhão 109 pessoas e 19 famílias japonesas (SIQUEIRA JUNIOR apud SIQUEIRA JUNIOR, 2015, p. 28).

Estas famílias foram conduzidas para Rosário. Cerca de três meses antes que chegassem, esteve em São Luís o cônsul do Japão no Pará. A visita foi publicada em O Imparcial em 02 de abril de 1960, jornal de circulação na capital maranhense, dando ênfase ao anúncio feito pelo cônsul de que o estado do Maranhão receberia os nipônicos e que, tão logo seriam destinados à colônia organizada em Rosário sob o amparo da Secretaria de Agricultura do Maranhão. A publicação especulava sobre quais atividades os imigrantes fariam no estado, e também acerca da expectativa de que oportunamente viessem outras dezenas mais de nipônicas, devendo os imigrantes serem instalados em colônias no interior da Ilha, enquanto outras no município de Bacabal. Em geral, a vinda de imigrantes despertou muita curiosidade, expectativa e muitas especulações que são evidenciadas em matérias jornalísticas que supunham até o aproveitamento dos campos de Perizes para as colônias agrícolas.

Ao que acolheu ainda nossa reportagem, o cônsul japonês ficou maravilhado com os Campos de Perizes, tendo declarado o seu propósito de encaminhar sugestão ao seu país, objetivando o exame da possibilidade de aproveitamento daquelas terras na produção do arroz, devendo para isso ser convenientemente adaptadas (O IMPARCIAL, 07 junho 1960, p. 14).

Ao me debruçar nas pesquisas nos periódicos de circulação no Maranhão, a percepção é de certo entusiasmo com a chegada de imigrantes, sobretudo, pela perspectiva de uma expansão agrícola do estado e conseqüentemente resolveria o aludido desabastecimento da capital, bem como de produtos básicos como hortaliças.

A imprensa investia na curiosidade da população e visitava as colônias a fim de observar o cotidiano e acompanhar a produção nas lavouras. Como nesta nota de jornal que diz: “Encontramos grande quantidade de verduras, melancias, pepinos e tomates, e podemos crer que dentro de alguns meses será abastecida a cidade de legumes” (JORNAL PEQUENO, São Luís, p. 01, 27 janeiro 1961).

Os artigos jornalísticos permitem notar como os imigrantes são descritos com certo exotismo dado a cultura tão diferente e vindos de terras tão distantes. Assim como a expectativa de que a produção nas colônias não atendesse a demanda da cidade como também resolvesse a questão dos preços dos produtos que oneravam devido a dificuldade de encontra-los no mercado de São Luís.

É com satisfação, pois que registramos a venda daqueles produtos que será levada a efeito, hoje, no Mercado Central, fazendo votos no sentido de que continue essa atividade tão útil a população da capital, que vive pagando preços exorbitantes por hortaliças, muitas vez de qualidade bem inferior (O IMPARCIAL, 28 março. 1981, p. 08).

Embora alguns veículos de imprensa noticiassem que os imigrantes viviam em situações vantajosas com todo aparato do poder público para trabalhar na lavoura, muitos dos japoneses encontravam dificuldade para começar o cultivo.

Em Rosário, na extensão do município se encontram solos como Latossolos Amarelos, Argissolos Vermelho-Amarelos, Plintossolos e Solos indiscriminados de mangues. O que constitui a pouca fecundidade dos terrenos, implicando no plantio e na dificuldade enfrentada pelos colonos japoneses (SIQUEIRA JUNIOR, 2015). Dessa forma, as primeiras colheitas não corresponderam às expectativas. A exposição desta adversidade afina-se então com o que fora relatado por Sadame Tanabe de que: *A terra era ruim. Pedra. Muita pedra!*

A pouca fertilidade das terras era uma problemática enfrentada por muitos dos imigrantes de todas as partes do mundo quando chegavam ao Brasil. Lotes muito acidentados dificultavam uma cultura razoável, os imigrantes eram compelidos a abandoná-los em busca de outra atividade que lhes assegurasse a sobrevivência (PETRONE, 1982).

Roberto Kumihito falou acerca do sentimento de engodo da sua família Tasaka no que toca os recursos e apoio do Estado e sobre a qualidade do solo. Sua família deixou o Japão seduzida pela propaganda de que o Maranhão seria terra de opulência. Entretanto, seu pai, Genzo Tasaka fora surpreendido. Situação descrita no relato do filho: *Eles vieram através do governo daqui que prometeram terras muito produtivas. O governo era de Newton Bello, e com acordo com governo japonês trouxe as famílias do Japão pra cá. Foi só decepção. A terra era só pedra.*

Destarte, depreende-se que a colônia Morro de Alcântara localizada em Rosário ofertava naturalmente muitas dificuldades de plantio aos japoneses. Além de enfrentarem o clima quente do verão seco, uma vez que chegaram a cidade ocorreu no período que compreende a estiagem das chuvas, o abastecimento de água para o consumo e lavoura também seria insuficiente. O acesso era difícil, portanto os colonos tinham dificuldade de chegar as escolas e ao comércio, e o já sobredito mais custoso revés de as glebas ofertadas a eles não serem apropriadas ao cultivo.

2 | COLÔNIA MURUAÍ

Já se encontravam alojadas em Rosário as famílias japonesas que chegaram ao estado em 1960 quando alguns meses depois chegava ao Maranhão a segunda leva de nipônicos. Assomava a Ilha de São Luís mais famílias já aguardadas na ampliação das colônias japonesas do estado.

Em 04 de janeiro de 1961 desembarcou no Porto do Itaqui o navio Argentina Maru procedente da cidade de Osaka com 52 japoneses pertencendo a 10 famílias (HOMMA; FERREIRA, 2011). Estas famílias foram deslocadas para o interior da Ilha, na localidade de Pedrinhas, zona rural de São Luís, nas margens da BR 135.

O Maranhão passou então a ter dois núcleos de imigrantes japoneses. Um localizado em Rosário, conhecido por colônia Morro de Alcântara, e outro em São Luís, no povoado Pedrinhas que veio a ser a colônia Muruaí.

Esse movimento migratório foi acordado entre o governo do Japão e o Estado do Maranhão sob a mediação da Secretaria de Agricultura do Maranhão com a Japan International Cooperation Agency, corporação ligada ao Ministério de Negócios Estrangeiros do Japão. E havia ainda rumores de intenção do governo maranhense de continuar atraindo nipônicos para outros municípios do estado, como divulgou reportagem em que o secretário Joel Barbosa Ribeiro, assinalou interesse em aumentar o número de colônias. “Declarou aquele titular ser pensamento do governo instalar uma terceira, destinada à criação de suínos em Pirapemas, Cantanhede ou Itapecuru-Mirim”.

No entanto, não foi dado andamento ao projeto de ampliação de colônias no estado, embora não houvesse custo para o governo do Maranhão, pois, toda a despesa da transferência das famílias ficava por conta do consulado japonês. Assim como os campos de Perizes não foram ocupados ou utilizados para produzir arroz ou qualquer outra cultura, como fora supracitado em especulações jornalísticas anteriormente.

É interessante destacar a presença de japoneses, também, na região da Maioba, em Paço do Lumiar, município da região metropolitana de São Luís, desde a década de 1960. Entretanto, a formação desta comunidade nipônica não faz parte do que é compreendido por imigração japonesa no Maranhão, movimento que foi um processo de abertura às famílias japonesas por convênio entres os Estados japonês e maranhense como ocorrera com os nipônicos das colônias de Rosário e Pedrinhas, o que não significa que japoneses não chegassem a Ilha de São Luís ou noutras partes do estado, aleatoriamente, advindas de outras cidades do Brasil, pois, era comum a mobilidade dos estrangeiros não adaptados ao seu destino original a procura de lugar que lhes oferecesse melhores condições para se estabelecerem, caracterizando um processo de migração, ou seja, de mobilidade de imigrantes japoneses dentro do país.

Houve ainda uma terceira entrada de imigrantes japoneses no Maranhão ocorrido em 28 de janeiro de 1961 no porto de Mocajituba, na cidade de Paço do Lumiar [...] o número de imigrantes dessa leva é significativamente menor se comparada aos grupos anteriores, por volta de 18 pessoas, apenas 4 famílias [...] A bordo do Santos Maru eles aportaram primeiramente em Recife na data de 13 de maio de 1960. Em outros vocábulos ocorreu um processo migratório, pois eles já estavam em território brasileiro há alguns meses (SIQUEIRA JUNIOR apud SIQUEIRA JUNIOR, 2015, p. 34).

Os colonos de Pedrinhas, ou Muruaí, tiveram de enfrentar desafios logo na chegada, uma vez que a colônia não estava estruturalmente organizada para receber os novos moradores. A construção das casas ainda estava por concluir, o que dificultou a acomodação do grupo, pois, não havia casas prontas para todas as famílias. Havia ainda a carência de equipamentos para iniciar o cultivo. Iniciaram com o que trouxeram em suas

bagagens. Os primeiros hortifrutigranjeiros que produziram foram com muito esforço e enfrentando muitas adversidades. A produção das colônias Morro de Alcântara e de Muruaí era, inicialmente, negociada com pequenos comerciantes, a partir de abril de 1962 passou ao Mercado do Produtor.

Com o passar dos anos muitos dos colonos japoneses de Muruaí foram se mobilizando pela região e comprando ou arrendando outros terrenos, pois, suas terras na colônia já sinalizavam desgaste. A ocorrência dessa mobilidade se harmoniza com a memória de dona Joana que teve contato com os imigrantes no ambiente escolar durante a infância e teve também experiência de trabalho com dois nipônicos na extinta localidade de Santa Fé, nas proximidades de Estiva. Aos 15 anos, em 1971, através de um irmão que já trabalhava nas hortas de Kazunari Horiuchi, dona Joana foi então trabalhar na casa deste japonês, e teve ainda uma segunda vivência ao trabalhar na granja de um nipônico que identifica pelo nome de Antônio Miaki e descreve os dois patrões como abastados.

Kazunari tinha horta de tudo, plantava de tudo, o forte era o tomate, mas tinha também o pepino, pimentão, melancia, repolho, muita coisa. A casa dele era na Santa Fé e as hortas numas terras que ele tinha arrendado na entrada do Rio dos Cachorros. E a granja do seu Miaki era enorme, ficava na Santa Fé também, tinha pra mais de dez galpões, produzia muito. Tinha muitos empregados. Mas, tinha japonês por todo canto. No Aracaua, Anajatiua, Pedrinhas, Rio Grande e Rio dos Cachorros.

A localização dos patrões japoneses que dona Joana abordou em sua fala, concilia-se e acrescenta ao explanado por Siqueira Junior de que quando as terras do Muruaí já sinalizavam desgaste devido ao uso constante do solo, os japoneses se mudaram para outro povoado na área rural de São Luís intitulada Santa Fé. Permaneceram por um período de tempo e depois regressaram a Pedrinhas quando o solo da colônia já podia ser usado novamente (SIQUEIRA JUNIOR apud SIQUEIRA JUNIOR, 2015).

Não foram poucos ou irrelevantes os contratemplos encontrados pelos japoneses em terras maranhenses. A inexistência de bibliografia no que afeta a historiografia da imigração japonesa no Maranhão faz com que a fonte oral seja de suma importância, lanço mão do conceito de Paul Ricouer de que, em última análise, o principal recurso, se não as vezes o único, para nos assegurar de que algo sucedeu é o confronto de testemunhos (RICOUER, 2007, p.156). Desse modo, percebi que na memória um recurso de validação. Na medida em que serve para confrontar com outras fontes como os jornais e a pouca bibliografia encontrada sobre imigrantes japoneses no Maranhão.

3 | ANTINIPONISMO

A instalação dos japoneses nas colônias, em Rosário e São Luís acontecera sob a tutela da Secretaria de Agricultura do Maranhão e despertou contrariedade em alguns setores da sociedade. Não eram raros artigos jornalísticos, sobretudo nos periódicos de

oposição ao governo, que denotassem resistência a presença dos colonos japoneses, por entender que o governo despendia de apoio aos agricultores estrangeiros que deveria ser investido nos lavradores locais. Isto, muito por conta dos insumos que os japoneses teriam adquirido para começar o serviço no campo nas terras cedidas a eles nas colônias. Os terrenos teriam sido cercados e os moradores japoneses teriam recebido carta branca para matar gado, em caso de invasão. O *Jornal Pequeno*, pouco mais de um mês da chegada do segundo grupo de nipônicos, em 1961, publicou artigo de autoria de José Alves da Costa acerca dos eventuais privilégios dados aos estrangeiros e problematizava as dificuldades vivenciadas pelo homem do campo maranhense.

Eles são de fora não nasceram no solo pátrio, tem mais direito talvez sejam mais patriotas de que nossos irmãos do campo. Estes imigrantes tiveram terras selecionadas, examinadas pelos técnicos e depois cercadas para impedir invasão de gado e ainda carta branca para matar o gado que atravessar a cerca. Foram construídas boas casas, confortáveis, estradas para facilitar os meios de comunicações e continuam recebendo todo apoio e ajuda do governo e da secretaria de agricultura. Jeeps, caminhões para transportar suas produções para as feiras, além das máquinas e ferramentas que faziam parte de suas bagagens, recebem financiamento, sementes e enfim o necessário para manter uma vida digna de ser humano (COSTA, JORNAL PEQUENO, 23 fevereiro 1961, p. 04).

Fazia parte do que fora acordado entre o governo maranhense e o governo japonês de que, uma vez estabelecidos no Maranhão, os nipônicos receberiam residências de moradia e equipamentos para iniciar trabalho na lavoura. Pois, a abertura do estado para a imigração nipônica foi legitimada pela justificativa de que os orientais chegavam para contribuir com a expansão agrícola do estado.

A ideia era que essas famílias trabalhassem na produção agrícola de pimenta do reino, legumes e verduras, escassos no estado. Em troca, o governo maranhense daria lotes de 50 hectares de terra para cada família (que só passariam a pertencer a elas após três anos de trabalho), além de disponibilizar ferramentas agrícolas e uma ajuda de custo para os primeiros meses (AZEVEDO apud SIQUEIRA JUNIOR, 2015, p. 32).

“Já tentamos fazer com o nosso homem do campo o que estamos fazendo com os japoneses?” interroga textualmente José Alves da Costa no artigo, contestando o que considera despreço aos lavradores da terra. O autor apregoava ainda se os homens maranhenses do campo não estavam sendo considerados “incapazes” e “preguiçosos”. Em sua arguição prosseguia afirmando – “nosso lavrador é um herói, lutando contra tudo e contra todos. Produz e sustenta a base econômica desse Estado que tem como fonte de receita a agricultura” – esta discussão acerca do que muitos consideravam benesses para os imigrantes não se restringiu só a imprensa.

A polêmica acerca do movimento imigratório japonês no estado do Maranhão também circundou o cenário político. O mesmo *Jornal Pequeno* trouxe em uma de suas

edições reportagem sobre acalorado debate que ocorrera na Câmara Estadual de São Luís a despeito do projeto de Nº 47, cujo teor citava abertura no orçamento daquele ano para crédito especial de 500 mil cruzeiros para a construção das casas de moradia da segunda leva de imigrantes japoneses na colônia Muruaí, em Pedrinhas. O projeto fora posto em discussão pela casa e acendeu o debate, visto que alguns parlamentares o contestaram.

O deputado Alves Gondin protestou votando contra a autorização da proposta, alegava que ao invés do governador construir modernas casas para japoneses, os lavradores maranhenses não tinham assistência social. Outro parlamentar, o deputado Bacelar que, embora se solidarizasse com a opinião de Gondin no que tange a falta de amparo aos trabalhadores do campo locais, lembrou que a construção das residências dos imigrantes japoneses deveria ser executada, pois, isto estava explícito no contrato que viabilizou a vinda dos nipônicos.

Outro deputado, o senhor Vera Cruz Marques, posicionou-se em apoio a Gondin endossando que só aplaudiria o projeto do governador caso os japoneses viessem na condição de técnicos para ensinar suas práticas modernas de lavoura aos trabalhadores maranhenses. O deputado Euzébio Trinta interpelou a discussão dizendo que os lavradores maranhenses não queriam trabalhar, que só queriam ser deputados ou conseguir emprego de funcionário público. Apesar da alteração que o projeto do governador provocou, fora aprovado mesmo a contragosto da bancada minoritária de oposição.

Nos relatos dos sujeitos remanescentes da experiência imigratória japonesa no Maranhão a respeito da assistência do governo aos colonos há incompatibilidade em relação aos privilégios que a imprensa denunciava. O japonês Sadame Tanabe afirmou que sua família foi atraída pelo governo do Maranhão para plantar, porém, relata que tiveram dificuldades em começar a produzir, pois, sua família não teria recebido as sementes e equipamentos necessários. Teriam recebido apenas alguns mantimentos para o sustento nos primeiros dias.

Foi Ele que chamou. Ele deu pra gente a casa, o terreno e o caminhão. Teve dificuldade com sementes. Muito difícil. Governo não deu as sementes. Deu arroz, milho, feijão pra comer, mas semente pra plantar verdura, não. E ferramentas, papai trouxe algumas coisas.

A família Tasaka, conforme declarou Roberto Kumihito, foi motivada também a deixar o Japão devido a situação de crise que o país atravessava. No entanto, ele que em sua fala reverbera tanto as próprias memórias como as que herdou dos pais, descreve a frustração da sua família ao chegar ao Maranhão.

Teve a promessa do governo que a terra era muito boa e aí vieram enganado, as famílias tudinho de lá. Quando chegou aqui era totalmente diferente do que eles disseram. Chegou aqui, nada! Só quem respondia pelos japoneses era o consulado [...] o governo mesmo nada.

Dessa forma, é perceptível que os discursos destoam. A imprensa e alguns membros do poder público, como alguns deputados supracitados anteriormente em matéria jornalística, viam como privilégios o suporte que o governo do Maranhão dava aos imigrantes japoneses. Entretanto, no que diz respeito aos próprios nipônicos há uma sensação de insatisfação nas falas de meus entrevistados, não consta que para estes o Estado, através da Secretaria de Agricultura, tivesse dado tudo de que eles realmente precisavam e, havia sido acordado.

Outro contraponto notório ao perscrutar outros olhares sobre os japoneses para além da visão deles mesmos e o dos arquivos de jornais já explicitados. As entrevistas de pessoas que viviam nas proximidades das colônias japonesas e que conviveram com os nipônicos no cotidiano. Uma dessas pessoas que teve contato com japoneses logo nos primeiros anos em que se estabeleceram no Maranhão. Dona Joana, 63 anos, teve bastante proximidade com o universo japonês criado no Maranhão pelos imigrantes. Ao relatar o primeiro encontro com os estrangeiros, ocorrido ainda na infância no ambiente escolar, na década de 1960, descreveu como se deu a interação com os novos habitantes da região.

Dois casais de garotos estudavam na mesma escola que eu no povoado de Santa Fé. Pra mim e pras outras crianças era como se eles fossem extraterrestres porque nunca tínhamos visto pessoas tão diferentes. Eles falavam português muito pouco, era difícil as vezes para eles entender a gente, e vice-versa, mas a gente conseguia conversar e foi fácil conviver. Depois, acostumamos. Lembro de uma vez que usaram o campo lá do Inhaúma pra jogar um esporte que ninguém nunca que tinha visto. Baseball, todo mundo ria e comentava que eles eram o contrário de todo mundo em tudo. Enquanto que aqui se jogava bola com o pé, eles usavam um pedaço de pau, um taco (risos).

Ao ser indagada sobre o que mais lhe chamou a atenção, além da aparência e língua, dona Joana surpreende ao se atentar a detalhes interessantes nos modos e costumes dos imigrantes, também em sua fala, demonstra enxergá-los como sujeitos que se distinguiram socialmente no contexto em que ambos viviam.

Só deles chegar na escola de carro já era algo que chamava atenção de todo mundo porque nenhuma criança, naquela região, os pais podiam ter carro. Hoje eu penso naquela época e lembro que era apenas uma caminhonete velha que os pais trabalhavam carregando verdura, mas que pra gente era muito, pois, ninguém tinha nada daquilo.

Esta descrição marca na fala de dona Joana a memória de uma criança, tendo em vista que fora algo vivido na infância, mostra ainda como para ela e os demais colegas de escola percebiam que os novos alunos japoneses como se tivessem mais do que eles, nativos da terra. De algum modo a memória pessoal de Joana responde por um conjunto de indivíduos que também convivia com os nipônicos na escola.

É importante ressaltar a complexidade de ter como metodologia a oralidade, de analisar as memórias de meus entrevistados, pois, ter a memória oral como fonte e método é ir de encontro à “primeira dificuldade: a história oral tem por natureza um caráter individual. Não se fala em nome do grupo, mas em seu próprio nome” (BECKER, 2006, p. 29). Isto pode parecer limitador, entretanto, ao delimitar as fontes e comparar os discursos entre si foi possível ter um caráter coletivo. Jenkis, em sua perspectiva um tanto cética alerta para o que seria uma fragilidade epistemológica da História por ser um campo de estudo não totalizante, logo, limitado. O historiador faz seleções cujas visões, embora sejam autenticadas, aceitas e verificáveis, não estão alheias a ser fadadas a um “constructo pessoal do narrador” (JENKIS, 2007). Porém, os escritos de jornais, a oralidade e a bibliografia com a qual esta narrativa dialoga não são ficcionistas possuem uma episteme, um método que trabalham numa perspectiva de verdade.

E no que concerne ao cotidiano e a atividade agrícola dos imigrantes a imprensa seguia noticiando acerca dos benefícios que o governo maranhense dava aos japoneses. A chegada de braços estrangeiros para alavancar a economia do estado acabou por ruminar a debilidade da produção local. Muitas matérias jornalísticas suscitavam a necessidade do estado de investir na formação técnica dos agricultores locais, como na criação de uma escola de agricultura, especulavam ainda acerca da competência da Secretaria de Agricultura, que segundo algumas reportagens “hostilizou os nossos caboclos e mandou buscar lavradores no Japão, às expensas do erário público”, e ainda denunciavam rumores de práticas de corrupção na Secretaria do Estado.

Dias atrás fomos informados de que caminhões da Secretaria de Agricultura, abarrotados de legumes, vão deixando na residência de certos elementos situacionistas repolhos, quiabos, maxixes, laranjas e outras coisas mais. O governo nega ajuda ao funcionamento da escola de agronomia e, no entanto, cria secretarias sem nenhuma finalidade para favorecer afilhados políticos (JORNAL PEQUENO, 24 novembro, 1960, p. 04).

Não obstante, havia jornais cujas matérias davam atenção aos desafios enfrentados pelos japoneses, destacavam seus trabalhos em situações desfavoráveis. “Os amarelos, por outro lado, também se dizem ludibriados em sua boa fé agrícola, alegando que, ao contrário do prometido, não lhes deram a terra recomendada para sua labuta” (CORREIO DO NORDESTE. São Luís, p. 02, 01 maio. 1962). Dessa maneira, abriam ao conhecimento público o desapontamento dos japoneses com a realidade encontrada no Maranhão.

Mas talvez os fracassos de imigrantes nos núcleos coloniais fossem mais frequentes que os sucessos, mas como a historiografia da imigração prefere relatar sucessos e falar dos ótimos resultados obtidos nos empreendimentos coloniais, arrolando produção agrícola e industrial e os hectares de terras integradas e tornadas cultiváveis, torna-se difícil a verificação neste sentido (PETRONE, 1982, p. 71).

Durante minha incursão pelas leituras acerca de movimentos imigratórios no Brasil, tanto de japoneses como de outros povos, percebi uma inclinação na historiografia, pelo menos na maior parte das obras, em contemplar a história dos sucessos dos imigrantes. Evidente que o contingente atual de imigrantes ainda vivos e de seus descendentes, além da indiscutível contribuição cultural e econômica, demonstram que um número significativo destes sujeitos fixou-se no país e faz parte da identidade do Brasil. No entanto, é importante que experiências como a do Maranhão cheia de ambiguidades e sujeitos com vivências tão peculiares sejam descortinadas.

REFERÊNCIAS

BECKER, Jean-Jacques. **O Handicap do Posteriori**. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Orgs). **Usos & Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro. Ed. FGV, 2006.

CARDOSO, Ruth. **Estrutura Familiar e Mobilidade Social**: estudo dos japoneses no estado de São Paulo. São Paulo: Ed. Primus Comunicação, 1995.

HOBBSAWN, Eric. **A Era dos Extremos: o breve século XX (1941-1991)**. São Paulo. Companhia das Letras, 1995.

HOMMA, Alfredo Kingo Oyama; FERREIRA, Aldenor da Silva. **Cronologia da Imigração Japonesa na Amazônia**. In: HOMMA, Alfredo Kingo Oyama; FERREIRA, Aldenor da Silva; FREITAS, Marilene Corrêa da Silva; FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto (Orgs). **Imigração Japonesa na Amazônia**: contribuição na agricultura e vínculo com o desenvolvimento regional. Manaus: EDUA, 2011.

JENKIS, Keith. **A História Repensada**. São Paulo: Ed. Contexto, 2007.

KODAMA, Kaori. **O Sol Nascente do Brasil**: um balanço da imigração japonesa. In: VAINFAS, Ronaldo (Org). **Brasil: 500 anos de povoamento**. IBGE / Centro de disseminação, documentação e informações. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

PETRONE, M. Thereza Schorer. **O Imigrante e a Pequena Propriedade (1824-1930)**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1982.

RICOUER, Paul. **A Memória, A História e o Esquecimento**. Campinas, SP. Editora da Unicamp, 2007.

SIQUEIRA JUNIOR, Etevaldo Alves de. **Imigração Japonesa no Maranhão**: uma jornada de 55 anos. São Luís – Clube de Autores, 2015.

ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DO ESTADO DE SÃO PAULO: ASPECTOS HISTÓRICOS (1980-2008)

Data de aceite: 01/12/2020

Data de submissão 15/10/2020

Odair Vieira da Silva

Universidade Estadual Paulista (UNESP) “Júlio de Mesquita Filho”
Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC),
campus de Marília/SP
odairvieira@prof.educacao.sp.gov.br
<https://orcid.org/0000-0002-3538-5743>

RESUMO: Visando a contribuir para a compreensão da história do currículo no Estado de São Paulo, este estudo enuncia aspectos relacionados à organização curricular e às concepções de ensino e de aprendizagem escolar que fundamentaram o currículo do referido Estado entre os anos de 1980 e 2008. No decurso das apreciações formuladas, constam reflexões sobre as primeiras iniciativas de revisão e reforma curricular, introduzidas na década de 1980, mediante a implantação do Ciclo Básico e a elaboração das propostas curriculares para o ensino de 1º grau, em 1985. Ademais, são focalizadas as iniciativas de produção de materiais de orientação curricular e de natureza prescritiva direcionados aos professores, nas décadas de 1980 e 1990. Dentre essas ações, a partir de 1990, destaca-se o alinhamento das políticas públicas para a educação do governo do Estado de São Paulo à doutrina econômica neoliberal, por meio da introdução do quadro referencial de Qualidade Total. E, finalmente, são apresentadas características da instituição do

currículo paulista denominado “currículo oficial”, a partir de 2008.

PALAVRAS-CHAVE: Educação, História, Currículo, Ensino-aprendizagem.

CURRICULAR ORGANIZATION OF THE STATE OF SÃO PAULO: HISTORICAL ASPECTS (1980-2008)

ABSTRACT: Aiming to contribute to the understanding of the history of the curriculum in the State of São Paulo, this study enunciates aspects related to the curricular organization and to the concepts of teaching and school learning that founded the curriculum of that State between the years 1980 and 2008. In the course of the formulated appraisals, there are reflections on the first curricular revision and reform initiatives, introduced in the 1980s, through the implementation of the Basic Cycle and the elaboration of curricular proposals for primary education, in 1985. In addition, the initiatives are focused production of curriculum guidance and prescriptive materials for teachers in the 1980s and 1990s. Among these actions, from 1990 onwards, the alignment of public policy for the education of the government of the State of São Paulo to the neoliberal economic doctrine, through the introduction of the Total Quality reference framework. And finally, characteristics of the institution of the São Paulo curriculum called “official curriculum” are presented, starting in 2008.

KEYWORDS: Education, History, Curriculum, Teaching-learning

1 | INTRODUÇÃO

Com o objetivo de contribuir para a compreensão da história da organização curricular do Estado de São Paulo no período compreendido entre 1980 e 2008, apresento, neste artigo, algumas reflexões sobre as concepções de ensino e de aprendizagem que têm fundamentado os currículos oficiais desse Estado nas últimas décadas, bem como suas implicações para a compreensão do anseio do alinhamento do Estado as políticas econômicas internacionais.

A opção pela delimitação do intervalo antes assinalado desdobra-se do fato de que, no início da década de 1980, intensificaram-se as pressões pela reorganização democrática do país, bem como tomaram corpo as primeiras iniciativas de revisão e reformas curriculares em várias unidades da federação, inclusive no Estado de São Paulo; de igual modo, em 2008, outro coeficiente determinante adveio da publicação do “novo” currículo oficial do Estado. Especificamente sobre isso, aliás, na pesquisa em pauta, importante a ressalva de que considero por currículo oficial o rol dos conteúdos propostos pelos órgãos normatizadores da educação. Nesse sentido, em conformidade com Goodson (2008), entendo que o “[...] currículo escrito não passa de um testemunho visível, público e sujeito a mudanças, uma lógica que se escolhe para, mediante sua retórica, legitimar uma escolarização” (p. 21). E delineando em igual teor, Apple (1999) também nos dá o leme reflexivo, enfatizando que

[...] o currículo nunca é apenas um conjunto neutro de conhecimentos, que de algum modo aparece em textos e nas salas de aula de uma nação. Ele é sempre parte de uma *tradição seletiva*, resultado da seleção de alguém, da visão de algum grupo acerca do que seja conhecimento legítimo. É produto das tensões, conflitos e concessões culturais, políticas e econômicas que organizam e desorganizam um povo. (p. 59, grifo do autor)

Ainda nessa perspectiva, Silva (2010) acrescenta que o currículo será “[...] sempre o resultado de uma seleção: de um universo mais amplo de conhecimentos e saberes seleciona-se aquela parte que vai constituir, precisamente, o currículo” (p. 15). O autor em pauta segue elaborando indagações relacionadas à identidade e à subjetividade do currículo, mencionando que, nas teorias a ele enredadas,

[...] a pergunta “o quê?” nunca está separada de outra importante pergunta: “o que eles devem ser?” ou, melhor, “o que eles ou elas devem se tornar?”. Afinal, um currículo busca precisamente modificar as pessoas que vão seguir aquele currículo. Na verdade, de alguma forma, essa pergunta precede à pergunta “o que?”, na medida em que as teorias do currículo deduzem o tipo de conhecimento considerado importante justamente a partir de descrições sobre o tipo de pessoa que elas consideram ideal. Qual o tipo de ser humano desejável para um determinado tipo de sociedade? Será pessoa racional e ilustrada do ideal humanista de educação? Será a pessoa otimizadora e competitiva dos atuais modelos neoliberais de educação? Será a pessoa ajustada aos ideais de cidadania do moderno estado-nação? Será a pessoa

desconfiada e crítica dos arranjos sociais existentes preconizadas nas teorias educacionais críticas? A cada um desses “modelos” de ser humano corresponderá um tipo de conhecimento, um tipo de currículo. (SILVA, 2010, p. 15)

Embora tais questionamentos possam suscitar obviedades, as críticas às teorias tradicionais do currículo¹ e sua centralidade no cenário educacional brasileiro constituem nichos temáticos que vêm ganhando destaque nas últimas décadas, sobretudo pelo elevado crescimento da produção acadêmica.

Assim, quanto aos currículos oficiais do Estado de São Paulo, inicio este estudo com as primeiras iniciativas de revisão e reforma curricular, introduzidas na década de 1980, mediante a implantação do Ciclo Básico² e a elaboração das propostas curriculares para o ensino de 1º grau, em 1985. Buscando contribuir para o avanço das discussões, sublinho, também, que, na década de 1990, se dá o alinhamento do governo paulista com a doutrina neoliberal, por meio da introdução do quadro referencial de “Qualidade Total”³. Por fim, retrato as características da instituição currículo paulista denominado “currículo oficial”, a partir de 2008.

2 | O CAMPO DO CURRÍCULO NO ESTADO DE SÃO PAULO: PERSPECTIVAS HISTÓRICAS DE 1980 A 2008

No Brasil, a partir do final da década de 1970, houve uma forte pressão dos setores organizados da sociedade civil “[...] pela ‘abertura política’ e pela reorganização democrática das instituições e relações sociais” (MORTATTI, 2000, p. 257). Com isso, no tocante à educação e seus respectivos problemas, as discussões e as análises passaram “[...] a abranger programaticamente largo conjunto de aspectos – políticos, econômicos, sociais e pedagógicos” (MORTATTI, 2000, p. 258).

1. De acordo com Silva (2010), as teorias tradicionais do currículo surgem em 1918, quando o educador norte-americano Franklin John Bobbitt (1876-1956) escreve e publica o livro *“The Curriculum”*, que inaugurou os estudos sobre o currículo e sobre a corrente tradicional. Nesse livro, o currículo é entendido como uma especificação minuciosa de objetivos, procedimentos e métodos, que visam à obtenção de resultados para que estes sejam mensurados. Bobbitt buscava igualar o sistema educacional ao sistema industrial, utilizando o modelo organizacional e administrativo de Frederick Taylor (1856-1915) – (racionalização do trabalho, uso de métodos científicos). Na sua proposta, a educação deveria funcionar tão eficientemente quanto qualquer outra empresa econômica.

2. O Ciclo Básico (CB) consistia em um projeto político do primeiro governador eleito pelo povo paulista após o Regime Militar de 1964, André Franco Montoro (1916-1999). Montoro governou o Estado de São Paulo no período compreendido entre 1983 e 1987; o Ciclo Básico de Alfabetização propunha alterar as relações de exclusão social provocadas pela reprovação escolar “[...] na passagem da 1ª para a 2ª série do ensino fundamental, impôs-se a necessidade de intervir na rede escolar, iniciando-se pela desseriação das duas séries iniciais e por um conjunto de outras medidas que constituíam a proposta do ciclo básico” (DURAN, ALVES, PALMA FILHO, 2005, p. 84).

3. O quadro referencial de Qualidade Total, tinha como finalidade regulamentar o art. 206, incisos VI e VII, da Constituição Federal de 1988, que dispõem sobre a gestão democrática do ensino na forma de lei e garantia de padrão de qualidade a educação (BRASIL, 1988). De acordo com Marques e Paiva (2005 apud FONSECA; OLIVEIRA, 2009), esse referencial “[o]riginalmente destinado ao setor empresarial, foi estendido para setores da administração pública, especificamente para educação” (p. 236).

Em tal contexto, questionamentos buscavam superar as concepções de “escola redentora” e de “escola reprodutora”, com o fito de evidenciar “[...] as finalidades sociais e políticas da escola não como auto-explicáveis, mas como produzidas historicamente e sujeitas a revisões ideológicas” (MORTATTI, 2000, p. 258). Nesse ínterim, sobreveio um duplo dilema sobre as “finalidades sociais e políticas da escola” e sobre seus “objetivos e meios”, que passaram a questionar “[...] o tecnicismo herdado do ideário escolanovista, sistematizado e oficializado na Lei nº 5.692/71 e identificado com o autoritarismo ditatorial do regime político imposto no país com o golpe militar de 1964” (MORTATTI, 2000, p. 258).

A partir desse momento, desencadeou-se, uma etapa de altercação, num esforço por respostas a essas incertezas, com atuação também dos entes federados, fazendo surgir diversas iniciativas dos governos estaduais em termos de revisão e reformas curriculares, que, na década de 1980, se anteciparam em relação ao poder público federal (SOUZA, 2006).

A autora mencionada esclarece, ainda, que, no Estado de São Paulo, a reestruturação curricular “[...] iniciou-se com a implantação, em 1983, do ciclo básico (Decreto nº 21.833, de 21.12.1983), concebido como ponto de partida para a reorganização da escola pública de 1º grau” (SOUZA, 2006, p. 205); e assevera que, “[...] do ponto de vista político, o projeto visava a diminuir a seletividade escolar, cumprindo o compromisso do governo de São Paulo com a democratização do ensino e, da perspectiva pedagógica” (SOUZA, 2006, p. 205). Na concepção de Mortatti (2000), esse projeto surgiu como uma resposta aos elevados índices de repetência e evasão na passagem da 1ª para a 2ª série do ensino de primeiro grau, que passaram

[...] a ser entendidos como “produzidos pela escola reprodutora”, caracterizando-se como indicadores da marginalidade e/ou expulsão dos diferentes, ou seja, dos que não se ajustam às normas impostas pela ideologia dominante reproduzida e salvaguardada por essa instituição. (p. 260)

Considerando tais denúncias e tencionando superar esses problemas, de acordo com Mortatti (2000), a Secretaria de Estado dos Negócios da Educação do Estado São Paulo, em conjunto com a Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas (CENP), implementou “propostas concretas de ação” para o “[...] projeto do Ciclo Básico, como desencadeado por e desencadeador de uma série de mudanças estruturais, administrativas e didático-pedagógicas, na rede pública de ensino paulista” (p. 262). Dentre as factíveis ações, distingue-se que

[...] além da reorganização da estrutura curricular em um ciclo de alfabetização, compreendendo os dois primeiros anos de escolarização, da sistemática avaliação, prevendo remanejamento de alunos e acompanhamento contínuo de seu rendimento e dificuldades, e do aumento da carga horária para alfabetização, mediante a posterior criação da jornada única de 6 horas-aulas diárias (Decreto nº 28.170, de 21.1.1988), a proposta do Ciclo Básico

incorpora uma “nova” teoria como base para as opções didático-pedagógicas: o construtivismo⁴. (p. 263)

Prosseguindo com Mortatti (2000), a perspectiva construtivista foi adotada como discurso oficial da Secretaria de Estado da Educação de São Paulo e passou

[...] a ser divulgada no âmbito das estratégias de capacitação docente – seja nos cursos de formação básica regular seja nos de formação em serviço –, desenvolvidas pela CENP, a partir de 1984, especialmente por intermédio dos fascículos e programas televisivos do Projeto Ipê e, posteriormente, pela Fundação para o Desenvolvimento da Educação (FDE), por intermédio de cursos, seminários, palestras, publicações e demais ações desenvolvidas. (p. 267-268)

No Estado de São Paulo, a reestruturação curricular da década de 1980 avançou com “[...] a elaboração das propostas curriculares para o ensino de 1º grau que ocorreu a partir de 1985” (SOUZA, 2006, p. 206). O traçado foi apresentado como uma proposta flexível que “[...] concebia o professor como um intelectual e incidia sobre as matérias do núcleo comum” (p. 206). Para essa autora “[a] maior parte das propostas curriculares foi construída entre 1986 e 1987 e distribuída à rede de ensino público a partir de 1988” (p. 206).

Entre as décadas de 1980 e 1990, a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo “[...] implementou políticas de produção de materiais de orientação curricular direcionadas para os professores, visando subsidiar a prática docente na implementação do projeto de reorganização da escola de 1º grau” (SOUZA, 2006, p. 207). Muitos desses instrumentos foram utilizados em cursos de formação continuada de professores e eram vistos

[...] como uma modalidade de texto didático para a formação de professores em serviço. Nesse sentido, constituem objetos culturais de transmissão de saberes. Trata-se, portanto, de dispositivos pedagógicos que buscam instituir um discurso educacional e informar a prática. Podem ser vistos ainda como auxiliares do ensino, na medida em que muitas publicações trazem sugestões de atividades para os professores desenvolverem em sala de aula. (SOUZA, 2006, p. 207)

A autora pondera que essas publicações tinham um caráter institucional, haviam sido produzidas pelo Estado “[...] como dispositivos de intervenção deste sobre a prática docente e como estratégia de formação indireta de professores. De natureza prescritiva, instituem um discurso político-pedagógico” (SOUZA, 2006, p. 207); além disso, esse material se caracterizava “[...] pela veiculação de valores, ideologias e conhecimentos” (SOUZA, 2006, p. 207).

4. O viés construtivista resulta das pesquisas da psicóloga e educadora argentina Emilia Ferreiro e de seus e colaboradores. Essa teoria de aprendizagem enfatiza a *lectoescrita* (habilidade adquirida de ler e escrever), respeitando os conhecimentos da psicogênese da língua escrita por parte do sujeito cognoscente. Nessa teoria, “[...] o foco do processo de alfabetização está *no como* a criança aprende a língua escrita; trata-se, assim, de um processo de desmetodização da alfabetização, uma vez que não cabem, nesse processo, os tradicionais métodos ensino da leitura e escrita” (MORTATTI, 2008, p. 473; grifos da autora).

Nóbrega (1999) elucida que, entre 1991 e 1994, assume o governo do Estado de São Paulo Luiz Antônio Fleury Filho, implantando o “Programa de Reforma do Ensino no Estado de São Paulo”, por meio do quadro referencial Qualidade Total, confirmando o sentido neoliberal desse momento histórico. Importante apensar que o programa de Qualidade Total, originalmente, fora destinado para o setor empresarial, mas acabou sendo estendido à administração pública, levando a educação a adotar o mesmo “[...] parâmetro de qualificação da produção na indústria em escala mundial” (NÓBREGA, 1999, p. 54).

Altimann (2002), em conformidade com as afirmações de Nóbrega (1999), ratifica que o programa de Qualidade Total ocultava a influência do Banco Mundial e da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL) nas reformas educacionais que vinculava “[...] educação e produtividade, a partir de uma visão economicista” (p. 83); a CEPAL preconizava que, para que “[...] os países da América Latina se tornem competitivos no mercado internacional, é necessário que disponham de talentos para difundir o progresso técnico e incorporá-lo ao sistema produtivo” (ALTIMANN, 2002, p. 83).

Nesse período, ocorreu a criação da Escola-Padrão e o limiar do processo de municipalização das escolas do então 1º grau. Institui-se, também, a concepção da “pedagogia de projetos”, voltada à Escola-Padrão, em que “[...] cada escola deveria realizar ‘projetos especiais’ que contemplassem temas interdisciplinares. [...] Sobre essa questão, o primeiro aspecto a ser destacado refere-se aos vínculos entre o construtivismo e a ‘pedagogia dos projetos’” (MARSIGLIA; DUARTE, 2010, p. 154). E complementam:

[...] a adoção da “pedagogia dos projetos” ou método de projetos, em harmonia com o construtivismo, tem algumas implicações. Uma delas é a da vinculação direta dos conhecimentos escolares às necessidades do cotidiano dos alunos. Outra é a relativização da validade do conhecimento, acarretando em graus maiores ou menores a desestruturação do currículo escolar. Por último, mas não menos importante, a hipervalorização do processo de aquisição de conhecimentos supostamente novos em oposição à transmissão dos já existentes. (MARSIGLIA; DUARTE, 2010, p. 155)

No final da década de 1990, no governo Mario Covas, nova mudança desenrolou-se nos rumos das orientações curriculares do Estado de São Paulo. Essa orientação administrativa apontou para a redução das funções e dos quadros de funcionários da Fundação para o Desenvolvimento da Educação (FDE) e da CENP; bem como para a produção de material de orientação curricular. Com isso, a atenção da Secretaria da Educação enveredou-se “[...] para a compra de material didático (jogos e livros) e para a formação de professores mediante a educação à distância, investindo na aquisição de antenas parabólicas e equipamentos necessários a esse tipo de formação” (SOUZA, 2006, p. 213).

Concomitantemente, no Brasil, a partir da década de 1990, o currículo ganha amparo legal por meio da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei Federal nº. 9.394/96, que considera, no artigo 9º, título IV, que é de “[...]”

competência da União, em colaboração com estados e municípios, o estabelecimento das diretrizes que norteiam os currículos e conteúdos mínimos, a fim de assegurar a formação básica comum” (BRASIL, 2012, p. 12). Com base nessas medidas legais, e de acordo com Libâneo, Oliveira e Toschi (2009), no final da década de 1990, são verificadas as primeiras iniciativas de centralização do currículo, com os “[...] Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN’s), para todo o ensino Fundamental, e nas resoluções nacionais relativas às diretrizes curriculares do ensino fundamental e médio” (p. 177).

Para Santos (2002), essas iniciativas demonstraram a busca de um reordenamento da educação nacional e certo grau de centralização das decisões pedagógicas relacionadas à forma e ao conteúdo da organização e do funcionamento dos sistemas públicos de ensino. Libâneo, Oliveira e Toschi (2009) ainda observam que,

[...] embora se apresentem como não obrigatórios, os PCNs implicitamente trazem essa característica, uma vez que as avaliações os têm como referência, da mesma forma que a aquisição de livros didáticos pelo governo exige a contemplação dos conteúdos propostos nesses parâmetros. (p. 178)

De acordo com Souza (2006), apesar da publicação dos PCN’s ao final da década de 1990, em relação ao planejamento no Estado de São Paulo “[...] as Propostas curriculares para o ensino de 1º grau continuam sendo a referência básica para os planos de ensino” (p. 214). Assim, na organização curricular do Estado de São Paulo, a proposta curricular efetivada desde 1985 seguiu até a implementação da nova proposta no ano de 2008.

Ainda no Estado de São Paulo, em 2007, a Secretaria de Educação instituiu o programa *São Paulo faz Escola*, cuja finalidade era padronizar o currículo, propondo conteúdos mínimos a serem trabalhados a partir de 2008 e, posteriormente, cumpridos como Currículo Oficial em 2009. Para Ciampi *et al* (2009), o título do programa *São Paulo faz Escola*,

[...] é adequado aos objetivos a serem alcançados pelo governo. Uma imagem, aliás, que visa retomar a centralidade perdida pela educação paulista no conjunto da nação, expressa nos últimos resultados do Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (saesp)⁵, bem como nas avaliações nacionais, nas quais o desempenho desse estado ficou abaixo do esperado. A retomada do projeto “empreendedor” do estado de São Paulo na educação é a de um bandeirantismo em descompasso com o seu papel de protagonista do desenvolvimento industrial, tecnológico e cultural do país. (p. 366)

A proposta foi implantada na rede estadual de ensino paulista por meio da Resolução SE n.º 76, de 07 de novembro de 2008, e tinha como principais metas estabelecer

5. O Saesp se refere a uma avaliação em larga escala, de caráter censitário, implantada no Estado de São Paulo desde 1996. Essa avaliação “[...] abrange, obrigatoriamente, a participação de todas as escolas públicas estaduais do ensino regular. São avaliados alunos do 3º, 5º, 7º e 9º anos do ensino fundamental, e do 3º ano do ensino médio. Para monitorar a qualidade do ensino paulista e subsidiar as políticas públicas educacionais” (OLIVEIRA JÚNIOR; CALDERÓN, 2014, p. 940).

referenciais comuns de garantia de padrão de qualidade, garantindo aos alunos acesso aos conteúdos básicos, saberes e competências tidas como essenciais (SÃO PAULO, 2008a).

Nessa direção, a proposta curricular do Estado de São Paulo para o Ensino Fundamental e Médio passou a se constituir como referencial básico obrigatório para a formulação da proposta pedagógica das escolas da rede estadual. Além desses fatores, a formalização dessa proposta deveria se processar com o apoio de materiais impressos, “[...] recursos tecnológicos e com ações de capacitação e monitoramento que, mediante a participação direta e contínua dos educadores da rede de ensino, possibilitarão seu aperfeiçoamento” (SÃO PAULO, 2008a, s. p.).

Desse modo, para o então Ciclo I do Ensino Fundamental, a proposta foi apresentada com a publicação do documento “Orientações Curriculares do Estado de São Paulo: Língua Portuguesa e Matemática” (SÃO PAULO, 2008b). Para o ensino da Língua Portuguesa, a proposta divide o ensino da disciplina em três partes: “O ensino da Língua Portuguesa nas séries iniciais” (p. 7); “Língua Portuguesa (Leitura, Escrita e Comunicação Oral); e Expectativas de Aprendizagem” (p. 9) e “Orientações Didáticas para o Ensino da Língua Portuguesa (Leitura, Escrita e Comunicação Oral)” (p. 12). E, finalmente, para o ensino de Matemática, havia apenas uma subdivisão, “Matemática: Expectativas de Aprendizagem” (p. 23).

Na *Proposta Curricular do Estado de São Paulo*, São Paulo (2008c), foram delineados os pressupostos para o Ensino Fundamental – Ciclo II – e para o Ensino Médio, sendo dividida em dois tópicos: “Uma educação a altura dos desafios contemporâneos” (p. 9) e “Princípios para um currículo comprometido com o seu tempo” (p. 12). O segundo tópico continha seis subdivisões: “I – Uma escola que também aprende” (p. 12); “II – O currículo como espaço de cultura” (p. 12); “III – As competências como referência” (p. 13); “IV – Prioridade para a competência da leitura e da escrita” (p. 16); “V – Articulação das competências para aprender” (p. 18); e “VI – Articulação com o mundo do trabalho” (p. 20).

No que tange à organização curricular, o documento original da proposta descrevia sua primeira divisão em quatro áreas de conhecimentos: “Ciências da Natureza e suas Tecnologias” (p. 26); “Matemática e as áreas do conhecimento” (p. 32); “Ciências Humanas e suas Tecnologias” (p. 35); e “Linguagens, Códigos e suas Tecnologias” (p. 37). A segunda divisão englobava orientações para a gestão do currículo na escola destinado a dirigentes, diretores e professores coordenadores. Enquanto a terceira divisão envolvia orientações aos professores por meio de encartes denominados “Caderno do Professor”, organizados por bimestre e por disciplina; semelhante material era distribuído aos alunos, que, analogamente, recebiam o “Caderno do Aluno”, ordenado por disciplina e por bimestre.

Articuladamente a essa organização, o currículo oficial do Estado de São Paulo apresenta nítido alinhamento à visão educacional difundida pelo Banco Mundial, via Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). A adesão aos princípios educacionais do Banco Mundial é manifestada na adoção do relatório

elaborado pelo economista francês Jacques Delors, em seu texto “Educação um tesouro a descobrir”. Na sua apreciação, Delors (2010) argumenta que “[...] a educação ao longo da vida baseiase em quatro pilares: aprender a conhecer, aprender a aprender, aprender a conviver e aprender a ser” (p. 31).

Dentre esses princípios, o currículo oficial dá maior ênfase ao “aprender a aprender”, justificando que “[...] a sociedade do século XXI é cada vez mais caracterizada pelo uso intensivo do conhecimento, seja para trabalhar, conviver ou exercer a cidadania, seja para cuidar do ambiente em que se vive” (SÃO PAULO, 2008c, p. 09).

Duarte (2012), a seu turno, classifica o princípio do aprender a aprender, nessa esfera, como uma estratégia ideológica de cunho neoliberal que visa à adaptação da educação às normas estabelecidas pelo mercado mundializado, com o objetivo de manter a estabilidade política e econômica necessária à reprodução do capital. Veja-se que o autor caracteriza o aprender a aprender como um princípio contrário à formação plena dos indivíduos, pois atua como instrumento ideológico da classe dominante para alienar e esvaziar a educação escolar destinada às grandes massas. E ainda avalia que o ponto fulcral do aprender a aprender reside

[...] na desvalorização da transmissão do saber objetivo, na diluição do papel da escola em transmitir esse saber, na descaracterização do papel do professor como alguém que detém um saber a ser transmitido aos seus alunos, na própria negação do ato de ensinar. (DUARTE, 2012, p. 09)

No que diz respeito à organização pedagógica, o currículo oficial estava centrado na figura dos gestores escolares, que assumem o papel de administrar a burocracia do Estado e responder pelos sucessos e insucessos do ensino, além de atuarem “[...] como agentes formadores, devem aplicar com os professores tudo aquilo que recomendam a eles que apliquem com seus alunos” (SÃO PAULO, 2008c, p. 12). Desse modo, ocorreu um

[...] esvaziamento do papel do professor e o questionamento da sua capacidade de trabalho, refletindo outra concepção hegemônica na educação, sugerindo implicitamente que os professores podem se tornar desnecessários no processo de ensino/aprendizagem, pois não caberia mais a ele ensinar, já que o eixo da educação foi deslocado do ensino para a aprendizagem, ou seja, o professor não teria mais o que ensinar; agora cabe ao aluno aprender a aprender. (BEZERRA NETO, BEZERRA; JACOMELI, 2009, p. 39)

Outro eixo desse currículo estava centrado no papel atribuído às competências como referência para a aprendizagem. Nessa perspectiva, no referido documento, havia a suposição de que, ao longo dos anos de escolaridade, o aluno adquiriria a competência e a habilidade para fazer sua “[...] leitura crítica do mundo, para compreendê-lo e propor explicações, para defender suas ideias e compartilhar novas e melhores formas de ser, na complexidade em que hoje isso é requerido” (SÃO PAULO, 2008c, p. 14). O currículo oficial ainda enfatizava a formação para o trabalho, articulando os

[...] currículos de formação geral e currículos de formação profissional, em que o primeiro encarrega-se das competências básicas, fundamentando a constituição das mesmas em conteúdos, áreas ou disciplinas afinadas com a formação profissional. (SÃO PAULO, 2008c, p. 25)

Relativamente à aprendizagem de leitura e escrita, o currículo as preconizava como competências e deixava implícita uma dissociação entre linguagem oral e linguagem escrita. Ademais, o viés construtivista desse currículo ficava nítido ao afirmar que o ato de “[...] representar, comunicar e expressar são atividades de construção de significado relacionadas a vivências que se incorporam ao repertório de saberes de cada indivíduo” (SÃO PAULO, 2008c, p. 16); e que “[...] os sentidos são construídos na relação entre a linguagem e o universo natural e cultural em que nos situamos” (SÃO PAULO, 2008c, p. 16).

Do mesmo modo, as proposições do currículo oficial conferiam pouco valor à aprendizagem inicial de leitura e escrita nos primeiros anos de escolaridade, atribuindo uma importância tardia ligada à adolescência dos escolares, sustentando que é apenas nessa fase “[...] que a linguagem adquire essa qualidade de *instrumento* para *compreender* e *agir sobre o mundo real*” (SÃO PAULO, 2008, p. 16, grifos do autor). Sobre a constituição da competência de leitura e escrita, os pressupostos do currículo oficial tinham “[...] como base o desenvolvimento do pensamento antecipatório, combinatório e probabilístico que permite estabelecer hipóteses, algo que caracteriza o mundo da adolescência” (SÃO PAULO, 2008c, p. 17).

O documento em questão ainda propunha a transferência da responsabilidade pela não aprendizagem da leitura e da escrita aos escolares, pois salientava que eram os processos de desenvolvimento que possibilitavam ao estudante “[...] aprender, pouco a pouco, a considerar suas escolhas em uma escala de valores” (SÃO PAULO, 2008c, p. 17). Assim, tencionava proporcionar aos estudantes “[...] aprender a enfrentar as consequências das próprias ações, a propor e alterar contratos, a respeitar e criticar normas, a formular seu próprio projeto de vida e a tecer seus sonhos de transformação do mundo” (SÃO PAULO, 2008c, p. 17).

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões e considerações apresentadas neste trabalho, permitem elaborar algumas proposições em torno da redefinição do papel do Estado, bem como das políticas públicas destinadas à educação e ao currículo oficial do Estado de São Paulo. Nessa perspectiva, a análise das propostas e dos currículos oficiais do Estado indica que, desde a década de 1980, tais propostas têm se pautado numa visão de mundo ajustada aos princípios de adaptação a uma realidade imposta pelos ditames da ordem econômica mundial. Ao adotar referida concepção, as propostas e os currículos assumiram uma característica

[...] conformista e determinista, os detentores do poder entendem que já atingimos o melhor da sociedade e não precisamos transformá-la, restando-nos apenas a condição de nela conviver adaptando-nos, em outras palavras, aprendendo a conviver com as desigualdades, neste caso, entendidas como diferenças. (BEZERRA NETO; BEZERRA; JACOMELI, 2009, p. 38)

Em vista disso, Barreto (2012), ao discorrer sobre as reformas curriculares nas décadas de 1980 e 1990, assinala que esse movimento acompanhou as transformações da nova ordem econômica mundial e as tendências das reformas educacionais nos países do hemisfério norte e da América Latina. Suárez (1995) compreende que, em seu conjunto, o princípio educativo neoliberal adquiriu maior força na concepção das opções curriculares pós 1990, gerando uma crise de sentido para a escola pública; então, os projetos curriculares foram concebidos por relações de poder desfavoráveis, mediante uma tradição de seletividade que priorizou

[...] a inclusão hierarquizada de certos conteúdos e valores (próprios) como se fossem objetiva e universalmente válidos e legítimos, em detrimento de outros (alheios), aos quais desqualifica ou ignora: é aí que o princípio educativo opera, enquanto vontade cultural que se impõe em virtude de certa violência simbólica, de modo criativo e destrutivo. Por isso, o currículo também pode ser entendido como um *instrumento de política pública* e sua formulação pode ser vista como resultado sintético de um (oculto) processo de debate ou de luta entre posicionamentos pedagógicos, sociais e políticos muitas vezes opostos e antagônicos. (SUÁREZ, 1995, p. 265, grifos do autor)

A organização pedagógica do currículo paulista a partir de 2008, está centrada nas competências como referências para a aprendizagem, inserida numa configuração instrumental que tende a limitar o conhecimento e o saber a um saber-fazer, associado a dimensões pragmáticas. Com isso, se dá a precarização da dimensão cognitiva do currículo, bem como sua perda de sentido, favorecendo apenas a legitimação de saberes que “[...] permitem a inserção do indivíduo na nova lógica do mundo produtivo” (LOPES; LÓPEZ, 2010, p. 102).

REFERÊNCIAS

ALTMANN, Helena. Influências do Banco Mundial no projeto educacional brasileiro. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.28, n.1, p. 77-89, jan./jun. 2002.

APPLE, Michael. W. A política do conhecimento oficial: faz sentido a ideia de um currículo nacional? MOREIRA, Antônio Flávio; SILVA, Tomaz Tadeu. (orgs.) **Currículo, cultura e sociedade**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

BARRETO, Elba Siqueira de Sá. Políticas de currículo e avaliação e políticas docentes. *Cadernos de Pesquisa*. v.42. n.º 147, p.738-753 set./dez. 2012.

BEZERRA NETO, Luiz.; BEZERRA, Maria Cristina dos Santos; JACOMELLI, Maria Regina Martins. Currículo Escolar em São Paulo: uma proposta para a discussão. **Revista Educação & Cidadania**. Campinas: Átomo, 2009, p. 37 – 48.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 35. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, 2012.

BRASIL, LDB : **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** : lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional [recurso eletrônico]. – 7. ed. – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012.

CIAMPI, Helenice *et al.* O currículo bandeirante: a Proposta Curricular de História no estado de São Paulo, 2008. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 29, n.º 58, p. 361-382, 2009.

DELORS, Jacques. **Educação**: um tesouro a descobrir. Brasília: Unesco, 2010.

DURAN, Maria Claret Geraes; ALVES, Maria Leila; PALMA FILHO, João Cardoso. Vinte anos da política do Ciclo Básico na rede estadual paulista. **Cadernos de Pesquisa**, v. 35, n. 124, p. 83-112, jan./abr. 2005.

DUARTE, Newton. **Vigotski e o “aprender a aprender”**: crítica às apropriações neoliberais e pós-modernas da teoria vigotskiana. 5. ed. Campinas: Autores Associados, 2012.

FONSECA, Marília; OLIVEIRA, João Ferreira. A gestão escolar no contexto das recentes reformas educacionais brasileiras. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, Porto Alegre, v. 25, n. 2, p. 233-248, 2009.

GOODSON, Ivor F. **Currículo**: Teoria e História. 8.ed. Petrópolis, RJ: Vozes; 2008

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação escolar**: políticas, estrutura e organização. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

LOPES, Alice Casimiro; LÓPEZ, Silvia Braña. A performatividade nas políticas de currículo: o caso do ENEM. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v.26, n.01, p.89-110, abr. 2010.

MARSIGLIA, Ana Carolina Galvão; DUARTE, Newton. Concepção pedagógica oficial construtivista na rede estadual de ensino paulista. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Londrina, v. 2, n. 2, p. 148-162; ago. 2010.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. **Os sentidos da Alfabetização**: São Paulo – 1876/1994. São Paulo: Ed. UNESP, 2000.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. Notas para uma história da formação do alfabetizador no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Brasília, v. 89, n. 223, p. 467-476, set/dez. 2008.

NÓBREGA, M. L. S. **Escola-Padrão**: autonomia e gestão democrática. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, 1999.

OLIVEIRA JÚNIOR, Rafael Gabriel; CALDERÓN, Adolfo Inácio. Sistema de avaliação de rendimento escolar do Estado de São Paulo: mapeamento e tendências temáticas da produção científica brasileira (1996-2011). **Ensaio: avaliação, políticas públicas e Educação.**, Rio de Janeiro, v.22, n. 85, p. 939-976, out./dez. 2014.

SANTOS, Luciola Licínio de C. P. Políticas públicas para o ensino fundamental: parâmetros curriculares nacionais e sistema nacional de avaliação (SAEB). **Revista Educação & Sociedade**, Campinas, vol. 23, n. 80, Setembro/2002, p. 346-367.

SÃO PAULO (Estado), Secretaria da Educação. **Resolução SE - 76, de 7-11-2008**, dispõe sobre a implementação da Proposta Curricular do Estado de São Paulo para o Ensino Fundamental e para o Ensino Médio, nas escolas da rede estadual. São Paulo: SEE, 2008a.

SÃO PAULO (Estado), Secretaria da Educação. **Orientações curriculares do Estado de São Paulo: Língua Portuguesa e Matemática** – ciclo I. São Paulo: FDE, 2008b.

SÃO PAULO (Estado), Secretaria da Educação. **Proposta Curricular do Estado de São Paulo**. São Paulo: FDE, 2008c.

SILVA, Tomaz Tadeu. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

SOUZA, Rosa Fátima. Política curricular no Estado de São Paulo nos anos 1980 e 1990. **Cadernos de Pesquisa**, v. 36, n. 127, p. 203-221, jan./abr. 2006.

SUÁREZ, Daniel. O princípio educativo da nova direita: neoliberalismo, ética e escola pública. In: GENTILI, Pablo. (org.). **Pedagogia da exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação**. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

CAPÍTULO 24

PLURALISMO NA CIÊNCIA ECONÔMICA OU UM ESTADO TRANSITÓRIO EM DIREÇÃO A UM NOVO MAINSTREAM PÓS-NEOCLÁSSICO?

Data de aceite: 01/12/2020

Data de submissão: 02/09/2020

Marcelo de Carvalho Azevedo Anache

Fundação Técnico-Educacional Souza Marques (FTESM), Faculdade de Ciências Contábeis e de Administração de Empresas (FCCA) Rio de Janeiro-RJ
<http://orcid.org/0000-0002-8291-576X>

Luiz da Costa Laurencel

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)
Faculdade de Administração e Finanças (FAF) Rio de Janeiro-RJ
<http://orcid.org/0000-0002-6167-5648>

Carlos Benevenuto Guisard Koehler

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia (HCTE) Rio de Janeiro-RJ
<http://orcid.org/0000-0001-5306-0603>

Trabalho apresentado em 2019 no Congresso Scientiarum História XII – HCTE/UFRJ – Rio de Janeiro; publicado como artigo na revista Scientiarum História XII, v.1 em 2019: <http://revistas.hcte.ufrj.br/index.php/RevistaSH/article/view/28>

RESUMO: O artigo pretende inicialmente expor uma reflexão de natureza metodológica no que concerne a investida frustrada da ciência econômica em encontrar um método único para constituir suas teorias. Em seguida se fornece uma visão de como novos nichos da economia vêm negociando seu espaço entre a ortodoxia neoclássica e a heterodoxia, possibilitando perspectivas para cenários futuros da disciplina. Para tanto, observa-se o estado da arte do pluralismo do mainstream como um empreendimento em busca de dar dinâmica à profissão do economista e de alguma forma se contrapor ao rótulo de um monismo na área. Por fim, conclui-se, a partir de algumas observações sobre um determinado ecletismo dentro das abordagens mais atuais, que a grande dúvida, expressa no título desse trabalho, permanece sub judice.

PALAVRAS-CHAVE: Metodologia, Ortodoxia, Heterodoxia, Pluralismo, Mainstream.

PLURALISM IN ECONOMIC SCIENCE OR A TRANSITORY STATE TOWARD A NEW POST-NEOCLASSICAL MAINSTREAM?

ABSTRACT: The article initially intends to expose a reflection, with a methodological nature, concerning economic science's frustrated approach on finding a unique method for constituting its theories. Next, a view of how new economy niches have been negotiating its space in between neoclassical orthodoxy and heterodoxy, allowing future scenario perspectives for the discipline. For this purpose, it is observed state of the art mainstream pluralism as an enterprise in search of giving dynamism to

the profession of economist, and in some way opposing to a label of monism in this area. Therefore, finally, from observations regarding a certain eclecticism within the most current approaches, it is concluded that the great doubt expressed in this work's title remains sub judice.

KEYWORDS: Methodology, Orthodoxy, Heterodoxy, Pluralism, Mainstream.

1 | INTRODUÇÃO

Ao debulhar as obras dos três luminares da metodologia científica, Karl Popper (1987), Imre Lakatos (1989 [1978]) e Thomas Kuhn (2003 [1962]), é possível concluir que a procura por uma metodologia correta (ou a busca da certeza), o almejado desejo dos pesquisadores de todas as tendências, é uma impossibilidade, mormente para as ciências sociais, especialmente para a economia. No contexto da economia, cada um dos autores citados, fornece pistas para a construção do conhecimento das teorias científicas, sem, contudo, definir uma solução de compromisso ou consensual. Karl Popper pugna por teorias que sejam empiricamente refutáveis, mas seu falsificacionismo é complexo, Lakatos busca um vínculo isomórfico entre a história das ciências e as regras do bom método científico, seu programa de pesquisa, e Kuhn nos propõe o paradigma que relaciona a mesma história e a revolução. Não há um consenso em como avaliar os padrões das teorias existentes assim como definir as regras de construção de tais teorias: a demarcação. Decorre que a problemática da demarcação resulta em uma babel, na qual as grandes questões metodológicas permanecem sem solução, ou melhor, sem solução consensual.

O questionamento do metodólogo da economia era o de encontrar um conjunto de regras estáveis capaz de nortear suas elucubrações e ideias. Vã foi sua tentativa, pois de Bruce Caldwell (1990) até Mark Blaug (1985) as discordâncias só se fizeram aumentar. Não há como definir padrões infalíveis e, no outro extremo abrir mão, totalmente, do aspecto metodológico, além de ser impraticável fazer recomendações políticas sem o devido respaldo do conhecimento subjacente. Como afirmava Samuel Beckett (2010), não basta olhar é necessário saber ver. Uma visão da metodologia econômica recente demonstra que a busca pelo “santo graal”, a metodologia certa, resultou em frustração. De acordo com Hands (2001) não há um “kit metodologia” de ampla disponibilidade pronto para o uso do pesquisador. Haja ou não aceitação, não há hodiernamente uma metodologia una, com regras imutáveis de plena aceitação da miríade de teorias econômicas. Este não é mais um objetivo do metodólogo da economia.

O que tem ocorrido é uma certa fragmentação do debate metodológico. Alguns programas de pesquisa ganham destaque por adotar suas próprias opções ao mesmo tempo em que examinam ideias específicas, renunciando a uma perspectiva de conjunto, onde a crítica sobre os métodos utilizados pela teoria econômica como um todo fica posta de lado. Destacam-se nesse contexto diferentes ramos da economia institucional,

a economia comportamental, os evolucionistas e a economia da complexidade, para citar alguns programas de pesquisa mais recentes (BIANCHI, 2011).

É interessante observar que mesmo abandonando a ambição de uma metodologia totalizadora, não se abriu mão de conteúdos normativos. O que de fato ocorreu foi a busca por uma especialização via alguns dos programas de pesquisa, como os já citados anteriormente. Essa atitude fez reduzir o escopo de investigação do metodólogo. Ainda assim, ele não conseguiu reduzir os problemas e desafios enfrentados. Para Bianchi (2011),

(...) quando considera cada programa de pesquisas individualmente, ele percebe que tem sérias questões de método para enfrentar, e que tais questões reproduzem, em sua própria escala, aquelas que a disciplina enfrentava como um todo (BIANCHI, 2011, p. 127).

Portanto, apesar dos esforços, não se encontrou uma solução satisfatória para a busca da metodologia correta. Ou seja, as questões de natureza metodológica que pugnam por um conhecimento seguro, com o fito de apoiar a prática dos pesquisadores, carecem de respostas. Ainda assim, não seria sensato o abandono da pretensão da verdade, já que essa atitude não resolveria nenhum problema. A partir disso, alguns questionamentos podem ser destacados: como chegar a verdade ou até mesmo ter certeza que ela foi alcançada? Se isso é impossível, como conviver com a incerteza de forma profícua?

Assim sendo, pretende-se oferecer em primeiro lugar uma reflexão de natureza metodológica sobre os rumos tomados pela ciência econômica no que diz respeito ao pluralismo do *mainstream*, por considerar a economia como um espaço de pluralidade, de diversidade de teorias e métodos. Ainda assim, é importante ressaltar que esse não parece ser um fenômeno exclusivo desta ciência e, mesmo válido também para as ciências naturais, é nas ciências sociais que a pluralidade é central. Isso não quer dizer que as ciências sociais não são objetivas, mas sim que a pluralidade está associada ao fato de serem construídas por seres humanos. Para explorar esse ponto, elegem-se algumas contribuições recentes de metodólogos da economia, que se dispuseram a analisar os rumos dessa disciplina no período mais recente. Dentre eles, pode-se citar: Colander, Holt e Rosser (2004) e Davis (2008). Em segundo lugar, apresenta-se uma conclusão, que compreende os propósitos do debate metodológico apresentado, as suas conotações para o pluralismo, que tem florescido no meio acadêmico da economia nos últimos anos e, por fim, um questionamento sobre o futuro.

2 | ESTADO DA ARTE PARA O PLURALISMO DO MAINSTREAM

Há uma discussão considerável, na economia hodierna, sobre os possíveis cenários futuros da disciplina. Historiadores e metodólogos, em particular, estão debatendo o chamado “pluralismo do *mainstream*” (DAVIS, 2008), que decorre do crescimento e da coexistência de novos programas de pesquisa em economia que se desviam significativamente do

núcleo neoclássico. Outras disciplinas contribuíram ativamente para o nascimento de tais programas (teoria dos jogos evolucionários, economia comportamental, cognitiva e experimental, economia experimental, neuroeconomia e economia da complexidade baseada em agentes), executados por diferentes comunidades de pesquisadores, muitas vezes separadas. É verdade que a economia nunca foi uma disciplina totalmente coesa. Ainda assim, o contraste entre o “pluralismo do *mainstream*” de hoje e as décadas em que muitos economistas importantes do *mainstream* elogiavam a virtude da atitude “imperial” de sua disciplina (construída sobre a força relativa do núcleo neoclássico) é bastante evidente. Nas últimas duas décadas, uma constelação de críticas não necessariamente interconectadas à economia neoclássica produziu, de fato, um número notável de nichos, cada um tentando resolver enigmas científicos específicos usando teorias e métodos distintos. E embora o “pluralismo do *mainstream*” não seja o pluralismo que vários grupos de economistas e estudantes não-*mainstream* procuraram nas últimas décadas, sua persistência ao longo do tempo pode, pelo menos, fornecer uma condição prévia possível para o advento do (verdadeiro) pluralismo na economia.

Pode-se mencionar a fraqueza da abordagem neoclássica (COLANDER, 2000; ELSNER, 2013) como possível explicação da proliferação de nichos, ou adotar uma perspectiva sociológica e afirmar que a criação de nichos pode ajudar a desenvolver uma carreira acadêmica bem-sucedida (BEN-DAVID; COLLINS, 1991). Ainda assim, a economia tinha um forte paradigma, na medida em que a discussão atual sobre a economia *mainstream* pressupõe que seu pluralismo não possa durar indefinidamente. O uso (muitas vezes implícito) de uma perspectiva kuhiana gera facilmente a ideia de que o pluralismo atual é apenas um estado transitório em direção ao advento de um novo *mainstream*, pós-neoclássico, explorando sobreposições e preocupações compartilhadas entre os atuais diferentes programas de pesquisa. Este novo *mainstream* pode se apoiar, por exemplo, na “visão” das ciências da complexidade, trazendo ao contexto as ideias da “revolução” da complexidade (COLANDER; HOLT; ROSSER, 2004); ou na contribuição dos economistas para uma estrutura abrangente, tornando as disciplinas comportamentais finalmente compatíveis entre si, como na proposta de Gintis (2007).

Entretanto, existem algumas singularidades no caráter desse pluralismo do *mainstream*. Colander, Holt e Rosser (2004) argumentam:

Certamente não estamos afirmando que o *mainstream* é sempre pluralista e de mente aberta, disposto a aceitar visões heterodoxas de braços abertos. Longe disso. Eles são humanos e se fixam em suas maneiras de ver as coisas e frequentemente rejeitam pontos de vista alternativos sem lhes dar uma consideração séria. Isso é parte da natureza humana (COLANDER; HOLT; ROSSER, 2004, p. 492, tradução nossa).

Essa fraqueza de pluralidade, citada acima, significa que, de muitas maneiras (inconscientes), a elite dominante (*mainstream*) pode suprimir as visões dos economistas

heterodoxos. Além disso, eles costumam usar seu método como uma ferramenta para proteger visões que não se encaixam muito bem em seu modo de pensar. O que Colander, Holt e Rosser (2004, p. 492) afirmam é que a mentalidade fechada da elite *mainstream* é geralmente “inconsciente e representativa de quase qualquer grupo que tenha o poder de ser assim, incluindo em suas próprias pequenas esferas muitos economistas heterodoxos”. O que também está se afirmando é que os piores tipos de repressão e intolerância heterodoxa não são levados a cabo pela elite, mas sim por economistas cujas credenciais profissionais são medíocres, pela simples razão de não serem tão imaginativos e criativos quanto a elite.

Nesse ínterim, outras singularidades são encontradas nas diferenças entre *mainstream* e ortodoxia. Uma comparação importante entre essas duas últimas é que os economistas que trabalham dentro do *mainstream* podem encontrar seus pontos de vista em evolução. Por exemplo, eles podem estar trabalhando com uma abordagem específica, mas depois mudam. Considere as expectativas racionais e a nova revolução clássica na macroeconomia. Um dos primeiros criadores de expectativas racionais, Leonard Rapping, modificou significativamente suas opiniões e tornou-se um economista heterodoxo antes de sua morte prematura. Outro exemplo é Thomas Sargent, outra das figuras principais na aplicação de expectativas racionais à macroeconomia. Como resultado da visita ao Instituto de Santa Fe, ele chegou a renunciar a uma visão estrita das expectativas racionais (SARGENT, 1993). Seu trabalho mais recente com Lars Hansen (HANSEN; SARGENT, 2000) tentou fornecer abordagens quantitativas para lidar com a incerteza Knightiana, e assim ele saiu da ortodoxia, mas permaneceu no *mainstream* e está no limiar (*edge*) da fronteira da economia (COLANDER; HOLT; ROSSER, 2004).

Portanto, de acordo com a discussão acima, o limiar é onde se está buscando inovação na profissão. Se o que funciona no limiar é considerado heterodoxo ou *mainstream* vai depender da tendência do economista em pretender fazer parte do *mainstream* existente, e o grau em que ele se contrapõe diretamente, ao invés de criticar suavemente, o trabalho da elite. Deve-se salientar que o trabalho no limiar tem seus problemas, especialmente para aqueles cuja tendência é se opor, em vez de trabalhar dentro do campo existente e, portanto, encontrar-se na heterodoxia. Esses enfrentam problemas sociológicos significativos de alcançar a aceitação do *mainstream* estabelecido. Os economistas considerados heterodoxos frequentemente podem encontrar dificuldades em obter financiamento para o seu trabalho, e assim virem a ser excluídos do processo de tomada de decisões em suas universidades. Aqueles que estão no *mainstream* e querem se envolver no limiar não têm esse problema sociológico, mas também frequentemente se encontram em desacordo com aqueles que os cercam em algum grau à medida que pressionam contra as fronteiras do *mainstream*. A figura 1, abaixo, resume essas considerações terminológicas e fornece uma visão geral estilizada do discurso econômico corrente na forma de um mapa paradigmático simplificado de teorização econômica.

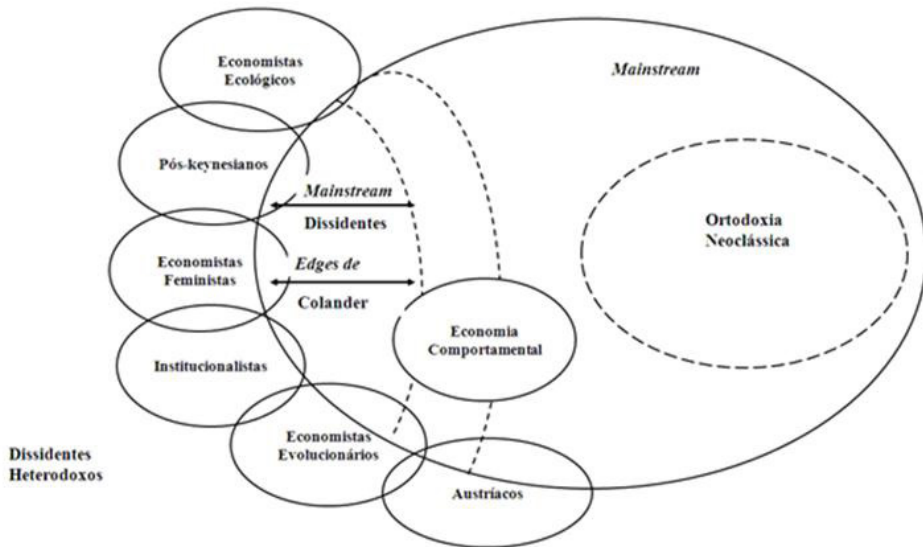


Figura 1 – Paradigmas no discurso econômico

Fonte: Dobusch; Kapeller (2012, p. 1037).

Por fim, uma outra constatação da dinâmica que ocorre dentro da profissão dos economistas, apresentada por Colander, Holt e Rosser (2004), pode ser observada nas abordagens do estudo de complexidade. No final da década de 90, o *mainstream* aceitou muitos dos métodos e abordagens associados à abordagem da complexidade (economia experimental, economia comportamental e dinâmica não linear). Para os autores citados, essa visão mais ampla, inicialmente mantida por um grupo menor de economistas, pode ou não ser mantida pelos indivíduos que trabalham no limiar da economia. Mas à medida que o trabalho no limiar progride e se acumula, ele muda o cerne da abordagem do economista e, eventualmente, cria uma nova ortodoxia centrada em uma visão de complexidade mais ampla.

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Parafrazeando Bianchi (2011), a partir da leitura das manifestações recentes sobre os rumos do *mainstream* na ciência econômica, constata-se um ambiente de grande controvérsia em que a opinião dos metodólogos da economia está longe de ser unânime.

Mas há certamente alguns pontos em que os metodólogos se põem de acordo. O primeiro deles é a constatação de que há mudanças importantes acontecendo, o que dá à fronteira do conhecimento nessa área uma notável característica de dinamismo. Essa opinião é praticamente consensual entre os autores Colander, Holt e Rosser (2004). O segundo ponto é que, para o bem ou para o mal as mudanças constatadas não têm a

dimensão das revoluções científicas de que trata Kuhn (2003 [1962]), que, como se sabe, tinha em mente a história das ciências físicas, e não das sociais.

Portanto, a tendência é da fragmentação da discussão metodológica em decorrência da renúncia a uma grande perspectiva unificada. Cada vez mais esse tipo de discussão abandona o cenário da economia como um todo e tende a processar-se no interior de cada programa de pesquisas ou, pelo menos, de alguns deles. Bem, é possível que isso não esteja ocorrendo apenas na economia, mas seja, antes, um sinal dos tempos, compatível com as mudanças na ciência como um todo. Talvez a busca da grande teoria universal e unificada também esteja saindo de moda em outras ciências, como bem argumenta Gleiser (2010) a respeito da física.

É difícil visualizar o futuro ou mesmo avaliar um processo que está em curso. A pesquisa no campo da metodologia econômica não tem a pretensão de vencer esse desafio. Mas ela tem a obrigação de refletir sobre ele e de buscar o melhor ajuste possível entre o futuro que antevemos e o futuro que desejamos.

Um exemplo do que foi discutido sobre avanços em termos de pesquisa, que se encontram no limiar da economia, ou seja, onde se está buscando inovação na profissão, são as investigações que combinam as áreas de economia e psicologia. Mais notadamente, em 2002, o psicólogo israelense Daniel Kahneman ganhou o Prêmio Nobel de Economia, ao lado do economista Vernon Smith, por estudos que forneciam uma visão integrada da psicologia na economia e utilizavam abordagem experimental. Diversas pesquisas empíricas realizadas no âmbito comportamental se seguiram e ganharam maior notoriedade na avaliação do processo de tomada de decisão (ANACHE, 2008).

Essa nova perspectiva levou Anache (2008), em sua dissertação, ao desafio de compilar os principais trabalhos não ortodoxos sobre Finanças Comportamentais, um novo e promissor campo de estudo, que incorpora aspectos comportamentais antes desconsiderados. E, em seguida, a publicação de um artigo sobre o tema (ANACHE; LAURENCEL, 2013).

Outro fato marcante em relação ao avanço na fronteira da economia, que se dá na forma de diversificação, foi o Prêmio Nobel de Economia recebido pelos economistas norte-americanos Eugene F. Fama, Lars Peter Hansen e Robert J. Shiller no ano de 2013. O destaque quanto ao uso de novas teses sobre as escolhas humanas ou sobre como a economia funciona é dado a Robert Shiller, que considera que fatores psicológicos e irracionais influenciam na tomada de decisões econômicas. Isso demonstra o quanto a ortodoxia está disposta a encampar sugestões de diferentes procedências, inclusive aquelas sugeridas pela heterodoxia. O que nos faz perceber que uma visão mais pluralista vem se consolidando no atual estado da ciência econômica. Particularmente no contexto dos economistas brasileiros essa dicotomia está presente no livro “O Valor das Ideias: debate em tempos turbulentos”, organizado pelos economistas Marcos Lisboa e Samuel Pessoa, lançado em 2019.

Diante desse desafio perante várias abordagens, torna-se necessário não apenas refletir, mas responder aos seguintes questionamentos: cada nova ortodoxia decorre, de fato, da heterodoxia que a precede no período pluralista? Dito de outra forma, quão nova é a nova ortodoxia em relação à do período anterior? Até que ponto as mudanças introduzidas pelo pluralismo em um dado período são irreversíveis? Afinal, existe, de fato, um pluralismo na ciência econômica ou um estado transitório em direção a um novo *mainstream*, pós-neoclássico?

REFERÊNCIAS

ANACHE, M.C.A. **Finanças Comportamentais**: uma avaliação crítica da Moderna Teoria de Finanças. 2008. 149 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal do Espírito Santo.

ANACHE, M.C.A.; LAURENCEL, L.C. **Finanças Comportamentais**: uma avaliação crítica da Moderna Teoria de Finanças. São Paulo: Revista CADE/Mackenzie, v. 12, n. 1, 2013. Disponível em: < <http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/cade/article/view/6331>>. Acesso em: 20 de nov. de 2019.

BECKETT, S. **Fim de partida**. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

BEN-DAVID, J.; COLLINS, R. **Social Factors in the Origins of a New Science**: The Case of Psychology, in BEN-DAVID, J. (ed.), *Scientific Growth: Essays on the Social Organization and Ethos of Science*. Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 49-70, 1991.

BIANCHI, A.M. **O método na economia**: desenvolvimentos recentes, questões e reflexões. Em: DUARTE, P.G.; ZILBER, S.D.; GUILHOTO, J. (Orgs.). *O Brasil e a ciência econômica em debate*. 1ed. São Paulo: Saraiva, 2011, v. 2, p. 123-136.

BLAUG, M. **La Metodología de la Economía o Cómo explican los Economistas**. Alianza Editorial, Madrid, 1985.

CALDWELL, B.J. **Does methodology matter? How should it be practiced?** Finnish Economic Papers, v. 3, n. 1, p. 64-71, 1990.

COLANDER, D. **The Death of Neoclassical Economics**. Journal of the History of Economic Thought, v. 22, n. 2, p. 127-143, 2000.

COLANDER, D.; HOLT, R.P.F.; ROSSER, J.B. **The changing face of mainstream economics**. Review of Political Economy, v. 16, n. 4, 2004.

DAVIS, J.B. **The turn in recent economics and return of orthodoxy**. Cambridge Journal of Economics, v. 32, p. 349-366, 2008.

DOBUSCH, L.; KAPPELLER, J. **Heterodox United vs. Mainstream City?** Sketching a Framework for Interested Pluralism in Economics. Journal of Economic Issues, 46, 4, p. 1035-1057, 2012.

ELSNER, W. **State and Future of the 'Citadel' and of the Heterodoxies in Economics**: Challenges and Dangers, Convergences and Cooperation. *European Journal of Economics and Economic Policies: Intervention*, v. 10, n. 3, p. 286-298, 2013.

GINTIS, H. **A Framework for the Unification of the Behavioral Sciences**. *Behavioral and Brain Sciences*, v. 30, n. 1, p. 1-61, 2007.

GLEISER, M. **Criação imperfeita**. São Paulo: Record, 2010.

HANDS, D.W. **Reflections without rules**: economic methodology and contemporary science theory. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

HANSEN, L.P.; SARGENT, T.J. **Wanting Robustness in Macroeconomics**. Unpublished manuscript, University of Chicago and New York University, 2000. Disponível em: <<http://home.uchicago.edu/~lhansen/wanting.pdf>>. Acesso em: 25 de ago. de 2019.

KUHN, T. **A estrutura das revoluções científicas**. 7. Ed. São Paulo: Perspectiva, 2003 [1962].

LAKATOS, I. **La metodología de los programas de investigación científica**. Madrid: Alianza, 1989 [1978].

LISBOA, M.; PESSÔA, S. **O valor das ideias**: debate em tempos turbulentos. 1. Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

POPPER, K. **O realismo e o objetivo da ciência** (pós-escrita à lógica da descoberta científica). Lisboa: Dom Quixote. 1987.

SARGENT, T.J. **Bounded Rationality in Macroeconomics**. Oxford: Clarendon Press, 1993.

CAPÍTULO 25

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E SOCIOCULTURAIS NA FESTA DA SANTA CRUZ PADROEIRA DO MUNICÍPIO DE TAQUARANA-AL

Data de aceite: 01/12/2020

Ana Cristina de Lima Moreira

Ciências da Religião-UNICAP. Universidade Estadual de Alagoas-UNEAL-Campus III- Palmeira dos Índios-AL
<https://orcid.org/0000-0001-7627-3812>
<http://lattes.cnpq.br/4760183690192675>

RESUMO: Esse artigo tem como objetivo apresentar a geohistória relacionada a devoção à Santa Cruz padroeira do município de Taquarana, no Estado de Alagoas, referenciando a busca do sagrado através das manifestações religiosas e socioculturais no espaço urbano. Mesmo nesse século, os (as) santos (as) padroeiros (as) ainda exercem funções diferenciadas para seus devotos, pois varia desde santo consultor, conselheiro, casamenteiro e protetor dentre outras, conforme a necessidade do devoto. Em virtude da diversidade sociocultural brasileira pode se observar várias formas de comunicação com o sagrado nas festas dos santos (as). Em Taquarana é o lugar que acontece a Festa da Santa Cruz, objeto de estudo desta pesquisa, esta que acontece durante um período relativamente longo, visto que apresenta várias manifestações em torno de um mês, com devotos (as) da zona rural e urbana, de várias idades e de diferentes classes sociais que participam de forma assídua. No propósito de atender os objetivos propostos, esse estudo é de cunho qualitativo com pesquisa de campo, utilizando o objeto de estudo que é a

Festa da Santa Cruz em Taquarana, bem como entrevistas e leituras textuais.

PALAVRAS-CHAVE: Devoções Socioculturais, Manifestações Religiosas, Sociedade, Espaço Urbano.

RELIGIOUS AND SOCIOCULTURAL MANIFESTATIONS IN THE FESTIVAL OF SANTA CRUZ PADROEIRA IN THE MUNICIPALITY OF TAQUARANA-AL

ABSTRACT: This article aims to present the geohistory related to devotion to the patron Santa Cruz of the municipality of Taquarana, in the State of Alagoas, referencing the search for the sacred through religious and socio-cultural manifestations in the urban space. Even in this century, the patron saints still perform different functions for their devotees, since it varies from holy consultant, counselor, matchmaker and protector among others, according to the devotee's needs. Due to the Brazilian socio-cultural diversity, several forms of communication with the sacred can be observed in the festivities of the saints. Taquarana is the place where the Festa da Santa Cruz takes place, the object of study of this research, which takes place over a relatively long period, since it presents several manifestations around a month, with devotees from the rural and urban areas, of different ages and from different social classes that participate assiduously. In order to meet the proposed objectives, this study is of a qualitative nature with field research, using the object of study which is the Festa da Santa Cruz in Taquarana, as well as

interviews and textual readings.

KEYWORDS: Sociocultural Devotions, Religious Manifestations, Society, Urban Space.

1 | INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas trabalhar, pesquisar ou discutir sobre a importância e a presença da diversidade cultural nas práticas religiosas e das devoções populares na sociedade brasileira tem acontecido com mais frequência. Atualmente não só a Antropologia e a Teologia têm se debruçado ao estudo dos fenômenos que cercam a referida temática. Notadamente, vê-se que se tornou um estudo multidisciplinar com abrangência nas Ciências da Religião, na Geografia, na Sociologia, na História dentre outras.

O século XXI apresenta um perfil diferenciado acerca dessas tradições religiosas que tendem a ser pesquisadas no intuito de reviver, recontar e registrar essa cultura que faz parte da formação da sociedade brasileira, principalmente nos aspectos religioso e social. Assim, torna-se indispensável a realização de pesquisas que apontem às questões sociais, culturais e religiosas. Há registros que, em algumas regiões ou áreas específicas do território brasileiro, principalmente nos grandes centros, essas tradições desapareceram ou tendem a desaparecer, enquanto outras continuam vivas fazendo parte do cotidiano do povo como identidade, principalmente, na região Nordeste.

Como se trata de uma pesquisa qualitativa sem pretensão de utilizar o quantitativo, foi observado o comportamento e ações do povo durante os dias dedicados à Festa de Santa Cruz, padroeira do município de Taquarana, a partir das procissões do mastro, das cruces e da Santa Cruz que são realizadas no espaço urbano. Todas acontecem em dias distintos e o povo torna-se protagonista, visto que é um evento que conta com moradores das zonas urbana e do campo, homens, mulheres, crianças, jovens e idosos participam de forma intensa, mesmo que, para alguns, principalmente, os idosos e/ou debilitados seja um grande sacrifício que realizam com prazer, esperança e fé que seus problemas serão minimizados.

A questão em pauta não se trata de um problema, porém, necessita de resposta científica, embasada nos dados pesquisados e analisados. Também foram utilizadas entrevistas semiestruturadas e participativas utilizando a oralidade com pessoas da sociedade que tenham conhecimento da referida história e possam contribuir com esta pesquisa, principalmente os devotos de Santa Cruz, o pároco e os organizadores da Festa que contribuíram através da memória. Seguindo o cronograma, foi dada ênfase para as outras etapas da pesquisa através das leituras textuais a exemplo: Corrêa; Rosendahl (2010), Rosendahl(Org.2010) (Hoornaert et al (2008), Azzi (2008), Eliade (2010) dentre outros, bem como a contextualização dos fatos.

2 I FESTA DA SANTA CRUZ :REFERÊNCIA NO MUNICÍPIO DE TAQUARANA-AL

O município de Taquarana localiza-se a 111 km de Maceió, capital do estado de Alagoas, que segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2016) tem uma população de 20.097 habitantes distribuídos na cidade e no campo. Sua história religiosa católica data desde a formação do povoado, visto que desde o início do século XIX (1821-1822), foi iniciada a construção de uma capela, posteriormente restaurada por famílias devotas da Santa Cruz. Dessa forma segundo Claval (2014, p.162) “a comunidade tem necessidade de capelas, igrejas, templos, e santuários.”

Por falta de registros, não se sabe o certo quando e como começou, porém, de acordo com algumas conversas informais com moradores antigos, afirmam que a padroeira está relacionada a existência de uma árvore cujos galhos tinham um formato de cruz, localizada onde atualmente há um cruzeiro de alvenaria no pátio da matriz. Com o passar dos anos foi considerada milagrosa para os moradores daquela região e circunvizinhas. A princípio para a procissão era utilizado um tronco de madeira para o mastro que era cortado todos os anos por ocasião da festa. Mas, atualmente guardam o mastro para ser reutilizado no ano seguinte, dando o exemplo de preservação da natureza.

3 I A PRESENÇA DA RELIGIOSIDADE POPULAR NA FORMAÇÃO DA SOCIEDADE

A Festa de Santa Cruz no Município de Taquarana acontece geralmente no mês de maio. A princípio o povo do município se prepara para a grande festa que se divide em três etapas. Notadamente os fieis da zona urbana e do campo se reúnem a partir da procissão do mastro que mede aproximadamente 17 metros com 90 centímetros de diâmetro, pintado de cor azul e com algumas fitas que levam o nome de pessoas que alcançaram graças e de outras pedindo emprego, saúde para enfermos amigos ou parentes, casamento dentre outros pedidos e agradecimentos.

Logo cedo da tarde, aproximadamente às 14 horas, as pessoas começam a chegar ao pátio da igreja, enquanto outras já estão no interior da mesma rezando ou apenas conversando com seus conhecidos. Enquanto isso se houve o som da banda de pífano considerada uma das melhores da região sob a coordenação do senhor Antônio conhecido como Bacurau. A partir desse momento a banda começa seu ritual desde a calçada da igreja até o altar.

Os instrumentos da banda geralmente são dois pratos, dois pifes (pífaros ou pífanos), a zabumba e o tarol. Assim é formada a banda esquentá muié ou esquentá mulé que geralmente está presente em festas de santos nas cidades do interior e na zona rural, mantendo a tradição das devoções populares nas festas de Santo em Alagoas. A banda de pífano faz parte do espetáculo e toca até descer os degraus da igreja sendo considerado um rito.

Ao chegarem à igreja os tocadores sobem os degraus que dão acesso à porta central da matriz e lá, fazem um ritual em dupla baixando a cabeça de forma sincronizada saudando a Santa Cruz. Após esse momento entram na igreja seguindo até o altar e fazem o mesmo ritual sem parar de tocar. Logo depois, após o ritual de apresentação da banda, um dos responsáveis pela organização da festa convida-os para tocar na lateral da igreja chamada de (oitão) do lado da sombra. Dessa forma segundo Claval (2014, p.162) “a comunidade tem necessidade de capelas, igrejas, templos, e santuários.”

A partir desse momento aumenta o fluxo do povo vindo dos bairros e da zona rural e, de forma quase anônima chegam homens com alguns materiais (pá, enxada, corda, estacas de madeira dentre outros) e começam a organizar esse material junto a um buraco anteriormente cavado na frente da igreja junto ao cruzeiro de alvenaria. Essas pessoas são responsáveis em colocar o mastro ao término da procissão.

Diante dos fatos o padre Jackson (pároco) já se encontra a postos na casa paroquial bastante movimentada localizada ao lado da igreja. Na parte da sombra, ainda naquela localidade as irmandades do Coração de Maria, Coração de Jesus dentre outras cujos componentes estão devidamente uniformizados em sua maioria de roupa branca ou azul marinho mudando apenas a cor da fita, faixas e banners que indicam a qual movimento pertenceme se organizam para começar a procissão.

O sino da igreja começa a bater. Isso significa que, em poucos minutos será dado início a procissão pelas principais ruas da cidade. O padre, os coroinhas, os ministros e ministras da igreja, também chegam ao local e tomam seus lugares próximos a fila das bandeiras. Os foguetes anunciam a saída do povo na procissão e seguem por algumas ruas com passos um pouco largos em direção onde fica exposto o mastro em posição horizontal. No final da rua onde está o mastro acontece quase que automático, as mulheres, as pessoas com as bandeiras e os movimentos religiosos seguem o padre e auxiliares, enquanto os homens se aproximam do mastro.

Nesse momento, o padre através do carro de som que acompanha a procissão passa alguns comandos como: mulheres seguem a procissão e os homens se aproximam do mastro da Santa Cruz, e o estampido de fogos é ouvido, cânticos são entoados intercalados com orações como Ave Marias e Pai Nossos. Finalmente, com muito sacrifício cerca de mais de 100 (cem) homens colocam o mastro nos ombros e continuam a procissão.

Geralmente são homens que carregam o mastro, porém, em meio a eles nota-se a presença de algumas mulheres. Quanto a faixa etária é bastante diversificada, pois aparecem a partir de jovens a idosos que devido as suas limitações ficam disputando um lugar para que possa colocar ao menos uma das mãos. As mulheres são em maioria no evento e principalmente pagando promessas durante a procissão, porém, uma minoria ajuda a carregar o mastro. É como uma tarefa quase específica para os homens. Segundo o padre não há nenhuma objeção para que as mulheres não participem carregando o

mastro, é possível que seja apenas por causa do peso do mastro e a quantidade de homens que se apresentam para tal propósito.

Ao retornarem à igreja é colocado o mastro com a bandeira da Santa Cruz, momento em que todos rezam com o padre pedindo graças (chuva, saúde, paz). Dá-se início a missa campal ao som do sino cujas badaladas é sinal de alegria. Ao término da missa se registra a presença de muitas pessoas que ficam no pátio, principalmente os mais jovens, visto que a festa (profana) vai começar. As barracas estão prontas, mesmo durante a missa não faltam aqueles que tomam uma pinga, come cachorro quente, crianças que se divertem nos brinquedos do parque, jovens que participam dos jogos de azar ou de tiro ao alvo. A esse respeito cita-se:

Em outras palavras, o homem profano, queira ou não, conserva ainda os vestígios do comportamento do homem religioso, mas esvaziado dos significados religiosos. Faça o que fizer, é um herdeiro. Não pode abolir definitivamente seu passado, porque ele próprio é produto desse passado. (ELIADE, 2011, p.166)

É imprescindível um olhar sobre a formação da sociedade brasileira referenciada por Riolando Azzi (2008) que aborda às questões que envolvem a religiosidade e cultura do povo, enfatizando a influência da Igreja Católica nos primeiros três períodos da História do Brasil, a partir da sociedade patriarcal período o qual a religiosidade popular estava em seu auge. De acordo com Claval (2014, p.139) “Mais importantes ainda são as festas que marcam os tempos da vida coletiva, religiosa ou cívica”.

No segundo momento da Festa da Santa Cruz acontece a procissão das cruzes anunciada anteriormente pelo padraos responsáveis de cada comunidade rural e bairros na zona urbana de Taquarana deixando claro o local do encontro de todas as cruzes ornamentadas. Cada liderança religiosa que recebera uma cruz realizou com sua comunidade a novena da Santa Cruz cujo encerramento acontece após o encontro na entrada da cidade, a procissão das cruzes com a presença do padre, banda de pífano e autoridades políticas, rezas, cantorias, pagamento de promessas e a missa campal na matriz de Santa Cruz.

O terceiro momento é a Festa da Santa Cruz com a procissão da Santa Cruz pelas principais ruas da cidade, cujo andar é disputado pelas autoridades políticas, pessoas de poder aquisitivo e quem fez suas promessas. É o encontro de milhares de pessoas da cidade, da zona rural e de cidades vizinhas, bem como parentes e amigos que aproveitam o momento para encontros de famílias, renovar as esperanças e intensificar a fé.

Os lugares associados ao sagrado são potencialmente férteis e estimulam os indivíduos a compreenderem o sentido que a religião oferece à razão humana, bem como a vivência da prática religiosa, elementos definidores dos espaços sagrados.[...]O espaço que se inscreve na vida dos homens constitui-se de diversos aspectos materiais de e de valores simbólicos. Esse espaço é transformado pela cultura, que pode ser expressa pelas práticas religiosas, configurando um determinado lugar. (ROSENDAHL, 2010, p.36)

Ainda há aqueles que pagam suas promessas com algum sacrifício e/ou penitência como; andar de pés descalços durante a procissão e missa, vestir roupa preta ou branca, pagar alguma despesa da igreja, ou seja, as flores do andor, a ornamentação do altar, doar brindes para o leilão dentre outras coisas.

As Festas de Santo, geralmente acontecem no pátio da Igreja onde o povo disputa um espaço para assistir a missa campal (fora da Igreja), enquanto os leiloeiros ficam atentos ao término da missa para começar a leiloar as prendas que foram arrecadadas e, que, geralmente variam desde gêneros alimentícios a animais(carneiro, boi, vaca, bezerros e galinhas).

A renda dessas vendas servirão para ajudar no pagamento das despesas da festa, bem como fazer algum benefício na estrutura física da Igreja.O pátio da igreja torna-se um comércio com características próprias que para Corrêa e Rosendhal (2010, p.9), “as relações entre economia e cultura estão presentes quando são consideradas entre o sagrado e o profano”.É nesse contexto que fica mais claro a complexidade que existe nas festas de santo. É um mundo plural, há relações diversas entre as ciências e aspectos socioculturais, econômicos e religiosos.

A presença das barracas de bebidas alcoólicas, de jogos de azar e shows tornam o cenário um tanto diferente, em virtude de que o sagrado e o profano têm objetivos e valores diferentes, porém são quase que inseparáveis nessas ocasiões conforme Eliade (2011). Os fieis em sua maioria não conseguem perceber essa dicotomia, chegando até a questionar externando sua insatisfação se algum padre tentar retirar ou proibir tal prática.Sobre esses momentos festivos, Eliade (2011, p. 77) afirma que,“seja qual fora complexidadede uma festa religiosa, trata-se sempre de um acontecimento sagrado que teve lugar *aborigene* e, que, é ritualmente, tornado presente.” Vê-se que os fieis não fazem essas distinção, pois, percebem aquele momento único.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

É de grande importância as manifestações religiosas aos santos padroeiros neste século, ou seja, a busca do sagrado.É notório que apesar de ser uma herança dos portugueses desde o período das navegações, a sociedade brasileira adquiriu seu jeito próprio de venerar seus santos e dar continuidade as tradições religiosas através das bandas de pífanos, das procissões, das promessas que envolvem alguns sacrifícios para obterem uma graça ou como forma de pagamento. Contudo, não importa o tipo de sacrifício, pois a ênfase é para o alcance das graças e milagres alcançados através das devoções.

Em Taquarana não é diferente, pois, o desenvolvimento da sociedade aconteceu em torno da Igreja através das manifestações devocionais, sendo, pois, a igreja datada de 1821, é também a referência na formação urbana. Dessa forma se estabeleceu a referência

do local pela Santa Cruz, tornando-a a padroeira do Município, tendo a participação dos moradores da zona rural e urbana e regiões vizinhas independente da classe social e faixa etária. O mundo da tecnologia ainda não conseguiu tomar o espaço da religiosidade popular, da cultura e das tradições religiosas no interior do Estado de Alagoas.

REFERÊNCIAS

AZZI, Riolando. **A Igreja Católica na Formação da Sociedade Brasileira**. Aparecida-SP: Santuário, 2008.

CLAVAL, Paul. **A Geografia Cultural**. 4ª Ed. revista. Tradução Luís Fugazzola Pimenta, Margareth de Castro Afeche Pimenta. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2014.

CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org). **Economia, cultura e espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.

ELIADE, Mircea. **O Sagrado e o Profano: A essência das religiões**. Tradução Rogério Fernandes. São Paulo: wmfmartinsfontes, 2011.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)**. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/al/taucarana/panorama> 2016. Acesso em março de 2017.

ROSENDAHL, Zeny (Org). **Trilhas do Sagrado**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.

CAPÍTULO 26

UNIDOS PELA DEMOCRACIA: AS ESCOLAS DE SAMBA DO RIO DE JANEIRO E OS ENREDOS POLÍTICOS NA DÉCADA DE 1980

Data de aceite: 01/12/2020

Guilherme José Motta Faria

Pós Doutorado em História - USP
Doutorado em História - UFF
Universidade Veiga de Almeida

RESUMO: Durante os anos 1980 ocorreu grande produção de bens culturais, que em contraponto com as questões políticas gerou um quadro de tensões, disputas e negociações sobre os rumos da vida do cidadão brasileiro. As Escolas de Samba conectadas ao período em destaque se mostraram também engajadas, com a adoção de temas críticos, satíricos debatendo a realidade social, econômica e política brasileira. A participação direta das agremiações nas campanhas e movimentos políticos se fez presente na Avenida, em enredos que foram “apropriados” pelo público.

PALAVRAS-CHAVE: Escolas de Samba, política, enredo.

ABSTRACT: During the 1980s, there was a great production of cultural goods, which, in contrast to political issues, generated tensions, disputes and negotiations about the course of Brazilian citizens. The Samba Schools connected to the period were also engaged with the adoption of critical, satirical themes, debating Brazilian social, economic and political reality. The direct participation of the associations in the campaigns and political movements became present in the Avenue, in themes that were "appropriated" by the public.

KEYWORDS: Samba schools, politics, plots.

1 | AS ESCOLAS DE SAMBA E A VIDA POLÍTICA DO BRASIL

Os desfiles das Escolas de Samba a partir dos anos 1960 foram se tornando espetáculos grandiosos, que despertaram e continuam a despertar o interesse de grande parte da população brasileira. Fatos pitorescos, grandes personagens e o contexto histórico embasando cada enredo, permite as agremiações passar em “revista” os acontecimentos importantes, as ideias, tendências artísticas, comportamentais, que influenciaram e ainda influenciam nosso panorama cultural.

Mediados pela ação de um Estado de caráter autoritário, instalado com o Golpe civil-militar em 1964, a sociedade buscou formas de resistência para combater a falta de liberdade democrática e o esvaziamento dos direitos de cidadania das organizações sociais, culturais e políticas. Os anos 1970/80 revelam, de maneira quase holística seu sentido mais profundo de novas estratégias do fazer político, tendo a cultura como campo fecundo.

Assim sendo, as Escolas de Samba conectadas ao período em destaque se mostraram também atentas ao momento político que o país atravessava. Com a adoção de temas críticos à realidade social e política brasileira, as agremiações se tornaram também câmaras de comunicação dos anseios populares e dos debates que conquistavam espaços na imprensa e nas conversas do cotidiano.

21 O MOMENTO POLÍTICO BRASILEIRO (1972-1989)

A ditadura civil-militar, implantada no país em abril de 1964, fruto de um golpe articulado pelas Forças Armadas, protagonizado pelo Exército, apoiado financeiramente e ideologicamente por setores de classe média alta, empresários e setores conservadores da Igreja Católica governou o país por mais de duas décadas. A utilização de mecanismos de repressão aos direitos civis e políticos gerou um quadro de tensões que resultou em enfrentamento direto e indireto em diversos setores da sociedade brasileira.

As crises do petróleo (1974 e 1978) abriram rachaduras na edificação do Estado e as dificuldades econômicas internas, advindas das limitações externas gerou um quadro de insatisfação da população brasileira que novamente passava a conviver com o arrocho salarial, o desemprego, a falta de liberdade e do jogo democrático, no qual estavam todos, ou quase todos, aliados.

Com sua política econômica questionada, a ditadura civil-militar passou a ter que administrar suas ações de controle social e repressão política para a manutenção do regime. O Governo Geisel, ao extinguir, em 1978 o Ato Institucional nº 5 possibilitou que o processo de redemocratização da vida política brasileira se tornasse irreversível, trazendo em seu bojo a abertura, a anistia, a participação de antigos e novos atores no centro dos debates políticos. A partir de 1978 os sindicatos retomaram fôlego e presença no cenário nacional. As greves por melhores salários e direitos sociais foram retomadas, assim como o movimento estudantil, amortecido nos primeiros anos da Ditadura reconstruiu suas organizações extintas e passou a ocupar os espaços de reivindicação.

O processo de abertura política, iniciado por Geisel teve continuidade com o seu sucessor, o general João Baptista Figueiredo (1979-1985). Com o processo de anistia diversos líderes políticos e sindicais voltaram ao país e passaram a ocupar palanques, reorganizaram ou criaram partidos políticos e se prepararam para a retomada gradual do jogo democrático com eleições diretas para governadores, em 1982. O processo de redemocratização se verificou também com a retomada de experiências de liberdade de expressão e arrefecimento da censura aos órgãos de imprensa com a volta de jornais de esquerda.

O movimento batizado de “Diretas Já!” foi um dos momentos de maior participação política popular da nossa recente história e teve seu início em março de 1983. A campanha foi conquistando o apoio dos diversos partidos da oposição e até mesmo nos partidos mais afinados com o governo, como o PDS (formado por políticos originários da antiga ARENA). No ano de 1984 a campanha ganhou a simpatia da população, que foi às ruas para pedir a volta das eleições diretas, na expectativa da votação da emenda constitucional proposta pelo deputado Dante de Oliveira (PMDB/MT).

Depois de duas décadas vividas sob forte ação repressiva, o movimento trouxe novamente para as ruas o engajamento dos diversos segmentos sociais. Para reprimir

as manifestações populares, durante o mês de abril de 1984, o presidente Figueiredo aumentou a censura sobre a imprensa e ordenou prisões, ocorrendo violência policial em todas as cidades brasileiras. Apesar dos sinais de tentativa de endurecer a repressão às manifestações, a adesão popular foi aumentando em número considerável, sobretudo nas vésperas da votação da emenda Dante de Oliveira.

Mesmo com a derrota da emenda e a consequente desmobilização da campanha, o saldo foi positivo, pois o movimento trouxe a discussão política para as ruas, para os espaços sociais públicos sem o risco de prisões, sequestros e torturas. A politização da população brasileira sinalizava que além da retomada plena dos direitos políticos, exigia também ampla participação enquanto cidadãos na ampliação dos direitos e nas necessárias e urgentes mudanças sociais e econômicas.

A eleição indireta, em 15 de janeiro de 1985 garantia pelo menos uma certeza, o próximo presidente seria um civil. Apoiado pelas mesmas lideranças do movimento das Diretas Já, Tancredo Neves venceu a disputa. Chegava ao fim da Ditadura Civil-Militar e o processo de redemocratização se iniciava, repleto de incertezas, dificuldades, heranças complexas de duas décadas de autoritarismo, mas com imenso apoio popular, desejoso de novamente ser protagonista nas decisões políticas, econômicas, culturais e sociais da vida brasileira.

Atrágica morte do presidente eleito Tancredo Neves, a posse e o governo do até então apoiador da Ditadura, José Sarney e todos os acontecimentos que refletiam a transição de um regime de exceção para a retomada da democracia impactaram a sociedade brasileira. Os anseios com a nova constituição, outorgada em 1988 e a campanha presidencial de 1989 tornaram a década de 1980 um período intenso de embates, conflitos e negociações.

Neste contexto, as agremiações carnavalescas da cidade do Rio de Janeiro também se manifestaram, tendo a avenida Marquês de Sapucaí, a partir de 1977, como palco central. Assim, nos anos 1980, com o prestígio consolidado, as Escolas se tornaram mais ousadas nas propostas temáticas. Os temas tradicionais continuaram marcando presença, mas a possibilidade de aliar uma visão mais crítica e satírica aos enredos ampliou as possibilidades comunicativas das agremiações. As lutas pela retomada dos direitos políticos e as transformações econômicas que o país vivenciava também se tornaram motes explorados nos desfiles das principais Escolas de Samba cariocas.

3 | OS DESFILES NO TEMPO DA DITADURA (1964-1979)

Em relação à construção de narrativas pelas agremiações, cada desfile se constrói a partir de uma sinopse, balizada por uma pesquisa histórica. As Escolas de Samba sempre se utilizam das ferramentas da História nesta produção. Assim sendo, todo enredo dialoga com esta disciplina, se constituindo em mais uma possibilidade de versão sobre os acontecimentos, em mais uma construção narrativa.

Ao iniciar esta pesquisa, parte de um estudo aprofundado, realizado como exercício de Pós-doutorado na USP estava eivado de certezas sobre a participação engajada e militante das Escolas de Samba no contexto da redemocratização política no Brasil. O aprofundamento nas fontes e as leituras de uma bibliografia renovada que questiona o “mito da sociedade resistente”, tanto no pós-segunda guerra mundial, na França e nas ditaduras latino americanas, das décadas de 1970/80 me provocou o desejo de “mergulhar em águas mais profundas” e aguçar a percepção de um quadro bem mais amplo e diverso do que supunha na fase preliminar deste estudo.

Antes de particularizar a década de 1980 é importante traçar um breve panorama no período anterior e perceber o comportamento das agremiações. Neste primeiro marco temporal (1964 a 1979), período mais rigoroso da ditadura civil-militar, que nomeei “os Carnavais sob a Ditadura”, a rápida análise apresenta a ambiguidade dos atores sociais, no período, que dialogavam com as instâncias políticas ou criavam zonas de tensão e resistência.

Apresento momentos que contemplam essas duas vertentes: situações de enfrentamento dos agentes culturais das agremiações com as instituições repressivas instauradas com a Ditadura Civil-militar e movimentos explícitos de louvação ao regime em ações de aparente neutralidade. Intervenções diretas, indiretas, situações de intimidação, mediação e apoio governamental ocorreram nessa relação entre meados dos anos 1960 e ao longo da década de 1970.

Sobre o enfoque da resistência temos como exemplos alguns episódios, reveladores das tensões que os artistas das Escolas de samba passaram a vivenciar neste enfrentamento com as autoridades brasileiras. Ao propor como enredo “A História da Liberdade no Brasil” tanto o Salgueiro liderado pelo carnavalesco Fernando Pamplona (1967), os compositores do Império Serrano (1969) e o compositor Martinho da Vila (1972) sofreram com a ação direta ou indireta da censura e órgãos de repressão do regime militar. Intimidados a depor na delegacia ou procurando convencer sobre a “ausência” de intenções políticas, esses agentes culturais tiveram que administrar suas criações e ceder ou negociar cortes ou alterações em suas obras.

Segundo relato de Haroldo Costa, várias vezes os ensaios do Salgueiro foram interrompidos com corte da energia elétrica e a desconfiança da presença de homens estranhos na comunidade, provavelmente policiais pertencentes ao DOPS, que acompanhavam os passos dos sambistas para apontar qualquer tipo de conotação política na preparação para o desfile. Era de fato, uma demonstração de coragem por parte da agremiação escolher o tema *liberdade* num momento crítico de nossa história recente, onde o aparato militar montou um rígido esquema de repressão aos opositores do regime identificados, ou melhor, genericamente chamados de *comunistas*, procurando fechar todos os meios de comunicação para não informar sobre as arbitrariedades cometidas pelos militares no poder (1984, p.293).

No caso do Império Serrano, os compositores tiveram que negociar suas posições e fazer pequenas concessões para não ter problemas com os militares, onde os compositores Silas de Oliveira, Mano Décio da Viola e Manuel Ferreira tiveram que mudar um verso do samba-enredo *Heróis da Liberdade*, no carnaval de 1969. Eles foram obrigados pelos censores a realizar essa mudança, lembrando que esse carnaval foi o primeiro depois do AI-5.

Os jornalistas Chico Otávio e Aloy Jupiara destacaram que *Em plena ditadura, a escola de Madureira cantava a Inconfidência Mineira, a Independência e a Abolição, mas a letra podia ser entendida como um protesto contra o regime*: E fizeram a citação literal do trecho final do samba de enredo: *Ao longe soldados e tambores/Alunos e professores/Acompanhados de clarim/Cantavam assim/Já raiou a liberdade/A liberdade já raiou/Essa brisa que a juventude afaga/Essa chama/Que o ódio não apaga pelo universo/É a revolução em sua legítima razão*. Para que o samba fosse liberado, os compositores tiveram que alterar o último verso que se transformou em *É a evolução em sua legítima razão* (OTÁVIO e JUPIARA, 2016).

Episódios narrados por Fernando Pamplona, carnavalesco do Salgueiro durante os anos 1960 e início dos anos 1970 também revelaram os embates constantes com os censores. Em entrevistas, prefácios de livros e na sua autobiografia, o artista narrou os momentos que teve que se defrontar com os agentes da repressão. Segundo a historiadora Tamara Cruz, em sua dissertação de mestrado, todas as agremiações tinham que enviar suas sinopses, desenhos de fantasias, alegorias e letras dos sambas enredos para serem liberados pela censura (PAMPLONA, 2013, p.115).

O compositor Martinho da Vila, que compôs o samba da Vila Isabel *Onde o Brasil aprendeu a liberdade* (1972) também sofreu problemas com o mesmo órgão durante o período. Na disputa de samba-enredo da Unidos de Vila Isabel (1974), teve sua composição desclassificada, por forte pressão dos agentes da censura que com a truculência habitual consideraram a letra com extremo grau de mensagem subversiva. O enredo da agremiação, intitulado *Aruaná Açú*, versava sobre a tribo indígena dos Carajás e na visão dos censores pesava no tom crítico.

O trecho do samba de Martinho, extraído do site vagalume, apontava a ação predatória das elites da região amazônica, em conivência com os órgãos governamentais que deveriam proteger os índios: *Estranhamente o homem branco chegou/Para construir/Para destruir/Para desbravar/E o índio cantou/O seu canto de guerra/Não se escravizou/Mas está sumindo da face da Terra*. Dessa forma, o samba com seu forte teor crítico desagradou os militares e a solução foi eliminá-lo da disputa. A intervenção, entretanto, não terminou com essa censura:

Além de excluir o samba de Martinho, a escola teve que mudar o desenvolvimento do enredo, que passou a exaltar a Transamazônica: A grande estrada que passa reinante/Por entre rochas, colinas e serras /Leva o progresso ao irmão distante/Na mata virgem que adorna a terra”, diz o samba cantado no desfile.

Outro exemplo de ousadia foi da agremiação do bairro de Cavalcante, zona norte da cidade que apresentou em seu desfile de 1976 o enredo *Os Sertões*, uma homenagem ao jornalista e escritor Euclides da Cunha e sua obra, onde descreveu a última investida do exército brasileiro sobre os sertanejos, liderados por Antônio Conselheiro, no Arraial de Canudos. O tema, extremamente polêmico que descreve uma ação violenta do exército em um dos maiores massacres populares de nossa história poderia ser taxado de “subversivo”. Não consta, na literatura do carnaval uma narrativa sobre ação da censura na letra do samba ou na proposta estética da agremiação. O rebaixamento para o segundo grupo foi, segundo os analistas do desfile, em decorrência da “chuva torrencial” que desaguou na hora da apresentação da Escola.

4 | O CARNAVAL DO SESQUICENTENÁRIO (1972)

Nos vários setores sociais e profissionais, a ação dos militares no poder revelou uma dualidade: censura/repressão de um lado, cooptação/auto-regulamentação, de outro. Em relação aos meios de comunicação, o regime procurou adotar tanto a censura prévia, quanto cooptar os agentes sociais envolvidos para que eles fizessem propaganda, ou tivessem um olhar mais generoso com o governo e não publicassem notícias consideradas negativas ou alarmantes.

A maioria das empresas de comunicação adotou a autocensura para evitar rotas de colisão com a classe política e militar no poder. Por outro lado, as empresas estatais do setor, em parceria com a Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP) se constituíram como potentes instrumentos da construção do sentimento nacionalista que respaldava as políticas públicas dos governantes durante a ditadura civil-militar (NAVES, 2012).

A população em geral participou das chamadas públicas às comemorações patrióticas incentivadas pelo governo. As festividades cívicas programadas para o sesquicentenário da Independência comprovam essa adesão ou participação passiva de grande parcela da sociedade brasileira. O trabalho de Janaína Martins Cordeiro, *A ditadura em tempos de milagre* corrobora essa afirmativa e questiona a memória construída sobre o período, sedimentada nas perseguições, prisões e torturas, situando a população, em geral, como resistente às ações governamentais.

Recorrendo a Pierre Laborie e demais historiadores revisionistas sobre os regimes de exceção e o mote da resistência, a autora traz à tona uma reflexão sobre a participação popular e os sentimentos expressos em sua participação nas festividades e na vida cotidiana, quando diversas camadas sociais usufruíram de benefícios na esperança da tão

almejada conquista emancipatória, pelo viés econômico, da nação brasileira (CORDEIRO, 2016).

Nas batalhas de memórias, estabelecidas no presente, boa parte dos fatos são ora exaltados, ora escondidos “debaixo do tapete” da História. O Carnaval de 1972 apresenta um quadro de aceitação ao regime que a bibliografia sobre as Escolas de Samba procura evitar. Verificando os enredos de boa parte das agremiações que desfilaram no “Carnaval do Sesquicentenário” percebe-se que os enredos, com variada gama de temáticas seguiram o tom das comemorações em duas Escolas do primeiro grupo e metade do segundo grupo. Na pesquisa realizada listei cerca de 10 enredos em consonância com as comemorações do regime. Cito, entre estes, três exemplos para demonstrar melhor essa postura de adesão a propaganda do governo militar. Os sambas, pesquisados no site galeria do samba ajudam a ilustrar os casos citados.

A Unidos de Lucas apresentou o enredo *Brasil das 200 milhas*. O samba, dos compositores Pedro Paulo, Jorginho de Caxias, Joãozinho e Capixaba se encaixava com perfeição ao modelo de exaltação ao regime.

Brasil! Brasil! Brasil!/Do nascente ao poente/Existe um céu cor de anil/E o Sol resplandecente/Iluminando esta terra de encantos mil/A passarada gorjeia contente/Saudando o gigante Brasil/Oh! País de progresso onipresente/De notáveis recursos naturais/ E seu profundo mar azul/Fértil em peixes, petróleo e minerais/Belezas tem de norte a sul/Lindas praias ornando o seu litoral/Ó pescador/Ó pescador, ó pescador/Solta o barco e abra a vela/Como se fosse um pintor/Estendendo a sua tela!/Oh! Duzentas milhas sagradas/E por muitos outros cobiçadas/Tem no povo heróico a defesa varonil/ Guardião avançado da soberania/Do nosso Brasil! Brasil!

A Imperatriz Leopoldinense, com o samba *Martim Cererê*, dos compositores Zé Catimba e Gibi foi muito bem recebida, por conta da popularidade alcançada. O samba era o tema musical de abertura da novela *Bandeira Dois*, da Rede Globo, com grande audiência em todo país. A letra revela essa mescla de passado, presente e futuro, síntese da Festa do Sesquicentenário e do discurso oficial do governo Médici.

Vem cá, Brasil/Deixa eu ler a sua mão, menino/Que grande destino/ Reservaram pra você/Lá lá lá lá lauê/Fala Martim Cererê (bis)/Tudo era dia/O índio deu a terra grande/O negro trouxe a noite na cor/O branco a galhardia/E todos traziam amor/Tinham encontro marcado/Pra fazer uma nação/E o Brasil cresceu tanto/Que virou interjeição/Lá lá lá lá lauê/Fala Martim Cererê (bis)/ Gigante pra frente a evoluir (laiá laiá)/Milhões de gigantes a construir (laiá laiá (bis)

O universo dos temas abordados pelas Escolas de Samba nos anos 1970 se abria a posturas críticas, entretanto, a maioria dos enredos gravitava na órbita da narrativa tradicional da História, dialogando de maneira bem próxima as diretrizes do governo. Dessa forma, a abordagem atual que procura desqualificar ou tornar invisível essa postura das agremiações no início dos anos 1970, precisa ser revista.

As narrativas que ressaltam as ousadias de algumas agremiações se tornaram hegemônicas, entretanto, creio ser importante ampliar esse cenário e analisar alguns exemplos que demonstram uma postura afinada com as prerrogativas propostas pelos governos militares, assentadas no nacionalismo e no espírito cívico da população. Importante perceber que essas escolhas também refletiam uma postura política que, de colaboração ou alinhamento estavam presentes no contexto sócio cultural do país.

O terceiro o caso, a Unidos de Bangu, Escola que foi desclassificada, pois não conseguiu realizar seu desfile no horário marcado e somente fez uma breve apresentação no encerramento das apresentações, para honrar a subvenção recebida. A abordagem da agremiação revela o desejo da participação no chamamento cívico que a Festa dos 150 anos do Brasil independente conclamava. Com o enredo *Um dos motivos da Independência do Brasil*, a agremiação abria espaço para exaltar a atuação da maçonaria no processo da Independência. O samba composto por Boina e Dantas trazia essa sutileza narrativa e demarcava um grau de importância que as fontes oficiais nem sempre relegaram a Ordem dos Maçons.

Um dia/A professora me contou/Que o Brasil/Oh meu Brasil/Já foi escravo/
Sim senhor/E este bravo/Povo brasileiro/Deve/Ao nobre estrangeiro/
Que conheceu/O seu valor/Lá no Ipiranga/Uma frase entrou/Na
história/"Independência ou morte"/A maçonaria foi mais forte/Parabéns ao
brasileiro/Já é teu o teu Brasil/O universo te abraçou/Resplandece entre
outras mil.

Com tantas manifestações de apoio ao regime político vigente, é impossível negar que os acontecimentos políticos e econômicos reverberavam no universo temático das Escolas de Samba. Apoio, adesão, consenso ou resistência são atitudes que estiveram presentes nesta relação entre as agremiações, suas escolhas temáticas, suas bases organizativas e suas performances no carnaval carioca.

5 | OS CARNAVAIS DOS ANOS 1980 – DA ANISTIA À NOVA REPÚBLICA

Este artigo, parte de uma pesquisa mais aprofundada procura analisar com brevidade a década de 1980 em dois eixos que se interpenetram: os desfiles das Escolas de Samba e o contexto histórico (político e econômico) do período. A narrativa, respeitando a limitação de espaço do artigo aponta as tendências que surgiram e foram apresentadas ao longo da década de 1980. As escolhas são emblemáticas para perceber a diversidade e sobretudo como a pauta social, política e econômica conquistou espaço no contexto carnavalesco carioca.

Um exemplo foi o desfile da Unidos de Vila Isabel (1980) com o enredo *O sonho de um sonho*. A partir da poesia de Carlos Drummond de Andrade, Martinho da Vila compôs um inspirado samba e conseguiu, no ano seguinte à promulgação da Lei da Anistia, levar para a avenida uma composição que tocava em questões complicadas para o período,

como a liberdade, a tortura, a clausura e as relações de poder estabelecidas pelo princípio do autoritarismo.

E a avenida cantou: “Um sorriso sem fúria entre o réu e o juiz/A clemência e a ternura por amor da clausura/A prisão sem tortura, inocência feliz/Ai meu Deus/Falso sonho que eu sonhava”. Segundo Chico Otávio e Aloy Jupiara, “Foi a vez mais direta que, naqueles tempos, uma escola de samba clamou pela liberdade, sobretudo na ousadia contida no verso “a prisão sem tortura”. (2016)

Merecem também breve destaque o enredo da Mocidade Independente de Padre Miguel, Tropicália Maravilha (1980) no qual a palavra anistia se destacava em uma alegoria e a apresentação da Mangueira com o enredo De Nonô a JK (1981), homenagem ao ex-presidente Juscelino Kubitschek, morto em suspeito acidente de carro quatro anos antes. Outros enredos foram apresentados dentro desse contexto politizado, onde os conceitos de abertura, distensão e anistia estiveram presentes. Algumas agremiações ampliaram seu leque temático e focaram mais na questão da economia, como a Unidos da Tijuca, O que dá para rir dá para chorar (1981). O FMI (Fundo Monetário Internacional) foi bastante citado e criticado no desfile da Escola tujucana, ganhando representações plásticas carregadas de sentidos contestatórios.

Outro desfile, dentro desta crítica foi do Salgueiro, Traços e Troças (1983). A partir de um enredo sobre as caricaturas foi apresentado em tom de ironia a ação da censura e a proibição de “certos assuntos”, citados na letra do samba:

Eu sou o Rio e rio à toa/Só rio de quem me impede de sorrir/A minha pena não tem pena nem perdoa/Mexe com qualquer pessoa/Ela quer se divertir/Será que a política não vai me censurar?/Já sei, certos momentos não se pode criticar!/Gozar, traçar, ferir/Fazendo de novo meu povo feliz/Riscando aquilo que ele não diz..

Um caso interessante que também merece breve comentário se trata de uma ação de “autocensura” que ocorreu no Império Serrano (1984). O enredo, *Foi, malandro é*, em sua parte final tinha como proposta “cutucar” os militares, mas a própria direção da Escola, “escaldada” com os acontecimentos da década de 1960, preferiu não arriscar e decidiu cortar a parte proposta por Fernando Pamplona ao carnavalesco Renato Lage que desenvolveu o enredo (PAMPLONA, 2013, p.128).

Os enredos sociais da São Clemente (1984-1994) e em especial da Caprichosos de Pilares (1983-1985) trouxeram para o ampliado leque de possibilidades temáticas a verve crítica e satírica dos problemas políticos e econômicos do país. O enredo sobre a Feira Livre (1983), Sobre Chico Anísio e seus personagens (1984) e o aclamado E por falar em saudade (1985), uma viagem nostálgica e crítica sobre as décadas anteriores a Ditadura Militar, foram momentos marcantes onde o desejo de debater os acontecimentos políticos se tornava necessidade dos artistas e sambistas. A mensagem, na letra do samba da agremiação do bairro de Pilares, *Diretamente o povo escolhia o presidente* era objetiva

e utilizava o espaço temporal do carnaval para demonstrar a insatisfação com a rejeição da emenda Dante de Oliveira, frustrando a campanha das Diretas Já.

Em 1985, no que foi batizado por parte da imprensa de “O Carnaval da Democracia” tivemos um momento onde as mudanças políticas estavam em seu estado de maior ebulição, acompanhados pelos diversos setores culturais e presente com muita força nas Escolas de Samba cariocas. Mesmo que o público diretamente não estivesse atento à intencionalidade de algumas agremiações, os desfiles abriam possibilidades de criar condições de reflexão sobre a situação social e econômica, tanto individual, quanto da sociedade brasileira como um todo.

Os escândalos financeiros, os casos de corrupção e o desejo do fim da impunidade dos “crimes de colarinho branco”, estiveram presentes em alguns desfiles: Portela, Imperatriz, Beija-Flor, Império Serrano, Unidos da Tijuca, entre outras. Nessas representações aparecia o viés da crítica com alas e carros alegóricos referentes aos escândalos financeiros em geral, as “maracutaias políticas”, os desastres ambientais e as mazelas sociais do povo brasileiro. Era perceptível também a incorporação dos temas econômicos com as inúmeras citações a ação do FMI, com suas “missões diplomáticas”, presença constante na primeira metade dos anos 1980 no Brasil, com sua cartilha de gestão e receitas amargas para emprestar mais dinheiro ao país.

A evocação desses eventos, mesmo que na chave do carnaval, refletia o caráter “anárquico” da festa. Sendo assim, o que se sobressaía era a dimensão satírica, crítica e festiva, ao mesmo tempo que também provocava reflexões. Citar escândalos financeiros como o do Banco Delfin, do Banco Sul-brasileiro e outras grandes empresas que “quebraram”, assim como a representação das ações de intervenção do FMI ajudavam a lembrar, ou melhor, não deixavam cair no esquecimento esses eventos e seus desdobramentos. Evocar a lembrança desses episódios traumáticos da vida econômica brasileira, tratados dentro da esfera carnavalesca era uma forma de também chamar atenção para nossos problemas cotidianos, nos estertores dos governos militares.

6 | A TEMÁTICA POLÍTICA EM SEU AUGE (1986-1989)

Na narrativa dos pesquisadores pode ser percebida como a exacerbação da temática política no Carnaval de 1986 foi impactante. Eduardo Silva apontou essa tendência apontando a conexão da liberdade de expressão com o “fim da censura”.

O ano de 1986 trazia uma quantidade jamais vista de enredos críticos e irreverentes, muito por ter sido o primeiro carnaval após o fim da censura. O Império Serrano fez um enredo crítico e contundente intitulado “Eu quero”, falando sobre os anseios da população brasileira à época e lembrando dos vinte anos anteriores de regime militar, vislumbrando um horizonte de expectativa de melhor esperança. (2012, p.6).

Os excessos, de gosto duvidoso, que o fim da censura trazia, nas palavras do pesquisador, O “primeiro carnaval sem a censura também gerou uma licenciosidade revelando o enredo da Unidos da Tijuca “Cama, mesa e banho de gato” pouco politicamente correto e com um discurso machista”. (SILVA, 2012, p.7).

Em relação ao fim da ação da censura é preciso repensar a questão. A tentativa de proibição dos filmes “Je Vous salouï, Marie” e “Pra Frente Brasil” demonstram que as relações de força e os valores morais que norteavam a Ditadura civil-militar ainda estavam ainda presentes, ora pelo viés conservador, ligado a religiosidade, ora pelo receio da devassa pelos levantamentos de arbitrariedades cometidas durante o período mais rígido do governo ditatorial.

Carlos Maia ressaltou o momento de transição política após o carnaval de 1985, com a dramática morte de Tancredo Neves, a sua substituição pelo vice José Sarney e as expectativas geradas pela Nova república. No carnaval seguinte, essas angústias e as esperanças, em sua percepção, se coadunaram no ano mais politizado dos desfiles.

No Carnaval de 1986, os problemas sociais e as políticas econômicas dessa fase da redemocratização seriam abordados nos sambas de enredo da União da Ilha do Governador, da Caprichosos de Pilares e do Império Serrano na forma arquetípica de fantasmas que rondavam o país. Na primeira escola, o samba foi composto por Armandinho, Barbicha, Robertinho Devagar, Marcio André para o enredo Assombrações, do carnavalesco Arlindo Rodrigues. Além de velhas e lendárias assombrações – monstros marinhos, lobisomem e Nhá Jança –, outras recentes e bastante reais eram mencionadas na letra, tais como o leão do imposto de renda, a miséria e o FMI. (MAIA, 2010, p.116).

O jornalista Gustavo Melo, em artigo no Jornal Extra apontou esse momento carnavalesco como um momento especial de junção do campo político e cultural. Seu texto, de 2014 se relaciona em perspectiva com os fatos e consegue perceber o legado da experiência vivida pelo Império Serrano em completa sintonia com o público.

Anos 80. O Brasil cobriu-se com o manto verde da esperança depois de duas décadas sob o comando verde-oliva dos militares. Mais do que clarear o matiz de um novo tempo, o país vivia a retomada das rédeas do próprio destino. Sentimento que ecoou na Avenida em 1986, quando o Império Serrano cantou um dos sambas mais marcantes da década: [...]Obra que caiu na boca do povão ao celebrar o raiar de uma era vivida pelos brasileiros no enredo de Renato Lage e Lílian Rabelo.

O jornalista seguiu seu texto enumerando os temas debatidos e exaltando a efetividade com que a Escola transformou um tema do campo da política em efeitos plásticos visuais, conquistando uma posição de Escola cidadã. A empatia com o público, fundamental na visão de Melo foi um dos fatores para tornar o desfile da agremiação de Madureira especial.

O samba descrevia sem rodeios e com uma melodia envolvente cada um dos desejos, enumerados no enredo: a preservação da natureza, alimentação, moradia, melhores salários, segurança, educação e saúde. Anseios encaminhados aos gênios e suas lâmpadas maravilhosas representados na comissão de frente, que veio seguida por uma fonte luminosa trazendo cada um dos pedidos do povo naqueles anos de renovação da fé em nosso país. Nas arquibancadas, o povão cantava a plenos pulmões, como um desabafo, os versos em uma clara menção aos anos de chumbo vividos no país.

O resultado final do carnaval daquele ano, citado por Gustavo Melo e a referência aos anos da Ditadura foram seus destaques finais. O refrão, cantado a plenos pulmões pelo público, em êxtase, com desejo de exorcizar o legado que os governos militares deixaram para o povo brasileiro foi observado pelo jornalista como ponto positivo, entretanto, sua constatação final, procurou demonstrar que muitas questões ainda estão por ser, plenamente resolvidas.

Os vinte anos em questão era uma referência explícita ao período de 1964 a 1984, anos em que os militares estiveram no poder. Mesmo assim, com todo o clamor popular a favor, o Império ficou com a terceira colocação. Mas, mesmo após 28 anos de ter sido um dos hinos da abertura política do Brasil, “Eu Quero” continua mais atual do que nunca.

Um fato curioso é que o refrão, alusivo à Ditadura, catártico para o público, foi cantado, com mesma intensidade por uma personagem ligada diretamente ao governo militar, Dulce Figueiredo, ex-primeira dama que segundo a nota do Informe JB, em 12/02/1986, na página 6, “não parou de sambar, cantar e pular”. Na Coluna Social, página 5 do Caderno B, sua presença também foi destacada.

Sambódromo sem Dona Dulce Figueiredo não é sambódromo. Mas ela estava lá outra vez. A ex-primeira dama ocupava o camarote B-45, que ela diz ter ganho de presente. Dona Dulce foi as duas noites e acompanhou com mais atenção os desfiles da Mocidade (a escola em que desfila sua nora Rosana) e da Beija Flor (que tem entre seus componentes, seu filho Paulo e sua neta Tatiana). “Pulo o tempo inteiro”, disse, sem necessidade. Às 22h de domingo ela já tinha trocado o sapato por uma sandália e estava satisfeita em estar usando um vestido de algodão, mais refrescante. Dona Dulce não parou de dançar nem mesmo com a passagem da Império Serrano pela Avenida e cantava animadíssima o refrão: “Me dá o que é meu/ Foram 20 anos que alguém comeu”.

A referência sobre a letra, que animadamente a ex-primeira dama cantava, reforçava a ideia do distanciamento da realidade política com o passado vivenciado, pois, sua presença simbolizava também parte desta história que “alguém comeu”. Coisas da política brasileira!

A Portela, mais tradicionalista na escolha de seus temas também aderiu a temática mais contundente em sua crítica, naquele carnaval. A tendência de introduzir as queixas cotidianas como forma de estabelecer comunicação direta com o público influenciou a

ousadia portelense. Eduardo Silva apontou essa inovação da agremiação de Madureira, no Carnaval de 1986.

[...] e até mesmo da Portela, escola com característica de enredos menos incisivos. A escola azul e branca de Madureira apresentou o enredo “Morfeu no Carnaval, a utopia brasileira” trazendo uma crítica à realidade nacional. Já a União da Ilha associou lendárias assombrações fruto da imaginação com problemas nacionais bastante reais, como a miséria. [...] (SILVA, 2012, p.7).

Um ponto presente no carnaval de 1986 se relaciona a dicotomia abertura x censura, tendo como referência a agremiação do morro do Borel, que apresentou o enredo “Banho de Gato”, apresentando situações sexuais e comportamentais que soaram ousadas. No site Ouro de Tolo, o jornalista Pedro Migão, em artigo de 2016 afirmou, “o rebaixamento da Unidos da Tijuca já era meio que anunciado, dada a pressão que o enredo e o samba sofreram antes do Carnaval daquele ano por setores mais conservadores da sociedade”.

Se a censura havia terminado, alguns setores promoviam pressões para que a liberalização fosse imediata. O governo, sem grande empatia e funcionando ainda como se fosse apenas de transição, em algumas situações, como o dos filmes citados acima agiu de maneira a apoiar os grupos mais conservadores da sociedade brasileira.

Dessa forma, o carnaval da *Nova República* (1986), tivemos vários exemplos apontados acima, onde os temas políticos, com forte engajamento social foram predominantes, sendo o ano ápice desta tendência nos desfiles no Rio de Janeiro. Outras agremiações apresentaram enredos mais tradicionais, mas quase todas deixaram suas marcas, sobretudo na expectativa com a renovação política da Nova República e com a instauração da Assembleia Nacional Constituinte.

Nos “Carnavais da Constituinte” (1987/1988), a tendência permaneceu e o protagonismo se intensificou em algumas Escolas como a São Clemente com seus temas, aparentemente pouco carnavalescos e extremamente crítico-sociais, na Mocidade Independente de Padre Miguel com a inovação estética de traços tropicalistas dos enredos de Fernando Pinto, assim como os enredos do Império Serrano propondo a “desfusão” da Guanabara, da Imperatriz Leopoldinense clamando melhoras na educação se destacaram como críticas ao momento econômico do país.

Outro ponto merecedor de destaque foi no carnaval de 1988, onde as agremiações acordaram um desfile temático sobre o “centenário da Abolição”. A maioria das Escolas refletiu sobre a questão, tanto sobre o viés histórico, quanto em sua contemporaneidade. O destaque coube ao embate entre a Mangueira e a Vila Isabel, que com grande impacto abordaram o tema, em desfiles antológicos.

No último carnaval da década de 1980, “O Carnaval das Eleições Diretas” o espírito das apresentações que as agremiações realizaram apontava para o amadurecimento das reivindicações e a sua postura cidadã. Alguns enredos mereceram maior destaque como a homenagem aos 40 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos realizado pela

então campeã, Vila Isabel, por exemplo. Outro momento relevante foi o embate entre a crítica exaltada da Beija-Flor de Nilópolis, no “lixo que virou luxo” e a materialização de uma história “positivista e oficial” da campeã Imperatriz Leopoldinense, com “Liberdade, Liberdade, abre as asas sobre nós”.

7 | ACORDES FINAIS

Os caminhos percorridos pelas Escolas ao longo dos anos 1990 e nos primeiros anos do século XXI, onde as possibilidades temáticas se tornaram bem mais amplas, difusas e abrangentes revelaram um esgotamento da temática política. Com tanta liberdade na abordagem dos enredos, as agremiações foram abandonando os temas políticos e sua verve crítica. Uma nova lógica se impôs nos desfiles com a busca de patrocínio de empresas privadas, estatais ou de prefeituras e estados, para custear os altos gastos que o evento, em seu caráter competitivo alcançou.

As agremiações do Rio de Janeiro, durante o período da Ditadura civil-militar (1964-1985) sofreram com a vigilância dos órgãos de repressão e censura e muitas delas conseguiram criar estratégias para se contrapor ou aderir ao sistema imposto, demonstrando que as agremiações estavam articuladas e participantes na esfera pública onde as restrições e lutas pelos direitos políticos estavam sendo disputados.

A utilização de elementos simbólicos e conceitos políticos (liberdade, democracia, cidadania, anistia, povo e nação) nas letras dos sambas de enredo, nas sinopses e nos elementos de visualidade dos desfiles despertavam nos espectadores sentimentos de pertença as manifestações que estavam ocorrendo. Dessa forma, os desfiles e a sua recepção por uma imensa massa de espectadores se tornava um potente canal de comunicação de ideias e ideologias.

A história das agremiações pode ser trabalhada como chave de compreensão do todo histórico. Os aportes em seus enredos, o trabalho das comunidades, a repercussão dos desfiles, sua existência cultural e a relação que se estabelece com os poderes públicos (municipal, estadual e federal) possibilita compreender a História política contemporânea do país.

REFERÊNCIAS

CORDEIRO, Janaína Martins. *A ditadura em tempos de milagre*. Rio de Janeiro, FGV, 2016.

COSTA, Haroldo. *Salgueiro: Academia do Samba*. Rio de Janeiro: Record, 1984.

CRUZ, Tamara Paola dos Santos. *As Escolas de samba sob vigilância e censura na ditadura militar: memórias e esquecimentos*. Dissertação de Mestrado. UFF. Niterói, 2010.

MAIA, Carlos Eduardo Santos. Soltando o verbo: ratos e urubus, diretamente o povo escolhia o presidente. *Textos escolhidos de cultura e arte populares*, Rio de Janeiro, v.7, n.2, p. 109-125, nov. 2010.

MELLO, Marcelo. *O Enredo do meu Samba: A História de quinze Sambas-enredo imortais*. Rio: Record, 2015.

NAVES, Laura Maria. *O Papel da Aerp na Construção da Identidade Nacional: Análise das Propagandas Políticas Durante o Governo Médici*. In <http://www.unicentro.br/redemc/2012/artigos/41.pdf>, pesquisado em 16/3/2016.

OTAVIO, Chico e JUPYARA, Aloy. *Sambas enredos enfrentaram o regime militar* in <http://oglobo.globo.com/brasil/sambas-enredo-enfrentaram-regime-militar>, pesquisado em 3/4/2016.

PAMPLONA, Fernando. *O Encarnado e o Branco*. Rio de Janeiro: Nova Terra, 2013.

SILVA, Eduardo Pires Nunes da. *Narrativas sobre a História e Ação política nos domínios dos enredos das Escolas de Samba do Rio de Janeiro durante a década de 1980*. in *Caderno de resumos & Anais do 6º. Seminário Brasileiro de História da Historiografia* Ouro Preto: EdUFOP, 2012.

CAPÍTULO 27

VISITAÇÕES TUMULARES E SIGNOS DE COMUNICAÇÃO: UMA LEITURA ANTROPOLÓGICA E SENSÍVEL

Data de aceite: 01/12/2020

Data de submissão: 06/11/2020

Marcia Regina de Oliveira Lupion

Universidade Estadual de Maringá
Maringá-PR

<http://lattes.cnpq.br/6053672753953434>

<https://orcid.org/0000-0003-4907-9955>

Uma versão sobre essa temática foi publicada nos anais do II Encontro Nacional do CEHIR (Centro e Estudos em História Cultural) no ano de 2019. O simpósio tinha por tema História e antropologia das religiões com ênfase em exorcismos, possessões e linguagem ritual. Diante dessa temática, organizamos uma comunicação considerando uma leitura antropológica acompanhada de um olhar sensível acerca das manifestações ocorridas no túmulo de Bernardo Abel Alfonse Cnudde, padre conhecido por realizar curas e exorcismos a um vasto público enquanto atuou na cidade de Maringá, norte paraense, entre os anos de 1969 e 2000.

RESUMO: Os túmulos não são apenas sepultadores ou reservatórios de corpos afirma Phillipe Àries na obra “O homem perante a morte” publicado pela primeira vez em 1977. Considerando essa proposição, este artigo versa sobre as visitas ao túmulo do monsenhor Bernardo Abel Alfonse Cnudde, padre conhecido por realizar curas e atendimentos a partir de duas perspectivas. Numa delas, os gestos e rituais realizados em locais de inumação são compreendidos como signos que permitem a comunicação entre vivos e mortos. Atrelado a esse sentido, está o afeto envolvido nessa

relação, o que confere a esses espaços um sentido Topofilico.

PALAVRAS-CHAVE: Signos, Túmulos, Visitações, Topofilia, Comunicação.

TUMULAR VISITS AND COMMUNICATION SIGNS: AN ANTHROPOLOGICAL AND SENSITIVE READING

ABSTRACT: Tombs are not just burials or reservoirs of bodies, says Phillipe Àries in the work “O homem perante a morte”, first published in 1977. Considering this proposition, this article will deal with visitations to the tomb of Monsignor Bernardo Abel Alfonse Cnudde, a well-known priest for performing cures and services similar to a diverse audience from two perspectives. In one, gestures and rituals performed in burial places are understood as signs that allow communication between the living and the dead. Linked to this sense, is the affection involved in this relationship, which gives these spaces a Topophilic sense.

KEYWORDS: Signs, Tombs, Visits. Topophilia, Communication.

1 | INTRODUÇÃO

1.1 Questão de comunicação

A reflexão presente nesse artigo foi realizada considerando os pressupostos propostos por David de Le Breton (2009), autor que admite a existência de um léxico que permite a comunicação, a identificação e a

noção de relação de pertencimento a um determinado grupo. Nesse sentido, os gestuais realizados junto a túmulos passaram a ser vistos como signos que ensejam a comunicação entre os visitantes e o inumado configurando dessa forma o túmulo como um espaço de contato, de comunicação e de afetos, e, nessa perspectiva, um espaço de Topofilia como propõe Yu Fu Tuan (1980).

Em geral, “os lugares sagrados são locais de hierofania”, (TUAN, 1980, p. 168) entretanto, o conceito de Topofilia não está sempre atrelado a locais de vivência sagrados informa mesmo Tuan (1980, p. 05). No entanto, as manifestações de afetividade ocorridas nos cemitérios transformam o espaço tumular, elemento material que guarda os restos mortais do ente falecido, num umbral ou local de entrada, quase como um limiar que permite a comunicação entre vivos e mortos.

A relação gerada pelo elo decorrente do espaço-afeto é o elemento sensível que permitiu pensar os locais de inumação como um espaço topofílico. As afetividades permitem ainda pensar os túmulos como objetos de estudo da história sensível, uma vez que são locais que ensejam emoções e sentimentos que marcam memórias individuais e coletivas cujas significações particulares ou comunitárias representam experiências humanas como

(...) uma forma de apreensão e de conhecimento do mundo para além do conhecimento científico, que não brota do racional ou das construções mentais mais elaboradas. Na verdade, poderia se dizer que a esfera das sensibilidades se situa em um espaço anterior à reflexão, na animalidade da experiência humana, brotada do corpo, como uma resposta ou reação em face da realidade. Como forma de ser e estar no mundo, a sensibilidade se traduz em sensações e emoções, na reação quase imediata dos sentidos afetados por fenômenos físicos ou psíquicos, uma vez em contato com a realidade (PESAVENTO; LANGUE, 2007, p. 10).

É fato que a história das sensibilidades trabalha com o não mensurável, o não quantitativo e nisso reside ao mesmo seu maior desafio e sua maior beleza. Afinal, “as sensações [...] podem ser definidas como a capacidade de ser afetado por fenômenos físicos e psíquicos, em reação dos indivíduos diante da realidade que os toca” ponderam Pesavento e Langue (2007, p. 12). Nesse sentido, acreditamos que por meio das ações realizadas por visitantes tumulares seja possível compreender o quanto esse conjunto de gestos e ritos revela os afetos vivenciados entre o inumado e aqueles que o conheceram em vida e que continuam a manter esses laços mesmo após seu falecimento.

Em conjunto, a análise teórica e rituais, revelaram que os túmulos encerram mais do que um espaço destinado a conservar restos mortais. Os cemitérios, bem como os túmulos, não são somente locais onde corpos são reservados como observou Àries (2000, p. 54), mas, também, monumentos, espaços investidos de sacralidade que guardam a memória a história dos inumados.

Acima de tudo as sepulturas encontram-se no horizonte dos espaços físicos marcados pelo sentido topofílico no qual o defunto e os visitantes se reencontram por meio

de orações e gestos de conhecimento mútuo que lhes permite, ao menos porá alguns instantes, reviver o afeto que um dia compartilharam. Csordas diz que na “área da religião, o ‘paradigma da corporaneidade’ traz consigo a aposta de que a experiência religiosa é um observatório privilegiado das relações entre corporaneidade e significação” (CSORDAS, 2008, p. 11 grifo do autor).

Nessa perspectiva os túmulos são espaços passíveis de se observar a relação entre corporaneidade e significação, pois, os visitantes encontram no ritual sempre repetido em maior ou menor medida pela oração silenciosa, no toque na lápide ou fotografia do inumado e nos gestos formas de demonstrar com seus corpos a reverência aos seus mortos. Gestos recheados de simbologias e significados geralmente compartilhados com o inumado.

A proposição descrita acima tem como fundamento o trabalho de campo realizado nas dependências do cemitério municipal de Maringá onde foi enterrado o padre Bernardo Abel Alfonso Cnudde. Nessas ocasiões foi possível observar a forma reverente como os visitantes agiam perante túmulo. Como foram diversos os trabalhos no local, foi possível verificar que havia um certo padrão ritualístico nas reverências o que levou à problematização dessas manifestações em busca de compreendê-las em relação ao morto ali sepultado.

O padrão observado manifesta-se sobretudo em gestos como a cabeça flexionada para baixo, as mãos postas sobre o peito, a oração silenciosa, o toque na fotografia do padre com uma das mãos enquanto a outra permanece no coração e também no fato de haver pessoas que se ajoelhavam perante o túmulo. Todos esses gestos foram considerados como rituais e vinham sempre acompanhados de orações murmuradas mescladas por pedidos e agradecimentos perante aquele que foi, para muitos, não só um padre com atribuições comuns ao cargo que exercia, mas, acima de tudo, um companheiro para as horas de aflição perante os dramas cotidianos.

2 | O PADRE

Entre os anos de 1969 e 2000 monsenhor Bernardo Cnudde, mais conhecido como padre Bernardo, atuou de forma intensiva na diocese de Maringá, noroeste paranaense. Sua performance como curador ficou registrada na memória local por meio sobretudo da oralidade e de artigos de jornais que fazem menção ao fato. Para muitos a forma como o padre costumava atender aos que o procuravam em busca de cura física, mental ou espiritual ou mesmo em caso de necessidades financeiras fazem do mesmo um santo.

Contudo, institucionalmente não existe por parte da igreja católica local nada que contribua para tal atribuição de santidade, sendo Bernardo visto com muito carinho pelos pares que reconhecem seu trabalho voltado para o atendimento massivo, mas, sem identificá-lo a qualquer momento como um santo ou reconhecer suas capacidades curativas para além do alento que ele teria trazido para mães recém parturientes e seus bebês.

Nascido em Saint Saulve, França, em 11 de março de 1939, o padre foi criado em família católica e gostava de contar que fora consagrado pelo pai à igreja assim que nasceu. Estudou em colégios confessionais e, ainda menino foi para o Seminário Menor Sagrado Coração. Na juventude foi ordenado no Seminário Maior de Saint Jacques, também na França (ARQUIDIOCESE..., 2018).

Não há uma data precisa que informe quando o padre chegou ao Brasil. Documentos arrolados tanto junto à Cúria Metropolitana de Maringá quanto na Paróquia Divino Espírito Santo, onde o padre atuou até sua morte no ano 2000 devido a um infarto fulminante, permitem considerar que sua chegada ao país deve ter se dado na segunda metade do ano de 1966 e ao município no início do ano seguinte (ARQUIDIOCESE..., 2018. PARÓQUIA..., 2018).

O jovem e recém ordenado padre primeiro desembarcou no Rio de Janeiro onde passou uma temporada com outros de sua congregação a fim de aprender o idioma e, na oportunidade aproveitou para conhecer um pouco de outras religiões como a Umbanda, Quimbanda e Candomblé, relatam testemunhos diversos. Já em Maringá, atuou alguns meses numa das maiores paróquias existentes no período, a paróquia Santa Maria Goretti onde auxiliou o padre Raimundo Le Goff, seu conterrâneo e logo após foi designado para atender na paróquia de Santa Isabel do Ivaí, município pertencente à arquidiocese maringaense.

Permaneceu como pároco em Santa Isabel do Ivaí por dezoito meses quando, em 1969 houve o desmembramento da diocese ficando sua paróquia sob a jurisdição eclesial da recém-criada diocese de Paranavaí. Quando se deu a separação, o padre teria escolhido continuar sua atuação em Maringá e, ao retornar, recebeu a incumbência de dirigir a também recém-criada paróquia Divino Espírito Santo, de onde só sairia no dia de sua morte em 20 de novembro do ano 2000 (ARQUIDIOCESE..., 2018).

Ao todo foram trinta e três anos vivendo e atuando em terras brasileiras, o que é mais do que já havia vivido na França uma vez que quando chegou a Maringá o padre estava com 28 anos de idade. Em 1986 naturalizou-se brasileiro, e, em 04 de setembro de 1998 recebeu o título de Cidadão Benemérito de Maringá. Honra concedida, segundo o responsável pelo projeto o vereador Valdir Pignata e registrado em recortes de jornal existentes na Cúria Metropolitana de Maringá e também no Paróquia Divino Espírito Santo, para “alguém que dedicou grande parte de sua vida a Maringá, à nossa gente, ao trabalho que constrói a força, o destino e a grandeza de nossa cidade” (ACERVO DA CÚRIA..., 2019; ACERVO DA PARÓQUIA ..., 2018).

Para além desse protagonismo público e municipal e das curas que lhe são atribuídas, o padre é constantemente lembrado por suas duas formas preferidas de lazer que eram cozinhar e pescar. Além disso, os relatos informam que ele era um fumante inveterado, inclusive, em seu atestado de óbito o tabagismo aparece com um dos responsáveis por sua morte. Amante da boa comida, o monsenhor cozinhava frequentemente tanto para grupos

pequenos de amigos, que poderiam ser leigos ou pares, quanto para centenas de pessoas quando aconteciam festas em sua paróquia ou em paróquias vizinhas.

O apreço por cozinhar era tão presente em sua vida que ao construir sua casa destinou quatro áreas dedicadas à alimentação. Na residência construída em parte com recursos próprios e em parte com doações da elite local, os espaços e equipamentos voltados para cocção e recepção são os maiores destaques do sobrado que tem mais de 600m² onde se encontram duas cozinhas e duas áreas gourmet com churrasqueira.

Um desses ambientes recebe aproximadamente umas doze pessoas e encontra-se no piso superior do sobrado e o outro atende confortavelmente meia centena de convidados. Os dois outros locais destinados a cocção são a cozinha e a sala de jantar onde foi instalada uma mesa com capacidade para dez pessoas.

Outro destaque para a casa é a construção de um cômodo específico para a realização de atendimentos. Precedido por uma antessala, o cômodo é o primeiro a ser acessado quando se adentra o sobrado pela porta principal. Nesse sentido, a casa reflete o que parecem ter sido as duas prioridades em sua vida, ou seja, o atendimento dedicado aos que o procuravam em busca de cura para as dores físicas, emocionais e dramas sociais, e a preparação de alimentos. Duas ações que podem ser compreendidas como voltada para o serviço dedicado ao outro.

Dos relatos sobre sua performance como alguém dotado do dom da cura, constam casos em que pessoas doentes foram curadas após serem objeto das orações do padre; relatos de pessoas que depois de exorcizadas por ele retomaram suas vidas e outras que necessitavam sempre desse atendimento. Grassam ainda, relatos de pessoas desempregadas que conseguiram emprego após terem levado suas carteiras de trabalho para serem benzidas pelo padre.

Ele aparece ainda como protagonista de casos nos quais temas sobrenaturais se sobressaem como portador da capacidade de realizar bilocações ou de libertar fazendas tomadas por cobras. Alguns relatos informam que o padre conhecia rituais comuns à Umbanda, sendo por esse motivo capaz de identificar objetos investidos de nocividade, e com isso libertar pessoas que sofriam devido a a “coisas feitas”. Nos cinco anos da pesquisa foi relatado apenas um caso de recepção de graças após sua morte. Uma senhora confidenciou que conseguira um emprego logo após ter feito o pedido junto ao túmulo do monsenhor em 2017.

Desses relatos resulta a afirmativa quase sempre presente de que o padre era um homem de muita fé; alguém com reza forte; alguém que sabia lidar com feitiços. Sendo que os relatos que ligam o padre à feitiçaria são sempre feitos a título de segredo. Como se tais ações pudessem depor contra o padre ainda que fossem do interesse do seu público que ele dominasse esses assuntos.

De seus pares poucos foram os relatos nesse sentido. Reconhecem que ele atendia, à exaustão inclusive, um número significativo de pessoas. Bem como reconhecem que

ele tinha certos conhecimentos ligados à parapsicologia e, por esse motivo, sentia-se capacitado para atender aos mais diversos problemas que eram trazidos pela comunidade. Entretanto, para seus pares, o atendimento massivo ao qual a população submeteu o padre acabou por levá-lo à exaustão e à morte. O monsenhor faleceu de forma repentina aos 61 anos de idade e sua morte inaugurou um fato não existente na memória do município que foi a reverência a um integrante da igreja católica ao qual são atribuídas homenagens diversas como se verá a seguir.

São esses portanto, alguns dos um dos motivos pelos quais estudar as formas de manifestações junto ao seu túmulo representa estudar não só um fato da paisagem histórica maringaense, mas também da resignificação de túmulos e os afetos e signos ali manifestos.

3 I MANIFESTAÇÕES DOS VIVOS NO TÚMULO DE BERNARDO CNUUDE

3.1 O pedido

Sabedor do carinho da comunidade para consigo, o padre em vida teria pedido para ser enterrado no cemitério municipal para que “o seu bom e amado povo”, como ele se referia àqueles que o procuravam, pudessem visitá-lo sempre que desejassem. Com esse pedido o padre se opunha aos enterramentos de clérigos, religiosas e religiosos locais que costumavam e costumam ocorrer no cemitério existente no Centro de Espiritualidade Rainha da Paz onde estão a maioria dos túmulos de religiosos maringaenses. Um número menor encontra-se sepultado na cripta existente na Catedral Metropolitana de Maringá, local que em princípio o padre teria desejado ser enterrado.

O fato é que a estratégia de estar disponível após a morte deu certo pois seu túmulo é o segundo mais visitados do cemitério de Maringá. Em apenas 60 minutos de pesquisa de campo realizada no dia de finados de novembro de 2017, passaram diante da sepultura no horário entre as nove e as dez horas da manhã aproximadamente duzentas pessoas entre ex-paroquianos e simpatizantes, fato que não se repetiria no ano de 2020 devido aos protocolos relativos à prevenção de contaminação pela Covid-19, quando o número de visitantes caiu para menos da metade do normal.

Flores, velas e outros objetos são trazidas constantemente ao túmulo em qualquer época do ano, mas, em número bem menos significativo que no dia de Finados. Ora agradecendo, ora pedindo, ora dando um “olá”, o fato é que os visitantes, geralmente com idade acima dos cinquenta anos, frequentam com certa assiduidade o local. Com sua morte e inumação em local de fácil acesso o desejo do padre foi realizado. O túmulo encontra-se a poucos passos do Cruzeiro e pode ser encontrado com informações que os próprios funcionários do local dispõem sem ao menos precisar buscar no arquivo cemiterial os dados de localização da sepultura do monsenhor.

3.2 Gestos e rituais

Local de afeto, o túmulo nos revela muito sobre esse padre peculiar. Inclusive, ao solicitar ser enterrado num local público seu pedido permitiu manter viva a ideia de que “estou com vocês”. O túmulo é presença física de um Bernardo ausente. Nesse sentido, o padre se faz presente no momento em que a memória dos visitantes é acionada ao chegar ao local em que ele está inumado bem como no momento em que realizam suas orações e gestos. São momentos como esses que permitem conceituar o túmulo do monsenhor como um local topofílico, ou seja, local em que existe um elo afetivo entre a pessoa e o lugar físico como infere o geógrafo Yiu Fu Tuan (1980, p. 05).

Quanto ao túmulo em si, o tamanho padrão e os ornamentos pouco o distinguem de outros túmulos do cemitério municipal. Revestido em granito dourado carioca e decorado com um grande crucifixo com Jesus crucificado em bronze e um porta-retratos também em bronze medindo algo em torno de quinze centímetros de altura por dez centímetros de largura, o túmulo é, como dito acima, padrão no cemitério municipal e em nada se destaca na paisagem da instituição nem dos demais túmulos ao seu redor.



Figura 1: Túmulo do padre Bernardo Chudde em 02 de novembro de 2019.

Fonte: LUPION, 2020.

O túmulo enquanto um equipamento do espaço municipal e público permite o acesso livre dos conhecidos ao seu ente querido. Os gestos e objetos, num entrelaçamento entre o imaterial e o material, denunciam a afetividade daqueles que conheceram o monsenhor. As mãos postas sobre o coração e a cabeça flexionada para baixo demonstram contrição e respeito. Neste momento o visitante acredita que ele está consigo e o desejo de Bernardo se realiza a cada visita ao túmulo e, por meio de gestos específicos, a comunicação se estabelece.



Figura 2: O Toque.

FONTE: LUPION, 2018.

Os gestos humanos em geral são considerados marcadores sociais de pertencimento a uma cultura cuja execução permite delimitar identidades coletivas e acionar a comunicação entre pares ou não afirma Le Breton (1999, p. 50).

Los movimientos significantes del cuerpo no estan, desde luego, enraizados en una materia natural. En su generalidad, dentro de un mismo grupo, son marcadores sociales y seftalan una pertenencia cultural o una voluntad de asimilarse. Un signa solo remite a una significacion a traves de una arbitrariedad cultural. Asi, el mugido de la vaca o los ladridos del perro se traducen de manera diferente de una lengua a la otra. Los sonidos de la lengua,

los gestos o las mimicas del cuerpo entablan una relacion convencional con las significaciones y no siempre garantizan que o haya malentendidos, aun entre quienes estan acostumbrados a ellos. (LE BRETON, 1999, p. 50).

Nesse sentido, os gestos e as orações passam a ser vistos como um símbolo corporal cuja compreensão está inscrita num léxico de rituais compartilhados entre o visitante, ex-paroquiano ou não, e o padre. O gesto de contrição, a oração silenciosa, o respeito demonstrado são signos comuns ao corpo simbólico da religiosidade cristã católica e, dessa forma, ao realizar tais gestos a comunicação entre Bernardo e o visitante é estabelecida. Durante os rituais, a presença do padre é evocada e, se ele não responde oralmente às palavras e gestos, para o visitante o padre o compreende pois ambos encontram-se sintonizados a partir do léxico católico que compartilharam em vida. E, dessa forma, no espaço topofílico do túmulo, a vontade do padre de permanecer entre os seus se realiza.

As manifestações de afeto, porém, não se esgotam nas duas situações citadas. Ascender velas, levar flores, ornar com imagens de santos, ou pendurar rosários demonstram o carinho dos visitantes para com o padre como registrado na fotomontagem abaixo.



Figura 2: Manifestações dos vivos no túmulo de Bernardo.

Fonte: Montagem de Marcia Regina de Oliveira Lupion, 2018.

Circundam o túmulo cinco imagens com detalhes cujo foco recai sobre objetos dispostos sobre ou ao redor da sepultura e lápide. É possível verificar que sobre o túmulo há, além de vasos com flores artificiais e naturais, uma placa com a inscrição “Favor não queimar vela em cima do túmulo”. Como se vê na imagem central, de fato não há sequer uma vela sobre o túmulo sendo que o mesmo não pode ser dito em relação a outras partes da sepultura e, como não há menção sobre a colocar objetos na lápide vemos que rosários grassam em número amarrados aos braços do Cristo crucificado em sua cruz de bronze juntamente com a imagem de Nossa Senhora Aparecida e dos já citados vasos, esses sim, sobre a própria sepultura.

Levando em consideração apenas os objetos que foram colocados na sepultura e lápide pelos visitantes do túmulo, vemos na concretude desses objetos uma ação táctica também conceituada por Michel de Certeau (2014, p. 47), ou seja, uma ação cotidiana que tem por objetivo se furtrar ao que foi estabelecido por outrem, geralmente grupos dominantes ou que detém o poder. Os responsáveis por burlar o estabelecido são aqueles que desejam manifestar seu afeto por Bernardo e o fazem utilizando objetos não especificados na placa alocando-os nos espaços não delimitados e lá depositando seus pedidos e suas lembranças plasmadas em rosários, vasos, imagens e velas. Dessa forma, o visitante, manifestante vivo, mantém o contato com o ente querido morto não só por meio de orações, mas por meio de objetos distribuídos ao redor e sobre o túmulo.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar um local físico como um ambiente provido de afetos é pensar a sensibilidade das relações humanas em relação aos espaços construídos e habitados com os quais os indivíduos constroem, habita ou que se identifica. No caso do túmulo do padre Bernardo, acreditamos que foram acionados mecanismos afetivos ligados ao fato de que o padre induz, ao desejar ser enterrado num espaço público, a uma identificação entre seus fiéis.

A evocação de lembranças leva a recordações recheadas de emoções de um passado não muito distante. As emoções, enquanto espaços do sensível, são o elo entre os visitantes e o padre. Já o túmulo, espaço físico, seria o mecanismo gerador do *start* das lembranças-emoções, ou ainda, o limiar entre o passado e o presente no qual os visitantes reencontram seu querido, companheiro das horas tristes e alegres, benzedor, curandeiro, exorcista, cozinheiro e amante de cerveja e pescaria.

O túmulo enquanto um espaço topofílico permite o acesso dos simpatizantes ao seu ente querido e tanto gestos quanto objetos são signos que demonstram essa afetividade. São momentos em que o visitante acredita que o monsenhor está consigo e o desejo do padre de estar junto aos seus se realiza cada vez que um conhecido visita seu túmulo e, por meio de gestos específicos a comunicação está estabelecida ainda que por breves instantes.

REFERÊNCIAS

Acervos

Acervo da Cúria Metropolitana de Maringá.

Acervo da Paróquia Divino Espírito Santo.

Fontes imagéticas

LUPION, M. R. O. Túmulo de Bernardo Cnudde em 02 de novembro de 2019. 01 fotografia digital. 8,56 x 4,52 pAixels.

LUPION, M. R. O. Visitante do túmulo. 2018. 01 fotografia digital. 10,37 x 7,78 pixels.

Bibliografia

ARQUIDIOCESE DE MARINGÁ. Disponível em < <http://arquiocesedemaringa.org.br> > Acesso em: 05 set. 2018.

CERTEAU, M. **A Invenção do cotidiano**. 22. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. vol 1.

LE BRETON, D. **Las pasiones ordinarias**: antropologia de las emociones. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión SAIC, 1999.

PARÓQUIA DIVINO ESPÍRITO SANTO. Disponível em: <<http://paroquiadivino.com.br/noticias/paroquia/15-anos-sem-o-mons-bernardo-cnudde>> Acesso 05 set. 2017.

PESAVENTO, S. J.; LANGUE, F.. (Orgs.). **Sensibilidades na história**: memórias singulares e identidades sociais. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Londrina: Eduel, 1980. 342 p.

SOBRE AS ORGANIZADORAS

DENISE PEREIRA - Mestre em Ciências Sociais Aplicadas (UEPG), Especialista em História, Arte e Cultura, (UEPG), Especialista em Tecnologias Educacionais, Gestão da Comunicação e do Conhecimento (CENSUPEG); Especialista em Docência do Ensino Superior, Gestão e Tutoria Ead (FABRAS); Especialista em Gestão Educacional (IBRA) Graduada em História (UEPG) e Graduada em Pedagogia (IBRA). Atualmente Professora/Tutora Ensino a Distância da Universidade Estadual de Ponta Grossa. E-mail: p.denise.p@gmail.com

JANAÍNA DE PAULA DO ESPÍRITO SANTO - Doutora em História pela Universidade Federal de Goiás (2018), Mestre em Educação pela Universidade Federal do Paraná (2005), graduada em Licenciatura em História pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2001). Atualmente é professora assistente da Universidade Estadual de Ponta Grossa. E-mail: janainapes@gmail.com

ÍNDICE REMISSIVO

A

Araguaia 44, 45, 47, 48, 49, 52, 53, 54, 55, 57

Astronomia 99, 100, 101, 102, 103, 105, 214, 215, 216, 217, 218, 219

C

Cinema 28, 106, 119, 133, 159, 160, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 229

Comércio 116, 117, 118, 119, 124, 128, 162, 163, 205, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 227, 228, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 238, 239, 240, 241, 245, 247, 282

Conservadores 171, 172, 173, 177, 178, 179, 285, 296

D

Democracia 13, 15, 18, 19, 22, 31, 85, 284, 286, 293, 297

Dialética Cultural 183, 189, 190, 191

Ditadura 31, 51, 55, 57, 82, 83, 84, 85, 204, 285, 286, 287, 288, 289, 292, 294, 295, 297

E

Escolas de Samba 284, 286, 287, 290, 291, 293, 297, 298

Estado Transitório 268, 271, 275

F

Família 15, 16, 17, 18, 23, 24, 26, 27, 28, 30, 31, 32, 49, 54, 55, 108, 121, 125, 144, 162, 184, 195, 198, 202, 217, 218, 245, 247, 250, 251, 302

Ferrovia 33

H

História Cultural 86, 87, 88, 90, 91, 98, 108, 109, 113, 114, 145, 299

História Pública 203, 204, 206, 207, 210, 212, 213

I

Identidade 1, 4, 5, 6, 7, 11, 12, 22, 25, 26, 29, 30, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 65, 66, 111, 112, 115, 127, 135, 138, 139, 141, 143, 158, 171, 177, 203, 205, 224, 226, 254, 256, 267, 278, 298

Imigrantes Japoneses 243, 244, 245, 248, 249, 251, 252

Indígena Brasileiro 214, 217

M

Memória 44, 114, 115, 149, 150, 156, 158, 203, 243, 254

Memória Aikewara 44

Modernistas 171, 173, 179

Morada Nordestina 58, 66

N

Nacionalismo 23, 24, 25, 27, 29, 30, 31, 291

O

Organização Curricular 255, 256, 261, 262

P

Pós-Modernidade 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 10, 11, 114, 224

Pós-Neoclássico 268, 271, 275

R

Representação 6, 28, 76, 88, 91, 95, 96, 98, 108, 112, 127, 135, 156, 157, 184, 187, 195, 238, 293

Roger Chartier 86, 87, 88, 90, 91, 97, 98


S

Sociedade Capitalista 13, 14, 15, 21

Sol Nascente 243, 254

T

Teoria Marxiana 13



*Sentidos e Sujeitos:
Elementos que dão
Consistência à História 2*

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

@atenaeditora 


www.facebook.com/atenaeditora.com.br 


Atena
Editora


Ano 2020

Sentidos e Sujeitos: Elementos que dão Consistência à História 2



www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

@atenaeditora 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

 **Atena**
Editora

Ano 2020